



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 17

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal nº 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios."

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues

RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 45ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Soraya Thronicke e Dário Berger, e ainda dos Senadores não membros Jorge Kajuru, Rose de Freitas e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Otto Alencar e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva de Túlio Silveira.** **Finalidade:** Oitiva de Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos. Oitiva do Túlio Silveira, Representante da Precisa Medicamentos, em atendimento ao requerimento 531/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/08/18>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 45ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos, em atendimento ao requerimento de autoria de S. Exa. o Senador Alessandro Vieira.

Solicito que o depoente seja conduzido à mesa.

(Pausa.)

A comissão foi notificada de decisão liminar de S. Exa. o Ministro Luiz Fux, no Habeas Corpus nº 204.492, no qual o impetrante alegou que o sigilo profissional estabelecido no Estatuto da Advocacia albergaria a manutenção do seu silêncio durante todo o depoimento.

A decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal, foi no seguinte sentido:

Direito contra a autoincriminação tem acento constitucional, instaurando direito subjetivo a ser exercido por qualquer cidadão de não produzir prova contra si mesmo. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu próprio titular, a quem cabe [e aqui grifo desta Comissão Parlamentar de Inquérito] a avaliação inicial sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica.

Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação. Por outro lado, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais. Neste ponto, às Comissões Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso de exercício do direito de não-incriminação. Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

Concedo, portanto [e esta é a decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux], a liminar pretendida a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminam, o paciente tenha o direito de: i) fazer-se acompanhar de advogado; ii) permanecer em silêncio; iii) não sofrer ameaça ou constrangimento em razão do exercício do direito contra a autoincriminação, excluída a possibilidade de ser submetida a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos, em razão do exercício dessas prerrogativas constitucionais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, à luz dos fundamentos anteriormente lançados, indefiro o pedido de não comparecimento ou de retirar-se da sessão, impondo-se, quanto aos demais fatos de que o paciente tenha conhecimento na qualidade de testemunha, o dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

É a síntese da decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux.

A decisão nos parece clara no sentido de que, quanto aos fatos de que V.Sa. o Sr. Túlio tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, há o dever de depor, de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal e da decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux; assim como, obviamente, o direito, e assim saúdo e dou boas-vindas à douda defesa do paciente, do depoente no dia de hoje.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pela ordem.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO – V. Exa. me permitiria um aparte, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Parece-me que teremos duas questões de ordem de inauguração. A Presidência concede à douda defesa; em seguida, à Senadora Simone Tebet, para darmos prosseguimento.

Pois não.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para expor.) – Exmo. Senador Presidente desta ilustrada Comissão, Exmo. Sr. Senador Relator, eminentes relatores componentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito e de suma relevância.

Sr. Presidente, a defesa agradece a palavra concedida por V. Exa. pra colocar um assunto extremamente caro à democracia e à advocacia brasileira.

Nós estamos aqui perante uma convocação de uma pessoa que, ao contrário do que a imprensa salientou e propagou, não é consultor jurídico da empresa Precisa, mas, sim, advogado, advogado contratado pela empresa Precisa. E todo conhecimento que ela detém do objeto que ora é investigado perante esta egrégia Comissão foi-lhe passado, foi-lhe dado conhecimento na qualidade de advogado.

Assumimos a defesa recentemente do Dr. Túlio, já após a impetração do *habeas corpus*, e na impetração do *habeas corpus* ficou assegurado pelo Supremo Tribunal Federal que, quanto aos fatos em que ele venha a ser investigado, ele está isento de prestar compromisso e isento de responder, diante da garantia constitucional de assegurar a presunção de inocência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas aqui há um detalhe especial em que eu peço a deliberação da Comissão, considerando que nós temos um arcabouço jurídico que resguarda a primeira grande garantia da advocacia e do direito de defesa, que é o sigilo de comunicação e de dados entre advogados e clientes. Para que V. Exas. tenham uma ideia da irrelevância e da importância desse dado, esta Casa parlamentar, a Casa mais alta, o Parlamento mais alto brasileiro, sancionou inúmeras leis nesse sentido. Cito como exemplo o Estatuto da OAB, no art. 7º, inciso XIX: "recusar-se a depor como testemunha em processo no qual funcionou ou deva funcionar, ou sobre fato relacionado com pessoa de quem seja ou foi advogado, mesmo quando autorizado ou solicitado pelo constituinte, bem como sobre fato que constitua sigilo profissional".

Neste mesmo diapasão, Sr. Presidente, nós temos o Código de Processo Penal, que também resguarda o advogado, que também resguarda o direito de defesa, que resguarda, além do direito de defesa, o Estado democrático de direito, no sentido de vedar ao advogado se pronunciar ao ser inquirido sobre fato de que tenha tomado conhecimento na qualidade de advogado.

E mais recentemente, esta Legislatura aprovou a lei de crime de abuso de autoridade, considerando tão relevante essa garantia, seja para o exercício do direito de defesa, seja para a constituição do Estado democrático, que erigiu como crime, no sentido de que, no seu art. 5 dispôs: "Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo".

No caso, o meu cliente foi constituído pela Precisa para ser advogado da Precisa no início de 2020, ou seja, bem antes do início do processo de contratação e de compra e venda de vacinas. Então, toda essa matéria de que ele tomou conhecimento, de que teve conhecimento, em que participou de reuniões, foi na qualidade de advogado e, dentro dessa qualidade, deve ser preservado por esta Casa o seu sigilo profissional.

A decisão a ser proferida aqui, pela grandeza desta Casa, vai espelhar, caso deferido e insistido que ele viole sigilo profissional, que amanhã nós tenhamos milhares de delegados de polícia a intimar advogados para que prestem depoimento sobre fatos que tiveram conhecimento sob o sigilo profissional.

A grandeza dessa matéria, o custo dessa matéria para o Estado democrático de direito e, sobretudo, para a advocacia é gravíssimo.

Tivemos a oportunidade de fazer uma consulta à OAB/DF, onde o meu constituinte é registrado, e a OAB/DF foi precisa em dizer que em hipótese alguma e em circunstância alguma, seja na qualidade de investigado, seja na qualidade de testemunha, seja perante o Poder Judiciário, seja perante uma Comissão Parlamentar de Inquérito, seja perante o Ministério Público Federal, o cliente está autorizado a revelar segredo de que tomou conhecimento em razão do ofício de advogado.

Assim, diante dessas circunstâncias – diante dessas circunstâncias –, é que a defesa pede a análise por parte desta Comissão para que reconsidere a possibilidade de ouvi-lo nesta Comissão, tendo em vista



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o objeto certo e preciso dela envolve todos fatos relacionados ao exercício da profissão de advogado, portanto é vedado colocá-lo; ou, caso contrário, que ao menos respeite o direito ao silêncio, sem sancioná-lo em razão da farta legislação aqui citada.

O prejuízo para a democracia é imensurável se obrigar um advogado a tomar conhecimento, a falar sobre fatos de que tomou conhecimento. Os prejuízos pessoais também são incalculáveis, considerando que um processo ético-administrativo – porque não há subordinação a esta Comissão, a OAB é livre para instruí-lo e julgá-lo – poderá resultar, demandando o prejuízo que cause a violação do sigilo, inclusive na cassação do seu registro profissional, ou seja, na impossibilidade de exercer a profissão para o qual se preparou.

Então, diante dessas ponderações, com o mais absoluto respeito a esta Comissão, é que se pede que reconsidere a convocação ou se respeite o direito ao silêncio, porque há valores preciosos e grandiosos que irão ser respeitados nesse momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou passar... Eu vou devolver a Presidência ao seu... Vou repassar a Presidência para o seu titular.

Nós temos questão de ordem, Sr. Presidente, da Senadora Simone Tebet, do Senador Marcos Rogério e, agora, do Senador Izalci Lucas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Eu queria pedir pela ordem depois.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, em seguida, do Senador Humberto Costa. Então, essa é a ordem das questões de ordem a serem proferidas aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Também solicito um pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria sugerir, para deixar já a Presidência ao seu titular, três minutos para cada colega proferir a sua questão de ordem. Ao final das questões de ordem, esta Presidência – e aqui já com seu titular – deferirá, deliberará sobre a questão de ordem aqui apresentada pela douta defesa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, devolvo, retorno à Presidência ao seu titular, para o encaminhamento e resolução posterior.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe-me.

Questão de ordem começa com a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para questão de ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Agradeço a exposição inicial ao Dr. Toledo e gostaria, primeiro, de tranquilizar não só o Dr. Toledo quanto o Dr. Túlio, que está aqui na condição de testemunha, seja como convocado ou como convidado, e obviamente vai ter por parte de todos nós o respeito merecido de qualquer convidado ou convocado por esta Comissão.

Mas a fala de V. Sa., Dr. Toledo, só reforça, Sr. Presidente, a razão de estarmos todos aqui, porque quem inclusive pediu que pudesse ser convidado o Dr. Túlio fui eu, por uma simples razão: eu não achei no processo que me entregaram – e se tiver, obviamente deve estar em uma dos milhares de páginas da Covaxin – nenhuma procuração *ad judícia* do Dr. Túlio comprovando que ele era advogado da Precisa quando ele atravessou uma série de *e-mails* no contrato da Covaxin no Ministério da Saúde. Então, havia e há um entendimento, até o momento em que isso vai ser dissipado e diluído hoje – e acredito que vá ser dissipado, isso praticamente vai o eximir de qualquer tipo de responsabilidade – de que até aquele momento ele era um funcionário como advogado no departamento jurídico da Precisa, tanto que ele assina pelo departamento jurídico da Precisa e não como advogado, como banca advocatícia, com procuração *ad judícia*. E nesse aspecto, portanto, e justamente apenas nesse aspecto, pedimos que o Dr. Túlio fosse convidado. Então, é importante dizer que o...

Eu tenho aqui um documento em mãos, inclusive. Dos documentos impressos, do portfólio da Precisa, ele aparece todo momento como departamento jurídico e não como advogado. Então, nesse aspecto, sim, o Dr. Túlio tem que vir esclarecer. Óbvio que nós não vamos perguntar nada que interfira no sigilo do cliente com o advogado, mas até para que ele possa se eximir desse imbróglio jurídico que foi criado com o contrato da Covaxin. Por todas as formas que se olhe esse contrato, não dá outra conclusão a não ser dizer que esse contrato sequer esse contrato existe ou, na melhor das hipóteses, que é um contrato nulo de pleno direito. E por diversas vezes temos cópias de *e-mails* do Ministério da Saúde, que foram entregues por nós, encaminhados pelo Dr. Túlio antes da assinatura do contrato com a Precisa, pedindo agilidade desse contrato ou dizendo que iria entregar documentação que, aliás, depois nem sequer chegou, como a própria tradução juramentada daquilo que era mais precioso para dar validade à assinatura do contrato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que este é o momento de o Dr. Túlio dissipar essa dúvida. E, dissipando-a, nós podemos inclusive liberá-lo no momento mais rápido possível e continuar tratando do contrato da Covaxin. Mas eu entendo importante pelo menos esse esclarecimento por parte do Dr. Túlio, porque nos documentos que chegaram ao ministério, repito, não tem essa procuração do Dr. Túlio e, por diversas vezes nos documentos, ele aparece como departamento jurídico da Precisa. Portanto, um advogado contratado pela Precisa para poder dar agilidade. Independentemente de ser advogado ou do departamento jurídico, nós aqui sabemos das nossas prerrogativas e dos nossos deveres e jamais exigiremos de um advogado que ele quebre o sigilo do seu cliente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem é o próximo?

Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como eu estou na ordem, enquanto ele procura, posso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não sei, o Senador Randolfe falou uma questão de ordem aqui... *(Pausa.)*

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores Parlamentares... Primeiro, Sr. Presidente, queria fazer um registro aqui da presença do Dr. Alex Sarkis, advogado no meu Estado de Rondônia, e hoje também com a atuação aqui no Distrito Federal, e que está aqui na condição de Procurador Nacional do Conselho Federal da OAB.

Seja muito bem-vindo ao Senado da República e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma ponderação, até a par do que a nobre colega Senadora Simone Tebet acaba de fazer, é que, assim, é preciso deixar claro que não é o fato de a CPI convocar na condição de testemunha que o depoente, obviamente, deve ser tratado como testemunha. Se há evidência de que o depoente está na condição de investigado, essa é a condição dele na CPI. Não é a forma que determina a condição, mas, se há atos praticados que são típicos de investigação,...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não são.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... obviamente que a testemunha se encontra na condição de investigado. Isso é algo importante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós já tivemos, em outras ocasiões aqui, Senadora Simone, e eu não estou aqui... As outras questões suscitadas pelo patrono, pelo doutor que o acompanha, Dr. Toledo, devem ser analisadas pelo Presidente, e há que se demonstrar à Mesa da CPI esta condição, se ele atuou na empresa na condição, de fato, de advogado, porque aí você tem o estatuto da Ordem que lhe assegura as prerrogativas do advogado, e esta CPI não pode ir além para desrespeitar tais regras, e nenhum de nós patrocinaremos qualquer ato arbitrário nesse sentido. Isso deve ser demonstrado – isso deve ser demonstrado. Por isso, estou concordando com a Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E eu também vou concordar com o Senador Marcos Rogério. A vinda do jurídico aqui é para justamente dizer que, à revelia do Dr. Túlio e à revelia dos advogados do Ministério da Saúde, houve um contrato fraudulento que foi feito. O que nós queremos mostrar exatamente é que o Dr. Túlio teria que ter participado de todos os processos e não foi chamado a participar. Então, ele é uma testemunha e não é, não está aqui na condição de investigado, porque ele pode trazer esclarecimentos, dentro do possível, para mostrar a esta Comissão que esse contrato sequer poderia ser assinado. Em nenhum momento, nós chamamos o Dr. Túlio porque temos, pelo menos até agora, qualquer indício de que ele tenha algum envolvimento nesse contrato. Isso eu quero deixar muito claro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou fazer duas perguntas aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só para concluir, Presidente, meu raciocínio e já V. Exa. tomará a decisão – obviamente dentro das balizas do bom direito.

A questão da primazia da realidade. Veja: a CPI, às vezes, antecipa procedimentos de quebra de sigilo e isso impõe depois, à própria CPI, condições que dificultam o seu trabalho, que é colocar a testemunha na condição de investigado, e aí há essa disputa.

Então, eu quero apenas alertar V. Exa., Sr. Presidente, a par dessa provocação que a Senadora Simone fez em relação à condição de advogado, que esse é um fato relevante e há que ser aferido.

A outra condição é verificar: houve a quebra? Se houve realmente atos que expõem o depoente à condição de investigado e não de testemunha, aí o patrono já fez o alerta aqui, e cabe a esta CPI respeitar as regras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Túlio, o seu advogado... Como é o nome do seu advogado, por favor? Doutor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Toledo, o senhor que fez o Habeas Corpus nº 204492?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (*Fora do microfone.*) – Não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não foi.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (*Fora do microfone.*) – Eu assumi a defesa após a impetração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. O senhor sabe que tem um *habeas corpus* que foi pedido ao Ministro, não é? Então, tudo que está se discutindo aqui, eu vou me basear, como sempre me baseei, no *habeas corpus* que eu recebi aqui, e no *habeas corpus* não tem nenhum momento em que o seu cliente, o Dr. Túlio, não possa responder às perguntas aqui, e se calar quando algo o comprometer. Então, a sua questão de ordem não pode ser maior do que a decisão do Ministro Fux, Presidente do Supremo Tribunal Federal. Se tiver que recorrer a alguém, recorram ao Ministro Fux, não à Mesa. A Mesa vai continuar da mesma forma, como V. Exa. foi convocado.

O senhor tem 15 minutos pra querer se posicionar, depois passarei a palavra ao Senador Renan Calheiros.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se tiverem...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, só por questão de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se tiverem que recorrer...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Uma questão de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... recorram da decisão do Dr. Fux.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de procedimento: indague ao advogado e ao depoente se ele tinha procuração para atuar na condição de advogado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso deveria ter sido feito...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se foi juntado no Ministério da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor. Só um minutinho, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Esse é o grande lance.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, por favor. Isso deveria ter sido questionado ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, não à Mesa, está certo?

Eu não vou aqui...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou cumprir a decisão do Ministro Fux. Recorram ao Ministro Fux. O resto pra mim é protelar, o resto pra mim é querer jogar água fria. O depoente acaba de dizer que o Dr. Toledo não era advogado dele no *habeas corpus*. Se fizeram o *habeas corpus* errado, não é culpa minha; se pediram uma coisa errada pro Ministro Fux, não é culpa minha. Eu sou Presidente da CPI. Eu, diferente de outros, respeito decisão judicial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, a pessoa pode ser... Só tem uma coisa: não adianta argumentar, que eu não vou aceitar. Eu aceito... Se chegar agora uma decisão do Supremo Tribunal Federal dizendo que o depoente não pode falar, que não pode ser testemunha, que não pode ser isso, eu vou acatar. Agora, não preciso... Já...

V. Exa., Senador Randolfe, leu ao advogado e ao depoente o que o Ministro Fux decidiu?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Fiz a leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, já é de conhecimento.

Então, Dr. Toledo, infelizmente, não foi o senhor que fez o *habeas corpus*. Talvez, se o senhor tivesse feito o *habeas corpus*, o senhor teria colocado na petição do *habeas corpus* essas questões que o senhor está colocando à Presidência da Mesa. Então, por isso eu não tenho como atendê-lo, eu não posso passar por cima, porque ele já recorreu ao Supremo pra poder se calar. O pedido dele, aqui: "a Comissão foi notificada de decisão liminar do Ministro Luiz Fux no Habeas Corpus 204492, no qual o impetrante alegou que o sigilo profissional estabelecido no Estatuto da Advocacia albergaria a manutenção do seu silêncio durante todo o depoimento. A decisão do Ministro Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal foi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a seguinte", e aí ele dá a decisão, que é de conhecimento do advogado e de V. Exa., que é advogado, e da Senadora Simone, que são advogados.

Eu não vou arredar um milímetro. Não tem argumento. Não terá argumento para esta Presidência que eu arregue um milímetro do que o Ministro Luiz Fux decidiu.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Presidente, Presidente, apenas um apelo a V. Exa. E veja V. Exa.: o apelo que estou fazendo a V. Exa. não é pela parte que está aqui, é em relação ao Estatuto da OAB, ao papel do advogado. Pergunte a ele apenas... Pergunte a ele apenas se ele tinha procuração para atuar na condição de advogado para a empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não é se ele tinha procuração, é se ele tinha desde o final de 2020.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Sim, é isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - É se a procuração pra assinar e agir em nome da Precisa foi protocolada no Ministério da Saúde.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É porque é obrigação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, isso nós vamos saber no curso do depoimento, vai ser perguntado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, essa é uma questão preliminar, Relator. Respeitosamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não tem questão de preliminar nesse aspecto.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - O respeito... O respeito às regras...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Há uma decisão do Supremo Tribunal Federal que precisa ser cumprida. É isso que o Presidente Omar está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu me admiro... Eu me admiro de advogado pedir pra eu não cumprir a decisão do Ministro Fux.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu me admiro que alguém ainda vai questionar isso aqui. Não, aqui não! Talvez lá no Palácio do Planalto eles questionem decisão judicial; aqui na CPI nós temos obedecido a todas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente... Presidente, V. Exa. não está sendo correto com seus colegas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou sendo correto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é disso que está se tratando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está se tratando de quê?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pra resolver, Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é disso que se trata.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ...o Relator pode fazer a primeira... Inverter as perguntas e fazer a primeira pergunta pra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... pra esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. está confundindo as coisas, Presidente.

Não tem nada a ver com o depoimento do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O pedido é pra ficar em silêncio, porque ele pode...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, quanto a isso eu discordo, porque, se ele não preencher os requisitos da Ordem para essa condição, discordo absolutamente. Estou de acordo com a decisão do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu só estou fazendo a V. Exa. um apelo para que faça o questionamento à luz do que estabelece o Estatuto da Ordem. Só isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas por que é que esse questionamento do Estatuto da Ordem, que eu não tenho obrigação de conhecer, até porque eu não sou advogado nem bacharel, não foi feito ao Ministro Fux? Por que é que não fez? Vai ter que fazer pra mim e eu vou decidir? Não. Vou decidir o que o Ministro Fux falou. É isso que eu estou questionando, Senador. É que o pessoal em Direito, cada um tem uma interpretação jurídica da coisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho interpretação, eu só estou lendo aqui o que o Ministro Fux decidiu. Se alguém quiser questionar a decisão, que recorra ao Ministro Fux.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não tenho como fazer outra coisa. Eu não conheço o Estatuto que V. Exa. está dizendo. Eu não tenho...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sou obrigado a conhecer o Estatuto da Ordem.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – O que é que diz o Estatuto da Ordem?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a questão não é o Estatuto.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A questão é a seguinte: o Dr. Toledo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A questão não é o Estatuto; a questão são os termos da decisão judicial.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Dr. Toledo levantou uma questão de ordem, que é o fato de ele ser advogado; portanto, ter uma procuração da Precisa desde o final de 2020.

Eu alertei o Dr. Túlio... Inclusive, fui eu que convidei e pedi pra que o Senador Humberto pudesse apresentar o requerimento do Dr. Túlio, porque, na investigação do processo da Covaxin, ele aparece o tempo todo como um assessor jurídico do departamento jurídico da Precisa, portanto um funcionário da Precisa, provavelmente com contrato – isso não interessa. E a todo momento ele encaminha *e-mails* pro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério da Saúde cobrando o contrato administrativo da Covaxin, como se fosse um funcionário da Precisa, não como um escritório de advocacia dando assessoria jurídica. Isso faz toda a diferença pra efeito do Estatuto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - O Dr. Túlio atuou...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Não respondeu. Não responde.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone.*) - Mas tem que responder se ele atuou como advogado, uai!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Ao longo do processo...Gente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Sr. Presidente, vamos andar, porque eu acredito que o Relator vai fazer essa pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que eu já decidi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Já está decidido, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que eu já decidi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Vamos seguir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não tem nenhuma coisa aqui que possa mudar de ideia... Somente com uma decisão do Ministro Fux contrária à que ele deu. Só isso. Como ele não vai dar agora, eu vou continuar com o trabalho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - O Dr. Túlio atuou mais como consultor do que como advogado. Isso está claro. Essa é a razão de ele estar aqui hoje na CPI.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, eu perguntei ao Dr. Toledo...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Vamos seguir, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... se foi ele que pediu, fez o *habeas corpus*. Ele está dizendo que não, que foi outro advogado. Se o outro advogado não colocou na petição dele esses questionamentos que estão sendo feitos agora tanto pelo Dr. Toledo como pelo Senador Marcos Rogério, eu não posso mudar. Não é uma decisão... Eu não vou fazer uma decisão... Por mais que eu pergunte e ele diga que não, a decisão do Ministro Fux está muito clara aqui. Então, eu não tenho mais o que fazer.

Eu vou passar a palavra...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - Presidente!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Nem no *habeas corpus* foi colocada a condição dele de advogado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) - O Presidente me concedeu uma questão de ordem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Esse foi anterior.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) - Superada essa questão, eu só quero fazer uma comunicação a V. Exa. - acho que alguns já sabem, mas só para ressaltar -: nós temos aqui a documentação do falso negativo; ontem o Dr. Alessandro, do TCU, confirmou auditoria do Tribunal de Contas com vários indícios de irregularidades; e hoje, numa operação, foram cumpridos 67 mandados de apreensão no DF, no Hospital de Base, de Santa Maria e em mais cinco Estados, inclusive no Amazonas, onde o Secretário está.

Então, só para dizer da importância de trazer mesmo, sem falta, o ex-Secretário de Saúde, que está sendo mais um motivo de operação aqui do Instituto de Gestão.

Era só essa comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vamos deixar claro que ele está no Amazonas porque o juiz concedeu para ele poder viajar de Brasília para Manaus para visitar os filhos. Coincidentemente, por isso que ele não veio depor hoje; ele estaria depondo hoje aqui. Correto? Então, como ele teve essa anuência do Judiciário para ele poder viajar, ele viajou.

Agora, eu estou sendo alertado aqui sobre a questão do Estatuto do Advogado - e eu tenho todo respeito pela OAB, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados -, mas eu não posso agora, depois de dada uma decisão... Se ele não tivesse recorrido ao Supremo, pedindo um *habeas corpus* para ficar em silêncio, Senador Marcos Rogério, eu poderia tomar essa decisão, porque aí poderia obedecer ao Estatuto da Ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ele foi ao Estado... Ele foi ao Supremo. A partir do momento em que uma pessoa, qualquer cidadão, tem o direito de ir ao Supremo e o Supremo decide a forma como nós devemos fazer as perguntas, o que ele pode falar ou não, eu não... Não tem ninguém acima do Supremo. Está certo? Então, veja bem, não tem ninguém acima do Supremo! Se a Ordem tivesse nos comunicado – e todas as vezes em que a Ordem tem nos procurado nós temos tentado ser, Dr. Toledo, o mais coerentes; apesar de eu não ser advogado, mas tenho tentado aqui fazer o máximo possível –, eu poderia até tomar uma decisão nessa questão de ordem sua. Mas acontece que o advogado do depoente já tinha ido ao Supremo, e o Supremo já tinha decidido. E eu entendo...

(Interrupção do som.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente! Presidente! Presidente, só uma questão...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só uma questão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – A palavra está com o Senador.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Presidente, eu tinha levantado uma outra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Faltou o compromisso, nos termos do art. 202, Presidente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu tinha...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O compromisso do art. 202 do CPP.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Eu tinha levantado uma questão de ordem sobre outro assunto e não tive a oportunidade de fazer, Sr. Presidente. A minha questão de ordem não tinha nada a ver com o depoimento de hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O compromisso do 202 do CPP.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem, Senadora Simone.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para questão de ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente, eu vou ser breve.

A minha questão de ordem é sobre o depoimento de ontem. Eu gostaria de propor a esta Comissão que de repente pudesse apresentar um requerimento expedindo... Um requerimento ou, se não for possível, fazer constar no relatório do Senador Renan Calheiros, mas de preferência um requerimento expedindo uma recomendação ao Tribunal de Contas da União para que pudesse cumprir a própria resolução administrativa, do próprio tribunal, a de nº 94, de 1989, que proíbe a cessão ou a requisição de auditores do Tribunal de Contas da União ou outros servidores em especial aos órgãos do Poder Executivo. Não tem sentido um órgão de fiscalização e controle, que inclusive é órgão auxiliar do Poder Legislativo, do Congresso Nacional, ter os seus servidores cedidos para um Poder que eles mesmos fiscalizam.

No caso específico do auditor Alexandre, ele foi convidado, e foi confirmado por ele, para ocupar uma das diretorias do BNDES. O Relator perguntou, inclusive, naquele momento, qual era o valor, se ele sabia o valor da remuneração paga aos diretores do BNDES. Pois bem, essas remunerações dos diretores variam entre R\$77 mil e R\$81 mil, muito acima do salário de um auditor, que é de R\$39 mil, além, obviamente, no caso do BNDES, de eles terem direito aos lucros do banco, à participação nos lucros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu fiz essa pergunta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fez a pergunta...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente!

Então, diante disso, Sr. Presidente, nós fomos até o Portal da Transparência do Tribunal de Contas da União e vimos que existem pelo menos oito auditores cedidos, três para agências reguladoras, dois para o Estado do DF, um para o Ministério da Agricultura e um para a Casa da Moeda. A única exceção constitucional permitida é para que eles auxiliem as CPIs. Por quê? O Tribunal de Contas é órgão auxiliar do Congresso Nacional.

Então, diante de tudo isso, já que tem uma resolução dizendo que não pode, que nós pudéssemos, esta CPI, recomendar, Sr. Relator, ao Tribunal de Contas, até porque é órgão auxiliar nosso, que impeça qualquer cedência e traga de volta esses servidores para que retornem ao Tribunal de Contas.

Por fim – e é a razão principal, Sr. Presidente –, o Tribunal de Contas, pela Constituição Federal, no seu art. 73 ou 74, é o único órgão, que inclusive não é da Justiça, que tem o poder de fiscalizar e julgar. Então, diante desse poder tão grande, não tem sentido, é preciso proteger esses servidores de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer tipo de assédio. Não menor é a razão para que todos eles sejam concursados, e precisam ser concursados ainda que ocupem função comissionada.

Então, este é o pedido que faço: um requerimento no sentido de recomendar ao TCU que traga de volta os servidores que estão cedidos pelo Tribunal de Contas para seu órgão de origem.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Presidente, eu havia pedido pela ordem, mas eu vou abrir mão porque eu acho que a gente já perdeu tempo demais. Vamos começar, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - A decisão para a gente é quanto aos fatos de que V. Sa. teve conhecimento na qualidade de testemunha relativamente ao dever de depor e de dizer a verdade, nos termos da legislação processual penal.

Diante disso, quanto a esses fatos, V. Sa. promete, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) - Excelência, não prestarei o compromisso nos termos da lei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k. O senhor tem 15 minutos para falar.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Exmo. Sr. Omar Aziz, digníssimo Senador Presidente deste Colegiado; Exmo. Senador Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só vou fazer um alerta, Dr. Túlio. V. Exa. vai falar por 15 minutos, até um pouco mais. Só não me dê uma de Carlos Wizard aqui e, depois que falar 15 minutos, não responder nenhuma pergunta. Não é "ah", não; é "sim". Não façam isso com a gente. Pelo menos o mínimo de respeito a gente precisa.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Com todo o...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Se V. Exa... O seu advogado acabou... Conversei com o seu advogado há pouco. Com todo o respeito, disse: "Olha, eu não tenho como sair dessa regra". Ele disse: "O meu cliente vai ficar quieto. Não vai falar, não vai responder". É um direito que lhe assiste aqui pela decisão do Ministro. Veja bem: mesmo que o Ministro... Veja bem: coisas que possam incriminá-lo. Não são coisas que não possam incriminá-lo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, daí o senhor fazer um discursinho aqui pra gente de quinze minutos, a gente ter que ouvir V. Exa. falando aqui para, depois, qualquer pergunta que fosse feita, baseada até no seu discurso, o senhor não responder, aí é falta de respeito comigo e eu não vou aceitar isso de ninguém – de ninguém.

Então, V. Exa. tem 15 minutos pra falar, mas por favor, baseados no que o senhor falar, nós podemos fazer perguntas, e o senhor vai ter que responder.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, em respeito a V. Exa. e a esta Casa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não é em respeito a mim; é em respeito ao Colegiado da CPI.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Em respeito a V. Exa., como representante, como chefe, como Presidente desta, em respeito a todos os Senadores e Senadoras, exercerei o meu direito inalienável ao silêncio, pois estou aqui na condição de investigado, haja vista as medidas cautelares que foram imputadas contra mim – meu sigilo telemático e meu sigilo telefônico foram quebrados por esta CPI; vários ofícios foram encaminhados às entidades correspondentes. Por essa razão, me encontro de fato como investigado.

De outro turno, respeitarei as prerrogativas da advocacia. Fui contratado como advogado, sou advogado da Precisa Medicamentos e permanecerei em silêncio em homenagem ao direito inalienável ao sigilo cliente-advogado.

Excelência, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só pra dizer uma coisa, Dr. Túlio: nem todo comportamento de um advogado se enquadra no que a Ordem diz. Nós não podemos aí achar que todo advogado está imune a qualquer coisa, que possa fazer qualquer coisa e se basear no estatuto ou no que lhe rege.

Respeito nós temos.

Senador Renan, com a palavra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu gostaria, antes de iniciar as perguntas, de fazer dois comunicados rápidos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O primeiro, que é necessário apurar de maneira aprofundada os atos do Líder do Governo Bolsonaro, suas relações e ligações políticas e empresariais, bem como a ausência de atitudes corretivas especialmente nas negociações e possíveis associações com servidores civis, militares do Ministério da Saúde investigados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, sem falar em suas ocasionais conexões com Roberto Ferreira Dias e com os sócios das empresas de Francisco Emerson Maximiano, onde se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

incluem, entre dezenas de outras, a Global e a Precisa. Tudo somado, Presidente, as irregularidades nas negociações da vacina Covaxin com a Precisa, com a Belcher e com representantes de outras farmacêuticas tornam a situação carecedora de apuração aprofundada sobre o aspecto cível, criminal e administrativo, vez que, em princípio, não se justifica a temeridade do risco assumido pelo Ministério da Saúde com essas contratações, a não ser para atender a interesses dissociados do interesse público.

Por todo o exposto, na condição de Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, a cargo de quem está elaborar o relatório final e manter avaliação contínua das linhas investigativas, comunico a V. Exa., o que, aliás, fiz anteriormente com relação a outros investigados, que, tendo em vista veementes indícios de cometimento de crimes, atos danosos ao patrimônio público e ainda atos de improbidade administrativa, decido, portanto, declarar e atribuir ao Sr. Ricardo José Magalhães Barros, Líder do Governo na Câmara dos Deputados, a condição de investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Outro fato, Presidente, que eu gostaria de compartilhar com os demais Senadores desta Comissão Parlamentar de Inquérito é que, ontem, eu tive a grata satisfação de receber representantes das associações de defensores públicos da União em meu gabinete, ilustres representantes e conterrâneos de Alagoas, da Defensoria Pública do Estado de Alagoas. O motivo dessa reunião foi contar com uma espécie de força-tarefa ou estimular esta espécie de força-tarefa da categoria para estudar os melhores caminhos jurídicos para ajudar as famílias brasileiras a buscarem reparação judicial contra autoridades brasileiras e laboratórios que faturaram muito com a charlatanice envolvida no chamado tratamento precoce.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, depois de um rito necessário e até longo, enterrou definitivamente esta fraude chamada de cloroquina e ivermectina e apagou da nossa rotina fraudes que provocaram a morte de milhares de brasileiros, pais e mães de família, e que deixarão cicatrizes incuráveis por gerações. Já são hoje 570.718 mortos, muitas vidas perdidas que poderiam ter sido poupadas se o Presidente da República tivesse permitido e não tivesse sido absolutamente irresponsável na condução dessa pandemia.

Essa dor, Presidente, não passa, essa lágrima não seca, mas haveremos de, no desfecho dos trabalhos, contar com esse apoio para aperfeiçoamentos legais, com a gratuidade e empenho dos defensores em ações de indenização, esperando que outras categorias, a exemplo dos defensores, se prontifiquem a reparar ou minimizar essa tragédia e se prontifiquem, consequentemente, a responsabilizar os culpados, inclusive os da União.

Vamos receber, na próxima semana, as entidades de defesa da vida e dos sequelados. Aliás, um pedido que fiz ao Senador Humberto Costa, para que isso efetivamente acontecesse.

Eu passo às perguntas ao Sr. Túlio Belchior Mano da Silveira.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sua relação com a Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Eu sou advogado contratado para as atividades de advocacia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor tem procuração para atuar como advogado no caso da Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu tenho procuração para atuar no foro em geral da companhia. Eu sou advogado da companhia, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual o escritório de advocacia por que V. Exa. foi contratado para atuar nas negociações da vacina Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – É o meu escritório mesmo, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Seu escritório tem nome?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Tem nome: Túlio Belchior Mano da Silveira Sociedade Uniprofissional. Inicialmente, fui contratado como advogado autônomo, e, depois, contratado o meu escritório de advocacia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. trabalha nos endereços da Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor. Eu presto serviço, em face da questão da pandemia, remotamente; às vezes presencialmente, às vezes aqui, em Brasília, às vezes em São Paulo, às vezes no interior de São Paulo, mas sou advogado da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, qual é o escopo da sua atuação na negociação e contrato da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Serviços advocatícios, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Serviços advocatícios.

V. Sa. continua prestando serviços à Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim, senhor. Não apenas à Precisa Medicamentos, mas a várias outras entidades, outras empresas as quais também represento. Eu não sou funcionário da Precisa Medicamentos; sou advogado contratado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como V. Sa., portanto, tem sido remunerado pela Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Desculpe, o senhor pode repetir? Não entendi a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como V. Sa. foi ou tem sido remunerado pela Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Eu sou prestador de serviços jurídicos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como o seu escritório foi selecionado para prestar serviços advocatícios à Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Como foi selecionado? Acredito que pela minha experiência de atuação em licitações de contratos administrativos há 20 anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Foi indicado por alguém?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Creio que não. Não saberia responder essa pergunta, se houve indicação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quais são as empresas ou escritórios de advocacia de que V. Sa. é sócio?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Apenas do meu escritório de advocacia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Apenas do escritório de advocacia.

Qual é o endereço do seu escritório de advocacia?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - É na minha cidade, no interior de São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a cidade, por favor?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - É Nhandeara.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Suas empresas e escritórios têm representação no Distrito Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Eu sou inscrito na OAB do Distrito Federal, Excelência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Onde V. Sa. se encontrava com o Sr. Francisco Maximiano e outros funcionários ou representantes da Precisa Medicamentos para tratar dos interesses da empresa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Normalmente nos endereços da empresa. Aliás, normalmente, assim, habitualmente nos endereços das empresas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. já havia participado de outras contratações de entidades privadas junto ao Ministério da Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em que contratações, junto a órgãos públicos, V. Sa. atuou em sua vida profissional como advogado, administrativista e quando isso ocorreu, por favor?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência, eu não tenho como lhe precisar aqui datas específicas, mas como eu presto assessoria jurídica na área de licitações e contratos normalmente são de clientes que participam de licitações, eu não teria como precisar aqui a quantidade a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ainda sobre a questão da Covaxin, para não deixar nenhuma dúvida, V. Sa. atualmente está participando de negociações ou contratações junto ao Governo Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Desculpa, eu não entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Além do contrato da Covaxin, para não deixar dúvida, V. Sa. atualmente está participando de negociações ou contratações junto ao Governo Federal ?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Eu sou advogado da Precisa, exerço a defesa da companhia e no Governo Federal... Mas em relação à Precisa? A companhia que nós estamos falando, Excelência?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim, a Precisa, exatamente.

Além do contrato da Covaxin, V. Sa. atualmente está participando de negociações ou contratações...

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência, Excelência, com todo o respeito, eu não participo de negociações. Eu sou advogado da companhia e assisto à companhia nos negócios jurídicos da companhia.

Está bom?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não participo de negociação, eu sou advogado e assisto à companhia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu acho que...

Dr. Túlio, o Relator não quis dizer que o senhor participava... A negociação, que ele fala, é se o senhor presencia a questão da compra da vacina, quantas vacinas... A negociação é essa, não é financeira, não é que o senhor vá ter alguma vantagem financeira.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não é isso.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - ... eu peço desculpas se eu me expressei mal...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não, quer dizer, a pergunta não é lhe acusando absolutamente. É o seguinte...

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Não, não, eu até não tomei como provocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Se participou, por exemplo, da negociação da compra da vacina.

O senhor estava presente quando, em janeiro, a Precisa, o Sr. Maximiano, a Dra. Emanuela e pessoal do Governo estavam sentados à mesa conversando sobre valores e tal, tal.

O senhor esteve presente em alguma reunião dessa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) - Excelência, a respeito dessas condições específicas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O senhor esteve presente, por exemplo, no Ministério da Saúde em alguma reunião representando a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Só isso, não é essa a negociação que eu entendi, não é uma negociação que o senhor tenha vantagem financeira.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Até nem tomei por esse lado, Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, o senhor tomou por esse lado porque o senhor foi bastante enfático na sua defesa.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Não, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Pois é. "Não, não participo...".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Só para esclarecer.

Qual foi a pergunta mesmo, Relator, desculpe?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Qual foi a pergunta, Presidente, que você fez para ele?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Não, a do senhor, a primeira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ah, eu fiz...

Eu perguntei para V. Sa., com muita gentileza e gostaria que as respostas também acontecessem dessa forma, que se, além do contrato da Covaxin, V. Sa. atualmente está participando de negociações ou contratações junto ao Governo Federal, junto ao Governo Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, como eu disse a V. Exa. – e aí até peço escusas se o tom foi rude, até peço escusas a este Colegiado, com todo o respeito –, eu não participo de negociações, mas eu assisto a companhia na relação jurídica que tem de advogado. Então, eu exerço a defesa nos contratos que a companhia possui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todos os contratos junto ao Governo Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu exerço a defesa jurídica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E junto ao Governo do Distrito Federal?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor. Essa não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. possui relacionamento prévio, anterior à contratação da Covaxin com Francisco Emerson Maximiano e suas empresas?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou, de alguma maneira, da execução de contratos da Global Gestão em Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. presta serviço para outras empresas de Francisco Maximiano, como Saúdebank Assessoria Estratégica e Financeira, 6M Participações, de novo, Global Gestão em Saúde, Primares Holding e Participações e Farmaserv, e BSF Gestão em Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Eu sou advogado da Precisa Comercialização de Medicamentos, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E não tem efetivamente nenhum vínculo com essas empresas, profissional?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Eu sou advogado da Precisa Comercialização de Medicamentos, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. confirma que abriu o escritório de advocacia em data próxima à da assinatura do contrato da Covaxin? Com que finalidade?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Em data próxima... O senhor poderia verificar a data, por gentileza?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou perguntando se V. Sa. abriu o escritório de advocacia em data próxima. V. Sa. deve pelo menos saber qual foi a data em que abriu o escritório de advocacia, pelo menos saber disso, para vir depor e não fazer esse tipo de pergunta a quem está lhe interrogando. *(Pausa.)*

A pergunta é a seguinte: V. Sa. confirma que abriu o escritório de advocacia em data próxima à da assinatura do contrato da Covaxin? Com que finalidade?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência, foi no início de fevereiro, por questão de planejamento tributário e o aumento das demandas dos meus clientes.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Fevereiro de 2020 ou 2021?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Vinte e um, Excelência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Vinte e um?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vinte e um.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Foi assinado o contrato dia 25, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O contrato foi em 25, e o escritório foi aberto em 23/02/2021.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - É, na atividade... Eu já prestava serviços como profissional autônomo. As demandas estavam aumentando e eu resolvi abrir, fundar o meu escritório de advocacia, como está prevista na legislação essa possibilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. atuou nas tratativas entre a Precisa Medicamentos e a empresa indiana Bharat Biotech?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Eu sou advogado da companhia, da Precisa. Analiso a documentação. Acho que participei de uma ou duas reuniões técnicas, jurídicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, atuou?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência, a respeito dessa questão de atuação, eu entendo que já parte para a própria questão do sigilo profissional, eu vou me manter em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Retira o que o senhor falou, que participou de duas reuniões técnicas?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Não, Excelência, nessa parte específica eu não retiro. Eu creio que tenha participado de uma ou duas reuniões técnicas jurídicas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quando começaram os contatos com a Precisa Medicamentos e a Bharat Biotech, por favor?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência, essa informação... Eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. participou de todo o processo de negociação com a Bharat Biotech?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como se deu a aproximação da Bharat Biotech e quais foram seus facilitadores?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. pode fazer um relato cronológico de como foram as negociações iniciais da Precisa, chegando até a assinatura do contrato com o Ministério da Saúde?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como advogado militante no campo do Direito Administrativo e participe direto das tratativas da compra da Covaxin – e nesta condição apenas –, nós perguntamos: o contrato com o Ministério da Saúde prevê pagamento direto a qual dessas empresas, Bharat Biotech ou Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto a Bharat Biotech receberá do contrato de fornecimento de 20 milhões de doses da Covaxin e que parcela desse montante será destinada à remuneração da Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o empenho dos recursos das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos se a própria Precisa Medicamentos, por meio da Sra. Emanuela Medrades, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, alegou que a ordem bancária para pagamento, pelo contrato, seria feita diretamente em nome da Bharat Biotech?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É lícito que o Ministério da Saúde emita ordem bancária para o exterior?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que órgão do Poder Executivo a Precisa Medicamentos manteve relacionamento do âmbito nas negociações administrativas a respeito da compra da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De acordo com o contrato, seria lícito fazer pagamentos à Madison Biotech, suposta empresa sediada em paraísos fiscais, ausente no termo contratual e que surge inesperadamente nas *invoices* de cobrança enviadas pela Precisa Medicamentos ao Ministério da Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como consultor de Direito Administrativo da Precisa Medicamentos, V. Sa. foi responsável por solicitar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mudanças no contrato da Covaxin para que o pagamento pela vacina fosse feito à vista e assim que as doses fossem embarcadas na Índia?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, se puder responder desta vez, V. Sa. foi responsável por solicitar a retirada da cláusula que previa exclusividade do Ministro da Saúde em adquirir a Covaxin no Brasil?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez contatos com órgãos jurídicos da Presidência da República?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. sugeriu ao Governo alguma mudança na legislação ou na interpretação das normas administrativas que pudessem facilitar os trâmites da Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. articulou com Parlamentares a apresentação de emendas à Medida Provisória 1.026, de 2021, para facilitar a importação da vacina Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que esteve na Q.I. 15 do Lago Sul, bairro nobre aqui de Brasília, para tratar de interesses da Precisa Medicamentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Algum estabelecimento da Precisa ou de Maximiano funciona nessa região?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que V. Sa. enviou vários, pelo menos quatro, *e-mails* para o Ministério da Saúde que pressionavam a pasta a apressar a assinatura do contrato da Covaxin, além de solicitar o envio posterior de documentos exigidos para a conclusão do negócio?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Comissão Parlamentar de Inquérito se sente no dever de continuar perguntando, através do seu Relator, embora nós tenhamos o silêncio como resposta, talvez diante da impossibilidade de se ter a resposta dentro dos limites da legislação brasileira.

A Comissão Parlamentar de Inquérito teve acesso a uma memória de reunião, realizada no dia 20 de novembro de 2020, que registra, essa memória da reunião, que a vacina Covaxin tinha preço de US\$10 por dose, e esse valor ainda poderia ser reduzido em caso de aquisição de um quantitativo elevado de doses. Isso consta na memória da reunião. Consta nessa memória de reunião que V. Sa. estava presente nesse encontro. V. Sa. poderia narrar como ocorreu essa reunião?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço para exibir o vídeo, por favor, o vídeo 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse preço de US\$10 foi informado diretamente pelos executivos da Bharat Biotech ou pela Precisa, através do senhor ou da Emanuela Medrades?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez viagens internacionais para tratar da negociação da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que pessoas acompanharam V. Sa. nessas viagens?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Danilo Trento, e que tratativa manteve com ele a respeito da negociação da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que assuntos V. Sa. lidou com José Clóvis Batista Dattoli Júnior, apontado pela Sra. Emanuela – exibida há pouco, em vídeo – como consultor de mercado exterior da Precisa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Relator, só pra gente fazer aqui o registro de que o depoente está ficando em silêncio e a decisão do Ministro é clara: ele recorre ao direito de ficar em silêncio em casos que não o incriminem, ou seja, em que ele possa ter alguma relação direta. No caso de testemunha, ele tem obrigação de falar a esta Comissão. Então, que isso fique registrado, para o conhecimento, porque é importante a consignação, ao final, diante do silêncio dele, a necessidade do aprofundamento da participação ou não nos fatos sobre os quais o Relator faz a inquirição neste momento.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para expor.) – Eminentíssimo Presidente, V. Exa. poderia me dar só um aparte?

Todas as perguntas são relacionadas à participação do depoente. Portanto, não há qualidade de testemunha. Não é a pessoa que presenciou, viu, olhou, tomou conhecimento de fato, mas que participou. Então, ele está dentro da garantia constitucional dele, com o mais absoluto respeito.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, ele pode buscar, sim, a garantia dele, senhor advogado...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só um segundo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – ... se a senhora me permite a colaboração pra senhora e pro Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Que se utilizem as expressões "acompanhou", "assistiu", "presenciou", porque o conteúdo da relação entre advogado e seu cliente, sem dúvida nenhuma, é protegido e merece essa proteção, ela é constitucional, ela é essencial, mas não o fato de ter testemunhado atos, situações relevantes juridicamente e apurados pela CPI. Fosse relevante, V. Sa. teria alegado isso perante o Supremo. Não o fez. Não o fez.

Então, é importante só pontuar isso e fazer esse ajuste, talvez, de terminologia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perdeu a oportunidade de fazer. E, na forma do que coloca tanto a Presidente quanto o Senador Alessandro Vieira,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esta Comissão não pode desperdiçar a oportunidade de ouvi-lo sobre casos que não o incriminam. É essa a decisão do Supremo Tribunal Federal, do Presidente Fux. Ao se recusar a responder esses casos aos quais assistiu, para dar um testemunho em benefício da verdade, V. Sa. faz um silêncio, infelizmente, comprometedor.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Apenas, Sr. Relator, é exatamente que isso fique claro aqui a todos que, inclusive, estão nos acompanhando: o silêncio do depoente remete à possibilidade de incriminação nos fatos que estão sendo questionados pelo Relator. Se ele não responde, em tese, baseado na decisão do Supremo Tribunal Federal, ele poderá ter relação direta, portanto, de se incriminar. Que isso fique claro, o silêncio com relação do se incriminar. Se ele fala, estaria, portanto, numa situação de testemunha, e, portanto, não há indícios de sua participação direta, portanto, de autoincriminação. Então, que fique registrado isso aqui. Inclusive...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - ... diante dos questionamentos feitos pelo Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente, questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Pois não, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) - Nos termos da decisão de S. Exa., o Ministro Fux, eu quero aqui, se V. Exa. me permite e dialogando com a douta defesa do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Enquanto o Senador Randolfe busca, a decisão é clara do Ministro. Ele fala o seguinte:

[...] concedo, em parte, a liminar pretendida, a fim de que, no seu depoimento perante a CPI da Pandemia, e exclusivamente em relação aos fatos que o incriminem, o paciente tenha o direito de: [...] [e aí vamos lá] (ii) permanecer em silêncio [...] [que é o item 2].

Então, o silêncio do depoente tem relação direta a fatos que o incriminem. Portanto, o Relator tem o seu juízo de fazer...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Nesses termos, Excelência.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... o encaminhamento no seu relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) –
Questão de ordem nesses termos.

Para dar fiel cumprimento e cabo à decisão de S. Exa. o Ministro Fux, eu sugeriria a V. Exa., ao senhor depoente e à douta defesa que, diante da pergunta, declinasse, informasse qual o trecho da pergunta que o incrimina e, por conta disso, não se abstenha de responder a parte que eventualmente não o incrimine.

O fato da pergunta que não incrimina, nos termos da decisão do Ministro Fux...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perfeito, muito bem colocado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... ele pode muito bem responder.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO – Sra. Presidente, me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Pois não.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para expor.) – ... um aparte em relação à proposição posta pelo Senador Randolfe.

Senador Randolfe, com o mais absoluto respeito, o depoente, neste particular, não está obrigado a dizer qual a parte. Se ele sentir que isso possa lhe trazer gravame, ele pode invocar o direito ao silêncio. Então, com o mais absoluto respeito, ele vai se limitar, neste particular... As perguntas que foram feitas que não envolviam participação dele, ele respondeu absolutamente todas. Aquelas que ele considera que podem gerar prejuízo, seja a questão do sigilo profissional – que foi colocado aqui bem claro a V. Exa., com toda lealdade, que seria preservado –, seja a não autoincriminação, ele vai se limitar a dizer que não responderá, com o mais absoluto respeito a V. Exa. e a toda a Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Toledo, com a *data maxima venia*, me permita, Sra. Presidente, aqui reler os termos da decisão de S. Exa. o Ministro Luiz Fux:

[...] direito contra a autoincriminação tem assento constitucional, instaurando direito subjetivo, a ser exercido por qualquer cidadão, de não produzir prova contra si mesmo. Por óbvio, o primeiro juízo sobre o conteúdo desse direito compete ao seu [...] titular [no qual eu concordo com a douta defesa e com o que é arguido pelo depoente], a quem cabe a avaliação inicial



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre os impactos da produção de determinada informação sobre a sua própria esfera jurídica. Nesse sentido, é o titular do direito quem exterioriza a primeira manifestação de vontade em relação ao exercício da não autoincriminação.

Agora, me permitam a douda defesa, o senhor depoente e a Sra. Presidente, diz ainda S. Exa. o Ministro Fux no *habeas corpus* concedido:

Por outro lado, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além de suas finalidades constitucionais. Nesse ponto, às Comissões de Parlamentares de Inquérito, como autoridades investidas de poderes judiciais, recai o poder-dever de analisar, à luz de cada caso concreto, a ocorrência de alegado abuso do exercício do direito de não-incriminação. Se assim entender configurada a hipótese, dispõe a CPI de autoridade para a adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

Então, Sra. Presidente, é nesses termos que eu peticiono a V. Exa., nos termos da limitação aqui apresentada, nos termos da decisão aqui prolatada por S. Exa. o Ministro Luiz Fux, que sejam os fatos que não implicam, obviamente, a ofensa ao direito da não autoincriminação, então, que o depoente possa, assim, responder.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Para contribuir, Senador Randolfe, há uma preliminar aqui que é saber (*Falha no áudio.*) qual é a condição com (*Fora do microfone.*) que o Dr. Túlio se apresenta nesta Comissão.

Com base na decisão do Presidente Fux, na realidade, ele não está aqui na condição de advogado, e, para que isso fique resolvido, basta que o depoente, Dr. Túlio, apresente ou diga se apresentou no Ministério da Saúde a procuração dele, como advogado da Precisa, para poder, em nome dela, fazer todas as tratativas no contrato da Covaxin. Do contrário, Dr. Túlio, com base na decisão do Supremo e com base no que nós tivemos aqui dos autos, em que também não encontramos essa procuração, V. Sa. não está aqui na função de testemunha como advogado, mas como um funcionário da Precisa que atuou, mandou *e-mails* e pressionou - pressionou! - o Ministério da Saúde a assinar um contrato administrativo mesmo sem uma procuração da Precisa com tradução juramentada, como diz a lei.

Então, essa situação é preliminar à própria decisão do Supremo, mas complementa a decisão do Supremo. Só tem um jeito de V. Sa. permanecer calado nesta Comissão: é comprovar que era procurador com plenos poderes no contrato da Covaxin, da Precisa no Ministério da Saúde. No nosso processo administrativo, isso não tem. Por isso é que V. Sa. aqui está, como esteve Emanuela, como do departamento jurídico, sim, mas como funcionário da Precisa. Eu não estou afirmando, eu estou perguntando: onde está a procuração? Aí, sim, aí V. Sa. aqui... Eu seria a primeira a dizer, como advogada, que, acima, inclusive, de qualquer questionamento, V. Sa. tem a prerrogativa do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. Enquanto isso, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A propósito, V. Sa. tem ou não tem a procuração?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Sr. Relator, eu queria só também deixar aqui aos colegas, inclusive os que fizeram as intervenções, e sobretudo ao depoente que a CPI, e, portanto, a condução desse trabalho não aceitará o abuso do silêncio. Como já foi colocado ao depoente, em situações que o incriminem, V. Sa. tem o direito, na verdade, de permanecer em silêncio, mas, durante todo o depoimento, V. Sa. precisa responder às perguntas que são importantes para o andamento desta Comissão, até porque, nesta Comissão, V. Sa. está na condição de testemunha, e, portanto, não se pode abusar de uma decisão que foi dada de forma limitada na decisão que veio do Supremo Tribunal Federal. Ela é clara na sua decisão: o senhor não pode responder, ou melhor, o senhor busca o seu direito de ficar em silêncio em situações que o incriminem, ou seja... E aí nos remete, na verdade, a um outro entendimento: quando o Relator faz a pergunta a crimes que estão sendo investigados pela Comissão e o senhor busca o direito de não falar, subentende-se que o senhor tem relação direta com esses crimes que estão sendo investigados.

Então, que isso fique registrado aqui, e eu pediria que o senhor, na verdade, mantivesse respeito à decisão do Supremo e não buscasse, na verdade, de forma abusiva, ficar em silêncio daqui para a frente em todos os questionamentos que serão feitos pelo Relator.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Eu vou fazer a última pergunta, repeti-la: em que assunto V. Sa. lidou com José Clóvis Batista Dattoli Júnior, apontado pela Emanuela como consultor de mercado exterior?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) - Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a relação da Emanuela Medrades com a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já que ela disse que a sua era de advogado, mas também de consultor.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... e de assessor.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Respeitosamente, permanecerei em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Sr. Raphael Barão Otero de Abreu o senhor conhece?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele também participou das negociações da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Permanecerei em silêncio respeitosamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço pra Izabelle: por favor, exiba o vídeo dois.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a sua relação com Roberto Ferreira Dias, ex-Diretor do Departamento de Logística em Saúde do Ministério da Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Esse assunto não tem nada a ver com a questão da Covaxin. Qual é a sua relação?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é sua relação com José Ricardo Santana...

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... suposto amigo de Roberto Dias, que esteve com ele num jantar do dia de comemoração da assinatura do contrato da Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que foi, inclusive, na ocasião em que houve o pedido de propina à empresa Davati.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a sua relação com a Sra. Elaine Cristina Giglioli?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Marconny Faria?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com a Sra. Karina Kufa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço pra exibir, no telão, uma fotografia.

V. Sa. fez postagens na internet de apoio ao Presidente da República e ao chamado tratamento precoce. Qual é a sua relação com o Presidente da República e seus filhos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É evidente que essas postagens não têm nada a ver com a questão da Precisa nem com o papel que V. Sa. exerce perante a empresa. Isso aqui trata de postagem pessoal criminosamente em defesa do tratamento precoce e contra as vacinas. V. Sa. não se arrepende disso?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu agradeço, Presidente.

Mais uma vez, queria repetir que o silêncio do depoente é um silêncio incriminador, porque, em tendo oportunidade, ele não respondeu a nenhuma das perguntas que efetivamente não tinham nada a ver com a negociação da Covaxin nem da Precisa. Precisamos tratar esse depoimento nesta Comissão para que, posteriormente, a Comissão Parlamentar de Inquérito possa encaminhar as medidas cabíveis e necessárias.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Sr. Relator.

Vamos à lista, aqui, de inscritos. Só lembrando que, às vezes, o silêncio é uma resposta mais alta do que muitas palavras. A CPI está muito atenta na investigação e continuará os seus trabalhos.

Vamos passar aqui aos inscritos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Humberto Costa pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Não, eu troquei com a Senadora Simone Tebet.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, Simone Tebet! Com a palavra...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Peço que eu seja o segundo, por favor!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É porque tem o Senador Tasso Jereissati na sequência...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas eu peço que eu seja o segundo. Eu estou já fazendo uma deferência...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Tudo bem!

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Como eu tenho muito pouco tempo, eu vou ter que correr um pouquinho, porque são muitas as perguntas, e elas se somaram a outras tantas que vieram hoje.

Sobre essa questão do silêncio dos inocentes, Presidente Renan, Senador Renan, eu acredito que, infelizmente, o depoente teve a oportunidade de trazer aqui o único documento que garantiria a ele o direito ao absoluto silêncio, portanto na prerrogativa de advogado, de acordo com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, e perdeu a oportunidade, que é apresentar ou dizer que tinha ou que tem, no Ministério da Saúde, uma procuração da Precisa em nome dele para que ele pudesse exercer todos os atos administrativos para a realização do contrato da Covaxin. Não o fez, não responde na única pergunta que diminuiria aqui toda essa tensão e garantiria ao depoente o direito ao absoluto sigilo.

Eu quero aqui – comece a exposição, por favor! – lhe dizer que, até que se prove o contrário, Dr. Túlio, V. Sa. não está aqui como advogado, está como testemunha e sendo um funcionário do departamento jurídico da Precisa.

Esse é um documento oficial da Precisa com *e-mail* encaminhado por V. Sa. à Precisa como do departamento jurídico. Portanto, V. Sa. tem que responder às perguntas, a partir de agora, naquilo que não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o inculpe, obviamente. Mas aqui não vou considerá-lo para esse fim como advogado, enquanto não me provar que o era, que tinha procuração, mas como um funcionário do departamento jurídico da Precisa.

Por favor, o próximo.

Além disso, desse *e-mail*, por diversas vezes – eu não vou ler aqui –, mesmo faltando uma série de documentos, V. Sa. pressiona, dias antes, antes até de abrir o seu escritório, no dia 18 de fevereiro, pressiona o ministério para assinar o contrato. Interessante que isso é dois dias antes de assinar o... De ter o escritório.

Então, dá a sensação, Senador Renan, de que ele era do departamento jurídico, depois ele vê que o contrato vai ser realizado, abre uma banca advocatícia e, aí, ocorre a assinatura do contrato.

O próximo eslaide por favor.

Da mesma forma, no dia 22, mais uma pressão. Quando houve um pedido lá do controle geral para que pudesse apresentar uma série de documentações e tradução juramentada de documentos, ele pede que a assinatura do contrato seja feita e posteriormente seriam resolvidos todos os imbróglios.

O próximo por favor.

Da mesma forma aqui, mais uma vez, Fernanda, considerando a urgência, pede tradução juramentada. A resposta: que assine o contrato que depois verificará todas as pendências jurídicas.

Bom, aí começam as minhas perguntas. Isso eu coloquei apenas como preâmbulo em relação a toda essa discussão preliminar que foi colocada aqui.

Dr. Túlio, eu pedi que se fizesse o convite a V. Sa., porque, na condição...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senadora Simone, só um momento.

Eu queria pedir aqui aos Senadores, muito gentilmente, que a gente fizesse silêncio. A Senadora Simone Tebet está fazendo as suas colocações e, naturalmente, ela pode perder um pouco o raciocínio por conta do barulho. Então, eu pediria aos colegas silêncio para que ouvíssemos a Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, eu pediria só que se repusesse um pouco o meu tempo...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Claro, claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... porque foram muitas as... E essa preliminar toda, eu tive que fazer. Se pudesse me colocar como questão de ordem, até para esclarecimento, e retomar os 15 minutos, eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Seu tempo será restabelecido, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dr. Túlio, eu pedi que V. Sa. viesse na condição de testemunha porque entendia que o jurídico, tanto do Ministério da Saúde quanto da Precisa, poderia nos trazer luz sobre esse contrato fraudulento, obscuro, opaco, para não dizer ilegal e até nulo de pleno direito ou, quem sabe, até podemos chegar à conclusão de que é um contrato inexistente.

Por quê? Porque eu vi o currículo de V. Sa. V. Sa. é professor, tem pós-graduação em Direito Público, mestrado em Direito Público. Da mesma forma, eu vi como foram tratados os consultores do Ministério da Saúde que a todo momento alertavam a Dlog, a secretaria executiva, Elcio Franco, Roberto Dias: "Esse contrato não está pronto para ser assinado, esse contrato não está pronto para ser assinado"; "Esse contrato não tem garantia contratual"; "Esse contrato está prevendo pagamento antecipado, não é pagamento antecipado"; "Esse contrato não tem partes"; "Esse contrato está com o CNPJ errado". Foram feitos seis termos de referência até se chegar minimamente a um contrato que continuou errado e nulo de pleno direito.

Então, quando eu pedi que V. Sa. viesse a esta Comissão foi simplesmente para que V. Sa. pudesse esclarecer, porque, olhando o currículo de V. Sa. e vendo que a consultoria jurídica do Ministério da Saúde não foi ouvida, ou foi ouvida mas não teve sua determinação cumprida, me dá a sensação de que, na realidade, V. Sas. até fizeram recomendações corretas, mas elas não foram consideradas. Então, é por isso que V. Sa. está aqui.

Vamos a um momento um pouco anterior à assinatura do contrato. Há um parecer da Conjur muito longo, lá no 103, que diz o seguinte: "A Precisa até representa a Bharat em algumas ações, documentos etc., mas dentre elas não está a de firmar contratos." A Precisa não tinha a função de assinar contratos por quê?

Podem passar por favor?

E alega até outras recomendações, pedindo para modificar tudo.

Pode ir para o MOU, por favor.

Porque, no memorando de intenção de novembro, está lá que a Precisa era mera importadora e distribuidora exclusiva. Ela não era representante exclusiva da Bharat. Consequentemente, se ela não era representante exclusiva, ela não poderia assinar contratos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo por favor.

Aqui novamente, ainda no memorando de intenção, diz que irá nomear a Precisa como distribuidora exclusiva e, lá no final – isto é importante; isto é muito importante, Relator –, importar e distribuir, ou seja, quem vai ser a importadora desse contrato? Precisa Medicamentos.

Bom, diante de tudo isso, indo direto a quem possa interessar – próximo, por favor –, lá ela deixa claro que a Bharat é uma representante, mas não é representante exclusiva. Em não sendo representante exclusiva, teria no mínimo um processo seletivo aí de licitação – V. Sa. sabe disso, como é Professor de Direito –, no que se refere à possibilidade de a Precisa poder assinar toda essa tratativa sem precisar novamente aí de um processo, ainda que ágil, de licitação.

O próximo, por favor. (*Pausa.*)

Pode pular um e voltar depois nesse.

Pois bem, o que disse a Conjur e o que disse o Ministério da Saúde, os nossos colegas advogados? O processo está todo errado.

Se nós olharmos ali, V. Sa. aparece como testemunha nesse momento. Então, acredito que V. Sa. leu o contrato; e, se V. Sa. leu ou tivesse lido o contrato, teria visto que esse contrato não poderia ter sido assinado pela Emanuela. A Emanuela esteve nesta Comissão dizendo que era uma PJ, uma pessoa jurídica. Como uma pessoa jurídica assina em nome de outra pessoa jurídica que está representando outra pessoa jurídica, se ela, por diversas vezes, agia como uma pessoa física dentro da própria Precisa? Era necessária uma procuração.

Voltando à página anterior, Daiane, esta procuração foi exigida da Precisa, e a Precisa, falsificando uma procuração... Uma procuração falsa em todos os sentidos, inclusive sem reconhecimento de firma, é aceita de forma absurda pelo Ministério da Saúde, e, com base nisso – porque, toda hora, a Conjur e os termos de referência dizem: "Está faltando garantia, está faltando assinatura, está faltando procuração" –, a todo momento, eles pedem que se agilize e legalize o contrato administrativo. Isso não é feito pelo ministério, por quem assina.

Ainda dessa forma, Emanuela assina como pessoa física o contrato. Está aqui o RG. Não assina como pessoa jurídica. V. Sa. é Professor de Direito Administrativo, sabe que esse contrato não poderia ter sido assinado dessa forma.

Nós sabemos, básico, contrato exige partes; se não tem uma parte, o contrato é inexistente. Vamos supor que ela tivesse aí uma procuração verdadeira. Não é. A Bharat já provou – pode passar – que é falso, inclusive porque ela manda uma procuração ali com todos os erros. Isso é claro dentro do ministério.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda que tivesse isso, o que aconteceu no dia 22? A Fernanda do Delog diz o seguinte: "Olha, eu preciso da documentação com tradução juramentada". Essas são as regras básicas do Direito Público. E ela encaminha pra V. Sa. no dia 22 à noite, exigindo alguns documentos, entre eles, que está em verde, a questão da lei aqui que o Líder do Governo inclusive apresenta, o Ricardo Barros – esse artigo –, pra justificar as intermediárias. Esse foi o grande ponto que atrapalhou todo o processo, porque a nossa Lei de Licitação e Contratos exige, no §4º, art. 32, que as empresas estrangeiras cujas firmas não existem aqui, Senador Humberto, tenham que ser representadas legalmente com poderes expressos, para receber citação e responder administrativamente e judicialmente.

Quando a Fernanda percebe isso, ela exige de vocês esse documento. Vocês falsificam. Quando eu digo "vocês", é a Precisa. A Precisa falsifica esse documento. A Bharat já comprovou que esse documento não é dela. Não faz a tradução juramentada, e V. Sa. pede para assinar o contrato mesmo sem a tradução juramentada, conforme os *e-mails*.

Olhe o que diz a carta de declaração da Bharat!

Por favor, o próximo!

Bem no final ali, ele coloca ali – olha! – que a Bharat é representada pela Madison para fim de recebimento de recursos.

O próximo! Não, desculpa! É antes disso. Eu já tinha passado lá.

Quando ela atesta... Quando ela atesta que o documento é falso, ainda assim, o contrato continua, para efeito do Ministério da Saúde, tendo validade, continuam tentando fazer pagamento, a ponto de exigirem uma carta de declaração da Bharat dizendo quem é que vai receber por esses valores. Aí aparece a Bharat dizendo: "Olha, quem nos representa [pode passar à próxima] é a Madison". E, pela primeira vez, a Madison aparece nessa história, nessa triangulação.

Eu gostaria de ir para as *invoices* para comprovar tudo isso que estou dizendo, para dizer que é um contrato fraudulento. Ele não poderia ser assinado pela Emanuela como pessoa jurídica e depois como pessoa física. Ele não podia ser assinado pela Precisa. A Precisa não tinha procuração; a procuração era falsa. O Ministério da Saúde não podia dizer que não sabia que a procuração era falsa. Ela grita aos olhos, ela não tem fé pública porque ela não está registrada. A procuração tem todas as características de falta de *scanner*, de que é uma procuração fraudulenta, inclusive com erros na digitação. Mas, mesmo assim, tentam... Contrariando o próprio contato, tentam emitir uma nota fiscal, que é a primeira nota fiscal, para a qual eu gostaria de chamar a atenção aqui.

Eu não estou perguntando para V. Sa., porque V. Sa. já disse que vai permanecer calado. Então, estou passando adiante.

A próxima, por favor!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Rogério, lembra quando o Ministro Onyx e o Elcio Franco... Lembra quando o Ministro...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está hoje difícil!

Lembra quando o Ministro Onyx e o Elcio Franco vieram a público para defender o Presidente da República e dizer "essa *invoice* é falsa"? Qual foi o argumento que eles deram? E está lá no ministério. É tão falsa, que os números aqui estão errados. Não são 300 mil, são 3 milhões de doses. E aí coloca ainda ali que as doses estão erradas e que, consequentemente, o pagamento não é antecipado. Pois bem, até eu caí nessa! Está dizendo que, embora verdadeira – e tem todas as características de verdadeira –, realmente as doses estão erradas. Não estavam, Sr. Presidente!

Essa *invoice* é tão verdadeira, que a Bharat disse que a Madison é que é responsável. Além de estar em inglês perfeito e com todas as características – pode passar! –, nós não tínhamos nos atentado, Senador Rogério, que é médico, a isso. Olhe a apresentação da Madison, da Precisa! As doses que viriam para o Brasil eram de 5ml, só que cada frasco de 5ml dá para dez vacinas. Portanto, se multiplicarmos 5ml por dez, ou seja, 10ml... Com dez doses em cada uma das 300 mil doses da primeira *invoice* – volta! –, nós temos exatamente as 3 milhões de doses. Não havia erro nenhum na primeira a ponto de justificar a segunda. A única coisa que havia era que a Conjur já havia alertado e diversos da Advocacia da União haviam alertado que o pagamento não poderia ser antecipado. Aí eles alegam: "Olha, a *invoice* veio errada porque o pagamento não podia ser antecipado". Não! A Madison fez o que é correto, porque a Bharat só trabalha com pagamento antecipado. Como é que eu sei disso?

Próximo. Próximo, por favor.

É o que diz... É onde está... Lá!

Esse é o documento universal da Bharat, que serve para o mundo e para o Brasil. Ele vem, a quem possa interessar, e faz um arrazoadado de esclarecimentos. E vem, lá no finalzinho: com base... no caso da Precisa do Brasil, com base na *invoice*, o Ministério da Saúde paga o valor adiantado.

Então, não há como dizer que a primeira *invoice*... O ministro e o Elcio vieram a público e mentiram diante de um documento. Não há como não ter que, de repente, repensar a vinda de um deles, especialmente do Secretário-Executivo Elcio. A Madison... A Bharat disse que a Madison era quem receberia no estrangeiro. A própria Bharat diz: "Eu só recebo adiantado". A nota estava certa no pagamento antecipado e nas doses.

Aí vem a lambança.

Próximo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo erro da segunda *invoice*, que nós não vamos repetir, e incluíram mais US\$1 milhão para receber dinheiro do frete e do seguro separadamente. Então, o que era US\$45 milhões passou para US\$46 milhões. E, pasmem – pasmem! –: essa segunda nota, não dá para ver na esquerda, é tão fraudulenta, ela é tão equivocada, que – também não considerando aquelas doses, Rogério, da questão de que 5ml dá para dez vacinas, e não para uma só... Na realidade, no canto esquerdo, olha como não foi fabricada pela Madison nem pela Bharat, olha o prejuízo que ela teria se cumprisse isso – ela teria que fornecer por essa não 4,8 milhões, como está aqui, mas 48 milhões de doses. Qual era mesmo a quantidade de doses do contrato?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vinte milhões; não 48 milhões logo na primeira leva.

Ou seja, algum empresário, algum laboratório vai se prejudicar para menos ou para mais. Vai dizer: "Não, sou benevolente; o Brasil está passando por uma pandemia, eu quero ajudar o Brasil. Então, mesmo que o contrato fale em 20 milhões de doses e eu só receba os US\$45 milhões neste momento, eu vou dar para o Brasil não as 3 milhões de doses iniciais, mas – quanto, Senador Rogério? – 48 milhões de doses".

Então, quando se junta... Eu tenho muita coisa; não vou aqui, obviamente, ter a indelicadeza...

E, para finalizar – depois eu deixo para as próximas reuniões –, pode passar, por favor. A própria Precisa... Pode passar, onde ela... Volta lá. A própria Precisa diz que são 0,5ml, ou seja, 5ml para os frascos multidoses.

Pode ir passando, que já vamos para o final. Só tenho dois minutos.

E aí vem o tiro de misericórdia para tentarmos entender a Precisa nesse processo. A declaração da Precisa: "Sou importadora". Passa a próxima, porque é todo mundo perguntando. Vem a Anvisa e diz o seguinte: "Peraí, quem é o importador, a Precisa ou o Ministério da Saúde?". Solicita esses esclarecimentos. Por quê?

Pode passar adiante.

E pede, na licença de importação, que o sistema lá, do comércio exterior, do ministério, de importação, venha especificando de quem é a licença. Se vocês olharem aí – eu já estou terminando mesmo, Sr. Presidente –, o nome do importador: Ministério da Saúde. Mas não era a Precisa? Nome do exportador: Madison. Nome do fabricante: Bharat.

Mais uma página, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem a Anvisa, no dia 24, e diz assim: "Olha, eu quero centralizar todas as conversas com o importador, porque a Precisa está atravessando, está copiando *e-mails* e está atravessando aqui, dentro do ministério e da Anvisa, está atrapalhando aqui". Quem é? Aí vem:" o ministério configura como importador na LI".

Passa para frente.

A Precisa vai lá e confirma, responde a Precisa indicando que o importador era o Ministério da Saúde. Mas, então, o que a Precisa está fazendo aqui?

Por fim, mais um... Lá no finalzinho; não, antes, essa última... Lá no finalzinho, é o que eu preciso.

Fala que são 5ml; 0,5ml por dose. Portanto, são 10 doses em cada 5 ml, confirmando tudo o que eu falei.

E aí vem a pergunta que eu deixo para os colegas, já que o Dr. Túlio não pode responder – era isso o que eu ia buscar em todo o meu depoimento –: onde fica a Precisa? Não é representante exclusivo, consequentemente não poderia estar participando do processo. Não possui procuração legítima para receber citação e responder administrativa e judicialmente, como exige a Lei de Licitação e Contratos, que foi aqui de novo mencionada pelo Líder do Governo, Ricardo Barros, para justificar a Belcher, para justificar as intermediárias da AstraZeneca, para justificar todas essas.

Ela não é importadora – a Precisa disse que não é, o ministério diz que não é, e a Anvisa aceita como não –, ela não é exportadora, ela não é fabricante. O que é a Precisa? Uma atravessadora? Vai levar comissão? Vai ajudar a levar esse dinheiro lá para a Madison, no paraíso fiscal, ou para a própria Envixia, que é outra novela de amanhã, para aí fazer evasão de divisas, não pagamento de tributos, pagamento de propina, tráfico de influência? O que é tudo isso, Doutor?

Eu achei, sinceramente, que V. Sa. viria para esclarecer, como advogado e bom advogado que sei que é, porque eu acredito.

Para encerrar, agradecendo a paciência dos colegas, mas é que eu levei 15 dias trabalhando nesse processo no período do recesso, apenas quero dizer que, pelo currículo de V. Sa. e se os consultores tivessem sido levados a sério lá no Ministério da Saúde, que tem Diretoria de Integridade – o Humberto foi ministro, sabe disso, e ajudou a criar o *compliance* –, que tem AGU lá dentro, a CGU trabalha lá dentro, que tem consultoria jurídica; se todos aqueles interessados em levar vantagem indevida com o dinheiro público, à custa da dor e da morte de milhares, centenas de milhares de pessoas, de repente, tivessem ouvido o Dr. Túlio, Professor de Direito Administrativo, e tivessem ouvido os consultores, não teriam assinado esse contrato que, na melhor das hipóteses, é nulo de pleno direito; na pior, ele não existe porque não tem parte.

Obrigada, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone, eu não assisti a toda a sua fala, mas eu quero parabenizar V. Exa. pelo trabalho que a senhora fez, que contribui muito para o relatório final, detalhes, inclusive, que é de desconhecimento de muitas pessoas, e que não passou despercebido pela senhora.

Dr. Túlio, o senhor tinha conhecimento desses fatos narrados pela Senadora?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Sr. Presidente, respeitosamente permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, bem, das duas uma: ou o senhor não é um bom advogado, como a Dra. Simone está falando, afirmando, ou o senhor foi conivente, como advogado, com todos os indícios de irregularidade que isso tem.

Então, o senhor está aqui por isso. O senhor diz que é advogado e tem o direito de não falar sobre detalhes do contrato, mas desconhecer o seu trabalho jurídico em relação a essas coisas é muito grave. Isso é grave! E tenho certeza absoluta de que nenhum advogado que realmente preza pelo bom serviço concordaria com esse tipo de análise que a Senadora Simone teve o trabalho de detalhar pontualmente, coisa que é do seu conhecimento. O senhor pode até não responder, mas é do seu conhecimento. Sendo do seu conhecimento, o senhor sabe que fizeram coisas erradas, e coisas muito sérias, porque a partir do momento em que o senhor me diz "não, eu não conhecia isso, eu nunca vi, nunca me mostraram", é uma coisa. Agora, se é do seu conhecimento, Dr. Túlio, eu quero lhe dizer que o Senador Relator aqui vai ter que se atentar muito a isso, para que a gente não cometa injustiça, nem com o Dr. Túlio... Volto a repetir: se era do conhecimento dele, ele poderia ter alertado o seu cliente – "olha, isso aqui está errado, eu não concordo com isso" –, se não era do conhecimento dele, ele passou batido, e aí tenho que discordar da senhora – como advogado ele não fez o trabalho direito, que ele deveria fazer.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a esta Comissão, se pudesse – já que ele não quer dizer, responder, nem entregar –, a requisição ao Ministério da Saúde da informação de se foi em fevereiro protocolada uma procuração do Dr. Túlio para ter plenos poderes para falar, se comunicar com o Ministério da Saúde em relação ao contrato da Covaxin.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será feito isso e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, a propósito do que V. Exa. está falando, como todos sabem – antes do Senador Humberto, dois minutinhos – a Bharat Biotech, depois dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, descredenciou a Precisa, inclusive por falsificação de documentos. O Sr. Túlio sabia da existência de documentos falsificados no processo de aquisição da Covaxin pela Precisa, como advogado?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, permanecerei em silêncio, respeitosamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se não sabia, a dúvida que paira é muito grande. Então, V. Sa. teve alguma participação na falsificação desses documentos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já trabalhou no Ministério da Saúde, ocupando cargo em comissão?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como, Presidente? Ocupando cargo em comissão? O que é que isso tem a ver? Ele está obrigado a responder essas perguntas que não o comprometem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que o senhor sugere que eu faça?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Talvez comprometa, Senador.

O SR. OMAR AZIZ (PSD - AM) – Porque uma coisa é me cobrar, outra é o que eu faço. O que é que eu faço?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque tem aqui o *habeas corpus*, não pode ser constrangido, aí vem o Conselho Federal da OAB, aí vêm aí os advogados e tal. O que nós estamos fazendo aqui é investigando. A gente não investiga as Forças Armadas. Nós não investigamos a OAB. Nós não investigamos as igrejas evangélicas, igrejas católicas. Nós investigamos pessoas que estão envolvidas com falcaturas, sejam elas pessoas que estão dentro das Forças Armadas, sejam elas pessoas que estão dentro da igreja...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da OAB. Não importa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, chega aqui todo protegido, todo "não me toque". Por quê? Porque tem o conselho e tal. Agora, "não me toque" e querem que a gente investigue as falcaturas cometidas com a anuência de quem quer que seja? Eu não estou investigando o Conselho Federal da OAB, eu não estou investigando a Ordem dos Advogados do Brasil, eu estou investigando um cidadão que estava no meio disso e não pode! Virou "não me toque"! Virou, tudo agora é "não me toque". Porque nós... Porque nós... Nós o quê? Nós o quê? Quem é responsável pelas 570 mil vidas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos, inclusive membros que tinham que preservar esses contratos e não fizeram, prevaricaram na sua função, seja ele de qualquer... seja médico, seja advogado, seja militar, seja civil, seja católico, seja evangélico, seja umbandista. Nós não estamos investigando nenhuma organização, nós não estamos investigando nenhum sindicato, nenhuma associação, muito menos a Ordem dos Advogados.

Então, se mistura tudo e V. Exa. me pergunta o que é que eu faço? Eu tenho que olhar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu não. Quem perguntou foi V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, V. Exa. disse: "Presidente, o que o senhor vai fazer?".

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Então, me digam aí os advogados o que é que eu faço com advogado que se nega a responder tudo, apesar de o *habeas corpus* que está aqui dizer que ele tem que responder coisas simples, como é se ele teve um cargo comissionado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Presidente, vamos ouvir o delegado. Delegado sempre tem boa ideia.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) - O senhor tem a solução já aplicada nesta Comissão, é que se faça a consulta ao Supremo pra que se verifique a extensão do *habeas corpus*. É importante esse processo porque esta CPI está tendo um papel didático. A malandragem contumaz de se utilizar *habeas corpus* pra se afastar da responsabilidade de testemunhar foi limitada pelo Ministro Fux na última consulta, e também nesse caso será, porque muito claramente a atuação não se deu na condição de advogado, não existe a procuração nos autos. Ele se recusa a responder coisas como contratos comissionados de dez anos atrás, presença ou não presença em reuniões. Não é isso que está albergado pela proteção a advogado, não é. Passei pela OAB e tenho muito orgulho de ser advogado antes de ter sido delegado de Polícia. Mas não é isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, Senador. Senador, você me desculpe...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sugiro que faça a consulta, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Orgulho todos nós temos da nossa profissão. O advogado não é diferente das outras profissões, não.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É claro que não, Senador. O senhor certamente entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu entendi.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto ele não apresentar essa procuração, ele não está na função dele, não está na condição de advogado aqui. Ele não apresentou a procuração de que tinha poderes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ontem eu comuniquei a alguns Senadores que a OAB pediu para um conselheiro, um membro da OAB acompanhar aqui o advogado.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não se desgaste, Presidente. Se o se o depoente não fala, ele se autoincrimina. Pra mim, está muito claro, ele está se autoincriminando, porque há todos os dados e, se ele se nega a responder e a gente tem informação, isso vai pesar contra ele. Então, passa pro próximo inscrito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso do Dr. Túlio, concretamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Concretamente. Então, não tem que perder tempo com isso. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está sendo... Ele está sendo... Ele está aqui como testemunha, correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dr. Túlio, o senhor se nega a contribuir com a CPI. E aqui eu não vou ler novamente, porque já foi dito pelo Senador Randolfe, logo no início, o *habeas corpus* que lhe foi concedido. Mas eu acho que, como o senhor é advogado, deve saber melhor do que eu que, por outro lado, nenhum direito fundamental é absoluto, muito menos pode ser exercido para além das suas finalidades constitucionais. O senhor sabe interpretar isso?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que ele vai fazer igual à outra moça da Precisa, vai nos cansar no dia de hoje e dizer que amanhã responde, para o Sr. Maximiano não aparecer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma estratégia do Maximiano...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É uma estratégia, vai repetir a estratégia, aí ele, cansado e exausto, amanhã ele fala.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Muito bem, Soraya. É isso aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ou quem sabe do contrato da VTCLog ele possa falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. vai fazer pergunta para ele?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, faça, porque ele não vai lhe responder.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, faça.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – À medida que ele não responda, nós vamos revelar ao Brasil as questões que estão por trás disso, a começar pelo que a Senadora Simone Tebet disse.

V. Sa. já manteve contrato com alguma empresa que trabalha com o Ministério da Saúde?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Veja que essa aí já é outra questão, não tem nada que ver com esse processo. Ele já advogou 25 vezes para a VTCLog. Essa informação é importante: 25 vezes foi advogado da VTCLog, que é outra empresa que está sob investigação aqui na CPI. É uma coincidência, é uma surpresa essa questão.

Outra coisa: ele diz que não era funcionário da Precisa, mas há vários indícios de que era. O *e-mail* dele, por exemplo: drtulio.silveira@precisa; ele assina o contrato do Ministério da Saúde com a Precisa na condição de testemunha; ele participa de reuniões de negociação, inclusive de preço da vacina, como integrante da Precisa. E aqui foi revelado pela própria Dra. Emanuela que ele chegou, ela não tinha certeza se ele ou ela que falou de preço, que levantou uma proposta relativa a preço.

E não foi por acaso que ele foi contratado pela Precisa, sabe por quê? Ele foi durante um ano consultor da Opas no Ministério da Saúde. Sabe onde? No Departamento de Logística, que hoje, que até recentemente – não na época em que ele foi... Ele foi em 2014, eu acho –, mas ele foi. Então, era uma pessoa que tinha *expertise*, ele foi contratado porque tinha *expertise* porque tinha trânsito, porque tinha conhecimento com gente dentro do Ministério da Saúde. Então, essa colocação de que ele é um simples advogado... Um simples advogado não participa de reunião que faz negociação de preço, de prazo, de quantidade. Um simples advogado não vai assinar como testemunha da Precisa um processo de um contrato que está sendo feito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais: V. Sa., nessa condição de advogado e integrante da empresa, que é uma pessoa preparada, é mestre em Direito Público, já deu aula na Esaf por 13 anos do tema gestão e fiscalização de contratos, ainda hoje ele dá aula sobre licitação e contratos públicos na Enap... Não foi por acaso que a Precisa foi atrás do Dr. Túlio.

Agora, como explicar que uma pessoa tão competente, tão preparada permitiu que se assinasse um contrato com tantas irregularidades? Por exemplo, quando se falou da garantia, que é uma exigência da Lei de Licitações no Brasil e que diz que as garantias têm que ser dadas: "caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado em liquidação de custódia, autorizados pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda".

Amanhã nós vamos tratar desse tema! Quem foi que deu a garantia desse contrato, deu a garantia do contrato de compra de camisinha para a Precisa? Uma instituição que não é financeira, não tem relação com o Banco Central, as garantias são pessoais, e que se chama FIB Bank.

Esse FIB Bank, olhe, olhe, olhe... Tem que ser muito bem investigado aqui por nós.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que que é isso, Senador Humberto? É algum banco?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não é um banco. Ele não é um banco. Ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem nome de banco, mas não é banco.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... é fornecedor de garantias para o público e o privado, provavelmente é dirigido por um laranja e, provavelmente, pelos rumores que correm, pertence ao Sr. Tolentino, que esteve aqui, na maior desfaçatez. Eu não sabia... No dia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No depoimento de quem?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – No dia do depoimento do Deputado Ricardo Barros...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele estava aqui

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Estava aqui, e Ricardo Barros disse: "É meu amigo do peito".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Olha aí.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele disse aqui.

Então, esse FIB Bank...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – As peças se encaixam.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Esse FIB Bank é importante. Foi ele que deu esse aval para a Precisa, essa garantia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse FIB Bank não é aquele que tem um monte de terreno em Curitiba e coloca como garantia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em torno de 8 bilhões...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É o próprio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E tem nome de banco e não é banco. Tem nome de banco e não é banco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Humberto, se ele não é banco, como é que ele deu garantia bancária?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – E como é que o Ministério da Saúde aceitou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós temos que chamar o Presidente do Banco Central aqui, para explicar esse banco aí, que não existe e existe, dando garantia. E diz que tem mais de 8 bilhões pra dar de garantia...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Talvez quem possa explicar isso seja o Sr. Elcio Franco e o Sr. Pazuello...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas isso aí...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Inclusive, o Ministério da Saúde...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... porque foram eles que deram aval a esse contrato.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... a consultoria do Ministério da Saúde não quis aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Banco Central tem que explicar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A primeira proposta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que explicar. E a Receita Federal, porque como é que isso funciona, Senador Humberto, sem a Receita Federal e sem o Banco Central terem conhecimento? E nós temos mais informações aí. Parece que... Bom...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Bom, eu não vou falar muito não, senão... Amanhã a gente vai conversar... Eu acho até que esse Tolentino deveria sentar ali, para a gente perguntar a ele, porque tudo indica que ele é o sócio oculto desse FIB Bank. E é ligadíssimo ao Ricardo Barros, amigo do peito.

Bom, outra questão que eu acho... Mas aí veja: por que que V. Sa. não alertou à Precisa de que essas garantias não eram garantias confiáveis, não respeitavam a lei?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, respeitosamente permanecerei em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não. Agradeço.

Da mesma forma aconteceu com aquele contrato dos preservativos: a garantia foi dada pelo FIB Bank, e o Ministério da Saúde terminou aceitando mais uma vez, não é?

O senhor participou de uma reunião virtual com o Secretário Executivo do Ministério da Saúde Coronel Elcio Franco; o assessor do Ministério da Saúde Marcelo Pires; os Secretários de Vigilância em Saúde e de Ciência e Tecnologia Hélio Angotti e Arnaldo Monteiro; o assessor do Ministro da saúde, o advogado Zoser Plata Bondim Hardman de Araújo; entre outros. Qual foi o propósito dessa reunião? O que foi discutido?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, respeitosamente, exercerei o direito ao silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Outra coisa importante, que já foi abordada aqui pela Senadora Simone Tebet, mas eu gostaria que fosse exibido aí, porque eu pedi que fosse feita a perícia nos documentos da Precisa perante o Ministério da Saúde.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a suposta procuração que daria exclusividade à Covaxin para negociar com o Ministério da Saúde e representar a Bharat Biotech no Brasil.

Aquele documento da direita é outro documento, que trata simplesmente de uma autorização de viagem de um funcionário da Bharat Biotech para o Brasil.

A nossa perícia constatou que aquele documento do lado direito, que é simplesmente um pedido de autorização de viagem para o Brasil, foi utilizado para montar o outro documento que é o da procuração.

Inclusive, Sr. Presidente, eu não vou declinar nome de ninguém, mas a desconfiança da nossa perícia aqui, legislativa, é de que esse documento foi montado por uma funcionária do Ministério da Saúde. Então, nós temos que ir atrás, porque, se foi isso que aconteceu, é de uma gravidade gigantesca. Tudo isso para vender R\$1,6 bilhão em vacinas para o Brasil, desrespeitando o próprio contrato, que não previa adiantamento, que previa pagamento direto à própria Precisa e outros aspectos mais.

Então, três documentos: a carta de autorização, que significa a representação do laboratório estrangeiro perante o Brasil, é falsa; a declaração de inexistência de fatos impeditivos é falsa; a procuração da Precisa, que teria sido dada pela Bharat Biotech, é falsa.

Nós estamos tratando aqui não só de um contrato bilionário, mas de um contrato fraudulento, como disse a Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, mas é importante para não deixar aqui de fora a responsabilidade do Governo e do Ministério da Saúde: é falsa... Documentos fajutos, que foram fabricados – e muito mal fabricados –, montados, que qualquer um consegue enxergar que são falsos. E não tinha tradução juramentada, não tinha registro em cartório, portanto não poderia ser recebido pelo Ministério da Saúde. Sabe por quê, Senador Humberto? Para depois não jogar também tudo só nas costas da Precisa. O que houve foi um conluio entre empresas privadas e Ministério da Saúde. Nós não vamos colocar a culpa só numa parte, não. É importante chamar a responsabilidade do Ministério da Saúde nesse momento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois bem.

Eu vou concluir aqui, Sr. Presidente. Não quero nem utilizar o meu tempo integral, porque eu acho que, às vezes, quando essas pessoas vêm pra cá e elas ficam caladas, as pessoas têm um sentimento, a impressão de que nós não vamos conseguir avançar no processo da investigação; mas nós temos muitas informações. E é importante a gente estar passando para o Brasil.

E aí as pessoas entendem por que é que a tropa de choque governista fica tão aperreada e não fala, ele não pode falar, a OAB não deixa, não sei quem não deixa... Por que é que a pessoa não quer falar? Porque sabe que vai se incriminar e vai incriminar o Governo – o Governo! A grande responsabilidade



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por tudo isso é do Governo, é de um Governo que não tem controles, é de um Governo que não tem transparência, é de um Governo dominado pelo *lobby*. E o Ministério da Saúde, infelizmente, que devia ser o mais protegido, com mais *compliance*, não o é, é onde os fatos estão acontecendo.

Com a minha sugestão de que nós possamos ouvir mais para a frente o Sr. Tolentino e outras pessoas ligadas a este FIB Bank, que é uma verdadeira fraude, aparentemente – e eu creio que será importante para a CPI –, nessa condição, eu termino a minha intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O Senador Humberto também, como a Senadora Simone, traz fatos relevantes à investigação da CPI, que é um verdadeiro, uma verdadeira proteção. O ministério não quer que mostre o contrato, a Precisa não mostra o contrato que fez com a Bharat Biotech, ia ter que depositar dinheiro num paraíso fiscal...

Dr. Túlio, daqueles US\$45 milhões que eram para ser depositados antecipadamente no paraíso fiscal de Singapura...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Em nome da Madison.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... em nome da Madison, V. Exa. tinha conhecimento?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, com todo o respeito, permanecerei em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu prefiro que o senhor me desrespeite e me responda, mas acabe com essa conversa de "com todo o respeito", porque isso aí é falta de respeito. O senhor falar em respeito é uma falta de respeito para a gente. O senhor pode me desrespeitar, mas responda às perguntas.

Vou suspender a sessão por 30 minutos. Vamos comer agora e depois a gente conversa. Eu vou tomar algumas providências.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa.

(Suspensa às 12 horas e 35 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 01 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Está reaberta a sessão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para, no tempo de 15 minutos, fazer os questionamentos ao Dr. Túlio Silveira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Túlio, doua defesa.

Dr. Túlio, com todo o respeito obviamente ao direito constitucional de V. Exa. ao silêncio, mas eu queria retomar uma pergunta feita, um questionamento feito no início deste depoimento, pelo Relator, Renan Calheiros. Qual o vínculo funcional de V. Sa. com a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) - Eu sou advogado contratado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor foi advogado contratado? O seu escritório foi contratado? O senhor foi...

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Eu fui contratado inicialmente como profissional autônomo e, depois, o meu escritório de advocacia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E o seu escritório, só retomando... Seu escritório foi contratado quando?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Agora em fevereiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Em fevereiro.

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Foi passado pra pessoa jurídica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - No mesmo mês em que foi firmado o contrato com a Bharat Biotech para a aquisição da vacina Covaxin?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Sim, de acordo com os documentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeito.

E, antes, na condição de contratado, de autônomo da Precisa, o senhor exerceu algum cargo de direção na empresa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Nenhum cargo de direção?

O SR. TÚLIO SILVEIRA - Na Precisa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como autônomo?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ana, vamos...

É porque é o seguinte: o senhor consta, em uma ata do dia 20 de novembro de 2020, a ata da aquisição da vacina Covaxin, como Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance* da empresa.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu acredito que foi um erro de redação ou de lançamento da informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ana, vamos colocar aí a ata do dia 20 de novembro. (*Pausa.*)

Aí a ata do dia 20 de novembro. Podemos detalhar lá? Os presentes à reunião podemos ver lá em cima? Se puder ampliar, aproximar. (*Pausa.*)

Isso aí.

Presentes à reunião – podemos baixar um pouquinho? –: Francisco Maximiano, Presidente; Emanuela Medrades; Túlio Silveira, Parcerias Internacionais e *Compliance*.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu acredito que tenha sido um erro de lançamento, alguma confusão, mas eu nunca exerci cargo de direção ou equivalente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E qual a sua participação nessa reunião, acompanhando a Dra. Emanuela e acompanhando o Sr. Maximiano?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Aqui, no caso, como advogado, acompanhando a apresentação dos temas relacionados à Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E esse foi seu papel nessa reunião?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor atribui a que colocar como Parcerias Internacionais e *Compliance*?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não sei lhe informar, Excelência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Essa reunião é do dia 20 de novembro de 2020. Mais adiante, o senhor comparece depois, aqui no Senado, em um evento da Precisa. O senhor se recorda?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Representando a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, eu estava auxiliando juridicamente a Dra. Emanuela, que estava participando da reunião.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, Ana, vamos aí ao vídeo, porque não é isso que parece. Vejamos. *(Pausa.)*

Não, ao vídeo da reunião do Senado do dia 23 de março de 2021, um debate aqui sobre vacinas. A reunião do Senado do dia 23 de março de 2021. *(Pausa.)*

A reunião do Senado do dia 23 de março de 2021.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o senhor que está nessa reunião do dia 23, não é?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor aparece numa reunião do dia 20, na ata de uma reunião do dia 20, como Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance* da Precisa; aparece numa outra reunião do dia 23 de março como gerente de contratos da Precisa; e o seu escritório de advocacia foi contratado em fevereiro. Num intervalo de três, cinco meses, o senhor ocupou duas funções distintas, e depois o seu escritório, de que o senhor fazia parte, foi contratado?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, perdão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não!

O SR. TÚLIO SILVEIRA – O senhor pode repetir?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, eu estou só lhe confrontando com os fatos. O senhor aparece numa ata, que nós mostramos, do dia 23 de março de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dois mil... Do dia 20 de novembro de 2020, quando foi realizada a primeira reunião para a contratação da vacina Covaxin, representando a Precisa como Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance*. Depois, em fevereiro, o seu escritório de advocacia é contratado pela Precisa para firmar o contrato com a Bharat Biotech. Aí, posteriormente, em março, o senhor aparece em um evento aqui no Senado como Gerente de Contratos da Precisa Medicamentos.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, com todo respeito, não fui eu que fiz o lançamento dessa informação. Eu estava acompanhando a Dra. Emanuela...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Túlio, eu me certifiquei junto à TV Senado, antes disso, e fiz questão de checar quem é que declina o posto que está ocupando nas sessões do Senado. A TV Senado me informa que o posto a ser ocupado sempre é checado e é confirmado com quem está falando. Então, essa informação é uma informação da TV Senado.

Só quero recuperar: V. Sa. aparece no dia 20 de novembro como Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance* da Precisa – no dia 20 de novembro –, ou seja, não é como autônomo. V. Sa. disse que eles se enganaram lá na reunião no Ministério da Saúde. Em seguida, V. Sa. – não V. Sa., mas o escritório de V. Sa.–, o escritório de que V. Sa. faz parte, é contratado exatamente no mês, Sr. Presidente, em que é firmado contrato com a Bharat Biotech e é firmado contrato para a aquisição da vacina Covaxin. Um mês depois, em uma audiência pública no Senado, V. Sa. aparece falando em nome da Precisa na condição de gerente de contratos da empresa.

V. Sa... Qual é a função? Qual é a função de V. Sa.? V. Sa... É o escritório de V. Sa. que foi contratado? V. Sa. é autônomo? V. Sa. é dirigente da Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Eu sou advogado da Precisa, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria fazer uma pergunta. Nesse caso aí em que o Presidente do Senado, do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco, está presidindo essa reunião, essa reunião era para tratar sobre o quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era uma audiência pública sobre vacinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria... O senhor vai lá como advogado para falar numa audiência pública sobre vacina? O senhor é advogado da empresa, então, tecnicamente, o senhor entende nada ou quase nada sobre vacina. Qual era o seu papel aí, nesse momento? Era como



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

advogado, para orientar os Senadores juridicamente como deveriam fazer os contratos? Qual era o seu papel aí?

Nós temos completo esse... Eu queria ouvi-lo por favor. Eu quero o completo, eu quero ver a resposta completa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O vídeo, novamente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, o vídeo todo. Começa com ele parabenizando a Senadora Leila, a Senadora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Kátia.

E eu quero saber qual é o conteúdo desse...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Presidente Rodrigo Pacheco indica no começo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é o conteúdo dele na fala no Senado Federal? O conteúdo deve dizer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O conteúdo dele é muito importante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ana, queria pedir para você recuperar o vídeo todinho para nós...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O conteúdo é muito importante, porque o conteúdo...

A única coisa: como ele é advogado da Precisa, ele ia explicar para os Senadores e para o Presidente, que por sinal é advogado, como é que se faz o contrato ou não, qual era juridicamente a forma. É a única... A presença dele aí só deve ser para isso, não é para outra coisa. Se tiver outra coisa a mais, nós vamos saber qual era a função, realmente, dele na Precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos o vídeo todo aí?

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então vamos...

Vou só pedir para V. Exa. recuperar o meu tempo enquanto a gente vai... É que eu tenho outras questões ainda na inquirição. *(Pausa.)*

Temos aí o vídeo? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Perfeito.

Então eu queria... É que o conjunto das próximas perguntas depende de uma animação que temos que colocar aqui.

Dr. Túlio, o senhor já foi sócio... Antes de seu escritório prestar serviços para a Precisa, com quais outros escritórios de advocacia V. Sa. teve sociedade?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Eu já tive o meu escritório de advocacia aqui em Brasília.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual escritório, Dr. Túlio?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Dal Sasso e Silveira Advogados Associados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Só um minutinho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sessão temática sobre fornecimento de vacina e oxigênio ao Brasil?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente, em 23 de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo! Então, quem deveria estar aí... Bom, vamos ver. Quem é que está falando aí?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O representante da Sputnik...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – União Química, não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É... Vamos aí... É aí, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – É aí, eu acho que... Eu queria ver de que forma o Presidente apresenta ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estava naquele nosso vídeo... Era isto que eu estava dizendo a V. Exa.: estava naquele nosso vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Chegaremos lá! Chegaremos lá! Temos todo tempo do mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço pela parte do "todo tempo do mundo", que me toca! Soou como música para os meus ouvidos essa parte, Presidente! (*Risos.*) (*Pausa.*)

Podemos ir aí? Podemos colocar? (*Pausa.*)

Então, vamos lá.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Acho que já está bom, Presidente, porque me parece que o nosso depoente... (*Pausa.*)

Sr. Presidente, obrigado.

Dr. Túlio, o senhor fala com autoridade. Veja, o senhor está em uma sessão de debate temático do Senado Federal falando em nome da empresa. V. Sa. fala inclusive no cronograma de entrega da vacina. Me parece que o senhor é um pouco mais do que simplesmente advogado, o senhor não acha?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência, nesse caso específico...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu quero só reportar – me permita – que V. Sa., um mês antes, constitui um escritório de advocacia, que é o escritório



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de advocacia que avaliza o contrato da Precisa com a Bharat Biotech no âmbito do Ministério da Saúde. Um mês depois, V. Sa. aparece como gerente de contratos falando em uma audiência pública do Senado, inclusive falando sobre cronograma de entrega.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, gerente de contrato nunca fui. Eu sempre fui advogado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas V. Sa. está falando do contrato. Nós estamos ouvindo aí.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim, sim. Eu estava auxiliando na qualidade de advogado, trazendo as questões relativas às cláusulas contratuais, explicando a questão do cronograma, talvez ali mais adiante – não me recordo exatamente dessa reunião – a questão relativa à própria legislação, algum tipo de entrave, mas, na qualidade de advogado, explicando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas por que o senhor estava representando e não...

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, não. Eu estava representando como representante legal, advogado, tanto é que o Senador Rodrigo Pacheco, quando convoca, convoca como representante, só que ali – entendo eu – representante legal, na qualidade de advogado. Eu não vejo nenhum prejuízo em relação a estar acompanhando a diretoria técnica para dar o auxílio jurídico relativo às cláusulas contratuais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, este é o papel da advocacia, o de acompanhar, assistir, como S. Exa. o Dr. Toledo, a doughty defesa, está fazendo com V. Sa. aqui. É assistir, não falar em nome. V. Sa. não concorda?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, eu não concordo. O senhor vai me desculpar, mas ali, como advogado, eu estou assistindo, acompanhando, orientando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Eu só quero dizer assim: V. Sa. se apresenta com três funções diferentes no intervalo de quatro, cinco meses. Primeiro, V. Sa. participa da assinatura do contrato com a Bharat Biotech, no dia 20 de novembro, com uma função, como gerente de *compliance*. V. Sa. constitui um escritório de advocacia para avaliar o contrato da Bharat Biotech com a Precisa junto ao Ministério da Saúde logo em seguida, no mês de fevereiro. E, um mês depois, V. Sa. participa de uma audiência pública no Senado com outra função, descrita nessa audiência pública. Só me parece muita coincidência ter tido duas confusões distintas: a do Ministério da Saúde, depois de ter tido uma confusão por parte da TV Senado, em tese – é a quem V. Sa. atribui –, uma confusão no cargo que V. Sa. ocupa, confundindo se foi contratado o seu escritório de advocacia ou se V. Sa. era, de fato, da Precisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas prossigamos, que eu tenho... É só para eu poder tentar cumprir o limite do meu tempo.

Eu perguntei para V. Sa. se V. Sa já tinha participado de algum... Eu quero trazer essa animação aqui. V. Sa. tinha participado de algum escritório de advocacia? V. Sa. já integrou algum escritório de advocacia? É este escritório Dal Sasso?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim, Excelência, foi o escritório em que as atividades se encerraram em 2012.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito!

Então, pode colocar a animação? Podemos... Temos como colocá-la? Não? (*Pausa.*)

Pronto! É o escritório Dal Sasso e Silveira Advogados Associados. Perfeito!

Entre as defesas técnicas do escritório de que V. Sa. participou, em algum momento V. Sa. representou a empresa Voetur Cargas e Encomendas Ltda.?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Em que época, Excelência?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Durante o período em que V. Sa. integrou esse escritório.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Se eu advoguei?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em algum momento, o escritório de V. Sa. advogou para a empresa Voetur Cargas e Encomendas Ltda.? É a Voetur Cargas e Encomenda Ltda.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, eu entendo que isso aí é uma questão de sigilo profissional. Eu gostaria de manter reservado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente! Então, respeito o direito ao silêncio de V. Sa., inclusive amparado pela doura defesa.

Mas, então, deixe-me trazer uma informação aqui, Sr. Presidente, colegas Senadores, em relação a isso. Nós temos aqui a documentação que indica isso.

Temos aí a animação? (*Pausa.*)

Então, nós temos aqui a documentação que indica que V. Sa. representou a... O escritório que V. Sa. integrava, o Dal Sasso e Silveira Advogados Associados, representou a Voetur Cargas e Encomendas Ltda. em vários processos. A Voetur Cargas e Encomendas Ltda. é, Sr. Presidente, hoje... A composição societária da Voetur é a mesma composição societária da VTCLog, que a Senadora Eliziane muito bem conhece e está detalhando em uma linha de investigação. Então, a Voetur é a VTCLog. Foi uma das



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empresas que foi cliente da Dal Sasso e Silveira Advogados Associados, mas pode ser uma simples coincidência.

Então, vou continuar no questionamento a V.Sa.

O escritório... O senhor podia descrever quem são os sócios do seu escritório, quem eram os sócios? O senhor pode descrever quem eram os sócios do escritório Dal Sasso e Silveira Advogados Associados?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Túlio Belchior Mano da Silveira e o Dr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira.

O Sr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira é Superintendente Administrativo do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal hoje. O Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal hoje é presidido pelo Sr. Gilberto Occhi. O Sr. Gilberto Occhi é conhecido como um dos quadros do Partido Progressista, que é o mesmo partido, senhoras e senhores, é o mesmo partido do Sr. Ricardo Barros. Inclusive o Sr. Gilberto Occhi sucede o Sr. Ricardo Barros no Ministério da Saúde.

Tem mais um detalhe: o Sr. Gilberto Occhi... Tinha que ter mais uma setinha para cima, porque o Sr. Gilberto Occhi... Durante a gestão do Sr. Gilberto Occhi no Ministério da Saúde – foi dito, inclusive, pelo próprio Ricardo Barros aqui, em depoimento – é firmado o acordo com a VTCLog, em substituição ao contrato anterior. As negociações, de acordo com a VTCLog, foram iniciadas na gestão de Ricardo Barros e foram fechadas – e o próprio Ricardo Barros falou isso aqui – na gestão do Sr. Gilberto Occhi. Repetindo: o Sr. Gilberto Occhi é o Diretor do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal, no qual o Sr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira ocupa o cargo de Superintendente Adjunto Administrativo.

O Sr. Carlos Fernando Dal Sasso de Oliveira também atua, é chefe da Unidade de Administração-Geral da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde do Distrito Federal. E quem é o Presidente da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciência da Saúde do Distrito Federal? É o Sr. Osnei Okumoto, que é o ex-Secretário de Saúde daqui, do Distrito Federal. O Sr. Osnei Okumoto era Secretário de Saúde no começo do Governo atual do Distrito Federal e pediu exoneração em março de 2020. E o Sr. Osnei Okumoto foi substituído, por indicação dele próprio, no âmbito da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, por quem? Pelo senhor... Sr. Presidente, pelo Sr. Francisco Araújo, que deveria ser o depoente do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dia de hoje e que foi preso no dia de hoje, em Manaus, por conta da Operação Falso Negativo, por conta dos desdobramentos da Operação Falso Negativo. E qual a empresa que estava envolvida no foco da Operação Falso Negativo? Qual era a empresa envolvida? Era a empresa Precisa Medicamentos.

V. Sa. tem conhecimento dessa Operação Falso Negativo e do envolvimento da empresa em que V. Sa. advoga, não é? Eu lhe pergunto.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Sim, pela imprensa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pela imprensa? Mas V. Sa. não tem maiores detalhes sobre essa investigação?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, a respeito dessa parte eu vou respeitar o sigilo cliente e advogado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. Vai se utilizar do direito ao silêncio.

Perfeitamente.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Em relação...

Perdão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Em relação ao sigilo profissional cliente e advogado, está bom?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, perfeitamente. Em respeito a esse direito constitucional que nós historicamente sempre defendemos.

Mas, então, veja, o Sr. Osnei Okumoto é Secretário de Saúde do Distrito Federal, substituído pelo Sr. Francisco Araújo. O Sr. Francisco Araújo é objeto da Operação Falso Negativo e, na Operação Falso Negativo, a empresa que é alvo da Operação Falso Negativo é obviamente a Precisa Medicamentos. Mas, além disso, o Sr. Osnei Okumoto, hoje, ocupa o cargo também de Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, não é isso? Foi anteriormente Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde.

Foi Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em qual gestão, Sr. Presidente? Na gestão do Sr. Gilberto Occhi, que substituiu o Sr. Ricardo Barros, que também é vinculado ao Partido Progressista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser tudo mera coincidência, Presidente, mas é um excesso de coincidências e tem um adágio que a gente aprende aqui em Brasília que é o seguinte: "Jabuti não sobe em árvore. Jabuti, se foi colocado em árvore, ou foi enchente ou foi mão de gente".

Então, esta cadeia de relacionamentos aí apresenta... Veja que a Precisa está presente não somente nos casos envolvendo o Ministério da Saúde, mas é a mesma rede. O Partido Progressista está todo aí olha: Gilberto Occhi, que sucedeu Ricardo Barros, a Operação Falso Negativo, a empresa Precisa. A estrutura que se reproduz aqui no Governo do Distrito Federal, não me parece, isso tudo, ser mera coincidência.

Assim, V. Sa. tem todo o direito ao silêncio, direito consagrado na nossa Constituição, que nós defendemos obviamente, direitos que nós defendemos e respeitamos, mas me permita o meu julgamento de dizer que, assim, a mim, e eu acredito que à maioria dos membros desta CPI, V. Sa. não conseguiu convencer com o fato de ter, num intervalo de cinco meses, ocupado três funções totalmente distintas: ora autônomo, ora com escritório de advocacia contratado, primeiro, e participando dos momentos decisivos deste contrato.

V. Sa. participa do firmamento do contrato com o Ministério da Saúde e com a Bharat Biotech, ou melhor, da primeira reunião com o Ministério da Saúde com a Bharat Biotech, no dia 20 de novembro. V. Sa... Depois, em fevereiro, é contratado o escritório de advocacia de V. Sa., V. Sa. constitui exatamente o escritório de advocacia, naquele momento, que avaliza o contrato com a Bharat Biotech e, logo em seguida, V. Sa. representa a Precisa aqui em um evento oficial do Senado da República.

Eu aquiesço, ouço a resposta de V. Sa., mas me permita dizer que V. Sa. não conseguiu, pelo menos a mim, convencer dessa ocupação de funções distintas. E essa rede de relacionamentos aí mostra que há mais certezas do que dúvidas nas relações entre a Precisa Medicamentos, o Sr. Ricardo Barros, o Sr. Gilberto Occhi, a Operação Falso Negativo aqui no Distrito Federal, e o Sr. Ricardo Barros, Líder do Governo Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou...

Senador Eduardo Braga, Senador Jorginho Mello, Senador Luis Carlos Heinze.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Rapaz, eu pensei que ainda fosse demorar bastante. Presidente, eu queria...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Nem o Senador Girão nem o senhor estão aqui na lista, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) - Após pode me assegurar a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Por favor. Vou passar aqui... Os outros que eu chamei estão na lista e não estão presentes, por isso que eu adiantei.

Senador Rogério Carvalho e depois Senadora Eliziane, se o Senador Marcos Rogério e o Senador Girão... O.k.?

Senadora Soraya, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - A primeira coisa, Presidente, que eu queria...

Está comigo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) - A primeira coisa que eu queria sugerir ao Relator e ao Presidente da Comissão é que, diante de tantas questões respondidas com o silêncio e respondidas em desfavor - viu, Presidente e Sr. Relator -, diante de tantas questões respondidas com o silêncio do depoente em desfavor do mesmo, a minha sugestão é que conste no relatório que o depoente de hoje seja considerado investigado, porque ele é responsável, como disse aqui Emanuela Medrades... Ela o apresenta como Gerente de Contratos Administrativos da Precisa Medicamentos, coisa de que ele, de todas as formas, tentou se esquivar... O e-mail de Emanuela Medrades, ela manda aqui... Enviado.

"Caro William, boa tarde." Deve ser alguém...

"Caro William, boa tarde. Não participei, porém segue a lista das pessoas que estarão presentes em nome da Precisa. Francisco Maximiano e também o Diretor de Contratos, Dr. Túlio Silveira."

Certo? Então, diante disso e diante do que já foi exposto aqui, eu acho que nós estamos um pouco cansados de ouvir falar sobre a Precisa e sobre a quantidade de irregularidades que nós temos nesse contrato. Nós temos irregularidade, primeiro, no valor, que é a mais cara de todas as vacinas negociadas. Segundo, nós já temos comprovação de que foi a única vacina de que o Presidente da República fez questão de buscar intermediação para aquisição dela junto ao Primeiro-Ministro da Índia. Nós já temos informações de que essa vacina, a Embaixada do Brasil na Índia foi quem representou o laboratório e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seguir como se fosse algo oficial. Já há indícios de que essa empresa, a Precisa, foi apresentada como sendo uma recomendação para a Bharat Biotech contratá-la. Ou seja, parece que tudo estava montado para que a Precisa fosse a representante da Bharat Biotech.

Além disso, me parece que todas as questões relacionadas a garantias e às condições objetivas dessa empresa Precisa para firmar um contrato de tamanha dimensão – de um 1,6 bilhão – a empresa não tinha lastro pra fazer isso. É só olhar as *invoices*. Na *invoice* que veio, tinha que pagar o frete; na outra, muda. Não sei se vocês percebem, mas há uma tentativa, o tempo todo, de encontrar formas de não haver desembolso por parte da empresa Precisa para cumprir a execução daquilo que foi contratado.

Isso vai sendo demonstrado... Aqui foi demonstrada, pela Simone Tebet, uma série de irregularidades entre uma *invoice* e a outra *invoice*, a falsificação, a original. Tem declarações da própria Bharat Biotech de que houve falsificação de documentos entre a Precisa, que a Precisa apresenta, que não são verdadeiros. E nisso tudo, nisso tudo a gente está diante de uma negociação que aconteceu em fevereiro, em março. E até este momento não havia interesse do Governo brasileiro em comprar vacinas. A gente tinha a Pfizer com 101 correspondências encaminhadas ao Governo, a vários órgãos de Governo, e não tinha vacina.

Eu queria que botassem um vídeo aí que eu tenho colocado. Eu comecei a colocar ontem, queria que colocasse outro vídeo. Prestem atenção nesse vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto, já é suficiente pra gente ver que 570.718 mortes representam o sentimento dessa criança que perdeu a avó, ou a avó que perdeu um filho, um neto, ou a mãe que perdeu o filho, a filha que perdeu o pai, ou a tia que criou o filho que morreu. E assim, são 600 mil pessoas e milhares, e milhões de pessoas que morreram pela negligência do Governo.

Enquanto o mundo inteiro se organizava pra comprar vacinas, o Brasil negligenciava a compra das vacinas que foram testadas no Brasil, como, por exemplo a Pfizer, como, por exemplo, a Moderna. E o Governo brasileiro negava a compra da própria vacina que estava sendo produzida no Brasil pelo Instituto Butantan. E nós deixamos de ter, no início deste ano, milhões de doses à disposição dos brasileiros.

O que nós vimos foi uma disputa política do Presidente pra tentar colocar a vacina no braço do primeiro brasileiro antes do Governador de São Paulo, utilizando-se da questão da vacina, porque naquele momento a vacina virou a prioridade do Brasil, o povo queria a vacina. E a gente vê essa disputa.

Mas acontece que o Governo central, que é o Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que era quem devia comprar vacina, não comprou vacina e só foi... E não comprou vacina, e isso está representado numa campanha ou num processo de imunização lento. Neste momento, já poderíamos ter



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais de 50%, 60% da população com as duas doses, se a gente tivesse adquirido as vacinas no período correto.

O que acontece é que só houve interesse de comprar a vacina no momento em que a vacina passou a ser um negócio interessante para algumas pessoas. O nosso querido Senador Randolfe Rodrigues mostrou aqui o esquema de inter-relacionamentos, uma teia de relações entre pessoas que circularam em ambientes parecidos: o próprio Dr. Túlio, que foi consultor da Opas na área de logística do ministério, que vira depois diretor de contratos da Precisa; o sócio dele, que virou diretor de um órgão da secretaria de saúde, que está relacionado ao ex-Ministro, que está relacionado ao sucessor do Ministro; ou seja, nós estamos diante de uma rede de interesses que precisa ser bem esclarecida para a opinião pública. Enquanto isso, o que a gente viu no Brasil foram milhares de brasileiros morrendo por falta de vacinas.

Então, Presidente, Sr. Relator, eu, quando vejo um depoimento dessa natureza, um depoimento em que a pessoa se cala, é porque não consegue falar, porque se falar vai confirmar o que a gente já sabe, vai confirmar absolutamente tudo que a gente já sabe, que é um conjunto de irregularidades que permeou essa tentativa de comprar essa vacina Covaxin.

E essa vacina... Todos nós gostaríamos de ter a Covaxin, a Sputnik, todas as vacinas que fossem possíveis de ser adquiridas. O problema desta CPI é justamente porque não tinha vacinas, mas o que a gente está vendo é que o Governo aproveitou um determinado momento de emergência sanitária e algumas pessoas se aproveitaram desse momento para tirar vantagem da compra de vacinas, enquanto brasileiros e brasileiras morriam pela covid-19.

Então, estamos aqui diante de uma perversidade que é a cara do Governo do Presidente Bolsonaro: um governo perverso, um governo insensível, um governo que só age diante de um interesse objetivo, que foi exatamente, nesse caso das vacinas, o momento em que houve alguma possibilidade de tirar algum proveito, por parte de alguém, da compra dessas vacinas através da intermediação. Para mim já é suficiente. O que a gente tem de informações sobre a Precisa já é suficiente para caracterizar que houve corrupção ativa, corrupção passiva, que houve tráfico de influência, que houve várias irregularidades, desde o início do contrato até o fim do contrato. Por isso ele foi interrompido.

E, graças a esta CPI, nem este contrato, nem o contrato da Belcher, que era outra tentativa de intermediação – que é com o laboratório CanSino intermediado pela Belcher –, nem o da Davati, nem... O da Davati nunca se concretizaria, porque aquilo era uma trambicagem inteira, mas que chamou a atenção, porque poderia gerar ganhos pra alguém. Mas, graças a esta CPI, esses contratos não se materializaram.

E isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E a VTCLog.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Hoje. Hoje.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Claro! Sim, sim, claro!

Então, é importante dizer que esta CPI tem cumprido um papel preventivo – preventivo – no que diz respeito a preservar os bilhões que nós precisamos pra comprar vacinas. Porque veja: só aqui, em 20 milhões de doses, era R\$1,6 bilhão, que daria pra comprar, a US\$10, 40 milhões de doses praticamente. Se fosse da AstraZeneca, daria pra comprar 100 milhões de doses! Se fosse da vacina AstraZeneca, conforme foi contratado pela Fiocruz. Se tivesse botado o dinheiro noutro canto, a gente já poderia ter, já estar pensando na terceira dose.

Então, que bom que esta CPI está funcionando, que bom que esta CPI está interrompendo esse ciclo de intermediação e que bom que pode ser que a gente tenha dinheiro para comprar a terceira dose, pra começar a reforçar a vacina dos idosos e dos profissionais de saúde já, assim que terminarmos ou antes de terminarmos de vacinar toda a população brasileira, porque vai ser necessário dar a terceira dose, por uma questão de necessidade sanitária, em função da variante Delta, que está aí, assombrando o mundo.

E, enquanto isso – enquanto isso –, a gente viu este Governo, que se diz puro, que se diz o Governo que não tem corrupção... Mas o que a gente viu, na prática, foram tentativas interrompidas por esta Comissão de consolidar um processo claro de corrupção na comercialização de vacinas, um bem essencial para salvar a vida. Isso é crime hediondo, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sra. Presidente, me permite uma interrupção?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu peço a atenção dos pares, rapidamente, para fazer pequenas considerações, antes de apresentar uma decisão, como Relator, atinente ao depoimento de hoje.

Considerando o silêncio constrangedor do depoente, das dúvidas que perderam, por força da resistência do Dr. Túlio Silveira em prestar as necessárias declarações, que em nada constroem ou poderiam incriminar o convidado, agravando sobremaneira o andamento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que, em verdade, tem a missão pública e que visa somente a averiguar a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regularidade de ações praticadas em momento tão dedicado da população brasileira para a população mundial; considerando que o silêncio da testemunha ecoa indícios de participação em prováveis negociações, suas óbvias ligações com outros investigados, inclusive como ocupante de cargo em comissão no Ministério da Saúde; considerando o fato de não ter o advogado apresentado instrumento de procuração ou qualquer outro documento que demonstre efetivamente sua prestação de serviço como advogado contratado pela empresa Precisa – Comercialização de Medicamentos; considerando que o depoente não possuía escritório de advocacia até dois dias antes do contrato firmado entre a Bharat Biotech, Precisa e o Ministério da Saúde; eu decido – e queria comunicar a todos – declarar e atribuir ao Sr. Túlio Silveira Belchior a condição de investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, passando a ser tratado nestas condições, pelo que informo a essa Presidência e aos demais membros presentes a essa reunião.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k., Sr. Relator.

Com a palavra, por 15 minutos, o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, Sra. Presidente, eu queria consignar que há que ser reconhecido o papel fundamental da advocacia. Há que se reconhecer e garantir as prerrogativas do advogado, presentes tanto no Estatuto da Ordem quanto no Código de Ética. Isso não é gentileza; é mandamento legal.

Porém, diante das evidências apresentadas aqui, me parece que o depoente está – ou estaria – usando a condição de advogado para se recusar a responder fatos que podem não ter relação com a função de advogado. O que me parece é que o depoente representava a empresa ora como gestor corporativo, ora como advogado. Isso é algo inusitado e que é preciso que se observe.

Há documentos que indicam a condição de gestor. E ele disse que foi um erro apenas, talvez, na formatação do documento, alguém que teria redigido. Mas há também documento público, vídeo público dele, se apresentando na condição de gestor de contratos, inclusive internacionais, lhe conferindo, inclusive em depoimento aqui no Senado Federal, essa condição, esse tratamento, esse designativo. Não falou como advogado, porque, fosse meramente o rodapé identificativo a dizer: "Olha, representa...", não; a fala não é fala de advogado.

A primazia da realidade impõe a todos nós reconhecer a condição a partir da articulação que se faz, e, respeitosamente, não falou ali como advogado, falou como gestor de contratos, chegando inclusive a afirmar sobre a possibilidade de antecipação da entrega de imunizantes – isso não é papel de advogado –,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o que, a toda evidência, vai além dos regulares poderes de um advogado constituído, ainda que para falar numa audiência pública, como foi aquele caso.

Não se pode cogitar de uso das prerrogativas da advocacia para eventualmente se afastar da imputação de responsabilidades, com toda vênia aos nobres patronos que o acompanham. Se isso é fato, o depoente usa a OAB para obstruir investigação legítima, e obstrução à investigação é crime, ainda que em sede de CPI, na esteira dos precedentes do STJ. Eu não quero prejudicar, mas é preciso que se observe, nobre Senador Girão, o conjunto das falas e dos documentos.

Agora, é bem verdade também que esta CPI tratou o depoente, desde o início, nem em uma condição e nem em outra: não tratou como advogado e não tratou como testemunha. O depoente foi tratado aqui o tempo todo como investigado – inclusive, teve seus sigilos quebrados por esta CPI – e não esteve aqui em nenhum momento na condição de testemunha. Testemunha é alguém que assistiu, ouviu ou tem conhecimento de um fato que envolva terceiros – em nenhum momento, o depoente foi tratado nessas condições –, fatos de que tenha conhecimento e que, em razão desse conhecimento, seja necessário o seu depoimento para elucidar investigações e, nesse caso, há obrigação de falar.

Então, o melhor aqui, realmente, é, para além daquilo que já é de fato, formalmente transformar o depoente à condição de investigado. Eu cheguei a falar sobre isso com o Relator momentos antes, e ele, agora há pouco, antes da minha fala, antecipou e fez o anúncio; só errou num ponto, porque penso que a competência para transformar alguém em investigado é da CPI e não do Relator da Comissão. A meu juízo, essa é uma prerrogativa da Comissão, há que se submeter a esta Comissão para que a Comissão decida transformar o depoente em investigado, e, nesse ponto, estou plenamente de acordo.

Aí, à luz da Constituição e do código de processo, as garantias estão lá, mas a investigação tem que ser feita, porque há elementos de prova que apontam que, em dado momento, atuou de um jeito e, num momento posterior, de outra maneira. Então, eu queria aqui fazer esse registro, porque o compromisso que todos nós temos, no âmbito desta CPI, é de apurar as evidências, buscar as provas, enfrentar os fatos à luz da verdade. Não temos compromisso, Sra. Presidente, de fazer a defesa de quem quer que seja. A defesa é da verdade. E aqui não se procura defender a pessoa, porque o que está...

E, no início, nós fizemos aqui vários questionamentos ao Presidente em relação à figura do advogado, porque, se formos olhar os precedentes do Supremo Tribunal Federal, eles são claríssimos em relação à proteção ao sigilo profissional, todos eles – todos eles. Se a informação que se tem é em razão do vínculo profissional, ela está protegida. Não é nem uma proteção no sentido de ter a possibilidade de não falar, é obrigação de não falar se é em razão do exercício profissional. Mas obviamente não quis o Estatuto da Ordem ou o Código de Ética proteger qualquer outra hipótese que não encontra respaldo em nenhum desses mandamentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui quero cumprimentar a OAB, na pessoa do Dr. Alex Sarkis, advogado, membro do Conselho Federal, procurador, que aqui comparece na condição de representante da ordem, cumprindo o seu papel institucional. Cumpre o seu papel institucional e nisso acerta a Ordem, porque é esse o papel dela.

Mas obviamente cabe a esta CPI, a par dos fatos e das evidências, separar o que é uma coisa e o que é outra coisa. Sendo submetida à deliberação do Plenário a transformação formal, porque de fato já é – estou falando isso aqui desde o começo –, eu vou concordar com a transformação na condição de investigado a partir dos fatos que estão disponíveis junto a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Amanhã nós vamos ter a oportunidade de tomar o depoimento aqui do representante dessa empresa. Certamente que não vai vir dizendo que é uma coisa ou outra. É o representante, é o dono da empresa. E há muita informação, há muitos fatos, há muitos questionamentos a serem feitos em relação a esse cenário todo que se criou em torno dessa empresa. Precisa.

Hoje nós tivemos aqui... Hoje, até reprisaram aqui a Lava Jato. O PowerPoint da Lava Jato, do Paraná, hoje visitou a CPI. Está evoluindo, porque antes muitos aí condenaram o PowerPoint, não é? Muitos condenaram o PowerPoint. Hoje ele apareceu aqui.

E aí alguém dizia na época: "Não temos provas, temos convicções". Ora como é que você tem uma investigação em que você tem a obrigação de apurar os fatos, buscar as evidências e você vai dizer "Não, não temos provas, temos convicções"? Uma CPI também tem que ter compromisso com a busca das provas, das evidências, estejam elas onde estiverem.

Eu não tenho compromisso, Sra. Presidente, de proteger quem quer que seja, seja no setor privado, seja no setor público, seja no Governo Federal, estadual, municipal ou distrital, eu disse isso desde o começo. E aqui nós estamos aprofundando as investigações em relação ao Governo Federal, ao Ministério da Saúde, em todas as sessões, e não houve um voto sequer meu, de Girão e dos outros colegas Jorginho, Heinze, aqui, contra requerimentos de convocação de quem quer que seja do Governo Federal. Agora, será que o G7 pode dizer o mesmo em relação aos requerimentos para se convocar aqui representante dos Estados e Municípios e do Consórcio Nordeste, Senador Girão? Será que conseguem dormir tranquilos de que estão fazendo o dever de casa e investigando de verdade? Não, não podem. Não podem, porque não quiseram investigar. Não quiseram. Repito: eu quero investigar tudo, sem seletividade e sem proteção a quem quer que seja. Quando alguma evidência aparecer, seja de alguém que integra o núcleo do Ministério da Saúde, dos Estados ou Municípios, o meu compromisso é em defender a verdade e nada mais do que a verdade.

Mas vai vendo, Brasil, a CPI me parece estar caminhando para os seus passos finais, porque estão rodando em círculo!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu pergunto: quando é que nós vamos ver ali sentado, naquela cadeira, Senador Girão, o Sr. Carlos Gabas, o operador do esquema fraudulento do Consórcio Nordeste? Quando é? Não, não querem trazer, não! Não querem investigar!

Quando é que nós vamos ver sentados ali gestores estaduais que, segundo apurações da Polícia Federal, teriam sido responsáveis pelo desvio de milhões e milhões de reais de recursos destinados ao enfrentamento da pandemia da covid-19, recurso que faltou e que custou muito a cidadãos e cidadãs brasileiros de todo canto?

Eu espero que a gente possa avançar, mas eu confesso que estou perdendo a esperança de que a investigação vá chegar no que aconteceu lá no Consórcio Nordeste. Compraram, pagaram antecipado, sem nota fiscal, e não receberam um respirador! Quem teve que ir lá e entregar respirador foi o Ministério da Saúde, o Governo Federal. E ainda os gestores fazendo festa como se fossem eles os pais da criança!

Então, Sra. Presidente, eu quero dizer que esta CPI cumprirá o seu papel se ela fizer uma investigação séria, desapegada de proteções a quintais que me parece terem desviado dos focos prioritários de boa gestão dos recursos públicos voltados à covid. Que ainda haja aí – ainda tem um sopro de esperança, não é, Girão?, ainda tem alguns dias... Quem sabe na semana que vem a gente não tenha aqui o Sr. Carlos Gabas e aquele outro Prefeito lá de Araraquara também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Edinho Silva!

Mas por que não querem deixar trazer aqui o Sr. Carlos Gabas, Edinho Silva, Bruno Dauster, enquadrado pela Polícia Civil da Bahia? Mas não querem investigar.

E vêm aqui fazer discurso de que estão fazendo, fazendo... Fazendo o quê? Enganando, enganando.

Agradeço a V. Exa. a oportunidade de me manifestar e, sendo submetido a deliberação do Plenário, eu vou concordar com o Relator na provocação, na sugestão que fez.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Sr. Senador Marcos Rogério.

O Senador Girão é o próximo. Só gostaria de colocar uma simples questão.

Concordo com tudo o que V. Exa. colocou aqui e digo mais. Eu já venho dizendo isso... Ontem falei bastante com o Senador Girão. O Brasil não se resume ao Consórcio Nordeste, o Brasil não se resume ao Nordeste; além dos 9 Estados, nós temos mais 18 unidades na Federação. O senhor sabe quantos documentos chegaram do seu Estado de Rondônia? Do seu Estado do Ceará? Quantos, Senador? Quantos chegaram para esta CPI, os senhores sabem? Do meu Estado chegaram 33, e nós já estamos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigando; do Estado de V. Exa., Rondônia, chegaram 19; do Estado de V. Exa., Senador Girão, chegaram 40.

Nós precisamos parar de tocar no assunto apenas... Acredito que o Consórcio Nordeste seja um deles, e é muito grave, e nós temos, sim, que estudar, mas "nós" temos, porque não vai adiantar ficar falando isso e depender do grupo que está analisando o objeto que é da autoria do Senador Randolfe. Eles estão focados em uma questão. Se nós estamos focados em outra questão, que é analisar os recursos públicos federais que foram destinados aos Estados e Municípios, que façamos nós.

Eu estou fazendo a minha parte. O seu Estado tem 19 documentos, o Estado do Senador Girão...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Concordo com V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que cada um comece pelo seu, mas a gente cobrar o tempo inteiro isso... Eu acho que cansa a população, a população não entende, pensa que nós não estamos fazendo nada, e nós estamos sim.

Eu também officiei ao Tribunal de Contas do meu Estado. Querendo ou não, os Estados... Nós sabemos que os Deputados Estaduais têm dificuldades para instaurar CPIs, mas isso não quer dizer que nós não iremos cobrar dia e noite. Cadê as CPIs estaduais, onde estão? Por quê? Porque nós sofremos, sim, uma limitação, e eu discordo em relação ao STF... O Senador Alessandro Vieira está elaborando uma PEC para que se permita que nós possamos fazer esse tipo de investigação na CPI dentro do Senado Federal. Nós temos que tomar atitudes, ações.

Então, concordo com V. Exa., mas eu já estou aqui me prontificando a ajudar e o meu gabinete também.

E outra: podemos fazer oitivas às segundas ou às sextas para acelerar. Eu me disponho a fazer isso. Agora...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senadora Soraya, o problema...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Agora, se nós estamos em número menor aqui na votação... Sinto muito, nós estamos em número menor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se V. Exa. me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Permito, claro!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O problema é que nós não temos, na condição de membros da CPI apenas, que está com essa missão de apurar também nessa extensão, nós não temos prerrogativas para convocar depoimento desses suspeitos ou desses gestores...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Podemos convidar?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não!

Sem que haja a deliberação do Plenário, infelizmente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas podemos conversar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...a instrução fica prejudicada.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá, mas aí eu acredito que dá para ter uma conversa num outro momento com o Presidente da CPI e com os demais colegas e colocar vários em votação, vários, e marcar o dia. Se não é do interesse deles acompanhar como se fosse numa terça, quarta e quinta, que façamos numa segunda ou quarta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Senadora Soraya, só um pela ordem. Rapidamente, Senador Marcos Rogério...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A fala é sua Senador!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Mas, antes de começar a minha fala, eu queria esclarecer esse assunto. É importante isso pra que a gente possa entender.

Senadora Soraya Thronicke, dois requerimentos – dois – deram origem a esta CPI – dois requerimentos foram apensados, com que o Presidente Rodrigo Pacheco deu origem a esta CPI: um, que a senhora bem colocou, é do Senador Randolfe, pra investigar eventuais ações e omissões do Governo Federal, o.k.; e o outro é de minha autoria, Senador Marcos Rogério, assinado por 45 Senadores da República, a maioria do Senado Federal, pra investigar Governo Federal e os bilhões de reais de verbas federais pra Estados e Municípios. Esse segundo requerimento está sendo ignorado. Esse é o detalhe. E a gente não tem muito o que fazer, aliás, com aquela sua ideia ontem, que eu agradeço, nós já demos entrada hoje num requerimento pra ser votado – espero que a gente possa votar esse requerimento amanhã; vai ter votação de requerimento –, pra que as oitivas possam ser feitas às segundas e sextas-feiras exclusivamente sobre Estados e Municípios, porque os documentos a senhora tem do seu Estado, eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tenho do meu, eu tenho de vários Estados, eu pedi de vários. A gente tem os dados todos que embasam convocações, convites.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós temos que analisar. Dessa documentação que veio, muitas serão irrelevantes. A gente já está analisando.

Temos que trazer, para convencer o Colegiado, um mínimo de materialidade, de indício de autoria...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas tem, mas tem. Olha...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... para não perder tempo.

Então, teríamos que levantar, afora Consórcio Nordeste, que nós já sabemos, o que mais aqui salta aos olhos, pra convencer o Colegiado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tem muita coisa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não adianta, não é dessa forma. Nós já entendemos que não é dessa forma que nós vamos conseguir.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Acredito que tenhamos que mudar a nossa estratégia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Infelizmente, infelizmente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas enfim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a realidade é esta: infelizmente, a CPI não prioriza, aliás, ignora o requerimento de 45 Senadores...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por isso que eu entendo que tenhamos que nos unir. E outra: temos limites que foram determinados pelo próprio STF. E aí é hora de abraçarmos a PEC que o Senador Alessandro Vieira está lançando pra que não tenhamos mais essas limitações aqui dentro desta Casa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há limites pra...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O próprio STF, Senadora Soraya, que mandou o Senado abrir esta CPI e que, ao mesmo tempo, atrapalha...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Compreendo, mas aí é uma questão do STF, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Nós não estamos conseguindo, só no falar, falar, falar, resolver o problema. Nós temos que agir de uma outra forma, mudar a estratégia. Aí sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Nós não estamos agindo. Por isso que a gente o Secretário de Saúde. O objetivo é chamar o Secretário de Saúde aqui, só que a CPI não deliberou sobre isso.

Esse que é o problema.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Mas aí eu digo a V. Exa.: vamos levantar aqueles que têm realmente relevância e conversar...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Cada centavo é importante, Senadora Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - ... numa reunião - numa reunião - para discutir isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Cada centavo do contribuinte é importante.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Claro que é.

Senador Girão, o senhor tem quinze minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) - Eu lhe agradeço.

Inclusive eu quero começar, Sra. Presidente eventual desta sessão, informando que, hoje, pela manhã, bem cedo, foi deflagrada a Operação Reditus, segunda fase da Operação SOS, da Polícia Federal, que investiga outro desvio de recursos na área da saúde do Estado do Pará, por meio de contratação de organizações sociais para a gestão de hospitais públicos, com apoio da Receita Federal e da CGU.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os contratos investigados somam R\$1,2 bilhão e envolvem quatro organizações sociais, cinco hospitais regionais e quatro hospitais de campanha, ou seja, recurso da saúde do Governo Federal, que não faltou – é opinião unânime de Senadores aqui que não faltou para combater a pandemia... Mas sobraram escândalos! Está aqui outro exemplo dessa farra com dinheiro público.

Oito Estados estão sendo investigados nessa operação: Pará, Amazonas, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Ceará. Os Governos efetuavam repasses às OS contratadas, e estas subcontratavam outras empresas para prestarem serviços superfaturados nas unidades de saúde geridas por esse suposto grupo criminoso.

Então, é importante essa informação, para a sociedade entender.

Eu acredito, Senadora Soraya, Presidente eventual desta sessão, que nada acontece por acaso.

Quero dar as boas-vindas ao Dr. Túlio e ao seu advogado.

Vou fazer perguntas. Espero que o senhor possa me responder dentro da legalidade, do que o senhor considere que não vai provocar provas contra o senhor.

Mas eu considero que, por essas e outras, algumas atitudes que a gente tem visto aqui – ou não visto, como a investigação de corrupção em Estados e em Municípios – a nossa avaliação, segundo pesquisa da XP publicada ontem e citada por alguns colegas aqui – eu fui me aprofundar nessa pesquisa – mostra que a avaliação do Congresso Nacional, Senadora Soraya... Está aqui mostrado que a população não confia, o que continua aumentando no caso de que não vai melhorar. Olha só o que está acontecendo aqui: 48% do povo brasileiro acham nosso trabalho ruim ou péssimo; somente 9% da população avaliam o trabalho dos Parlamentares como bom. Para piorar, os números revelam que o povo está perdendo até a esperança em que algo melhore por aqui: 56% acham que vai ficar tudo igual, ou seja, o Congresso vai continuar fazendo um trabalho muito ruim – 56% da população! Há outro número ainda mais alarmante: pela primeira vez desde fevereiro de 2020, o número de pessoas que acham que o Congresso vai piorar é maior do que o número dos que acham que pode melhorar. Essa é a prova de que o povo brasileiro, infelizmente, está perdendo a esperança no Congresso.

Nós temos que adotar estratégias diferentes aqui. E eu acredito – respeito quem pensa diferente – que esta CPI, infelizmente, colabora com esse sentimento quando comete certos abusos, quando a gente vê aqui agressividade, quando a gente não vê investigação de corrupção, como no caso do Consórcio Nordeste, que a gente tem que lembrar, porque é algo escandaloso, que marca! Uma Parlamentar como a senhora, que anda pelas ruas, é cobrada! Eu viajo por vários Estados, e eles perguntam: "E o dinheiro de Estados e Municípios? E o Consórcio do Nordeste?".

Então, com tudo isso, eu acredito que a gente tem que começar a fazer a nossa parte com mais responsabilidade neste momento delicado do País, em que ideias estão sendo perseguidas, ideias! Olha a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gravidade disso. Por serem ideias conservadoras, você está vendo aí uma verdadeira caçada de algumas instituições, como, no caso, o TSE, no dia de ontem, protagonizou – o que eu vou falar mais tarde, lá, no Plenário do Senado Federal.

Foi falado muito aqui de fiança – muito de fiança –, de que, no caso do Ministério da Saúde, as garantias foram garantias frágeis, questionadas e tudo. Ótimo, temos que questionar, sim. Fiança é importante, porque, se o cara der um calote, o Governo vai ter prejuízo. Mas veja o que aconteceu no Consórcio Nordeste. Uma coisa vale para uma coisa e não vale para outra. O Consórcio Nordeste nem sequer pediu carta-fiança, não teve nada disso de garantia, Senadora Soraya. Olha que absurdo, a que ponto nós chegamos! Está lá o calote; até hoje não chegaram os respiradores nem devolveram o dinheiro, quase R\$50 milhões.

Mas eu vou para as perguntas aqui, diretamente, pedindo desculpa, primeiro, porque o senhor chegou aqui como testemunha, mas isso de direito porque, de fato, o senhor já estava sendo investigado. Óbvio que sim, porque teve o seu sigilo quebrado. Isso é mais um motivo que desacredita o trabalho que é feito por esta Comissão, esse tipo de atitude de meter os pés pelas mãos. Mas eu vou fazer as perguntas aqui.

Nós temos informações de que o senhor trabalhou, Sr. Túlio, no Ministério da Saúde entre 2013 e 2014 como consultor para desenvolvimento de estudos dos processos internos de gestão do Departamento de Logística. Eu sei que isso foi já pergunta aqui por alguns colegas, mas eu preciso insistir nisso para seguir aqui, no meu raciocínio. O senhor confirma esta informação? Quem era o chefe deste departamento?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Senador Girão, com as vênias e com todo o respeito, eu permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá. Veja o que o senhor consegue responder. Tem algumas outras aqui que eu acho que não vai ter problema.

Depois que o senhor deixou o Ministério da Saúde, manteve contato ou relação com algum integrante do Departamento de Logística do Ministério da Saúde? Depois, com quem o senhor eventualmente manteve contato?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, com todo o respeito, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor trabalhou no Ministério da Saúde com o Sr. Luis Ricardo de Miranda do Departamento de Logística? Qual a sua relação com esse servidor? Eu gostaria de lembrá-lo de que o Sr. Luis Ricardo chegou ao Departamento de Logística do Ministério da Saúde em 2011, e o senhor trabalhou entre 2013 e 2014, período em que ele já estava lá. Pode essa responder ou não?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, eu permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Vou pular esta aqui, porque acho que também está no mesmo rumo.

À Sra. Regina Célia, que é servidora do Ministério da Saúde e fiscal do contrato da Covaxin, a gente já teve oportunidade aqui de fazer perguntas. Qual a sua relação com essa senhora? O senhor teve contato com ela durante o período em que trabalhou no Ministério da Saúde? Reuniu-se com essa senhora para tratar do contrato da Covaxin? O senhor recebeu alguma ligação ou *e-mail* da Sra. Regina Célia para tratar do contrato com a Precisa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O contrato para a aquisição da Covaxin envolve cifras grandiosas. Assim, pode-se imaginar que uma empresa como a Precisa, conhecida por ter um antigo relacionamento com a administração pública, destacaria quadros relevantes da sua equipe para negociar o contrato.

Neste contexto, exatamente neste contexto, eu pergunto ao senhor: como o senhor tornou-se representante, de alguma forma, da Precisa nesta negociação? Quem o indicou? Qual a sua relação com o Sr. Francisco Maximiano?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Como representante da Precisa, o senhor deve ter contactado algumas vezes o Sr. Roberto Dias, então, Diretor do Departamento de Logística. Qual a sua relação com o Sr. Roberto Dias, que também esteve aqui nesta Comissão prestando esclarecimentos pra gente? Quantas reuniões e onde o senhor teve essas reuniões com o Sr. Roberto Dias?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k.

Então, eu agradeço a oportunidade, Sra. Presidente, e dedico muita paz e bem a todos vocês.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Girão.

Com a palavra, Senadora Eliziane Gama.

Onde está a Senadora Eliziane? (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos aqui, *on-line*, a Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Túlio Silveira, representante da Precisa Medicamentos, eu vou fazer aqui uma sequência do que eu ouvi aqui.

No dia 20 de novembro, tem uma ata que consta que o senhor é gerente de parcerias internacionais e *compliance*. Em fevereiro de 2021, o senhor constituiu o seu escritório de advocacia com a Precisa. Já, logo em seguida, esse contrato assinado da Precisa como representante da Bharat Biotech sobre as vacinas da Covaxin. No dia 23 de março, o senhor compareceu aqui numa audiência pública, que inclusive eu estava presente, que era justamente para se falar sobre o fornecimento de vacinas e oxigênio para o Brasil.

E, pelo que eu ouvi o senhor dizer e responder quase nada, o senhor diz que realmente não era gerente, que depois era só advogado, que era consultor, mas eu lhe digo que V. Sa. não pode subestimar a inteligência desta Casa e de quem está nos ouvindo.

A pergunta que eu insisto em fazer: o senhor mesmo... Eu não sei nem dizer se o senhor era advogado, porque o senhor era uma coisa, era outra. O senhor nega que não era gerente de contratos, mesmo quando veio fazer uma audiência pública aqui no Senado, com a presença do Presidente do Senado.

O senhor vai continuar insistindo em dar a entender a esta CPI, ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro que, apesar de desde novembro de 2020 o senhor já era considerado Gerente de Parcerias Internacionais e *Compliance*, e mesmo assim o senhor não teve conhecimento de documentos falsificados pela Precisa?

É a primeira pergunta para o senhor.

Sr. Túlio Silveira, vai insistir?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Excelência eu afirmo e reafirmo que sou advogado da Precisa Comercialização de Medicamentos.

Quanto à segunda pergunta de V. Exa., em respeito ao sigilo cliente/advogado, vou permanecer em silêncio.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O senhor vai permanecer dizendo que não tinha conhecimento.

Agora eu queria chamar a atenção do senhor para o seguinte: até quando o senhor, como advogado, vai achar que isso não vai ser resolvido? É claro que vai. É um órfão a cada cinco minutos neste País. São crianças que perderam os pais, os avós, as mães. São 570 mil óbitos. Digo ao senhor: nós temos provas, que são os óbitos. Não tem como negar isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico impressionada como os senhores conseguem vir aqui, Presidente, e se dar ao luxo de ficar em silêncio para dar esclarecimento, porque a população não vai aceitar isso aí. A população está acompanhando, e quando diz que não houve, houve sim. Esses recursos foram... Esses recursos estão parados lá no Ministério da Saúde, R\$1,6 bilhão para pagamento de uma vacina que não tinha passado nem pela Anvisa. E para completar, ainda se descobre que os contratos eram falsificados, que eram alterados e que a Bharat Biotech não tinha conhecimento, e que essa Precisa, que ao mesmo tempo é Global e que são outras... É uma falta de respeito pelos 570 mil óbitos, de homens, mulheres, jovens e crianças neste País, que foram a óbito. Enquanto as vacinas eram oferecidas, vacina da Pfizer, ao invés de se comprar, se adquirir as vacinas...

E sabe o que mais me dói, Senadora Soraya? É que a gente tem os recursos. O Congresso Nacional aprovou R\$20 bilhões para a compra de vacina, e nunca se teve dúvida de que, se precisasse de mais, a gente aprovava mais. Era ou não era? Porque não precisaríamos não ter comprado as vacinas a tempo. Isso aqui não é uma questão de ser de esquerda ou de direita. Isso aqui é defesa da vida, gente, da vida de centenas, milhares de brasileiros que poderiam não ter morrido se a vacina tivesse sido comprada a tempo.

Aí vêm aqui os depoentes, que a gente sabe que têm conhecimento, subestimam a inteligência do povo, e fica em silêncio o senhor. Que pena que o silêncio dos mais de 570 mil não foi por vontade própria. Essa população brasileira foi calada, sem ter direito, nem posteriormente, à voz.

Quer dizer que o senhor insiste em dizer que não tinha conhecimento de falsificação de contratos, de compra de vacinas já pra se pagar. E digo mais: Brasil, sabe por que não comprou, não se efetivou a compra de vacina que nem existia? Por causa de um servidor público efetivo que teve coragem de denunciar, porque, se fosse... Um funcionário público como Luis Ricardo Miranda, que sofreu tanta pressão e que resolveu dizer, certo ou não, avisou o irmão e denunciou... E, segundo, por esta CPI. Esta CPI tem prestado um serviço maravilhoso. Eu queria deixar claro aqui que eu acho que tem que investigar do jeito que a minha colega Soraya Thronicke falou: temos que ir aonde precisar, se teve fraude ou corrupção, nós vamos atrás, mas nós temos fatos, não é convicção, nós temos provas, que são os óbitos e não tem como negar isso. E a gente sabe que poderia, sim, ter sido evitada a grande maioria.

Por isso, Sr. Túlio Silveira, eu acho que não vai ser se escondendo como advogado da OAB, que vai chegar a hora da verdade o senhor vai ter... Eu não gostaria de ser cúmplice de algo que leva vidas, vidas sendo descartadas, como se não tivessem a mínima importância. Chega a irritar a gente se achar com o direito de não falar a verdade pra cá, ninguém está querendo... Só saber como intermediou.

Pra finalizar, dizer o seguinte: nenhum brasileiro acredita que o senhor realmente, como um gerente de *compliance*, seja gerente ou advogado, o senhor não tinha conhecimento. O senhor é um cara qualificado, aí não via que tinha alguma coisa errada aí? Não, nisso ninguém acredita, senhor, infelizmente, ninguém acredita. Enquanto isso, milhares de brasileiros e brasileiras inocentes morriam. E



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

só foi parada essa compra por causa de um servidor público com estabilidade, que teve coragem de denunciar, e, segundo, por esta CPI.

Obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Grata, Senadora Zenaide.

Passo a palavra agora, por 15 minutos, ao Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sra. Presidente, senhor depoente, Sras. e Srs. Senadores, a reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* publicada nesta quarta-feira, dia 18, de autoria dos jornalistas Constança Rezende e Vinicius Sassine, traz uma leitura irresponsável da articulação que conduziu para que laboratórios veterinários fossem aproveitados para a fabricação de imunizantes contra o covid-19.

Convidado que fui, me somei ao Senador Wellington Fagundes, autor do projeto, PL 1.343/21, na proposta que autoriza os laboratórios veterinários a produzirem temporariamente vacinas contra a covid-19. Esses projetos foram aprovados na Câmara e no Senado por unanimidade.

A tentativa – ainda na Comissão da Covid-19, quando esta CPI não tinha sido instalada –, a tentativa de procurar conhecer o assunto e apoiar o tratamento de vacinas, ainda durante a minha participação na Comissão da Covid-19 do Senado, fizemos, com auxílio do Senador Izalci, que é do PSDB, em conjunto com os Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Nelsinho Trad, duas reuniões com o Butantan para tratar de alternativas de buscar o maior número de vacinas para a nossa população, já que existia, Senadora, uma guerra entre Doria e Bolsonaro. Nesse sentido, essas reuniões que a Comissão fez para se somar e nós termos essas vacinas.

Na sequência, intensifiquei os esforços para viabilizar o envase e a produção de vacinas em laboratórios com vasta experiência na produção para o combate a viroses animais, que também poderiam fabricar agora vacinas para humanos. Esse trabalho resultou na aprovação do projeto de autoria do Senador Wellington Fagundes.

Informo também que sempre estive muito envolvido com atividades relacionadas a busca de alternativas para a produção de vacinas nacionais. Buscamos e procuramos e apoiamos projetos da utilização de laboratórios com experiência prévia nessa produção de vacinas.

Da mesma forma que nós temos hoje... Procuramos entre tantas, existem hoje 15 alternativas que estão ligadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, três das quais já estão hoje na Anvisa: USP de São Paulo, em Ribeirão Preto, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais. Esse trabalho é do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministro Marcos Pontes e sua equipe, que viabiliza iniciativas nacionais. Além desses, procuramos, sim, o ex-Deputado, colega nosso, Rogério



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rosso, sobre a Sputnik, também a questão da Covaxin. Entre inúmeras reuniões virtuais, milhares... Se pegarem no meu telefone não são duas, três, cinco, são milhares de ligações telefônicas, várias reuniões presenciais, o relato de meia dúzia de ligações minhas identificadas com certos representantes não faz da minha pessoa um lobista. Quem acha isto deverá provar e responder pelas acusações.

Inclusive, Sra. Presidente, houve vazamentos aqui nesta CPI. Estou ingressando na Polícia Federal para apurar responsabilidades. Dados da CPI, meia dúzia de ligações saíram, vazaram, e fui questionado pela *Folha de S.Paulo*. Quero que essa... Alguém será responsabilizado por isso.

Eu me somei, sim, às estratégias do Ministério da Ciência e Tecnologia, como já falei.

Várias tratativas, primeiro com o Sindicato das Indústrias de Medicamentos Veterinários, quatro laboratórios; na sequência, uma série de reuniões com o grupo brasileiro chamado Grupo FarmaBrasil, que reúne 12 empresas farmacêuticas de alto nível que estão trabalhando para viabilizar medicamentos e vacinas para o combate ao covid-19. Isso soma 16 empresas, nem por isso estou envolvido com a prática de *lobby*. O meu dever como Senador me faz trabalhar dia e noite em busca de alternativas.

A iniciativa foi amplamente defendida e, após várias reuniões, cheguei a realizar uma importante reunião, em 10 de junho deste ano – está no meu *site*, está no *site* da Casa Civil –, com o Ministro Luiz Eduardo Ramos, da Casa Civil, Carlos França, das Relações Exteriores, Tereza Cristina, da Agricultura, Marcelo Queiroga, da Saúde, Marcos Pontes, Ciência e Tecnologia, e também o Presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, e a representação desses 16 laboratórios. Concomitantemente, desde abril de 2020, o meu gabinete tem se dedicado incansavelmente na busca de alternativas de remédios para combater a covid-19 também.

Não aceito o fato de negligenciarmos as experiências de médicos mundialmente renomados e com experiência prévia de combate à virose e que disponibilizaram tratamentos com remédios reposicionáveis. Tenho contatos internacionais com médicos do Chile, da Itália, dos Estados Unidos, chamados Grupo Hipócrates. Esses medicamentos são responsáveis, sim, somados às vacinas aplicadas, pela recuperação das 19 milhões de vidas salvas no Brasil, que foram poupadas de fazer da estatística dos óbitos.

Não aceito negligenciarmos os currículos de médicos brasileiros. Tenho vários currículos.

Temos grupos que estão assessorando centenas de profissionais da área da saúde, cientistas e pesquisadores que não são charlatões e que se dedicam a anos de pesquisa e comprovação científica na eficácia de tratamentos. Isso incomoda a chamada *big pharma*, que insiste em manipular as informações, perseguindo pessoas e entidades, na tentativa de impor uma verdade que não se sustentará.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se meu comportamento honesto está incomodando, então a tentativa de denegrir a minha imagem não passa de um ato de desespero e pobreza extrema, e toda a população ira julgar quem, de fato, age pelo correto. A voz do povo é a voz de Deus.

Os fatos virão à tona de qualquer forma, mas estejam certos de que eu dedicarei cada minuto do meu mandato a buscar a verdade e as melhores opções para o povo brasileiro viver com saúde e dignidade.

Sem ser subjugado aos desejos dos verdadeiros genocidas, genocidas são aqueles que querem impedir a população brasileira de ter acesso a remédios e tratamentos que impeçam de a doença avançar e ceifar suas vidas; genocidas são os que querem forçar as pessoas a seguir procedimentos que, muitas vezes, estão impedidos por questões médicas; genocidas são os que jogam dinheiro público, condenado a vida à pobreza extrema.

Quem insistir em me caluniar deverá provar o que diz. Eu seguirei trabalhando em prol do bem comum e da atividade da vida do nosso povo. Seguirei em busca da verdade e sobre a origem dessa virose que causa esta pandemia. Estou em contato com Senadores americanos que já expõem um vasto dossiê desse assunto.

Ao contrário do que diz a reportagem, de que tenho exercido *lobby* junto aos laboratórios, meu único trabalho foi facilitar a comunicação de fabricantes internacionais de imunizantes e potenciais agentes nacionais.

Estamos em uma guerra para salvar vidas e meu papel é trabalhar para superarmos essa crise. Conceituar essa atividade pública e parlamentar como *lobby* corresponde a desvirtuar um trabalho sério, que desenvolvo há anos e de que muito me orgulho, sobremodo no caso em que devem ser direcionados todos os esforços para evitar mais tristeza ao usuário brasileiro.

Senadora... Senadora Soraya... Fui atacado injustamente, ainda como Deputado Federal, quando meu nome aparecia na questão do mensalão. Penei por 914 dias, até que meu nome saísse. Mais de 40 vezes, eu fui à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal cobrar deles uma definição. Não devia nada. Dizia: "Não devo e não temo e não me escondo".

No primeiro dia em que me posicionei na Câmara, eu disse: "Estou à disposição de quem quiser para averiguar a minha vida". Ofereci meu sigilo bancário, sigilo telefônico, o que quisessem. E assim eu fiz. Fiquei eu sofrendo; minha família sofrendo; meus amigos sofrendo. A verdade veio à tona.

E esse caso aqui, Sra. Senadora, é um absurdo. Esta chamada *big pharma* não me calará em cima dos tratamentos. Vou mostrar resultado de pesquisas. Ontem ia falar, hoje já falei... Estou falando deste assunto aqui: 200 milhões de doses de cloroquina; o resultado positivo na Índia. Uma pesquisa duplo-cego, randomizada – cloroquina. Ali está a pesquisa que vou mostrar amanhã. Não falo sem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento de causa. Não é *fake news*. Inúmeros trabalhos com ivermectina – vários trabalhos –, também da mesma forma. Portanto, eles não irão me calar, porque o interesse é outro. O interesse é da *big pharma*.

E o desafio que fiz à CPI, que fiz à imprensa brasileira... A imprensa brasileira, quando eu mostrei o trabalho da revista *The Lancet*, na Universidade de Harvard, retratado.

Estou cobrando a retratação e o debate que esta CPI não quer fazer e que a imprensa não quer fazer sobre o trabalho supersério de Manaus, uma pesquisa criminosa, que matou 22 manauenses – 22! – com dose letal. Desafio a imprensa brasileira, desafio essa CPI e quem quiser: tem um time de excelentes – não são charlatões, são pesquisadores – cientistas para debater a pesquisa de Manaus. Até hoje eu não recebi resposta. Ninguém quer debater. Diz que tem a verdade, diz que tem a ciência, diz que a pesquisa premiada, que debata aquele tema. É fraudulenta aquela pesquisa, criminosa aquela pesquisa. Disse, no primeiro dia, ao Ministro Mandetta aqui. Repito hoje e repetirei sempre, até que a verdade venha à tona.

Este interesse está sendo demonstrado no trabalho que o Senado norte-americano está fazendo no chamado caso Fauci. Tenho ligações com eles. Já recebi material e estou esperando para ser chamado aos Estados Unidos, onde vou debater esse tema. Aqui está o "x" da questão, está a explicação do problema. Esse caso Fauci, criminoso, onde ele mesmo disse ao Presidente Trump, em 2019, que morreriam mais de 2 milhões de vidas. Já se foram mais de 6 milhões. É fato muito grave em cima de interesses econômicos e muito mais interesses ideológicos, interesses eleitorais, que estão em jogo nessa questão. A eleição de 2019 nos Estados Unidos foi jogada nesse interesse. A eleição do Brasil em 2022 está sendo jogada nesse interesse também.

Portanto, é a minha fala.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada. Muito obrigada, Senador Carlos Heinze.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Próxima inscrita, a última a inquirir o nosso depoente na tarde de hoje, Senadora Soraya Thronicke.

A palavra está com V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhor depoente, Dr. Túlio Silveira, seu patrono, boa tarde. Boa tarde a todos que nos acompanham.

Eu gostaria de iniciar colocando aqui, considerando que o Senador Carlos Heinze está aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Heinze, do seu Estado, a minha equipe levantou que há 22 conjuntos de documentos. A CPI separa a documentação que chega por conjunto de documentos, que significam os anexos e apensos aos documentos principais de cada item dos Estados. Então, tem documento... Um deles que veio do Mato Grosso do Sul, só um deles, são 300 laudas. Então, a gente precisa realmente se debruçar porque esta CPI visa analisar também – não é só a questão de qual é o medicamento que funciona ou não – a malversação dos recursos públicos, que pode ser por corrupção ou pode ser por má gestão. E tem um estudo da Itália que diz que, de 100% do dinheiro público perdido, 14% apenas dizem respeito à corrupção, o resto é de má gestão. Existe esse estudo. Então, é interessante analisar. Às vezes, por culpa, o gestor pode errar e é lógico que será punido na medida da sua culpabilidade. Na administração pública, é tudo muito complicado, a gente tem que ter uma responsabilidade muito maior do que se fosse na questão privada, é óbvio. Na vida privada, a gente pode fazer o que a lei não proíbe; na vida pública, na administração pública, a gente tem que fazer somente o que a lei permite. Então, são detalhes a que nós precisamos nos atentar.

Essa questão dos medicamentos deve ser uma questão afeta à medicina. Os médicos... O próprio Ministro Queiroga está tocando a pandemia, é um técnico ali naquela cadeira, e nós temos que confiar. Ele abraçou essa missão no meio do caos e está indo bem, na medida de todas as dificuldades que um gestor público encontra. Mas nós acreditamos nele. E deixemos que isso seja algo afeto à própria medicina.

O próprio Conselho Federal de Medicina não tem uma definição em relação a isso. É lógico que haverá briga entre as várias alas ali da comunidade científica, enfim, mas esse assunto é complicado porque nós não sabemos também. O estudo teria que vir... Quantas pessoas que tomaram esse medicamento faleceram? Quantas foram salvas com esse medicamento e quantas não foram salvas, mas sobreviveram com outros medicamentos e quais medicamentos foram esses? Temos que ter todos esses dados para podermos fazer uma análise. Agora vem um dado de um estudo, 200 milhões... Entendeu? Mas e quantas foram salvas sem esse medicamento? Será que elas seriam salvas, independentemente de qualquer coisa, ou elas não iriam desenvolver uma forma mais grave da doença? Enfim, essa discussão é muito complicada principalmente para nós que não somos da área médica. Então, é importante.

Do seu Estado, vieram 22 conjuntos de documentos, e eu, mais uma vez, vou dizer: nós temos que nos debruçar para dar resposta à população brasileira e lembrar que existe o Rio Grande do Sul também, não existe só o Nordeste. Nós temos que investigar todos os recursos públicos que foram enviados.

A Senadora Zenaide disse: "Não faltou dinheiro". Não vai faltar se depender do Congresso Nacional, se depender do próprio Governo. Nunca houve essa intenção de segurar recursos para Estados e Municípios. Tudo o que foi necessário foi enviado. Todas as vezes em que eu estive no Ministério da Saúde, eu fui atendida, meu Estado foi atendido. Então, é importante que deixemos isso bem claro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra questão importante... E esses documentos que vieram, neles não está computada a documentação que veio da Polícia Federal e das Procuradorias de Justiça. Então, é muita documentação, e a gente perde muito tempo com esse falatório todo, infelizmente.

Bom, outra questão importante: encontrei hoje o Ministro Jorge Oliveira, e ele disse que está de braços abertos. O Tribunal de Contas da União, que foi citado aqui hoje, é um órgão que serve ao Poder Legislativo e está de braços abertos para nos dar informações. Tem muita informação, tem muitas investigações correndo dentro do TCU, e ele está à nossa disposição para nos municiar. Eu já vou oficiá-lo... Oficiar o TCU, não exatamente o Ministro Jorge, mas quero agradecer a conversa que tive com ele, que foi muito profícua.

Bom, Sr. Túlio, agora de depoente, o senhor passa a investigado. De repente, o senhor consiga aí fazer entender e levar a sério uma autodefesa.

Eu sou advogada e respeito toda a nossa comunidade jurídica. Também já trabalhei como assessora de juiz e assessora de desembargador. Por muitos anos, eu fiz sentenças, acórdãos, decisões, por muitos anos na minha vida, e, depois, um tempo de advocacia. Deu pra entender como é que funcionam os dois lados do balcão.

Sinceramente, é um direito, mas a gente sabe também que, aqui no Direito, nós temos inúmeras vertentes. Fala-se em busca da verdade real, outros rechaçam a busca da verdade real; falam da verdade formal, o juiz só pode definir dentro daquilo que está nos autos. De repente, o que o senhor quer, a forma como o senhor está levando agora a sua questão jurídica deva ser neste sentido, não é? O seu silêncio não pode importar autoincriminação, não pode prejudicá-lo de forma alguma. Porém, foi o que o... Vou tentar lembrar qual foi o juiz que esteve aqui e que foi sabatinado dizendo que, quando se fala que o juiz é imparcial, na verdade ele toma um lado, ele tem que tomar um lado, o da acusação e da defesa. E aí nós temos também... Ele tem que tomar um lado. Esse juiz... Estou tentando lembrar, mas não consigo. Ô meu Deus, enfim, pra dar o crédito, não é? Porque eu achei muito interessante.

Falou-se que a legislação trabalhista é muito... Falaram que os juízes trabalhistas exercem uma proteção muito grande em cima dos trabalhadores, e não dos empregadores, e estavam sendo criticados por isso, que toda a Justiça trabalhista é assim: ela tem um lado muito claro. E, aí, ele disse o seguinte: "Não sou eu, que tenho um lado, é a legislação que é protetiva. E eu, como juiz, devo cumprir a lei".

Então, é apenas para ilustrar que o juiz tem que tomar um lado, e certas questões, assim, saltam aos olhos. O silêncio do senhor salta aos olhos. O silêncio naquilo que pode incriminá-lo salta aos olhos.

Aquela depoente, Sra. Francieli, chegou aqui numa situação, e a forma como ela lidou com a situação foi muito inteligente. Ela foi respondendo, foi respondendo, foi respondendo... Ela entrou aqui como investigada, ou quase investigada, e saiu daqui completamente liberta de todas as questões, porque ela soube administrar muito bem, ela foi muito tranquila, muito serena, muito educada, provou que ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não tinha nada a esconder. É uma servidora que, infelizmente, se ela não foi ainda recontratada... Eu acho até que ela é concursada, mas ela exercia uma função e exercia muito bem. Por conta disso, o Brasil perde uma excelente servidora ali, naquele cargo, mas, enfim...

Aí, nós tivemos a sua colega que se negou, durante o dia todo, a falar. Eu me insurji, principalmente porque eu questioneei quem é que estava pagando aos advogados dela, se era o Sr. Maximiano ou não... Porque isso importa, sim! Importa, porque quem está pagando está mandando. Isso é muito sério. E poderia incriminá-la, sim. Eu achei frágil, me preocupou. Poderia até, se não tivesse condições, ter contratado, não sei, numa necessidade, um defensor público. Eu não sei se poderia acompanhá-lo. Eu não sei se a legislação permitiria aqui que fosse acompanhado, se não pudesse pagar um advogado.

Mas essas questões nos preocupam! E hoje vem o senhor e passa o dia todo calado, como a Sra. Medrades fez.

Mas amanhã teremos o Sr. Maximiano, e, independente de qualquer linha doutrinária que se siga, nós estamos aqui em busca da verdade real. Nós não somos julgadores, elas aparecem. Aqui, apesar de termos que seguir muitas questões – temos poder de polícia dentro de uma CPI, podemos investigar –, não somos nós que iremos julgar. E o relatório aceita tudo. Vou dizer para o senhor – já disse e repeti – uma fala do Senador Rogério Carvalho, que disse que aqui na porta desta CPI tem um mata-burro. Não menospreze! Não menospreze a capacidade de muitos aqui, a experiência de muitos aqui em analisar documentos, em fazer o dever de casa. É muito sério.

Então, se o senhor, de repente, uma hora, quiser falar, que o senhor chame esta CPI, ou, se o senhor quiser falar reservadamente... Porque eu duvido que o processo do senhor possa correr em segredo de justiça e, por mais que o senhor tenha se negado a dizer "eu não advoguei para fulano ou para beltrano", quando se coloca o nome do advogado nos *sites* dos Tribunais de Justiça, nós conseguimos ver tudo, entrar dentro de processos inclusive, qualquer um consegue. Duvido... De repente, o senhor vai conseguir aí um tempo de segredo de Justiça num processo, mas não tem essa garantia. Então, pense bem. Pense bem, pode ser que o senhor queira, uma hora, colaborar. Nós estamos à disposição, a CPI estará à disposição. De repente, com toda essa visualização que foi dada para a CPI, as pessoas acompanhando, o senhor pode ter se sentido constrangido.

Amanhã vem o seu chefe. Eu não duvido que a senhora... Porque a mudança da Sra. Medrades foi impressionante, de um dia para o outro. De um dia para o outro, foi impressionante. Não sei o que aconteceu, mas me preocupou. E, independentemente de qualquer coisa, se é a relação de advogado... Não estou nem aí, porque eu também não estou impedida de fazer a pergunta de quem está pagando o seu patrono, foi no caso dela. V. Exa. é advogado, pode fazer sua autodefesa.

Enfim, só entendo que é importante vocês saberem, e principalmente quem não é da área do Direito, que esta CPI aqui... O que eu estou acompanhando de bastidores e pelos colegas, ela só vai dar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em pizza se o Ministério Público não cumprir com a sua obrigação. Se receber uma *notitia criminis* dentro de um relatório, ele é obrigado a tomar uma atitude.

Então, caso o senhor resolva falar, o que eu acho que seria interessante, principalmente para limitar a sua culpabilidade, caso aconteça, caso... Porque, de repente, o silêncio pode importar, sim, em uma outra forma de julgamento, porque há uma documentação farta, tem muitas questões aí. A gente não pode dizer que não vai acontecer, mas é importante tomar certos cuidados. Então, se o senhor quiser, vou repetir... E, aí, eu gostaria que o Senador Randolfe Rodrigues, que está na Presidência eventualmente, nos colocasse isso. Foi uma pena... E, aí, ele pode às vezes até... Se ele se mantiver dentro de um processo, pode até ser incriminado indevidamente ou sofrer alguma injustiça, mas, se o senhor quiser, acredito que esta CPI está pronta para ouvi-lo de forma reservada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Soraya.

Dr. Túlio, quer falar alguma coisa, fazer alguma consideração?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Não, só agradecer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

Obrigado, Senadora Soraya.

Antes de passar para a última inscrita, que é a Senadora Leila, eu coloco em votação as propostas do Relator formuladas nesta reunião, que tornam investigados os senhores Ricardo José Magalhães Barros e Túlio Belchior Mano da Silveira. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Senadora Leila Barros, V. Exa. é a última inscrita da inquirição de hoje.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu cumprimento o Sr. Presidente neste momento desta Comissão, Randolfe Rodrigues, Senadora Soraya, todos que nos acompanham e também o depoente, o advogado da empresa Precisa, Túlio Silveira.

Sr. Presidente, eu particularmente acompanhei a maioria da Comissão, da sessão no meu gabinete e eu lamento profundamente a postura do silêncio adotada pelo depoente, que evidentemente não colabora. A gente sabe claramente que ele tem muito a nos dizer, ele certamente sabe de fatos gravíssimos que poderia nesta sessão – não é, Senadora Soraya? – nos esclarecer. Lamento mais ainda pelas evidências que implicam o depoente com escândalos envolvendo aqui o Governo do Distrito Federal,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente a Operação Falso Negativo. Pra nós aqui – acho que vários aqui dos nossos colegas falaram –, já está clara a relação do depoente com o entorno da cúpula da Secretaria de Saúde aqui do Distrito Federal: foi sócio de quem presidiu o Igesdf; trabalha pra empresa Precisa, que venceu licitação fraudulenta dos testes caríssimos e imprecisos; e, ao que tudo indica, tem relações antigas com este grupo liderado pelo Deputado Ricardo Barros.

Hoje, acho que a maioria nossa, a maioria dos nossos colegas aqui estão sabendo que o ex-Secretário Francisco Araújo já esteve preso por mais de 80 dias em decorrência da Operação Falso Negativo, Senadora Soraya, que é objeto da nova operação, com novas denúncias envolvendo Igesdf, por superfaturamentos das UTIs. Então, a mesma empresa que estava tentando dar o golpe no Ministério da Saúde, vendendo 20 milhões de doses da Covaxin, que somente não prosperou – todos nós sabemos aqui – por causa da CPI, porque foram descobertos antes do malfeito, infelizmente algo que não aconteceu no DF. O DF, Senadora, não teve essa oportunidade.

E aí eu faço, mais uma vez, um apelo à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Hoje, mais uma vez, o Deputado Leandro Grass apresentou requerimento para a CPI do Igesdf. Então, eu clamo, em nome do Senado Federal e em nome da bancada do Distrito Federal, que seja instalada essa CPI. Nós precisamos da verdade, da transparência em torno desses contratos.

E essa é a mesma empresa que tentou vender esses 20 milhões de doses da Covaxin, o que somente não prosperou por isso, e eu lamento pela população.

Buscamos aqui, nesta CPI, esclarecimentos dos fatos ocorridos.

Enfim, me congratulo com o Presidente Omar por transformar o depoente em investigado, infelizmente, pelo silêncio dele. Poderia ter sido diferente.

Nesse sentido, eu gostaria de fazer algumas perguntas, claro, envolvendo a relação da Precisa com os representantes da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Sr. Túlio Silveira, como representante do Distrito Federal aqui nesta Casa, eu preciso tratar da Operação Falso Negativo – certamente o senhor tem acompanhado –, que resultou na prisão da cúpula da Secretaria de Saúde aqui do GDF, em virtude de fortes indícios e de irregularidades na compra de testes para a nossa população – esses testes com preços absurdamente elevados, cuja qualidade é bastante questionada.

Eu pergunto ao senhor: como se deu a participação da Precisa Medicamentos na aquisição desses testes por parte do GDF?

O SR. TÚLIO SILVEIRA (Para depor.) – Senadora, permanecerei em silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Foi noticiado que a participação da Precisa na disputa pela venda só foi possível depois que o Secretário de Saúde do Distrito Federal estendeu o prazo dado para a entrega das propostas, pois a sua empresa teria perdido o prazo. O senhor confirma essa informação?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Senadora, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por que o prazo foi dilatado?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Quanto custou cada teste vendido pela empresa?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Quanto a empresa recebeu de comissão por cada teste vendido ao GDF, senhor?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Segundo o Tribunal de Contas do Distrito Federal, a escolha da Precisa aumentou em R\$10 milhões os gastos. De acordo com o relatório do órgão, a Precisa agiu como intermediária para a compra dos testes importados por outra empresa. O documento afirma que o Comando do Exército, por exemplo, comprou testes diretamente com a importadora e pagou infinitamente, com um custo menor, um preço mais barato. Cada um saiu por R\$94,10. O senhor confirma essa informação?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Excelência, permanecerei em silêncio.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Com relação à qualidade dos testes, foram feitos vários questionamentos que sugerem a baixíssima qualidade do que foi oferecido pela empresa Precisa. O que o senhor pode nos dizer dessas acusações? Por que, afinal, os testes vendidos pela Precisa são tão imprecisos?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – E, por fim, o senhor teve algum tipo de remuneração relacionada ao contrato assinado pela Precisa com o GDF?

O SR. TÚLIO SILVEIRA – Permanecerei em silêncio, Senadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Eu só estou passando essas perguntas, reforçando essas perguntas, Sr. Presidente, para que todos aqueles que nos acompanham, principalmente a população do Distrito Federal, entendam que esse senhor, junto com a empresa Precisa, e o Governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, cometeram atos de corrupção. E, se Deus quiser, dentro desta CPI...

Amanhã nós vamos ter o Sr. Francisco Maximiano aqui, Sr. Presidente. Espero que ele tenha a hombridade de vir a esta Casa e de nos responder, porque nós vamos atrás da verdade, Senadora. Senadora Soraya, foram milhares de brasilienses, milhares de brasileiros que perderam suas vidas, e esta Casa tem a obrigação, Sr. Presidente, de saber a verdade. A população precisa saber o que aconteceu nessas compras e nesse relacionamento do Governo do Distrito Federal e do Governo Federal com essa empresa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Fora do microfone.) – O senhor me permite, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, a douta defesa está com a palavra.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para expor.) – Apenas faço uma objeção no sentido de que meu cliente goza do princípio da presunção de inocência. Meu cliente repudia qualquer acusação de imputação criminal que seja feita a ele neste momento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, antes de concluir, se V. Exas. me permitem, eu quero fazer dois registros aqui. Não seria de nosso interesse, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, fazê-los, mas é nossa obrigação, aproveitando a audiência desta CPI, alertar os brasileiros e as brasileiras.

No dia de ontem, a Dra. Lindora Araújo, Subprocuradora da República, em uma ação movida pelo Partido dos Trabalhadores e pelo Partido Socialismo e Liberdade, não viu crime algum em o Presidente da República participar de eventos públicos sem máscara. A posição de S. Exa. contradiz inclusive decisão anterior que ela exarou, quando pediu ao Superior Tribunal de Justiça que o Desembargador Eduardo Almeida Prado, do Tribunal de Justiça de São Paulo, fosse investigado por passear em uma praia de Santos sem máscara. Bom faria S. Exa. se tivesse mantido essa conduta correta que fez em relação ao comportamento do desembargador paulista.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A decisão, ontem, da Dra. Lindora Araújo contraria totalmente a ciência, contraria as recomendações da Organização Mundial de Saúde, contraria as recomendações da nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária, contraria as recomendações dos CDCs, os centros de doenças transmissíveis dos Estados Unidos, contraria toda a lógica da ciência.

É até em decorrência disso que aqui antecipo que este Senador, individualmente, junto com outros colegas Senadores, iremos representar contra referida procuradora no Conselho Nacional do Ministério Público por conta do ato que, além de deseducar, anistia um crime gravíssimo, principalmente quando ele parte do mais alto mandatário da Nação.

Para a nossa surpresa e indignação, ainda há pouco, o jornal *Folha de S.Paulo* informa que, em um canal das redes de apoio ao Presidente da República, S. Exa. Marcelo Queiroga, Ministro de Estado da Saúde, também disse ser contra o uso obrigatório de máscaras. Nós não queremos convocar o Sr. Ministro de Estado da Saúde pela terceira vez nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – pela terceira vez –, mas S. Exa. parece que está fazendo questão de vir aqui mais uma vez.

É por isso que é dever desta CPI avisar a todos os brasileiros: enquanto a pandemia não estiver controlada, enquanto não detivermos o avanço da pandemia e, principalmente, agora sob ameaça da variante Delta, se vacinem, busquem qualquer vacina, usem máscaras e utilizem todas as medidas necessárias para impedir a propagação da cadeia do vírus. Não escutem o Sr. Ministro da Saúde com essas asneiras que ele fala. E, lamentavelmente, não escutem alguns representantes do Ministério Público. É lamentável ter que dizer isso, porque a gente está falando aqui – um membro deste Senado Federal, que está na Vice-Presidência desta CPI, que respeita e considera o Ministério Público uma das principais conquistas da Constituição de 1988 –, e, ao mesmo tempo, é lamentável, Senadora Leila, Senadora Soraya, ter que dizer para os brasileiros não escutarem o Ministro da Saúde quando ele diz para não usar máscara. O Ministro da Saúde – o Ministro da Saúde!

Então, eu reitero a recomendação a todos os brasileiros: se o Governo e algumas instituições não fazem o seu papel, cabem a esta CPI fazê-lo. Usem máscaras, se vacinem, tomem as medidas de distanciamento, usem álcool em gel, que a pandemia ainda não acabou, ainda está tirando a vida de muitos brasileiros e ainda estamos com a média lamentável de pelo menos 30 a 40 mil brasileiros, por dia, se contaminando e é a única medida que há.

Não acreditem nas estórias – com "e", não com "h" –, nas estórias do tal tratamento precoce. Já foi provado pela ciência que não procede, que não tem amparo científico. As medidas são somente distanciamento, uso de álcool em gel, uso da máscara e vacinação.

É lamentável ter que dizer isso de um membro do Ministério Público Federal e é lamentável dizer isso em relação ao Sr. Ministro de Estado da Saúde. Eu não gostaria, mas o Sr. Ministro de Estado da Saúde parece estar insistindo em vir mais uma vez à CPI por conta de declarações desse tipo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à Subprocuradora, reitero que, junto com outros colegas Senadores, representaremos ao Conselho Nacional do Ministério Público em nome – em nome – do serviço que o Ministério Público tem que, de fato, servir à Nação, do serviço e do papel que lhe foi consagrado pela Constituição de 1988, ser fiscal da lei, ser defensor da Constituição, fazer cumprir a lei, seja quem for, doa a quem doer, inclusive, se for o caso, ao mais alto mandatário da Nação.

Dito isso e havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 44ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Convido as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a oitiva de amanhã na Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, a fim de ouvir o Sr. Francisco Emerson Maximiano, objeto do Requerimento 183, de autoria do Senador Alessandro Vieira; amanhã, a partir das 10 horas.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada essa oitiva.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 12 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 46ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinquenta e dois minutos do dia dezanove de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Marcos Rogério, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Eliziane Gama e Rodrigo Cunha, e ainda dos Senadores não membros Marcelo Castro, Fabiano Contarato, Leila Barros, Simone Tebet e Zenaide Maia. Deixa de comparecer o Senador Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1255 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-diretor-geral do Hospital Federal do Andaraí, EDUARDO LOPES MOURA, CPF 368.903.087-00, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 1256 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa CETEST Rio Ltda., CNPJ 39.128.525/0001-42, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 1257 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-Coordenador de Administração do Hospital Federal do Andaraí, FABIO DE ANDRADE BASTOS, CPF 044.632.987-84, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 1258 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da diretora-geral do Hospital Federal de Ipanema, JULIA MARIA PINHEIRO TELLES DE MENEZES, CPF 332.967.317-68, referente ao período de 24 de agosto de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 1259 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-coordenador de Administração e ex-diretor-geral do Hospital Federal dos Servidores do Estado, ALFREDO MELLO LAMEU, CPF 079.213.187-89, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 1260 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-diretor-geral do Hospital Federal de Ipanema e atual diretor-geral do Hospital Federal dos Servidores do Estado, BENITO ACCETA, CPF 574.090.137-53, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 1261 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-Coordenador de Administração do Hospital Federal dos Servidores do Estado, CARLOS MARTINS



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CARO, CPF 256.794.067-72, referente ao período de 29 de setembro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 1262 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da Organização Social INSTITUTO SOLIDARIO, CNPJ nº 05.866.443/0001-83, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 1263 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da Organização Social CRUZ VERMELHA BRASILEIRA FILIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ nº 07.345.851/0001-15, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 1265 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da ex-diretora-geral do Hospital Federal dos Servidores do Estado, SELENE MARIA RENDEIRO BEZERRA, CPF 160.290.892-34, referente ao período de 23 de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 1266 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do coordenador de administração do Hospital Federal de Ipanema, RINALDO FREDERICO DA FONSECA, CPF 459.553.957-68, referente ao período de 1º de janeiro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 1267 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do coordenador de administração do Hospital Federal do Andaraí, RAPHAEL BARROS GOMES DE CARVALHO, CPF 047.672.677-81, referente ao período de 25 de setembro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 1268 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do ex-coordenador de administração do Hospital Federal dos Servidores do Estado, MARCO AURÉLIO POTENGY DE MELLO, CPF 892.172.177-00, referente ao período de 3 de setembro de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 1269 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Diretor-Geral do Hospital Federal do Andaraí, LUIS FERNANDO D' ALINCOURT CAPOTORTO, CPF 014.008.557-21, referente ao período de 25 de agosto de 2020 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 1270 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da coordenadora de administração do Hospital Federal dos Servidores do Estado, LUCIMAR SIMAS DA SILVA TITO, CPF 069.977.197-83, referente ao período de 22 de abril de 2021 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 1271 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Senhor WALTER FERNANDES FILHO, CPF nº 330.211.987-91, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 1272 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Senhor CLAUDIO PENA GONÇALVES, CPF nº



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

939.219.347-53, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 1274 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa STAR 5 SERVICE COMÉRCIO CONSERVAÇÃO E LIMPEZA LTDA., CNPJ 02.739.907/0001-00, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 1275 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa CONFEDERAL RIO VIGILÂNCIA - EIRELI, CNPJ 39.537.063/0001-17, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 1276 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira do Senhor EDSON JOAQUIM DE SANTANA, CPF nº 309.823.247-15, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 1280 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa ATMOSFERA GESTÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TÊXTEIS S.A., CNPJ 00.886.257/0005-16, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 1292 de 2021** que : "Requer RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como que se encaminhem RIFs em que sejam mencionados o Senhor TARSIS DE SOUZA GOMES, responsável pelo domínio renova mídia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 1293 de 2021** que : "RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como que se encaminhem RIFs em que seja mencionado Allan Lopes dos Santos." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 1294 de 2021** que : "Requer RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como que se encaminhem RIFs em que seja mencionado JOSÉ PINHEIRO TOLENTINO" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 1295 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira de AURELIO PONTES, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 1296 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira da empresa WA SIQUEIRA ENGENHARIA LTDA., CNPJ 27.500.404/0001-09, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 1305 de 2021** que : "Complemento ao requerimento de transferência de sigilo de Allan Lopes dos Santos (Req. 1230)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 1306 de 2021** que : "Complemento ao requerimento de transferência de sigilo de José Pinheiro Tolentino (Req. 1237)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 1307 de 2021** que : "Complemento ao requerimento de transferência de sigilo de Tarsis de Souza Gomes (Req. 1238)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 1319 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Financeiras (COAF) que produza e encaminhe à CPI da PANDEMIA um RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como encaminhe RIFs em que sejam mencionados o Senhor RAUL NASCIMENTO DOS SANTOS, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 1320 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) que produza e encaminhe à CPI da PANDEMIA um RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como encaminhe RIFs em que sejam mencionados o Senhor PAULO DE OLIVEIRA ENEAS, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 1321 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) que produza e encaminhe à CPI da PANDEMIA um RIF – Relatório de Inteligência Financeira, com as eventuais informações de movimentações financeiras atípicas, bem como encaminhe RIFs em que sejam mencionados a empresa FAROL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 06.227.644/0001-01, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 1322 de 2021** que : "Em aditamento ao Req. nº 1.226, aprovado por esta CPI em 03/08/2021, requer a transferência de sigilo do Senhor RAUL NASCIMENTO DOS SANTOS, CPF 708.146.884-54." **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 1323 de 2021** que : "Em aditamento ao Req. nº 1.227, aprovado por esta CPI em 03/08/2021, requer a transferência de sigilo do Senhor PAULO DE OLIVEIRA ENEAS, CNPJ 21.548.285/0001-70." **Autoria:** Senador Humberto Costa e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 1324 de 2021** que : "Em aditamento ao Req. nº 1.229, aprovado por esta CPI em 03/08/2021, requer a transferência de sigilo, da empresa FAROL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 06.227.644/0001-01." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 1334 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. ALESSANDRO LEMOS PASSOS LOIOLA, CPF nº 008.063.837-63, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 1335 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. OSWALDO EUSTÁQUIO FILHO, CPF nº 024.572.289-05, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 1336 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. GUSTAVO GAYER MACHADO DE ARAÚJO, CPF nº 934.054.561-34, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 1337 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. FLÁVIO GORDON, CPF nº 084.570.337-43, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 1338 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF), da Sra. FLÁVIA REGINA VIANA, CPF nº 858.076.057-72, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 1339 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Dr. EVERSON HENRIQUE DE OLIVEIRA, CPF nº 100.495.086-10, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 1340 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) do Sr. BERNARDO PIRES KUSTER, CPF nº 057.385.519-66, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 1290 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o RIF – Relatório de Inteligência Financeira de Danilo Berndt Trento e da empresa Primarcial Holding e Participações LTDA. (CNPJ 58.923.756/0001-92), referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 1312 de 2021** que : "Requer a quebra e a transferência dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático de MÁRCIO LUIS ALMEIDA DOS ANJOS." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 1313 de 2021** que : "Requer a quebra e a transferência dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da empresa GLOBAL GESTÃO EM SAÚDE." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 1314 de 2021** que : "Requer a quebra e a transferência dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da empresa ML8 SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 1328 de 2021** que : "Requer a quebra e a transferência dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático de OPT INCORPORADORA IMOBILIÁRIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENS PRÓPRIOS." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 1329 de 2021** que : "Requer a quebra e transferência dos sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático de MAIA E ANJOS ADVOCACIA." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 1308 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Twitter Verdade dos fatos (@v_dosfatos), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 1309 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram Verdade dos fatos BR (@verda_dedofatos), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 1310 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Facebook Movimento Avança Brasil (@MAvancaBrasil), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 1325 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Youtube Movimento Conservador (<https://www.youtube.com/channel/UCNVoJy7wNALnKE-rXF3EwtA>), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 1326 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Twitter Movimento Conservador (@conservadorismo), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nº 1327 de 2021 que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram Movimento Conservador (@movimentoconservador) e facebook (@movimentoconservadoricon), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 1396 de 2021** que : "Transferência de sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Emanuel Catori." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 1363 de 2021** que : "Requer, com relação a todos os requerimentos de transferência de sigilo de dados telemáticos aprovados até o presente momento, a disponibilização de registro de interação com outros usuários, extrato de mensagens recebidas e/ou enviadas, extratos de chamadas de voz e vídeo efetuadas e/ou recebidas, bem como de telefones da agenda de contatos." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 1246 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos telefônico, fiscal, bancário e telemático da Secretaria Nacional de Assuntos Humanitários (Senah), CNPJ nº 05.205.294/0001-01, no período de 1º de janeiro de 2018 até a presente data." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 1364 de 2021** que : "Requer a transferência de dados, protegidos por sigilo, da empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A, CNPJ 25.446.930/0001-02." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 1351 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas da Sra. PAMELA PUERTAS DIAS, CPF nº 422.383.338-35, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 1350 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Sr. RICHARDS DYER POZZER, CPF nº 031.986.259-39, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 1349 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Instituto Força Brasil, CNPJ 40.091.898/0001-75, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 62 - REQUERIMENTO Nº 1348 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) o Relatório de Inteligência Financeira (RIF) com as eventuais informações de movimentações atípicas do Sr. LEANDRO PANAZZOLO RUSCHEL, CPF nº 969.463.930-15, referente ao período de 1º de janeiro de 2019 até o presente." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 63 - REQUERIMENTO Nº 1424 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da PICO DO JUAZEIRO PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 64 - REQUERIMENTO Nº 1423 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da MB GUASSU ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 65 - REQUERIMENTO Nº 1434 de 2021** que : "Requer a transferência de SIGILO da FIB BANK GARANTIA DE FIANÇAS FIDEJUSSÓRIAS S/A." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 66 - REQUERIMENTO Nº 1433 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da PICO DO JUAZEIRO PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO LTDA." **Autoria:** Senador Tasso



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 67 - REQUERIMENTO Nº 1432 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da MB GUASSU ADMINISTRADORA DE BENS PROPRIOS LTDA" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 68 - REQUERIMENTO Nº 1431 de 2021** que : "Requer ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, os Relatórios de Inteligência Financeira – RIF's, eventualmente gerados a partir das atividades de FIB BANK GARANTIA DE FIANÇAS FIDEJUSSÓRIAS S/A." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 69 - REQUERIMENTO Nº 1430 de 2021** que : "Requer a Transferência de Sigilo da XIS INTERNET FIBRA S.A (filial)" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 70 - REQUERIMENTO Nº 1429 de 2021** que : "Requer a Transferência de Sigilo da GLOBAL GESTAO EM SAUDE S.A" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 71 - REQUERIMENTO Nº 1428 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da RIMARES HOLDING E PARTICIPACOES – EIRELI" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 72 - REQUERIMENTO Nº 1427 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da SAUDEBANK ASSESSORIA ESTRATEGICA E FINANCEIRA S.A." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 73 - REQUERIMENTO Nº 1426 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo PRECISA MEDICAMENTOS LTDA. (filiais)" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 74 - REQUERIMENTO Nº 1425 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo da FRASDEC ASSESSORIA E CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 75 - REQUERIMENTO Nº 1361 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram tratamentoprecocepvh (@tratamentoprecocepvh), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 76 - REQUERIMENTO Nº 1360 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Youtube Brasil de Olho (https://www.youtube.com/channel/UCH5-hY_v698ePQ5C6fVtvfg), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 77 - REQUERIMENTO Nº 1359 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Twitter farsasdocovid19 (@farsasdocovid19), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 78 - REQUERIMENTO Nº 1358 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram alemanhacomentada (@alemanhacomentada), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 79 - REQUERIMENTO Nº 1357 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Youtube Alemanha Comentada (<https://www.youtube.com/channel/UCMMQQHj7NUDJ2Dzv9hJK9yQ>), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 80 - REQUERIMENTO Nº 1356 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram patriotasb (@patriotasb), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 81 - REQUERIMENTO Nº 1355 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Twitter Patriotas (@patriotas), que vem promovendo a disseminação de fake news



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 82 - REQUERIMENTO Nº 1354 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Youtube Patriotas (<https://www.youtube.com/patriotasbr>), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 83 - REQUERIMENTO Nº 1353 de 2021** que : "Requer a transferência do sigilo telemático do usuário do Instagram OInformante (@oinformanteofficial) e facebook OInformante (@oinformanteofficial), que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 84 - REQUERIMENTO Nº 1439 de 2021** que : "Requer as necessárias providências para LEVANTAR (quebrar) e TRANSFERIR os sigilos das informações a seguir REQUISITADAS, junto à Receita Federal do Brasil, relativamente à pessoa jurídica R.C.6 Mineração Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 85 - REQUERIMENTO Nº 1420 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos das informações relativamente à pessoa jurídica referente ao CNPJ 39.937.281/0001-49, de XIS INTERNET FIBRA LTDA." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 86 - REQUERIMENTO Nº 1418 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos das informações relativamente à pessoa jurídica referente ao CNPJ 31.908.265/0001-16, de XIS INTERNET FIBRA S.A." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 87 - REQUERIMENTO Nº 1417 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Instituto de Florestas do Paraná." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 88 - REQUERIMENTO Nº 1419 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos das informações relativamente à pessoa jurídica representada pelo CNPJ 76 149 350/0001 86 - Construtora Magalhães Barros Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 89 - REQUERIMENTO Nº 1416 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da RJM Loteadora Ltda ME, CNPJ 79.114.443/0001-63, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 90 - REQUERIMENTO Nº 1415 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos das informações relativamente à pessoa jurídica representada pelo CNPJ 79 447 991/0001 05 - MBR Locação de Veículos Ltda. 79447991000105" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 91 - REQUERIMENTO Nº 1414 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Correspondente Bancário Mais em Conta S/A." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 92 - REQUERIMENTO Nº 1413 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de BHT Consultoria Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 93 - REQUERIMENTO Nº 1412 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da BB Corretora Ltda., CNPJ 80.269.079/0001-90, de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 94 - REQUERIMENTO Nº 1411 de 2021** que : "Requer junto à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa Monlevade Incorporações Imobiliárias Ltda., CNPJ 24.088.659/0001-00, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 95 - REQUERIMENTO Nº 1410 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos do IFGVE - Instituto de Formação,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gestão e Valor Educacional (PD) Ltda., CNPJ 35.288.758/0001-51, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 96 - REQUERIMENTO Nº 1409 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de RC3 Incorporações Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 97 - REQUERIMENTO Nº 1408 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 04.816.712/0001-34 Mineralizadora Fonte de Luz Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 98 - REQUERIMENTO Nº 1407 de 2021** que : "Requer junto à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da PY 12 Incorporações S.A., CNPJ 20.435.916/0001-81, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 99 - REQUERIMENTO Nº 1406 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos do Centro de Educação Profissional Técnico Maringá Ltda., CNPJ 14.758.035/0001-07, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 100 - REQUERIMENTO Nº 1404 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da RC1 Incorporações Ltda., CNPJ 20.435.853/0001-63, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 101 - REQUERIMENTO Nº 1403 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 11 342 178/0001 37 – RC4 Incorporações Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 102 - REQUERIMENTO Nº 1402 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 04.598.624/0001-03 Associação de Clubes de Vôlei - ACV." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 103 - REQUERIMENTO Nº 1401 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 19142362/0001-45 - PY 11 Incorporadora e Empreendimentos S.A.." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 104 - REQUERIMENTO Nº 1400 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 00624285/000131 - Qualidade de Vida Indústria e Comércio de Produtos Naturais Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 105 - REQUERIMENTO Nº 1399 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilos da pessoa jurídica representada pelo CNPJ 01280354/0001-08 - Frequencial Empreendimentos de Comunicação Ltda.." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 106 - REQUERIMENTO Nº 1395 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo de dois dias corridos, a transferência de sigilos da AKB Magalhães Barros Locações Ltda., CNPJ 07.034.022/0001-11, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 107 - REQUERIMENTO Nº 1386 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa PRIMARES HOLDING E PARTICIPACOES, CNPJ 02.144.884/0001-83, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 108 - REQUERIMENTO Nº 1385 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa GM PARTICIPACAO E



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ADMINISTRACAO DE BENS, CNPJ 34.049.994/0001-52, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 109 - REQUERIMENTO Nº 1384 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos do Sr. Ricardo José Magalhães Barros, CPF 424.789.799-34, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 110 - REQUERIMENTO Nº 1383 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa SMARTCARE SOLUCOES EM SAUDE, CNPJ 26.891.765/0001-52, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 111 - REQUERIMENTO Nº 1382 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de José Carlos da Silva Paludeto." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 112 - REQUERIMENTO Nº 1381 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de FRASDEC ASSESSORIA E CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 113 - REQUERIMENTO Nº 1380 de 2021** que : "Requer à Receita Federal do Brasil, para cumprimento no prazo dois dias corridos, a transferência de sigilos da empresa ROMPRO PARTICIPAÇÕES, CNPJ 21.052.772/0001-47, no período de janeiro de 2016 até a data de aprovação do presente requerimento." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 114 - REQUERIMENTO Nº 1378 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Gustavo Alexandre Gaspar de Oliveira." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 115 - REQUERIMENTO Nº 1377 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal da empresa GLOBAL GESTÃO EM SAÚDE S.A." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 116 - REQUERIMENTO Nº 1376 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Frederick Wassef." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 117 - REQUERIMENTO Nº 1375 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Marcelo Bento Pires." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 118 - REQUERIMENTO Nº 1374 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Danilo Cesar Fiore." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 119 - REQUERIMENTO Nº 1373 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Thais Amaral Moura." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 120 - REQUERIMENTO Nº 1372 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal de Francisco Emerson Maximiano." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 121 - REQUERIMENTO Nº 1362 de 2021** que : "Requer a transferência de dados da empresa BRASIL Paralelo Entretenimento e Educação S/A." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 122 - REQUERIMENTO Nº 1444 de 2021** que : "Transferências de sigilo bancário e fiscal de Allan Lopes dos Santos" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 123 - REQUERIMENTO Nº 1443 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo Bancário, Telefônico, Fiscal e telemático do Sr. José Ricardo Santana." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 124 - REQUERIMENTO Nº 1441 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo Bancário, Telefônico, Fiscal e telemático da BIG PINE CONSULTORIA LTDA." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 125 - REQUERIMENTO Nº 1440 de 2021** que : "Requer a transferência de sigilo Bancário, Telefônico, Fiscal e telemático da Primarcial Holding e Participações Ltda." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 126 - REQUERIMENTO Nº**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1442 de 2021 que : "Requer a RETIFICAÇÃO, de forma a aditar os requerimentos de números 1074, 1079, 1080, 1312 a 1314, 1328, 1329, 1372 a 1378, 1380 a 1386, 1395, 1399 a 1404 e 1406 a 1420, todos do corrente exercício e de autoria deste Relator, sem prejuízo aos demais pedidos e pelas justificativas expostas, para explicitar no bojo do objeto requerido, pedido objetivo para se requisitar ao COAF, os Relatórios de Inteligência Financeira referentes às pessoas naturais e jurídicas qualificadas em cada um dos Requerimentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 127 - REQUERIMENTO Nº 1379 de 2021** que : "Transferência de sigilo fiscal e bancário da Precisa Medicamentos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 128 - REQUERIMENTO Nº 1450 de 2021** que : "Convida a Deputada Joenia Wapichana, coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas" **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 129 - REQUERIMENTO Nº 1365 de 2021** que : "Requer a convocação de Roberto Pereira Ramos Junior, Presidente do Fib Bank, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 130 - REQUERIMENTO Nº 1366 de 2021** que : "Requer a convocação de Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como testemunha." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 131 - REQUERIMENTO Nº 1393 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Jaime José Tomaselli, executivo da World Brands, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 132 - REQUERIMENTO Nº 1394 de 2021** que : "Requer seja convocado o Sr. Emanuel Catori, sócio da Belcher Farmacêutica, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 133 - REQUERIMENTO Nº 1436 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. JOSÉ RICARDO SANTANA, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 134 - REQUERIMENTO Nº 1369 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR e do Sr. LUIZ HENRIQUE LOURENÇO FORMIGA" **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 135 - REQUERIMENTO Nº 1301 de 2021** que : "Requer ao Tribunal de Contas da União (TCU), em caráter de urgência, a realização de auditoria da execução orçamentária no âmbito da SESAI para o enfrentamento da pandemia da Covid-19 durante o período de fevereiro de 2020 a julho de 2021, confrontando-a com o planejamento publicado e homologado, seja no âmbito da ADPF-709 ou do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 136 - REQUERIMENTO Nº 1405 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, no prazo de 5 dias, sob pena de desobediência, o acesso dos servidores indicados pela Secretaria desta CPI aos seguintes processos SEI do Ministério da Saúde:." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 137 - REQUERIMENTO Nº 1421 de 2021** que : "Requer que sejam enviados, pelo Senhor Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, todos os documentos relacionados ao pedido de exoneração do Senhor Roberto Ferreira Dias, realizado no mês de outubro do ano de 2020." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 138 - REQUERIMENTO Nº 1422 de 2021** que : "Requer que sejam enviados, pelo Senhor Ministro da Saúde, todos os documentos relacionados ao pedido de exoneração do Senhor Roberto Ferreira Dias, realizado no mês de outubro do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano de 2020." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 139 - REQUERIMENTO Nº 1397 de 2021** que : "Requer que seja concedido, pelo Senhor Ministro da Saúde, no prazo de 5 dias, sob pena de desobediência, o acesso dos servidores indicados pela Secretaria desta CPI aos processos SEI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 140 - REQUERIMENTO Nº 1152 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, informações sobre contatos com a Precisa Medicamentos e/ou Bharat Biotech." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 141 - REQUERIMENTO Nº 1153 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações do Brasil, Marcos Cesar Pontes, informações sobre viagem do Ministro à Índia em 2021, no prazo máximo de 10 dias" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 142 - REQUERIMENTO Nº 1391 de 2021** que : "Requer informações relacionadas a atas de reuniões conduzidas no âmbito do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 143 - REQUERIMENTO Nº 1390 de 2021** que : "Requer informações relacionadas a atas de reuniões conduzidas no âmbito da Casa Civil da Presidência da República." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 144 - REQUERIMENTO Nº 1241 de 2021** que : "Requer ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo informações sobre procedimentos de apuração instaurados para avaliar a conduta da operadora de planos de saúde Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda., e, eventualmente, do responsável técnico Dr. Eduardo Fagundes Parrillo (CRM/SO 76747), por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 145 - REQUERIMENTO Nº 1242 de 2021** que : "Requer ao Ministério Público do Estado de São Paulo informações sobre procedimentos de apuração eventualmente instaurados para avaliar a conduta da operadora de planos de saúde Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 146 - REQUERIMENTO Nº 1243 de 2021** que : "Requer ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) informações sobre procedimento de notificação da operadora de planos de saúde Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 147 - REQUERIMENTO Nº 1244 de 2021** que : "Requer à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) informações sobre procedimentos eventualmente instaurados relacionados à conduta da operadora de planos de saúde Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. por pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid-19a." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 148 - REQUERIMENTO Nº 1264 de 2021** que : "Requer informações à Superintendência Estadual do Ministério da Saúde, no Rio de Janeiro, referentes aos meses de janeiro a junho de 2021." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 149 - REQUERIMENTO Nº 1277 de 2021** que : "Requer seja solicitado ao Ministério Público de Estado da Bahia – Feira de Santana o envio, no prazo de 10 (dez) dias, de cópia de integral de procedimento instaurado para fins de apurar responsabilidade pela produção, promoção e divulgação de peça publicitária, veiculada por outdoors em diversos pontos da cidade com a mensagem "COVID TEM CURA", na qual se identifica logomarca e endereço eletrônico da associação "Médicos pela Vida"." **Autoria:** Senador Humberto Costa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado. **ITEM 150 - REQUERIMENTO Nº 1278 de 2021** que : "Requer seja solicitado à empresa Inovates Consult Ltda. (CNPJ 10.768.541/0001-18), situada na cidade de Vila Velha-ES, informações, no prazo de 10 (dez) dias, acerca de produção, custeio, promoção e divulgação de peça publicitária veiculada por outdoors, em diversos pontos da cidade de Fortaleza-CE, com a mensagem “O ATENDIMENTO PRECOCE SALVA”, na qual se identifica logomarca do movimento de médicos cristãos “Ainda Há Bem”." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 151 - REQUERIMENTO Nº 1281 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESSO." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 152 - REQUERIMENTO Nº 1282 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 153 - REQUERIMENTO Nº 1283 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 154 - REQUERIMENTO Nº 1284 de 2021** que : "Requer informações ao INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 155 - REQUERIMENTO Nº 1285 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO RJ." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 156 - REQUERIMENTO Nº 1286 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 157 - REQUERIMENTO Nº 1287 de 2021** que : "Requer informações ao HOSPITAL FEDERAL DE IPANEMA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 158 - REQUERIMENTO Nº 1288 de 2021** que : "Requer informações ao INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 159 - REQUERIMENTO Nº 1289 de 2021** que : "Requer informações ao INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 160 - REQUERIMENTO Nº 1297 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre condução da saúde indígena na pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 161 - REQUERIMENTO Nº 1298 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro de Estado da Defesa, Walter Braga Netto, informações sobre saúde indígena na pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 162 - REQUERIMENTO Nº 1299 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Diretor Geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, informações sobre inquérito instaurado em face de Eduardo Pazuello e Airton Antônio Soligo." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 163 - REQUERIMENTO Nº 1300 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, informações sobre processos existentes nos quais seja réu o Sr. Ricardo Barros, deputado federal." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 164 - REQUERIMENTO Nº 1302 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Presidente da Fundação Nacional da Saúde, GIOVANNE GOMES DA SILVA, informações sobre vacinação da população indígena contra Influenza H1N1." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 165 - REQUERIMENTO Nº 1317 de 2021** que : "Requer informações ao Fundo Estadual de Saúde (FES/RJ), em relação em relação aos contratos de gestão firmados com as organizações sociais beneficiárias de transferências federais transpassados pelo FES/RJ." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 166 - REQUERIMENTO Nº 1318 de 2021** que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

: "Requer ao Fundo Estadual de Saúde (FES/RJ) informações em relação aos contratos de gestão firmados com as organizações sociais beneficiárias de transferências federais transpassados pelo FES/RJ." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 167 - REQUERIMENTO Nº 1332 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas informações complementares pelo Presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda. Fernando Parrilo, acerca da compra de medicamentos que compõem o chamado "kit-Covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 168 - REQUERIMENTO Nº 1333 de 2021** que : "Requer informações complementares ao presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda., Fernando Parrilo, acerca da compra de medicamentos que compõem o chamado "kit-Covid"." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 169 - REQUERIMENTO Nº 1291 de 2021** que : "Requer ao Senado Federal e à Câmara dos Deputados, todos os registros de acesso e entrada dos Senhores Francisco Emerson Maximiano, Danilo Fiorini, Frederick Wassef, Gustavo Alexandre Gaspar de Oliveira, João Vitor Maximiano, José Carlos da Silva Paludetto, Thais Amaral Moura, Danilo Berndt Trento, Gustavo Berndt Trento, Felipe Maximiano, Andrea Cecília Furtado, Antônio Cássio dos Santos, Túlio Silveira e Emanuela Medrardes, nos anos de 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 170 - REQUERIMENTO Nº 1311 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas pela empresa Farol Produções Artísticas Ltda. (CNPJ 06.227.644/0001-01), informações sobre o contratante responsável pelo conteúdo do site www.sensoincomum.org, que vem promovendo a disseminação de fake news a respeito da pandemia de covid19." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 171 - REQUERIMENTO Nº 1435 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas informações pela Senhora Presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 172 - REQUERIMENTO Nº 1352 de 2021** que : "Requer informações ao presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará (CREMEC), Helvécio Neves Feitosa, relacionadas à apuração de denúncias contra a Unimed Fortaleza por práticas adotadas durante a pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 173 - REQUERIMENTO Nº 1347 de 2021** que : "Solicita informações complementares ao presidente da Prevent Senior Private Operadora de Saúde Ltda, Fernando Parrilo, sobre compra de medicamentos do chamado kit-Covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 174 - REQUERIMENTO Nº 1346 de 2021** que : "Solicita informações ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Ceará, Manuel Pinheiro Freitas, bem como a remessa de cópia integral de documentação relacionada a procedimentos eventualmente instaurados para apurar a conduta, pela operadora de planos de saúde Unimed Fortaleza, de pressionar médicos conveniados a aplicar o chamado "tratamento precoce" para a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 175 - REQUERIMENTO Nº 1345 de 2021** que : "Solicita informações ao presidente do Conselho Regional de Medicina do Ceará (CREMEC), Helvécio Neves Feitosa, relacionadas à apuração de denúncias contra a HapVida por impor a seus profissionais a prescrição do tratamento precoce da Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 176 - REQUERIMENTO Nº 1344 de 2021** que : "Solicita informações à presidente do conselho diretor do Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, sobre procedimento de notificação da empresa HapVida por impor aos seus profissionais a prescrição do tratamento precoce da covid." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 177 -**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 1343 de 2021 que : "Solicita informações ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Ceará, Manuel Pinheiro, a respeito da apuração de denúncias relacionadas à operadora de planos de saúde HapVida." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 178 - REQUERIMENTO Nº 1342 de 2021** que : "Solicita informações à presidente do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, relacionadas à notificação da Unimed Fortaleza por práticas adotadas durante a pandemia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 179 - REQUERIMENTO Nº 1341 de 2021** que : "Solicita informações à Unimed Goiânia relacionadas ao atendimento prestado a pacientes acometidos de covid-19 e outras práticas adotadas pela operadora de plano de saúde durante a pandemia do Sars-Cov-2." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 180 - REQUERIMENTO Nº 1368 de 2021** que : "Requer seja solicitado à Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e à Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) a remessa a esta CPI de todos os atos societários, como atos constitutivos e demais alterações sociais, balanços e demonstrações financeiras publicadas arquivadas naquelas instituições, de todas as pessoas jurídicas de que faça parte como sócio, quotista ou administrador MARCOS TOLENTINO DA SILVA." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 181 - REQUERIMENTO Nº 1437 de 2021** que : "Requer ao Tribunal de Contas da União, informar a esta CPI, por meio de documento oficial, os números, objetos e envolvidos (interessados, responsáveis, representantes legais e patronos, além de quaisquer outros de alguma forma relacionados), em tomadas de contas, auditorias, processos e procedimentos relacionados sob qualquer título à pessoa de Ricardo José Magalhães Barros." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 182 - REQUERIMENTO Nº 1370 de 2021** que : "Requer informações ao Cartório de Registro de Imóveis de Castro-PR, ao Cartório do 11º Oficial de Registro de Imóveis de Curitiba e ao Cartório do 11º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo relativas a imóveis integralizada ao capital social da FIB BANK GARANTIA DE FIANÇAS FIDEJUSSÓRIAS S.A. por sócias." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 183 - REQUERIMENTO Nº 1371 de 2021** que : "Requer seja solicitada à Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) e à Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR) a remessa a esta CPI dos atos societários que especifica." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 184 - REQUERIMENTO Nº 1438 de 2021** que : "Requer que seja solicitado ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes a produção e o compartilhamento de Relatório de Análise de Material Apreendidos nos autos dos Inquéritos 4.828/DF e 4.781/DF, que possuam pertinência com desinformação no contexto da PANDEMIA da COVID19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 185 - REQUERIMENTO Nº 1445 de 2021** que : "Requer à Polícia Federal informações sobre o inquérito policial relacionado à Operação Reditus, segunda fase da Operação SOS, que investiga desvio de recursos públicos na área da saúde no Pará." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 186 - REQUERIMENTO Nº 1448 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho Regional de Medicina do Amazonas (CREMAM), Senhor Emanuel Jorge Akel Thomaz de Lima, informações acerca de procedimento para apurar eventual violação ética por responsáveis técnicos da operadora de planos de saúde Unimed Cooperativa de Trabalho Médico Ltda." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 187 - REQUERIMENTO Nº 1449 de 2021** que : "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Marilena Lazzarini, informações e encaminhada cópia integral de processo que tenha ensejado a notificação da operadora de planos de saúde Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva Francisco Emerson Maximiano.. Finalidade:** Oitiva do Sr. Francisco Emerson Maximiano. Oitiva do Francisco Emerson Maximiano, Sócio-Administrador da Precisa, em atendimento ao requerimento 864/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2021/08/19>

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A presente reunião destina-se à apreciação de requerimentos e à oitiva do Sr. Francisco Emerson Maximiano, em atendimento ao requerimento do Senador Alessandro Vieira. *(Pausa.)*

Passo a palavra ao Relator, para votarmos os requerimentos pautados, de transferência de sigilo, convocação, convite e outros temas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, há 187 requerimentos pautados, informa-nos a Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito, de transferência de sigilo, convocação, convite, entre outros temas.

Eu sugiro, para maior celeridade, tendo em vista termos um depoimento importante logo em seguida, que apreciemos os requerimentos em globo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em discussão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria fazer uma solicitação, Presidente, solicitação de destaque.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, respeitosamente, eu queria falar que tomei conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. me diz quais são os destaques, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu vou dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois o senhor defende um a um, porque são destaques...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, eu vou fazer os destaques, eu só queria, primeiramente, dizer que, mais uma vez, os requerimentos de minha autoria foram ignorados na CPI. São cento e oitenta e... Quantos requerimentos? São 187 que nós vamos votar hoje, e mais uma vez nós não tivemos requerimentos pra ouvir a Cristiana Prestes, que é da indústria que vendeu os 300 respiradores pro Consórcio Nordeste, mais uma vez a gente não vai ouvir o Bruno Dauster, que é o Secretário da Casa Civil que foi exonerado por causa do escândalo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão, o senhor disse que tinha destaques em relação aos 187.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tenho destaques também, mas eu quero deixar registrado o que não entrou na pauta, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - V. Exa. depois pode falar sobre o que o senhor quiser, que eu dou o tempo necessário para V. Exa. Por favor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - O.k. Eu vou citar os itens, o número dos itens, e depois eu quero defender o destaque, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Está bom.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Itens 22, 23, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 42, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 62, 80, 81, 82, 121 e 122. Eu peço destaque pra gente votar em separado e depois eu quero defender o porquê.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Em votação em globo, retirados os destaques do Senador Girão.

Em votação.

Os que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora, em votação os destaques...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) - Sr. Presidente, apenas para registrar meu voto em relação a quebra de sigilos, meu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Voto contra do Senador. O.k., já está registrado, Senador Marcos Rogério.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) - Também contra, Sr. Presidente. Heinze contra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k.

Agora, em votação, em destaque, esses requerimentos que o Senador Girão...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Queria defender, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador. Com a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para encaminhar.) - Olha, um pensamento de Evelyn Beatrice, que é biógrafa do grande filósofo iluminista Voltaire, diz o seguinte: "Posso discordar de tudo que você diz, mas defenderei até a morte o seu direito de dizer o que pensa". A liberdade de expressão é direito fundamental garantido pela Constituição de 88,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principalmente nos incisos IV e IX do art. 5º. Quanto a isso, o inciso IV é o mais amplo e trata da livre manifestação do pensamento; o inciso IX foca na liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.

O que esta CPI está fazendo com os movimentos conservadores é um atentado sem precedentes à liberdade de expressão, uma covarde intimidação, uma verdadeira censura, só pelo fato de esses meios propagarem ideias tradicionais e conservadoras.

É, portanto, incabível numa democracia esse atentado à cláusula pétrea da livre manifestação de pensamento.

Apenas a título de exemplo, o Brasil Paralelo realiza um trabalho sério de formação de valores, de princípios e valores políticos conservadores através da produção de conteúdo educativo sobre história, temas da atualidade. São posições divergentes, inclusive de alguns pontos do meu pensamento, como a questão da flexibilização do porte de armas. Todos sabem que eu sou contra, mas não é porque a gente é contra que a gente deve simplesmente ir atrás de caçar a liberdade de expressão dessas ideologias.

Eu queria dizer que, se houve algum excesso desses personagens, desses requerimentos que eu estou colocando, que seja devidamente investigado dentro dos procedimentos e ritos legais compatíveis com a incidência e a gravidade do crime ocorrido. Obviamente que receber dinheiro ou qualquer outro benefício para deliberadamente disseminar *fake news* em matérias que venham a prejudicar a sociedade é inaceitável e deve ser punido com os rigores da lei. Porém, isso é muito diferente da imposição de medidas radicais e invasivas, muitas vezes, sem qualquer argumentação que a fundamente.

Então, por isso, Sr. Presidente, eu quero fazer um apelo porque nós já estamos vendo uma verdadeira caçada que existe de tribunais superiores. Ontem... O TSE está desmonetizando *sites*, blogues que simplesmente fazem um contraponto, têm ideias divergentes de narrativas que a gente tem visto no Brasil. E isso é muito perigoso, começa com *site*, começa com *blogue*, daqui a pouco vai para a imprensa. É uma liberdade, isso é um fundamento constitucional. E eu queria fazer esse apelo pra que a gente possa, em nome da democracia, do fortalecimento da democracia, que a gente possa excluir esses itens.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro eu queria subscrever os fundamentos apresentados pelo Senador Girão ao sustentar o destaque desses requerimentos e, conseqüentemente, a sua rejeição. Nós estamos diante de uma situação que caracteriza perseguição política aos movimentos conservadores e democráticos. Isso viola a Lei de Abuso de Autoridade, viola a livre manifestação do pensamento constitucional, cláusula pétrea prevista no art. 5º da Constituição Federal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também queria, Sr. Presidente, mencionar que houve um requerimento entre esses que foi aprovado no bojo, o 1.373, relacionado à servidora Thaís Amaral, de quebra de sigilo dessa servidora, algo absolutamente desconectado de qualquer fundamento objetivo desta CPI, mas que houve a sua deliberação. Registrei meu voto contra todas as quebras, pela ausência de fundamentação, mas queria registrar esse posicionamento.

Também quero fazer aqui, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Quem é autor do requerimento de quebra de sigilo da Sra. Thaís Amaral?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É o item 119, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, o autor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Já vejo, Presidente. Renan Calheiros, é o Relator da CPI, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Alguma razão o Senador tem para pedir a quebra, principalmente ele, como Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não está declinado no requerimento.

Também gostaria de mencionar, Sr. Presidente, em relação ao Deputado Federal Ricardo Barros, que há pedido de quebra de sigilo dele desde 2016. Sejamos razoáveis. Qual a pertinência isso tem com o objeto desta CPI? Eu não quero entrar no mérito de defesa de A ou de B. Obviamente que a investigação em relação ao campo da CPI está acontecendo, e nós queremos que aconteça. Agora, estão respeitando realmente as regras? É esse o papel da CPI? Eu acho que está passando dos limites, de todos os limites possíveis.

E, por fim, Sr. Presidente, queria fazer um registro a V. Exa., e não quero imputar a V. Exa. isso, mas eu queria alertar, uma vez mais, a V. Exa. algo grave que está acontecendo desde o início no âmbito desta CPI: o vazamento seletivo de informações. E o último vazamento, Sr. Presidente, é de uma gravidade sem tamanho: "Relatório da CPI conclui que [...] [saúde] afastou opositores a 'gabinete paralelo'". E aqui vem uma matéria de todo tamanho no UOL, dizendo que jornalista teve acesso ao relatório do Relator Renan Calheiros. E, detalhe, Sr. Presidente: esse jornalista diz que teve acesso a um conjunto de informações, indicando, inclusive, número de páginas, sem contar indicar do que se trata cada capítulo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria é extensa, e eu acho que o nosso papel enquanto CPI é investigar com responsabilidade, com profundidade, apurar os fatos, buscar as evidências e, ao final, apresentar um relatório. Desde o início, eu tenho denunciado aqui que erra quem pratica o pré-julgamento – primeiro, acusa; depois investiga. E agora essa notícia de que um jornalista, um veículo de comunicação teria tido acesso a esse relatório.

Eu gostaria de fazer esse registro, não estou fazendo acusação, a não ser que o jornalista tenha criado uma *fake news*, pode ser que seja, mas dizer que teve acesso é grave. Eu procuro agir sempre com muita cautela em relação a esse tipo de conduta, esse tipo de elemento, porque é uma CPI...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. me permite só um aparte?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Claro, Senador Renan.

O trabalho da CPI não é exclusivamente do Relator ou desse Senador, é de todos nós. Então, quando alguém acusa que teve acesso ao relatório, acusa a todos nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. me permite só um aparte, já que está tratando do relatório?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria dizer que, primeiro, enquanto Relator, eu fiz declarações públicas no sentido de que me esforçarei para, na segunda quinzena de setembro – me esforçarei –, apresentar o relatório. Não há nenhum relatório pronto, nem relatório, nem pré-relatório, nem nada. Nesta informação do UOL não há, a não ser essa declaração de que eu vou me esforçar, que foi pública, aspeada, para apresentar o relatório na segunda quinzena de setembro, não há nada, inclusive, com relação ao dado citado por V. Exa. de que nós pretendemos dizer, atribuir aos membros do gabinete paralelo a responsabilidade pela demissão dos ministros. Eu jamais vou atribuir isso.

Eu pretendo, como Relator – posso até não aprovar nesta Comissão Parlamentar de Inquérito –, responsabilizar por crime comum todos os membros do gabinete paralelo pela maldade que fizeram contra o Brasil ao prescreverem remédios ineficazes, ao estabelecerem prioridades para gasto orçamentário, para execução de gasto público criminosamente.

Então, a maior demonstração de que essa matéria é uma matéria que deve ter saído do nada, porque, infelizmente, eu não falei com o autor da matéria e não tenho o relatório pronto... Não tenho o relatório pronto! E o meu relatório não vai mandar para a Procuradoria investigar nada! Ele vai concluir a partir das investigações realizadas aqui, pedindo para que, no prazo que a lei das Comissões



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamentares de Inquérito reserva, a Procuradoria-Geral da República mande processar, e não investigar novamente.

Não é esse o meu estilo, o meu propósito. Eu não compactuaria com nada do que essa matéria do UOL está dizendo que o relatório contém, com nada, com absolutamente nada.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Agradeço a V. Exa.

Traduzindo, o Relator está dizendo que a matéria é *fake news*.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Veja que aqui...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Pela ordem!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Veja que aqui nós estamos diante...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Restabeleça o fluxo normal da sessão, por favor, Sr. Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Veja que aqui, Sr. Presidente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Faça a conclusão da votação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - ... nós estamos diante de uma situação grave.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu tenho que votar...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Isso! Conclua!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério, temos que votar os destaques do Senador Girão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Depois...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - É que ele só fez um aparte, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria me inscrever para...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por isso é que estou concluindo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ele terá oportunidade para falar.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele fez só um aparte.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Respeitosamente...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Todos terão oportunidade para falar, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, respeitosamente, eu ouvi.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas vamos dar seguimento!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E foi importante, porque ele desmentiu a matéria do UOL!

E veja a importância de resguardar o sigilo da fonte. Dias atrás, houve aqui uma tentativa, que foi lançada como equívoco, de quebra de sigilo da Jovem Pan, corrigida a tempo.

Aqui está a garantia do bom jornalismo! Aqui está a garantia do bom jornalismo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu acho que...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É o sigilo da fonte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O debate agora é sobre os requerimentos.

V. Exa. pode, depois, se posicionar, por favor.

O Senador Girão tem vários destaques...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Então, V. Exa. quer votar os requerimentos e me assegurar a palavra na sequência?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu vou ter que chamar uma pessoa para ouvir.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, é porque o Senador tomou o tempo para fazer um aparte, e eu queria só concluir.

Presidente, apenas para concluir em 15 segundos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor! Por favor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, desde o início, eu tenho denunciado aqui. O Relator trabalha o tempo todo fazendo prejulgamento. E o fez agora há pouco, antecipou o que vai fazer no relatório dele. Não haverá surpresas. O que nós não podemos permitir é vazamento seletivo de quem quer que seja, sobre o que quer que seja!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Acabaram os 15 segundos, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E aqui é algo absolutamente grave.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – V. Exa. me permite discutir o destaque do Senador Girão, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É rapidinho, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Quero só fazer aqui... Na verdade, quero enaltecer o trabalho desta CPI quando também trabalhou o combate a *fake news*. Os requerimentos que estão sendo agora apresentados para serem analisados e votados... Possivelmente, a gente nem poderá receber aqui todos os depoentes por conta da exiguidade do tempo, mas é muito importante essa aprovação, Presidente, porque *fake news*... É muito bom a gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deixar claro aqui que não existe direito absoluto no Brasil, não se pode utilizar a liberdade de expressão para mentir, para caluniar, para desonrar as pessoas, para desrespeitar as pessoas e, ainda mais, para matar as pessoas! As *fake news* que foram propagadas neste período de pandemia, algumas delas, mataram – olha lá! – centenas de pessoas no Brasil. E, agora, a apresentação desses requerimentos, para exatamente buscar o clareamento e a transparência, é fundamental para responsabilizar esses culpados, pessoas que usam as redes sociais de forma criminoso! Isso não é liberdade de expressão, não. Isso é um desrespeito ao jornalismo brasileiro. A comunicação... Eu sou jornalista. E é desrespeitoso equiparar essas pessoas com comunicadores, com jornalistas. É desrespeitoso com a comunicação brasileira.

E eu quero dizer aqui, ao cumprimentar o Relator e cumprimentar o Presidente por esses requerimentos: é fundamental a aprovação desses requerimentos e buscar responsabilizar esses culpados, que eu digo, finalizando a minha participação, Presidente, criminosos. Usar *fake news* é um crime contra a sociedade brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Muito bem!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É sobre o requerimento, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para discutir.) – Eu sou solidário ao Senador Girão, votarei com ele esse requerimento. *Fake news* é muitas outras coisas, feitas pela própria CPI, o que é colocado pela CPI. Coisas sérias, trabalhos sérios estão sendo desmoralizados, de cientistas do mundo inteiro, inclusive do Brasil. Portanto, eu acompanho o Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, só pra fazer um rápido comentário. Eu gosto muito da Senadora Eliziane Gama, respeito o posicionamento dela, mas eu deixei muito claro que quem cometeu ilegalidade tem que pagar, e tem os ritos pra isso. Eu acho que a CPI partir para uma quebra de sigilo, para o embate, e coincidentemente são os *sites* conservadores, blogues que têm divergentes... Se eu estivesse sentado aí no seu lugar... Por exemplo, eu tenho uma posição muito clara em favor da vida desde a concepção, contra a liberação das drogas como a maconha. Eu não iria jamais criminalizar ninguém por ideias divergentes. O que a gente tem visto no Brasil é uma escalada, uma escalada antidemocrática. Isso é muito perigoso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria só fundamentar que é pelo bem da democracia, liberdade de expressão. Quem errou tem que pagar. Tem que pagar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Girão, nós somos fruto da democracia, todos nós aqui, sem exceção, independente de pensamento, se é de centro, de direita, de esquerda. Somos fruto da democracia, democracia essa por que eu tive a felicidade, junto com outros companheiros aqui, de lutar, pra gente ter um país democrático. Uma coisa é falar em democracia, uma coisa é falar em livre expressão; outra são esses *sites* que são financiados - e nós estamos atrás de quem financia esse tipo de coisa pra gente cortar o mal pela raiz - que pedem pra invadir o Supremo, pedem pra invadir o Senado. É a gente ver aqui um cidadão, um oficial da reserva do Exército que é dono de um *site* - Força Brasil, não sei, não me lembro nem do nome do *site* -, vir aqui, e no *site* ele ser negacionista, defender o tratamento precoce...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Defendendo contra a máscara, contra o uso de máscaras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - ... mas, pela calada da noite, às escondidas, como se estivesse fazendo alguma coisa muito errada, negocia vacina.

Nós não estamos aqui perseguindo ninguém da imprensa, não, nem queremos isso. O senhor não vê nenhum jornal, nenhuma televisão brasileira hoje defender invadir o Supremo Tribunal Federal. O senhor não vê, Senador Girão, alguém pedir pra invadir o Congresso Nacional. Esses *sites* são financiados por alguém, e por alguém que não quer a democracia. É nosso papel, como Senadores da República... Fora a quantidade de vidas que se perderam por eles mentirem. Nós estamos... São tão ousadas as coisas que você fica espantado em ver.

Se eles não receberam dinheiro público, se eles não receberam dinheiro de nenhuma entidade fascista, nazista para estar propagando essas ideias, eles não têm o que temer - eles não têm o que temer. Agora, nós, sim, temos deixar fazer de conta que não está acontecendo nada, *sites* sendo pagos. Um desses cidadãos teve, mandou cento e poucos mil dólares para os Estados Unidos em poucos dias. Esse rapaz não ganhou na loteria, não; ele não ganhou, não, Senador. Então, são provas que mostram que alguém está financiando e financiando contra algo que nos colocou aqui, Senador Girão. Eu vou lhe dizer uma coisa, se o senhor for ler a 64, os aliados do golpe de 64 se tornaram inimigos e também sofreram as consequências daqueles que lutaram contra o golpe desde o primeiro momento. Não se iluda, nenhuma ditadura, seja de direita, de esquerda, é boa. A democracia, ela é imensurável, o preço dela é alto, a gente tem que pagar um preço alto pra ter uma democracia e temos que ter coragem pra enfrentá-los, senão, eu volto a repetir, primeiro eles entram no nosso jardim e amassam nossas flores, daqui a pouco, eles estão dentro do nosso quarto, sem nos respeitar, sem falar em democracia, como o senhor está falando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que nós estamos tentando pelo menos investigar e colocar à disposição da Justiça pra que a gente possa coibir esse tipo de coisa. Eu não sou melhor do que ninguém, mas um princípio eu tenho, Senador Girão, o princípio de defender a democracia porque eu jurei, quando assumi o Senado Federal – e todos nós juramos –, defendê-la. Não é invadindo o Supremo, não é invadido o Congresso Nacional que nós vamos ter uma democracia plena.

Eu recebi ontem o vídeo e repassei. Se o senhor vir aquele vídeo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não vou citar o nome pra não dar propaganda a essa pessoa. É uma coisa que estarrece qualquer pessoa porque eu não sei onde é que eles estavam escondidos, onde é que estavam essas pessoas entocadas, que surgiram do dia pra noite, financiados, sim. E é essa quebra de sigilo que vai levar a gente a saber quem está financiando esses atos antidemocráticos. Democracia de me criticar, sim, pode me criticar à vontade, como pode criticar o senhor. Democracia é isso, divergência, sim, mas você pegar um *site* financiado pra pedir o fechamento do Supremo Tribunal Federal, pedir o fechamento do Congresso Nacional porque não aprova isso ou não aprova aquilo, isso é a gente ser passivo e a gente não pode passar pra história, num momento tão importante que o Brasil vive de lágrimas, de choro, de sofrimento, sem fazer o seu nosso papel.

Em relação a terminar a CPI, nós vamos ouvir aquelas pessoas que forem necessárias pra gente concluir os trabalhos. E dar o tempo necessário para o Relator fazer o seu relatório. Isso é claro.

Então, eu peço, faço um apelo a V. Exa., se não tem nada contra essas pessoas, não tem por que temer – não tem por que temer. Eu estou dizendo para o senhor que há fortes indícios de que esses *sites* são financiados não a favor da democracia, não a favor de uma ideia, não a favor de um programa, um projeto, mas, sim, para denegrir os políticos, para pedir o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Ou a gente toma as providências que nos cabem nesse momento ou a gente passa para a história como covardes, e é uma coisa que eu não sou. Na minha idade, eu não tenho mais o direito de me acovardar, eu não tenho mais o meu direito de achar que eu vou viver até 200 anos.

A vida nos coloca algumas coisas na frente. E, se a gente é instrumento de Deus nesse mundo, a gente tem que usar esse instrumento para o bem e coibir esse tipo de pessoa. É, sim, porque eles fizeram, Senador Marcos Rogério, uma propaganda muito grande para tratamento precoce, pra imunização de rebanho, e eles contribuíram pra morte de muitos brasileiros.

Por isso, coloco em votação os requerimentos.

Aqueles que aprovam o destaque do Senador Girão permaneçam como estão. Aqueles que não aprovam levantem o braço. *(Pausa.)*

Levanta o braço aí...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Aprovado o destaque...

Não, você é suplente...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Sr. Presidente. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Oi...

Eu vou fazer a votação nominal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Senador, eu queria que V. Exa. me concedesse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) - Primeiro, para... Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Com a palavra o Senador Otto Alencar, por favor.

Pode falar, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência.*) - Sr. Presidente, primeiro, eu quero destacar a fala de V. Exa. agora a respeito desse tema que é tão caro para a sociedade brasileira. Segundo, Sr. Presidente, prestar solidariedade a V. Exa. pela acusação indevida que foi feita pelo Deputado Federal Eduardo Bolsonaro. Não tem cabimento aquilo que ele colocou para agredir a honra e a dignidade de V. Exa.

Segundo, V. Exa. tocou no tema do Golpe Militar de 64. Os mais atingidos foram os aliados. O maior aliado de todos do golpe foi o Deputado Federal Carlos Lacerda, que foi exilado depois que aconteceu o golpe, até porque a força bruta não respeita a democracia, e lutar para derrotar a força bruta é o dever de todos nós. Por isso, eu me associo a V. Exa. E é necessário quebrar o sigilo mesmo desses acusadores covardes que se escondem atrás de um computador ou de um celular para deslustrar a imagem das pessoas que defendem a liberdade e a democracia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Otto Alencar.

Eu vou, nominalmente...

Quem aprova o requerimento do Senador Girão diz "sim"; quem não, diz "não".

Senador Eduardo Braga.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu digo "sim".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O voto é com o Senador Girão.

Senador Renan Calheiros. *(Pausa.)*

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – "Sim", pela liberdade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Senador!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Não é liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso, Senador!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é liberdade, Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não faça isso! Pela liberdade?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é liberdade! Não é liberdade!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, é um fundamento constitucional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela liberdade!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não é liberdade!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela liberdade!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Caluniar e mentir não é liberdade de expressão, Senador Girão. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não faça isso, Senador. Liberdade é fechar o Congresso Nacional? Liberdade é o Supremo Tribunal...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Isso é papel para as instituições irem investigar, mas a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É papel nosso, Senador!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Isto aqui é uma instituição. Isto aqui é uma instituição!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É nosso papel, Senador!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Não, não!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Estamos investigando, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Totalmente contra... A favor de vacina, tudo!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Se ele não percebeu, aqui é uma instituição, e estamos investigando. Se ninguém apresentou, apresento ao Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Agora, é um fundamento constitucional.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Vamos tocar. Toque aí, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Por videoconferência.*) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não.

Senador Otto Alencar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Por videoconferência.*) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Pela democracia e pela liberdade de manifestação do pensamento e liberdade de imprensa, Sr. Presidente, "sim", com o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pensei que você ia dizer "não", porque pela liberdade de imprensa e pela democracia é "não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) - Não, Sr. Presidente, o voto, a opinião é minha. Nesse caso, não estou terceirizando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) - Humberto Costa, obviamente, é "não"!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Contra os crimes, contra todos os crimes contra a democracia; contra os atentados à vida dos brasileiros que esses *sites* todos propagam, propagando tratamento precoce, propagando contra o uso de máscaras, propagando contra as vacinas; contra aqueles que ameaçam acabar com a estabilidade dos Poderes, ameaçam atentar contra as liberdades individuais, contra a democracia; em função de tudo isso, Sr. Presidente, a favor dos requerimentos propostos, "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Sr. Presidente, eu queria pedir a V. Exa... É que eu quero mudar minha posição. Eu acabei de chegar para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Sim, é verdade, é verdade, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Fui o primeiro a ser pedido para votar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Desculpa, mas o seu nome é o primeiro aqui da lista.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) - Eu sei. Portanto, eu queria aqui reformular minha posição, porque eu sempre defendi as instituições democráticas, sempre defendi a democracia e voto, portanto, "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador Eduardo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Voto "sim", Sr. Presidente. Diferentemente de alguns colegas, os tratamentos que nós preconizamos... Estarei mostrando hoje pesquisas duplo-cego, randomizado, com cloroquina na China, na Índia, e também com ivermectina em vários países. Portanto, voto a favor do requerimento do Senador Girão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Fernando Bezerra vota, porque Senador Jorginho está ausente e o Senador está como titular.

Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O Senador Fernando Bezerra vota "sim".

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Foram 04 votos NÃO; 06 votos SIM.

Se eu tivesse que votar, eu votaria "sim" também, "não", aliás. Eu votaria "não", até porque defendi claramente isso aqui. Não há dúvida.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Todos entendemos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu votaria "não" porque eu acho, sinceramente, que esta Casa não poderia nem discutir nem colocar em votação um negócio desse.

E a situação... Deixo claro... O Senador Eduardo Braga já explicou, mas vamos deixar claro: o Senador Eduardo Braga estava em outra reunião, tinha me comunicado. Por isso é que não participou da nossa reunião. Chegou aqui e foi o primeiro a ser chamado. Por isso se equivocou em relação a isso.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Vai mudar o voto também?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) - Senador Omar Aziz, é outro tema, já que a votação já está encerrada. Foi um apelo feito pelo Senador Marcos Rogério que eu queria levar à consideração de V. Exa., em relação à extensão da quebra do sigilo bancário do Deputado Ricardo Barros. Eu acho que V. Exa. poderia ou fazer um apelo à Comissão para desconsiderar essa decisão ou reduzir o alcance, o prazo dessa quebra de sigilo bancário.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O prazo do sigilo bancário está numa lei.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – É um apelo, é uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente vai discutir no momento certo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Mas é uma lei!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero aqui...

Então, foram 06 votos NÃO e 04 votos SIM.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Presidente não vota. Por isso não são sete votos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o Presidente não vota. E votaria com o voto "não". Aliás, até a minha posição foi essa.

Eu quero chamar o Sr. Maximiano, por favor. (*Pausa.*)

A Comissão foi notificada da decisão liminar da Ministra Rosa Weber, no Habeas Corpus nº 203.800, nos seguintes termos:

Os documentos juntados aos autos pelos impetrantes não permitem a constatação inequívoca de que o paciente ostenta a condição de investigado. Inviável, em decorrência, a convolação da compulsoriedade de comparecimento do paciente perante a CPI.

[...] concedo, apenas em parte, a ordem de *habeas corpus*, para assegurar ao paciente (a) o direito ao silêncio, ou seja, o direito de não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatórias a ele direcionadas; (b) o direito à assistência por advogado durante o ato; e (c) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

Houve agravo regimental interposto pela defesa, que foi indeferido, com destaque para os seguintes trechos:

Constata-se, portanto, que, segundo informação e relatório oficiais, Francisco Emerson Maximiano não ostenta, no âmbito do inquérito legislativo em pauta, o *status* formal de investigado, valendo lembrar, por oportuno, que documentos públicos, como o são os acima citados, se revestem de presunção *juris tantum* de veracidade.

[...] indefiro o pedido de reconsideração e nego seguimento ao agravo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A decisão da Ministra Rosa Weber consigna que não é possível constatar que V. Sa. é investigado e não dispensa V. Sa. de firmar Termo de Compromisso quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha.

Diante disso, V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento, na qualidade de testemunha, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade ao que souber e lhe for perguntado?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Não, Sr. Presidente. Com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim, pela decisão do Supremo Tribunal, de preservar a minha autodefesa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O senhor não vai responder a nenhuma pergunta?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Sr. Presidente, é uma questão de ordem.

Como dito anteriormente a V. Exa., em respeito a esta Comissão, a V. Exa., ao douto Relator, as perguntas qualificatórias de identificação obviamente serão respondidas, até nos termos do Código de Processo Penal. Aquelas que ele entender que estão abarcadas pela decisão do Supremo, que estão no âmbito da própria Comissão Parlamentar, sobre essas, ele vai preservar a autodefesa, exercendo o direito ao silêncio. Mas, sim, ele fará, em respeito a V. Exa... Inclusive, não fará o uso daqueles 15 minutos a que teria direito para exercer sua defesa. E, às perguntas que entender que estão no âmbito do *habeas corpus*, se calará.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero comunicar a V. Exa. e ao seu cliente que nós já temos precedentes e explicações. Quando entramos com um pedido de explicação no Supremo, foram-nos dadas essas explicações em relação ao comportamento do paciente, em relação àquilo que ele tenha que ficar calado, mas àquilo que não o incrimina ele tem que responder. E aí a interpretação é nossa, é minha. É minha a interpretação. Está muito claro isso para a gente. Já usamos isso antes, inclusive com uma outra cliente sua. Tivemos que fazer esse pedido ao Ministro Fux, e ele nos respondeu. No dia seguinte, a sua cliente, que é da mesma empresa Precisa, esteve aqui e respondeu a todas as perguntas. Então, eu aconselho a gente a ter um comportamento que a sua cliente aqui mesmo teve.

O Senador Renan queria falar?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ouvi você pedindo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não. Eu quero... Na medida em que ele não vai usar, Presidente, os 15 minutos, eu já poderia começar evidentemente fazendo a minha parte e as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu posso fazer uma pergunta antes do senhor a ele?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É claro, com muito prazer!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Eu pediria a sua assessora que, por favor...

Eu queria aqui... Antes de V. Exa., Senador, eu queria fazer uma pergunta só.

O senhor já tem cidadania da Índia?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) - Sr. Presidente, só esclarecendo, muito se falou até na imprensa que o Maximiano teria fugido...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não, não, não! Eu perguntei a ele. Não é a você, não! Por favor!

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Exatamente. É só para limitar a atuação da defesa técnica.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) - Eu só fiz uma pergunta: o senhor tem já cidadania da Índia?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Não a tem? É que o senhor vai muito à Índia. Então, eu pensei que o senhor estava tirando a cidadania da Índia. O senhor, várias vezes, deixou de comparecer porque estava na Índia. Então, o senhor já conhece bem a Índia e já tem até o direito de ser cidadão da Índia. E espero... Por isso, era a única pergunta. Agora, em relação ao não comparecimento, dá nisso.

Senador Renan, a única pergunta que eu tinha que fazer era essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não tem ainda a cidadania da Índia, mas já foi muitas vezes lá.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o histórico de desvios das empresas ligadas ao depoente inclui, Sr. Presidente e Srs. Senadores, entidades públicas. O mais conhecido agora e que vem à tona é o caso da Global Saúde, que é um calote em saúde dos medicamentos de doenças raras. Mas, só a título de ilustração, nós vamos citar outros episódios para mostrarmos com que tipo de empresa o Ministério da Saúde aceitava negociar, ao mesmo tempo em que resistia a entidades idôneas, com filtro, com rígidas regras de *compliance*, como a Pfizer, o Instituto Butantan, a OMS.

Primeiro, prejuízo causado a fundos de pensão em contratos de seguros compulsórios para descontos em medicamentos e em aportes no Fundo de Investimento em Participações em Saúde (FIP Saúde)... Além disso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma empresa ligada ao depoente também é cobrada na Justiça pela OABPrev-RJ, fundo de pensão dos advogados no Rio de Janeiro, por não honrar, evidentemente, o contrato de retribuição por investimentos feitos pelos profissionais fluminenses. Em outro caso, já conhecido, a Global Gestão em Saúde foi suspensa de licitar e de contratar com o poder público em razão de punição aplicada no bojo do contrato firmado com a Petrobras. Recentemente, e esse fato também é sobejamente conhecido pelo País e, sobretudo, por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, a Bharat Biotech descrendencia a Precisa na aquisição da Covaxin por falsificação de documentos.

Em função disso tudo, eu queria fazer algumas perguntas.

Desde quando V. Sa. e suas empresas atuam em contratos e licitações junto ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Excelência, com todo o respeito, vou exercer o meu direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Global Gestão em Saúde, empresa de que V. Sa. é sócio, deve 20 milhões ao Ministério da Saúde, valores da época evidentemente, por medicamentos contra doenças raras pagos pelo Ministério da Saúde e não recebidos na gestão do ex-Ministro Ricardo Barros. O que justificou o pagamento antecipado desses medicamentos, que não foram entregues durante a gestão do ex-ministro?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o meu direito ao silêncio.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sr. Presidente, eu vou continuar cumprindo o meu papel e fazendo as perguntas que esta Comissão Parlamentar de Inquérito, pelo cargo com que me honrou, exige que eu faça.

Como o grupo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Sr. Presidente...

Sr. Relator, V. Exa. poderia perguntar ao depoente se ele conhece o Sr. Ricardo Barros e o Sr. Roberto Ferreira Dias?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O senhor conhece o Deputado Ricardo Barros, Sr. Francisco Maximiano?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sim, Sr. Senador, conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Conhece.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Muito obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como o grupo que controla a Global encabeçado por V. Sa. continua conseguindo contratos públicos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sr. Senador, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim pela decisão do STF, à minha autodefesa. Vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Será que V. Sa. poderia nos responder por que a Precisa Medicamentos - esta é uma pergunta que todos querem fazer - foi escolhida para atuar na negociação da Covaxin, se a Global Gestão em Saúde já tinha experiência prévia em tratar com o Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Um instante, por favor, Senador! (*Pausa.*)

Sr. Relator, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Global Gestão em Saúde chegou a negociar com a Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Eu vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu gostaria de perguntar também... A Precisa Medicamentos é investigada pelo Ministério Público do Distrito Federal a partir da Operação Falso Negativo pela possível prática de fraude na venda de testes rápidos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para covid ao Governo local. Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas. Quais outros processos relacionados a contratos com o poder público foram interpostos contra a Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, Senador, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa do STF e permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais outros contratos o seu grupo empresarial, por favor, mantém com o poder público, incluindo Estados, Distrito Federal e Municípios?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, apenas já vou começar deste ponto – e isto vai se repetir – com o registro de que essa questão não tem conteúdo de possível autoincriminação. A pergunta é se existem ou não contratos firmados com o poder público. Não se está perguntando, até este momento, se o depoente pagou propina para ter os contratos; está perguntando se tem contratos, informação, de toda sorte, pública. Então, a gente espera que a assessoria técnica oriente corretamente e limite o exercício, para que a gente não tenha nenhum desrespeito à ordem do Supremo e à Comissão Parlamentar.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Sr. Relator, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, douta defesa.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – É só para deixar muito claro que eu entendo que o Senador Alessandro, com toda a sua experiência na autoridade policial como Delegado, pode encarar determinadas perguntas de uma certa forma. Contudo, esta defesa técnica entende que tais perguntas podem, sim, estar abarcadas, e esse juízo caberá a ele. Não é aqui... Foram diferentes os depoimentos que se iniciaram – o da Emanuela e o do Túlio – e que começaram com "onde trabalha?", "profissão?", "quanta ganha?". Já começaram com perguntas de mérito. Daí as respostas têm sido nesse sentido. A primeira pergunta que não foi de mérito e que foi feita por S. Exa. aqui foi respondida. Então...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, eu vou reiterar a sugestão de que a assistência técnica oriente o depoente, porque, a ser verdade o que dizem o advogado e o depoente, todos os contratos – todos os contratos – que esse senhor, empresário há muitos anos, já firmou com o poder público não podem ser elencados, sob pena de gerar autoincriminação. É um juízo de valor, com todo o respeito, muito esquisito para o defensor de alguém.

Eu o estou defendendo dizendo que ele não pode dizer sequer se ele tem contrato com o poder público; em qualquer contrato dele, é possível que tenha crime.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que a gente pode ter uma conduta técnica, respeitosa, mas que chegue a algum lugar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, vou acatar a questão de ordem de V. Exa.

Dialogo com a douda defesa e com o depoente. Vejam, a pergunta é uma pergunta que me parece amplamente genérica e não vejo como essa pergunta pode resultar na autoincriminação do depoente.

Então, eu queria pedir, com o devido acatamento, com o devido respeito à douda defesa que esta Comissão Parlamentar de Inquérito sempre tem, para que o Relator reitere a pergunta. Eu repito: o direito ao silêncio é um direito assegurado e que esta CPI garantirá ao depoente naqueles fatos que claramente possam lhe autoincriminar. Essa pergunta, pela amplitude dela, pelo caráter generalista, não me parece que está abarcada pela medida do Supremo Tribunal Federal.

Então, vou pedir para que o Sr. Relator, solicitar ao Sr. Relator que reitere a pergunta feita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Repetindo, Sr. Presidente, como pede V. Exa., eu gostaria de perguntar ao Sr. Francisco Emerson Maximiano, proprietário da Precisa, quais outros contratos o seu grupo empresarial mantém com o poder público, incluindo Estados, Distrito Federal e Municípios.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Relator, nós temos em vigor mais um contrato com o Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em vigor, mais um contrato. Qual é o objeto desse contrato, por favor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – O fornecimento de preservativos femininos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fornecedor de preservativos femininos.

V. Sa. confirma que adquiriu empresas que aparentam ser de fachadas de Sueli Ferretti?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece pessoalmente essa pessoa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a relação de V. Sa. e da 6M Participações Ltda. com o empresário Carlos Wizard?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Quando e como começaram os contratos entre a Precisa Medicamentos e a Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sr. Senador, os contratos começaram no primeiro semestre, no final do primeiro semestre de 2020. Os contratos, não; o relacionamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O relacionamento e a negociação.

V. Sa. pode fazer, por favor, um relato cronológico detalhado de como foram as negociações iniciais com a Bharat Biotech chegando até, por favor, à assinatura do contrato com o Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sr. Senador, por favor, não entenda essa postura como uma afronta a esta CPI, mas eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como se deu a aproximação da Precisa com a Bharat Biotech e quem eventualmente facilitou essa aproximação?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Excelência, essa pergunta eu entendo que está abarcada na decisão do STF que me permite o direito à autodefesa e ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, a pergunta que não pode calar: alguma entidade sem fins lucrativos auxiliou as negociações da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Há um registro, portanto, por isso fiz a pergunta, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, de que a Precisa Medicamentos transferiu à Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil Índia R\$500 mil em 17/02 e mais R\$500 mil em 23/02. A assinatura do contrato com o Ministério da Saúde foi em 25/02. Representantes dessas entidades que citamos viajaram várias vezes à Índia nos mesmos períodos em que a delegação da Precisa, uma delas relatada por correspondência do Embaixador em Nova Delhi para esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Onde se deram as tratativas com a Bharat Biotech?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cabe registrar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito requereu da Precisa Medicamentos a entrega do instrumento contratual com a Bharat Biotech que define a remuneração da empresa brasileira pela intermediação da venda da Covaxin. Contudo, é importante que todos saibam, a Precisa se limitou a apresentar o memorando de entendimento que assinou com a Bharat Biotech, que não traz, evidentemente, informações sobre a remuneração, em ato de evidente protelação e de resistência ao dever de prestar informações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A Sra. Emanuela Medrades aqui esteve e, embora soubesse detalhes do acerto da negociação do contrato de intermediação, disse que a informação estava protegida por sigilo comercial. No entanto, relembro que não existe sigilo contra ato de autoridade judicial, e esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por força da Constituição, tem essa autoridade nessa investigação.

Portanto, com base nesses fatos, eu pergunto: quanto a Bharat Biotech receberia do contrato de fornecimento de 20 milhões de doses da Covaxin e que parcela desse montante estava destinada à remuneração da Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim pela decisão do Supremo Tribunal de preservar a minha autodefesa. Permanecerei em silêncio com relação a essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não sei se o silêncio de V. Sa. quer que o Brasil e mesmo os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito acreditem que, num negócio tão vultoso, 1,614 bilhão, as obrigações das partes não foram sequer estabelecidas, já que nós não temos acesso a esse contrato. Até hoje esse contrato não foi remetido pela Precisa nem pelo Ministério da Saúde. É isso que ocorre com relação ao contrato? Nós não podemos conhecê-lo, esta Comissão não pode conhecer, já que é uma Comissão com poderes judiciais e, para tanto, não há essa limitação de sigilo? Por que esse contrato de intermediação não veio à tona?

Qual seria a remuneração da Precisa nesse contrato de aquisição da Covaxin? O mercado fala em R\$500 milhões, mas até agora, Senador Fernando Bezerra, nós não temos o documento para saber, na verdade, o quantitativo desse contrato com relação à remuneração para a Precisa, que intermediou essa negociação. O que nós estamos vendo é um *modus operandi*: Enquanto o Presidente da República se recusava a comprar as outras vacinas da Pfizer, da OMS, do Butantan, priorizava e pedia, através de um memorando ao Primeiro-Ministro da Índia, para comprar 20 milhões de doses da vacina, uma operação que o Brasil conhece, eivada de irregularidade, de falsificação, com tentativas absurdas de recebimento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antecipado que não constava do contrato, com o pagamento que seria feito em nome de uma empresa em paraíso fiscal, a Madison. Quer dizer...

E o pior de tudo isso, Senador Fernando Bezerra, é que, no dia 6 de março, com tudo isso ocorrendo, a poucos dias da entrega das vacinas, o Ministério da Saúde, através do Secretário-Executivo, Coronel Elcio, pede à Precisa adicionalmente para comprar mais 50 milhões de doses, numa clara preferência por esse tipo de negociação que tinha atravessadores, intermediação essa que acaba com o descredenciamento, primeiro, pela falsificação de que a Precisa era o representante exclusivo da Bharat Biotech no Brasil e, depois, pelo próprio descredenciamento por falsificação de documentos.

A Precisa Medicamentos fez a ponte entre o Governo brasileiro e o Primeiro-Ministro indiano, que recebeu mensagem do Presidente Jair Bolsonaro, em janeiro de 2021, em clara indicação de preferência pela aquisição da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É lamentável nós não termos as respostas, mas essas perguntas precisariam ser feitas. E nós não vamos, do ponto de vista desta Comissão Parlamentar de Inquérito, perder, de forma nenhuma, a oportunidade de fazê-las.

A Precisa intercedeu para que o Presidente da República interferisse diretamente na negociação da Covaxin, inclusive junto ao Governo indiano?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa do direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, junto ao Ministério das Relações Exteriores, a Precisa Medicamentos atuou junto ao Ministério das Relações Exteriores para que facilitasse ou comunicasse seus interesses junto ao Governo indiano, já que nós temos vários documentos que comprovam a quase ocupação da Embaixada do Brasil da Índia?

Inclusive, quando o Presidente da República mandou a mensagem ao Primeiro-Ministro, a Precisa, através de seus dirigentes, de uma delegação enorme, já se encontrava em solo indiano, o que demonstra uma clara conexão entre todos os interessados.

A Precisa intercedeu, portanto, junto ao Presidente da República?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Junto ao Ministério das Relações Exteriores?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato com o Ministério da Saúde prevê o pagamento direto a qual destas empresas: Bharat Biotech ou Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – O contrato prevê o pagamento à Bharat Biotech.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato prevê o pagamento à Bharat Biotech. Então, por que o empenho dos recursos das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos, se a própria Precisa Medicamentos, por meio da Sra. Emanuela Medrades, aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, alegou que a ordem bancária para pagamento pelo contrato seria feita diretamente em nome da Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – O senhor pode repetir a pergunta, por favor, Sr. Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por que o empenho... Depois da sua resposta, por que o empenho dos recursos das doses da Covaxin foi feito em nome da Precisa Medicamentos, se a própria Precisa Medicamentos, por meio da Sra. Emanuela Medrades, aqui na CPI, alegou que a ordem bancária para pagamento pelo contrato seria feita diretamente em nome da Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De acordo com o contrato, seria lícito fazer pagamento à Madison Biotech, suposta empresa sediada em paraíso fiscal, ausente, portanto, no termo contratual e que surge inesperadamente nas *invoices* de cobrança enviadas pela Precisa Medicamentos ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por favor, pra aclarar minimamente essa dúvida, qual seria o papel da Madison Biotech na importação da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, com todo respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. concorda que o pedido de pagamento antecipado, indevidamente solicitado pela Precisa Medicamentos,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelas doses da Covaxin, guarda similaridade com o caso do calote cometido pela Global Gestão em Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, por que a Precisa Medicamentos solicitou mudanças no contrato da Covaxin para que o pagamento pela vacina fosse feito à vista e assim que as doses fossem embarcadas da Índia?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo respeito, vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra pergunta que vamos ter que fazer é: por que a Precisa Medicamentos solicitou a retirada da cláusula que previa exclusividade do Ministério da Saúde em adquirir a Covaxin no Brasil?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era, Sr. Francisco Maximiano, a quantidade de doses prevista nesses contratos e o preço a ser pago por elas?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – A quantidade prevista era de 20 milhões de doses, ao preço unitário de US\$15 cada dose.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vinte milhões de doses ao preço unitário de US\$15 por dose.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Precisa Medicamentos enviou vários *e-mails* para o Ministério da Saúde, que pressionava a pasta a apressar a assinatura do contrato da Covaxin, além de solicitar o envio posterior de documentos exigidos para a conclusão do negócio?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não dá para responder essa pergunta.

A Precisa Medicamentos, então, fez...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode refazer a pergunta?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por que a Precisa Medicamentos enviou vários - pelo menos, temos aqui quatro - *e-mails* para o Ministério da Saúde, que pressionava a pasta a apressar a assinatura do contrato da Covaxin, além de solicitar o envio posterior de documentos exigidos na própria configuração do negócio, da negociação? Ele já recorreu ao direito de continuar em silêncio.

E a pergunta que vem na sequência é: a Precisa Medicamentos fez contatos com órgãos jurídicos da Presidência da República?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sr. Senador, por favor, não entenda essa postura como uma afronta a esta CPI. Pelo contrário, estou aqui respondendo às perguntas que vão além das qualificatórias, mas essa pergunta eu entendo que está abarcada pela garantia que o STF me concedeu. Portanto, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria só enfatizar por que a fiz: porque o levantamento feito pela Polícia Federal mostra que o advogado Túlio Silveira, que esteve ontem aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, fez uma ligação de cerca de 130 segundos, em 04/03/2021, para o telefone (61) 3411-2040, que é da subsecretaria de assuntos jurídicos da Presidência da República, segundo pesquisa na própria internet. A ligação partiu da região da QI 15 do Lago Sul, que parece abrigar um dos endereços do depoente que nós não sabemos.

A Precisa Medicamentos adaptou ou editou algum documento recebido pela Bharat antes de entregá-lo ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Só lembrando que a Bharat Biotech rompeu o acordo com a Precisa Medicamentos após ter conhecimento de que a empresa brasileira tinha falsificado documentos, atribuindo sua criação aos empresários indianos.

Uma outra pergunta: quem elaborou os documentos entregues ao Ministério da Saúde que falsamente certificavam a Precisa como representante legal exclusiva da empresa indiana no Brasil e declararam a inexistência de fatos impeditivos para a contratação do Presidente da Bharat junto à pasta?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sr. Presidente, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida pela decisão do STF e garantir a minha autodefesa. Vou permanecer em silêncio em relação a essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, uma pergunta que talvez V. Sa. possa responder: qual foi o prejuízo efetivamente que a Precisa Medicamentos teve com o rompimento do acordo com a Bharat Biotech?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando e como a Precisa Medicamento chegou ao Ministério da Saúde pra tratar da negociação da Covaxin? Alguém facilitou esse encontro? Quem pode ter facilitado?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, com relação ao preço que foi há pouco citado por V. Sa., por que o preço da Covaxin é cerca de 50% mais alto que o das outras vacinas adquiridas pelo Ministério da Saúde, como da Pfizer, inicialmente comprada a US\$10 e US\$12 num segundo contrato, e a CoronaVac, US\$10?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, quem determina o preço de venda da vacina não é a Precisa, e, sim, o seu fabricante, a Bharat Biotech, que tem uma política internacional de preços, e nós conseguimos que ela fosse praticada no seu piso para o Governo brasileiro, com o frete, os seguros e todas as despesas incluídas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais foram, por exemplo, as pessoas do Ministério da Saúde envolvidas na conversação e na negociação da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Documentos do Ministério das Relações Exteriores, Sr. Presidente, mostram que, seis meses antes de sua aquisição pelo Ministério da Saúde, a Covaxin tinha o preço estimado em cem rúpias por dose, o equivalente a cerca de US\$1,34 por dose. Ademais, a CPI teve acesso a uma memória de reunião realizada no dia 20 de novembro, que registra que a vacina Covaxin tinha preço de US\$10 por dose, e esse valor ainda poderia ser reduzido em caso de aquisição em um quantitativo mais elevado. E eu estou citando isso, porque vem uma dúvida na sequência: já que houve, pelo Ministério da Saúde, um pedido em 6 de março adicional de mais 50 milhões de doses, se esse pedido tivesse sido feito por ocasião da negociação, e não apenas 6 de março, nós teríamos tido, ainda em função do quantitativo, um abatimento do preço da vacina, que, segundo esse memorial, na oportunidade, era de US\$10 a dose.

Eu gostaria de saber por que o preço da Covaxin de US\$15 para o Governo brasileiro subiu tanto em tão pouco tempo, já que, em reunião realizada no dia 20, um memorial de reunião diz que ela foi ofertada por US\$10.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, o senhor pode especificar novamente a pergunta?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Vou especificar a pergunta e...

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Me desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... novamente falar do que a embasou, para ficar mais claro.

Documentos do Ministério das Relações Exteriores mostram que, seis meses antes de sua aquisição pelo Ministério da Saúde - documentos -, a Covaxin tinha o preço estimado em 10 rúpias por dose, o que equivale a cerca, hoje, de US\$1,34. E a CPI teve acesso a uma memória de reunião, de uma reunião realizada no dia 20 de novembro de 2020, que registra que a vacina Covaxin tinha preço de US\$10 por dose, e esse valor ainda poderia ser reduzido em caso de aquisição de uma quantidade mais elevada. Por isso que eu citei que, no dia 6 de março, o Coronel Elcio, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, pediu, adicionalmente, à Precisa, para comprar, para adquirir mais 50 milhões de doses de vacina.

Se tivesse feito isso antes, com quantitativo maior, esse preço deveria ter baixado ainda abaixo de US\$10. Aí eu pergunto a V. Sa. o seguinte: por que o preço da Covaxin, de US\$15, para o Governo brasileiro, subiu tanto em tão pouco tempo, em função dessas datas e desses documentos oficiais colhidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Excelência, respeitosamente, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Mas esse preço prometido de US\$10 foi fixado e informado pelos executivos da Bharat Biotech ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Eu vou exercer o direito do silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em depoimento ao Ministério Público Federal e a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, o servidor do Ministério da Saúde, Luis Ricardo Fernandes Miranda, apontou que foi atipicamente pressionado por superiores para agilizar a importação da Covaxin.

Eu peço à Izabelle para exibir o vídeo 1, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. confirma - é muito importante para esta Comissão Parlamentar de Inquérito - que ligou diretamente para Luis Ricardo Miranda?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com que funcionários do Ministério da Saúde a Precisa Medicamentos lidou no processo de liberação da Covaxin? Dava para V. Sa. listar os nomes?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual exatamente, Sr. Francisco Maximiano, é a relação da Precisa com Roberto Ferreira Dias?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para enfatizar: representantes da sua empresa se encontraram com Roberto Dias fora do gabinete do Ministério da Saúde, assim como ele fez com o Sr. Luiz Paulo Domingueti. Pelo *modus operandi* do Governo, pela opção que o Governo fez, é lamentável a circunstância a que chegamos. A Precisa lamentavelmente virou uma espécie de Domingueti da Covaxin. Pelo menos o Domingueti veio aqui e falou tudo à Comissão Parlamentar de Inquérito.

Qual é a relação da Precisa com o Coronel Marcelo Bento Pires, que repassou o número de telefone de V. Exa. diretamente para o servidor Luis Ricardo?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Precisa com o Tenente-Coronel Alex Leal Marinho?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, com todo respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim pela decisão do STF e vou permanecer em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É... Eu só queria fazer uma pergunta...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... ao Sr. Maximiano, porque, como ele tem se calado em todas, talvez essa...

Aqueles US\$45 milhões que iam ser depositados em Singapura, num paraíso fiscal, eles seriam divididos por quem? E quanto caberia a cada um?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Presidente, com todo respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, seria distribuído?

Eu queria só saber, quer dizer, o dinheiro seria distribuído por alguém e para algumas pessoas, porque, se não fosse, o senhor diria: "Não, não vai ser distribuído", então o senhor está afirmando aqui, com a sua negativa, que esse dinheiro seria distribuído de uma forma que a gente não sabe para quem e por quem; mas que ele sabe, por isso que ele está ficando em silêncio.

Eu quero que conste isso no relatório, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Farei isso com satisfação, Presidente.

Continuando, V. Sa. conhece a Sra. Patrícia Paim, do Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Excelência, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, tenho em mãos a decisão de S. Exa. a Ministra Rosa Weber.

A decisão de S. Exa. estabelece aqui o seguinte:

Concedo, apenas em parte, a ordem de *habeas corpus*, para assegurar ao paciente (a) o direito ao silêncio, ou seja, o direito de não responder, querendo, a perguntas potencialmente incriminatórias a ele direcionadas; (b) o direito à assistência por advogado durante o ato; e (c) o direito de não sofrer constrangimentos físicos ou morais decorrentes do exercício dos direitos anteriores.

Direitos estes assegurados por esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por esta Presidência, seja no exercício de V. Exa., seja quando estava nesse exercício. Entretanto, Sr. Presidente, há um claro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conflito entre os termos do *habeas corpus* concedido pela Ministra Rosa Weber e o embargo de declaração que V. Exa. e esta Presidência fez ao Ministro Luiz Fux em que, *ipsis litteris*, S. Exa. o Ministro Fux fala que o direito ao silêncio não é absoluto; não pode existir o abuso em relação a esse direito. Por essa razão, Sr. Presidente, com o devido acatamento de respeito ao encaminhamento feito pelo Sr. Relator e devido acatamento de respeito ao encaminhamento que V. Exa. venha a dar, eu queria apresentar questão de ordem para que nós suspendamos a sessão, neste momento, façamos uma consulta a ambos – a S. Exa. o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Luiz Fux, e à Ministra Rosa Weber – para ver até onde nós poderemos ir em relação a este depoimento, até onde poderemos ir pragmaticamente em relação a este depoimento, e para eventual ou ulterior deliberação desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as medidas a tomarmos.

É a questão de ordem que submeto a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que isso já aconteceu com a Sra. Emanuela, e quando nós consultamos o Ministro Fux, ele nos deu um direcionamento. Esse direcionamento foi dado pelo Ministro Fux, tanto é que, no dia seguinte, a Sra. Emanuela aqui falou, não deixou de responder nenhuma pergunta.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou colocar a sua questão de ordem para ser votada pelo colegiado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, parece-me que o Ministro Fux deixou margem para a prisão do depoente que abusar do direito de ficar calado. Abre margem para isso. Parece-me que já está delimitado. Concordo com V. Exa., mas se cada vez que um chegar, nós tivermos que embargar de declaração, sempre, sempre, sempre... Agora, embargos auriculares, pelo visto, porque seria apenas uma consulta simples. Já está colocado na decisão que a CPI pode, sim, há margem para prisão de depoente que abusar do direito de ficar calado ou determinar que, configurada a hipótese de abuso, dispõe a CPI de autoridade para adoção fundamentada das providências legais cabíveis.

Há limite, sim, e o limite eu acredito que é do entendimento subjetivo de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu alertei o depoente no início.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Ele está respondendo. Ele está respondendo muito mais do que as perguntas de identificação. Eu rogo a V. Exa. também que entenda o direito de defesa. No limite, Senador Randolfe, do que ele está podendo ir, ele está indo. Ele respondeu sobre o valor, sobre os contratos. Agora, obrigá-lo a depor, aí eu já acho que extrapola todas as normas inclusive votadas por V. Exa. aqui nesta Casa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu só pediria...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não há como não seguirmos as linhas da ordem de *habeas corpus* concedida.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO - Isso, exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A referência que nós temos é essa. É a única referência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou pedir um favor aos Senadores e Senadoras que juridicamente possam entender que essa pergunta o depoente pode responder, na medida em que fizer a pergunta, questionar o advogado ou o depoente em que incrimina aquela pergunta, para ele não poder responder. Incrimina em quê? É lógico que ele não vai poder responder tudo, e nós temos que ter a sensibilidade de saber que algumas coisas vão incriminá-lo. Então, para que a gente possa, Senador Randolfe, a sua questão de ordem...

Eu vou tentar mais algum tempo. Caso continue da mesma forma, aí eu vou acatar a questão de ordem do Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É, Presidente, porque veja: a Senadora Soraya é precisa no sentido de informar aqui qual o conflito que temos. Nós tínhamos uma ordem de *habeas corpus* exarada pela Ministra Rosa Weber, que assiste razão ao Senador Renan quando diz que está no cumprimento do limite da ordem de *habeas corpus*. E temos um embargo de declaração desta Comissão Parlamentar de Inquérito ao Ministro Luiz Fux durante o depoimento da Dra. Emanuela Medrades.

Então, há um conflito claramente entre as duas decisões.

A questão de ordem que apresentei é ou nós atendemos o encaminhamento a partir do embargo de declaração que foi feito em relação ao Ministro Luiz Fux ou em absoluto o que está atido ao *habeas corpus* da Ministra Rosa Weber. A dúvida que existe é essa.

Concordo com a Senadora Soraya, há uma decisão que pode ser de V. Exa., aqui a ser exarada, que é, obviamente, entender que o limite é o que foi estabelecido na ordem apresentada pelo Ministro Luiz Fux. Ou é isto ou é, dentro dos parâmetros da ordem exarada pelo Ministro Luiz Fux, ou nós teremos que dirimir novamente a dúvida confrontando e aí questionando o Supremo Tribunal Federal sobre as duas decisões que aqui temos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Pela ordem, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, para contraditar a questão de ordem.

Não virá nada diferente do Ministro Fux, nem da Ministra Rosa Weber, do que já foi mandado para cá.

Trata-se de a CPI fazer uma interpretação, se a postura que o depoente está assumindo está dentro ou não daquilo que lhe confere o *habeas corpus*. E aí V. Exa., com o apoio nosso, poderá tomar as medidas que forem cabíveis, caso ele esteja extrapolando.

Outra coisa, ainda que S. Sa. resolva não responder, mas nós estamos aqui documentados para mostrar o que aconteceu. O Brasil quer saber, o Brasil quer saber ele responda ou não. Se ele não responder, nós vamos responder.

Então, eu sugiro a V. Exa. que dê continuidade a esse processo, até porque nós tivemos várias discussões da necessidade de não protelarmos o fim ou o andamento desta CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu entendo, *data venia*, que não há questão de ordem a ser respondida por V. Exa., com todo o respeito e carinho que tenho pelo Senador Randolfe.

Vejamos, essa questão, primeiro, já foi resolvida numa resposta aos embargos declaratórios desta Comissão pelo Ministro Fux e já foi decidida por V. Exa. num depoimento posterior em que disse que iria se valer, para todos os depoimentos daqui para frente, da resposta dada pelo Ministro Fux aos embargos declaratórios e, conseqüentemente, foi essa conclusão do Ministro Fux, esta Comissão tem, nos limites constitucionais, poder, dentro da Constituição, de decidir, na sua subjetividade como órgão colegiado, naquilo que entender ser exatamente cumprimento do HC ou tentativa de se esconder por trás de fatos que possam... que não comprometem, mas que de alguma forma a testemunha ou o indiciado não queira dar.

E, nesse sentido...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero falar uma coisa para os Senadores e advogados também, que são bacharéis em Direito.

Subjetividade é difícil, não é? Então, a pergunta que o Senador Renan Calheiros está fazendo, é isso que eu estou dizendo. Se eu fizer uma pergunta para ele agora, ele pode dizer bem assim: "Qual é o time de futebol que você torce?" Ele diz: "Eu me reservo ao direito...".

Eu quero saber o que o incrimina ele me responder o time de futebol. Um exemplo, estou dando um exemplo aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é muito difícil para eu saber... Porque eu não conheço a vida pessoal dele, não convivo com ele, eu não sei o que incrimina ele ou não. Eu não sei quem são os amigos pessoais, quem frequenta a casa dele e muito menos sei o que os Senadores têm aí para fazer as perguntas.

Eu não questiono... Quer dizer, cada Senador... Há pouco, o Senador Renan Calheiros perguntou se ele conhecia um senhor chamado Rilal, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É Alex Leal Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Alex Leal Marinho. Ele disse que se negaria a falar. Qual é a dificuldade para o cara dizer "não conheço"? Ou o senhor tem algum negócio com ele? "Me reservo ao direito de ficar calado." Aí ele poderia dizer que se reservava ao direito de ficar calado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Na segunda pergunta, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Agora, dizer que não conhece... Não vai dizer que conhece uma pessoa? Daqui a pouco, a gente mostra uma foto dele ao lado do cara - você está me entendendo? -, numa festa, conversando. É muito difícil também. Você há de convir, doutor, advogado do depoente, que perguntas... Tem algumas que, sinceramente, eu não vejo a razão de ele dizer que vai ficar calado. Um deles é dizer... Se ele disser... Se o Senador perguntar "o senhor conhece o Dr. Ticiano?", ele vai dizer "me reservo ao direito de ficar calado". Está do lado dele, como é que não conhece?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu perguntei: Patrícia Paim, do Ministério da Saúde, V. Sa. a conhece? Em que é que isso o incrimina verdadeiramente?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) - Se me permitir, Senador Renan Calheiros, não há silêncio dos inocentes aqui. Consequentemente, quando o depoente ora aceita responder ora não, ele está dizendo, ele está dando a resposta pra nós, nós sabemos ler nas entrelinhas. Aliás, nós aqui estamos ficando *experts* em saber ler o silêncio daqueles que não são inocentes, porque, quando vem um depoente e diz o seguinte "essa eu respondo", ele tem segurança, porque ele vai dizer a verdade, isso não vai comprometê-lo. Agora, quando ele se reserva ao direito de ficar o silêncio, de duas uma: ou ele sabe que, se falar, vai ter que mentir ou vai ter que se autoincriminar. Então, nós já temos as respostas.

Vamos seguir com os questionamentos, vamos seguir com essa reunião, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Sr. Presidente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) –
Objetivamente siga as perguntas. Se V. Exa. ou se algum Senador entender que ele está criando um
obstáculo efetivo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Me avisem.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Avise e parta
para aquilo que a gente já fez na CPI e que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu não tenho como interpretar aquilo...
Não tenho convivência pra saber se incrimina ou não.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
– Obrigado, Presidente.

Por exemplo, só pra ficar claro, eu perguntei para o depoente se ele conhecia Patrícia Paim, do
Ministério da Saúde, se ele tinha tido algum contato com ela e com que finalidade teriam sido esses
contatos. Por que eu perguntei isso, Senadora Soraya? Porque a Polícia Legislativa, em colaboração com
a investigação desta Comissão, detectou um *e-mail* de Patrícia Paim, assessora jurídica do Ministério da
Saúde. E esses *e-mails* foram acessados do telefone celular de Roberto Ferreira Dias. Então, é importante
que essas coisas se esclareçam em benefício da verdade.

Em seguida, eu perguntei: qual é a relação da Precisa Medicamentos com a MI8 Serviços
Administrativos? Essa empresa presta... A pergunta que gostaria de mais uma vez fazer: a MI8, qual é a
relação dela com a Precisa? Essa empresa presta algum tipo de serviço à Precisa? Qual, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Relator, com relação à
Patrícia Paim, eu não a conheço. Em deferência ao aqui debatido... Enfim, informo que não a conheço.

Com relação às outras perguntas, eu permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O servidor
Luis Ricardo Miranda mostrou a esta Comissão Parlamentar de Inquérito mensagens de WhatsApp
recebidas do Coronel Marcelo Bento Pires, que revelaram que funcionários da Precisa Medicamentos
estiveram na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, em uma sexta-feira à noite, depois do
expediente regular. Em função disso, queria perguntar o seguinte... Nós estamos aqui com as mensagens
que comprovam isso do próprio celular do Coronel Pires: "Estamos com muitos brasileiros morrendo,
precisamos fazer tudo para ajudar. O representante da empresa veio agora à noite e precisa falar com o
Elcio para agilizar o embarque das vacinas.".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que isso aconteceu, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, eu vou exercer o direito ao silêncio com relação a esta pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Izabelle, por favor, exiba o vídeo 2.

Eu vou, portanto, agilizar essas perguntas que estavam previstas para dar oportunidade a outros Senadores desta Comissão fazerem interrogatórios, intervenções e tudo mais.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que esteve presente neste encontro?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – *(Falha no áudio.)* ... em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a finalidade dessa ida ao Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, eu vou exercer o direito do silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse encontro foi feito com o Coronel Elcio Franco, Secretário-Executivo à época?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que outros encontros em horários atípicos a Precisa Medicamentos teve com funcionários do Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Perdão, Sr. Relator. O senhor repetir a pergunta?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que outros encontros em horários atípicos a Precisa Medicamentos teve com outros funcionários do Ministério da Saúde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – De meu conhecimento, nenhum, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o empresário Sílvio Assis?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa... Sim, conheço, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com ele?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, permanecerei em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que foi recebido na Embaixada do Brasil em Nova Delhi?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para que esteve lá, por favor, Sr. Francisco?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, Sr. Relator, permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem eram as pessoas, portanto, que faziam parte da equipe de V. Sa. nessa viagem para a Índia? E qual era o papel de cada uma nessa equipe?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, por favor, não entenda isto como uma postura de desrespeito, muito pelo contrário, mas, com relação a essa pergunta, eu permanecerei em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. fez quantas viagens internacionais para tratar da negociação da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Salvo engano, quatro, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que datas? Pode precisar, por favor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Exatamente, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A viagem e a estadia dessas pessoas foram integralmente custeadas pela Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, permanecerei em silêncio, Sr. Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a função de Danilo Trento nas tratativas da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Nas tratativas da Covaxin exatamente, nenhuma. O Sr. Danilo Trento é Diretor Institucional da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E ele não participou das negociações sobre a Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Desculpe, Sr. Relator. Perdão. O senhor pode perguntar novamente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu perguntei qual é a função de Danilo Trento nas tratativas da Covaxin. Que papel exerceu nessa negociação, nessa aquisição?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Com relação a essa pergunta, Sr. Relator, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Só para, mais uma vez, esclarecer, o Danilo surge em viagens à Índia e recebeu valores da 6M Participações, outra empresa do grupo do Sr. Francisco Maximiano.

Qual é a relação de Gustavo Trento com a Precisa Medicamentos? E sua participação nas negociações da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Gustavo Trento é um funcionário da área de *marketing*, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Da empresa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a sua relação, por favor, com o Sr. Raphael Barão Otero de Abreu? E qual é a participação dele na negociação da Covaxin?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - O Sr. Raphael Barão é um prestador de serviço na área de viagens e eventos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ele esteve em todas as viagens da Índia? Nós temos registro de algumas viagens de que ele participou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, Sr. Relator, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele atua no setor de medicamentos também?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As empresas do Sr. Raphael Barão de Abreu prestam serviço à Precisa Medicamentos? Quais são os serviços, por favor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Como havia dito, Sr. Relator, ele presta serviço de viagens, eventos e organizações... Enfim, nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o que justificaria a sua presença na Índia nessas viagens para negociação da Covaxin, por favor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com José Ricardo Santana...?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador. Repita a última pergunta, por favor, Senador Renan. Desculpe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei qual a justificativa do Sr. Raphael Barão Otero de Abreu, que, segundo dito pelo depoente, é um prestador de serviço à Precisa... E eu perguntei: o que justificaria a presença desse prestador de serviço nas viagens à Índia para tratar da Covaxin?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que incrimina o senhor nessa pergunta?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Presidente, reconsiderando, se me permite reconsiderar a resposta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque eu quero saber... Se tu estás acompanhado, a gente tem as passagens, a gente sabe que ele estava no voo, que ele é representante e estava com o senhor, é só dizer: "Ele estava me ajudando a comprar vacina". O senhor está aqui pela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentativa de trazer vacina, o senhor não está aqui por outra razão. Então, na questão da vacina Covaxin, o senhor era o representante aqui... A sua empresa, a Precisa era a representante da Bharat Biotech, e é isso que nós estamos querendo saber. Ninguém está acusando o senhor de nada aqui.

Eu acho que tem algumas coisas que não lhe comprometem. A presença do senhor na Índia é natural. Se o senhor está negociando com a Índia, qual é o problema de o senhor ir à Índia? Qual é o problema de o senhor levar pessoas para auxiliar o senhor?

A partir do momento em que ele lhe perguntar alguma coisa que possa incriminá-lo, tudo bem. Mas, para uma simples pergunta, o senhor diz que não vai responder, aí fica difícil para a gente aqui.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, o senhor pode repetir a pergunta, por favor?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que justifica as viagens do Sr. Raphael Barão Otero de Abreu, que, segundo dito por V. Sa., é um prestador de serviço à Precisa, para a negociação da Covaxin e que esteve presente nas viagens?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Ele acompanhou os profissionais da Precisa no seu papel de agente de viagens, organizando os traslados, os *transfers*, enfim, todos esses trabalhos pertinentes à empresa dele, que é uma agência de viagens.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação, por favor, com José Ricardo Santana, amigo de Roberto Ferreira Dias, que esteve – deixe-me só lembrar, porque já disse aqui anteriormente – com ele num jantar para comemorar, no dia da assinatura do contrato da Covaxin, ocasião em que houve também pedido de propina à empresa Davati por parte do amigo do José Ricardo, Roberto Ferreira Dias?

A pergunta foi: qual é a sua relação com José Ricardo Santana?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Nenhuma relação, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não o conhece?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu o conheço, mas não tenho nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que ele viajou à Índia nessas ocasiões?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, Sr. Relator, eu vou exercer o direito ao silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a relação da Precisa Medicamentos com a Sra. Elaine Cristina Giglioli?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Não me vem à mente esse nome, não associo esse nome a ninguém.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Só para ajudar, a equipe da Comissão Parlamentar de Inquérito levantou que Elaine também esteve nos voos de ida e volta da Índia, junto com a Sra. Emanuela Medrades, e recebeu valores da Precisa Medicamentos - cerca de R\$7 mil em 20 de abril e R\$7 mil em 7 de maio.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - É possível, Sr. Senador, que seja uma das médicas ou pesquisadoras pertencentes à equipe da Dra. Emanuela.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a relação da Precisa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Quem é Elaine?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Elaine é uma pessoa que esteve nas viagens...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) - Qual é a profissão dela?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não tem aqui a profissão. Ela recebeu o dinheiro da Precisa e esteve nas viagens.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - É bom saber qual é a profissão da Sra. Elaine, para que a gente possa, no final do relatório, saber...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O depoente falou que pode ser uma das médicas que assessoravam a Emanuela Medrades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pode ser. Realmente, pode ser.

Profissionalmente trabalhando...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós vamos levantar.

Qual é a relação da Precisa Medicamentos com o Sr. Ingor Raul Rodrigues.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - O Sr. Ingor é um prestador de serviço da área científica, também da equipe da Dra. Emanuela.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É outra pessoa que esteve na Índia, segundo constatado pela equipe da Comissão Parlamentar de Inquérito. O Sr. Ingor recebeu cerca de R\$60 mil da Precisa Medicamentos, em datas estabelecidas abaixo.

Qual é, por favor, sua relação com o Sr. Marconny Faria?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Nenhuma, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Conhece ou não conhece?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sim. Sei de quem se trata, mas não tenho relação nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E sua relação com a Sra. Karina Kufa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Absolutamente nenhuma, tampouco a conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Durante a tramitação da Medida Provisória 1.026, de 2021, posteriormente convertida na Lei 14.124, de 2021, a autoridade sanitária da Índia foi incluída como agência cuja autorização de uso de vacinas contra covid-19 poderia ser aprovada pela Anvisa para liberação mais célere de imunizantes no Brasil. Eu queria perguntar, em função disso: qual é a relação dos proprietários da Precisa Medicamentos com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Excelência, eu vou exercer o direito do silêncio com relação a essa pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Qual é a relação do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A emenda apresentada por Ricardo Barros à Medida Provisória 1.026, de 2021, que propõe o aproveitamento da aprovação da autoridade sanitária da Índia pela Anvisa, era do interesse da Precisa para facilitar a autorização do uso e importação da Covaxin no Brasil?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Era de interesse da Precisa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como foi o contato com o Deputado Ricardo Barros, portanto, para tratar da inclusão da Índia entre os países cuja aprovação da autoridade sanitária valeria no Brasil?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não houve, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor acabou de dizer que era do interesse da Precisa. Foi o Deputado Ricardo Barros que apresentou especificamente essa emenda. E eu perguntei como foi o contato, como trataram dessa questão.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – ... quando eu digo que era do interesse, porque, por óbvio, ela tornava a Covaxin elegível também, assim como outras de outras autoridades. Mas não houve absolutamente nenhum contato com o Deputado Ricardo Barros, tampouco com outro pra se fazer essa inclusão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, como a Precisa declara à Receita Federal os rendimentos advindos do contrato de preservativos femininos, cujos valores foram pagos a uma outra empresa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, com relação a esse item, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa receberia os valores da Bharat Biotech ou da Madison Biotech por meio da liquidação de contratos de câmbio, como ocorreu na operação anteriormente citada por mim aqui?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, com todo o respeito, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Precisa optava sempre por este caminho, receber os valores devidos a ela por meio da liquidação de contrato de câmbio?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Relator, com todo o respeito, eu vou exercer a prerrogativa garantida a mim pela decisão do STF, vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há pergunta sobre isso também: a Precisa tem pagado os tributos que incidem sobre as receitas que recebe por essa intermediação entre o Ministério da Saúde e essas empresas?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou ficar em silêncio, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Precisa tem utilizado o artifício de lançar suas receitas, nesse contrato, como ressarcimentos ou indenizações, para que, evidentemente, não recolha tributos devidos ao faturamento empresarial? É por isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A descrição dos serviços lançados nas *invoices* que foram considerados nos processos de contratação de câmbio descritas como ressarcimentos por despesas de transporte, frete de mercadorias ou despacho aduaneiro corresponde à realidade, então, do que perguntei ao longo das três últimas perguntas feitas?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Excelência, respeitosamente, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo informações divulgadas na imprensa, V. Sa. declara ter renda correspondente a R\$4,3 mil mensais em 2022. Segundo a imprensa, V. Sa. declara ter renda de R\$4,3 mil mensais em 2022, mas realiza gastos vultosos, além de suas empresas terem contratos, alguns citados aqui, na casa dos milhões e até de bilhão, de milhões, como, por exemplo, o dos preservativos com o Ministério da Saúde. Sinceramente, a título de curiosidade, é uma pergunta pessoal, pessoalíssima: como é possível manter padrão de vida tão alto com esse nível de renda?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O sigilo da Comissão Parlamentar de Inquérito indica que V. Sa. movimentou milhões na conta de suas empresas, mas declarou rendimentos de apenas R\$52 mil em 2020. Essa diferença entre os recursos movimentados e declarados é fruto de quê? É uma pergunta que, evidentemente, pode autoincriminá-lo, mas seria fruto de lavagem, sonegação ou alguma outra razão ilícita?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia...

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Maximiano, diante dessas duas perguntas, V. Sa. considera que... Essas duas perguntas, V. Sa. considera que o incriminam?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Sr. Presidente, com todo o respeito, o exercício da autodefesa, a garantia do silêncio não significa incriminação. Então, quanto a essa pergunta, a defesa está respondendo que ele está exercendo a autodefesa dele.

O Senador Alessandro sabe, como operador do Direito, que o exercício da autodefesa não significa confissão de culpa de nada. É um mero exercício de autodefesa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Excelência, nós sabemos disso, mas veja: os termos da decisão prolatada pela Ministra Rosa Weber é sobre a autoincriminação. Houve duas perguntas do Sr. Relator em relação à renda, aos rendimentos. Eu só queria saber da parte do depoente se ele considera que essas duas perguntas o autoincriminam.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – Ele não vai responder por orientação da defesa técnica. O ônus dessa escolha é da defesa técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há uma pergunta mais fácil: V. Sa. poderia explicar como pagou algumas centenas de milhares de reais em gastos de cartão de crédito, com uma renda declarada apenas de R\$52 mil anuais?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Permanecerei em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem paga as contas de V. Sa. de cartão de crédito?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só pra constar, essas perguntas falam... Essas perguntas versam sobre rendimento. Essas perguntas versam sobre rendimento. Houve um entendimento da parte... Houve o entendimento aqui e uma exposição da parte da douda defesa e da parte do depoente de que perguntas que não versassem sobre os contratos seriam respondidas, como o decorrente já o fez. Essas perguntas que o Sr. Relator está fazendo se referem a rendimentos.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Essas perguntas estão incluídas, Sr. Presidente, com todas as vênias, no âmbito da decisão do Supremo, que preserva a autodefesa, invocando a garantia do silêncio. Qualquer pergunta que... Qualquer pergunta que esteja abarcada, ainda que fora do âmbito da CPI – aliás, se formos seguir apenas o âmbito da CPI, nem sequer essa pergunta seria feita –, vai ser seguida a orientação da defesa técnica de respeitar a autodefesa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.)
- Então uma pergunta que é consequência da pergunta feita anteriormente: quem paga, portanto, as contas de V. Sa. de cartão de crédito?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) - Exercerei o direito do silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então insistimos: V. Sa. tem omitido bens, rendimentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Exercerei o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. tem residência ou imóvel próprio ou alugado em Brasília? Onde?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Tenho... Sim, tenho residência em Brasília também.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Precisa Medicamentos ou outras empresas de que V. Sa. é sócio possuem escritório ou representação no Distrito Federal?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Sa. poderia nos informar os endereços?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO - Sr. Relator, a defesa vai atravessar uma petição informando esses endereços nos autos da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor! Agradeço.

V. Sa. realizou algum evento social, jantar, almoço ou festividade para tratar de negócios em Brasília? Quando e com qual finalidade?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Exercerei o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A que título suas empresas Precisa Medicamentos e 6M Participações fizeram pagamentos vultosos em restaurantes de Brasília? Foram eventos para comemorar a assinatura de contrato, de outros contratos com o poder público?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Excelência, com todo o respeito, vou exercer o direito ao silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu peço, Izabelle, para exibir o vídeo 3, por favor, e já me encaminho para o final, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Fique à vontade, Sr. Relator.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Qual é a relação da Precisa Medicamentos e de seus proprietários com Flávio Bolsonaro?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Nenhuma, senhor. Da Precisa Medicamentos, nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, por que motivo o Sr. Flávio Bolsonaro intermediou a aproximação de V. Exa. com o Presidente do BNDES, Gustavo Montezano, com quem V. Exa., aliás, V. Sa. participou de reunião em videoconferência em outubro de 2020?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Tratava-se de um projeto de internet para o Brasil, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E obteve o financiamento ou não obteve?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Não, senhor. Ficou identificado que não existia nenhuma linha de financiamento aderente àquele projeto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Xis Internet Fibra transfere recurso para a Precisa Medicamentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Muitíssimo obrigado, Sr. Relator.

Então, passamos à lista dos inscritos. O primeiro inscrito é o Senador Luis Carlos Heinze; na sequência, o Senador Tasso Jereissati, pelo sistema remoto.

Senador Heinze, V. Exa. com a palavra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.)
- Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores, senhor depoente, primeiro, falei ontem – vou repetir hoje – da minha indignação, do meu repúdio, Senador Girão, com relação ao jornal *Folha de S.Paulo*. A reportagem do jornal *Folha de S.Paulo* publicada nessa quarta-feira, dia 18, ontem, de autoria dos jornalistas Constança Rezende e Vinicius Sassine, traz uma leitura irresponsável da articulação que conduzi para que os laboratórios veterinários fossem aproveitados para a fabricação de imunizantes contra a covid-19. Nessa reportagem, o título é maldoso, e o vazamento, Sr. Presidente, senhores membros desta Comissão, saiu aqui desta Comissão.

Hoje foi debatido, em uma reunião secreta com o Presidente da Comissão e com os demais membros Senadores, o vazamento de um pretenso relatório já do Senador Renan. Da mesma forma, saiu ontem. Então, essa é a minha indignação dessa forma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O nosso relatório não foi o que saiu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k., Senador, mas eu estou falando no meu caso. Da mesma forma que saiu ontem, e casualmente pelo mesmo jornal... Alguém tem ligação desta Comissão com o jornal ou com a fonte a que estão passando lá.

Com relação ao caso específico, o Senador Wellington Fagundes – vou repetir o que eu disse ontem – me convidou, ainda na Comissão Covid, Senador – e aqui está o Senador Izalci, que fazia parte também, como o Senador Confúcio Moura –, para que nós pudéssemos trabalhar primeiro o projeto dele, do Senador Wellington Fagundes, que é um excelente projeto, votado por unanimidade na Câmara e no Senado Federal, onde começou esse processo, para que quatro grandes laboratórios brasileiros que fabricam medicamentos veterinários pudessem fabricar também medicamentos humanos. Foi um debate intenso. Isso aconteceu, e nós participamos.

Com relação à ligação, Senador Girão, se pegar o meu telefone, tem milhares de ligações – milhares! –, em que se trata desse e de tantos assuntos diretamente ligados à questão covid, de que nós estamos tratando em inúmeras situações.

Para primeiro debater esse processo, eu consultei doutores, especialistas do meu Estado, na universidade PUC, para saber deles se seria viável ou não. Eu digo: não vou falar do assunto, porque, daqui a pouco, pode ter algum problema. E me aconselharam que os laboratórios são de altíssima segurança.

O Senador Izalci, inclusive, lembra – participamos com ele, porque era do PSDB – reuniões que fizemos com o Senador Confúcio, com o Senador Izalci, com o Senador Nelsinho Trad e com o próprio Senador Wellington com o Butantan. Queríamos ali acertar, porque estava havendo a briga entre Doria e Bolsonaro. Esse foi o interesse da nossa reunião. Isso foi feito para que nós pudéssemos fazer com que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses laboratórios pudessem também fabricar vacinas, e a negociação era com o Butantan especificamente para aproximar. Foi feito isso, trabalhei.

Desde abril de 2020, meu gabinete tem se dedicado incansavelmente à busca de alternativa de remédios para combater a covid-19, além de buscar vacinas. Não aceito o fato de negligenciarmos as experiências de médicos mundialmente renomados e com experiência prévia de combate às viroses que disponibilizam tratamentos com remédios reposicionados.

O tratamento precoce com remédios *off-label* é resultado de estudos realizados por cientistas renomados, com qualificação na área de virose. Cito aqui Satoshi Omura, Didier Raoult, Peter McCullough, Tess Lawrie, entre tantos outros, que têm publicado, de forma consistente e incansável, metanálises, estudos randomizados, duplo-cego, tanto com ivermectina como com hidroxicloroquina, mas, assim mesmo, a mídia e a indústria farmacêutica insistem em não apenas negligenciar tais estudos como também em perseguir e tentar denegrir a imagem de cientistas. E, como sou defensor da ciência e da liberdade dos médicos de prescreverem remédios reposicionados para tentar combater o covid-19, também sou alvo de tentativa de perseguição e de calúnias e difamação. Estas tentativas de me calar não obterão êxito algum. Ao contrário, indicam que eu estou incomodando interesses que são alheios à realidade do drama humano e à busca de alternativas de tratamento.

Nesse sentido, venho destacar a publicação em revista científica de metanálise publicada na Inglaterra, envolvendo a ivermectina, que verificou a redução, Senador Girão – que nós defendemos juntos –, da carga viral nos primeiros cinco dias de infecção, levando à redução do impacto da doença.

Também sobre a metanálise publicada sobre hidroxicloroquina na Califórnia, Estados Unidos, em pacientes expostos à covid-19, em fase inicial da infecção, foi demonstrada a redução da infecção.

Aqui está a publicação dos Estados Unidos, aqui está a publicação da Inglaterra. Metanálise não é chute.

Esta CPI chama de charlatões os médicos que têm se dedicado aos estudos de tratamento precoce, e eu conclamo esta CPI a trazer médicos de verdade, que tragam resultados da ineficácia do tratamento em pacientes em fase inicial de infecção.

Ainda sobre médicos que são autoridades e que são perseguidos, está o Dr. Zelenko, candidato a Nobel da Paz. É autor de diversos trabalhos e protocolos. O médico que criou o protocolo de tratamento precoce para covid-19 com hidroxicloroquina, zinco, azitromicina foi indicado ao Prêmio Nobel da Paz.

Em entrevista, Senador Girão... Pasmem! Em entrevista, declarou: "Posso dar razões pelas quais há resistência. É muito simples, chama-se política [que estamos debatendo neste instante aqui], lucro, arrogância e medo". E chamou categoricamente os negadores da eficácia da hidroxicloroquina e do zinco de culpados de assassinato em massa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que a falsa narrativa agora será a de que o candidato a Prêmio Nobel da Paz não tem credibilidade ou algo parecido? Nós vamos aguardar.

Tenho contatos internacionais com médicos do Chile, da Itália, dos Estados Unidos, do chamado Grupo Hipócrates. Esses medicamentos são responsáveis, sim, somados às vacinas aplicadas, pelas 19.362.990 vidas salvas.

E também, Senador Renan, no caso do tratamento e da vacina – vacina e tratamento –, a letalidade, no Brasil, está em 2,8; na Rússia, em 2,6. No Brasil, nós criminalizamos o tratamento, Senador Girão. Enquanto isso, a Índia, que não o criminaliza, que faz tratamento e vacina e que tem um percentual muito menor de pessoas vacinadas do que o Brasil, apesar de ser a primeira em vacina – a China é a primeira em vacina no mundo; a segunda é a Índia –, tem a letalidade de 1,3, porque adota o tratamento precoce e adota a vacinação. A Nigéria, que faz a mesma coisa, tem 1,2, e a Coreia do Sul, 1,0. Estou citando dados de que estamos falando aqui.

Da mesma forma, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Parlamentares, já citei e vou repetir: esse fato... Quando Didier Raoult, um cientista, fala desse assunto – foi o primeiro mundialmente a falar desse assunto na França –, a *big pharma*, Senador Renan e Senador Girão, foi para cima dele na Índia. Aqui mesmo, nesta Comissão, fizeram *fake news* desse senhor, um cientista, porque ele teve peito e disse que era uma gripezinha e curava com cloroquina. Na sequência, o Presidente Trump usou esse fato nos Estados Unidos. Da mesma forma, foi motivo de guerra durante a eleição Biden e Trump.

Quando o Presidente Bolsonaro fala desse mesmo tema aqui, no Brasil, estamos assistindo a esta CPI, que – o Senador Renan afirmou, e concordo com o Senador Renan – está corroendo a imagem do Presidente, porque ele teve a coragem de adotar um tratamento precoce barato. Não é que ele o recomendasse. Eu e o Girão não recomendamos. Girão, quem recomenda são os médicos. Mas advogamos esse tratamento, e esse, sim, ajudou a salvar milhares de vidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu afirmei isso aqui? Não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi falado várias vezes na CPI que o Bolsonaro recomendava. Eu estou falando do fato mundialmente conhecido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu falo com relação à erosão da popularidade. Eu não tratei disso aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.!

Mas estou falando – estou falando – na Índia, na França, estou falando nos Estados Unidos, estou falando do Brasil. Aqui o fato foi politizado, como nos Estados Unidos foi politizado, como na França foi politizado. E também o grande interesse econômico... O depoente aqui sabe, trabalha com vacina, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse tema hoje, esse mercadinho deve ser de aproximadamente US\$100 bilhões. E o tratamento precoce custa R\$60, R\$70, quando o remdesivir custa alguns milhares de reais – remdesivir. Aqui mesmo, nesta CPI, eu citei e desafio qualquer um a dizer ao contrário.

A Pfizer, que tem vacina, já está apresentando um medicamento que está em discussão e para registro. Vai preconizar o quê, Senador Girão? Tratamento precoce e vacina com produto deles. Por que não posso usar estes aqui?

Então, esse é o fato, Senador Presidente, colegas Senadores e Senadoras, da minha indignação. E vou demonstrar, com o caso Fauci, nos Estados Unidos, o grande interesse da *big pharma* em cima dessa questão, porque é criminoso esse fato.

Esse é o fato. Essa é a fala. E a minha indignação está reposta nesta Comissão pelo vazamento de informações que a Comissão deu do meu caso. Não tenho nada a ver com o depoente ou com quem quer que seja. Desafio esta CPI ou quem quer que seja.

Disse ontem e repito hoje: sofri calúnia, sofri difamação – meus familiares, meus amigos – em caso de corrupção ainda nos governos passados. Levei 914 dias. Fui inúmeras vezes... Desafiei a Polícia Federal, desafiei o Ministério Público Federal, em mais de 40 vezes que fui lá, cobrando deles uma definição. Não devo nada. Não devia nada e não devo. E foi reposta a minha posição.

Da mesma forma, nesse caso aqui. Não aceito vazamento. E, quanto a essas informações, já pedi o direito de resposta à *Folha de S.Paulo*. Da mesma forma, estou ingressando para que esta Comissão, Sr. Presidente, possa ver de onde vazam essas informações. Nesse meu caso, eu vou até as últimas consequências. Não aceito.

Se eu sou candidato ou não sou a nada, não me interessa. Tenho mandato, Senador Renan, por mais seis anos. Não é à toa que fiz 2,317 milhões de votos no Rio Grande do Sul. As pessoas confiam em mim pela minha seriedade, pelo meu trabalho. Não vou aceitar chacotas aqui porque eu defendo um tratamento.

E vou provar, Senador Renan, vou provar – você vai fazer o seu relatório –, nós vamos fazer a demonstração de que esse tratamento funciona, como estão mostrando as pesquisas realizadas com duplo-cego, randomizado. Essas pesquisas mostram e, quando citam dados do Brasil, citam o caso de Serrana, São Paulo. Com a população, em janeiro desse ano, totalmente vacinada, 100% vacinada, comparei com Porto Feliz, na mesma São Paulo, com população 30%, 40% vacinada. O resultado do tratamento precoce em Porto Feliz, do tratamento precoce em Serrana, com 100% da vacinação feita. E, dessa forma, não é à toa que, no Brasil, em julho, mais de 1,7 mil Municípios não registraram um caso de morte. E será consequência de que esse tratamento está servindo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já liberamos, até ontem, 207 milhões de doses e já aplicamos 169 milhões de doses. Infelizmente, Senador Renan, o Governo vende mal essas questões e até Governadores, como disse aqui, se aproveitam da vacina que vai do Governo Federal como se fosse deles.

Portanto, é o meu relato.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Obrigado, Senador Heinze.

Só para tranquilizar a todos, assim, só para deixar claro para todos: a Constituição assegura para todos os Parlamentares a inviolabilidade da opinião, palavra e voto, que está prevista no art. 53 da Constituição. Nós temos sido muito questionados sobre posições que são defendidas aqui, mas cada Senador eleito pelos cidadãos do seu Estado tem autonomia para manifestar as suas posições.

O Senador expressou as posições que tem em relação à hidroxicloroquina, ivermectina e outros, de que eu, particularmente, divirjo. E fico feliz em saber que vai ter uma outra proposta de relatório ao relatório que vai ser apresentado pelo Senador Renan Calheiros. É importante, porque talvez, assim, nós tenhamos confrontados dois tipos de posições: os que defendem o uso de máscaras, álcool em gel, vacina; e os que defendem hidroxicloroquina, ivermectina e o que mais...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - Eu defendo as duas coisas, Sr. Presidente: a vacina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Prosseguindo, Senador...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... a vacina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... Tasso Jereissati...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... a vacina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... pelo sistema remoto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) - ... e também o tratamento precoce. Defendo as duas coisas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Prosseguindo, Senador Tasso no sistema remoto. Esse é o debate que com certeza nós teremos: vacina *versus* hidroxicloroquina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos lá. Senador Tasso, a palavra com V. Exa.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Presidente Randolfe, Senador Renan, Sr. Maximiano, já no depoimento da Sra. Emanuela, eu tinha feito uma pergunta que eu acho fundamental para clarear alguns problemas da relação da Precisa com o Ministério da Saúde e com a Bharat, em que eu perguntei – e agora o Senador Renan voltou a afirmar – sobre o sistema de remuneração estabelecido na negociação entre V. Sa. e a Bharat, já que V. Sa., como foi dito aqui, esteve várias vezes na Índia, e evidentemente que essas viagens todas, com esse grupo de pessoas, não foram para tratar de um contrato em que não havia sistema de remuneração.

Não estou pedindo aqui que V. Sa. revele o número absoluto, mas o sistema de remuneração era por dose vendida, era percentual sobre o valor, era, enfim, qualquer outro tipo de compensação? Mas isso é obrigatório em qualquer contrato entre duas empresas que comercializam determinado produto e uma representa a outra. É simplesmente obrigatório. Eu gostaria de saber se V. Sa., até porque a Dra. Emanuela disse aqui que ela não poderia revelar porque prejudicaria o andamento da negociação. Essa negociação já foi interrompida, então não existe mais razão e não vejo em que essa resposta poderia encaminhar. Poderia responder, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por gentileza.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Senador, eu me reservo o direito de não responder essa pergunta e permanecer em silêncio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu acho muito estranho que revelar um sistema de remuneração leve a incriminar alguém. Qualquer contrato desse é público. O que incrimina, ao meu ver, Senador Randolfe, é o fato de um contrato de representação comercial sem nenhum sistema de remuneração. Isso é altamente incriminador e revela realmente uma negociação que se torna extremamente nebulosa para todos nós.

Eu lhe pergunto: o senhor conhece Marcos Tolentino?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor conhece Danilo Trento?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – O senhor conhece Ricardo Benetti?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não me ocorre quem exatamente seja.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ricardo Barros aqui V. Sa. já declarou que conhece.

Eu venho da área comercial, minha vida toda foi começada na área comercial e, pela primeira vez, eu estou vendo esse tipo de negociação em que não existe remuneração.

Até porque chegou um comunicado, se não me engano da Bharat Biotech, aqui na CPI, dizendo que não tratou de... *(Falha no áudio.)* ... como eles falam em inglês.

O Senador Renan levantou um ponto interessante, já que não existe e o senhor, com certeza, sua empresa, já gastou uma fortuna com viagens à Índia, comitivas, etc., etc. Então, o Senador Renan levantou um ponto importante.

A mesma coisa eu pergunto, que é muito estranho, a fiança do FIB Bank.

O senhor, evidentemente, conhece o FIB Bank. A minha pergunta é: por qual razão a sua empresa não procurou aquilo que é normal também nesse tipo de negociação, principalmente se tratando de uma negociação com um ente público como o Ministério da Saúde, Governo Federal, uma fiança bancária com os bancos conhecidos do mercado, que, diante do contrato que V. Sa. tinha à mão, com certeza dariam, teriam todas as condições de dar, e foi procurar uma empresa completamente desconhecida no mercado financeiro, no mercado de transações financeiras no País e que tinha uma série de problemas? Por que razão?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, eu vou lhe dizer a razão que eu acho.

O FIB Bank, pelas pesquisas que nós fizemos e justamente intrigados com isso, primeiro, ele não é banco, já foi dito aqui, não se trata de banco e, quando ele bota o nome *bank*, eu descobri que quando se bota *bank*, em inglês, ele pode ser usado ou não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, porque ele não é registrado no Banco Central, não segue a nenhum tipo de fiscalização ou normalização do Banco Central. Ele é uma sociedade estranha que também chama atenção de qualquer pessoa que tenha qualquer contato com o mundo comercial, porque ele tem um capital integralizado de 7,5 bilhões. Evidente que uma empresa que tem um capital de 7,5 bilhões deve ter acionistas fortíssimos porque já colocaram ali, dentro das empresas, 7,5 bilhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, nós fomos pesquisar exatamente o que seria esse capital integralizado, ou seja, capital já colocado, e verificamos que boa parte desse capital, cerca de 7,2 bilhões, foi colocado como... através de um imóvel gigantesco em Curitiba, cujos donos do imóvel, cujos acionistas são Pico do Juazeiro e MB Guassu. O senhor conhece essas duas empresas que são as acionistas do FIB Bank?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Essas duas empresas... Uma delas integralizou o seu capital através desse terreno gigantesco em Curitiba. Nós fomos verificar a existência desse terreno, e esse terreno simplesmente não existe e não pertence a essa empresa. A Pico do Juazeiro, que é outra dessas sócias, donas do FIB Bank, também não tem uma vida bem clara, declarada e conhecida em registros na junta comercial, etc., etc. A pergunta é: por que razão... Vou voltar a perguntar se V. Sa. não tinha conhecimento de nenhum desses problemas do FIB Bank.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – V. Exa., então, recorreu à fiança de uma empresa que V. Exa. não conhecia, não procurou saber... E o mais curioso, Senador Randolfe, Senador Renan, é que o Ministério da Saúde também... O Ministério da Saúde... Só pode alguém apresentar ao Ministério da Saúde uma empresa fajuta... Farsa, esta é uma das maiores farsas que eu já vi na minha vida comercial: uma empresa com capital de 7,5 bilhões, que foram integralizados através de terrenos que não existem. Então, é muita segurança... Desculpe aqui, como V. Sa. tem dito aí, com todo o respeito, é muita cara de pau oferecer ao Ministério da Saúde uma empresa dessas como garantidora de um capital, de um volume de recursos desse tamanho. Realmente não existe isso.

V. Sa. poderia dizer qual foi a taxa cobrada pelo FIB Bank pela fiança bancária dada à Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador Jereissati, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Bom, nós fizemos algumas pesquisas aqui, nós temos uma vasta documentação, que eu não vou apresentar, senão vou esgotar meu tempo, mas vou colocar nas mãos de todos os Srs. Senadores.

De fato, pelo menos um acionista importante ou um executivo importante ou o dono do FIB Bank é o Sr. Marcos Tolentino, que o senhor disse que conhece. Tem algumas coincidências aqui incríveis, e existe até já um processo judicial de uma empresa em cima do FIB Bank correndo na Justiça em São Paulo que coloca realmente o Sr. Marcos Tolentino como o proprietário dessa empresa.

Existem várias coincidências. A Pico do Juazeiro, uma das donas da FIB Bank, tem o mesmo endereço social que a Sociedade Brasileira de Televisão, que pertence ao Sr. Marcos Tolentino.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a sua relação ou tem alguma relação, algum tipo de relação com Marcos Tolentino?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Eu o conheço, mas não tenho relação com ele, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - O Marcos Tolentino tem uma relação... Tem vários pagamentos, troca de pagamentos entre Marcos Tolentino, Sr. Benetti, Sr. Danilo Trento. O senhor tem relação com o Danilo Trento?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sim, senhor. Ele é diretor institucional da Precisa Medicamentos.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Esses três - e aqui tenho toda a documentação; não vou apresentar, mas vai estar nas mãos de todos e, com certeza, a Senadora Simone, por exemplo, deve ter documentação com mais amostras -, esses três têm uma relação comercial profunda: Marcos Tolentino; Marcos Tolentino, por sua vez, tem relação comercial com Benetti; Benetti e Tolentino têm relação comercial com Trento; Trento tem relação comercial com V. Sa. É verdade isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Com relação a essa pergunta do senhor, eu vou exercer o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Todo esse intrincado, Srs. Senadores - e eu digo que tenho alguma experiência nesse mundo de mercado, de empresas -, é uma das montagens mais intrincadas e vastas que eu vi na minha vida. Senador Omar, são dezenas de empresas - dezenas de empresas! -, e eu, para poupar a paciência de V. Exa., não quis aqui colocar em um vídeo o que liga esses quatro: Marcos Tolentino, Trento, Benetti e... Senador Omar, daria um complexo de malandragem e picaretagem sofisticadíssimo.

Não sei o Senador Omar está me ouvindo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Tasso, estou ouvindo V. Exa. Pode continuar, Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Se puder me dar um tempinho a mais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k., Senador Tasso. Pode ficar à vontade.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Então, é impressionante. É impressionante. Isso tudo está comprovado com ligações, um passando o dinheiro para outro, o outro passa dinheiro para um, e um dos centros é esse FIB Bank. Realmente é um negociador principal das malandragens que são feitas - lavagem de dinheiro, transferência de dinheiro para o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exterior, do exterior para cá, precatórios, etc. – e que torna, portanto, indispensável a vinda do Sr. Marcos Tolentino a esta Comissão, que, por coincidência – eu queria lembrar –, esteve aqui conosco no depoimento do Deputado Líder do Governo. Não sei se V. Exas. se lembram da presença dele aqui. E me espantou a cara de pau de ele vir, presente, sendo ele uma das principais peças desse quebra-cabeça. E o próprio Deputado Ricardo Barros disse: "Este é amigo do peito". O Marcos Tolentino, que é provavelmente o dono do FIB Bank, que é o coração de toda essa picaretagem, sem o qual a Precisa não poderia operar.

Eu estou dizendo isso, eu estou afirmando isso, Presidente, até porque ele não responde. Ele poderia esclarecer isso neste momento, porque a nossa impressão, a que fica é que ele faz parte de um grupo extenso de picaretagens e de coisas ilegais que não só se restringem à vacina, mas a negociações ilegais escusas que levam à lavagem, transferência e sonegação de recursos.

Isso tudo fica coroado, Presidente Omar, com a reportagem que saiu na imprensa brasileira do famoso jantar, que foi o primeiro lugar que o Ministro Pazuello visitou em São Paulo, depois de tomar posse. Foi um jantar numa residência de um dos bairros mais luxuosos de São Paulo, Chácara Flora, na residência do Marcos Tolentino, com a presença do Sr. Maximiano, com a presença do Sr. Ricardo Barros e com a presença do próprio Marcos Tolentino, evidente... E outros...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Tasso, V. Exa. me permite?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Oi? Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Tasso, é o Senador Randolfe. Se V. Exa. me permite...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – É só para reiterar a pergunta ao depoente: V. Sa. conhece o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Exa. tem relação com o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas tem um processo que tramita na Vara Cível de São Paulo e que indica que, em um imóvel alugado por V. Sa., na cobertura de Campo Belo, em São Paulo, imóvel este que é descrito aqui pelo Senador Tasso Jereissati...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Sa. está nesse processo, diz claramente que, das poucas pessoas que autorizam a entrada no imóvel, um deles é Marcos Tolentino. Tem uma declaração nesse processo.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Esse imóvel foi alugado por Danilo Trento, eu sou fiador neste imóvel. E, muito provavelmente por conta disso, deve existir essa autorização.

Quando eu me refiro à relação, eu não tenho uma relação continuada com ele. Eu o conheço, como afirmei, mas não existe uma relação, não existe nenhum... Nada com ele. Nenhuma relação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Só, então, para ficar claro. Esse imóvel foi alugado por Danilo Trento?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sim, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - E pelo senhor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Eu fui fiador, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor foi fiador. E, nesse imóvel, a autorização para entrada, uma das pessoas que tinham autorização para entrada era Marcos Tolentino.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Não sei lhe dizer, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - No processo, a declaração é sua.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - De quando é, Sr. Senador, por favor?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - No processo, a data... Este é o boletim de ocorrência. O processo é do ano passado.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Eu realmente não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Mas a declaração do processo... É um processo cível, e a declaração é sua. Só para constar, Sr. Presidente, pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Senador Tasso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É um processo de 2018, só para constar. É um processo de 2018, e a declaração, inclusive, do Sr. Maximiano é de que uma das poucas pessoas autorizadas a entrar nesse imóvel era o Sr. Marcos Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Tasso.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) - Presidente, é só então... A sensação que eu tinha se confirma pelo silêncio do depoente. Quem tem consciência tranquila vem de peito aberto, fala, responde, não tem medo, não se esconde atrás de um advogado, que, para toda pergunta, o advogado cochicha no seu ouvido. É muito receio de ficar incriminado, é muita preocupação sobre o que veio a dizer, é porque tem muita culpa no cartório e confirma a visão que eu tenho de que existe uma vasta teia de negócios ilícitos que envolvem: o depoente Maximiano; Trento, esse para quem ele fez a fiança de um apartamento; Ricardo Benetti; e tem assim um certo apadrinhamento do Ricardo Barros. Isso foi festejado na casa do Marcos Tolentino com o Ministro da Saúde, veja, onde um dos únicos convidados que não era do Ministério da Saúde, não tinha coisa, era exatamente o nosso depoente de hoje, que se recusa a falar qualquer coisa.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado, Senador.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Pois não, senhor.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO - ... eu queria pedir um intervalo de cinco minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu vou suspender a sessão por 30 minutos, e aí voltam o Senador Humberto, a Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Por quantos minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Trinta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Eu quero só... Antes de suspender a reunião, eu quero comunicar aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras que, na terça-feira que vem, o Sr. Emanuel Catori, da Belcher Farmacêutica, estará aqui; na quarta-feira, Roberto Pereira Ramos Junior, Presidente da FIB Bank; e, na quinta-feira, Francisco Araújo, ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal. São essas as audiências que teremos e ouviremos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, só um minuto de um rápido pela ordem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É que, quando eu estava no exercício da Presidência, eu fiz até a citação do art. 53 após a fala de um colega Senador, garantindo que todas as opiniões, obviamente, por parte da direção desta CPI serão respeitadas.

Só me fazer aqui entender e deixar claro que uma questão são opiniões; outra coisa é propagandear negacionismo. Assim, então, só para deixar claro: não há opinião quando o que está em jogo é a democracia e a vida das pessoas. Negacionismo, deixar claro, é crime. Propagandear... Todos que estão nos assistindo agora, deixar claro: negacionismo é crime; propagandear medicamento que já foi comprovado pela ciência que não tem eficácia é crime – é crime. Então, só deixar claro que não se trata de opinião. Isso é crime e obviamente faculta a qualquer brasileiro representar contra quem propagandeie medicamento que não tem nenhum tipo de eficácia comprovada pela ciência e que não combata a pandemia, muito menos combate a covid-19. Só para ficar clara a nossa posição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. deixou muito claro isso.

Inclusive, antes de passar a palavra, se há indícios de que querem colocar o Presidente como para fazer propaganda... Se o Presidente vai estar no relatório, segundo o Senador Renan, qualquer outro cidadão brasileiro, seja Senador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Vereador, não tem também esse direito de fazer propaganda...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... de qualquer remédio que não é eficaz, porque não é diferente – seja o Presidente ou qualquer outra pessoa no Brasil que faça propaganda, seja de qualquer profissão ou seja de qualquer cargo que exerça, fazer propaganda mentirosa, *fake news* pra induzir a população a tomar um remédio que não é eficaz.

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui um registro. Hoje nós já falamos aí muito sobre *fake news*, eu queria deixar aqui a minha solidariedade à jornalista Carla Vilhena, que é uma grande jornalista no Brasil, e que fez uma matéria. Além de mostrar todo sofrimento que o mundo inteiro está acompanhando pelo regime talibã no Afeganistão, ela também destacou que, no meio de todo esse caos, ainda lá há negação portanto da vacina, porque está sendo proibida a vacina e também o uso de máscara. E, ao fazer referência a essas proibições, houve um corte da fala dela e, de forma maldosa e até criminoso, se propagando que ela não estaria, na verdade, interessada no sofrimento das mulheres afegãs, mas que estaria apenas, de forma isolada, tratando da questão da máscara. Então, eu quero deixar aqui a minha solidariedade e destacar o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande trabalho que a Carla Vilhena faz para o Brasil como uma grande jornalista e como uma grande formadora de opinião para o Brasil. A nossa solidariedade.

Muito obrigada, Presidente.

Aliás, essa propagação está sendo feita exatamente por bolsonaristas, negacionistas que tentam deturpar a real ação e a real virtude dessa jornalista.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Da Bancada Feminina, a gente vai encaminhar, pela CPI, uma nota que será redigida pela Senadora Eliziane Gama à jornalista Carla Vilhena, da CPI, se solidarizando com ela pelo trabalho que ela faz em divulgar aquilo que é importante não só para o Brasil, mas para o mundo, porque se proteger é importante.

Senadora Eliziane, eu quero que V. Exa. faça esse documento se solidarizando pelos ataques que a jornalista vem sofrendo por mostrar... Infelizmente, o mundo não está bom pra ninguém. Infelizmente, muitas coisas estão indo para o lado errado, e a gente não concorda com isso.

Então, eu aguardo o seu pedido e a gente vota... Vota, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Encaminho ainda hoje, Presidente, a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada pela missão dada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está suspensa a nossa reunião por 30 minutos.

(Suspensa às 13 horas e 31 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 45 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero pedir ao depoente para adentrar aqui.

A palavra está com o Senador Humberto. *(Pausa.)*

O próximo é o Senador Humberto, Senadora Simone Tebet, Senador Randolfe, Senador Eduardo. Senador Humberto, com a palavra, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Francisco Maximiano, seja bem-vindo aqui ao Senado Federal!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Francisco, espero que V. Sa. possa me responder. V. Sa. recentemente esteve na Índia, inclusive depois que houve o rompimento da Bharat Biotech com a Precisa. A Bharat reconheceu que eram falsos os documentos apresentados pela Precisa para fazer a intermediação da compra da Covaxin. Me permita, se não foi por razão pessoal, o senhor poderia me dizer o que foi fazer na Índia nesse período?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sim, senhor. Eu fui à Índia apresentar pra eles as evidências e as provas de que nós recebemos esses documentos da Envixia, um parceiro deles, eleito no processo por eles.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, o que V. Sa. está dizendo é que quem promoveu as fraudes foi a Envixia?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só que nós temos aqui um documento da perícia do Senado Federal que chega a supor que a fraude foi cometida dentro do próprio Ministério da Saúde. Será que a Envixia, que era aquela espécie de cupido empresarial, que junta as empresas pra fazerem negócio, ela teria estrutura pra, dentro do Ministério da Saúde, fraudar procuração, fraudar o termo de que nada consta? E, enfim, como teria sido isso?

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sr. Presidente, só um esclarecimento de fato, de um aspecto técnico. Isso decorre, Sr. Senador, do fato de este documento provavelmente ter sido baixado e depois enviado, e, com isso, ter ganhado metadados no Ministério da Saúde, mas o arquivo original tem metadados da Envixia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. teve sucesso nesse intento lá na Índia? Se puder...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – A Envixia é dos Emirados Árabes e sabe escrever português perfeitamente. Muito bom, muito interessante essa tese. Envixia – eu lhe dou todo o meu tempo depois, fique tranquilo, Senador! –, Envixia, que, diga-se de passagem, não existe para o Direito brasileiro e não existe no Brasil. Ela não existe, enquanto estrangeira não tem representante legal aqui e quem mandou o documento... Veio o documento do *e-mail* da Precisa. Hoje, não há como fugir da responsabilidade. Esses documentos vieram da Precisa. Até que se prove o contrário, a Precisa é responsável pela falsificação não de dois, mas no mínimo de quatro documentos, porque nós não podemos nos esquecer das notas fiscais, dos *invoices*, Senador Humberto.

V. Exa. tem um minuto meu a mais.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não se preocupe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, se isso aconteceu, é porque a empresa dos Emirados Árabes deve ter mandado para a Precisa e a Precisa encaminhou ao Ministério da Saúde, só pode ser essa a possibilidade.

Mas, voltando: V. Sa. conseguiu seu intento, vai retomar as relações com a Bharat?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, pra essa pergunta, respeitosamente eu vou ficar em silêncio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k. Eu agradeço.

Na verdade, a Precisa é uma empresa muito importante e que tinha um desejo gigantesco de ter esse contrato. Fez muitas pressões sobre o Ministério da Saúde. Eu tenho um exemplo aqui: o Sr. Túlio, que esteve aqui ontem e disse que não era nada da Precisa, só um advogado cujo escritório tinha sido contratado. Na data do dia 18 de fevereiro, ele manda um *e-mail* para o gabinete da secretaria executiva do ministério dizendo que queria continuar com as tratativas para o fornecimento de 20 milhões de doses da Covaxin. Aí ele diz: "na data de hoje, 18 de fevereiro, fomos informados por nossa representada que, em reunião realizada entre ela e a OMS, foi pressionada para que os 20 milhões de doses da Covaxin, pré-reservadas ao Brasil, fossem deslocadas e fornecidas a países menos abastados, o que poderia vir a comprometer a intenção de cronograma inicialmente proposto".

Na verdade, é uma chantagem. Alguém aqui acha que a Organização Mundial de Saúde ia pegar as vacinas que estavam destinadas pro Brasil e mandar pra outros países? Na verdade, aqui era uma tentativa de forçar o Ministério da Saúde a ampliar, a fazer o mais rapidamente a assinatura desse contrato.

Em busca de obter esse contrato, a Precisa procurou estabelecer um entendimento – não se sabe qual – com o Sr. Roberto Dias, cuja forma de atuação já é do conhecimento de todos nós. Para conseguir esse contrato, a Precisa... Aí me perdoe, V. Sa. vai poder provar depois que foi Envixia, mas eu entendo que a Precisa falsificou, como disse a Senadora Simone Tebet, pelo menos quatro documentos importantes.

Esse contrato era tão desejado pela Precisa que ela foi buscar garantias para assinar esse contrato que estão fora da própria Lei de Licitações. Ela não foi buscar uma instituição financeira, ela não deu garantia em efetivo, ela não cumpriu nenhum desses processos. Ela foi atrás de quem? Foi atrás do FIB Bank. Eu não preciso nem falar, porque o Senador Tasso já disse como é que funciona o FIB Bank. E aí a Precisa apresentou ao Ministério da Saúde garantias extremamente frágeis e, em meio a isso, uma série de operações esquisitas, por exemplo: a Precisa deu R\$350 mil ao FIB Bank. V. Sa. pode responder por quê?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Foi uma parte do pagamento da carta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Da carta?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A Precisa também deu R\$9 mil à consultoria R. Benetti. Também a mesma coisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Este pagamento, em especial, eu desconheço. Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Desconhece, não é?

E o FIB Bank, na verdade, como já foi dito aqui, é uma empresa do Sr. Marcos Tolentino, que deverá vir aqui – e espero que venha depor aqui na CPI – e que é amigo irmão do Deputado Ricardo Barros.

Mas a Precisa queria tanto esse contrato que ela fez muitas despesas. Por exemplo, o senhor pode me explicar por que é que a Precisa pagou R\$1 milhão à Câmara de Comércio Índia Brasil, dois dias antes de assinar o contrato com a Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou ficar em silêncio, Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Fica evidente que essa câmara boa coisa não é, porque recebeu um dinheiro que ele não pode dizer o que foi. Tem aí uns embaixadores de meia-tigela da Índia, cónsules, um no Rio, que é o pai, e o outro em Minas, que é o filho, que fazem parte da diretoria dessa câmara de comércio que parece ser mais uma picaretagem, porque recebeu R\$1 milhão aqui. O que foi? Foi *lobby* que fez lá na Índia? É importante se saber.

A Sra. Emanuela Medrades passou seis meses na Índia, inclusive com serviço de *concierge*. Isso é dinheiro. Quem pagou isso? Foi a Precisa? O senhor lembra quanto foi esse trabalho, esse gasto?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não lembra, mas deve ter sido muito.

Quantas delegações brasileiras foram para a Índia para aquelas reuniões que fizeram lá a Associação Brasileira de Vacinas, as pessoas da Precisa, enfim? O senhor lembra quantas foram?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou ficar em silêncio, Sr. Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k., mas foram pelo menos duas de que eu tenho conhecimento, e isto também custa dinheiro: passagem de avião, hospedagem de hotel, restaurante, bebida etc. Então, é mais uma demonstração de como a Precisa queria esse contrato.

Agora, vou dizer qual é a minha teoria aqui. Posso estar errado, não estou dizendo que tenho provas disso. Tudo isso acontece ao mesmo tempo em que o Ministério da Saúde, por uma razão que ninguém sabe qual foi, tinha comprado 10 milhões de preservativos femininos à Precisa, no valor de 15,7 milhões, no dia 13 de novembro; e, no dia 18 de fevereiro, na boquinha de assinar o contrato – na boquinha de assinar o contrato! –, ela aumentou de 15,7 para 31,2 o valor desse contrato, alegando o aumento do dólar. Está danado! Eu sei que o dólar aumentou muito, Bolsonaro desgraçou o Brasil com essa política dele, mas 100% de aumento no valor do câmbio é um pouco demais. A minha tese é que deram esse aumento aí talvez para ajudar a financiar essas despesas, já que estava certo que ia ter a assinatura do contrato, quer dizer, eles estavam todos imaginando. Então: "Libera o dinheiro, vamos superfaturar o valor desses preservativos", e por aí vai...

A outra coisa que eu pergunto... Já vi que o senhor não respondeu, mas pode ser que agora comigo responda. Quem foi que colocou o senhor nessa relação com a Bharat, a Precisa com a Bharat?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou ficar em silêncio, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sabia. Mas, certamente, foi gente importante, porque, veja, como diz o nosso Senador Omar Aziz, jabuti não sobe em árvore.

A Precisa não tinha experiência com venda de vacina. A Precisa já tinha maus antecedentes naquela venda, quando ela tinha o nome de Global, ao Ministério da Saúde de medicamentos para doenças raras, que deu um calote de R\$20 milhões no Ministério da Saúde; recebeu antecipadamente, por ordem do Deputado, que era Ministro na época, Ricardo Barros, e não entregou.

Então, pra uma empresa assim conseguir um negócio desse, foi gente muito importante que fez essa negociação e ajudou a botar a Precisa no meio dessa história.

Além do mais, uma negociação rápida, a mais rápida, o preço mais alto e o comissionamento. Eu quero até perguntar a V. Sa. se isso é verdade. A *Folha de S.Paulo* diz aqui: "Precisa e Envixia esperavam receber US\$23 milhões em comissões com venda da Covaxin ao governo". Veja, é muito dinheiro.

Isso é verdade?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou permanecer em silêncio, Sr. Senador.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não. Então, está aqui a informação demonstrando que o negócio era realmente um grande negócio.

E é uma empresa sem dúvida importante, muito importante – não somente conseguiu esses contratos –, mas também muito bem relacionada. Por exemplo, saiu na imprensa – não sei se é verdade ou não – que V. Sa. conseguiu mobilizar um Senador da República, filho do Presidente da República, o Sr. Flávio Bolsonaro, para uma audiência no BNDES com o objetivo de fazer investimentos no Nordeste na temática de internet. Tem que ter muita importância pra conseguir uma coisa dessa. Sinceramente, não é qualquer um que consegue um apoio importante desse.

E é muito importante também – veja –, apesar de que o Sr. Ricardo Barros, quando esteve aqui, não deu muita importância ao senhor – acho-o meio ingrato –, porque perguntou aqui o Senador Renan Calheiros: "Qual é a sua relação com Francisco Emerson Maximiano, sócio-proprietário da Global e da Precisa?". Aí ele respondeu: "Eu não tenho relação pessoal com o Sr. Maximiano. Eu o recebi no gabinete como Ministro, com a nossa equipe de compras, e está também nos registros aqui que ele alegou, e eu também aleguei, que a última vez em que nos encontramos foi quando eu era Ministro".

E aí o que acontece? Vem a revista *Piauí*, enxerida, e diz o seguinte: que, no dia 28 de maio de 2020, conforme o Senador Tasso Jereissati disse, houve um almoço, em São Paulo, na casa do senhor, um jantar na casa do Sr. Marcos Tolentino, que o senhor também só conhece de vista – foi comer na casa dele, mas só conhece de vista. Estava o Marcos Tolentino; estava a esposa dele, Vanessa; o Sr. Wagner Potenza; o Sr. Danilo Trento; o senhor; e o Deputado Federal Ricardo Barros. Vejam que coisa: esse povo está muito desmemoriado, não consegue lembrar, em plena pandemia, dia 28 de maio. E sabe qual era o objetivo, segundo disse a revista *Piauí*?

Esse era um jantar ofertado ao novo Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, e o objetivo era exatamente aproximar o Ministro Pazuello de importantes empresas que se relacionavam com o Ministério da Saúde, entre elas a Precisa, que estava representada pelo Sr. Francisco Maximiano.

Portanto, nós estamos diante, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Além da empresa Precisa aqui, não vejo mal nenhum em um jantar.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não vejo mal nenhum, não prova nada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tinha alguma outra empresa lá?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, a relação que eu tenho aqui é das pessoas que estavam lá, né. Podia até perguntar ao Dr. Francisco Maximiano.

O Sr. Wagner Potenza estava lá?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu não participei desse jantar, Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas a revista *Piauí*, então, não dá para ter credibilidade. Como é que ela descobriu isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é jantar ou almoço?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, diz aqui que é um jantar, que foi um compromisso. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teve um que chegou aqui disse que não tinha ido para o jantar, mas para o almoço ele foi. Entendeu?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, tem que saber.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vocês têm que, quando perguntar... Por favor, perguntem certinho, porque a pessoa não...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois é, mas é isso.

E, na verdade, Sr. Presidente, eu acho que a situação é muito complicada para essa empresa Precisa. Não tenho nada contra ela, mas, para mim, ficou evidente, para todos nós ficou evidente que a Precisa tinha uma gana tão grande de ganhar esse contrato, talvez para receber esses US\$123,7 milhões... De reais... Do quais, US\$45 milhões tinham sido, iriam ser enviados antes, lá para a Madison, lá em Singapura, de modo que eu acho que já está claro para o Brasil que aqui se tratava de um processo de tráfico de influência, se tratava de fraude, se tratava de algo que iria dar prejuízo para o Brasil, e a CPI teve um papel importante nisso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo capítulo, Sr. Presidente, é quando veio aqui o Sr. Tolentino. Esse aí, a gente vai ter que conversar com ele, vai ter que conversar com ele direitinho, para ele explicar todas as falcaturas que compõem essa empresa que andou dando essas garantias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Obrigado,

Antes de passar à Senadora Simone Tebet, a Sra. Emanuela Medrades e o Sr. Túlio Silveira informaram à CPI que eram funcionários autônomos. Todos os funcionários que o senhor contrata são autônomos, ou tem CLT?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - Tem CLT?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Não são todos autônomos, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) - O.k. Obrigado.

Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) - Obrigada, Sr. Presidente.

Bom, não sei nem por onde começar. Talvez, eu trocaria, Dr. Maximiano, todas as minhas mais de 30 perguntas por uma só, se V. Sa. me respondesse: afinal, quem é a Precisa Medicamentos e quem é Francisco Maximiano nos corredores de Brasília?

Fazendo aqui uma análise de todos os seus negócios, pelo menos nos últimos dez, talvez quinze anos, eu confesso que faço coro ao Senador Tasso Jereissati: é de tirar o chapéu, ou pela sua competência, ou pela quantidade de partícipes envolvidos em contratos, em esquemas no mínimo suspeitos, para não dizer irregulares, e com graves indícios de corrupção, de tráfico de influência, de crime contra a administração pública e, pelo que nós estamos vendo aqui no contrato da Covaxin, até de lavagem de dinheiro - quem sabe.

Eu vou fazer perguntas. Eu vou acabar afirmando, mas fique no direito de, a qualquer momento, me interromper, porque eu não quero ficar fazendo perguntas para que V. Sa. possa, a todo momento, dizer que vai ficar calado. No momento em que quiser me interromper, fique absolutamente à vontade.

Eu pergunto quem é a Precisa agora no contrato da Covaxin, porque, então, fazendo também um processo inverso, começando pela resposta a meu ver inverídica que V. Sa. fez aqui - para não dizer mentirosa -, que V. Sa. deu aqui ao Senador Humberto, eu vou começar com a procuração que V. Sa. disse que foi emitida pela Envixia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos inverter, Dai.

Essa procuração foi solicitada no dia 22 de fevereiro pela Fernanda da Delog, pedindo tradução juramentada do laboratório da Bharat. Imediatamente, com data anterior e totalmente falsificada pelo carimbo, em português, sem tradução, sem procuração, sem registro em cartório, saiu do seu escritório, da sua companhia esse documento. Portanto, Envixia, a princípio, eu não sei quem é – nem o mercado brasileiro; nem o mundo empresarial brasileiro; e nem o direito, o mundo jurídico no Brasil. Consequentemente, até que se prove o contrário, a responsabilidade é não única e exclusiva, mas da Precisa por ter entrado com o documento falsificado para obter algum tipo de vantagem.

E, só para deixar claro que V. Sa. não está sozinho, aqui está o Governo Federal também. Junto com este documento, vamos ao próximo, porque ele vem junto com outro documento que a Envixia não tinha nenhuma razão de colocar e nem sabia, que é a declaração de inexistência de fato impeditivo.

Mas mais do que isso: vieram também, mais ou menos nessa época, as notas fiscais de pagamento, uma delas me chama muito a atenção – por favor, Dai – que é essa que, na linha do Senador Humberto: quem é que ficaria responsável pelo frete e pelo seguro? Precisa. De repente, a nota fiscal que era de R\$45 milhões vira quase R\$46 milhões, quase R\$5 milhões a mais, quer dizer que a Envixia – ou alguém – garantiria, tiraria mais US\$1 milhão do Ministério da Saúde para beneficiar a Precisa, que ia pagar seguro e frete desse contrato? Não tem sentido, Doutor.

Então, apenas, eu... Não era para falar sobre isso, mas apenas para deixar claro que esses documentos falsos – e todos eles – só me comprovam uma coisa: a Precisa não tinha contrato com a Bharat. E só tem um jeito de V. Sa. e a sua empresa se safarem de tudo isso: é apresentar o contrato, até para mostrar, com base nele, que esses documentos que saíam não saíram da Precisa.

Mas mais grave do que isso: teve o conluio direto do Ministério da Saúde, porque isso é totalmente fraudado. E é pior: foi apresentado na data incorreta, com informações falsas e incompletos. A todo momento a assessoria jurídica do Ministério da Saúde dizia: "Não assine o contrato, a parte não é essa; não assine o contrato, o pagamento não é antecipado; não assine o contrato, não tem CNPJ; não assine o contrato, porque a garantia exigida por lei só pode ser ou por caução em dinheiro ou garantia bancária". FIB Bank não é um banco, não está cadastrado no Bacen; é uma outra instituição, instituição de fundos de investimento. Então, aqui eu estou falando, sim, num conluio, num esquema fraudulento de corrupção para levar vantagem e ganhar mais dinheiro e superfaturar em cima das doses das vacinas.

O que acontece no meio desse processo todo? Acontece a CPI, e a CPI passa a incomodar, a ponto de o Líder do Governo, que sentou aí, dizer – e eu não vou me esquecer disso nunca, porque talvez tenha sido a maior agressão que esta CPI teve – que, quando a CPI foi instalada, em abril, quando nós já tínhamos tido quase 400 mil mortes no Brasil, o Líder do Governo diz que esta CPI era a responsável pelo atraso, pela falta de assinatura de contratos do Ministério da Saúde com laboratórios de eficácia, com



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprovação de vacinas consideradas eficazes. Pois bem, quando ele disse, naquele momento ali, ele simplesmente estava – por isso que o Senador Renan foi feliz em indiciá-lo – protegendo mais um intermediário no caso da CanSino, que é o seu genro, que tinha uma carta de intenção de um contato de R\$5 bilhões para vender uma vacina chinesa.

Eu estou dizendo tudo isso para dizer que, quando a CPI apareceu na vida de corruptos e corruptores, aí todo o processo no Ministério da Saúde mudou.

Olha o que acontece em um curto espaço de tempo, Senador Humberto: a Anvisa, no dia 30 de março, nega à Bharat o certificado de boas práticas; conseqüentemente, no dia 31 nega o pedido de importação da Covaxin. Quando chega o dia 14 de maio – 14 de maio! –, a Diretoria de Integridade do Ministério da Saúde entra em operação. Olha o que ela diz aqui – e acredito que fazendo referência a V. Sa. –: "outro fato que chamou a necessidade de uma avaliação desta Diretoria foi a verificação de que uma das sócias da contratada apresentava valores pendentes de ressarcimento em contrato firmado com o ministério devido à não entrega de medicamentos adquiridos. Tal fato provocou a necessidade de avaliar se os controles internos e as medidas previstas na pactuação seriam suficientes para mitigar os riscos".

Nós estamos falando da Global. Nós estamos falando do contrato de R\$20 milhões. Nós estamos falando dos medicamentos para doenças raras que não foram entregues, mas os recursos foram recebidos. Nós estamos falando que, de novo Dlog, Roberto Dias, Elcio Franco, Ministro Pazuello foram omissos ao permitir a assinatura de um contrato com uma empresa que tinha que ter sido considerada inidônea, porque não tinha cumprido cláusulas de um contrato anterior.

Próximo, por favor.

Ainda, na letra "c", também chamou a atenção, porque fez três atas de reunião: "necessidade de justificar no processo o preço negociado das doses". Isso está na medida provisória que nós aprovamos. Isso anula qualquer contrato administrativo.

Então, eu estou dizendo a V. Sa., para deixar muito claro para todas as Sras. e Srs. Senadores, que nesse contrato, que é nulo de pleno direito, a responsabilidade não é só de V. Sa.; a responsabilidade é do Ministério da Saúde. Não poderia ter assinado um contrato sem justificar o preço negociado das doses.

Passe, por favor.

Isso é lei. Aí o que acontece? Quando a Anvisa aprova excepcionalmente, vem V. Sa. e apresenta um novo cronograma de entrega: "Eu vou entregar em dez dias; vamos executar o contrato, que eu entrego em dez dias com a aprovação".

Só que o que acontece? Aí, como já tinha tido uma série de reuniões, a Regina, a fiscal, não tem outra saída: ela tem que pedir a rescisão do contrato e as sanções administrativas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Em seguida, vem a denúncia dos irmãos Miranda e a agilização.... Aí o circo pega fogo. Em apenas três dias, nós temos que dar conta de esquecer esse processo. No dia 28 de junho, CGU cita a instalação de uma investigação preliminar sumária.

Passe, por favor, o despacho.

Aqui vem algo que eu tenho certeza que o Senador Renan já deve ter colocado no seu relatório.

Olhe o que a CGU fala: "Espere aí! Esse contrato não podia ter sido assinado". Houve uma "tentativa de [...] pagamento antecipado, sem previsão contratual", explica.

Eu não vou nem...

Pode passar, por favor.

Inclusive está se referindo à *invoice* com valores errados.

Houve um possível pagamento por meio de empresa, que não eram empresas que constavam no contrato, que iriam pagar para a Madison, de repente para ir para paraíso fiscal e lavar dinheiro.

Descumpriram o prazo do contrato.

O próximo, por favor! (*Pausa.*)

Pode passar.

Justificativa do preço. De novo, nulidade do contrato.

É regra básica. Houve ausência de pesquisa, mas, principalmente, da justificativa do preço.

Eu estou falando muito do preço porque eu vou chegar lá, é uma pergunta que eu vou fazer a V. Sa.

Após esse parecer e esses esclarecimentos, eles levam adiante, no mesmo dia, o processo.

Por favor!

Manifestação do Ministério da Saúde sobre a questão do inadimplemento da Bharat/Precisa.

Aí manda para a avaliação de outros órgãos – próximo! –, pedindo a suspensão.

Olha que interessante aqui, muito interessante! Esse é o último. Talvez eu não precisasse mostrar nenhum.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse dia 29 de junho, Roberto Dias é exonerado. A Conjur confirma todas essas gravidades. E a CGU envia esse ofício para quem? Para o novo secretário-executivo. E fala de uma série de coisas aqui absurdas, que estão no último eslaide.

Por favor!

Olha o que ele coloca aqui: "Nesse contexto, observou-se que a parte significativa de documentos enviados em resposta a requerimento de informação para uma Deputada Federal, em especial as quatro memórias de reunião, foram omitidas do processo, em que pese tratar-se de informações críticas à aquisição relacionada, devendo assim estar formalizadas no processo de aquisição".

A primeira memória desapareceu, a segunda memória desapareceu, a terceira memória desapareceu. É interessante! A primeira memória é de uma reunião em que V. Sa. estava, onde foi tratada a vacina com o valor de US\$10. Se não eram US\$10, por que de repente não colocaram no processo essa memória de reunião? Por que só apareceu depois que a CGU impôs que voltasse para os autos do processo administrativo?

É interessante que, na segunda reunião...

V. Sa. pode me interromper a qualquer momento. Eu não vou perguntar porque eu sei qual vai ser a resposta.

Desconforto do Presidente da Precisa em informar os valores na medida em que os custos para desenvolver as fases seria considerado elevado.

O próximo, por favor!

As razões e justificativas pelas quais as memórias das reuniões, *e-mails* etc. não constam no processo não foram acostadas, indicando os agentes públicos que levaram à omissão. É isso que a CGU quer fazer. Quem foi que se omitiu com dolo, com culpa, com negligência ou imprudência ou com interesse escuso por trás? Essa investigação está acontecendo agora, neste momento.

Por que a área técnica não justificou o preço de US\$10 para US\$15? Não é esta CPI que está dizendo! É lá dentro do controle interno que se está dizendo. O contrato simplesmente passou de US\$200 milhões para US\$300 milhões em um passe de mágica, às escondidas, escondendo atas de reunião.

Se não tinha nada a temer, por que não vem a público? Se tem o que dizer, diga Dr. Maximiano, porque, até agora, toda a culpa e responsabilidade estão caindo em cima de V. Sa. e da sua empresa. Sua empresa não tem problema, porque V. Sa. tem o costume de fechar empresas e de abrir outras para dar credibilidade quando a primeira ou a outra já foi declarada inidônea. Mas aí também tem o nome e a honra de V. Sa.

E, por fim, sobre a estimativa de preço e aquisição quanto à ausência de justificativa de dispensa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um, por favor!

Tem uma piada pronta aqui. Essa piada de mau gosto é pronta. Não fui eu que fiz. Já quero dizer, Relator, que não fui eu que fiz. Quando o novo Secretário-Executivo toma conhecimento disso, ele encaminha para o Dlog, pedindo esclarecimentos: "Que absurdo é esse? Como isso aconteceu? Me responda em dois dias". Sabe onde está a piada pronta?

O próximo, por favor!

Vem o novo Diretor do Dlog e diz: "Não, Secretário-Executivo! Toda essa tratativa não foi feita pelo Dlog, não foram realizadas no âmbito desse departamento, e sim na Secretaria Executiva desta pasta. Julho de 2021". Sabe por quê?

A última...

Porque, em janeiro de 2021, o Sr. Elcio Franco manda um ofício circular para 16 órgãos do Ministério da Saúde, dizendo o seguinte: "Ninguém está autorizado a tratar de vacinas, ninguém está autorizado a tratar com intermediários, ninguém vai negociar propina aqui, ninguém vai negociar contrato fraudulento. Todas as tratativas das vacinas serão feitas por mim no âmbito desta Secretaria Executiva do Gabinete do Ministério da Saúde". Aqui ele trouxe para si toda a responsabilidade. Então, ao seu lado, estará respondendo civil e criminalmente o Secretário-Executivo Elcio Franco. Esse é o esquema do qual V. Sa. participou.

Eu pediria dois minutos, apenas porque eu fiquei encarregada de falar, de abrir aqui uma questão do FIB Bank. Eu vou aqui ser muito rápida, porque o FIB Bank não está cadastrado no Banco Central e não é uma instituição financeira. A informação que eu tenho é a de que V. Sa. não tem apenas ou não teve apenas uma contratação ou uma relação contratual com o FIB Bank. V. Sa. também teria tido outras negociações com esse fundo, inclusive em relação à compra de preservativos femininos. V. Sa. pelo menos pode confirmar isto, que já se utilizou do FIB Bank em outros momentos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sra. Senadora, eu vou ficar em silêncio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu vou fazer as últimas perguntas. Só vou lançar as perguntas, Presidente.

O fundo de participação Azurita, que lastreia as cartas de fiança do FIB Bank, não foi reconhecido como ativo regular pela CVM. A Índigo Investimentos, administradora do fundo Azurita, responde a processo na CVM, desde 2019, em operação fraudulenta e teve o seu registro suspenso em 2020. O FIB Bank responde a 28 processos no Tribunal de Justiça de São Paulo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu poderia dizer aqui tudo que eu tenho. São muitas as perguntas: por que V. Sa. escolheu o FIB Bank? Como V. Sa. discutiu essa carta de fiança? Por que V. Sa. repassou 350 mil ao FIB Bank? A que título se deram esses valores? Eu poderia perguntar tanta coisa, mas V. Sa. não respondeu.

Eu só fico imaginando: V. Sa., que é um homem de sucesso, empresário de tanto tempo, não faz uma mínima checagem de que esse FIB Bank não tinha lastro? Colocou um capital social de R\$7,5 bilhões... Talvez o dono de um grande banco possa ter isso como patrimônio, ou mesmo alguma empresa. E R\$7,5 bilhões, com terrenos em Curitiba, que alguns dizem que nem existem? Curitiba, Paraná, algo me soa familiar com esse Estado. É interessante!

Eu finalizo, Sr. Presidente, apenas dizendo que o Dr. Maximiano não está aqui à toa. Há uma série de movimentações estranhas envolvendo a Precisa com a Global, envolvendo repasse de milhões para a Petrobras no fundo de Correios. A Global é... Consequentemente, essa Precisa participou também na época, envolvendo o FIP Saúde, que é um fundo de investimento, cujos acionistas são anônimos. Esse FIP só é tributado na retirada, o que significa que é comum os contistas desse FIP serem empresas *offshore* instaladas em paraísos fiscais. A Postalís está envolvida também nessa negociação. O TCU tem investigado essa situação.

O Dr. Maximiano montou uma gestora de fundos chamada Evocati e contratou Carlos Antônio Rosa – eu ia perguntar se ele o conhece, mas eu acredito que ele vai dizer que não ou não vai querer responder –, que é ex-gestor da Funcef, também relacionada a fundos de pensão dos funcionários da Caixa Econômica Federal.

Em 2018, criou uma empresa chamada Saudebank para intermediar negócios com planos de saúde privados e entidades públicas, envolvendo funcionários da Fiocruz e do Ministério da Fazenda.

Ele também criou uma série de empresas para, desde 2013, captar recursos do fundo de pensão da Ordem dos Advogados do Rio de Janeiro, envolvendo a Global. E, por fim, desde essa data, milhões de reais de cotistas da OABPrev-RJ foram parar na conta da Global Gestão em Saúde.

Eu teria outros, Sr. Presidente. Posso entregar. Obviamente, seus assessores já têm. É para deixar claro que esta Comissão não está com perseguição a quem quer que seja. É muito interessante como o nosso depoente é para mil e uma utilidades; está a todo momento participando desse tipo de transação.

Falta agora, na semana que vem, nós descobriremos quem é FIB Bank, que lavagem de dinheiro seria feita nessa triangulação. E vamos voltar a falar da Envixia, para que possamos fechar esse cerco, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Senadora Simone Tebet.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Presidente, só um segundinho...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Pois não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) - Sem nenhuma interrupção, eu queria só, Senador Randolfe, dizer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que, no final do interrogatório que nós fizemos aqui, eu havia perguntado ao depoente: "O Senador Flávio Bolsonaro também intermediou a chegada da Precisa Medicamentos aos gestores do alto escalão do Ministério da Saúde?". O depoente respondeu que "não". Aí eu fiz a pergunta: "A Xis Internet Fibra transfere recursos para a Precisa Medicamentos?". O depoente respondeu que não, não transfere. Eu queria dizer que se encontra em poder desta Comissão Parlamentar de Inquérito o registro de uma transferência de R\$640.444,52 entre 08/01 e 16/04 de 2021, feito da Xis exatamente para a Precisa, diferentemente do que respondeu o depoente ao interrogatório que fizemos aqui hoje nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) - Obrigado, Sr. Relator.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, Sr. Francisco Maximiano, Sr. Ticiano, douta defesa...

Sr. Maximiano, só me reporto novamente à pergunta, para ficar bem claro, em relação ao famoso apartamento de Campo Belo. O senhor disse, ainda há pouco, ao ser perguntado, que conhece o Sr. Marcos Tolentino.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) - Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Mas não tem relação com ele?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Eu vou invocar o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - É que foi uma pergunta a que o senhor já respondeu. O senhor vai invocar o direito ao silêncio em relação a essa pergunta?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, me desculpe, respeitosamente, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Então, eu vou me reportar aqui ao que o senhor respondeu, porque o senhor disse que conhece o Sr. Marcos Tolentino, mas que não tem relação com ele, em relação ao chamado apartamento de Campo Belo. O senhor também havia respondido que, em relação àquele apartamento, a sua condição era de fiador e não de locatário. Entretanto...

Ana, por favor...

Nós temos aqui o contrato de locação desse apartamento.

Podemos aproximar aí? Vamos ali em locatários. Vamos aproximar aí em locatários.

Isso! Está ótimo aí, Ana! Obrigado.

"Locatários: Francisco Emerson Maximiano, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade..." Então, diferentemente do que V. Sa. informou ainda há pouco a esta Comissão, o senhor, na verdade, não é o fiador desse apartamento, que tinha permissão do livre trânsito do Sr. Marcos Tolentino. O senhor era o locatário desse apartamento. A rigor, o fiador do apartamento...

Por favor, Ana, baixe aí. Baixe mais um pouco.

O fiador do apartamento... "São de conhecimento [...] pelos locadores [...] Para efeito desta garantia [...], os prêmios do seguro de Fiança [...]." Enfim, quem garante a fiança do apartamento é a Porto Seguro Seguradora. Então, diferente do que V. Sa. informou a esta CPI, é a Porto Seguro Seguradora que é a seguradora desse apartamento. E, de fato, o senhor é o locatário desse apartamento.

Por que isso é importante, Senadora Simone? Porque V. Exa., Senadora Simone, concluiu sua inquirição perguntando aqui sobre o FIB Bank. Nós temos elementos que indicam que o verdadeiro proprietário do FIB Bank é o Sr. Marcos Tolentino. Nós temos informações nesta CPI que dão conta de que claramente que esse apartamento de Campo Belo, em São Paulo... Inclusive, tem nesse processo que corre na Vara Cível de São Paulo... Esse processo indica que uma das poucas pessoas que tinham livre trânsito para ir e voltar, entrar e sair do famoso apartamento de Campo Belo era o Sr. Marcos Tolentino. Perguntado aqui, o Sr. Francisco Maximiano informou que só conhecia o Sr. Marcos Tolentino, que não tinha relação com o Sr. Marcos Tolentino. Entretanto... E disse ainda mais: que ele era fiador desse apartamento e não era o locatário. Entretanto, está aí o contrato de locação que indica que, na verdade, o Sr. Francisco Maximiano é o locatário do apartamento, que tinha livre trânsito para o Sr. Marcos Tolentino.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é importante, Sr. Presidente, Sr. Maximiano, porque a investigação não decorre somente de depoimentos, investigação é análise, sobretudo, de documentos. Talvez, às vezes, seja melhor realmente a utilização do direito ao silêncio, porque um deslize nos leva aqui a informações que nós já temos. Nós tínhamos aqui o contrato de locação que contradiz exatamente o que o senhor depoente estava aqui apresentando.

Eu faço a segunda pergunta, Sr. Maximiano, ao senhor. O senhor respondeu aqui, no começo, que conhece o Sr. Ricardo Barros. Pode confirmar sobre isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor tem relação, já esteve em encontros com o Sr. Ricardo Barros? Porventura, o Sr. Ricardo Barros já atendeu a alguma demanda apresentada por V. Sa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, respeitosamente, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, é direito de V. Sa.

É importante em relação a isso destacar o seguinte...

Ana, traga e coloque aí para a gente a ata da reunião do Ministério da Saúde do dia 12 de janeiro de 2021. Vamos à ata da reunião do Ministério da Saúde do dia 12 de janeiro de 2021.

Aí está a ata.

Presentes à reunião...

Vamos mais acima, Ana? Vamos colocar aí?

Presentes... Acima, está o Sr. Francisco Maximiano. Bom, há os técnicos do Ministério da Saúde; abaixo, o Sr. Francisco Maximiano; a Sra. Emanuela Medrades; a Sra. Amanda, da Precisa Medicamentos. Abaixo, discussões... Aí tem o começo da discussão. Embaixo, o que é dito pelo Dr. Francisco Maximiano, Presidente da Precisa? "Em sequência, o Presidente da empresa questionou sobre a possibilidade de alteração da Medida Provisória nº 1.026, de 6 de janeiro de 2021, para que seja inserida a agência regulatória indiana no rol disposto no art. 16 [...]."

Eu quero lembrar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que esta Medida Provisória 1.026 o Governo editou no dia 7 de janeiro, inclusive quando o nosso depoente estava na Índia. Essa medida provisória foi editada. Embora tivesse parecer favorável, Senadora Soraya, de vários setores do Governo, para ser incluída a cláusula de responsabilidade civil por efeitos adversos, que possibilitaria, Sr. Relator, que, já



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em janeiro, nós pudéssemos adquirir a vacina da Pfizer, essa medida provisória foi editada no dia 7 de janeiro sem essa cláusula. Sem essa cláusula, foi editada a medida provisória para a aquisição de vacinas.

Ocorre que, nessa reunião do dia 11 de janeiro, o Sr. Francisco Maximiano reclama a necessidade de incluir a agência regulatória indiana no rol do disposto no art. 16, para viabilizar essa vacina. Adivinha quem – agora vamos, Ana, ao seguinte! –, na Câmara dos Deputados, apresenta a emenda reivindicada pelo Sr. Francisco Maximiano? Adivinha quem? Adivinha quem? Vamos lá! Vamos ao suspense aí para saber quem foi que apresentou a emenda reivindicada!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – RB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos aí. Vamos lá! Quem acerta?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – RB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Emenda 0117, Medida Provisória 1.026... Vamos baixando aí, vamos descobrir aí quem apresentou a emenda reivindicada. Vamos baixando!

A emenda reivindicada está aí, incluindo a agência reguladora indiana. E quem é que apresenta a emenda? Vamos lá, vamos ver se vocês acertam.

Está aí! Adivinhem?

Senador Renan...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Senador Randolfe, lembrando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Deputado Federal Ricardo Barros!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que a memória de reunião em que se falava em US\$10, a memória de reunião que V. Exa. passa agora dizendo que o Sr. Maximiano pediu que fosse incluída a autoridade sanitária indiana, essas memórias foram omitidas! Sumiram! Elas não constaram no processo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para balizar o contrato de assinatura de 1,6 bilhão para a compra de vacinas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Ministério da Saúde, ao encaminhar o processo, omitiu essa informação, mas, como esta CPI busca de todas as formas as informações, Sr. Relator, conseguimos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para deixar claro, omitiu no processo dentro do Ministério da Saúde!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dentro do Ministério da Saúde e omitiu para a CPI em seguida.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Lá no Ministério da Saúde, essas atas, essas memórias de reunião, que falavam primeiro de US\$10 e depois que constava tentativa de concluir a autoridade sanitária indiana na medida provisória, desapareceram do processo, porque eles precisavam assinar o contrato e não podiam mostrar a cara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente. É importante destacar, Sr. Presidente, Sr. Relator, esta é a única emenda específica deste Deputado, do Deputado Ricardo Barros, apresentada nessa medida provisória. É a única emenda específica para atender a um reclame que é feito pela Precisa Medicamentos. A única emenda específica é essa apresentada por ele.

O Sr. Ricardo Barros, Sr. Relator, veio aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito dizer que esta CPI tinha atrapalhado a vinda de vacinas. Atrapalhou os negócios dele, do Sr. Ricardo Barros. Foram os negócios do Sr. Ricardo Barros que foram atrapalhados. Está clara aí a relação de uma situação para com a outra. O nosso depoente apresenta a demanda, o único Parlamentar aqui do Congresso Nacional, Deputado Ricardo Barros... E depois, criminosamente, o Sr. Ricardo Barros veio a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Jean Paul, tentar dizer que essa medida provisória chegou a ser relatada por nós – e foi relatada por nós – e aprovada rapidamente pelo Senado – foi aprovada rapidamente pra ter vacina. Nós queríamos as vacinas, eles queriam os negócios. Eles queriam a vantagem nos negócios. Era esse o interesse da turma do Sr. Ricardo Barros. Está aí a prova cabal: a ata do dia 12 de janeiro, a única emenda nessa emenda provisória que foi apresentada.

E eu complemento, Sr. Maximiano: o senhor esteve na reunião do dia 6 de janeiro. O senhor esteve em Nova Delhi, na Índia, no dia 6 de janeiro; esteve posteriormente no dia 7 de janeiro; e depois o senhor esteve no dia 5 de março, em uma nova reunião, conforme nos comunica o Ministério das Relações Exteriores.

Primeira pergunta: o senhor esteve nessa reunião representando a ABCVac, Associação Brasileira de Clínicas de Vacinas privadas?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Representando a ABCVac não, senhor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque no comunicado... O senhor não esteve representando? De fato, porque isso inclusive foi depois dito e desmentido pelo própria ABCVac... Aliás, foi dito pela ABCVac que o senhor não a representava. Só que, no relato feito pelo Sr. Embaixador brasileiro na Índia, no relato consta, no documento oficial do Ministério das Relações Exteriores, a informação seguinte, me permita descrever para o senhor: "O Ministério das Relações Exteriores encaminha, 6 de janeiro, ofício à Flavio Werneck, do Ministério da Saúde, que é o Assessor de Relações Internacionais, em que relata a visita da Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas privadas à Embaixada do Brasil em Nova Delhi, com o objetivo de viabilizar vacinas para clínicas privadas no Brasil. Representava a delegação: Francisco Maximiano, Presidente da Precisa". Esse é o relato do Ministério das Relações Exteriores. Esse é o relato encaminhado a esta Comissão Parlamentar de Inquérito pela Embaixada do Brasil na Índia. Esse relato, então, não corresponde à verdade?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor. Eu nunca representei a ABCVac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não estava lá representando a ABCVac?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Representando a ABCVac, não; eu estava lá representando a Precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, que o senhor estava nós sabemos, mas o senhor não estava representando a ABCVac?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, porque não é o que diz o relato do documento oficial apresentado pelo Ministério das Relações Exteriores.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu recomendo à CPI interpelar o Ministério das Relações Exteriores, interpelar o Sr. Embaixador do Brasil na Índia, por ter prestado informação indevida a esta Comissão, porque, na informação aqui prestada, é dito claramente que o Sr. Francisco Maximiano o estaria representando.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Quero pedir à Secretaria que faça constar a solicitação do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu lhe pergunto ainda: nessa mesma reunião, o senhor manifesta... Aliás, em uma reunião posterior, o senhor manifesta o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

interesse em que a Precisa intermediaria a aquisição de 5 milhões de doses de vacinas para as empresas privadas. A essa época, não tinha nenhum marco regulatório sobre a aquisição de vacinas para as empresas privadas. Essa decisão, esse pedido, essa requisição, essa circunstância que V. Sa. apresenta, nessa reunião, era com que fim, com que objetivo?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou permanecer em silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. É porque, veja: V. Sa. fala disso, mas nós não tínhamos um marco legal, naquele momento, para a aquisição de vacinas privadas. O marco legal surge depois que o Senado informa, depois que o Senado aprova um projeto de lei para garantir a aquisição das vacinas, notadamente da Pfizer, da Janssen e de outros imunizantes.

Coincidência ou não, também nessa reunião do dia 6 de janeiro, no relato que é feito pelo Ministério das Relações Exteriores, é dito o seguinte, o senhor teria dito o seguinte: o senhor falou na necessidade de quebra do oligopólio de vacina privada no Brasil, mercado dominado por três empresas – GSK, Pfizer e Sanofi. Já concluindo, Presidente, causa... A surpresa, o espanto que causa pra nós é porque, no dia seguinte, há uma carta do Presidente da República ao Primeiro-Ministro da Índia – do Presidente da República, o Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, ao Primeiro-Ministro da Índia – que comunica o interesse do Governo brasileiro na aquisição da vacina Covaxin, que V. Sa. estava lá intermediando. No dia seguinte, é editada a chamada Medida Provisória 1.026, que exclui a possibilidade de aquisição da vacina da Pfizer, quando não assume a responsabilidade civil para efeitos adversos; no dia seguinte, no dia 7 de janeiro! E, depois, essa medida provisória tem a emenda feita por quem? Pelo Sr. Ricardo Barros, para atender à reivindicação feita por V. Sa.

Só duas últimas perguntas, se o Presidente me permite. (*Pausa.*)

Nós já requisitamos, e não obtivemos nesta CPI o contrato entre a Precisa e a Bharat. Esse contrato existe?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou permanecer em silêncio, Sr. Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É importante, nesse caso, me permita dizer, Sr. Maximiano, com todo o respeito ao princípio que temos que respeitar sempre, do direito constitucional, do direito ao silêncio, mas, veja, esse contrato seria fundamental para nós, porque, se esse contrato não existe, Sr. Relator, a pergunta a ser feita é a seguinte: como o Ministério da Saúde celebrou um contrato para a aquisição de uma vacina, se o contrato para o fornecimento dessa vacina por parte da empresa que deveria produzi-la não existe? Como o Ministério da Saúde celebrou?

E deixa estar, Sr. Presidente, Sr. Relator, que esta CPI solicitou as informações da Bharat Biotech, Senador Humberto Costa, sobre o contrato. O que é que a Bharat Biotech nos responde? O documento em



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inglês, que já consta nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, responde que – na prática não responde, devolvendo contrato – o que existe é um memorando de entendimento.

No ofício que encaminha... No ofício que encaminha o memorando de entendimento, quando é perguntado qual o valor de remuneração pra Precisa, a Bharat responde: "não chegamos a um acordo entre a Bharat e a Precisa na questão da compensação".

Pergunta, Senador Humberto: como o Ministério da Saúde deu aval a esse contrato? Como o Ministério da Saúde deu cabo, encaminhou esse contrato, se a própria Bharat responde, em um ofício a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que: "não chegamos a um acordo entre a Bharat e a Precisa na questão da compensação".

Sr. Presidente, somente para concluir, me permita aqui só fazer uma rápida leitura... E, de fato, para concluir. Em um depoimento para o Ministério Público que a sua empresa responde, o senhor diz o seguinte, que foi orientado a ligar para o servidor Luis Ricardo Miranda em relação ao contrato com a Precisa.

O senhor poderia informar para nós quem orientou o senhor a telefonar?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o silêncio.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, porque no depoimento do Ministério Público V. Exa. disse... Aqui V. Exa... V. Sa. utiliza o direito ao silêncio; no depoimento ao Ministério Público, V. Sa. disse que não lembra quem lhe pediu pra orientar.

E falo pra concluir, Presidente: esse daqui é um processo em andamento no Ministério Público Federal. Esse processo... Alguém poderia dizer que é o processo da Precisa; não, é o processo da Global. Na Global, por pouco... No processo da Global, Senador Humberto, por pouco não é concretizado um pagamento antecipado. E por que esse pagamento antecipado não é concretizado naquela circunstância da Global? Porque um servidor público, mais uma vez – o nome dele é Luis Ricardo Miranda? Não, esse era outro: Victor Paiva Macedo Lahud –, se recusa a dar os encaminhamentos necessários ao pagamento.

Lembro a música do Cazuza, mais uma vez: "Eu vejo o futuro repetir o passado. Eu vejo um museu de grandes novidades. O tempo não para". Isso daqui foi 2018, e evitou um golpe. Quem evitou o golpe agora foi Luis Ricardo Miranda. A semelhança entre Victor Lahud e Luis Ricardo Miranda é que eles são servidores concursados, são servidores públicos concursados. Talvez seja por isto que o Governo Bolsonaro quer tanto acabar com a estabilidade do servidor público: tanto no passado quanto agora foi impedido que um golpe fosse concretizado.

Obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria, antes de passar a palavra pro Senador Marcos Rogério, convidar o Vice-Presidente Randolfe Rodrigues para assumir a Presidência dos trabalhos e, a partir daí, ele passa a palavra ao Senador Marcos Rogério e depois ao Senador Eduardo Girão.

Marcos Rogério, o senhor já pode começar. Eu vou passando aqui.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Exa., agradeço ao Senador Girão por permutar o tempo comigo, e inicio fazendo uma pergunta objetiva ao depoente, o Sr. Francisco Maximiano: a Precisa tinha ou não contrato formal com a Bharat Biotech?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Marcos Rogério, Exmo. Senador, eu vou exercer o direito do silêncio para essa pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Até para essa pergunta?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom, se eu tiver a possibilidade de interpretar a negativa quanto a essa pergunta, que é elementar, ela pode sugerir muita coisa. Mas eu não vou lhe perguntar mais neste momento, porque, se essa pergunta, que é base, não pode ser respondida, certamente que não vai me acrescentar nada insistir nas demais. Talvez ao final.

Sr. Presidente, eu quero registrar o que estamos vendo nesta CPI, com especial destaque ao dia de hoje. Em primeiro lugar, a mídia noticia o teor e as conclusões do relatório final que será apresentado pelo Senador Renan Calheiros. Vejam V. Exas.: esta CPI não teve sequer plano de trabalho. Normalmente ficamos sabendo das pautas da CPI pela imprensa, depois de reuniões secretas fora do Senado. E agora também, pela imprensa, ficamos sabendo quais são as conclusões que o Relator irá apontar em seu relatório – ele disse que é *fake news*, mas está lá a matéria.

Desde o início alertei que o Relator já tinha um relatório debaixo do braço e que tudo se tratava de construir narrativas para sangrar o Presidente da República. Era jogo pré-eleitoral. Hoje a imprensa divulga justamente isso para todo o Brasil. O que me leva ao segundo ponto.

No dia de hoje, a CPI quebrou o sigilo de diversos veículos digitais de informação, Senador Girão. Quebrou o sigilo, mas não é só isso: no dia de hoje, também, foram aprovados mais de 180 requerimentos, desde requerimentos de informação, de convocação, convite, a quebras de sigilo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma série de requerimentos que nunca foram sequer pautados nesta CPI. O Senador Girão também. São 36 requerimentos de convocação de minha autoria, 6 requerimentos de convite, 6 requerimentos de informações, e 2 requerimentos de compartilhamento de informação.

Dentre esses requerimentos, chama atenção a blindagem que fazem ao Estado da Bahia – o Estado da Bahia. Apresentei o Requerimento nº 698, de 2021, de convocação do Sr. Bruno Dauster, o qual deixou a Chefia da Casa Civil do Governo da Bahia após ter sido citado pela dona da Hemptcare, Sra. Cristina Prestes, investigada pela Operação Ragnarok. A empresa vendeu, recebeu antecipado sem nota fiscal e não entregou 300 respiradores adquiridos pelo Consórcio Nordeste. Nunca pautaram esse requerimento – nunca. A oitiva do Sr. Bruno Dauster nunca foi cogitada por esta CPI, por quê?

Também nunca foi apreciado o Requerimento de informações nº 693, que pede informações ao Governo da Bahia sobre a realização de auditorias pela Secretaria da Saúde do Estado da Bahia em relação ao Município de Porto Seguro, lembrando que os requerimentos de informação sempre foram pautados e aprovados nesta CPI por acordo, só que essa regra não vale quando os requerimentos envolvem o Estado da Bahia. Blindagem, proteção absoluta ao Estado da Bahia.

Além disso, jamais foi pautado o Requerimento de informações nº 694, requerendo documentos existentes entre a Secretaria da Saúde da Bahia com a Fundação Gonçalves e Sampaio, especialmente quanto aos contratos de gestão emergencial de hospitais. Olha aí. Olha o que aconteceu no Rio de Janeiro, gestão de hospitais, escândalo monumental que gerou a cassação de um Governador. Vai vendo, Brasil! Gestão no Estado do Pará, um esquema bilionário, mais de 1 bilhão envolvido nessa trama toda, vou mencionar. Mas estes aqui – hospitais nos Municípios de Camacan, Bahia, e Salvador – nunca foram pautados.

Não pautaram o Requerimento nº 703, que pedia a convocação do Sr. Edmar Alves dos Santos – lembram-se dele? Escancarar o caso do Rio de Janeiro, o esquema das OS, daquela fundação, de tudo aquilo que aconteceu no Rio de Janeiro, mesmo sendo de conhecimento público a corrupção naquele Estado, tendo levado ao *impeachment* do Governador. Nunca pautaram.

Também nunca foram pautados requerimentos em relação a casos de corrupção no Estado do Pará, onde foi deflagrada ontem, Senador Girão – ontem, ontem –, uma operação da Polícia Federal para apurar desvio bilionário, a bilionária Operação Reditus, segunda fase da Operação SOS, para combater o desvio de recursos públicos na área de saúde do Pará. Aqui, nesses contratos, mais de 1 bilhão suspeito de corrupção em contratos de organizações sociais para a gestão de hospitais públicos.

Veja de novo: organizações sociais, gestão de hospitais públicos, Rio de Janeiro, Bahia, Pará... Mas aqui não passa! Aqui não passa. Vai vendo, Brasil!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Calma, para não quebrar a bancada aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai vendo!

Nesse caso... Já quebraram o Brasil no passado; parece que querem quebrar de novo a partir dos Estados. Nesse caso, não pautaram o Requerimento nº 1.056, de convocação do Sr. Parsifal de Jesus Pontes, ex-Secretário da Casa Civil do Pará e ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia do Pará, o qual estava entre os investigados na Operação SOS. O mesmo em relação ao Requerimento 1.057, sobre convocação do Sr. Peter Cassol Silveira – prestem atenção a esse nome –, ex-Secretário Adjunto de Gestão Administrativa da Secretaria de Saúde do Estado do Pará, o qual estava entre os investigados da Operação Para Bellum, sendo que, durante os mandados de busca e apreensão, foi encontrado sabe quanto na casa dele, sabe quanto, Girão? Quase R\$1 milhão; R\$750 mil em dinheiro vivo na casa do Sr. Peter Cassol.

Esta CPI, no dia 16 de junho de 2021, deliberou e rejeitou, por seis votos a cinco, os três requerimentos de convocação do Sr. Carlos Gabas, Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste. Agora veja, Brasil, vai vendo! Por seis votos a cinco, também rejeitou a convocação do Sr. Carlos Gabas. Inclusive um requerimento era de minha autoria – o primeiro, do Senador Girão. Não quiseram convocar.

Mas, diante de novas denúncias veiculadas na revista *Veja*, em 25 de julho de 2021, apresentei o Requerimento 1.239, requerendo novamente a convocação do Sr. Carlos Gabas. Segundo a revista *Veja*, durante o depoimento da Sra. Cristiana Prestes, a proprietária da Hempcare Pharma, foram levantadas suspeitas contra o Secretário-Executivo do Consórcio Nordeste, Carlos Eduardo Gabas, e em relação ao Prefeito de Araraquara, Edinho Silva.

Cristiana afirmou aos investigadores que, na época dos eventos, recebeu um telefonema de Gabas, que teria se identificado como irmão de alma – irmão de alma – de Edinho, Prefeito de Araraquara. Gabas afirmou que o Município paulista estava precisando de 30 respiradores, mas que Edinho estava sem recursos para bancar a compra – estava implícito um pedido – e propôs a fazer uma doação.

Senador Girão, nunca foi pautado o novo requerimento de convocação do Sr. Carlos Gabas. Por quê? Por quê?

Por falar em Edinho Silva, apresentei o Requerimento 1.130, de 2021, para convocar o ex-Ministro de Dilma, atual Prefeito de Araraquara, mas nunca foi pautado. Por quê? Vai vendo, Brasil.

Por fim, apresentei o Requerimento 1.251, pedindo ao Instituto Butantan informações sobre a composição dos valores das doses da vacina CoronaVac ofertadas ao Governo Federal diante da discrepância da oferta de doses de vacina pela Sinovac ao Consórcio Covax Facility, bem como o valor de US\$10, contratado pela União junto ao Butantan e a última oferta de US\$16, apresentada, inclusive juntada ao processo aqui, no âmbito desta CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja, o Butantan vendeu vacina ao Ministério da Saúde a US\$10; e o consórcio Covax Facility, a menos de US\$6.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como assim?

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu já acrescentei mais dois minutos a V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Mais um minuto, eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu peço que... É um minuto mesmo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Agradeço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós queremos interrogar a pessoa que está aqui...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sob embargo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... e não ouvir a história de novo pela décima vez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... Senador Marcos, se V. Exa. se estender mais, prejudicará os demais colegas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eu serei rigoroso nesse minuto que falta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sei que os anteriores tiveram mais benevolência, mas, em razão do horário da sessão, eu vou fechar em um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em respeito aos colegas, eu peço a V. Exa...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A questão é o tema, não é o tempo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Faltam dois minutos, Presidente, para o início da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Esse é terceiro minuto que eu incluo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Veja, Sr. Presidente, veja: o Butantan vendeu vacina ao Ministério da Saúde na casa dos US\$10; e o consórcio Covax, com um preço muito menor. Mas como assim? Por que quase o dobro para o Ministério da Saúde? Mas nem esse requerimento nós conseguimos aprovar aqui – nem esse.

Esta é a CPI de uma investigação parcial, um jogo eleitoral, pré-eleitoral; que blinda o que aconteceu nos Estados e Municípios. Eu sou a favor de investigar tudo, o que aconteceu no Ministério da Saúde, mas também nos Estados e nos Municípios.

Tomara que a gente tenha, nos próximos dias, mais sorte e consigamos aprovar esses requerimentos, Senador Girão...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque até aqui não tivemos sorte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Na sequência, em permuta com o Senador Eduardo Braga, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Presidente, eu pergunto já ao Sr. Francisco: V. Sa. conhece o Sr. Adeilson Loureiro Cavalcante?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Não me recordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não se recorda?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não me recordo. O senhor pode dar algum outro detalhe dele?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ele foi o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde na gestão Ricardo Barros, na gestão Occhi... Era secretário também da saúde na época do ministério... Não conhece?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não sei, não me recordo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conhece o ex-Secretário de Saúde, o Sr. Francisco Araújo Filho?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quantas vezes o senhor esteve reunido com ele mais ou menos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não me recordo muito, mas muito poucas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Mas... Muitas vezes, poucas vezes?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, poucas vezes, exclusivamente na secretaria.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E tratando de que assunto? Pode falar?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Por ocasião do fornecimento dos testes rápidos para o GDF.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Quem colocou a Precisa Medicamentos em contato com o Francisco Araújo Filho.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Como? Quem?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o silêncio, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Por que eu estou perguntando isso? O Sr. Francisco Araújo... Primeiro, como V. Sa. já disse, dos testes rápidos aqui no Distrito Federal. A empresa Precisa entrou realmente nessa questão da corrupção do GDF. E vou dizer como – inclusive, através do próprio Francisco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou perguntando por que o Francisco teve a iniciativa de colocar a proposta da Precisa, primeiro, fora do prazo. Ele cancelou duas outras, alegando que as outras não entregaram em 24 horas, porque o edital era 24 horas, mas aceitou e colocou, inclusive tem telefonemas aqui com toda a equipe da saúde. Ele fez de uma forma para tornar a Precisa vencedora, inclusive com o preço de R\$139 contra o primeiro lugar, que foi R\$74. Então, foi colocado fora do prazo, com a participação de toda a cúpula da saúde, aquela que foi presa na Operação Falso Negativo.

Então, por isso que nos interessa saber: por que o Francisco fez todo esse esforço? Bem, V. Sa. diz que esteve com ele. O que eu posso deduzir agora é que quem fez as tratativas com ele foi V. Sa. V. Sa. confirma que essa negociação foi feita direto com ele, com o Francisco?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Vou exercer o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conhece o Sr. João Kennedy Braga?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nessas tratativas com o Francisco, não houve nenhuma sinalização de conversar com o Sr. Kennedy? Sr. Kennedy era o operador dele. Francisco conversava com os fornecedores, mas quem era o operador era o Sr. João Kennedy Braga. Com relação ao Governador, V. Sa. conhece o Governador Ibaneis Rocha?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Conheço como candidato a Governador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já esteve com ele em algum momento?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Secretário Osnei, conhece também?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Desculpe, quem?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O Secretário atual, Osnei Okumoto, que era do Ministério da Saúde e que hoje é o Secretário de Saúde.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não o conheço. Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nunca esteve com ele? Não o conhece?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, eu sei que inclusive a Justiça determinou o não pagamento. Eu sei que inclusive alguns V. Sa., a Precisa, tem inclusive créditos para receber no GDF, mas foi impedida exatamente por decisão tanto do Tribunal de Contas da União, que tem aqui o acórdão, proibindo de pagar uma série de fornecedores...

Mas o que eu fico muito preocupado, Sr. Francisco, é o seguinte. Primeiro, nessa mesma ocasião, a Precisa vendeu 150 mil unidades a 139,90, quando o outro participante, que ficou em primeiro lugar, tinha um preço de 73. Que ainda era muito alto, porque, coincidentemente, na mesma semana, o Sesc fez um pregão eletrônico SRP nº 38 de 2020. O Sesc conseguiu comprar esse mesmo teste que estava no edital por R\$18. E, por incrível que pareça, o GDF ainda comprou da Luna Park, que é uma empresa de brinquedos, a R\$180, quer dizer, dez vezes mais do que aquilo que foi comprado pelo Sesc através de um pregão eletrônico. Mas o maior problema não foi apenas isso. Isso aí foi um problema grande, de corrupção, de beneficiamento, porque na prática a empresa de V. Sa. não ficou em primeiro lugar, mas o mais grave disso é que a empresa de V. Sa. entregou um outro produto e, segundo informações que nós temos na CPI, a troca do produto foi fora do prazo, a autorização oficial foi depois que foi entregue o teste e, por incrível que pareça, o teste que foi entregue não era exatamente o teste que estava no edital. O teste que foi entregue é o Livzon, que estava sendo recolhido no mundo todo – na Índia, na Dinamarca, na Argentina – por quê? Porque não tinha nenhuma eficácia, por isso a operação chamada Falso Negativo. V. Sa. tem ideia, mais ou menos, de quantas pessoas poderiam, ou morreram, em função do teste falso negativo? Ou seja, as pessoas fizeram o teste, foram para casa como se estivesse negativo o teste e, na prática, esse teste não tinha valor nenhum. Então, muitas pessoas foram para casa com o teste negativo e, possivelmente, muitos estavam positivos e que não, por questão de tempo, procuraram o médico ou hospital no tempo e na hora. Então, isso, com certeza, pode ter provocado muitas mortes aqui no Distrito Federal.

Agora, eu pergunto, com relação a essa questão do teste. Esse teste que foi entregue, esse Livzon, que é uma produção chinesa e que estava sendo recolhida já no mundo todo, como é que foi a compra desse teste para atender o GDF? Foi... Comprou de onde? Importou de onde? Porque os países estavam recolhendo.

V. Sa. poderia dizer de onde que a Precisa comprou este produto para entregar ao GDF?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o direito do silêncio, Sr. Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa., quando estive com o Secretário Francisco Araújo, V. Sa. ofereceu algo para ele? Alguma... Algum benefício? Ou algum favor? Alguma coisa assim?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, respeitosamente, eu vou exercer o direito ao silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, Presidente, veja que, na prática, o depoente afirmou algumas coisas, que conhece o Francisco, que esteve com ele. Aqui a gente teve a oportunidade e vamos ouvi-lo na quinta-feira para que ele possa explicar o porquê que ele tomou iniciativa de desprezar, inclusive, já algumas empresas que tinham apresentado um preço menor, cancelou dois editais, exatamente para atender a Precisa, que entrou fora do prazo inclusive. E, o pior, toda a cúpula foi presa, alegando que o Ministério Público do DF não era competente e jogou, então, para a área federal, por isso que nós estamos aqui na CPI com esse... para desvendar essa questão que agora fica muito mais clara, porque alguns subsecretários... Inclusive o Francisco ligou para o subsecretário para que não divulgasse o resultado, porque a empresa de V. Sa. ficou em segundo lugar, exatamente para que ele pudesse cancelar e atender os interesses da Precisa.

Era muito importante que V. Sa. pudesse contribuir, já que ele vem na quinta-feira, não é?

Quem é que fez essa intermediação com a essa cúpula da saúde, que está presa? E ontem, inclusive, teve uma operação novamente da Polícia Federal onde fizeram 67 buscas e apreensões, mais uma corrupção, eu não sei se... Eu não tenho ainda dados, mas existe também o Iges, que é um instituto que foi criado e que tem hoje um rombo de aproximadamente 400 milhões e que comprou vários produtos, inclusive têm vários fornecedores que não receberam também, mais compra de sistema de informática por 100 milhões no processo. Então, a área de saúde... E, olha que nós destinamos, Presidente, quase 3 bilhões.

Ontem, o auditor Alexandre, que foi inclusive o auditor que fez a auditoria dos recursos da União para o DF, no relatório do acórdão do ministro... Foram constatados quase 3 bilhões. A nossa Bancada do DF inclusive, nós repassamos, transformamos todas as emendas que eram para outra destinação, nós transformamos exatamente para o combate à covid e pedimos, e até hoje não recebemos, nenhuma prestação de conta do Governo, porque nós colocamos condicionada a prestação de contas.

Então, agora a gente percebe claramente o que o GDF fez com os recursos destinados pela bancada, as emendas individuais que foram transferidas, o que nós aprovamos também no Plenário, transferindo 645 milhões de auxílio ao Estado, mais 190 milhões de auxílio ao Município.

E nós, Presidente, diferentemente talvez de outros Estados, criamos no DF... Aqui, toda segunda-feira, desde o início da pandemia, eu participo da Comissão do Covid nacional, e nós criamos a do DF, com a participação do tribunal, com Deputados Distritais, Federais, Senadores, inclusive toda a representação da saúde, o sindicato dos enfermeiros e o dos médicos também. Convidamos o Governador e também os secretários pra prestarem conta do covid, nessa comissão, e nunca apareceram exatamente porque não prestaram conta e não querem prestar conta. Mas eu tenho certeza de que, nesta CPI, com os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dados que nós recebemos, haveremos de, também com o depoimento de quinta-feira, desvendar esse mistério.

Eu lamento que V. Sa., que eu sei que inclusive tem ainda créditos pra receber do GDF, não possa contribuir um pouco mais com relação a isso, porque está muito claro no processo. Eu sei que V. Sa. deve estar respondendo também na Justiça, mas poderia dar uma grande contribuição para o DF com relação a essa máfia que existe, essa organização criminosa que foi feita na saúde. No momento mais difícil, no momento da pandemia, em que as pessoas estão morrendo, as pessoas desviaram recurso de uma forma tão escandalosa, em que o Sesc compra por R\$18 e o Governo comprou a 180 e, no caso da Precisa, a 139,90.

Então, a gente sabe – e ficou claro isso aqui – que as perguntas que V. Sa. respondeu, V. Sa. respondeu com muita clareza, não é? Tratou com o Secretário Francisco Araújo sobre a Precisa, mas, com relação ao favorecimento ou entendimento que foi feito pra vender, pra que ele tomasse iniciativa de entrar fora do prazo e com um preço que foi dez vezes maior do que o Sesc comprou... Quando V. Sa. diz que não vai falar sobre isso, eu entendo – e eu acho que a maioria dos colegas – que é uma confissão de que realmente existe essa tratativa e de que foi oferecido, porque nenhum secretário tomaria uma atitude como essa de entregar uma proposta fora do prazo, com o preço dez vezes maior e, inclusive, o mais grave, entregando um teste a que foi dado o nome de falso negativo. Muitas pessoas, Presidente, no DF e provavelmente no mundo, porque esse teste foi aplicado no mundo todo e vários países o colheram, podem ter morrido exatamente porque não tiveram tempo de se socorrer, de ir a um hospital, procurar um médico, porque o teste era negativo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero reforçar, Presidente, conversando com o advogado, que realmente, da outra vez que a advogada da empresa esteve aqui, ficou de entregar um documento pra CPI. Então, eu vou reforçar só isso pra que V. Sa. pudesse entregar à CPI.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador.

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Na verdade, Presidente. Só pra deixar claro, a gente voluntariamente ficou de entregar aqueles nossos documentos. Estava rabiscado, mas pode deixar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Agradeço a V. Sa.

Obrigado, Senador Izalci.

Eu queria só reiterar - o próximo inscrito é o Senador Girão - que tenho procurado cumprir o tempo com todos os colegas, adverti também ainda há pouco o Senador Izalci, para nós garantirmos a fala de todos os colegas, porque, impreterivelmente, por força do Regimento, esta Presidência terá que encerrar a inquirição ao iniciar a Ordem do Dia.

Estão inscritos o Senador Eduardo Girão, a Senadora Eliziane Gama, Alessandro Vieira, Rogério Carvalho e Fabiano Contarato. Mas quero aqui alertar os colegas Senadores de que, por força do Regimento, a sessão não poderá continuar ao inaugurar a Ordem do Dia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Estou inscrito também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O senhor também está inscrito, Senador Jean Paul Prates.

Senador Girão, V. Exa. tem seus 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou procurar, desta vez, até terminar antes de tempo para, de alguma forma, colaborar com os colegas que vão falar.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Agradecemos a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) - Está próximo. Não tem que agradecer. A recíproca é verdadeira.

Eu queria só colocar o seguinte, Sr. Presidente, neste dia emblemático: hoje é um dia que tem uma simbologia muito forte dentro desta Comissão Parlamentar de Inquérito. A gente já viu de tudo aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, de tudo: agressividade, indução às respostas, já vimos quebra de sigilo e vazamento de dados sigilosos, mas o relatório vazado é demais. Se é *fake news* ou se não é, é muito grave o que aconteceu. Amanhecemos hoje com essa informação que desacredita ainda mais esta CPI, que, no meu modo de entender, diariamente observando aqui e participando, perguntando a todos, infelizmente, é uma CPI que tem fins políticos, antecipando o calendário de 2022.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo brasileiro não merece isso; merece que a gente busque toda a verdade, toda, seja do Governo Federal, seja de Estados e Municípios. Mas é uma mancha, uma mancha que vai ficar para história, porque ela está nas suas semanas finais e não, simplesmente não – e a população brasileira precisa ter consciência disto – avalia requerimentos que estão há muito tempo aí se acumulando. Hoje a gente teve 173 requerimentos votados e ficaram de fora requerimentos meus com que entrei há meses para que a gente possa buscar a verdade sobre os bilhões de reais de verbas federais que foram enviadas a Estados e a Municípios do Brasil. Dinheiro não faltou, mas sobraram escândalos. Quem diz isso é a Polícia Federal, CGU, Ministério Público. E esta CPI foi aberta com dois requerimentos, um deles meu, assinado por 45 Senadores da República, quer investigar tudo. Inclusive, eu faço um registro aqui de uma iniciativa do Senador Kajuru, que também foi importante para que esta CPI viesse à tona. E é importante que tudo venha à tona. Eu tenho esperança nisso ainda.

Mas hoje é muito emblemático pelo massacre – massacre! – que está em curso no País com ideias conservadoras. Sem fundamento, sem prova, se quebra sigilo de *site*, de blogues, de produtoras que têm ideias divergentes dessa narrativa que é imposta aqui quase que a fórceps para o povo brasileiro, numa repetição de algo que, infelizmente, tem deixado muita gente enojada com o que está acontecendo. Isso cansa, mas o bem e a verdade vão prevalecer neste País.

Eu queria fazer aqui... Eu sei que o senhor – seja muito bem-vindo, Sr. Francisco Maximiano – não está respondendo a muitas perguntas que têm sido feitas por colegas, mas eu acredito que, com algumas aqui, dá para o senhor responder, sem problema nenhum.

Eu queria entender um pouco mais. Eu queria que o senhor me falasse sobre a Precisa, a origem dessa empresa, a evolução dela, as suas compras de outras empresas que vieram para o grupo e as suas atividades comerciais. Se o senhor puder ser objetivo, eu lhe agradeço.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Senador, a Precisa Medicamentos foi adquirida pela Global por ser uma empresa que presta serviços na cadeia de verticalização dos serviços da Global. Ela comercializa medicamentos, e a Global comercializa planos de medicamentos. Essa companhia foi adquirida do Grupo Bradesco Saúde em 2013 ou 2014, portanto, muito antes da pandemia. É uma companhia já com anos de existência, com todas as autorizações de funcionamento perante a Anvisa, com todos os registros, profissionais responsáveis, enfim... E atende também a outros clientes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço a resposta.

Em 2 de julho de 2020, o Ministério Público deflagrou a Operação – de que a gente já falou aqui, outros colegas colocaram – Falso Negativo, em busca de dados para subsidiar as investigações acerca de irregularidades na aquisição de testes para covid-19 no Distrito Federal. A licitação também teria sido



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vencida de modo fraudulento. As investigações apontam ainda suspeita de superfaturamento nas compras e da baixa qualidade dos testes que podem dar falso resultado negativo.

O prejuízo aos cofres públicos com as compras superfaturadas é estimado, segundo a investigação, em cerca de R\$30 milhões de um total de R\$74 milhões em compras. São investigados os possíveis crimes de fraude à licitação, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e cartel. Nesse período, o Secretário de Saúde do Distrito Federal, que deve vir aqui na semana que vem – é um requerimento meu, após solicitação do Senador Izalci –, o Sr. Francisco Araújo Filho, também indiciado nessa operação, que é de Alagoas, tendo desempenhado funções na Prefeitura de Maceió e no Governo do Estado... Em seguida, ele foi indicado para função de Secretário de Saúde do DF. Nessa operação, a Precisa é investigada pelo Ministério Público do Distrito Federal por vender esses testes de covid superfaturados para a Secretaria de Saúde.

Eu pergunto: com todas essas pendências judiciais envolvendo o fornecimento de medicamentos, o senhor vislumbra condições de a Precisa cumprir seu contrato de fornecimento de vacinas? O senhor vislumbrava fornecimento de vacinas da Covaxin? Que garantia poderíamos ter de que isso ocorreria?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, eu vou exercer o direito do silêncio sobre essa pergunta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – As outras são nesse mesmo rumo. Eu vou tentar mais uma aqui para o senhor. Veja se é possível.

A imprensa, em 21 de junho de 2021, noticiou: "Governo cobra e empresa informa aguardar Anvisa para importar Covaxin". "Depois de ter o contrato para importação da vacina indiana Covaxin suspenso em meio a denúncias de irregularidades, a Precisa Medicamentos agora corre risco de ficar de fora do fornecimento de preservativos femininos para o Ministério da Saúde. O motivo foram atrasos na entrega do produto."

Ou seja, o Governo, antes de suspender o contrato com a Precisa, já estava cobrando sua empresa. Pergunta: que expectativas temos de que sua empresa iria cumprir o contrato desta feita?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, a expectativa é de cumprir o contrato, Sr. Senador, dos preservativos, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mesmo em meio a essas questões todas de denúncias de irregularidades?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Foram atrasos... Com relação ao contrato dos preservativos, foram atrasos inerentes às questões de transporte durante a pandemia – é um transporte marítimo –, e, por óbvio, essa decisão cabe ao contratante; se o contratante cancelar o contrato, não há o que se fazer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) - Tudo bem.

Eu agradeço, Presidente, me encaminhando aqui para encerrar antes do tempo – vai ser pouco, mas antes do tempo –, dizendo só que é fundamental que a gente perceba, nesse momento, a gravidade do que aconteceu. Nós deliberamos sobre vários requerimentos: a transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Cristiana Prestes Toledo, que eu requeri e não foi votada; a transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Bruno Dauster, também requerimento meu, não foi votada, sobre o Consórcio Nordeste; e a transferência de sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático de Carlos Eduardo Gabbas também não foi votada.

Começa, dessa forma, um capítulo com que a gente precisa ter muito cuidado nesse momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Agradeço, Senador Eduardo Girão.

Eu quero só antes... Vejamos, já se iniciou a sessão e ainda não se iniciou a Ordem do Dia. Eu queria pedir a aquiescência dos colegas, se for possível, inclusive, para alguns colegas facultarem parte do tempo para que nós possamos ouvir o maior número possível de colegas, porque, reitero, iniciada a Ordem do Dia, eu sou obrigado, por força do Regimento, a encerrar a sessão. Então, se os colegas puderem facultar parte do tempo para que nós possamos ouvir o maior número de colegas possível, esta Presidência agradeceria.

Na sequência, então, Senadora Eliziane Gama; em seguida, Senador Alessandro Vieira, Senador Rogério Carvalho e Senador Fabiano Contarato.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) - Muito obrigada, Presidente.

Eu queria cumprimentar os colegas e cumprimentar o Sr. Maximiano.

Eu inicio ao senhor lhe perguntando o seguinte: quantas empresas pertencem ao seu grupo econômico?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) - Senadora, eu vou exercer o direito ao silêncio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Mas isso não o incrimina, é um fato que, inclusive, a gente pode, de forma muito rápida, ter acesso a essa informação que estou lhe perguntando, apenas dizer um número. Isso não o incrimina. É bom lembrar que a decisão que lhe é assegurada pelo Supremo Tribunal Federal é o seu silêncio em casos que o incriminem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apenas informar a quantidade de empresas não me parece algo que o incrimine.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Sra. Senadora, se V. Exa... Um esclarecimento aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E por que ele não pode responder isso, doutor?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Desculpe. Sra. Senadora, existe uma operação, por exemplo, uma operação de fornecimento de acesso à internet em várias cidades, cada cidade é um CNPJ. Então, honestamente o receio é de informar que são oito e, por ventura, serem nove ou sete.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu tenho a informação de que seriam 55 empresas.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – A gente encaminha.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A informação é de que seriam 55 empresas. O senhor pode, pelo menos, dizer se é próximo a isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não. Não é, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Integram o seu grupo, por exemplo, a BSF, a 4 Boss – na verdade, a 4 Boss, não, ela recebeu um pagamento da Precisa; é a informação que eu tenho –, a 6M Participações? São empresas que integram o mesmo grupo?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Global?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nas informações que eu tenho aqui, Sr. Maximiano, apontam exatamente um volume financeiro significativo, por exemplo, das informações que eu tenho das 11 empresas de que constam o senhor como sócio, três delas fizeram uma movimentação da ordem de R\$68 milhões, segundo o Coaf, informação inclusive publicada pela imprensa, de movimentação atípica, ou seja, em apenas três empresas, delas uma movimentação de R\$68 milhões de movimentação atípica. Dentro desse volume, por exemplo, de movimentação atípica, vamos para algumas empresas, por exemplo: a Global; a BSF, por exemplo, R\$68 milhões apontada pelo Coaf, também no período de setembro a fevereiro deste ano, dentre elas aí movimentações atípicas; a 6M



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Participações, por exemplo, R\$66 milhões movimentados entre o mês de setembro e o mês de fevereiro, dos quais também constam movimentação atípica apontada pelo Coaf.

No caso específico da 6M, houve o pagamento da ordem de R\$1 milhão para a Fênix Assessoria Financeira, também apontada pelo Coaf como uma movimentação atípica. Teve, por exemplo, um pagamento da Precisa para a 4 Boss da ordem de R\$219 mil, uma empresa que é totalmente fora da área de atuação da Precisa – também é apontada pelo Coaf como movimentação atípica. A Precisa...

Aí uma pergunta antes de também trazer mais esse dado: o senhor conhece o Sr. Newton Carneiro?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, conheço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor tem relação próxima com ele?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, ele é...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim. Ele trabalha na Precisa Medicamentos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Trabalha atualmente na Precisa. O senhor pode nos informar sobre esse pagamento da ordem de R\$500 mil, meio milhão de reais, da Precisa a ele? Esse pagamento se deu por conta de quê exatamente? Também é apontado pelo Coaf como uma movimentação atípica.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Senadora, eu não tenho conhecimento de toda a movimentação. Não sei responder.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Qual é a função dele dentro da Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Ele é um diretor administrativo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor tem noção, ou pelo menos poderia nos informar, do valor do salário dele mensal?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu gostaria de exercer a lei do silêncio sobre esse assunto, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor tem... O senhor sabe ou não sabe? Isso não lhe incrimina.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – Senadora, isso é um dado pessoal, isso é uma sessão pública, isso aí pode ser informado posteriormente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas, doutor, deixa eu fazer uma colocação aqui para o senhor: o senhor, como advogado – naturalmente todas as prerrogativas são asseguradas pela Comissão, mas tem perguntas que o depoente pode responder –, não precisa o senhor responder.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (*Fora do microfone.*) – É um dado que expõe a pessoa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, por que ele não responde isso? Ele tem como falar sobre isso; não precisa o senhor falar, com todo o respeito ao senhor.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E, aí, em meio a tudo isso, Dr. Maximiano, nós temos aí, Sr. Maximiano, nós temos aí, o TCU tem representação em relação à Precisa. Uma perícia do Ministério Público Federal mostrou claramente e deu, na verdade, fortes alertas de riscos de fraude e também de corrupção, mas, em meio a toda essa complexa teia de transação econômica e financeira, questionada pelos órgãos de fiscalização e controle, inclusive o senhor – que acaba de falar que integra, por exemplo, que é um dos diretores da Precisa – foi uma das pessoas que tem acusação, sobre ele, em relação a desvio de recursos nos fundos de pensão. Ele, inclusive, foi réu da Lava Jato, chegou a ser preso em 2018. E o senhor acaba de citar que o Sr. Newton Carneiro é um dos diretores da Precisa. Quer dizer, em meio a toda essa complexidade financeira e econômica da Precisa, o que nós temos? Nós temos, por exemplo, alguns acessos privilegiados. A Pfizer, por exemplo, levou mais de 300 dias pra ter uma contratualização...

Só um minutinho, pessoal.

(Intervenções fora do microfone.)

(Soa a campainha.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Pfizer levou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, eu queria pedir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu já vou finalizar, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... para tentar pelo menos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) - Em só mais um minuto e meio, eu finalizo.

Eu quero só dizer que, em meio a tudo isso, a Pfizer levou 300 dias pra poder ter a sua contratualização efetivada, e nós tivemos, no caso aí da Covaxin, 90 dias. Nós tivemos o próprio Presidente da República sentando e levando a representação da Precisa ao BNDES, naturalmente com busca de recursos e financiamento público até. Ou seja, com toda essa estranheza de informação, o senhor acaba tendo um acesso muito rápido, inclusive, a várias autoridades, trâmite, de forma realmente muito efetiva.

E, aí, como o senhor, na verdade, não responde às nossas perguntas, eu quero finalizar dizendo que esse é exatamente o retrato da gestão atual. A gestão atual, ela prioriza, ela foca nas empresas que são instáveis, que são frágeis, que são precárias; ela prioriza a possibilidade de fazer pagamentos antecipados a empresas em paraísos fiscais; e ela deixa de lado, Senador Humberto Costa, empresas idôneas, empresas que tinham reconhecimento internacional e que foram pioneiras, inclusive, em vários países do mundo na vacinação. E o Brasil ficou infelizmente sem vacina.

É lamentável que nós não possamos hoje, na verdade, ter acesso a todas essas informações, mas as quebras a que nós temos acesso nesta CPI nos darão muito mais efetividade pra termos, ao final, o relatório conclusivo, e naturalmente aí com os indiciamentos necessários.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - O próximo é o Senador Alessandro.

Eu queria, Senador Alessandro, Senador Rogério, Senador Fabiano, nós estamos no limite, estamos prestes a... Eu estou, inclusive, segurando um pouco mais do que deveria; eu não posso adentrar quando, por exemplo, iniciarmos votação durante a Ordem do Dia.

Então, se os colegas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Senador, é só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - ... puderem compartilhar ao máximo o tempo, eu agradeço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós temos em torno seguramente de 20 minutos apenas. Eu acabei de falar com o Gustavo Sabóia. Acredito que a gente consiga...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito! Por isso eu peço, eu rogo aos colegas, se puderem... É direito de todos assistir aos 15 minutos, é direito de todos, mas, se puderem compartilhar o tempo que nos resta...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro, por gentileza...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Primeiro, quero fazer um registro objetivo: a sessão de hoje começou com um atraso de aproximadamente 1 hora e 20 minutos e teve um intervalo de almoço de aproximadamente 1 hora e 20 minutos. Quero deixar registrado isso, porque é importante. Isso não é um depoimento aleatório, não é uma figura decorativa. Esse cidadão faz parte de um eixo de empresas que, em uma sequência de contratações e de transferências de recursos, tem claros indícios de corrupção e lavagem de dinheiro. Então a CPI falhou, todos nós. Não é uma atribuição de V. Exa., todos nós tivemos uma falha significativa ao abrir mão de mais de 2 horas e 40 minutos de depoimento que poderíamos ter feito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Estou de acordo com V. Exa. Divergi na primeira reunião reservada que nós tivemos pela manhã, e V. Exa. tem conhecimento disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se V. Exa. achar por bem, inclusive recomendo que nós apresentemos requerimento de reconvocação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É uma possibilidade que a limitação de tempo talvez não permita.

Então, deixando de lado as perguntas e os questionamentos que nós teríamos para este momento, eu retomo um ponto que já foi atacado, especialmente partindo da fala do Senador Tasso Jereissati. Ele falou várias coisas relevantes. Ele buscou informações relevantes de uma estrutura absolutamente fraudulenta de garantia do contrato, evidentemente fraudulenta da garantia de contrato. Mas o que chamou a atenção e exige uma tomada de providência é o fato de que o depoente, claramente, textualmente, mentiu. Ao ser questionado pelo Senador Tasso Jereissati no tocante às suas relações em um contrato de locação de imóvel juntamente com o Sr. Danilo Trento, outra figura notória, ele disse que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

era apenas o fiador, que era o fiador do contrato. E isso foi perguntado por diversas vezes, inclusive por V. Exa., que hoje, neste momento, preside a sessão. E isso não é verdade.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Sr. Senador, só para uma questão de ordem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando o senhor tiver a palavra concedida pelo Presidente, senhor advogado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Excelência, vamos garantir... Está garantido o direito à inquirição ao Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Tem total respeito por nossa parte o direito à assessoria técnica. Ninguém jamais vai discutir, muito menos quem vem da advocacia. Então, não há dúvida de que existe esse direito. Esse direito não se confunde com tumulto de sessão ou atropelo do Presidente da sessão. E não é a primeira vez.

Então, Sr. Presidente, claramente, objetivamente, estávamos falando de um contrato onde não existe a figura do fiador. Existe um seguro fiança, coincidentemente da mesma empresa, extremamente suspeita, do amigo próximo do depoente, do Deputado Federal Ricardo Barros, Marcos Tolentino, e que causa espécie. Aqui a gente tem essa avaliação.

Então, peço a V. Exa... Não gastei nem três minutos do meu tempo. Peço que do restante V. Exa. aprecie a possibilidade ou a hipótese de prisão pela falsidade do testemunho do depoente. Isso tem que ser claro. A gente tem que ter a mesma regra pra todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Com licença...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agradeço a V. Exa., Senador Alessandro.

Bom, ao final... Para a gente poder garantir a inquirição dos colegas, ao final nós apreciaremos, deliberaremos, à luz das decisões que tem, o requerimento de V. Exa.

O próximo inscrito...

O SR. PEDRO IVO VELLOSO – Sr. Presidente, é uma questão de ordem... *(Fora do microfone.)*
...relevantíssima.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PEDRO IVO VELLOSO (Para expor.) – O Senador Alessandro, com toda a formação jurídica que ele tem, sabe, primeiro, que investigado não comete falso testemunho, ainda que falte com a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade. Dois, ainda que não fosse na condição de investigado, mas de testemunha, ele teria até o relatório final para se retratar. Três, ele já estava pronto para fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Agradeço. Agradeço a V. Sa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Ele vai fazer a retratação?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Senador Alessandro, por gentileza...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) - Ele vai fazer a retratação com relação a isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) - Sim, senhor. Pretendo, se permitido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeito.

Sr. Francisco Maximiano, V. Sa. deseja se retratar pela informação?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sim.

Sr. Presidente, Senador Randolfe Rodrigues, eu, formalmente, me retrato e peço desculpas, pois, realmente, consto como locatário no contrato desse imóvel. Não me recordava, pois não vivi lá nesse imóvel. Foi uma confusão. Minhas desculpas!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Agradeço a V. Sa.

Senador Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) - Esse ponto está esclarecido.

Eu pergunto se V. Sa. também deseja se retratar ou esclarecer melhor sua relação com o FIB Bank. Como se dá essa troca de contratos, garantias bancárias e manipulação de fundos? Como é a sua estrutura sob o ponto de vista de empreendimento propriamente dito, não necessariamente criminoso, mas empreendimento?

O giro de recursos entre as suas empresas é bastante diverso daquilo que um conglomerado tradicional faz, em particular com aquele detalhe, que nós já mencionamos aqui na CPI, da sua renda mensal, que é absolutamente incompatível com o seu padrão de vida.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu gostaria de saber se também vai ter algum tipo de esclarecimento adicional com relação ao FIB Bank.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sr. Senador, respeitosamente, eu vou exercer o direito do silêncio sobre essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Alessandro...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É o direito dele. Nesse ponto, ele é investigado. Não era investigado com relação ao outro contrato, como bem sabe o seu advogado.

Eu passo a palavra para os colegas. Já usei cinco minutos, um terço do que poderia ter usado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um terço! Nós lhe agradecemos, e os colegas, com certeza, agradecem a V. Exa. V. Exa., inclusive, cumpriu com o compromisso de garantir a palavra aos demais colegas.

O próximo inscrito, então, é o Senador Rogério Carvalho, que não está presente.

Senador Fabiano Contarato...

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES. Para interpelar.) – Sr. Presidente, agradeço o comparecimento do depoente.

Hoje o que versa aqui é um contrato de 20 milhões de doses a um preço superfaturado, com fortes indícios de lavagem de dinheiro, de corrupção passiva, de corrupção ativa, que teve uma marcha para aprovação extraordinária em virtude de outras. Mais ainda: há a caracterização de que não havia nem a necessidade de autorização da Anvisa.

É necessário que a população brasileira que esteja acompanhando saiba disso, porque isso não é fala de Senador do partido A ou B ou C. Eu queria que esses governistas que apoiam o Presidente Jair Bolsonaro entendessem que a vacina não chegou ao braço dos brasileiros por causa deste tipo de comportamento: um contrato superfaturado, pressão do funcionário do Ministério da Saúde para acelerar, *invoices* adulteradas, falsificação de documento, uso de documento falso. Nós temos um rol de crimes em concurso material que atribui aí a responsabilidade do depoente, não tenho dúvida.

O senhor aqui se recusou a responder perguntas elementares. Vou exemplificar. O senhor não explicou se exerceu pressão para a assinatura dos contratos. O senhor se calou quanto à forma da divisão dos US\$45 milhões a serem recebidos pela empresa Madison, não informou por que os pagamentos seriam feitos em um paraíso fiscal. O senhor não informou qual a relação da empresa Precisa com Parlamentares e pessoas ligadas à investigação, não respondeu por que a Precisa optava sempre pela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liquidação de contratos de câmbio como meio de quitação dos contratos, não informou se a Precisa paga tributos pelas operações – olha, esta é uma pergunta elementar! Não informou se a Precisa paga tributos pelas operações!

Permaneceu em silêncio quanto ao tema da reunião na Embaixada brasileira em Nova Delhi. Não esclareceu os gastos com cartão de crédito incompatíveis com os rendimentos declarados, não respondeu se manteve conversa com o Secretário-Executivo Elcio Franco, não respondeu se sua empresa teve prejuízo com a suspensão do contrato, não respondeu quem foi o responsável pela elaboração de faturas inconsistentes.

Eu vou concluir, para não tomar muito tempo. Não vou usar nem os cinco minutos, Sr. Presidente.

V. Sa. tem a mesma defesa da Sra. Emanuela Medrades, Diretora Executiva da Precisa. Eu estou certo? Ou isso o senhor não vai responder? (*Pausa.*)

Está certo?

Eu quero que ele responda.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor. *Fora do microfone.*) – Certo.

O SR. FABIANO CONTARATO (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - ES) – Perfeito.

A decisão que concedeu o direito ao silêncio ao senhor e a ela diz respeito aos mesmos fatos – aos mesmos fatos. Por que a Sra. Emanuela Medrades podia falar sobre esses fatos e o senhor não pode? Se o fundamento do silêncio é a não incriminação, eu só posso concluir uma coisa: que esses fatos incriminam quem opta pelo silêncio. Eu não tenho dúvida, ela esteve aqui com a mesma defesa, com a mesma outorga do Supremo Tribunal Federal, mas optou por falar. E, aí, o silêncio do senhor para mim atribui a responsabilidade que faz efetivamente levar a concluir que todos esses simples fatos que eu elenquei aqui atribuem responsabilidade criminal ao senhor por todo esse episódio que corre desde corrupção passiva, do 317, corrupção ativa, do 333, tráfico de influência, uso de documento falso, falsificação de documento público ou particular.

Não importa. Eu fico triste porque quem merece uma resposta a essas perguntas é a população brasileira. São essas famílias de 571.703 que morreram por uma desídia do Governo Federal, corroborada, com seus tentáculos, por quem, de qualquer forma, concorre para esses crimes.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Fabiano, que, inclusive, possibilita que o tempo... Ainda não iniciou a votação e a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apreciação. Então temos tempo para ouvir a Senadora Soraya Thronicke e, com a condescendência dela, ainda teremos tempo para o Senador Jean Paul Prates, que seria o último.

Senadora Soraya...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) - Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou procurar ser breve.

Eu gostaria de saber do Sr. Francisco Maximiano em que ponto está o processo da sua empresa, a Global Gestão em Saúde, que, no inadimplemento do contrato em 2017, deu prejuízo para os cofres públicos no montante de R\$19,9 milhões. Qual é o andamento desse processo?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) - Eu vou, Senadora, com relação a esse assunto, para que a resposta seja efetiva e exata, pedir para que a defesa junte em breve uma resposta por escrito sobre esse tema para a senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Quando o senhor fechou o contrato que nós estamos analisando com o Ministério da Saúde, qual era a sua situação - estou falando desse contrato agora, deste ano - para contratar com o poder o poder público, a situação da Precisa? Estava totalmente liberada?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sra. Senadora, a empresa, inclusive, ainda tem as autorizações de funcionamento, as licenças da Vigilância Sanitária e os seus registros ativos no Sicaf.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - Nenhum impedimento legal, então?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Para a Precisa, não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - E para a Global? Como é que é isso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Ora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - A Global pode contratar?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Eu não posso responder isso para a senhora neste instante.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) - O.k.! Isso fica com um ponto de interrogação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No contrato da Covaxin, como é que o senhor foi informado? Por meio de notificação? Como é que o senhor foi informado pelo Ministério da saúde que não havia mais interesse público em continuar com o contrato?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sra. Senadora, foi uma notificação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De rescisão ou de suspensão do contrato?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu não tenho certeza para lhe informar o termo exato, o termo técnico; creio que rescisão.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Rescisão?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Creio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Ministério da Saúde decidiu rescindir o contrato. O.k.!

O senhor já havia feito investimentos para executar esse contrato?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Com relação a essa pergunta, Sra. Senadora, eu vou exercer o direito ao silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor, então... Eu vou entender que sim.

Vamos lá!

O senhor, pelo jeito, então, pode ser que tenha sofrido algum prejuízo. Eu gostaria de saber se o senhor, do seu ponto de vista, tem interesse em judicializar a rescisão do contrato. O senhor acha que é legítima a atitude do Ministério da Saúde em rescindir o contrato? O senhor se sente culpado? Existe uma fundamentação?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sra. Senadora, essa questão jurídica ainda não foi decidida.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.!

É importante sabermos se o senhor se sente lesado pelo Ministério da Saúde. O senhor tem um contrato, o senhor fez um investimento. E agora? Qual é a justificativa do Ministério da Saúde para rescindir o contrato? E, até agora, o senhor não fez nada. Manteve-se o senhor bem amparado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juridicamente, tem uma bela banca de advogados e, até hoje, está deixando esse prejuízo... O senhor vai arcar com esse prejuízo? É interessante saber da sua benevolência, muito interessante.

Eu gostaria depois que vocês juntassem, que vocês declinassem a notificação que o Ministério da Saúde fez para rescindir esse contrato e a fundamentação para tal, baseada em que cláusula contratual – nós gostaríamos de saber.

E, por fim, o Sr. Newton Carneiro trabalha na sua empresa. Certo? Na Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em qual diretoria precisamente?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Administrativa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual é a relação do Sr. Newton Carneiro com...

Foi a Lava Jato, Senadora Eliziane? A Lava Jato?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Não, não. Qual a direção dele?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual a direção? Mas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Qual cargo? Ele é diretor de que na Precisa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Administrativo, Sra. Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Administrativo, o Sr. Newton.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfê Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

O nosso último inscrito é o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente. Eu vou ser rápido aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Maximiano, o senhor tem contrato ou as suas empresas têm contrato formal com o laboratório Bharat Biotech? Tem um contrato? Tem um documento? Isso não é incriminatório; é uma questão de gestão de empresa. O senhor sabe se tem um documento? O senhor tem um contrato com esse laboratório? O senhor representa, compra, intermedeia? Qual é a relação jurídica? O senhor tem um contrato ou não tem?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (Para expor.) – Sr. Presidente, essa pergunta já até foi feita mais cedo duas vezes, e ele já esclareceu que tem uma relação... Tinha uma relação de representação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Contrato de representação?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO – É, inclusive foi solicitado e ele se calou em relação a...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Certo.

Mas esse contrato existe? Vai ser encaminhado à CPI?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para garantir, queria que fosse respondido pelo Sr. Francisco Maximiano.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por favor.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Eu entendo que, com relação a esse direito, eu vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador, respeitosamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O senhor não pode ver se tem um contrato a sua empresa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Respeitosamente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, espera aí, só um minutinho. Isso o incrimina?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sr. Senador, isso é uma decisão da minha defesa. Eu vou exercer o direito do silêncio.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas o advogado disse que tem o contrato de representação?

O SR. TICIANO FIGUEIREDO (*Fora do microfone.*) – A defesa deu orientação a ele para exercer o direito ao silêncio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Dr. Ticiano, por gentileza...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Espera aí, o advogado pode dizer que tem o contrato, mas o senhor não pode dizer?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Só um minuto.

Eu quero pedir à douda defesa e pedir também ao depoente se é possível declinar o documento que está sendo requisitado pelo Senador Jean Paul Prates. Eu peço assim... V. Sa. pode, inclusive, consultar a defesa, mas eu gostaria que V. Sa., o nosso depoente, respondesse. *(Pausa.)*

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Sr. Senador, então, reforçando aqui, o que acontece é que já foram juntados a esta CPI os documentos de representação e de toda a nossa relação. E nós vamos adicionar outros documentos em relação a isso, para tornar essa questão mais clara. Eu realmente não gostaria de discutir essa questão aqui ao vivo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) - Perfeitamente.

Prossiga, Senador Jean.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - Não está acendendo... Agora foi.

Não, apenas porque surgiu agora, nesse momento, na imprensa, um desmentido da empresa Bharat Biotech, informando à CPI que não tem contrato formal algum com a Precisa Medicamentos. Então, isso é uma coisa que nós teremos que verificar.

Outra questão é do ponto de vista administrativo, que eu não acredito que possa incriminar alguém. Eu já tive empresa, todos aqui conhecem a vida empresarial: se a pessoa é dirigente de uma empresa, não há problema nenhum em explicar mais ou menos como funciona a empresa, desde que não seja incriminatório.

Eu quero lhe perguntar o seguinte: o senhor conhece um serviço chamado QuickCard?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO - Não me recordo, Sr. Senador. Serviço...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) - QuickCard é uma espécie de cartão de débito pré-pago. Você emite um QuickCard para alguém e essa pessoa usa aquele dinheiro como quiser.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou lhe perguntando isso, porque as suas empresas transferiram R\$6 milhões em 2020 para esse serviço chamado QuickCard. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Talvez isso seja incriminatório, não é?

É porque esse serviço aqui nos parece – no pouco que nós investigamos, aqui com o tempo que nos resta – que poderia ser usado num esquema de propinas não identificado, de distribuição de cartões.

O senhor, só para confirmar aqui – uma pergunta não incriminatória –, utiliza esse serviço? As suas empresas utilizam esse serviço usualmente, por exemplo, para pagar funcionários, bonificações, colaboradores eventuais? Isso é uma prática de transferência financeira usualmente empregada pelas suas empresas para pagar pessoas dentro da lei? O senhor tem conhecimento? Porque R\$6 milhões não é pouco dinheiro. Se é um hábito usar assim, tudo bem, mas se não é, ou é uma coisa escamoteada, é estranho. E, se não houver problema nenhum, já antecipo aqui que deveriam ser fornecidas a esta CPI as informações.

Sabe por que a importância disso, Presidente? Porque esse tipo de pagamento, Senador Humberto, não aparece na quebra de sigilo. Não aparece na quebra de sigilo, porque a empresa paga à empresa que emite o cartão, e alguém recebe o cartão e gasta como quiser. Então, o que aparece na quebra de sigilo é o pagamento à QuickCard. O que a gente precisa, Presidente, é ir mais adiante: a quem QuickCard pagou, ou quem recebeu os cartões da Quick Card, emitidos em nome das empresas? R\$6 milhões em 2020. Se isso é uma forma de remunerar funcionários, sem problemas. O senhor declina e diga: "Olha, isso é uma forma que eu uso para pagar funcionários e bonificar pessoas". Se não é, quem são essas pessoas? É do interesse nosso, porque pode ser uma inovação aqui, uma nova forma de pagar pessoas de forma escondida.

O que o senhor tem a dizer sobre isso? É algum hábito normal da empresa?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não. Eu não me recordo, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A empresa Generali, o senhor conhece?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Sim, conheço.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É uma empresa que ia fazer uma espécie de plano de saúde que incluía vacina, dentro daquela onda da vacina privada. Quase a gente cai nesse golpe, emitindo inclusive atos legais, na boa-fé. Nós, Senadora Soraya,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na boa-fé, acreditando que aquele movimento da vacina privada seria para liberar vagas para a vacina pública. E aqui está toda hora aparecendo motivos para que este processo aqui seja caracterizado claramente como uma coisa mal intencionada, para vender serviços, incluindo vacina.

Mas o que é interessante aqui é que a BSF, empresa sua, é que ia importar vacina para fazer esse plano de saúde da Generali. Como é que funcionava essa transação? Qual era a sua relação com Generali?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Precisamente.

BSF recebeu R\$26 milhões da Precisa entre setembro e fevereiro de 2021, e a Precisa recebeu da BSF, entre fevereiro e junho de 2021, R\$14 milhões de volta. Como é que funcionam essas empresas? O que uma paga à outra, exatamente?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Vou exercer o direito ao silêncio, Sr. Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sr. Presidente, para encerrar o dia de hoje, enfim – semana que vem não estarei aqui –, eu quero falar um pouquinho, para aproveitar o tempo que me sobrou, sobre a questão Consórcio Nordeste.

Eu estou cansado de ouvir aqui do Senador Girão, o Senador Marcos Rogério, essa fixação com o Consórcio Nordeste, Senador Humberto. Vamos acabar logo com isso dizendo o seguinte a quem está nos assistindo: não tem verba federal. Não é objeto da CPI, porque não tem verba federal. A tentativa de compra de respiradores foi frustrada por um golpe de quem ia vender. Foi denunciada pelo Consórcio Nordeste. O Ministério Público e a Justiça estão trabalhando no caso. Acabou. Estamos esperando o resultado da Justiça. Todos nós queremos que a Justiça resolva. O Consórcio Nordeste é uma entidade altamente respeitável.

Nove Governadores estão... Nove Estados estão envolvidos nesse consórcio. Pessoas extremamente sérias trabalhando ali com o objetivo não só de fazer compras coletivas, que economizam o dinheiro público, em geral, como de associar políticas públicas e bons exemplos e boas experiências. O Consórcio Nordeste tem hoje comissões que trabalham em agricultura familiar, em saúde pública, em educação, trocam ideias, trocam gestões, trabalham todos os dias.

Então, confirmar que esta fixação com o Consórcio Nordeste, essa questão de acusar, esse processo infimo e que está sendo tratado pelas devidas instâncias, só nos leva a lembrar o seguinte: essas compras, por parte de Governadores, Prefeitos, etc., aquela sangria desatada que teve que haver só tem uma e somente uma causa – a incompetência, a inércia, a incapacidade, e agora está provada, a deliberada



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuação do Governo em desfavor da coordenação dos esforços de compra de tudo, não só de respiradores, de testes, de APIs, de equipamentos hospitalares e, por fim, de vacinas. Falhou o Governo e, agora, sabe-se que deliberadamente, todos tiveram que procurar suas soluções, e agora cada um que investigue a sua instância. Acabou o assunto!

Só para deixar claro isso, porque já que a gente fala o tempo todo e isso parece que é um mantra.

Inclusive, os governistas deviam estar aqui para interrogar a pessoa que veio. Não veio nenhum, vieram falar aqui do Consórcio Nordeste de novo, batendo na mesa e tal.

Enfim, obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Jean.

Senadora Soraya, para concluir de fato, brevemente, por gentileza.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Uma pergunta que ficou incompleta.

Gostaria de saber quando foi que o senhor contratou o Sr. Newton Carneiro para trabalhar nas suas empresas?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Depoente.

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO (Para depor.) – Sra. Senadora, eu não me recordo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tem ideia mais ou menos de quanto tempo? Nem ideia? Três anos, quatro anos, cinco anos?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Eu vou checar e vou oficialar, informar a esta CPI, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, anotar se tudo que já foi prometido pelo depoente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tem... O senhor tem o costume de analisar a vida pregressa dos seus funcionários para contratá-los? Seus pretensos funcionários?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Quem faz essa seleção e contratação é o departamento de RH, mas creio que sim, Sra. Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tem... O senhor tem ideia da participação do Sr. Newton Carneiro como investigado e que chegou a ser preso na Operação Lava Jato?

Gostaria de saber... Não estou... Sei que ele é réu em um processo. Eu gostaria de saber se esse processo já finalizou, se ele foi declarado inocente ou se está em curso?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Não creio que tenha sido condenado ou que tenha terminado, não.

Não sei lhe responder.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor nem sabia que ele era réu num processo da Lava Jato?

O SR. FRANCISCO EMERSON MAXIMIANO – Honestamente, Sra. Senadora, quem define a contratação, como disse, é a área de recursos humanos.

Por óbvio, condenados e tal, deve haver uma política lá, eu não sei responder isso para a senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Interessante.

O seu silêncio... Conquanto seja um direito seu o silêncio, só queria finalizar, Presidente, dizendo que o seu silêncio hoje falou muito e falou alto. Ele norteia o nosso trabalho, não há como fugir disso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Soraya.

Eu queria só esclarecer a esta Comissão Parlamentar Inquérito, para que não restem dúvidas, quanto ao processo de votação feito no início da reunião deliberativa de hoje, foi rejeitado o requerimento de destaque feito pelo Senador Eduardo Girão, com 6 votos NÃO e 4 votos SIM, e, consequentemente, aprovados em globo os requerimentos destacados pelo Senador.

(Soa a campainha.)

Eu submeto à apreciação do Plenário... Eu submeto à apreciação do Plenário o afastamento do sigilo do documento 2.179, proveniente da Bharat Biotech.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está afastado o sigilo do documento 2.179, proveniente da empresa Bharat Biotech.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 45ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Quero convidar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para os depoimentos da semana que vem: na terça-feira, Sr. Emanuel Catori, da Belcher Farmacêutica; na quarta-feira, o Sr. Roberto Pereira Ramos Junior, do FIB Bank; na quinta-feira, o Sr. Francisco Araújo, ex-Secretário de Saúde do Distrito Federal.

Convido as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para o próximo depoimento, na terça-feira, do Sr. Emanuel Catori, às dez horas, aqui na sala de reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Francisco Emerson Maximiano, desejo boa sorte ao senhor. Agradeço o compartilhamento e o acompanhamento da dought defesa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada esta oitava da Comissão Parlamentar de Inquérito.

(Iniciada às 10 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 03 minutos.)



ATA DA 47ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLÊNÁRIO Nº 2.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Izalci Lucas, Nelsinho Trad e Soraya Thronicke, e ainda dos Senadores não membros Leila Barros, Eliziane Gama, Simone Tebet, Zenaide Maia, Daniella Ribeiro e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva Emanuel Catori.** **Finalidade:** Oitiva Sr. Emanuel Catori. Oitiva do Emanuel Catori, em atendimento ao requerimento 1394/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas!

Havendo número regimental, declaro aberta a 47ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações e omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se ao depoimento do Sr. Emanuel Ramalho, em atendimento aos Requerimentos nºs 986, de autoria do Senador Alessandro Vieira, e 1.394, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

Solicito que o depoente seja conduzido à mesa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, assim que V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Só um rápido pela ordem, Presidente, só para trazer uma informação que considero pertinente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Sr. Presidente, já se comentou aqui, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre o desenvolvimento, por parte da Pfizer, de um eventual medicamento oral, que estava sendo desenvolvido por aquela farmacêutica em relação à SARS-CoV-2, à covid-19. Já foi comentado nesta Comissão Parlamentar de Inquérito e, por conta de informações que nós entendemos que não estavam devidamente esclarecidas, nós aprovamos um requerimento de informações à farmacêutica.

Eu queria comunicar a V. Exa. a resposta por parte da farmacêutica neste momento a este requerimento de informações. Diz o seguinte:

Ao cumprimentá-lo respeitosamente, e conforme requerido, gostaríamos de compartilhar com V. Sa. informações sobre o andamento de um estudo para avaliar a segurança e a tolerabilidade de um medicamento antiviral para a SARS-CoV-2 que causa a COVID-19.

Trata-se de um medicamento oral – a molécula PF-07321332 –, um inibidor de protease SARS-CoV-2 que demonstrou, em estudos pré-clínicos, potente atividade antiviral *in vitro* contra SARS-CoV-2 e outros coronavírus, revelando possível importância no tratamento farmacológico da COVID-19, além de ameaças futuras do vírus.

Conforme disponível publicamente, em março de 2021, a Pfizer deu início a um estudo da Fase 1 em adultos saudáveis para avaliar a segurança, tolerabilidade e farmacocinética desse composto experimental.

Em julho de 2021, progredimos para o ensaio de Fase 2/3 para avaliar a eficácia e segurança de PF-07321332 em combinação com ritonavir em voluntários com diagnósticos confirmados de infecção por SARS-CoV-2 que apresentam risco aumentado de progressão para doença grave.

Agora eu quero destacar, Sr. Presidente, Sr. Relator, este parágrafo que a farmacêutica escreve:



Gostaríamos de esclarecer que o medicamento em estudo não apresenta qualquer semelhança com a hidroxicloroquina (utilizado como antimalárico para tratamento de algumas doenças reumatológicas), [com a] azitromicina ([que é um] antibiótico) ou [com a] ivermectina ([que é um] antiparasitário), ou seja, são compostos com estruturas químicas e mecanismos de ação totalmente diferentes.

Eu reitero o que diz aqui a farmacêutica: "são compostos com [...] mecanismos de ação totalmente diferentes".

Como o programa de desenvolvimento dessa molécula ainda está em fase de pesquisa e desenvolvimento, não é possível estimar neste momento quando esse medicamento seria submetido à análise das autoridades regulatórias. Agradecemos a atenção dispensada.

Então, Sr. Presidente, só para deixar claro este parágrafo dito pela farmacêutica Pfizer. Tudo bem, como o negacionismo não tem limites, eu sei que deverá haver alguns que vão advogar que isso é uma fala da Pfizer e deve fazer parte de uma conspiração globalista interplanetária, talvez com conexões em Marte, e talvez também com a participação de alguma internacional socialista. Obviamente, como o negacionismo, a imaginação do negacionismo não tem limites, isso pode ser argumentado. Mas, só para informar a todos que assistem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito: o medicamento desenvolvido pela Pfizer ainda está em desenvolvimento.

E reitero o parágrafo do que a Pfizer diz: não tem nenhum tipo de relação com a hidroxicloroquina, com a ivermectina, que, como muito bem disse em relação à ivermectina a agência sanitária norte-americana, nós não somos cavalo, nós não somos gado para utilizar o antiparasitário em relação à SARS-CoV-2. Isso não foi dito por mim, Sr. Presidente; foi dito pela agência sanitária norte-americana e, também, dito agora por esta carta da Pfizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, ela explica bem aí o que é um antiviral, diferente do que para o que serve a cloroquina, a ivermectina, que não tem nada a ver com tratamento de...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, a Pfizer se deu ao trabalho de destinar um parágrafo desta carta dizendo que o medicamento em estudo não tem nada a ver com a hidroxicloroquina. A Pfizer ainda teve o trabalho de dizer que a hidroxicloroquina é um antimalárico e para doenças reumatológicas. A Pfizer se deu ao trabalho ainda de dizer que a azitromicina é um antibiótico. E a Pfizer se deu ao trabalho ainda de dizer que a ivermectina é um antiparasitário. Mas – eu repito –, como a imaginação negacionista não tem limites, pode ser que ainda digam que essa carta da Pfizer é o resultado de uma conspiração globalista interplanetária.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu pediria a V. Exa., Senador Randolfe, que mantivesse isso em todas as sessões que ainda nos restam, para que, quando alguém, algum Senador ou algum depoente aqui levantar essa questão, V. Exa. possa já ter em mãos e ler até eles cansarem de ouvir e a população brasileira com certeza ser esclarecida, porque o objetivo desta CPI não é criminalizar, mas esclarecer o que foi feito com o povo brasileiro em relação a esse tratamento precoce.



24/08/2021

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, Presidente.

Inclusive, o requerimento, aliás, a resposta da farmacêutica, eu queria requisitar à Secretaria da CPI que disponibilizasse para todas as Sras. e os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

A Comissão tomou conhecimento da decisão liminar do Sr. Ministro Gilmar Mendes, no Habeas Corpus nº 205.606, nos seguintes termos:

[...] concedo a ordem de *habeas corpus*, para que a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia assegure ao paciente Emanuel Ramalho [...]: (i) o direito ao silêncio, isto é, de não responder a perguntas que possam, por qualquer forma, incriminá-lo, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não abrigados nesta cláusula; (ii) o direito a ser assistido por advogado ou advogada durante todo o depoimento; e (iii) o direito a ser inquirido com dignidade, urbanidade e respeito, ao qual, de resto, fazem jus todos depoentes, não podendo sofrer quaisquer constrangimentos físicos ou morais, em especial ameaças de prisão ou de processo, caso esteja atuando no exercício regular dos direitos acima explicitados.

Um dos pedidos formulados no *habeas corpus* foi o de que V. Sa. não fosse obrigado a firmar compromisso de dizer a verdade, pedido este que não foi deferido.

Nesse sentido, a V. Sa., quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, permanece a obrigação de firmar o compromisso de dizer a verdade.

V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Eu posso passar a palavra ao senhor por 15 minutos, caso deseje; se não, passarei ao Relator.

Fique à vontade. O senhor tem 15 minutos, se quiser se posicionar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, gostaria.

Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Exmos. Srs. Senadores Omar Aziz, Renan Calheiros, Presidente e Relator da CPI da Pandemia, recebam meus respeitosos cumprimentos. Em nome de V. Exas. cumprimento também todos os Senadores e Senadoras membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito desta Casa Legislativa do Congresso Nacional. Cumprimento, ainda, nominalmente, o Exmo. Sr. Senador Alessandro Vieira, bem como o Exmo. Sr. Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente da CPI, pela apresentação dos requerimentos de convocação que me deram a oportunidade de estar aqui para prestar os esclarecimentos.

Gostaria, em primeiro lugar, de me solidarizar com as famílias das mais de 575 mil vidas perdidas no Brasil por conta da pandemia do covid-19. Esta é uma triste realidade. Estou aqui para colaborar com as investigações, também em respeito a estas vidas e famílias.



Neste momento me assistem, com toda atenção, a minha própria família, meus pais, minha esposa e filhos. Portanto, eu falo aqui com a responsabilidade de estar olhando para os olhos de cada um deles, que são as pessoas que eu mais amo nesta vida e a quem eu nunca irei decepcionar, mas, sim, resguardar um legado de retidão.

Sras. e Srs. Senadores, a Belcher Farmacêutica foi a responsável legal e representante necessária do Laboratório CanSino para a vacina Convidecia no Brasil, no período de 19 de abril a 10 de junho de 2021. A Belcher nunca foi uma mera intermediária ou facilitadora da CanSino no Brasil para a interface junto aos órgãos públicos. Da mesma forma não era uma simples vendedora, muito menos uma atravessadora.

Começo destacando isto por entender que a utilização de alguns termos possa ser interpretada de forma pejorativa para o enquadramento funcional e atuação legal da nossa companhia. Assim, para que fique ainda mais claro, a Belcher era parceira institucional e técnica da CanSino no Brasil, tal como prevê a legislação brasileira, sendo responsável por assumir riscos farmacológicos e todas as obrigações legais e sanitárias relativas à vacina Convidecia, num contexto ainda mais complexo e arriscado da pandemia.

É importante dizer que, em 16 de junho, nós apresentamos a esta Comissão, tal como requerido, a V. Exas., informações detalhadas acerca da atuação da Belcher, com 11 conjuntos de documentos e 16 notas explicativas, inclusive para demonstrar as responsabilidades assumidas pela Belcher com a vacina Convidecia.

Gostaria de destacar que, além da legislação que disciplina a atuação de empresas estrangeiras no Brasil, no caso concreto das vacinas também há uma Resolução 475, de 2021, da Anvisa, a determinar que o pedido de autorização para o uso emergencial da vacina contra a covid-19 deve ser solicitado por uma empresa representante legal do produto no Brasil que atenda a todas as diretrizes técnicas e exigências regulatórias no nosso País. A representante também deve cumprir as determinações da Resolução da Anvisa nº 406, de 2020, ao assumir todas as obrigações legais e sanitárias relativas ao produto.

Estas são apenas algumas das amplas e complexas atribuições assumidas pela nossa companhia, que atua no Brasil há dez anos com o mesmo CNPJ, detém licenças e certificações da Anvisa e cumpre as diretrizes técnicas e exigências regulatórias.

A Belcher ainda tem uma história a zelar, cinco décadas de atividades nos Estados Unidos. Eu também tenho uma vida inteira dedicada à indústria farmacêutica, começando como estagiário, passando por mais de diversas áreas de departamentos até alcançar a presidência, a posição da presidência no Brasil. A representação da CanSino no Brasil trata-se, portanto, de um trabalho muito sério e profissional, não uma aventura.

Bom, a primeira comunicação formal da Belcher perante o Ministério da Saúde sobre a vacina Convidecia se deu de forma direta, a partir de um *e-mail* enviado ao órgão em 12 de maio de 2021, com as informações gerais sobre a vacina e as credenciais formais da Belcher com os poderes reais para exercer a regular representação da CanSino. A partir desse *e-mail* e após a análise dessas documentações, a Belcher foi recebida em uma reunião presencial no Ministério da Saúde em 19 de maio de 2021, inicialmente com a equipe técnica do departamento de imunização. Nesse 19 de maio, a representação da CanSino, da Belcher, já era pública e notória e destaque na imprensa, pois, no dia anterior, no dia 18 de maio, apresentamos à Anvisa o pedido de autorização para o uso emergencial da vacina Convidecia.

Após a primeira reunião com o ministério, a Belcher trocou *e-mails* com a equipe da Secretaria de Vigilância Sanitária e, posteriormente, participou de duas reuniões com o



Secretário-Executivo do órgão, o Sr. Rodrigo Cruz, nos dias 20 e 26 de maio. Todos esses fluxos de *e-mail* foram disponibilizados pela Belcher para esta CPI.

Dando continuidade à interface direta e formal com o Ministério, em 27 de maio, a Belcher realizou o protocolo eletrônico para solicitar ao órgão a emissão da carta de intenção, de acordo com as diretrizes repassadas pela CanSino.

Os documentos foram homologados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do Ministério da Saúde, e o processo seguiu o trâmite regular, até que, em 4 de junho, a carta de intenção foi apresentada.

O objetivo da carta de intenção era inaugurar um canal formal de tratativas da vacina Convidecia junto à CanSino. Na prática, a nossa interface com os órgãos se limitou a viabilizar esse documento. A Belcher não firmou contrato algum com o Ministério da Saúde, nem mesmo trocou minuta contratual de qualquer natureza. De fato, os órgãos apenas emitiram uma carta de intenção não vinculativa e com condicionantes, a exemplo da autorização regulatória junto à Anvisa de qualquer compromisso contratual e da entrega de 60 milhões de doses ainda em 2021, para reforçar o plano nacional de imunização, por se tratar da vacina com a tecnologia a ser aplicada de apenas, somente uma dose.

O Ministro Marcelo Queiroga chegou a informar sobre a possibilidade da vacina de uma dose na CanSino, quando esteve aqui, nesta CPI, no dia 8 de junho de 2021.

É importante destacar, no entanto, que, após a emissão da carta de intenção, sequer houve a primeira rodada comercial entre o Ministério da Saúde, a CanSino e a Belcher, ou seja, não houve nenhuma interface perante o órgão ministerial.

Em relação à Anvisa, a Belcher participou de duas reuniões técnicas antes de protocolar o pedido de autorização de uso emergencial: uma em 30 de abril e outra dia 10 de maio. A Belcher não participou das reuniões dos dias 8 e 15 de março com a Anvisa, até porque a representação formal da Belcher iniciou apenas em 19 de abril de 2021, a partir da expedição da carta de autorização expedida pela CanSino.

Ocorre que, dia 10 de junho, a CanSino revogou unilateralmente as credenciais da Belcher, alegando razões de *compliance*. A CanSino comunicou isso à Anvisa em 17 de junho; já a Anvisa informou ao ministério em 18 de junho, de modo que, desde então, a carta de intenção expedida pelo órgão automaticamente perdeu os seus efeitos.

Ainda assim, a Belcher reuniu-se com a Anvisa mais uma vez, em 21 de junho. Na oportunidade, solicitamos o prazo para nos manifestarmos sobre a decisão unilateral da CanSino, na tratativa de evitar descontinuidade regulatória que pudesse impactar negativamente o acesso do Brasil à vacina Convidecia. Afinal, o pedido emergencial continuava em análise, aguardando o cumprimento de diligências pela CanSino.

A Belcher, desde o início, empenhou esforços e cumpriu todas as suas obrigações. Em 28 de junho, a Anvisa decidiu pelo encerramento do processo em razões de descredenciamento legal da Belcher. O encerramento se deu sem avaliação do mérito do pedido de uso emergencial, já que foi interrompido ainda em fase de diligências.

Até hoje, apesar do importante mercado brasileiro interessar a qualquer empresa estrangeira, não há notícias de que a CanSino tenha retomado a interface com a Anvisa nem dado continuidade às tratativas com o Ministério da Saúde.

Nós apresentamos a esta CPI um conjunto de certidões negativas para demonstrar o *status* regular da Belcher. Não existe impedimento técnico ou razões efetivas de embaralhar a atuação da nossa companhia no Brasil. Esses e outros documentos são de conhecimento da CanSino, disponibilizados no período prévio de *due diligence*. A Belcher não reconhece as alegações de *compliance* em prejuízo à nossa companhia. Por isso nossos advogados



estão avaliando acerca da possibilidade ou não da judicialização da descontinuidade unilateral promovida pela CanSino.

Bom, para dinamizar as informações, apresentamos a esta CPI um quadro analítico com a linha de tempo das principais datas relacionadas à representação do Brasil da CanSino, caso a consulta seja do interesse de algum dos senhores ou senhoras.

Agora, eu gostaria de esclarecer outros fatos relevantes, para que não haja conflito com procedimentos relacionados à vacina Convidecia, da CanSino. Explicarei, a seguir, o contexto que envolve a mim, a Belcher e os empresários Luciano Hang, Carlos Wizard e Alan Eccel.

Entre fevereiro e março de 2021, a Belcher foi convidada para contribuir tecnicamente com um grupo de empresários interessados a doar vacinas, insumos e equipamentos ao SUS e a reforçar o Programa Nacional de Imunizações. O objetivo era humanitário, e, pessoalmente, sempre fui muito sensível a essas causas. Nesse período, inclusive, a Belcher estava empenhada em destinar doações ao Estado do Amazonas, que enfrentava o período mais grave da crise sanitária no Brasil.

Nesse contexto, eu fui convidado a participar, em 17 de março, de uma *live* com os empresários Luciano Hang, Carlos Wizard e Alan Eccel. Em pouco mais de 30 minutos de conversa, realizei apenas duas pequenas intervenções, que, somadas, não chegam nem a um minuto. Falei sobre os esforços que estavam em andamento na tratativa de viabilizar a doação de vacinas ao Brasil, em termos da Lei 14.125, de 2021. Inclusive, nem eu nem a Belcher realizamos atos para que o Congresso alterasse essa lei.

Bom, a partir de algumas conexões internacionais, conseguimos a interface com o laboratório Sinovac, com o qual se aventou a possibilidade de aquisições de 9 milhões de doses de vacinas prontas da CoronaVac. Essas doses seriam adquiridas pelo grupo de empresários e integralmente doadas sem fins comerciais.

Portanto, protocolamos, nos dias 22 e 30 de março, dois pedidos de autorização de importação de doses prontas para fins estritos de doação. Ambos os pedidos foram homologados no SEI, do Ministério da Saúde, e seguiram o trâmite regular no âmbito do órgão. Os documentos protocolados consignavam expressamente que "os imunizantes serão doados integralmente aos SUS para serem utilizados no PNI, nos estritos termos da Lei 14.125, de 2021", ou seja, haveria a doação da integralidade das doses até que fossem vacinados todos os grupos prioritários e de 50% após essa fase, destinando a outra metade para a vacinação, também gratuita, dos colaboradores das empresas envolvidas na ação.

Em 6 de abril, a Belcher foi notificada por despacho do ministério, declarando que "não se vislumbra óbice em procedimento de aquisição, desde que se concretize negociação tanto com a Sinovac quanto com o Instituto Vital Brazil". No despacho...

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Butantan!

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa! É o Instituto Butantan.

O despacho destacou ainda: "A empresa [no caso, a Belcher] se compromete a realizar a doação integral ao SUS para utilização no PNI".

Naquela fase, desconhecíamos a relação de exclusividade existente entre a Sinovac e o Instituto Butantan para a disponibilização da CoronaVac no Brasil.

A Sinovac, na interação preliminar, apenas nos teria exigido conhecimento prévio do ministério e da Embaixada da China. Por isso, em 12 de abril, a Belcher solicitou uma audiência ao corpo diplomático chinês para tratar da pretensão de doações das vacinas.

Em 14 de abril, participamos na agenda com a Embaixada da China, que, de forma semelhante ao ministério, recomendou a interface com o Instituto Butantan a referendar a pretensão de doações das doses da vacina CoronaVac.



A reunião com o Instituto Butantan acabou não ocorrendo, e os procedimentos de doação não foram concretizados.

Antes disso, em 13 de abril, a Belcher participou de uma reunião presencial com o Secretário-Executivo do ministério, Rodrigo Cruz, a abordar única e exclusivamente sobre a pretensão das doações. Nesse dia, o empresário Alan Eccel participou da agenda. Nessa data, reitero, a Belcher não era representante da CanSino no Brasil.

Tudo isso para esclarecer o contexto que envolve a Belcher e os empresários Luciano Hang, Carlos Wizard e o Alan. Esse está exclusivamente relacionado à tratativa de doações de doses da vacina CoronaVac importadas e prontas. Não há qualquer relação da Convidecia com os referidos empresários.

Da mesma forma, não houve interferência dos empresários Luciano Hang ou Carlos Wizard com a interface institucional realizada pela Belcher junto ao ministério sobre a vacina Convidecia.

Não há também relação societária, formal ou informal, entre a Belcher e os empresários Luciano Hang e Carlos Wizard e qualquer de suas empresas e representantes. Não há qualquer relação ou interesse comercial dos referidos empresários na representação no Brasil da CanSino.

Bom, para dinamizar as informações, também apresentamos a esta CPI um quadro analítico com a linha de tempo das principais datas relacionadas ao contexto de doações e a relação da Belcher com os referidos empresários, caso o conjunto seja de interesse dos senhores e senhoras.

Há outra questão que preciso esclarecer nesta oportunidade: há relatos de que o Ministro Marcelo Queiroga teria... Há outra questão que preciso esclarecer nesta oportunidade: há relatos de que o Ministro Marcelo Queiroga teria me recebido dia 15 de abril na qualidade de representante da CanSino, acompanhado do Deputado Ricardo Barros, sem registro na agenda. Essa informação não é verdadeira. Reitero que a Belcher não representava a CanSino nessa data. A Belcher obteve a carta de autorização da Anvisa apenas em... a carta de alteração da CanSino apenas dia 19 de abril. A primeira interface da Belcher com o Ministério da Saúde sobre a vacina Convidecia se deu a partir do *e-mail* enviado pela Belcher em 12 de maio, viabilizando a reunião presencial em 19 de maio.

Estou concluindo, tá? Mais uns dois minutinhos.

Em 15 de abril, eu participei de uma audiência coletiva no ministério promovida pela Frente Parlamentar de Medicamentos, que é presidida pelo Deputado Ricardo Barros. Na reunião, havia outras seis empresas, e não tratava de vacinas, muito menos da Convidecia.

A audiência foi registrada pelo ministério, com publicação e fotos no *flickr* do órgão, deixando clara a imagem dos participantes da agenda coletiva, cujos nomes, funções e empresas foram formalizados e são de conhecimento do órgão ministerial. Não se tratou, portanto, de uma agenda às escuras e sem registros sobre a vacina Convidecia. Como disse e reitero, era impossível estar a tratar sobre a CanSino nessa audiência coletiva, pois sequer a Belcher tinha as credenciais e poderes de representação expedidos pela CanSino nessa data.

O Deputado Ricardo Barros não participou da reunião sobre a vacina Convidecia no ministério, tampouco fez gestões com órgãos nesse sentido. Não há vínculo comercial ou societário direto ou indireto da Belcher e seus sócios com o referido Parlamentar.

Afirmo categoricamente que toda a atuação e interface institucional da Belcher perante o poder público e suas parceiras nacionais e internacionais privadas se deu, como sempre se dá, com boa-fé, de forma totalmente ética, técnica, profissional e regular. Por isso, com total transparência, aqui estou a colaborar com esta CPI.



Muito obrigado a todos e a todas e continuo à disposição dos Srs. e Sras. Senadores. Gostaria de disponibilizar um programa... (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Essa reunião que o senhor teve com Carlos Wizard, Luciano Hang e Alan... Quem é Alan?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – O Alan é o sobrinho do Luciano Hang. Ele não trabalha na Havan. Ele está no ramo de importação há muitos anos e ele não tem vínculo algum com a Havan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa reunião foi quando, hein?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A reunião com eles foi uma *live*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Dia 13 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eles queriam comprar vacina e...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para fazer doações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doações.

Você sabe dizer o que que o Carlos Wizard doou nessa pandemia toda?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, né? Também queria saber, mas ele veio aqui e não respondia. Ele ficava calado. Ele só ria. Ele ria das mortes... Ele é um bom cidadão, né? Doador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Generoso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Generoso...

Teve nego aqui que disse que ele era herói, que ele tinha que... Que nós tínhamos que fazer uma estátua, não é? Foi proposta aí uma estátua para ele.

Ele faz uma reunião querendo doar... Hum... É um brincante...

Vou passar a palavra para o Senador Renan Calheiros.

Antes, eu quero comunicar aos Senadores que o Ministro Lewandowski proferiu uma decisão a favor, recomendando à CPI e determinando a mim que tomasse providências em relação a vazamento de documentos.

Todos os Senadores vão poder ter acesso aos documentos que quiserem; só vão ter que assinar, porque, como eu não terei acesso a nenhum desses documentos, se vazarem algum documento, estará lá a assinatura do Senador e ele será responsabilizado – ele ou eles que tiverem acesso. Não está cerceado a Senador ter acesso aos documentos, só que nós temos que tomar algumas providências, porque houve reclamações aqui dos próprios Senadores de vazamento de documento. Então, eu até para me preservar... Porque depois eu serei responsável pelo vazamento de documentos aos quais, às vezes, eu não tenho nem acesso e dos quais nem procuro saber – desses documentos. E, geralmente, quem tem acesso a esses documentos é aquele que faz o requerimento. Então, nós tivemos aí... Tomamos umas providências, falei com o Secretário, para que a gente possa preservar a credibilidade da CPI e, principalmente, cumprir com a determinação do Supremo Tribunal Federal, que recomenda e determina que nós tenhamos cuidados para não vazarem documentos sigilosos. Então, por isso que foi feito esse comunicado aos Srs. Senadores que compõem a CPI da covid.

Só para vocês terem uma ideia, somos 18 Senadores – 11 titulares e 7 suplentes –, fora assessores que estão cadastrados. Então, é um número bastante significativo de pessoas que podem ter acesso a esses documentos. E, depois, a responsabilidade será sempre minha.



Houve, por parte da Polícia Federal, uma abertura de uma investigação não contra o Senado, mas de vazamento de documentos; segundo o Dr. Paulo, Diretor-Geral da Polícia, não era específica contra o Senado. Assim mesmo, eu, o Senador Randolfe, que é Vice-Presidente, e o Relator, Senador Renan Calheiros, entramos com um pedido dentro do Supremo, um *habeas corpus*, para que fosse trancado. Por quê? O Senador, para ser investigado, não pode começar pela Polícia Federal, tem que ter autorização do Supremo Tribunal. O Ministro Fachin entendeu que não havia esse pedido. Ele não deu o *habeas corpus*, porque não tem o pedido de investigação e, segundo o entendimento, segundo a Polícia Federal, não tem essa investigação ainda. Se houver o pedido, aí sim será analisado isso. Foi o que eu entendi da decisão do Ministro Fachin. E, como eu cumpro decisão judicial – posso até não concordar, mas eu me curvo às decisões judiciais, como tenho me curvado aqui às decisões judiciais –, por isso eu queria fazer esse comunicado aos Srs. Senadores que compõem esta CPI.

Pois não, Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria fazer uso da palavra nesse momento apenas para fazer um registro em relação justamente a essa decisão de V. Exa. Eu, inclusive, ingressei com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal acerca desse fato, que é muito grave e que dificulta o trabalho dos membros da CPI.

A decisão que foi encaminhada aos gabinetes não vai na direção do que V. Exa. acaba de afirmar – a não ser que tenha uma nova decisão, porque a que está aqui está dizendo que o acesso estava interrompido naquele momento e, num segundo momento, seria restabelecido com restrição. Como é que seria essa restrição? O acesso aos documentos que vieram por requerimento do Senador solicitante, ou seja, eu não teria acesso a documentos que foram solicitados por algum membro da oposição, por exemplo. Essa é a regra que estava estabelecida. Eu não sei se houve mudança nesse sentido. Então...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O sentido que foi dado, Senador, é que quem agora for ter acesso vai ter que colocar o nome dele lá, e aí...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso já fica registrado hoje pelo sistema.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Não, aí é complicado, porque, senão o Presidente desta Comissão é que será responsabilizado pelo vazamento. E aí não é justo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou fazer uma fala em cima desse assunto, Sr. Presidente, e, no final, queria lhe sugerir uma reunião do Colegiado, uma reunião administrativa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema nenhuma. A gente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... porque aí a gente vai ter que falar de situações, entre nós, para tentar organizar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, longe de mim querer cercar a informação de Senador – longe de mim. Só que eu tenho que ter as precauções necessárias porque, depois, a CPI acaba e vão me responsabilizar por coisas que eu não fiz. E eu não estou aqui para ser babá de ninguém. Cada um tem que ter as suas responsabilidades.

Então, se V. Exa. tiver acesso a todo... Pode ter acesso a qualquer documento de pedido de informação que chegue aqui, quebra de sigilo, o que for... O senhor tem esse



24/08/2021

direito, isso daí não é favor, não, é direito que o senhor tem, como membro da CPI. Qualquer membro titular ou suplente tem esse direito, está certo? Não é favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qualquer coisa fora disso é obstrução de investigação legítima.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não existe fora disso. O que existe é uma preocupação em que o Senador ou o assessor do Senador que tiver acesso a esse documento fique estabelecido, porque, depois, se vier alguma coisa... "Não, quem teve acesso a esse documento foi fulano, sicrano e beltrano. Vão investigá-los porque eu não tenho nada a ver com isso". Se não, todo o ônus de vazamento vem para cima de mim, como se eu tivesse... Como é que eu posso fiscalizar 18 membros da CPI mais três, quatro assessores de cada Senador? Isso vai para mais de 50 pessoas que têm acesso. Como é que eu vou...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... me responsabilizar por vazamento?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu concordo com V. Exa., mas uma simples verificação no sistema de acesso da CPI já permitiria a V. Exa. identificar situações que ocorreram aqui e que são absolutamente graves.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, sim... Eu já mandei fazer isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E esse dever de casa eu já fiz, então é possível saber.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque você sabe quem ingressou, como ingressou, quando ingressou. Então, documentos foram vazados aqui e é absolutamente identificável o vazamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas eu queria fazer essa ponderação, pedindo V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ótimo! Até V. Exa. me ajuda a não ser responsabilizado por algo que eu não fiz.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, a cobrança a V. Exa. é em razão de ser Presidente, mas não que V. Exa. tenha dado causa ao vazamento. Agora, algo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E aí tem pessoas que se utilizam disso para criar uma narrativa mentirosa, passam uma informação mentirosa, e a única preocupação que nós estamos tendo aqui é manter sigilo de documentos sigilosos. Não há como você soltar documentos de uma forma irresponsável, e passa como se fosse uma verdade absoluta, e não é – não é.

Então, eu, pessoalmente, tive que tomar esse cuidado para que eu não possa também passar a vida toda respondendo pelos outros, não é, Senador Marco Rogério?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu cumprimento V. Exa. e espero que haja uma definição possivelmente em relação...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente...



24/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós podemos fazer essa reunião... Eu não sei se amanhã nós retornaremos à CCJ; se não, nós podemos fazer uma reunião e definir...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que é prudente, Sr. Presidente.

Apenas uma informação para que todos tenham conhecimento: essa decisão a prevalecer, nos termos que foram definidos no final de semana, criaria uma dificuldade absolutamente intransponível para os membros da base do Governo e independentes para se pensar numa investigação minimamente isenta, dentro do campo de visão que nós temos. Porque o jogo aqui está muito claro: quem tem maioria vota, delibera os requerimentos que quer deliberar, convoca quem quer convocar. Isso está muito claro aqui.

Só para se ter uma ideia, em termos de requerimentos, Senador Girão, nós tivemos aqui... A Oposição apresentou 1.105 requerimentos, restando apenas 222 requerimentos não apreciados, ou seja, cerca de 20% dos requerimentos apresentados pela Oposição não foram deliberados.

Os Senadores da base e independentes apresentaram 233 requerimentos, restando 134 requerimentos não apreciados, cerca de 60% do total apresentado pelo Governo e independentes. Aqui está claro. Então, se nós tivermos impedido o acesso a esses documentos que têm provas, evidências e que podem colaborar eventualmente com voto em separado, isso seria obviamente uma obstrução à regular investigação e ao pleno exercício parlamentar no âmbito da CPI.

Então, acho que é importante a gente fazer essa reunião, preserva V. Exa., mas preserva sobretudo o papel de cada Senador. E, caso V. Exa. queira fazer internamente – aí é uma questão de V. Exa. – um levantamento do que houve e como houve, as ferramentas de TI estão aí à disposição para colaborar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado pela colaboração, Senador Marcos Rogério. É importante todos darem opinião de como nós devemos proceder.

Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, no mesmo sentido do colega Marcos Rogério, eu acho que V. Exa. já definiu que esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai posteriormente deliberar sobre o procedimento de acesso aos documentos, mas eu queria só em...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que nós estamos sendo atacados...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existe essa suspeita, Presidente. Existe essa suspeita... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem que dar uma olhada se não é o Supremo que está sendo bombardeado ali.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Existe essa suspeita, me parece que é bala de canhão, Presidente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – São bombas. Meu Deus!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, Presidente, no sentido que foi colocado aqui pelo Senador Marcos Rogério, V. Exa. já definiu que posteriormente nós vamos reunir a direção da CPI e os demais colegas para organizar a forma de acesso à documentação. Então, por conta disso, eu queria só, até em



24/08/2021

sua defesa... Acompanhei a decisão de V. Exa. no final de semana, e V. Exa. tomou uma decisão inclusive à luz de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Veja, houve uma decisão do Ministro Ricardo Lewandowski que determinou à direção desta CPI e a V. Exa., como autoridade coautora, que estabelecesse, abre aspas – na decisão do Ministro Lewandowski assim está: critérios mais rígidos de acesso aos documentos sigilosos. Como nós não chegamos a deliberar sobre esses critérios mais rígidos quais seriam, V. Exa. tomou a medida que cabia ser tomada no final de semana. Agora, é óbvio que nós temos que organizar – e aí concordo com o Senador Marcos Rogério –, temos que organizar o procedimento de acesso, à luz do que já foi dito pelo Ministro Ricardo Lewandowski e também pelo Ministro Edson Fachin em relação ao acesso de documentos que estão nesta CPI.

Então, só para ajustarmos nesses termos, eu acredito, Sr. Presidente, que seria de bom-tom, para não ter prejuízo para ninguém: 1 - obviamente, o primeiro responsável pelos documentos é aquele autor do requerimento de acesso àqueles documentos; 2 - nós poderíamos organizar, e aí é minha sugestão de normatização, que todos os documentos, por óbvio, estão acessíveis a todos os membros efetivos e suplentes desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Para dar a segurança necessária, poderia credenciar um sistema, no âmbito da Secretaria da CPI, em que os colegas que necessitassem ou precisassem de algum documento requisitassem de imediato, ato contínuo, automaticamente, da Secretaria para ter acesso. Eu acredito que isso seria um procedimento em que V. Exa. não deixaria de cumprir a recomendação feita pelo Ministro Ricardo Lewandowski – e eu quero aqui destacar que houve uma recomendação feita pelo Ministro Ricardo Lewandowski – e, ao mesmo tempo, não inibirá o que é necessário para a investigação, o acesso a todos os documentos por parte dos membros efetivos e suplentes da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Só para registrar, Senador, já falei na semana passada e repito agora, a reclamação que eu já encaminhei primeiro à *Folha de S. Paulo* pela matéria que soltaram a meu respeito e, segundo, a mesma reclamação à Polícia Federal pra investigar e ao próprio Supremo Tribunal Federal. Eu fui vítima desse vazamento. O.k.? Não tenho nada a esconder de nada. Tudo que eu faço é às claras, aberto. Só pra registrar mais uma vez o que eu já falei na semana passada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu quero cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Omar Aziz, pelo rígido critério que adota em respeito à legislação com relação ao acesso de membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito a dados sigilosos.

Hoje mesmo, Sr. Presidente, a CGU decidiu mandar o Exército liberar, em 20 dias, as informações com relação ao sigilo de cem anos colocado em função da participação do General Pazuello, ex-Ministro da Saúde, em evento político ao lado do Presidente da República. O Presidente da República está sendo acusado de ter vazado informações sigilosas e responde por isso perante o Supremo Tribunal Federal.

Eu cumprimento V. Exa. Para que amanhã nós não incorramos no mesmo problema, de forma nenhuma poderemos ter o Presidente da República como exemplo para esses



24/08/2021

casos, uma vez que bom senso e retidão no cumprimento da lei não combinam com o Presidente da República na mesma frase.

Eu passo diretamente às perguntas ao Sr. Emanuel Ramalho Catori.

A Belcher Farmacêutica tem contratos com entidades públicas nos níveis municipal, estadual e federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Atualmente somente municipais e estaduais, e tem um contrato em vigência do ministério federal, que é do ministério da saúde indígena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não teve anteriormente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Teve. Nós tivemos um... Não, não. Não tivemos, ministério não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em pesquisa realizada no Portal da Transparência do Governo Federal, há vários documentos de empenho e liquidação feitos em favor da Belcher Farmacêutica do Brasil. Queria...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Atualmente, nós temos alguns em andamento, mas nós tivemos algum... Eu não posso, não tenho claro aqui todos que são, mas nós já tivemos, sim. Precisamente, a gente tem um em vigência agora do ministério da saúde indígena.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não perguntei agora, eu perguntei se a Belcher tem contratos com entidades ou teve contratos com entidades.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tivemos e temos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque são muitos os registros no Portal da Transparência, diferentemente do que coloca V. Sa.

Com quais governos a Belcher mantém contrato? E qual é o objeto desses contratos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A maioria dos objetos desses contratos são produtos para a saúde, como aventais, toucas, propés, máscaras, termômetros... É... E eu não lembro agora, não posso... Posso providenciar todas as informações, todos os contratos que nós temos vigentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas poderia V. Exa. especificar quais contratos de fornecimento possui a Belcher Farmacêutica especificamente com o Governo Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com o Governo Federal?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, com o Governo Federal.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A Secretaria Especial do Ministério da... Indígena, nós temos um vigente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando e como começaram os contatos entre a Belcher Farmacêutica e a empresa chinesa CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós temos um grande parceiro estrangeiro, da Rússia, um laboratório privado, onde inclusive ele... Ele que produziu os estudos clínicos para a CanSino, e ele foi o principal... Ele foi o laboratório que nos indicou, pela parceria que nós já temos aqui no Brasil com eles.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço, por favor, Izabelle, para colocar o vídeo 3.



(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... na primeira vinda dele aqui. Esse é um registro que nós temos da primeira vinda do Ministro Queiroga, Ministro da Saúde, aqui à Comissão Parlamentar de Inquérito. E deu, em resposta a uma pergunta feita pelo Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, com relação às tratativas com a Belcher e com outros laboratórios, e fez questão de afirmar que essas tratativas continuavam em aberto.

Em função disso, eu queria perguntar algumas coisas ao Sr. Emanuel Ramalho Catori.

V. Sa. pode fazer um relato cronológico detalhado de como foram as negociações iniciais com a CanSino, chegando até à assinatura do acordo de intenção de compra da vacina Convidecia pelo Ministério da Saúde com a Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Conforme apresentei o cronograma para todos os Srs. Senadores e Senadoras, no dia 06/04, a CanSino e a Belcher estabelecem um termo de confidencialidade; no dia 19/04, a CanSino estabelece a carta de autorização à Belcher Farmacêutica para representação legal no Brasil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 06/04, estabelece um termo de confidencialidade?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Quando foi o encontro da Belcher com o Ministro, com a participação do Deputado Ricardo Barros, Líder do Governo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No dia 15... Dia 15 de abril.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mas nós não éramos representante legal, não poderia falar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, já tinha assinado o contrato de confidencialidade.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não era um contrato. Era um termo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. acabou de citar isso aqui.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Era uma carta de confidencialidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, a carta de confidencialidade.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Que não é um contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, não é um contrato, mas já o coloca na questão sobre a qual iria tratar com o ministro, que disse que as negociações estavam em aberto, inclusive com a presença do Deputado Ricardo Barros na audiência, do Líder do Governo. Aliás, a audiência tinha sido marcada para ele e ele, adicionalmente, levou V. Sa. É uma contradição muito grande no início do depoimento. É importante que todos prestem atenção nessas contradições. Nós temos um envolvimento muito sério, a repetição do *modus operandi* da aquisição de vacinas pelo Governo Federal, que recusou contatos com a Pfizer, com a OMS, com o Butantan, enquanto priorizou atravessadores como a Belcher, que foi, inclusive, descredenciada pela farmacêutica.



24/08/2021

E V. Exa... V. Sa. permita-me dizer, começa muito mal o seu depoimento, com óbvias contradições e tentando passar a ideia de que o encontro com Ricardo Barros não poderia ter tratado dessa questão porque essa questão não tinha sido ainda tratada, uma vez que que a farmacêutica CanSino não havia credenciado a Belcher para tratar do assunto, e não é verdade. Já havia uma carta de confidencialidade.

Eu advirto a Comissão Parlamentar de Inquérito e advirto o Presidente com relação à continuidade dessas informações inexatas que estão sendo prestadas aqui pelo depoente.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com todo o respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, se puder seguir, chegando até a assinatura do acordo de intenção de compra da vacina Convidecia pelo Ministério da Saúde.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com todo o respeito, Excelência, não tem nenhuma contradição. Quando a gente assina uma carta de... estabelecemos um termo de confidencialidade, em nenhum momento a gente pode falar em nome da vacina, enquanto nós não recebemos a autorização. E nesta reunião sequer a gente falou uma palavra sobre a vacina. Foi uma reunião coletiva, onde tinha diversas outras empresas, não somente eu. E em nenhum momento... Eu reitero: nós não falamos nenhuma palavra sobre a vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como se deu aproximação da Belcher com a CanSino e quais foram seus facilitadores?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós tivemos... Nós temos uma parceria com um laboratório russo, privado. A gente já tem uma parceria de longa data, com um bom relacionamento, que já vem de alguns anos. Eles são representantes, digo, eles que fizeram todo o estudo clínico na Rússia desse laboratório. Com a nossa parceria, de privado pra privado, eles nos indicaram aqui no Brasil. Não teve nenhuma interferência política.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que V. Sa. foi levado ao Ministério da Saúde pelo Líder do Governo Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Bem, eu não fui levado. Por ele ser Presidente da Frente Parlamentar dos Medicamentos, ele atende todas as...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Doutores, se falarem mais uma vez como ele deve responder, eu vou pedir pra vocês dois se afastarem bastante dele.

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem questão...

Só para dizer uma coisa, V. Sa. respondeu: "Não foi levado". Eu ouvi bem, eu ouço bem.

O senhor respondeu antes dele: "Não fui levado".

Quando o Senador Renan ali faz a pergunta, o senhor responde por ele.

O senhor não está aqui para responder por ele, o senhor está aqui para auxiliar, mas falar por ele, aí não. Aí não pode doutor, o senhor sabe que não pode, o senhor conhece até melhor do que eu a lei.

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pode ser assistido por advogado e vocês também sentaram bem pertinho dele aí, eu não falei nada, mas eu pediria aos senhores que a gente cumprisse a regra que é para os outros. Quando ele tiver alguma dúvida, ele pode consultá-los.

Agora, o senhor responder por ele, por favor. Eu vou pedir para os senhores, por favor, não responderem por ele, está bom?



24/08/2021

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Está bem, Sr. Presidente.

É a interpretação de V. Exa., mas, de todo modo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, é a interpretação não, o senhor, por favor...

Dr. Emanuel, o senhor pode se levantar e ele senta aí e responde, se for assim...

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Não, não é o caso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o caso, doutor. Só estou dizendo para o senhor, o senhor pode ficar aí, caso ele tenha dúvida...

Olha, ele pode consultar: "Isso aí me incrimina?" E o senhor vai dizer: "Incrimina, não responde." Ele vai dizer: "Olha, eu me reservo ao direito de ficar calado."

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é o normal, agora, o senhor responder por ele, em lugar nenhum é feito isso.

Se eu for numa delegacia de polícia, o delegado for lá perguntar para pessoa que está ali e o advogado se meter na resposta, aí isso não vai funcionar.

Isso aqui é uma... Está fazendo as perguntas a ele.

Eu só estou pedindo, com educação, para o senhor, se ele tiver alguma dúvida, ele pode consultar o senhor, não vou me opor.

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está certo?

Agora, o senhor responder por ele, aí fica difícil para mim aqui estar ouvindo, só isso.

O SR. MICHEL SALIBA OLIVEIRA – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu perguntei ao depoente como se deu a aproximação da Belcher Farmacêutica com a CanSino e quais foram seus facilitadores?

O depoente respondeu – só para avivar a memória de todos – que o facilitador empresarial foi uma empresa russa. Como é o nome dessa empresa? Um laboratório russo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Excelência, por não... Eu vou manter o meu direito de ficar em silêncio para não expor parceiro estrangeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Sa. já havia respondido à questão, tratou exatamente da questão dessa empresa.

No campo político, além do Ricardo Barros, Líder do Governo, quem foi o facilitador desses contatos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Novamente eu reitero, nós não tivemos nenhum facilitador político.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só uma questão, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – V. Exa. respondeu ao Senador Renan que não foi levado ao Ministério da Saúde, que tinha uma audiência. Essa audiência foi marcada... O senhor marcou diretamente com o ministro ou foi alguém que marcou pelo senhor?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Foi uma audiência pública que o Deputado Ricardo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, audiência pública, não. Ele estava lá no gabinete do ministro, não é audiência pública.



24/08/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A audiência foi marcada pelo Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A audiência pública é num...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A audiência foi reservada para o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... dentro do gabinete.

A reunião que eu vi é dentro de um gabinete, não é uma audiência pública, é num gabinete.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou lhe perguntando...

A pergunta é, se não lhe compromete em absolutamente nada, o senhor marcou com o ministro, o ministro o convidou ou quem marcou para o senhor ir lá?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O Deputado Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, foi o Deputado Ricardo Barros que o levou lá.

O senhor disse: "Não fui levado". Então, se foi ele que marcou, foi ele que lhe levou.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o facilitador político.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Perguntei: Tinham outros facilitadores? Existem outros facilitadores, além do Deputado Ricardo Barros, já comprovado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com todo o respeito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. utilizou a própria audiência marcada por ele, depois de ter feito uma carta de confidencialidade com a CanSino; portanto, já devidamente informado da disponibilidade de vacinas, tal, tal.

Esse contrato não se firmou porque a Belcher foi descredenciada...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para você ter uma ideia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por questão de *compliance*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para você ter uma ideia, Sr. Emanuel, doutores, olhem à vontade como está o Ministro Ricardo Barros. É o próprio ministro ali, sem paletó, se sentindo em casa, não é? "Quem manda aqui sou eu". Aí tira o paletó numa audiência com o ministro – todos vocês com paletó –, e ele se sentindo como se estivesse... Ali quem manda é ele, está vendo? O que está mostrado ali o seguinte: ali, ocasionalmente, o Queiroga está sentado ali, na ponta da mesa, mas quem está ali, à vontade, como se estivesse na própria casa, é o Sr. Deputado Ricardo Barros, que tira o paletó. E, ao lado dele, não é empresário; que eu saiba é um Prefeito. O senhor está do outro lado. É um Prefeito.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se era uma reunião com empresários, o que esse Prefeito está fazendo aí?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu queria lembrar outra coisa, porque, quando o Dr. Deputado Ricardo Barros esteve aqui... Para ajudar V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor, Humberto.



O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Quando foi perguntado, ele disse que tinha levado V. Sa. para apresentar um remédio, um antiviral. Está lembrado disso? Até V. Exa. disse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Mas o senhor acha correto um Deputado estar levando um empresário para vender antiviral?

Esse foi um fato.

O segundo fato: essa reunião foi marcada por ele, como se ele fosse sozinho, e ele trouxe esse pessoal todo.

Terceiro fato: essa reunião não tem ata. A gente só sabe que houve essa reunião porque a divulgação do Ministério da Saúde publicou essa foto.

Então, na verdade, essa foi uma reunião marcada pelo Dr. Ricardo Barros, que foi tratar de vários assuntos; entre eles, esse medicamento viral. Depois eu vou perguntar a V. Sa. se foi isso mesmo, porque foi o que ele disse aqui.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa fotografia é uma fotografia de corpo inteiro, do estilo, do *modus operandi* do Governo, que, enquanto recusava os contatos com a Pfizer, com o Butantan, com a OMS, preferia priorizar a Belcher, a Davati, o Domingueti, o Ricardo Barros. É por isso que nós chegamos a essa situação no Brasil, enquanto os brasileiros morriam e continuam a morrer.

Quais seriam, Sr. Emanuel Ramalho, especificamente, as responsabilidades da Belcher nessa intermediação da venda de vacina Convidecia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Todas as responsabilidades. Nós temos uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais seriam as responsabilidades?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Toda a parte farmacológica e legal no Brasil. Então, todo o representante, quando se torna oficial no Brasil, ele tem todas as responsabilidades farmacológicas e legais com o medicamento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o preço negociado, novamente no *modus operandi* do Governo, para a Convidecia é 70% mais alto que o da vacina da Janssen, que também é administrada em dose única e foi adquirida pelo Ministério da Saúde pelo preço de US\$10. Por que da vacina que estava sendo vendida, que é administrada em dose única, da CanSino, a Convidecia, o preço era 70% mais alto?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, inclusive, foi notificado, no dia 24/06, um relatório do TCU pelo *O Globo* de que a vacina da Janssen era no valor CIF. O nosso valor, o que nós inicialmente oferecemos, era o valor... Desculpa, era o valor CIF. O nosso era FOB, já entregue aqui no Brasil com todos os seguros. Por isso, esse diferencial. Inclusive, eu trouxe a matéria aqui para disponibilizar para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Mas o diferencial é de 70%?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Porque envolve logística, envolve frete. O frete, por ela ser de 2°C a 8°C, é um frete extremamente caro. Então, por isso é que tem toda essa diferença de valores. E cada laboratório...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia detalhar essa diferença de valores?



O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não sei relatar precisamente, porque essa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em função do fato de ser preço CIF e preço...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – E cada laboratório também tem seu valor do seu investimento em tecnologia, o seu valor dos seus custos operacionais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é muito estranho, aliás como estranho tem sido o superfaturamento dos preços de todas as vacinas que foram vendidas ao Governo Federal por atravessadores, todas, sem exceção. A Belcher é mais um exemplo ao vender esta vacina Convidecia.

Quais foram as pessoas do Ministério da Saúde envolvidas na negociação da Convidecia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Somente eu tive uma reunião com o Rodrigo Cruz...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rodrigo Cruz...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É o Rodrigo Cruz. A gente esteve...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É o Secretário-Executivo.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Hã?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – É o Secretário-Executivo.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É o Secretário-executivo. Eu tive uma reunião... Foi uma reunião presencial com ele somente, em que nós falamos da doação. E as outras duas reuniões que eu tive com ele foram remotas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só com ele? Ninguém mais participou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Somente com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto a CanSino receberia do contrato de fornecimento de 60 milhões de doses da Covaxin? E que parcela desse montante estava destinada à remuneração da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho o meu direito de ficar em silêncio, com todo o respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou repetir a pergunta: quanto a CanSino receberia do contrato de fornecimento de 60 milhões de doses? Que parcela desse montante estava destinada à remuneração da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós estamos em um processo, avaliando se nós vamos fazer a judicialização com a CanSino, e, por isso, eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia disponibilizar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito cópia do contrato ou acordo com a CanSino em que são formalizadas as cláusulas de remuneração da Belcher pela intermediação na venda da vacina Convidecia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, posso depois... Eu não tenho aqui, mas posso disponibilizar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu peço à Secretaria da Comissão Parlamentar de Inquérito para cobrar a entrega formal do



depoente da cópia desse contrato ou acordo com a CanSino em que são formalizadas as cláusulas de remuneração da Belcher pela intermediação na venda da vacina Convidecia.

V. Sa. confirma que o Deputado Ricardo Barros...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hum?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu poderia reiterar: nós não finalizamos o contrato com a CanSino. Nós temos a carta de autorização. Nós estávamos em trâmite de refinalização do contrato. Mas eu posso, depois, disponibilizar as informações para os senhores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas isso já tratava da remuneração da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, em nenhum momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nenhum momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós iniciamos as tratativas da parte comercial, mas a gente não chegou nos trâmites finais do contrato assinado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa., de uma forma ou de outra, já confirmou que foi ao Ministério da Saúde levado pelo Deputado Ricardo Barros, aliás, aproveitando uma audiência reservada ao Deputado Ricardo Barros, que é Líder do Governo na Câmara dos Deputados, e nessa oportunidade aproximando a Belcher, que já tinha uma carta de confidencialidade para fornecimento da própria vacina.

V. Sa...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, só gostaria de reiterar: nesta reunião nós somente tínhamos a carta de confidencialidade entre a Belcher e a CanSino. Em nenhum momento, eu poderia falar sobre a CanSino, porque ainda eu não estava autorizado a falar sobre a vacina. Então, legalmente, via o contrato que a Belcher e a CanSino assinaram, eu não poderia falar em nome da CanSino até ter a autorização formal, que nós recebemos após...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Poderia, claro... Não poderia falar, porque não tinha autorização formal, não estava formalmente credenciada...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por isso que a gente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas já estava com uma carta de confidencialidade para encaminhar a negociação. Claro que poderia falar e falou.

V. Sa. confirma...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que esteve em reunião com o Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, em 15 de abril, em agenda reservada ao Deputado Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, eu confirmo, mas foi totalmente de outro assunto, nós vamos falar do medicamento Favipiravir. Em nenhum momento, nós falamos sobre vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o assunto desse encontro ou os assuntos desse encontro no dia 15 de abril?



O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu tive somente dois, três minutos, onde eu falei do medicamento antiviral Favipiravir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Belcher, então, não realizou esse encontro com o Ministro no dia 15 de abril em função de uma agenda própria e utilizou a agenda de Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa, Excelência, mas eu não compreendi a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que esse encontro não foi realizado com o Ministro em agenda própria da Belcher...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Porque ele é o Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e, sim, na agenda do Deputado Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele é o Presidente da frente parlamentar, tanto que as outras pessoas – estávamos em seis empresas, cinco do Paraná, todas ligadas com saúde, um hospital e eu, da Belcher, entre outros... Então, como ele é o Presidente da frente parlamentar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação da Belcher Farmacêutica com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que outros interesses da Belcher com órgãos públicos, Ricardo Barros atuou como facilitador da empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhum outro interesse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo Barros ou suas empresas – tem muitas – iam receber algum valor pelo sucesso da negociação, da venda da Convidecia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nenhum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que a Belcher procurou Ricardo Barros para conseguir avançar nas tratativas do Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento nós procuramos as tratativas sobre vacina.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação, a relação da Belcher com o Sr. Flávio Pansieri?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É uma relação comercial. Simplesmente ele foi contratado pra cuidar da parte regulatória, totalmente profissional.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor sabe que o advogado apontado como ex-sócio do genro de Ricardo Barros é que teria atuado como representante legal da vacina CanSino. O senhor sabe disso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Fiquei sabendo depois da primeira reunião em que conversei com ele, que, inclusive, por ele já... Estava, já achei positiva.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Aí o senhor repete que, em função desses fatos conhecidos posteriormente, de que todos já sabiam com uma certa antecedência, não há nenhuma ligação, direta ou indireta, da Belcher com Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa. Pode repetir?



24/08/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mesmo sabendo das ligações do advogado, como ex-sócio do genro de Ricardo Barros e que teria atuado como representante da CanSino, V. Sa. mantém que não tinha nenhuma relação com Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, eu nunca soube dele. Foi um dos nossos consultores, o Rafael, que conhece e que inclusive é de Curitiba, que nos apresentou o Flávio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Belcher negociou a venda de medicamento Avifavir ao Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós nunca negociamos ainda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós nunca negociamos o medicamento. Nós só tratamos... Nós estamos na fase regulatória junto à Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não tratou desse assunto com o Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, só comentamos que nós estaríamos dando andamento, na Anvisa, de um antiviral, o Favifiravir. Só isso. Foi com esse intuito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nome de que entidade estrangeira a Belcher negociou a Avifavir?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nome da Chromis. Nós somos representantes da Chromis no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde demonstrou formalmente a intenção de adquirir o Avifavir?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual era o preço de venda desse medicamento ao Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nem chegamos a conversar sobre esse assunto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que as negociações com o Ministério da Saúde foram paralisadas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Porque a gente está esperando o processo da Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Izabelle, exiba o vídeo nº 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. mantém relações comerciais com o Luciano Hang?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E de que maneira participou das tratativas para a importação da CanSino que ele anunciou, de várias vacinas no mundo todo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conforme eu até informei para os senhores e senhoras, a gente colocou dois cronogramas. Um referente a doações, que até então nós



estávamos falando de outra vacina, que nós conseguimos 9 milhões dessas doses, e eles não tiveram envolvimento nenhum com a CanSino.

Então, todas as tratativas referentes à vacina de doação foram referentes à Sinovac.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Alan Eccel?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, o senhor me permite?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Essa doação seria de quem?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Dos empresários, um grupo de empresários.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Iriam doar quais vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Da Sinovac, a CoronaVac.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – À luz de qual legislação? Em que circunstâncias?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A 14.125.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a partir de que... Mas essa *live*...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por isso que não deu andamento na questão, porque, como a gente sabia que era exclusiva do Butantan, nós iniciamos as tratativas e, a partir do momento em que a gente viu que era exclusiva do Butantan, não foi adiante.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Sr. Emanuel, nessa *live*, o Sr. Luciano Hang está condenando a 14.125. Inclusive, ele fala: "Essa 14.125 é mais uma jabuticaba brasileira". Isso porque ele estava advogando em favor de um outro projeto de lei que estava aqui na Câmara, que eles advogavam pela aprovação.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não recordo que ele comentou sobre essa Lei 14.125.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele acabou de falar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tá, mas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele foi acabou de falar. Sr. Relator, o senhor me permite? Pode colocar de novo aí?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor. Peça para repetir o vídeo, Izabelle.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Claramente ele está condenando a 14.125, que foi aprovada, inclusive, por iniciativa do Senado. E é importante que aqui nós sempre esclareçamos: a 14.125 foi aprovada, a partir



de iniciativa deste Senado da República, por uma circunstância: foi a lei que assegurou a responsabilidade civil por efeitos adversos para que o Brasil pudesse adquirir as vacinas da Pfizer, da Janssen, que, até então, o Governo estava negando. Se não fosse a Lei 14.125, hoje nós não teríamos brasileiros vacinados com a Pfizer e com a Janssen. Esta lei, que vacina os brasileiros com esses dois imunizantes, estava sendo negada pelo Governo; e a qual o Sr. Luciano Hang, aí nesta *live*, condena. Ele está condenando aí a lei que possibilitou que hoje milhões de brasileiros fossem vacinados com uma vacina de dose única, que é a vacina da Janssen, e com a vacina da Pfizer. Ele condenava a lei exatamente porque a lei estabelecia um critério claro, Sr. Presidente, Sr. Relator – estabelecia um critério claro: esta lei impossibilitava que a iniciativa privada se vacinasse, atropelando o SUS, atropelando o Programa Nacional de Imunizações, atropelando os grupos vulneráveis.

Então, o que está acontecendo aí, Sr. Emanuel, é que ele está condenando a lei, está criticando, está advogando a modificação da lei.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, eu gostaria de esclarecer: todos os nossos documentos, que, inclusive, às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores foram disponibilizados pela CPI, todos os documentos que nós enviamos para o Ministério da Saúde, todos estão referindo a Lei 14.125, de 2021.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas aí é que está o segundo problema: a 14.125, nessa altura, não dá cobertura para isso. A 14.125 estabelece a vacinação dos grupos prioritários contratados pelo poder público.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mas, no ofício, está muito claro que a doação seria integral, 100%. Inclusive, vocês têm acesso a todos esses documentos. Em nenhum momento, nós...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas a doação ocorreria em que momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Assim que estivesse liberado e que a gente conseguisse, mas depois a gente ficou sabendo da questão de que o Butantan tinha exclusividade da Sinovac.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, me permita, Sr. Emanuel, o senhor é dono de uma farmacêutica, é representante de uma farmacêutica, me permita: o senhor não sabia que o único laboratório credenciado no Brasil era o Butantan com a Sinovac?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não sabia até o momento, porque...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A essa altura, em fevereiro, março, o senhor não sabia do conflito do Presidente da República com o Governador Doria?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não sabia do que foi de conhecimento público? E o senhor ainda é um representante de uma farmacêutica?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não sabia. Na verdade, a Sinovac tem diversas plantas em diversos lugares. Então, até então, nós sabíamos ou imaginávamos que a planta onde o Butantan tem o contrato direto teria exclusividade. A partir disso, nós descobrimos que o Butantan tinha todo o contrato que envolveria todas as plantas. Por isso que não se viabilizou a questão da compra das doações.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor é representante de uma farmacêutica que já firma contrato com o poder público.



Antes de participar de uma *live*, antes de conversar com o Ministério da Saúde, não é preliminar ter essa informação? Porque é uma informação tão básica, tão basilar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não é tão básica, não, porque é um contato muito difícil com a China. Então, para a gente chegar a essas tratativas, daí foi ver que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por outro lado, então, invertendo: mesmo sem ter essa informação, os senhores avançaram na tratativa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, a partir do momento em que nós soubemos, nós recuamos. Então, nós não avançamos com essa informação... Quando nós descobrimos que o Butantan era exclusivo, nós seguramos.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, prossiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Então, refazendo a pergunta: de que maneira o Luciano Hang participou das tratativas para a importação da CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Ele nunca participou, nenhum deles, referente à CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, mas ele anunciou, acabou de anunciar que havia participado de tratativas...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não era CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com farmacêuticas do mundo todo para aquisição de vacinas e, por acaso, não participou desta negociação especificamente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. CanSino, ele... Nunca foi falado com ele sobre a CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Alan Eccel?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, se o Sr. Relator me permite, se ele não participou das tratativas com a CanSino, qual era a sua participação nessa *live*?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Até então, nessa *live*, nós estaríamos viabilizando as doações de vacinas para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que não tinham nenhuma relação...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Que não tinha nenhum representante... Eu não era representante da CanSino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com Alan Eccel?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Uma amizade cordial com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a função dele na Havan?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele não tem função nenhuma na Havan. Ele é sobrinho do Luciano Hang e tem a sua empresa própria, é empresário de importação e exportação.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele esteve com representantes da Belcher em algum momento nas tratativas junto ao Ministério da Saúde?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O microfone, por favor.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Esteve comigo somente nas tratativas de doações. Em nenhum momento ele esteve em alguma tratativa comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como V. Sa. explica a presença dele na reunião no Ministério da Saúde do dia 15 de abril?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É que nós ainda estávamos falando sobre... Na de 15 de abril, ele não esteve dia 15 de abril. Desculpa, desculpa: dia 15 de abril, no Ministério da Saúde, eu era o único que estava lá. Foi citado em alguns *sítes* que ele estava presente; ele não estava presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Coloca o vídeo 4 por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso aí é incriminador.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é inacreditável.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Carlos Wizard confessa nesse vídeo que foi chamado pelo general para tratar dos grandes contratos e que o Ministério da Saúde, para quem não sabe, detinha o maior orçamento da República. E ele vinha exatamente para fazer uma análise das negociações e encaminhar essas grandes negociações. Ele, pasmem, não era sequer servidor do Ministério da Saúde e tratava também de atravessar essas negociações com vacinadores, com farmacêuticas e produtoras de imunizantes. Qual é a relação da Belcher com Carlos Wizard?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma relação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher assinou contrato para o fornecimento de dose de vacina da CanSino com alguma instituição privada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nunca assinou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Luciano Hang e Wizard participariam da venda de dose de vacina Convidencia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nunca falamos sobre vacina Convidencia com os empresários.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Sa. confirma que o Alan Eccel esteve presente na reunião do dia 15.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para falar... Não, dia 15 ele nunca esteve presente. Eu não estou confirmando. Ele não estava presente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não estava presente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não estava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apesar de ter sido publicado por um *site* aqui de Brasília, o Poder360.

Qual seria a forma de remuneração de suas empresas e em que valores nesses contratos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conforme eu comentei, nós estamos num processo analisando se a gente vai judicializar. Então, eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua relação com o Sr. Arnaldo Corrêa de Medeiros...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... Secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria só lembrar que foi o Arnaldo Medeiros que assinou a intenção de compra da vacina CanSino, no dia 4 de junho de 2021.

V. Sa. não tem relação com ele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. usou a proximidade de Carlos Wizard e Ricardo Barros junto ao Ministério da Saúde para facilitar a assinatura de intenção de compra da vacina CanSino, realizada pelo Secretário Arnaldo Corrêa de Medeiros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. E não tinha nenhuma relação com o Arnaldo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como é que essa negociação ocorreu?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Seguiu totalmente o formal via sistema de informações, pelo SEI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. considera que a legislação que proíbe a exploração do mercado de vacinas contra a covid pela iniciativa privada é adequada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa. Pode repetir?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. considera que a legislação que proíbe a exploração do mercado de vacinas contra covid pela iniciativa privada é adequada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa, Senador, mas eu vou manter o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que é? Não entendi a resposta.



(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Direito ao silêncio.

V. Sa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho. O que que te compromete falar sobre legislação? Qual é o comprometimento? Os advogados podem responder. Qual é o comprometimento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Eu não tenho juízo de valor para falar sobre assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, sim. Mas pode responder: "Eu não tenho nenhum juízo de valor".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não lhe compromete...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o depoente vem aqui para responder sobre fatos, não é comentarista da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem comparece na condição de depoente responde sobre fatos e na medida do seu conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele não é comentarista da CPI para comentar isso ou aquilo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, se V. Exa. permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque ele aparece em *live* discutindo exatamente isso com o Luciano Hang e Wizard.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E me permita uma coisa, Presidente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas aí é só questionar objetivamente em relação a esse assunto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Houve um *lobby* que tem relação direta com os fatos vinculados a esta CPI, um *lobby* organizado pelo Sr. Luciano Hang, pelo Sr. Wizard, que já foi aqui claramente demonstrado. Esse *lobby* visava, um, a alterar a Lei 14.125, já referida aqui, que tinha sido aprovada pelo Congresso Nacional a fim de favorecer a aquisição de vacinas pela iniciativa privada para favorecer laboratórios privados, e isso tem correlação direta com os fatos sob investigação nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele respondeu já, Senador Renan. É porque ele não tem uma opinião formada sobre isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Sa. fez contato com Parlamentares com o intuito de obter a flexibilização da legislação que proíbe a venda de vacinas contra a covid-19...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não.



24/08/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... para entidades privadas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Não fiz.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além do Ricardo Barros, que foi o autor da própria emenda?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nem com ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que razão a CanSino rompeu o acordo firmado com a Belcher para sua representação no Brasil? Pode detalhar esse fato?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Foi por questões de *compliance*, mas até hoje isso nunca foi explicado, porque nós fornecemos, no processo de *compliance*, todas as nossas certidões negativas, onde se comprova que nós não temos nenhum impedimento legal para trabalhar no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher tem contratos ativos com o Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque pesquisa realizada também junto ao Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal lista exatamente a Belcher como credora da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Como V. Sa. explica essa informação contida no Portal da Transparência, na conciliação com a resposta da pergunta anterior?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desconheço essa informação, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que procedimentos licitatórios junto ao Governo do Distrito Federal a Belcher participou durante a pandemia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – São vários. Nós participamos de várias licitações todos os dias. Nós temos um departamento dentro da empresa e participamos de licitações no Brasil todo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em quais deles, junto ao Governo do Distrito Federal – que foi exatamente a pergunta –, saiu a Belcher como vencedora? E qual é o objetivo desses contratos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós tivemos uma, que eu me lembre, que foi de uma venda de máscaras.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Belcher participou de processos licitatórios para a compra de testes de detecção da covid realizados pelo Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que a Belcher participou de processos licitatórios para a compra de testes de detecção de covid realizados pelo Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. (*Pausa.*)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim – desculpa, eu não tinha entendido a pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher chegou a publicar uma nota...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, por isso...



24/08/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, sua resposta era exatamente contraditória com a própria...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me desculpa. Por isso que eu reiterei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... com a própria nota que a Belcher publicou.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa, eu não tinha entendido a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher acusou uma empresa de utilizar seu nome para participar do processo de licitação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher participou do processo de licitação, depois acusou uma empresa, que teria utilizado o nome da Belcher para participar desse processo. Isso é um caso absolutamente inédito na história das licitações, sobretudo de uma empresa conhecida, que iria importar, como atravessadora da CanSino, a aquisição pelo Governo Federal de 60 milhões de doses, que, aliás, levou essa negociação ao final. Essa negociação não caminhou por causa do descredenciamento da Belcher pela CanSino.

Do que a Belcher está sendo acusada no âmbito da Operação Falso Negativo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher fez propostas com valores inflacionados ao Governo do Distrito Federal? Repetiu aquela operação que nós vimos na CanSino quando a vacina foi vendida a 70% a mais do que a vacina da Janssen, que também era ministrada em dose única?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher combinou preços com outros participantes das licitações junto ao Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Belcher emprestou o nome para a apresentação de propostas falsas no Governo do Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o nome foi utilizado? Por qual empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu me reservo ao direito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente, por ora eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria a relação do próximo Senador que vai fazer as perguntas, por favor. *(Pausa.)*

Eliziane Gama, V. Exa... Senador Humberto e Senador Randolfe.

Eu vou passar, por 15 minutos, pra Senadora Eliziane.

Senador Randolfe, eu tenho que ir lá votar na CCJ. Só vou votar lá. Estão me pedindo para votar.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, já está votando. Eu ainda vou fazer perguntas ao Dr. Aras, principalmente em relação ao nosso relatório final, qual vai ser o comportamento do Procurador-Geral da República em relação ao relatório final que o Senador Renan vai apresentar à Comissão.

Então, eu peço a V. Exa. para sentar aqui enquanto a Senadora Eliziane... E eu volto. O Senador Renan vota lá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vota lá?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Voto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho que votar, mas eu vou pedir ao Senador Randolfe que fique aqui. Em cinco minutos eu vou lá e volto.

Senadora Eliziane com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas, Sr. Relator Renan, quero cumprimentar também o Catori – Emanuel Ramalho Catori –, que é sócio da Belcher.

Catori, você distribuiu aqui pra nós Senadores um roteiro cronológico das atividades da Belcher em relação à aquisição e, portanto, à intenção de venda da vacina para o Governo Federal. Quando a gente pega aqui, por exemplo, em relação às tratativas, do ponto de vista formal, entre a apresentação do pedido ao Ministério da Saúde, que se deu exatamente no dia 27 de maio, e a emissão da carta de intenções, isso se deu em apenas sete dias. Se o mês de maio foi de 31 dias, então, oito dias entre o pedido junto ao Ministério da Saúde e a emissão da carta de intenção de compra. E essa carta de intenção... Em outros momentos que nós já estivemos aqui conversando com outros depoentes, eles mostraram o que que significa na verdade essa carta de intenção pra essa comercialização, tanto nacional quanto, sobretudo, internacional, porque é uma carta extremamente importante, emitida pelo Governo brasileiro. E aí, portanto, houve uma rapidez muito grande, de apenas sete dias.

Por que foi tão rápido assim? (*Pausa.*)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Aí, está ligado, pronto.

Desculpe, finalize só a pergunta pra mim, por gentileza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu queria entender essa rapidez. Vocês levaram aí cerca de sete ou oito dias – no mês de maio são 31, então oito dias – entre o protocolo que vocês fizeram no Ministério da Saúde e a emissão da carta de intenções, ou seja, uma rapidez como não se via em outros momentos. Por exemplo, quando você pega a Pfizer e outras grandes farmacêuticas e laboratórios que fizeram pleito junto ao Governo brasileiro, eles levaram vários dias, meses, quase ano até – no caso da Pfizer, por exemplo. Vocês só levaram oito dias.

Por que foi tão rápido assim?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós fizemos todo o trâmite via SEI. Eu não posso te afirmar a questão da rapidez. Eu acredito que, por ela ser uma dose única – e o Governo tinha muito interesse pra redução de custos e tudo mais, por ser uma dose única –, poderia haver esse interesse, mas eu não sei te responder o motivo de serem oito dias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Janssen também era dose única, mas, na verdade, o tratamento a vocês foi um tratamento bem diferente, houve uma agilidade como não se viu em nenhum outro momento no Governo Federal.



24/08/2021

Você poderia nos dar um pouco mais de detalhes, como é que se deu? Apresentaram apenas em um momento a carta de protocolo? Não houve nesse intervalo... Porque, no seu roteiro cronológico, não há nada entre o dia 27 e o dia 04. Vocês não têm nenhuma outra ação que medeie entre esses dois espaços?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tivemos nenhuma outra ação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Fez o pedido, saiu a intenção.

É muita rapidez, você pode ter certeza que aqui, de forma muito clara, há um tratamento totalmente diferenciado em relação à empresa.

A empresa de vocês atua com o Governo Federal exatamente desde quando? Deixe-me ver se bate aqui com o meu... com as informações que eu tenho.

Vocês têm negócios, não é, vendas junto, em parceria com o Governo Federal, desde o ano de 2020, é isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo, concordo, afirmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Desde o ano de 2020.

Nesse período... Mas vocês tem o quê, dez anos, é isso, de existência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E, de 2020 para cá, vocês passaram, na verdade, a fazer essas negociações.

Em outros momentos, vocês chegaram a participar junto ao Governo Federal de licitações ou coisa parecida em Governos anteriores?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, em nenhum momento.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Por que vocês não tiveram interesse em momentos anteriores?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A pandemia gerou essa demanda para a gente estar viabilizando esses outros negócios.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora, veja, a partir de 2020 vocês passaram a vender vários projetos, vários produtos, ou melhor dizendo, ao Governo Federal, máscaras, enfim, inclusive equipamentos mais referentes ao período da pandemia, e somente em 2020 – por exemplo, em 2019, vocês não tiveram nenhuma comercialização –, mas somente em 2020 a Belcher recebeu, do Governo Federal, R\$757 milhões.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, milhões não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês tiveram outras negociações em momentos anteriores? Governos de Estado, por exemplo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Está errada essa informação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês têm esse volume exato, então, da parte de vocês?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa... Desculpa, eu não escutei.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês têm o valor da comercialização que vocês tiveram com o Governo Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tivemos seiscentos... O que está no Portal de Transparência, seiscentos e... dá quase R\$700 mil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vou pegar aqui e vou confirmar de fato essa informação.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.



24/08/2021

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Se estiver errada, eu faço a correção, pode ter certeza.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Está bom.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ainda sobre essa questão da empresa de vocês, eu tenho aqui algum outro dado que me coloca o seguinte: vocês tiveram exatamente... vocês receberam a informação, por parte da Anvisa, de que tinha havido a suspensão da autorização de vocês junto à Convidecia?

A Anvisa recebeu no dia 10, mas ela só informa a vocês no dia 21, e, no dia 23, vocês abrem uma empresa, que é a Belcher & Nhg – não é? –, exatamente dois dias depois da informação que vocês receberam da Anvisa.

Essa empresa foi aberta com qual objetivo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós temos outros projetos dentro da empresa que não cabem nada à vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas ela tem uma finalidade semelhante a essa aqui também?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma. O objetivo dela...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ela... Ela... Vocês têm, por exemplo, no dia 06 de janeiro de 2021, uma outra empresa aberta, que é a RCI Brasil, junto à Belcher, inclusive com um parceiro lá, que é o Francisco Feio, que entrou apenas como sócio com um valor de apenas R\$1 mil. Elas duas têm características semelhantes, as duas empresas, ou seja, vocês já tinham uma empresa, mas mesmo assim vocês abrem uma outra no dia 23.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, eu posso disponibilizar todas essas... São sociedades de participação específicas. Eu posso disponibilizar todos esses documentos, esses contratos para vocês, onde está o objetivo muito claro, que não tem nada a ver com vacina.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês têm hoje, no rol de empresas de vocês, quantas empresas no grupo econômico?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No meu grupo econômico, são cinco empresas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Cinco empresas. Das cinco, duas foram abertas este ano.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E essas duas que foram abertas este ano foram abertas com qual finalidade específica?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sociedade de participação específica para itens específicos. Eu não gostaria de falar referente ao objetivo; eu posso solicitar todos os documentos e contratos para vocês.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas vocês chegaram, através dessas empresas, a fechar contratos com o Governo Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma, tanto que só firmamos o contrato de sociedade de participação específica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Outra coisa, Catori, vocês procuraram a Anvisa, antes, inclusive, até de ter essa carta de intenções, ou seja, quando você inicia um processo de comercialização com o Governo, você tem todo um custo, você tem toda... Não dispense o financeiro, dispende pessoal, enfim, para poder você, na verdade, chegar à carta de intenções e formalizar, de fato, esse contrato. E, lá atrás, vocês já estavam buscando, junto à Anvisa, o pedido dessa autorização. Inclusive



vocês buscam a Anvisa antes até dessa carta de intenção. Vocês... O que lhe dava essa segurança de fazer essas buscas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento nós conversamos com a Anvisa antes de ter a carta de intenção.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, ela está aqui na documentação que vocês me passam. Inclusive vocês tiveram várias outras reuniões.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tiveram duas reuniões, onde nós não éramos representantes da CanSino. A CanSino teve essa reunião com a Anvisa. Nós não éramos representantes deles.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas as conversas que vocês tiveram, buscando... Na verdade, eu tenho aqui registrado – inclusive eu vou lhe passar já, já, aqui...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... exatamente sobre essas buscas que a própria imprensa colocou. Se você não quer confirmar em relação a essas informações...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nossa primeira reunião com a Anvisa foi no dia 30/04/2021.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – E a CanSino teve...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E vocês trataram de qual vacina junto à Anvisa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – CanSino.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sim, mas esse... A CanSino...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mas teve duas anteriores – está no portal da Anvisa –, teve duas outras reuniões, onde nós não participamos. Quando você vai no portal, V. Exa., no Power BI da Anvisa, tem lá as datas e tem duas reuniões anteriores à nossa data de representação, onde nós não participamos, nós não éramos representantes da CanSino.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E nessa, do dia 30, vocês já eram representantes...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Já éramos representantes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... ou seja, vocês já estavam com a carta de intenção?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, nós já estávamos.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E, nesse momento, como se deram essas tratativas? A Anvisa recebia? A Anvisa chegou, inclusive, a reclamar – não de vocês, mas passou, inclusive, aqui –, nós recebemos uma documentação em que algumas outras empresas, por exemplo, a Precisa, acabavam estando muito presentes, enfim, lá, buscando a tentativa da liberação dessas autorizações.

Vocês tinham reuniões com frequência com eles?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós tivemos somente duas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Chegaram a ter alguma repreensão da parte da Anvisa?



O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, Excelência. Nós tivemos somente duas reuniões com eles.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A Vital Brazil: quando a Anvisa recebeu o e-mail de notificação da empresa, ela fez referência tanto à Belcher quanto fez referência ao Instituto Vital Brazil S.A. Por que fez também referência? Ele é parceiro de vocês, o Instituto Vital Brazil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, a Vital Brazil, nós... Existia uma perspectiva de a gente contratar o Instituto Vital Brazil para o auxílio das questões regulatórias somente, tanto que eles participaram conosco de duas reuniões, mas, como o projeto não deu andamento, eles não... Eles iriam... A gente tinha uma perspectiva de contratá-los somente para a parte regulatória.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas eles eram contratados por vocês?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A ideia seria... Existia uma perspectiva de contratação nossa, porque nós somos os representantes legais.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas eles tinham autorização também para fazer a comercialização?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tinham autorização, tanto que nós...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A CanSino emitiu autorização tanto para vocês quanto para a Vital Brazil...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para ambos, para a parte regulatória.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E eles também, automaticamente, foram desmembrados. Vocês têm com ele parceria, tiveram com ele parceria em outras negociações?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com... Desculpa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Com o Instituto Vital Brazil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês tiveram em outras negociações, que não a CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, com o favipiravir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Você poderia declinar com quem e em qual situação vocês tiveram outra parceria?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Para a aquisição...

Em qual outra comercialização vocês firmaram parceria com o Instituto Vital Brazil, além da CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Do medicamento favipiravir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Esse medicamento vocês chegaram a comercializar com qual Estado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ainda nenhum. Na verdade, ele não foi nem aprovado ainda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, tá!

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós estamos em trâmite...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês ainda estão em processo...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo!



24/08/2021

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, a Vital Brazil só tratou com vocês da CanSino e desse outro medicamento que ainda não tem autorização?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Eu quero finalizar, fazendo a seguinte pergunta... Por exemplo, quando você faz aqui um levantamento da negociação com a CanSino, você tem o quê? Você tem uma tentativa de venda de uma vacina que é 77% mais cara que outra também com dose única, que foi o caso da Janssen. Ao mesmo tempo, você tem uma empresa que vem de um processo de investigação, com um prejuízo da ordem de R\$18 milhões, que está no caso do Falso Negativo, aqui do Distrito Federal; ao mesmo tempo que você tem, em meio a todas essas dificuldades, uma agilidade na emissão, por exemplo, dessa carta de intenções, e você está diante de uma possibilidade de venda e de negociação de 60 milhões de doses, ou seja, um volume muito maior até do que o volume da Precisa. E, para essa empresa, houve agilidade para tudo. Por exemplo, se você pega a Pfizer, você levou quase um ano para ter, de fato, o contrato firmado e uma emissão em relação à carta de intenções. Mas, para a empresa de vocês, foi tudo muito rápido, quer dizer, tudo muito, muito ágil, com todas essas dificuldades.

O Ricardo Barros, que, aliás, já teve o Francisco Feio como integrante do seu governo lá no Estado, pela relação que ele tem com Maringá... Qual o nível de importância, Catori, que ele tem com vocês? Ele participou? Ele mediou? Ele teve alguma participação ou não teve nenhuma participação em relação a essas tratativas com a CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma participação, zero, nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele não participou em nenhum momento? Não tem... Se a gente fizer esse levantamento aqui na CPI e localizar, por exemplo... Porque, inclusive, na sua relação, o senhor não o cita aqui. Teve uma reunião, que foi no dia 15 de abril, que o senhor coloca, que foi no caso da antiviral, de que ele também participou. Mas aqui, na verdade, não participa, como o senhor cita, no caso da Anvisa, sem estar tratando da CanSino. Aqui também não era a CanSino, era o antiviral. Mas o senhor, na verdade, fez questão de não citar, aqui, a presença dele nesse seu relatório cronológico.

Eu pergunto ao senhor: a gente não vai encontrar aqui o registro de reunião com Ricardo e a sua empresa junto ao Ministério da Saúde para a aquisição dessa vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Eu afirmo isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não vai encontrar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não irá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – É... Só para complementar, Senadora.

O senhor mora em Maringá, não é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vem muito a Brasília?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não muito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não muito? Quantas vezes o senhor veio, em 2020, para cá?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quatro, cinco vezes.



24/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quatro, cinco vezes. E neste ano?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Duas, três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Duas, três vezes. E foi a primeira reunião de que o senhor participou com o Deputado Ricardo Barros, não é? Não teve mais nenhuma reunião com ele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No Ministério da Saúde, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nem na casa de ninguém?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nem na casa de ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor conhece o Silvío?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Qual?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Silvío Assis.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Só para fechar, Presidente, o que o senhor está colocando...

Catori, Ricardo Barros é um Parlamentar muito atuante do ponto de vista da influência dele. Ele é reconhecido como um dos maiores articuladores políticos do Brasil. O senhor estava num pleito junto ao Ministério da Saúde. O senhor é de Maringá, que é exatamente a terra originária dele. E o senhor, em nenhum momento, o procurou para que ele fizesse alguma ajuda ou uma mediação nessa comercialização de 60 milhões de doses de vacina.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Eu afirmo que nunca solicitei essa ajuda dele.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só para finalizar de fato, Presidente, lembrando que é muito fácil a gente localizar as várias reuniões...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor também nunca teve nenhuma reunião no ministério para tratar de vacina, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor conversava com ele por telefone?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A única reunião que eu tive foi com o Rodrigo Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quem é Rodrigo Cruz?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – O Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para tratar de vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas em que data foi isso? O senhor lembra?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Dia 13 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Rodrigo Cruz não estava autorizando...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Foi dia 13 de abril.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Dia 13 de abril, foi a reunião das doações. Dia 20 e dia 26 de maio, eu tive a reunião com o Rodrigo Cruz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas o Rodrigo Cruz... Só tinha uma pessoa autorizada. Ele ia substituir o Coronel Elcio nessa secretaria?



24/08/2021

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Só reiterando, no dia 19/05 – com licença –, dia 19/05, nós tivemos a nossa primeira reunião com o Ministério da Saúde, que é a reunião presencial no Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Coronel Elcio Franco era a pessoa autorizada a negociar vacina no Governo Federal. Esse senhor substituiu o Elcio Franco na secretaria?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei te dizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas quem lho apresentou? Como é que o senhor marcou uma reunião com este senhor? Através de quem? Não, deixe-o responder, por favor.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não, só marcando a data.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. A data, não... Primeiro, para a gente marcar uma audiência para tratar de vacina, a gente liga para alguém e diz: "Olha, eu tenho umas vacinas lá em casa e eu quero vender".

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, a partir do momento em que nós nos tornamos representantes da CanSino, nós oficializamos tudo por *e-mail*.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, por *e-mail*, não é? O.k.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Nos seus sigilos telemáticos, nas suas conversas entre o seu telefone e o telefone do Ricardo Barros, nós não vamos encontrar contato?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nenhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Conversas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nem ligações?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conversas... Eu converso com ele normalmente, mas nada sobre negócios.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto Costa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor, então, tem conversas com ele periódicas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Com o Ricardo Barros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor conversa sempre com ele, mas nunca falou do contrato?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele é de Maringá. Nós somos de Maringá.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas é esta a minha pergunta: o senhor tem uma representação política gigante na sua cidade; o senhor faz uma negociação e está numa tratativa com o Governo de 60 milhões de doses; você conversa muito com ele; e em nenhum momento, o senhor falou sobre isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento, ele me ajudou em nada sobre a vacina. O Brasil todo soube da nossa vacina. Para vacina, a gente não precisa de nenhuma interferência política, ainda mais em se tratando de uma vacina de uma dose.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E de 60 milhões de doses, que dariam algo aí bilionário, até numa negociação.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não foi contratada.



A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De fato, com o acesso aos sigilos, naturalmente a gente pode ter muito mais efetividade em relação a esses dados.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Emanuel Catori, seja bem-vindo ao Senado Federal.

Eu quero começar perguntando a V. Sa. qual a experiência que a empresa Belcher tinha com vacinas? Ela já vendeu vacinas, ela já fez algum tipo de comercialização de vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nós somos uma empresa de dez anos no Brasil. Possuímos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não, só perguntando de vacinas.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O.k. Um minutinho só.

Nós somos uma empresa de dez anos no Brasil. Possuímos todas as certificações da Anvisa, todas as autorizações de funcionamento. Com a pandemia, como nunca existiu uma pandemia no Brasil ou mundial como essa, acho que todo mundo teve que se reinventar. E, nesse caso, nós fomos atrás, para tentar ajudar a população. E eu te dou exemplos, como uma Moderna, que é um grande laboratório, nunca tinha comercializado vacinas e hoje é um grande destaque mundial da vacina deles. É a mesma agência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É produtora. É produtora de vacinas, não é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Ela não era. Ela começou a ser produtora de vacinas recente também.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, veja, a primeira questão que eu levanto é que o Ministério da Saúde teve, realmente, o mesmo *modus operandi* desde o início: empresas que não tinham experiência na área de vacinas e outras que não tinham nem experiência na área de medicamentos foram priorizadas para estabelecerem uma relação na intermediação da venda de vacinas. Então, é importante a gente ter essa informação, que demonstra como o ministério foi incompetente nesse processo todo que nós vivenciamos. E é muito diferente uma empresa que comercializa medicamentos e uma que desenvolve um trabalho científico seriíssimo para produção de vacinas. Essa comparação com a Moderna, a mim me perdoe, eu acho inadequada.

A segunda coisa que eu queria perguntar a V. Sa... V. Sa. tem dito, desde o início, que o Deputado Ricardo Barros não tem nada a ver com isso, mas tudo tangencia: a empresa é de Maringá, V. Sa. é de Maringá, o sócio de V. Sa. é filho de uma pessoa que já exerceu funções públicas na Prefeitura de Maringá, quando ele era Prefeito, funções públicas no Governo do Estado, quando a senhora, a esposa do Deputado Ricardo Barros era Governadora... Ele participou de reunião lá no dia 15, que V. Sa. está dizendo que foi para tratar de um antiviral. Ele que pediu a reunião. Ele que apresentou propostas de legislação que terminaram por favorecer essas empresas que intermediaram. E ele é amigo de V. Sa. Tudo bem, V. Sa. vai dizer que não tem nada a ver, que caiu do céu, o Ministério da Saúde descobriu que a empresa de V. Sa. estava habilitada para isso... A CanSino, lá na China, ouviu dizer: "Olha, tem uma empresa lá em Maringá, a Belcher... Essa daí é nota



dez para ser a nossa representante aqui no Brasil". É difícil de a gente acreditar nessas coisas, que não teria havido algum tipo de ajuda para que isso acontecesse e que isso tenha sido feito pelo Sr. Ricardo Barros.

Eu vejo que ele teve papel de definir o marco legal, de indicar a Belcher como intermediária para a compra dessa vacina, teve protagonismo no Comitê da Covid-19 da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional, fez essas reuniões... Então, é muito difícil a gente acreditar que ele não teve nenhuma participação nesse processo.

A outra coisa é que V. Sa. disse... Vamos fazer a cronologia: dia 6 de abril V. Sa. fez um... assinou uma carta de confidencialidade com a CanSino. Aí, no dia 13, V. Sa. se reúne com o Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, junto com o Sr. Alan Eccel. O senhor não foi tratar de vacina nessa reunião. Veja: dia 6, dia 13 – não é? –, não foi tratar de vacina. Dia 13 de abril.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Fui tratar referente a vacinas de doação. Ainda nós estávamos no processo da doação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aquela que iria ser da CoronaVac?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Da CoronaVac, esta mesma.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aí, no dia 14, o senhor participa de uma reunião na Embaixada da China com Wizard, Luciano Hang, Alan Eccel, Deputado Evair Melo, Sóstenes Marchezine, até um comendador – participou aqui o Comendador Regino Barros – com o Ministro Conselheiro da embaixada. Quer dizer, V. Sa. não foi tratar do assunto CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não fui. Ainda nós estávamos referente à doação.

E, só ressaltando, o Luciano Hang e o Carlos Wizard não estavam nessa reunião.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bom, eu tenho aqui essa informação, não é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, mas não é verdadeira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aliás, esses dois são um fenômeno, porque são negacionistas convertidos, não é? Pessoas que, durante todo o tempo, combateram a vacina, combateram o isolamento social, combateram o uso de máscara; de repente se convertem à defesa da vacina, à importância da vacinação para que as pessoas pudessem se curar, se tratar.

E aí, no dia 15, tem a reunião com o Ministro Marcelo Queiroga.

Sinceramente, é muito difícil de a gente acreditar que V. Sa. ficou ali tratando de doação de vacinas, e não da vacina que V. Sa. já tinha assinado uma carta de confidencialidade para depois aprofundar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E era o único representante...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me permita...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de vacina na reunião.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me permita, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia outro representante de vacina na reunião?



24/08/2021

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não me recordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Era o único...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu só vou me reiterar – reiterar não, afirmar: no dia 15, em nenhum momento foi tocado na palavra vacina; foi somente do medicamento favipiravir.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O.k.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – E eu não era... lembrando que eu só tinha o contrato de confidencialidade – contrato de confidencialidade –; e formalmente ainda eu nem sabia, não tinha certeza absoluta ainda que nós iríamos passar pelo *compliance* da CanSino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Nessa reunião do dia 15, tinha várias pessoas lá, não é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Sim, tinha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor lembra de alguns?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Do meu lado está o Nardi, que é o Diretor do hospital; tinha o Júlio Felix, que é de Curitiba; e tinha mais três pessoas que eu não me recordo o nome.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tinha um Prefeito ali?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não era... Na verdade, a confusão... Eu até ia falar isto: o que está do lado, quando os senhores falaram que era um Prefeito...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – É Diretor do hospital?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – É o Diretor do hospital, que é o Carlos Nardi.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É, ele falou aqui.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele não é Prefeito.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Veja, no dia 22 de março, aquele cidadão Luciano Hang diz lá na *live*: "Temos fornecedores pelo mundo, através dos nossos agentes de importação. Emanuel Catori estava com 8 milhões de vacinas". Veja: estava com 8 milhões de vacinas. "Alan Eccel com 8 milhões de vacinas. As pessoas lá fora querem contrato com a gente", disse Hang sem dar detalhes.

Que 8 milhões de vacinas eram essas que ele disse que V. Sa. tinha?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conforme explanei na minha declaração inicial, nós estávamos com tratativas para aquisição dessas compras das vacinas para 100% serem doadas no Brasil para o programa nacional de imunização. Então, essas eram as vacinas da Sinovac.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Perfeito.

Eu queria perguntar a V. Sa. o que é que foi alegado pela CanSino para romper tanto o contrato com a empresa de V. Sa. quanto com o Instituto Oswaldo Cruz.

O senhor acredita que as suspeitas de participação da Belcher naquela chamada Operação Falso Negativo, as suspeitas de relações espúrias junto ao Governo, isso pesou na decisão da CanSino, já que V. Sa. disse que o alegado, em princípio, teriam sido razões de *compliance*? Por que foi rompida a parceria?



O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não posso responder por eles, Excelência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Quer dizer que eles assinam com V. Sa. uma carta de confidencialidade...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– ... depois, assinam um memorando de entendimento; depois, firmam um contrato, e, no final, desfazem o contrato sem dizer nem por que foi?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por isso, é exatamente por isso que nós estamos analisando se nós vamos judicializar ou não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– V. Sa. entrou na Justiça ou não?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ainda não. Nós estamos analisando se nós iremos ou não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Porque veja, querendo ou não, para a empresa de V. Sa. foi um dano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E o preço era 70% mais caro do que a vacina da Janssen.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Foi um dano, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Então, eu... Sinceramente, a leitura que eu faço dessa situação, concretamente, é que a empresa Belcher iria, sim, fazer uma intermediação junto ao Ministério da Saúde e junto ao setor privado. É a cópia *ipsis litteris* do que a Precisa iria fazer. Só não sei se eles iriam vender para o mercado privado tão caro quanto a Precisa estava querendo vender, mas a mim parece que isso é muito claro.

Segundo, a escolha da Belcher não se deu por acaso, não caiu do céu, ela foi obviamente trabalhada, intermediada por pessoas de dentro do Governo. Foi uma atuação política para promover este casamento Belcher-Ministério da Saúde-CanSino. A CanSino viu que era uma fria – essa é a minha interpretação – e resolveu romper o contrato, porque, afinal de contas, ela quer continuar a vender vacina por aí. A Covaxin, que entrou na naquela situação aqui, hoje está suja nos Estados Unidos, está suja no Paraguai, está suja em vários lugares. Os chineses foram mais espertos do que os indianos: antes de a bronca crescer, eles caíram fora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Exatamente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– ... desse processo, não é?

Eu não consigo acreditar que, nos dias 13, 14 e 15, esses empresários todos se reuniram com o Secretário-Executivo, com a Embaixada da China e com o Ministro da Saúde por um espírito humanitário de doar vacina para o SUS; ao contrário, no tempo inteiro, essas empresas que estavam interessadas de alguma maneira em vacina atuaram no Congresso Nacional para facilitar a comercialização de vacina. Não é por acaso que o Sr. Hang diz ali: "Isso é uma jabuticaba brasileira". Por quê? Porque, naquela nossa proposta, só poderia doar, não poderia vender, só iria vender depois que toda a população vulnerável tivesse sido vacinada.



24/08/2021

Então, esse argumento, Dr. Catori – me perdoe –, não se sustenta, não se sustenta de forma alguma. Houve aqui, sim, tráfico de influência, advocacia administrativa e outros crimes mais que foram cometidos aí por esse Ministério da Saúde.

Então, eu quero fechar aqui a minha participação dizendo que nós, Sr. Relator, precisamos... Não quero ensinar pai-nosso a vigário, V. Exa., além de ser altamente preparado, é altamente experiente, mas essas coisas têm que estar muito claras nesse relatório. O modo de atuação desse Governo no que diz respeito a todo esse enfrentamento da pandemia da covid-19 deixou de privilegiar empresas conhecidas, idôneas, que vieram oferecer... Quem ofereceu vacinas eles não quiseram, mas aí eles foram atrás de outros que nós sabíamos que ou talvez não tivessem a vacina, como foi a salvante, ou que essas vacinas não tinham ainda liberação no Brasil, ou que eram mais caras, ou que havia uma intermediação, algum interesse, como foi o caso relativo ao Deputado Ricardo Barros.

E, por último, Sr. Presidente, existe um decreto que determina que todas as reuniões de autoridades públicas federais, inclusive fora do ministério ou fora da Presidência ou fora do órgão, sejam relatadas, sejam registradas. E aqui nós temos várias atas que não existem. Se não fosse essa fotografia em que está aqui o Ricardo Barros – só faltou tirar a gravata, parecia até o ministro, ele! –, se não fosse essa fotografia, a gente não ia saber dessa reunião que tratou de tantos assuntos relevantes para o conhecimento desta CPI.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, passe o próximo orador e, na sequência, eu falo. O.k.?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, sim, senhor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito obrigado, Excelência!

Quero cumprimentar V. Exa., cumprimentar todos os Senadores, o Senador Relator, o Senador Vice-Presidente, a Senadora, as mulheres, Simone Tebet e a nossa Senadora Eliziane Gama, a Senadora Soraya também, que estava aqui.

O Governo Federal repassou, em 2020, 32,3 bilhões para o combate à pandemia; em 2021, 5,7 bilhões; vacinas: 207 milhões de vacinas distribuídas; 178,1 milhões de doses aplicadas. Um número considerável.

Sr. Emanuel, o senhor fez parte de um grupo de empresários que criou um movimento para ter a permissão de adquirir e distribuir vacinas contra o covid-19. Qual foi essa... Qual foi a sua motivação pra isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – A motivação foi ajudar a população e acho que, com a união de todos os empresários, a gente acelerar a questão da imunização no Brasil, seguindo a lei, conforme já estava vigente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor conhece o empresário Luciano Hang?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conheci ele na *live*.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Conheceu na *live*. Qual é a impressão que o senhor teve dele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Luciano Hang, não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Desculpa. O senhor não o conhece?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Conheci na *live*.



O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim. E a sua impressão sobre ele.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Na minha opinião, eu tenho uma afinidade com ele.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor não tem afinidade?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu tenho afinidade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tem afinidade. Mas, assim, o que o senhor pensa dele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me desculpa, mas reservo o direito de ficar calado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, porque eu penso...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É um empresário de sucesso. Para mim, no meu ponto de vista, ele é um inspirador e um empresário de sucesso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O que eu penso dele é que ele é um empresário que orgulha Santa Catarina...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... orgulha o Brasil. Um homem que veio de baixo, um homem simples, e hoje, em Santa Catarina, ele é referência, entusiasta pelas causas do Brasil. É isso que eu penso. Até estranhei o senhor dizer que...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. É. Me desculpa, mas nessas horas a gente...

(Soa a campainha.)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mas é isso aí: eu admiro muito bem ele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir encarecidamente, vou pedir, com todo respeito aos advogados, que parem de falar. É a segunda vez que eu estou pedindo aí...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – E de escrever, não é, Presidente? Porque, às vezes, eles ficam mandando uns bilhetinhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Parem de falar. Daqui a pouco vocês estão sentados em cima dele aí. Eu acho que isso aí não está legal. Veja bem, eu já pedi a primeira vez, eu estou sendo educado. Tem toda essa formalidade em relação ao respeito que temos pelos advogados que vêm aqui, mas os senhores dois estão me atrapalhando de ouvir a ele responder. Os senhores estão atrapalhando o trabalho da CPI neste momento. Os senhores não estão contribuindo para que a gente possa saber o que o Emanuel pensa aqui. Ele não pensa, os senhores é que pensam por ele. Os dois é que pensam por você, Emanuel. Você não consegue responder a uma pergunta, porque os dois é que respondem por você. É a última vez que eu vou chamar a atenção. Por favor. Senão, eu vou pedir para os senhores se afastarem do cliente, porque não está respondendo, quem responde são eles.

O senhor perguntou sobre... Uma pergunta simples. Que eu saiba o Dr. Hang, o empresário, não tem nenhuma doença contagiosa, ele não tem absolutamente nada que... Eu posso discordar do pensamento político dele, mas ele, como empresário, é um empresário bem-sucedido, todo o Brasil sabe. Ficou cheio de dedos pra responder se conhecia o cara ou não. Aí ficou ouvindo "não, conhece", "não conhece", "sim" e "não".



Então, por favor. Eu estou sendo aqui o mais gentil possível. É permitido que os advogados acompanhem o paciente aqui, mas não é permitido que os advogados respondam pelo paciente. Isso é claro.

Então, por favor, doutores, me ajudem aí para que eu não tenha que ficar intervindo e tendo que dizer "olha...". Primeiro que fica um perto, os dois não necessariamente precisam ficar perto. É tipo numa delegacia de polícia: fica lá o cara; quem vai responder por ele é o advogado. O delegado vai perguntar para o advogado. É melhor não fazer as perguntas para o Sr. Emanuel e perguntar para os advogados que eles respondem com mais rapidez.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até para não prejudicar o Dr. Emanuel, não é, Sr. Presidente? Porque assim se comprova, para cada resposta, a contradição. Só aí nós já temos a contradição do depoimento. E não sabemos se ouvimos e entendemos como verdadeira a primeira ou a segunda resposta dada à mesma pergunta, lembrando que a primeira pergunta é dada individualmente pelo próprio depoente, e a segunda, pelo advogado. Talvez já possamos daqui para frente só entender como verdadeira – o Relator – a primeira resposta dada, independentemente da retificação posterior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Senador Jorginho, seu tempo está...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – ... restabelecido. Eu agradeço a V. Exa.

Os advogados estão falando, e até a máscara ajuda, Sr. Presidente. A máscara ajuda. Eles dão uma cochichada, porque, senão, eles não vão receber. O homem tem que pagar a eles também, não é? Eles não podem vir de graça, têm que fazer um servicinho aí. Temos que defender a nossa Ordem dos Advogados do Brasil. Eles estão aí para defender seu cliente. E a máscara ajuda no cochicho. Só que, se for muito alto, daí o Presidente escuta, mas se for meio baixinho os senhores podem continuar, né?

A sua empresa, pelo que tenho lido, acredita na união da iniciativa privada com o poder público para ajudar, através do espírito colaborativo, em causas como essa. O senhor mudou de opinião a partir do que está acontecendo nesta CPI? Esse espírito colaborativo, como brasileiro, para ajudar?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não, não. Eu continuo. Sempre fui muito generoso, gosto desse espírito de solidariedade e, onde eu puder ajudar, sempre vou estar contribuindo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só uma pergunta, até para o Brasil ficar sabendo. Vocês estão ali para comprar vacina e doar, correto? Isso é aquela reunião.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Certíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso. O senhor é amigo do Sr. Luciano Hang. São amigos, não é? Segundo o senhor... Então, assim, quantos... Os senhores quatro ou o senhor sozinho, quantas máscaras vocês distribuíram de graça para a população lá de Maringá, por exemplo? O senhor deu quantas máscaras para Maringá?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós doamos na pandemia mais de 1 milhão de máscaras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para Maringá?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Brasil?



O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ajudamos todo o Brasil, inclusive, quando teve a crise em todo o Amazonas, nós...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o senhor vende máscara também?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Vendo máscara também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor vendeu máscara para quem?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Brasil todo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desde hospitais...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... O senhor vendeu máscara para quem? Não é para hospitais. Qual... Para o Estado do Pará? Para o Estado do Amazonas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós vendemos para quem busca na empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas eu estou lhe perguntando...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No público? Na questão pública?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Estado. O senhor vendeu para quem? Para hospitais particulares ou para prefeituras, para governos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Prefeituras, órgãos privados, públicos... Em geral.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Governo Federal nenhuma máscara?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, vendemos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não se perguntou se tinha alguma coisa...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, ele perguntou. Com todo o respeito, ele me perguntou, e eu respondi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Respondeu. E eu apresentei o Portal da Transparência, que tinha vários registros de créditos, inclusive.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Mas eu não estou entendendo, Senador Aziz. Qual é o problema? Ele não pode vender? A empresa dele não pode vender?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Poder, pode. Poder, pode. É porque o depoimento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque tem muitas coisas surpreendentes, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São coisas surpreendentes, coisas que a gente não sabia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre as quais ele silenciou, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, é isso que eu estou perguntando.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

O senhor... Qual o impacto para a empresa de ter sido citada na CPI e o que significa o seu negócio ter o seu diretor presidente convocado pra depor? Teve que problema?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – O impacto é muito grande, ainda mais sendo que nós sempre trabalhamos com muita transparência. Sem dúvida



24/08/2021

alguma, isso tem um impacto gigante pro nosso negócio, por isso que, quando vocês me convocaram, eu gostaria de ter vindo pra esclarecer tudo isso e dizer que sempre eu vou falar a verdade. Mas o impacto é muito grande.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É mais uma negociação que não aconteceu, não é? Mais um barulhão danado. O Governo comprou alguma vacina sua?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nenhuma.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Os senhores fizeram algum negócio pra ganhar dinheiro com o Governo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós participamos...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – De vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não, não, nenhuma.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente, eu estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós guardaremos pra próxima CPI.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esta está encerrando quando? Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A audição dele, sim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, pra próxima... O próximo depoimento. Entendi agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Luis Carlos Heinze está preparado ou quer que eu cancele o seu depoimento?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interelar.) – Sr. Presidente, quero apenas fazer uma colocação e cumprimentar o depoente, o Sr. Presidente, o Sr. Relator, as colegas Senadoras e Senadores. Pelo que sei – e vou perguntar aqui ao Emanuel – essas compras, tanto da Covaxin quanto da Sputnik e dessa própria CanSino, que estavam sendo feitas, tinham como objetivo antecipar, terem vacinas pra serem entregues ainda no primeiro semestre.

No processo que nós temos hoje, das vacinas compradas – 632 milhões de doses –, parte já foi distribuída – 217 milhões –, mas essa outra parte seria, então, para o segundo semestre; a falta maior estaria no primeiro semestre. Então a pergunta é: essa vacina de vocês, que estava sendo negociada, seria pra entrega no primeiro semestre? É isso aí? No segundo trimestre? Primeiro semestre deste ano de 2021?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Isso, o objetivo seria ser entregue a partir de julho. Esse era o objetivo inicial.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

Também aqui foi falado, ouvi em outras manifestações, Senador Girão... Parece-me que Luciano Hang, Carlos Wizard, enfim... Pelo que deu pra entender, eles estariam intermediando vacinas... Os colegas Parlamentares... Alguém insinua que eles tivessem interesse em intermediar a venda de vacina pra ganhar comissão. Foi o que eu entendi aqui.

Só pra fazer uma colocação: o processo que esses empresários e outros tantos do Brasil interferiam era para, vamos dizer assim, que o Brasil tivesse vacina, que os empresários pudessem comprar as vacinas pra vacinar os seus funcionários e depois, na mesma proporção, fazer a doação... Se eu comprasse 500 mil vacinas, eu vacinaria meus funcionários e, com isso, eu também teria compromisso de entregar vacinas, vamos dizer assim, ao SUS, certo? Pra que, de uma certa forma, fizesse isso.



Então, só pra registrar essa posição, porque eu falei com Sr. Carlos Wizard e a posição dele é essa aí. Jamais teria interesse, Senador Girão, de ganhar comissão pra vender vacina pro Governo brasileiro.

Só nós registrarmos aqui, porque essa colocação que. Eu estou fazendo essa colocação.

E a outra questão, também, Sr. Presidente, com relação às vacinas, eu vou registrar de novo que, o meu Estado, o Rio Grande do Sul, Senador Girão, recebeu lá 12 milhões... Já recebeu, do Governo Federal, 12,784 milhões de doses para uma população vacinal de 8,958 milhões de vacinados, vacinável, vacináveis.

Já tem, hoje, no meu Estado, praticamente quase a metade da população que já recebeu, que já teria recebido a segunda dose, 3,826 milhões de doses para a segunda dose. Isso quer dizer que, no Estado do Rio Grande do Sul, estima-se que até o final de outubro toda a população gaúcha já tenha recebido duas doses.

E, no Brasil, segundo dados que nós temos aqui, já foram distribuídas 215 milhões de doses para uma população vacinal de 160 milhões de brasileiros e já tem 55 milhões de brasileiros para a segunda dose, Senador Jorginho Mello.

Isso também é importante nós frisarmos, que essas vacinas foram compradas e que já tem 632 milhões de doses compradas, afora a Covaxin que não entrou, Sputnik que não entrou e essa CanSino que não entrou também. Então, já tem vacinas compradas e que, no decorrer agora do segundo semestre, serão compradas, quer dizer, se tiver necessidade de uma terceira dose tem vacina suficiente para fazer uma terceira dose. Esse é o ponto.

Vou voltar, aí sim, Sr. Senador Omar Aziz, novamente no tratamento precoce.

Foi comentado aqui da Pfizer. A Pfizer é um inibidor, o produto deles é um inibidor, como também... Deixa só eu fazer uma colocação.

O medicamento da Pfizer é do tipo inibidor de protease, assim como os medicamentos hidroxicloroquina e ivermectina, que, embora possuam mecanizações diferentes, esses três medicamentos resultam na inibição da replicação viral.

Vou apresentar, Sr. Relator, Sr. Presidente, Srs. Colegas Senadores e Senadores, nós estamos preparando um documento de cientistas, não são charlatões, que demonstram o que eu, Senador Girão, e outros falam aqui nesta CPI.

Não tem problema nenhum, como por alguém foi colocado, que pudesse até nos criminalizar. Falo isso, repito e reaplico o que eu estou falando aqui. São fatos concretos que existem, cientistas falando esse fato que estou falando das medicações que estão sendo usadas no Brasil.

Estou buscando contato com as Embaixadas da Índia, do Senegal, da Nigéria e também do México que comprovem o que eles estão fazendo naqueles países com a letalidade muito mais baixa que nós temos em muitos Estados brasileiros, inclusive no Brasil, porque adotam o tratamento com esse medicamento que aqui estão criminalizando, e esse é o fato que estou buscando nas embaixadas desses países, procurando a informação que eu já sei, mas eu quero a confirmação por parte das embaixadas do México, da Índia, da Nigéria, do Senegal, como eles adotam o tratamento e mostram os dados que eles têm naqueles países, como eu tenho aqui em vários Estados e vários Municípios brasileiros que estão falando.

Volto a falar o caso de Serrana, no Estado de São Paulo, toda a população vacinada em janeiro, Senador Girão, comparado com o nosso Porto Feliz, onde o médico, é um médico que adotou o procedimento, e assim eu posso citar centenas de casos no Brasil inteiro.



Então, esse é o fato, esse é o caso que nós temos, apenas para fazer essa colocação na defesa do que nós advogamos aqui. Eu não recomendo, não sou médico para receitar, mas o Conselho Federal de Medicina deu autorização aos milhares de médicos brasileiros, que são criminalizados, para poder fazer a adoção desse tratamento *off label*.

Essa é minha colocação, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir ao Senador Randolfe que passe à Secretaria aquela resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já fornecemos. Já fornecemos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu queria que fizesse uma resposta bastante... As letras grandes e plastificasse, para que eu entregue e deixe aqui, na frente aqui, sobre o que pensa a Pfizer, que está... Eu acredito, Senador Heinze, que o FDA americano deve ser uma instituição de respeito, ou não?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Acho que é, e eu debato com o senhor, com que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, comigo não. Não, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, só um minutinho – só um minutinho. É uma instituição de respeito, e estou aqui pedindo um debate sobre a pesquisa de Manaus, que, infelizmente, ninguém veio debater – ninguém veio debater.

Lá no estudo de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o FDA disse que a ivermectina é para cavalo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Foi, falou, falou isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Falou: "para cavalo". Assim mesmo, literalmente: "A ivermectina é para cavalo".

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vou apresentar na CPI um debate no Senado americano, falando sobre ivermectina, sobre esse tratamento. Foi feito um debate muito intenso no Senado americano no ano passado. Vou trazer esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá bom.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Respeito a posição do FDA, mas eles também vão ter que ouvir cientistas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É, eles estão errados...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não são chutadores, não. Não são chutadores; cientistas. Eu dou nome, nome e quero que me apresentem nomes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu estou esperando um dado, Sr. Presidente. Eu acho que o Senador Randolfe está na minha frente; depois eu falo. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim. Senador Randolfe, depois Senador Girão, Senador Rogério Carvalho, Senador Alessandro e Senadora Soraya.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para lembrar que eu... Aqui, Presidente, aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci. Senador Fabiano Contarato e Senador Izalci Lucas. O senhor está lá no final, o senhor é o décimo segundo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É porque eu estava inscrito virtualmente desde o início. Eu estou acompanhando desde o início, mas estava virtual, mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que está aqui, Senador...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero falar cinco minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Emanuel Catori, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu queria pedir para Ana para nós iniciarmos colocando um de vários vídeos com uma declaração do Senhor Presidente da República. Basta colocar esse.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É só para lembrar... Eu quis iniciar minha inquirição, Sr. Relator, Sra. Presidente, com esse vídeo do Presidente da República. Esse vídeo do Presidente da República é de 17 de dezembro. Eu quero repetir o que... Nós poderíamos repetir várias vezes nesta CPI, Sr. Relator, o que o Senhor Presidente da República fala nesse vídeo: "A pressa da vacina não se justifica. Nós estamos com a pandemia no fim". Acho que vocês todos ouviram. É de conhecimento público essa manifestação do Presidente da República. É bom nós sempre lembrarmos, para, toda vez que vierem trazer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito dados sobre a vacinação hoje no Brasil... É importante sabermos que, em dezembro, o Presidente da República estava dizendo que a pandemia ia acabar e que a pressa pela vacina não se justificava. Em dezembro, o Presidente da República, que já poderia adquirir vacinas, dizia isso.

A partir dessa declaração do Presidente da República, Sr. Emanuel, eu lhe pergunto: nesse período, em dezembro, a Belcher já estava fazendo tratativas para aquisição, para fornecer vacinas aos brasileiros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nós estávamos fazendo tratativas ainda com os laboratórios privados. Em nenhum momento, a gente entrou em contato com algum órgão federal no Brasil. Nós estávamos buscando parceiros tecnológicos no exterior.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para o fornecimento de vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para a aquisição e para sermos os representantes legais.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, nesse período de dezembro, na época da *live* do Presidente da República, com qual laboratório especificamente a Belcher estava negociando?



24/08/2021

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não me recordo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não se recorda? Espere aí! Permita-me! O senhor é um executivo da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não se recorda com quem estava negociando em dezembro o fornecimento de vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós estávamos com tratativa... Nós estávamos tratando com diversos laboratórios para ver com quem a gente ia conseguir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por exemplo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A Sinopharm é uma, e a CanSino é outra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Sinopharm... Mas o senhor não tinha a informação de que a Sinopharm já tinha contrato firmado com o Butantan nesse período?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós não tínhamos a informação de que ela era exclusiva no Brasil, conforme eu já...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Sinopharm também não respondeu isso...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... ao senhor, naquele momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor estava... Deixe-me ver se entendi. A Belcher estava em contato com a Sinopharm...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Sinopharm...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me desculpa! É Sinovac!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perdão!

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Perdão! Desculpa! Desculpa! É Sinovac. Perdão!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, vamos lá! Deixe-me ver se eu entendi. Em dezembro, a Belcher estava em contato com a Sinovac.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No primeiro contato da Belcher com a Sinovac, a Sinovac não informa que já tinha contrato firmado para fornecimento de vacinas no Brasil com o Instituto Butantan?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Conforme eu falei, a Sinovac tem diversas plantas. E o Butantan, pelo conhecimento que nós tínhamos na época, tinha contato somente com uma das plantas. Então, por isso é que a gente estava avançando com a conversa para aquisições de doação nesse momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, nesse instante, essa planta, seja qual for, da Sinovac não tinha informado, comunicado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não tinha dado nenhuma informação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tinha.



24/08/2021

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, no mês de dezembro, o senhor estava em contato... O senhor estava em contato com...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – CanSino e Sinovac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – CanSino e Sinovac, para fornecimento de vacinas para os brasileiros?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo, mas lembrando que a Sinovac era somente para as doações. A CanSino nós estávamos buscando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu estou falando do mês de dezembro.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Você já estava em contato com os laboratórios CanSino e Sinovac?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sinovac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para recuperar para o senhor...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu coloquei o vídeo da *live* do Presidente da República...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com a CanSino, nós não estávamos intensificados ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aquele vídeo da *live* do Presidente da República, aquele vídeo do Presidente da República é de dezembro, em que ele fala que a pressa por vacina não se justifica e que a pandemia estava no final. Esse vídeo é de dezembro.

A pergunta que eu lhe faço é: no mês de dezembro do ano passado, os senhores já estavam em contato com algum laboratório para fornecimento de vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Em nenhum momento, nós paramos em busca tanto de antiviral quanto de vacinas para o Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sempre procuraram; em dezembro, estavam em contato com os dois laboratórios. É isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Acredito que sim.

Não, não está claro. Me desculpa, eu não estou entendendo claramente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. A pergunta é: em dezembro, com quais laboratórios a Belcher estava em contato para fornecimento de vacinas? Em dezembro, dezembro de 2020.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em dezembro... Nós iniciamos as tratativas no início do ano. Nós, em dezembro, nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pronto, demorou, mas era aí que eu queria chegar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era exatamente aí que eu queria chegar.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, em dezembro, na época em que o Presidente da República dizia claramente que a pressa por vacina não se justifica, a Belcher não estava em contato com nenhum laboratório, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.



24/08/2021

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

Os contatos com laboratórios iniciam quando?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os contatos com laboratórios quando iniciam? Com laboratórios.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Meados de março, fevereiro e março.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Meados de março.

Então, me permita, Sr. Emanuel; veja, Sr. Relator, Sra. Presidente: os contatos da Belcher com laboratórios para fornecimento de vacinas só iniciam em março. Antes disso, o Presidente da República e muitos dos seus aliados diziam que não precisava de vacina.

O seu laboratório, então, só inicia em março o contato para fornecimento de vacinas a partir do debate no Congresso Nacional de fornecimento de vacinas pela iniciativa privada. É isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para a aquisição de doações, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para a aquisição de vacinas pela iniciativa privada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para doações.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

É isso que justifica, inclusive, aquela *live* com Luciano Hang e Carlos Wizard, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Luciano Hang e o Sr. Carlos Wizard estavam em campanha aberta contra a lei que tinha sido aprovada no Congresso no mês de fevereiro, aliás, no mês de março – proposta de fevereiro e apresentada em março. Estavam em campanha ampla e aberta contra aquela lei, que foi a lei, repito, que possibilitou que os brasileiros fossem vacinados com a Janssen e com a Pfizer. Estavam em campanha aberta pela alteração daquela lei.

O senhor também fazia parte desse movimento, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não fazia parte desse movimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tenho uma notícia aqui que diz o seguinte: "Empresário de Maringá lidera movimento para compra e distribuição de vacinas contra a covid-19", notícia de 23 de março de 2021.

Diz ainda na notícia: "Catori [é o senhor] explica que o principal objetivo do grupo é obter a permissão para que empresas brasileiras comprem e doem vacinas contra a covid-19 não apenas para o Sistema Único de Saúde [...], mas também para outros setores. O que nos levou a tomar essa atitude foi agilizar o processo de vacinação [...]".

O senhor não fez essa declaração?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, fiz e é totalmente sobre doações. Em nenhum momento, eu estou falando comercialização.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas este movimento aqui é o mesmo movimento do qual participava o Sr. Wizard...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – De maneira alguma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... e o mesmo movimento do qual eu participava o Sr. Luciano Hang. E tempos depois o senhor participa da *live*. Na *live*, na preliminar da *live*, claramente o Sr. Luciano Hang condena a 14.125, aprovada pelo Congresso Nacional, e advoga pela alteração da lei, lei esta que foi aprovada pela Câmara dias depois, dia 7 de abril, patrocinada a aprovação pela Câmara,



Sra. Presidente, Sr. Relator, pelo Partido Progressista, o mesmo partido do Deputado Ricardo Barros – mesmo partido do Deputado Ricardo Barros.

E existia uma campanha clara, declarada, contra uma lei já aprovada... Aliás, eu acho... me parece que é a alteração de lei mais rápida da história do Congresso Nacional. O Congresso Nacional aprova uma lei que possibilita a vacinação, à qual o Governo estava resistindo; dias depois, a Câmara já faz a alteração dessa lei. Já faz o projeto de alteração dessa lei, atendendo àquela *live* da qual o senhor estava fazendo parte, àquela *live* em que estava o senhor, estava o Luciano Hang, estava o Sr. Carlos Wizard, e, pelas notícias que se tem, com o senhor participando dessa campanha. Parece-me que tem correlação clara aí dos interesses.

Mas continuando: o senhor conhece o Sr. Flávio Pansieri?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a sua relação com o senhor e qual a relação da empresa Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Totalmente profissional. Ele é nosso... A gente o contratou para a parte regulatória da empresa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O fato de ele ser advogado do Sr. Ricardo Barros é uma mera coincidência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mera coincidência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A relação dele de sociedade também, com familiares do Deputado, é mera coincidência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tanto que eu fiquei sabendo dele a partir do Rafael, que é um consultor nosso, que é de Curitiba também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é mera coincidência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Mas ele participou, inclusive, das reuniões sobre a vacina CanSino com a Anvisa, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Com a gente, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E qual o papel do Instituto Vital Brazil nessas negociações com a CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com a CanSino, nós estávamos nas questões da perspectiva de contratar o IVB somente para a parte regulatória. Por isso que o IVB participou com a gente em duas reuniões. Mas, como não deu andamento na vacina, nós não concretizamos a nossa parceria.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Senador Randolfe, eu queria entender direito essa participação desse advogado. Como que é o nome dele?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Flávio Pansieri. Flávio Pansieri, que o Sr. Catori diz aqui para nós que o fato de ele ser também advogado do Sr. Ricardo Barros e ser também sócio de familiares do Sr. Ricardo Barros é uma mera coincidência.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele foi contratado...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele participou de reuniões da Anvisa.



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas ele já era advogado da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Era advogado nessa questão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Não, mas já era advogado da Belcher antes?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não, não era. Ele trabalha, ele, o escritório dele...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele é sócio, ele é advogado do Ricardo Barros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então deixa eu ver se nós entendemos. Ajude-nos a entender, ajude-nos a entender.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, eu só queria saber se ele foi contratado pela Belcher, houve um contrato, e qual foi a data desse contrato.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu posso solicitar o contrato pra vocês. É...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não lembra mês, nada...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Foi logo quando nós fomos entrar com a vacina, porque o escritório dele é especializado em processos regulatórios.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na Anvisa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Na Anvisa.

Então, o escritório dele...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de entrar, então...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Antes de entrar, nós já entramos nas tratativas, pelo fato do *know-how* dele e todo o conhecimento dele na questão regulatória. Por isso que nós o contratamos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Permita-me: em nenhum momento antes a Belcher contratou o Sr. Flávio Pansieri?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em nenhum momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só contratou pra este caso específico?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para as tratativas com a vacina CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Para a parte regulatória.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E isso foi em decorrência do *know-how* dele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Do *know-how* dele. Ele tem um grande conhecimento na questão de *know-how*.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Ele tinha já experiência de tratativas junto à Anvisa, da agência reguladora?



O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Sim. Sim.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele já participava?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele é sócio em alguma...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Pelo que eu fiquei sabendo quando fui tratar, quando eu fui conversar com ele, sim, demonstrou todo conhecimento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Conhecimento e influência, Senador Randolfe, ele tinha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – É... O Sr. Catori está dizendo que a relação do advogado com o Sr. Ricardo Barros – que é notória a relação, o advogado é advogado do Sr. Ricardo Barros e é sócio de familiares do Sr. Ricardo Barros –, o Sr. Catori diz que é mera coincidência.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Com licença, ele não era sócio; ele não é sócio. Ele já foi sócio do genro do Ricardo Barros. Ele já foi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito. O senhor tem essa informação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Pela mídia, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É porque o senhor foi muito rápido...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não... Mas é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... inclusive, em refutar essa informação...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, me desculpa, mas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Me chamou a atenção. Me chamou a atenção a correção, o conhecimento que V. Sa. tem. Obrigado por me corrigir, mas me chamou a atenção a rapidez com que V. Sa. me corrigiu. Realmente... Assim, obrigado pela correção. Ele não é sócio; ele já foi sócio. Mas V. Sa. tem muito conhecimento, inclusive sobre as tratativas e negócios do Sr. Flávio Pansieri. Obrigado pela correção. Me chamou a atenção o conhecimento de V. Sa.

O instituto... Mas voltemos ao Instituto Vital Brazil.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sobre o Instituto Vital Brazil...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sobre o papel do Instituto Vital Brazil.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A gente começou... A gente tinha uma perspectiva de contratá-lo somente para a parte regulatória junto com a gente, tanto que depois a gente não deu mais andamento com eles, porque o processo da CanSino não avançou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Por que o Instituto Vital Brazil, em determinado momento, negou que tenha tido algum... Primeiro, eu quero lhe perguntar o seguinte: teve contrato?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, em nenhum momento ainda, nós não tínhamos firmado contrato, porque eles somente... Como não tinha nada definido da questão de valores, por isso que eles participaram em duas reuniões com a gente na Anvisa, para ver o tanto de trabalho que ia ter na questão regulatória...



24/08/2021

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o Instituto Vital Brazil integra a carta de autorização?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, integra, porque, quando nós fomos oficializar para a CanSino, nós falamos que a gente ia dar andamento com o IVB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, mesmo assim, a rescisão em relação ao Instituto Vital Brazil é posterior.

E eu quero lhe perguntar o seguinte: o Instituto Vital Brazil, qual *expertise* que tinha? Quantos pesquisadores? Quantos bolsistas tinha para validação? Como que a Belcher chegou ao Instituto Vital Brazil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós já temos uma parceria com o Instituto Vital Brazil pelo fato do antiviral, então nós conhecemos o corpo... Ele tem um grande corpo regulatório, por isso que houve essas tratativas, mas eu não sei responder precisamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E achava que era a instituição mais habilitada para isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que era a instituição mais preparada para este fim?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Pela nossa avaliação, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Governo do Paraná intercedeu junto à Embaixada do Brasil na China, solicitando apoio para a empresa CanSino. V. Sa. poderia descrever como se deram essas tratativas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas... Bom, mas foi a intermediação em favor de um negócio que V. Sa. estava... em que V. Sa. era ator central.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – V. Sa. não tem conhecimento dos...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tenho conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... das interações, intervenções e participação do Governo do Estado do Paraná?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não tenho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor participou de alguma negociação para a compra de vacinas antes de ser representante da CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor participou de alguma negociação para a compra de vacinas antes de ser representante da CanSino?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nenhuma.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas tem aquele... Existe essa circunstância do dia 17 de março, daquela *live*, mas V. Sa. insiste...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Totalmente de outro laboratório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que nada tinha a ver com a negociação com a CanSino.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

V. Sa. parece-me que reiterou aqui – eu falo isso já para concluir, Sra. Presidente –, V. Sa. reiterou aqui que as notícias acabaram prejudicando a evolução das tratativas, das



24/08/2021

negociações entre a CanSino e o laboratório que V. Sa. aqui representa. V. Sa. reafirma isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Afirmando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, diante disso, V. Sa. acha que o laboratório da CanSino não deverá mais fornecer vacinas aos brasileiros, não tem mais interesse?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não posso responder por eles.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, porque, inclusive, é comunicado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E qual é a relação, evidentemente, Senador Randolfe, que pode existir entre o fato de a CanSino ter descredenciado a Belcher por causa de *compliance* com notícia? Não vejo vinculação, evidentemente, nenhuma, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma matéria só, não é, Senador? Uma notícia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É, não tem nada a ver, nada a ver.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A opinião sua é a mesma opinião do Deputado Ricardo Barros, que foi desmentida pela própria farmacêutica da CanSino. A farmacêutica da CanSino, em comunicado, inclusive desmentindo o Deputado Ricardo Barros, fala aqui que manifesta total interesse ainda em fornecer vacinas para o Brasil. Diz o laboratório: "A empresa manifestou interesse em trazer a vacina para o Brasil, mas a forma como isso ocorrerá é uma decisão ainda a ser definida pelo laboratório".

Me parece, Sr. Emanuel, que, claramente, a CanSino manifestou unilateralmente o interesse de não continuar com a parceria com o seu laboratório, mas que tem interesse no fornecimento de vacinas ao País. Então, me parece que – ao contrário do que V. Sa. aqui afirma e do que foi afirmado também pelo próprio Deputado Ricardo Barros, corroborando com a declaração de V. Sa. – o que laboratório não quer é a intermediação, que, mais uma vez – me permita –, tem algo muito parecido com o processo envolvendo a Precisa, porque... Pelo menos, V. Sa. foi mais claro do que os executivos da Precisa. A Precisa nunca informou sobre o dito contrato firmado entre ela e a Bharat Biotech, o que nos levou a crer que o contrato não existia, e foi confirmada depois a não existência do contrato. A mesma circunstância ocorre com seu laboratório. V. Sa. acaba de afirmar que não existia contrato; existia um memorial de intenções, um memorando de intenções. E, em seguida, o próprio laboratório da CanSino afirma que mantém interesse no fornecimento de vacinas ao País, só não mantém interesse na intermediação com o laboratório de V. Sa.

Me parece que essa história de não existirem contratos para o firmamento e fornecimento de vacinas é um *modus operandi*, é um procedimento que é recorrente nisso que estamos investigando nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Senador Randolfe.

Nós vamos seguir agora com a lista dos suplentes. Antes, porém, o depoente pede rapidamente para ir ao banheiro. Só cinco minutinhos aqui.

(Suspensa às 13 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 21 minutos.)



24/08/2021

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interperlar.) – Retomamos, então, aqui, a nossa sessão e seguiremos com a intervenção ainda de um titular, que é o Senador Eduardo Girão, que tem o tempo de 15 minutos.

Antes, porém, eu queria apenas que o senhor nos trouxesse aqui uma informação só para clarear. O Pansieri, que é advogado, não integra, como sócio, nenhuma das empresas que integram o grupo econômico da Belcher, que são dez ao todo, não é isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não, são cinco. E, nenhuma. Afirno: nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nenhuma. Mas o Daniel Moleirinho, sim, que é o filho do Francisco Feio.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, o Daniel é meu sócio.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Certo.

Muito obrigada.

Com a palavra o Senador Girão, pelo tempo de até 15 minutos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interperlar.) – Muiíssimo obrigado, Sra. Presidente desta sessão, Senadora Eliziane Gama.

Seja muito bem-vindo, Emanuel, aqui e seus advogados, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Formulei algumas perguntas aqui para o senhor. Já, já começo a fazê-las, mas antes, Sra. Presidente, eu não poderia deixar de registrar nesta semana, neste início de trabalhos que a gente está tendo aqui na CPI, algo que a CPI não faz, e que a Polícia Federal e a CGU (Controladoria-Geral da União), graças a Deus, fazem no País, que é investigar corrupção.

Então, ontem foi deflagrada pela Polícia Federal e CGU a Operação Cartão Vermelho 2, que é uma continuidade da primeira fase da Operação Cartão Vermelho, que investiga crimes de corrupção, desvio de recursos públicos federais e fraude em procedimento de licitação durante o combate à pandemia. A ação visou instruir inquérito policial que apura indícios de atuação criminosa de servidores públicos dirigentes de organizações sociais sediadas em São Paulo contratadas para gestão do hospital de campanha montado no Estádio Presidente Vargas, que fica lá em Fortaleza, no meu Ceará.

Inclusive esse hospital foi desmontado enquanto todo mundo, Senador Heinze, sabia que viria a segunda onda. Parece que Prefeitos e Governadores também não acreditavam que vinha e fecharam esse hospital de campanha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Girão, permite só uma interrupção?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Para que não haja uma omissão, V. Exa. há de compreender que o principal patrocinador de que a pandemia havia acabado foi o Presidente da República, e isso estimulou inclusive o fechamento de alguns hospitais de campanha, porque ele, da autoridade de cadeira de Presidente, anunciava que não haveria segunda onda e que a pandemia havia acabado. Nós acabamos, na intervenção do Senador Randolfe, de mostrar esse vídeo para avivar a memória.



O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Eu peço só que reponha esse tempo porque me parece, Senadora Eliziane Gama, que essa percepção de que a pandemia teria acabado foi um erro, seja de Presidente, seja de Governador, seja de Prefeito, seja de cientistas. O fato é que hospitais de Estados e Municípios, sob a jurisdição de Prefeitos e Governadores, foram fechados. Esse é o fato. E isso ceifou vidas.

O caso desse hospital lá de Fortaleza, que é um escândalo, uma vergonha para a nossa população... Inclusive a CPI disse que iria chamar Prefeitos aqui, ex-Prefeitos. Chegou a sair na pauta desta CPI, veio para a pauta e foi tirado. E disseram que viria de novo para a pauta, mas, até hoje, quatro meses depois, ainda não voltou. E a CPI deve à sociedade uma resposta sobre isso.

Só para vocês terem uma ideia, a Polícia Federal ontem mostrou que há indícios de conluio entre investigados para direcionar a escolha da organização social, com pagamentos superfaturados, transações com empresas de fachada, desvios de recursos públicos, enriquecimento ilícito. Então, isso aqui é uma amostra de que a gente poderia estar enveredando por esse caminho também para mostrar toda a verdade e não apenas uma parte da verdade. Foram dezenas de milhões de reais investidos, choveu denúncia – não foi chuva com água, foi denúncia –, e aí se resolveu fechar, em cinco meses de funcionamento, esse hospital. Estão aí a Polícia Federal e a CGU fazendo o trabalho.

A CGU, diga-se de passagem, esta CPI já aprovou – já aprovou – a vinda do Ministro Wagner Rosário aqui, mas até agora não foi marcada a vinda dele. Será que vai até o final desta CPI? Porque ele pode trazer dados tanto do Governo Federal, que a gente precisa investigar, eu concordo, e ele pode trazer também de Estados e Municípios. Por que não? Por que não? Vamos virar essa página e vamos marcar.

Os meus Requerimentos nºs 83, 84, 85, 88 e 89, que tratam exatamente dessa investigação em hospitais de campanha, até hoje – até hoje –, Senador Heinze, não foram votados.

Antes de entrar nas perguntas, eu queria fazer uma retificação importante, porque a gente vê uma guerra de narrativa grande aqui dentro desta CPI, não é de hoje. E a gente precisa ter coragem e ousadia para contrapor. O tempo é o senhor da razão, mas não venha querer colocar narrativas aqui com que a gente tem que concordar, porque isso não é correto.

Sobre essa publicação do FDA, a respeito do uso indiscriminado de ivermectina nos Estados Unidos, lá naquele país não há formulação de ivermectina para consumo humano. A população, no entanto, vinha utilizando ivermectina de uso veterinário. Foi sobre isso que o FDA alertou. Eu quero deixar muito claro que ninguém tem o monopólio da ciência, ninguém é dono da verdade. A gente precisa ouvir quem conhece o assunto. Eu não conheço, o Senador Heinze não conhece, os outros colegas aqui não conhecem. A gente precisa ter um debate franco pra entender sobre tratamento, que sempre foi um princípio da Medicina. No dia em que vieram os cientistas aqui pra mostrar dados, metanálises, mostrar efetivamente os seus estudos clínicos, inclusive, a maior parte desta CPI foi embora, não fez perguntas. Quer trazer? Vamos trazer de novo. Eu topo, porque eu acho que a gente precisa ter aí realmente o bom senso nesse caso pra não cometer injustiças. A autonomia médica precisa ser respeitada. É sobre isso que o Conselho Federal de Medicina se posicionou. Inclusive, eu acho que deve vir aqui o Presidente do Conselho Federal de Medicina.



Sr. Emanuel, eu queria lhe perguntar o seguinte: o senhor é Diretor-Presidente da empresa Belcher Farmacêutica, o senhor é o fundador dessa empresa? Qual a sua relação com essa companhia?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Sim. No Brasil, eu sou. Minha relação com essa companhia: eu sou um dos melhores amigos do sócio-fundador, que é nos Estados Unidos, que é uma empresa de 50 anos, e foi onde eu fui o fundador dela no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

É... Há 50 anos existe a empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nos Estados Unidos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nos Estados Unidos. No Brasil, há dez – não é isso que o senhor falou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo, dez anos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Desde quando trabalha com vacina ou nunca trabalhou com vacina essa empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Como nós... Na vacina nós nunca trabalhamos anteriormente, conforme eu já explanei, mas, pelo fato de nós termos todas as autorizações de funcionamento da Anvisa e todas as certificações, como nunca houve nenhuma pandemia como essa, mundial, acredito que todas as empresas farmacêuticas, como a nossa, foram em busca de uma solução para o Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

Uma pergunta que foi feita aqui, mas é importante...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – ... a gente fazer de novo, deixar muito claro: a sua relação com o Deputado Ricardo Barros. Desde quando o senhor conhece esse Parlamentar influente aqui?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele é amigo de longa data do meu sócio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É amigo do seu sócio?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – De longa data, onde nós nos tornamos amigos também. Tenho uma amizade cordial com ele.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor é filiado a algum partido político?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Que eu me recorde, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor ou a Belcher já fez doação a partidos políticos ou a políticos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, nunca.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor é sócio desde o início da empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Há dez anos aqui no Brasil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É... Eu queria lhe perguntar também o seguinte: a Belcher Farmacêutica assinou contrato com um gigante paraguaio, o laboratório Lasca, braço forte da indústria



farmacêutica guarani. Esse contrato tem alguma ligação, mesmo que indireta, com relação à aquisição de vacinas? Se sim, quais vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma. Na verdade, esse contrato já foi antes da pandemia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor teve alguma reunião no Palácio do Planalto?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Por que o senhor acha que o senhor está aqui nesta CPI hoje?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Pela convocação que eu tive. Não tenho... Não consigo afirmar o motivo. Esclarecer todas essas dúvidas que estão tendo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sua empresa deve ter experiência na formulação de preços ao consumidor. Segundo reportagens, o valor da vacina da CanSino estaria sendo oferecido por US\$17 a dose, tornando-se a vacina mais cara no mercado brasileiro até o momento. Pergunta: o senhor confirma esse valor? Qual seria – se o senhor puder nos passar, a gente agradece; me passar – a margem de lucro da sua empresa? E qual a quantidade a ser contratada? E de que forma seriam feitas as entregas e os pagamentos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Calma, vamos lá. Pode repetir as perguntas para a gente ir por etapas?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vamos lá. O senhor confirma esse valor de US\$17?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – No valor que a gente ofereceu para o Ministério da Saúde, sim.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Uma dose?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Uma dose somente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Certo.

A margem de lucro da sua empresa com essa transação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, eu vou manter o direito de ficar em silêncio, por gentileza.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Ela de alguma forma passaria algum tipo de comissionamento a algum intermediário dentro dessa transação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhuma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual a quantidade a ser contratada? E como seriam as entregas e os pagamentos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tudo dependia dessa carta de intenção para a gente dar andamento às negociações, então eu não tenho como afirmar isso neste momento. A proposta inicial eram 60 milhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor falou que a sua empresa, nesses dez anos, teve uma relação comercial natural tanto com o Governo Federal como com Estados e Municípios. Durante a pandemia, o senhor realizou que tipo de vendas e para onde, com relação a medicamentos, a esses insumos necessários aí ao enfrentamento da pandemia?



24/08/2021

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós vendemos praticamente para o Brasil todo. A gente participa de licitações diariamente. E a gente vende tanto para empresa privada quanto para o mercado público. Eu não consigo precisar, que são inúmeros, mas...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Quais medicamentos foram mais vendidos durante esse período?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O propofol, rocurônio. Esses dois medicamentos, no combate à pandemia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Houve incremento durante as vendas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nesse período?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Além do Distrito Federal, que outros Estados o senhor...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Praticamente todos nós já atendemos, o Brasil todo. Acho que são pouquíssimos Estados que nós não atendemos no Brasil.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E sua empresa também vendeu testes rápidos para covid-19?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Bem poucos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Foi aqui para o Distrito Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual foi o Estado?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Vendemos para empresas privadas no meu Estado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Segundo a reportagem, essa mesma reportagem, sua empresa e o Instituto Vital Brazil foram desautorizados pela CanSino Biologics para requerer autorização do uso emergencial, registro, autorização de comercialização, bem como atividade de preparação e distribuição da vacina. Exatamente por qual motivo o senhor considera que isso ocorreu?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eles... Eu não sei responder o motivo por eles. O que eles alegaram foi uma questão do *compliance*, onde nós já tínhamos fornecido para eles todas as nossas certidões, que nós temos todas as certidões negativas e somos aptos a trabalhar e fornecer para todos os órgãos nacionais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É em cima dessas colocações, do trabalho que já tinha sido desenvolvido pela sua empresa, que o senhor pensa em entrar judicialmente contra a empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Estamos analisando. Não consigo afirmar isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O.k. Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu agradeço, Senador Girão. Eu vou suspender por 30 minutos, para a gente almoçar.



Senador Rogério, se V. Exa. quiser fazer logo as perguntas, então eu suspendo logo após o senhor, pode ser? Depois a Senadora... o Senador Alessandro e a Senadora Soraya.

Então, eu vou ouvir o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Obrigado, Presidente. Estou lá na CCJ...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um abraço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Emanuel Catori, Sr. Presidente, Sr. Relator, aqui nós temos visto que o silêncio diz muita coisa. Basta a gente prestar atenção. E muitas vezes o silêncio aponta para uma única resposta: quem cala consente. Mesmo com o silêncio das testemunhas e investigados, esta CPI mostrou todas as ilegalidades do Governo Bolsonaro na condução da pandemia. Tenho dito aqui nesta Comissão que os fatos se sobrepõem às narrativas, às histórias contadas aqui, como se todos nós não tivéssemos acesso a outras fontes de informações. Creio que com o senhor não vai ser muito diferente. Algumas dúvidas ainda permanecem no que diz respeito à relação Belcher, CanSino e Ministério da Saúde.

V. Sa. pode me responder qual foi a transação de maior valor já executada pela Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não consigo informar neste exato momento. Posso verificar e te informar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Posso informar a V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, essa informação é muito importante, porque veja que V. Sa., na condição de Diretor, de executivo da empresa, consegue um contrato de venda de 60 milhões de doses de vacinas no valor de R\$5 bilhões, Sr. Relator. Então, é preciso que seja uma empresa robusta, porque nós não estamos falando da venda de 50 milhões, de 30 milhões, nós estamos falando de R\$5 bilhões.

O *know-how* da Belcher, pelo que percebemos, veio de algum facilitador.

Quem seria esse facilitador para auxiliar a Belcher a entrar em negociação para a venda de 60 milhões de doses de vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, só... Em nenhum momento nós assinamos nenhum contrato com o Ministério da Saúde – certo? –, só foi uma carta de intenção. E a gente não teve nenhum facilitador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho.

O senhor não tinha nenhum contrato com o Ministério da Saúde sobre a vacina. Como é que o senhor estava negociando com... para comprar 60 milhões de vacinas? Para vender para quem?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nós... Toda a oficialização... Tudo o que nós fizemos nós oficializamos via *e-mail*. Desde o início, quando a gente recebeu a carta de intenção, nós solicitamos uma audiência via *e-mail*...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, espera aí...

Primeiro que a empresa iria perguntar para o senhor: "Eu vou lhe vender 60 milhões de doses...". Eles precisam de garantia, eles precisam da certeza que iria vender.

O senhor tratou sobre 60 milhões de doses com o Ministério da Saúde por *e-mail*?



24/08/2021

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, em nenhum momento a gente chegou... Essa questão de garantias é após o contrato e tudo mais, assim que nós recebemos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, eu não creio que essa empresa seja uma empresa lá na China de fundo de quintal, que pega e, num telefonema ou num e-mail, ele autoriza alguém aqui no Brasil a negociar 60 milhões de doses sem ter a garantia de que alguém vai comprar essas 60 milhões de doses.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu vou chegar lá, eu vou chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É meio complicado isso, Emanuel, porque...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o Senador Rogério está lhe fazendo uma pergunta, e, se eu fosse representante, iria dizer: "Não, já conversei com o ministério. Eles têm interesse nessas 60 milhões de doses. Eu vou vender para eles e tal". Isso não é crime, Emanuel, até aí não é crime. Você querer intermediar a vacina não é crime, a forma é que nós estamos atrás de saber como é que aconteceu.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Presidente, veja só, em março, a Belcher e a CanSino apresentaram um plano em conjunto à Anvisa. No caso, o interesse era ofertar a vacina Convidecia ao setor privado no famoso esquema fura-fila, mas o Ministério da Saúde, através do Secretário Elcio Franco, já tinha reuniões com a CanSino, sem intermediários – preste atenção –, sem intermediários. Como que a Belcher entrou nesse meio de campo como intermediária?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Desculpa... Pode repetir a pergunta?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como que a Belcher virou intermediária da CanSino junto ao Ministério da Saúde?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós não somos... Excelência, nós não somos intermediários, nós éramos representantes oficiais dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, é a mesma coisa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Representante exclusivo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Facilitador dos laboratórios...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, em abril, a famosa reunião promovida pelo Ricardo Barros com o Ministro Queiroga, da qual o senhor participou, situação confirmada pelo próprio Ricardo Barros à imprensa. Eu queria saber, por desincargo de consciência, quem o convidou para esta reunião e por quê?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, foi uma reunião coletiva, e eu já até respondi a essa pergunta aqui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas o senhor poderia responder novamente?



O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Claro, eu vou reiterar. Em nenhum momento... Primeiro, que nós não éramos representantes oficiais dele. Então, eu não poderia, em nenhum momento, falar de uma empresa, sendo que eu não era representante. Nós fomos falar do fato...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas como, se o senhor foi com a CanSino e apresentaram um plano conjunto à Anvisa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, no dia 15, eu não fui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, em março.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não fui.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, foi, porque nós temos dados que comprovam isso.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não somos nós.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Foi.

Engraçado, né? Não era representante oficial, mas, em março, apresentou um plano oficial para importação para o setor privado.

Agora, aí eu vou adiante. Só para o senhor ter uma ideia, Sr. Presidente, no mesmo dia desta reunião coletiva, o Ministro Queiroga teve outra reunião restrita. Com quem? Ricardo Barros.

Em maio, no dia 18 de maio, a Belcher entra com o pedido na Anvisa para uso emergencial da vacina. Dois dias depois, dia 20, às 11h30, o Secretário do Ministério da Saúde, Rodrigo Moreira, tem uma reunião com Alan Eccel, e, à noite, às 19h30, tem uma reunião com quem? Ricardo Barros de novo.

Antes de eu continuar essa linha do tempo, eu gostaria de saber de V. Sa. em que momento a Belcher mudou o interesse do privado para o público e por que motivo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Foram duas. Acredito que você chegou... A gente disponibilizou o cronograma. Então, só para ficar muito claro, nas reuniões em que nós estávamos em tratativa – que o Alan estava comigo –, ainda nós estávamos falando de toda doação referente à Sinovac. Em nenhum momento nós falamos da CanSino.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tudo bem. Não foi isso que eu perguntei. Eu perguntei em que momento a Belcher mudou de interesse, do privado para o público, e por que motivo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – A partir do momento que nós recebemos autorização da CanSino para representar ela no Brasil.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A CanSino, então...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... confirma que o senhor representava a CanSino.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O senhor disse que não era representante há pouco.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, a partir do dia 19/04, quando nós...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – ... nos tornamos...



O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, vamos adiante.

Outro ponto de incompreensão nesta relação entre a Belcher, a CanSino e o Ministério da Saúde é que, no dia 4 de julho, o Ministério da Saúde assina a carta de intenção de compra da vacina. Seis dias depois, no dia 10 de junho, a Belcher e a CanSino rompem. Qual o motivo? O senhor não sabe. O senhor já tinha dito aqui que não sabia, não é isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ainda teve o segundo fato. Veja: a Belcher e a CanSino rompem no dia 10. Nesse mesmo dia, a Belcher manda um *e-mail* para o ministério, dizendo que estava cumprindo as regras da Anvisa. No dia 14, manda outro *e-mail*, nessa mesma negociação, como se nada tivesse acontecido. Não romperam?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu desconheço. Em nenhum momento... A partir do momento em que nós fomos revogados, a gente não falou nenhuma vez e não trocamos nenhum *e-mail*.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – No dia 14, manda outro *e-mail* da negociação, como se nada tivesse acontecido, para o Ministério da Saúde. São dados que a gente tem.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu afirmo... Excelência, eu afirmo que, a partir do momento em que nós recebemos a revogação, eu não enviei nenhum *e-mail*. A única... A única instituição que nós falamos foi a Anvisa. Nós provocamos uma reunião com eles, para a gente conversar sobre o assunto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja, nós temos as transferências telemáticas e telefônicas. Certo? Portanto, aqui, nós estamos falando diante de informações que estão registradas. Portanto, nós vamos checar, para ver se o senhor está fazendo uma declaração que não condiz com a realidade.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Perfeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mais grave: o despacho de cancelamento da carta de intenção de compras só acontece no dia 29 de junho, ou seja, 19 dias depois. Ou seja, Sr. Presidente, a Belcher não tinha mais nenhuma relação com a CanSino e continuou se comunicando com o ministério. E, só no dia 29 de junho, ou seja, 19 dias depois, é que é informado. Sabe por quê? Por qual motivo cancelaram essa intenção de compra? Porque esta CPI desmascarava toda a trama, todo o cambalacho que estava por trás da compra da vacina no Governo Bolsonaro no caso da Covaxin. A Belcher, até a atuação desta CPI, reinava como intermediária para a compra de vacina. Quem está por trás desse apadrinhamento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ninguém está por trás desse apadrinhamento.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ricardo Barros, Roberto Dias, Elcio Franco, Pazuello, Queiroga, Wizard, Luciano Hang ou o próprio Presidente Bolsonaro, para poder o senhor rememorar?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Afirmo que ninguém está.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ah!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente Bolsonaro, Senador Rogério Carvalho, fez algum contato com a autoridade



chinesa para a aquisição da vacina, a exemplo do que fez com relação à Covaxin com as autoridades indianas? Talvez...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A pergunta é uma boa pergunta.

O senhor não sabe informar?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desconheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Num dos documentos encaminhados pela Belcher para o Ministério da Saúde, na lista de membros da Belcher Farmacêutica do Brasil, está o nome de um russo. Quem seria o Ruslan?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Essa pessoa é que nos indicou na China, é do laboratório... É do laboratório russo. Eu afirmei que nós conseguimos representação através dessa empresa russa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O fato é que quem fez tudo para atender os seus pedidos e atuou para colocar a Belcher no Ministério da Saúde do Governo Bolsonaro foi Ricardo Barros, assim como ele fez com a Covaxin. A nossa luta aqui nesta CPI é para que a verdade apareça, para mostrarmos ao Brasil que o Governo Bolsonaro operou a compra... operou contra a compra de vacinas e só entrou no jogo quando passou a interessar do ponto de vista comercial. Isso está ficando claro toda vez que a gente faz uma oitiva.

Sabe qual é o resultado da negligência do Governo Bolsonaro?

Eu queria que passasse o vídeo aí, por favor, para a gente ver qual é o resultado do Governo Bolsonaro no que diz respeito à compra de vacinas.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Só queria concluir, Sr. Presidente.

Essa é a D. Maria. Ela é faxineira e mandou esse vídeo. Eu não vou identificá-la, porque ela tem medo de, por denunciar, perder a aposentadoria, porque, além da dor da perda do filho, D. Maria teme perseguição, algo comum no Governo do Bolsonaro.

É por ela e tantos outros brasileiros que esta CPI tem cumprido um papel muito relevante na história do Brasil, que é esclarecer como um governo larga a sua população à própria sorte, como um governo estimula o contágio, estimula o consumo de medicamentos ineficazes, leva a 574 mil mortos e ainda transforma uma situação de emergência na possibilidade de intermediação de compra de insumos com superfaturamento e beneficiando amigos do Presidente e da família do Presidente.

Isso é lamentável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Rogério.

Senador Randolfe, V. Exa. é bom de data, quando foi a reunião do Deputado Luis Miranda, o seu irmão, com o Presidente? Qual foi a data, por favor? O senhor lembra?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vinte de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vinte de março.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vinte de março, o Presidente, alertado pelo Deputado Luis Miranda sobre o que estava acontecendo com a vacina Covaxin, sobre



invoice, sobre pagamento adiantado... Segundo o Deputado Luis Miranda, ele disse ao Presidente, o Presidente teria dito a ele: "De novo? De novo?". Quer dizer, isso foi dia 20 de março. Essa reunião que o Deputado Ricardo Barros tem é dia 15 de abril, segundo a data. Quer dizer, mesmo alertado o Presidente, o Deputado Ricardo Barros continuou operando dentro do Governo como se nada tivesse acontecido.

Conhecido na minha região, um cabra, quando tem essa coragem, é aquele cabra que a gente diz bem assim: "Esse aí tem coragem de mamar em onça". Então, o Deputado Ricardo Barros, além de ser um tucunarezão, tem coragem de mamar em onça. É conhecido lá na região o cabra que é muito corajoso. Você imagina um cabra mamando em onça.

Então, mesmo alertado, o Líder do Governo, o Líder do Presidente Bolsonaro, no dia, em março, com o Deputado Luis Miranda e seu irmão, levando e dizendo: "Olha, quem está por trás disso aqui...". E o Presidente, né... E aí eu vejo boa-fé no Presidente, porque ele disse: "De novo?"

Mesmo assim, Presidente, no dia 15 de abril, menos de um mês depois, lá estava o Deputado Ricardo Barros, sem paletó, o verdadeiro dono no Ministério da Saúde... Agora nós sabemos quem é o dono.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De novo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De novo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De novo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De novo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – De novo!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – De novo!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De novo estava lá, sem paletó, à vontade, dizendo: "Essa é minha casa, quem manda aqui sou eu e ninguém me tira daqui...".

Então, veja bem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas ele manda no Roberto Dias, ele manda no Elcio Franco...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E dá ordem pro Queiroga...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dá ordem no Queiroga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, nós estamos vendo aqui, Sr. Emanuel, que as coisas... Você vai lincando uma coisa à outra e você vai vendo que, quando a gente questiona o senhor de algumas coisas... E, sinceramente, me desculpa, mas pela relação que o senhor tem, não é difícil a gente acreditar que o senhor nunca tratou sobre absolutamente de nada de seus negócios com o Deputado Ricardo Barros. Não é? Coincidentemente, o senhor está lá, numa reunião, foi chamado a ir lá, com outras pessoas, pra tratar sobre o medicamento...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E, no mesmo dia, o Presidente... o Deputado Ricardo Barros tem uma reunião a portas fechadas com o Ministro Queiroga, depois desta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já dando ordem pro Queiroga. Dando ordens pro Queiroga, com certeza, porque ali a gente vê que o Ministro não é o Queiroga. Quem está à vontade ali, dentro daquela sala de reunião, é o Deputado Líder do Governo Bolsonaro.



24/08/2021

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sem contar que quem mais comemorou a indicação do Queiroga foi o partido do Deputado Ricardo Barros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que exonerou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... que exonerou o Pazuello.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bem, eu vou suspender por 30 minutos, e os senhores advogados e o Sr. Emanuel podem ficar à vontade. Aqui na sala tem alguma coisa pra vocês tomarem, tá?

(Suspensa às 13 horas e 56 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Retomando, então, o depoimento do Sr. Emanuel Catori, o próximo inscrito é o Senador Alessandro Vieira, que não se encontra presente.

Senadora Soraya Thronicke, antes, então, de passarmos, temos uma questão de ordem do Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Então, como eu disse, Sr. Presidente, no dia 10 de junho, a Belcher confirma o recebimento do *e-mail*: "Já estamos dando andamento na solicitação. O mais breve possível, retornaremos com os documentos solicitados via aditamento".

E aqui, no dia 10 de junho, também há a informação da empresa chinesa, do laboratório chinês cancelando a relação formal com a Belcher, mas, no dia 14 de junho, a Belcher continua mandando informações para...

Aqui: "Boa tarde. Informo que os questionamentos já foram passados para a empresa fabricante. Estamos aguardando a devolutiva com os respectivos relatórios e respostas. Estamos aguardando também que a empresa informe uma possível data para a reunião de discussão do cronograma de apresentação dos dados solicitados, a qual será marcada por meio do parlatório o mais rápido possível. Assim que as respostas forem enviadas, serão anexadas ao processo via aditamento".

Isso daqui são as correspondências a que eu me referi que mantinham negociações mesmo depois da...

(Interrupção do som.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... entre a Belcher e a CanSino.

Eu vou passar para as mãos de V. Exa.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (*Fora do microfone.*) – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Sr. Emanuel. (*Pausa.*)

Está ligado agora. Pode...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Pronto.

A partir da data do dia 10/06, quando nós recebemos a revogação da CanSino, eu afirmo que nós não enviamos nenhum *e-mail* pro Ministério da Saúde. Com a Anvisa, nós...

(Intervenção fora do microfone.)



24/08/2021

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com a Anvisa. O único órgão com que nós conversamos foi com a Anvisa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone.*) – Sim, e vocês continuavam fazendo tratativas mesmo já sendo...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não foram tratativas. Foi simplesmente dialogando referente à nossa revogação.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Catori, a notícia que sai agora, na imprensa, diz o seguinte, que o Vice-Presidente de Negócios Internacionais da farmacêutica CanSino, Pierre Morgon, disse, no dia de hoje, que a Belcher negociou uma comissão relacionada ao número de doses da vacina Convidecia que seriam vendidas ao Governo brasileiro. Ele, abre aspas – fala do Sr. Pierre Morgon: "Eu posso confirmar que a Belcher vinha negociando uma comissão com base em número de doses, que nós estávamos tentando trazer para proporções aceitáveis e realistas".

Parece que essa declaração da CanSino conflita, confronta com a declaração sua mais cedo, aqui na CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, pelo visto, mais uma semelhança com o Domingueti. É uma comissão por dose, que foi exatamente o que ocorreu naquela negociação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Fica claro o *modus* operacional...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com licença...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Sr. Emanuel.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Em nenhum momento tem conflito. Como eu já comentei aqui, como nós estamos analisando, os nossos advogados estão analisando os processos de judicialização, eu prefiro manter o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, assim, só para ficar claro: o senhor confirma o que o Sr. Pierre Morgon declarou ainda há pouco?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não confirmo. Não posso responder por ele.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, pois é, mas é que a declaração do Sr. Pierre Morgon confronta, conflita com o que o senhor disse mais cedo aqui na CPI. Aí nós queremos só ter o entendimento, só queremos que fique claro qual é a versão: o senhor desmente o Sr. Pierre Morgon ou o que o Sr. Pierre Morgon está falando é verdade?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu só não entendi... Excelência, eu só não entendi o conflito a que ele está se referindo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então deixe-me reiterar a declaração do Sr. Pierre Morgon...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... se o senhor me permite.

Eu posso confirmar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se V. Exa. permitir, Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... é que a matéria ressalta o fato de que, anteriormente, perguntado com relação à remuneração, o depoente havia dito que não houve tratativa de remuneração. E, ao dizer que haveria uma comissão paga por dose, o que há pouco eu lembrei aqui que é uma semelhança a mais com o caso do Domingueti, demonstra, sem dúvida nenhuma, uma contradição com o depoimento, uma outra contradição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só pra ficar mais claro, Sr. Catori, a afirmação feita pelo Sr. Pierre Morgon é a seguinte: "Eu confirmo que a Belcher vinha negociando uma comissão com base em número de doses, que nós estávamos tentando trazer para proporções aceitáveis e realistas". A declaração do Sr. Morgon, inclusive, traz um dado a mais, Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... diz que os valores... Pelo depreendido aqui, os valores que estavam sendo exigidos pela Belcher eram muito além do que a CanSino poderia conceder. (*Pausa.*)

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Vou reiterar: eu só não gostaria de falar dos valores que nós estaríamos negociando. Por isso eu solicitei o meu direito de ficar em silêncio. Mas, como uma empresa privada, e eles são uma empresa privada e nós somos os representantes oficiais, claramente eu estaria ganhando uma comissão da CanSino referente a esse trabalho. Eu não trabalho... Na questão da venda, eu não estaria trabalhando de graça. Eu só não quero entrar em detalhes de valores entre ambas as empresas, que a gente acabou não finalizando a questão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, isso está entendido. O que foi trazido aqui pelo Senador Rogério, pelo Sr. Relator e por esta Presidência é que essa declaração do Sr. Pierre Morgon confronta com o seu depoimento de mais cedo.

Eu vou mais adiante. Mais adiante, o Sr. Morgon chega a dizer também o seguinte, Sr. Relator: "A Belcher não é um parceiro adequado para o CanSino, do ponto de vista jurídico e de conformidade". Isso só reafirma o que já tinha sido dito anteriormente, já tinha sido anunciado anteriormente: que o rompimento do contrato unilateralmente com a Belcher não significa a falta de interesse da CanSino em fornecer vacinas para o mercado brasileiro.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento, eu falei "a minha falta de interesse com eles". Nós tentamos, tanto que nós enviamos todas as certidões negativas provando que nós não tínhamos nada de errado para conduzir o processo no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Prefeito.



24/08/2021

Eu só quero reiterar aqui a declaração do Sr. Pierre Morgon mais uma vez. Ele diz: "A Belcher não é um parceiro adequado para o CanSino, do ponto de vista jurídico e de conformidade".

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Excelência, eu também, em nenhum momento, falei que a CanSino não tinha interesse de ter um parceiro no Brasil. Eu só falei que, até o momento, ela não tinha credenciado ninguém no Brasil e nem dado andamento, retomado o processo perante a Anvisa. Só reiterando...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dando sequência, então: Senador Alessandro não se encontra; Senadora Soraya Thronicke, por gentileza. Depois da Senadora Soraya, Senador Izalci e Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve uma inversão minha com o Alessandro, mas não tem problema; a Soraya pode falar na frente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até prefiro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mil desculpas, Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Imagina, imagina...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É que esta Presidência não tem a informação em tempo hábil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senadora Simone...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu já estou olhando irritado aqui para a Secretaria por conta disso, porque eu não tinha essa informação.

Então, Senadora Simone, V. Exa.; em seguida, Senadora Soraya.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É? Senadora Soraya, depois Senadora Simone? Perfeitamente.

Senadora Soraya, V. Exa. com a palavra.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Vou procurar ser breve, porque eu tenho agenda – a confirmar ainda, mas hoje está difícil.

Sr. Presidente, Sr. Relator, senhor depoente Emanuel Catori, eu gostaria de iniciar da seguinte maneira: nós sabemos que, *a priori*, não há mal nenhum, não há problema nenhum que o mercado privado tenha se mobilizado, no começo da pandemia, para trazer vacinas para o País. É muito natural.

Nós trabalhamos aqui com projetos de lei, e eu pude compreender posteriormente que alguns fabricantes no exterior têm certos lotes mais baratos destinados à venda para o poder público dos países e outros lotes, que são mais caros, destinados para o mercado privado.

Então, quando surgiu aqui no Senado Federal esta conversa de que faltavam ainda vacinas, eu procurei saber e me disseram que, realmente, certos lotes de fabricantes não seriam, de forma alguma, destinados ao poder público porque estavam já destinados ao



mercado privado, e algum país iria comprar, se nós não comprássemos. Então, quando a gente analisa essa situação de vendas, de reunião do mercado privado para a aquisição de vacinas e, posteriormente, doação, não vejo aí nenhum problema. Eu acho o.k.

Eu gostaria apenas de entender certas questões aí, porque o senhor disse, Sr. Emanuel, que... Espere, eu acho que vou mudar de lugar porque eu não estou conseguindo vê-lo. Só um minutinho. *(Pausa.)*

Obrigada, Senadora.

O senhor falou que chegou a falar a seguinte frase: "Valor que a gente ofereceu ao Ministério da Saúde foi de US\$17". Foi essa frase mesma que o senhor disse? Foi isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Foi, foi isso mesmo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, o senhor ofereceu uma vacina a US\$17. Mas quem estava comprando? Não era um grupo de empresários?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, lembrando que o cronograma são dois cronogramas. No primeiro momento, nós estávamos falando da vacina da Sinovac.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Da Sinovac...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desta vacina Sinovac, sim, 100% doação. A partir do momento em que nós entramos com a vacina CanSino, sendo os representantes da CanSino... Desta vacina CanSino, em nenhum momento, nós falamos sobre venda no privado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Então, a CanSino era para venda pública.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Pública.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por qual valor?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Dezessete dólares.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Dezessete dólares.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Uma dose.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Uma dose.

E a Sinovac estava sendo adquirida por esse grupo de empresários a quanto a dose?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei precisar no momento. Eu não me lembro, não me recordo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Como assim? O senhor estava fazendo a venda para esse grupo de empresários...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, na verdade, a gente estava...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E era Sinovac.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ah! Lembrei, me desculpa. Na questão da vacina da doação, eles não tinham informado para a gente o valor oficial ainda pelo fato de que eles precisavam de uma autorização da doação tanto do Ministério da Saúde quando da embaixada. Daí, quando a gente ficou sabendo que tinha a questão do Butantan, como não prosperou, a gente não entrou na fase negocial, porque eles não abriram o valor para a gente enquanto a gente não cumpria a parte legal no Brasil, essa parte dos trâmites legais.



A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Esse grupo de empresários envolvia quantos empresários e quais?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Foram alguns.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Alguns quantos?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O que eu posso falar é do Carlos Wizard e do Luciano.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De quem o senhor se lembra? Do Wizard e do Luciano. Desses dois.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Meu contato era com ambos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Eles pretendiam investir quanto? O senhor sabe nos dizer?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei te dizer.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque iriam investir uma boa quantia...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... para fazer uma doação ao Ministério da Saúde.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E nós aprovamos uma legislação aqui. Onde foi que essa situação parou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quando nós soubemos que a Sinovac tinha um contrato de exclusividade com o Butantan. A partir desse momento, nós não conseguimos outros lotes porque, na verdade, a quantidade era uma quantidade inicial que eles gostariam de doar de dez milhões de doses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Dez milhões de doses.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso. Era o objetivo inicial deles esta doação de dez milhões de doses.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Por quê? Até hoje há algum impedimento para que essa doação ocorra? Há um impedimento legal para que a doação privada ocorra?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei te informar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque parece que tem um limbo legal aí. Nós votamos isso.

Então, até agora, vocês não foram atrás de outra vacina desde então?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Depois que nós avançamos com a CanSino, o nosso foco ficou todo na questão da CanSino.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas a CanSino era outra situação...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, outro cenário.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Era direto para o poder público.



O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quando nós vimos que o processo via Sinovac não ia avançar, questão de doações, a gente falou: não vai dar certo, então, vamos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Vocês nem pensaram em vender nenhuma outra marca de vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não pensamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Perder um cliente que já estava ali?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, a gente tentou, mas a gente viu que a dificuldade vai cada vez mais e...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nem a CanSino nem outra?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. A CanSino, em nenhum momento, a gente tocou sobre venda no privado.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Poderia ter na CanSino um lote para venda pública e outro para privada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento foi tocado nisso com eles.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

E em relação à CanSino, até onde foram essas tratativas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quais tratativas?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com o Ministério da Saúde. Até onde chegou?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – As tratativas chegaram, pararam a partir do momento em que chegou na carta de intenção. Quando eles devolveram a carta de intenção para gente, nós retornamos para a CanSino. A partir, bem naquela semana, do dia...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, foi quando...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós recebemos a carta do Ministério da Saúde no dia 4 e, no dia 10, já houve a revogação. A partir daquele momento...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está. E o que a CanSino disse à sua empresa? Qual foi o motivo da revogação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – *Compliance*. Até então, nós questionamos qual era o motivo do *compliance* e ficou naquela do *compliance* e nunca mais conseguimos a retomada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A CanSino fechou com outro representante aqui no Brasil ou você não tem notícia...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Que eu saiba... Eu não tenho conhecimento, eu não sei.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor acredita que seja por conta da Operação Falso Negativo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não posso te afirmar, porque a gente já enviou para eles todas as certidões negativas... Eu posso afirmar...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor pode nos informar em que situação, qual é o atual andamento da Operação Falso Negativo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei dizer. Mantenho o silêncio.



A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor se sente injustiçado por essa denúncia, pelo nome da Belcher estar envolvido na Operação Falso Negativo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho meu direito de ficar em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor conhece o advogado Luiz Fernando Teixeira de Pinho?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É um desses advogados... Não é nenhum desses?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não conhece?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não conheço.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Qual foi a sua proposta de valor para os testes, a proposta de vocês?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho meu direito de ficar em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em relação às máscaras, qual foi o valor do contrato inteiro?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não lembro o valor exato, mas na casa dos 5 milhões.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Esse contrato já está finalizado, tudo entregue e tudo pago?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Já, tudo entregue e tudo pago.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor tem mais algum contrato em andamento com o poder público no Brasil?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tenho, tenho. Não com...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que está em andamento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Hã? Desculpa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tem algum contrato em andamento com o Governo Federal?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Com o Governo Federal, somente com o Ministério da Saúde indígena. É um contrato de...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a Sesai?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Do quê?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – De aventais, de R\$119 mil, onde nós já entregamos R\$49 mil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Cento e dezenove mil reais?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Cento e dezenove mil reais e uns quebrados.



24/08/2021

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Certo.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – E nós já entregamos. Como é um contrato de entrega de 12 meses, a nota de empenho que nós recebemos até então foi de R\$49 mil.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com o Distrito Federal tem algum contrato em vigência?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não tem.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor não ganhou. Na questão dos testes, foi tomada de preço, foi isso? Porque foi também com dispensa de licitação, se não me engano.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Me reservo o direito de ficar em silêncio.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Em algum outro Estado ou algum Município brasileiro, o senhor ainda tem algum contrato vigente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tenho.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – De que tipo de insumo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Toucas, aventais, propés, termômetros – toda essa linha de produtos para a saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Em quais Estados?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não sei dizer quais ou todos os Estados, mas eu posso disponibilizar todos os nossos contratos que nós temos vigentes.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Seria importante.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O.k. Sem problema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá? Seria importante. Os que estão vigentes, os que finalizaram.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim. Sem problemas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque a gente precisa analisar. Mas o senhor consegue nos dar, por alto, a informação de que o senhor negocia com quantos Estados brasileiros, com quais Estados o senhor tem relação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Quase todos os Estados brasileiros. A gente trabalha nos processos licitatórios, então a maioria deles. A gente tem um time de licitação onde participa no Brasil todo. Então, a gente participa, porque é a nossa maneira de estar trabalhando.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo? Mas eu posso disponibilizar todos os contratos sem nenhum problema.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.



Eu estou satisfeita. Só gostaria de salientar aqui que nós estamos acompanhando as operações da Polícia Federal. No Pará, foi deflagrada uma grande operação em relação aos recursos do covid. O Senador Girão comentou que no Ceará também.

É importante que saibamos também, porque tem muita desinformação... Eu estive com o Ministro Queiroga e a Secretária Rosana, no Mato Grosso do Sul, e questionei lá, tive a oportunidade de poder entender o que é esta situação de hospital de campanha, se eu não estiver correta, seria bom que isso ficasse esclarecido. Disseram os médicos e o próprio ministro que, na época, no começo da pandemia, quando construíram vários hospitais de campanha, tinha-se a ideia de que esta doença conseguiria ser tratada numa estrutura de hospital de campanha e depois, posteriormente, verificou-se que não seria possível, que esta doença é tão séria que este ambiente não dava essa condição para a equipe médica nem mesmo para o paciente de ser tratado e, por isso, eles tiveram de desfazer esses hospitais. Se foi assim mesmo – acredito que sim –, foi um prejuízo muito grande no País inteiro. E, quando a gente percebe que os hospitais de campanha foram sendo desmontados em todo o País, pode ser realmente esta a justificativa. Apenas eu gostaria que tivéssemos informações técnicas a respeito para evitar cometer injustiças, porque, de repente, a gente fala tecnicamente algo que não sabe.

Então, existem hospitais de campanha sendo utilizados para o combate ao covid no Brasil inteiro? É engraçado que parece que não – parece que não. Então, ficou essa situação mal explicada, e nós precisamos entender.

E aí foram adquiridos equipamentos. Esses equipamentos, no caso, devem ser enviados para mobiliar outros hospitais que tenham condições.

Enfim, é uma situação muito difícil. E o que nós temos visto, Sr. Presidente, Sr. Relator, todos que estão nos ouvindo, da análise de documentos, é o tal do superfaturamento, infelizmente. E esperando ainda que o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul responda, traga conclusões das suas apurações para nós Parlamentares para que possamos analisar e dar uma efetiva resposta à população brasileira, à população de cada Estado, de cada unidade da Federação que nós representamos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senadora Soraya.

Próximo inscrito, Senador Izalci; e depois...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... em princípio, para concluirmos esta oitiva, a Senadora Simone, que será a última a inquirir. Senador Izalci, a palavra está com V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – O.k.

Bem, primeiro, quero cumprimentar o Emanuel aqui, que tem respondido a muitas questões que podem nos ajudar muito com relação a esta CPI.

Eu perguntaria a V. Sa.: V. Sa. diz que não vendeu testes para órgão público, só para privado, mas qual era o teste que V. Sa. vendia? Qual era a marca do teste?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Eu não me recordo agora, mas eu posso...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Se conseguir...



24/08/2021

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim... Não, eu posso disponibilizar, sem nenhum problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – MedTest; seria ele?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Seria um teste?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Livzon?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Nenhum desses dois?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhum desses dois.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Bem, como V. Sa. já disse aqui, V. Sa. não vendeu testes para o Distrito Federal. Não vendeu.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não vendi.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Vendeu apenas outros produtos – máscara, por exemplo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Somente máscara. Nós tivemos um contrato com máscara.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu faço parte, desde o primeiro dia, da Comissão Mista e, depois, da Comissão do Senado do covid. Praticamente reuniões toda semana. E aprovamos uma legislação bastante flexível durante esta pandemia, porque eu acho que todos nós ficamos sensibilizados. Evidentemente, num período de pandemia, as pessoas morrendo, nós teríamos dificuldade lá na ponta de executar realmente as licitações pela 8.666 na maioria dos Estados, então houve a aprovação flexibilizando, mas eu, particularmente, jamais imaginaria que houvesse tanto desvio de recurso com as pessoas morrendo. Então, de fato, é uma situação grave. E, naquela hora, naquele momento do início, a gente buscava todas as soluções. Eu acho que todos os Senadores e Deputados buscavam, dentro das suas possibilidades, resolver a questão da sua cidade.

Mas o que está sendo... A empresa de V. Sa. está sendo acusada aqui no DF não é com relação à venda de nada; a acusação é de ter participado de dispensa de licitação dando cobertura a outras empresas. E, pelo que eu entendi, no depoimento de V. Sa., em algum momento, eu ouvi que V. Sa. disse que talvez alguém tivesse usado o nome da empresa de V. Sa. É isso? Pode explicar melhor isso, como se deu aqui no DF?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não disse isso, e eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, não... O direito... Eu não tenho nenhuma...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero... Porque eu entendi isto numa resposta: que alguém pode ter usado, ter falsificado alguma coisa.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não falei isso.



24/08/2021

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então V. Exa., com todo o respeito admite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Há uma nota que fala. A nota que foi emitida pela Belcher.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sim. Eu tenho aqui a nota que a empresa de V. Sa. colocou. Mas eu pergunto: mesmo com relação às máscaras, que é outro processo, então, talvez aí V. Sa. possa responder melhor... O que a gente percebe em todos esses processos é que havia um acesso a informações privilegiadas. As empresas obtinham informações privilegiadas dos servidores que cuidavam das compras.

V. Sa. já teve alguma informação privilegiada nesses processos de venda?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. conhece Erika Mesquita Teixeira?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Erika é ex-Gerente de Aquisições Especiais da Secretaria de Estado aqui do DF.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Tem certeza?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Tenho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é melhor dizer que tem dúvida ou não?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, eu não conheço.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não conhece.

É porque num telefonema de V. Exa., V. Exa. falou com a Erika. Talvez não esteja lembrado, mas existem conversas com relação a essa questão da manipulação das propostas.

Por exemplo, nós tivemos, no processo de licitação, quatro empresas aqui: Belcher, Brasil Laudos, Matias Machado, W.S. do Prado. Pra que V. Sa. tenha ideia, as empresas eram praticamente idênticas, as propostas. Se pegar, por exemplo, as empresas Brasil Laudos e Matias Machado, até a conta do banco elas botaram a mesma, Presidente, só pra se ter uma ideia de como é que eram feitas as propostas aqui de cobertura. E, sim, nessa proposta aqui no DF, a empresa de V. Sa. fez cobertura, pelo menos... Se V. Sa. está dizendo que não houve falsificação, que não houve isso, então significa que houve, sim, a cobertura disso.

V. Sa. em algum momento lembra de alguma... V. Exa. conhece Eduardo Pojo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não conhece Pojo? Então acho que eu estou falando de um Emanuel que não é V. Exa., porque ele participou dessas conversas. Inclusive o Sr. Eduardo Pojo, num telefonema a V. Sa., diz pra ter cuidado na hora de escrever: "Olha a mentira: Emanuel diz que não tem contato com as empresas que prestam esse serviço". Acho que alguém pediu pra V. Sa. pra buscar mais coberturas e V. Sa. teria dito que não conhece as empresas que prestam esse tipo de serviço. E aí, Pojo, então, diz assim: "Coloca a entrega com PB [que é projeto básico], mas não tem pra entregar em 24 horas [que era o prazo do edital]".

E aí... V. Sa. conhece Iohan? Iohan também não conhece?



O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho o direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, o senhor disse que não conhece, então também... Bem, está ótimo, mas é só pra refletir um pouco pra V. Sa. às vezes se lembrar e poder ajudar a gente.

Eduardo Pojo diz assim: "E o pombo-correio?". Emanuel complementa: "O principal". Eduardo Pojo diz assim: "kkkkk". As pessoas morrendo e as pessoas brincando com relação a isso. Isso tudo com relação à licitação desse processo do teste.

V. Sa. nunca falou sobre... Nunca ouviu falar sobre essa questão de pombo-correio? O que é pombo-correio?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Só para as pessoas acompanharem.

Sobre esse pombo-correio, interessante observar que, em 12 de abril de 2020, V. Sa., para lembrar, diz assim: "Emanuel afirma que pediu para a Erika...". Por isso que eu estou perguntando se conhecia a Erika, está dizendo que não. "Mandar para todos os contatos para os quais já haviam enviado o edital de credenciamento de UTI", e completa. V. Sa. diz assim: "Achei o pombo-correio bem pouco eficiente nesses processos".

O Iohan, que V. Sa. diz... Se manteve calado, mas que deve conhecer, diz assim: "Vamos ver quem aparece, eu acho que só vamos receber uma proposta".

Então, o que aconteceu aqui no Distrito Federal é uma coisa, assim, bárbara. Só para lembrar e V. Sa. tomar conhecimento, por isso que eu perguntei qual era o teste que V. Sa. vendia.

V. Sa. conhece, já que é especialista nesse assunto, conhece esses dois testes, já ouviu falar nesses dois testes, MedTeste e Livzon?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, conhecer o teste, isso aí não... Como técnico? Ou outro teste qualquer? Conhece algum teste de covid?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, mas...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual o teste que V. Sa. conhece?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – ... não vou me recordar de marcas aqui.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hein?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não vou me recordar de marcas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não conhece marca nenhuma? V. Sa. diz que vendeu marcas, inclusive para o setor privado, disse aqui, e não sabe qual é a marca?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, uma marca muito boa...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Qual é o representante da marca?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Uma marca muito boa que a gente trabalha é a Wama, que é uma marca brasileira.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ah, lembrou.

Como chama?



24/08/2021

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Wama.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Wama.

Chegou a vender aqui no Brasil essa marca ou não?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Sim, compro...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. tomou conhecimento, já que é da área, que no mundo todo as pessoas estavam recolhendo essa marca Livzon? Teve notícia disso, de que outros países estavam recolhendo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não tive essa notícia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Argentina, Dinamarca, Índia, China.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não, não tive notícia.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Porque exatamente esse teste não valia nada, por isso que a operação chama Falso Negativo.

E o que a gente fica triste é exatamente isso, Presidente: aqui no DF foram adquiridos... Só para vocês terem uma ideia, Senadora Simone, o Sesc fez um pregão, comprou a R\$18 – 18 – no pregão do Sesc. E não era Livzon, não, era MedTeste, R\$18. O GDF comprou da Precisa a 139,90 e tinha uma outra empresa que tinha apresentado uma proposta de 74, quer dizer, quase a metade, e o mais grave: na hora de entregar, não entregaram o teste, entregaram o Livzon. E por quê? Porque estava todo mundo devolvendo isso. A Argentina fez não sei quantos mil testes, deu tudo negativo.

Então, as pessoas aqui no DF foram fazer os seus testes, todo mundo saiu de lá negativo, foi para casa, e aí quando... Aí, de repente, muitos, evidentemente, devem ter morrido, com a expectativa de que estavam negativos, por isso que a operação chama Falso Negativo, porque esse teste Livzon era totalmente ineficiente e estava sendo recolhido no mundo todo.

Então, quando V. Sa. diz que vai se manter calado ou diz que não conhece, é exatamente o que a gente assiste aqui, porque tudo que V. Sa. conhecia e havia interesse em divulgar, V. Sa. falou. Então, quando fala exatamente naquilo que a gente está buscando para exatamente saber por que as pessoas morreram – e aqui, no DF, agora chegando a 10 mil mortos...

Grande parte dessas pessoas que morreram poderiam ter sido salvas se tivesse realmente um teste decente, porque aqui o DF era para ser referência nacional, até internacional, com a estrutura que nós temos, mas aqui só se faz corrupção, inclusive agora, a operação que teve agora, na semana passada, do instituto. Nesse instituto – que eu espero que possa ser esclarecido aqui, na quinta-feira ou na terça-feira; talvez na terça-feira, o Sr. Francisco –, quantos milhões foram desviados com relação a essas questões de compra de medicamento superfaturado com cobertura de empresas?

V. Sa. conhece essas empresas que entraram na licitação? Por exemplo, V. Sa. conhece a Matias? Conhece a empresa ou o dono da empresa?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k. Eu entendo que conhece, mas tudo bem.

A Brasil Laudos também? Conhece ou não? É só para dizer que conhece ou não.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho o meu direito de ficar em silêncio.



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Está bom.

E W. S. do Prado, importação e exportação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Mantenho o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois é. Então, é só para ficar claro que essas empresas, inclusive a empresa de V. Sa., participaram de coberturas de licitações direcionadas, superfaturadas e já comprovadas pelo Tribunal de Contas da União – eu tive aprovado um requerimento na Comissão do Congresso Nacional. Então, o que a gente percebe é que é um padrão de propostas fictícias para dar cobertura.

Eu não vou perguntar, V. Sa. vai dizer que não sabe, mas eu queria saber dessas quatro empresas, inclusive a de V. Sa., quando eu apresento uma proposta só para cobertura, o que acontece? Que tipo de... Eles depois fazem uma cobertura de outro produto em outro Estado ou na área federal? Como é esse entendimento entre essas empresas que se apresentam apenas para fazer cobertura? Porque, neste caso aqui, a cobertura de preços estava dez vezes mais, inclusive as propostas que foram apresentadas aqui. Você tinha propostas de 159, 160 – diferença de R\$1, não é? –, 161, 184, 186, 187. Essas eram as propostas, e uma que estava, era para ter sido vencedora, que foi 73, essa foi desclassificada, e ganhou a de 139,90.

Então, o que a gente percebe claramente é que as empresas, entre as quais, inclusive, a de V. Sa., utilizam desse artifício de colaborar em determinadas licitações apenas para fazer cobertura para que haja superfaturamento e que haja desvios de recurso público. É o que eu posso aqui concluir, porque era a grande oportunidade que V. Sa. teria para esclarecer de fato o que é o *modus operandi* da empresa de V. Exa., a Belcher Farmacêutica. O que eu percebo, então, pelas respostas, é que V. Sa. confirma que a empresa deu cobertura a esse grande desvio de recursos aqui, no Distrito Federal e no Brasil, porque o *modus operandi* do DF, Sr. Presidente, é praticamente o mesmo que acontece no Ministério da Saúde.

Então, eram essas as considerações, Presidente. Obrigado à Senadora Simone.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Muito obrigado, Senador Izalci.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. só me poupou tempo, Senador Izalci, porque sobre a Operação Falso Negativo eu já vi que ele não responde nada. Então, eu já vou riscar das minhas inquirições. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Senador Izalci.

Senadora Simone... Pelo registro aqui, a Senadora Simone é a última a inquirir no dia de hoje.

Pergunto ao Senador Marcos Rogério se ele está inscrito. (*Pausa.*)

Então, nós concluiremos o depoimento de hoje com o Senador Marcos Rogério.

Senadora Simone Tebet, por gentileza...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Emanuel, primeiro, quero agradecer a V. Sa. porque é um dos poucos que vêm a esta Comissão. Ainda que se recuse a responder a algumas questões, no seu direito constitucional de permanecer calado para não se autoincriminar, V. Sa. tem respondido grande parte dos questionamentos. Agradeço a V. Sa. por isso e também porque vem aqui desprendido de qualquer arrogância. Está conversando com os Parlamentares de igual



24/08/2021

para igual. Isso conta muito. Quero já dizer que, da minha parte, terá a mesma gentileza, a mesma educação nas inquirições.

Primeiro, deixo muito clara a razão da presença de V. Sa. V. Sa. não é o protagonista de tudo que nós estamos investigando, talvez seja um dos figurantes desse enredo, que nós não queremos jamais ver de novo, desse filme. Um dia, vai ser contado pela história, para a prosperidade, este momento tão triste da história do Brasil.

Nós estamos em uma fase da CPI em que nós não gostaríamos de estar. Esta CPI não foi aberta com o intuito de investigar possíveis crimes de corrupção contra a administração pública, mas, lamentavelmente, nós chegamos a essa fase. Deixando de lado a primeira fase, em que temos provas contundentes do negacionismo e do atraso na compra de vacinas, o que levou à morte centenas de milhares de brasileiros, nós começamos a vislumbrar, por indícios fortíssimos, alguns até com provas confirmando, a tentativa de comercialização, de compra e venda de vacinas superfaturadas dentro do Ministério da Saúde. Nós estamos falando da Covaxin, nós estamos falando da AstraZeneca, através de intermediários, e agora estamos investigando o caso do laboratório CanSino, cuja vacina – nunca gravo – é a Convidecia – não sei se é assim que se soletra.

Mas, enfim, V. Sa. está envolvido em pelo menos três episódios – quando eu digo "envolvido", é de alguma forma citado; quero deixar bem claro isso: o dos 60 milhões de doses, a tentativa de comercializar 60 milhões de doses da Convidecia; o dos 9 milhões de doses da CoronaVac; e a questão apontada pelo Senador Izalci na Operação Falso Negativo. Eu vou pular a Operação Falso Negativo, já entendi que V. Sa. tem uma estratégia de não responder. Vou respeitar esse posicionamento, justamente pela forma como V. Sa. tem se apresentado a esta Comissão.

Mas, em relação ao laboratório CanSino, o que mais chama a atenção, lincando com o mesmo *modus operandi* dos outros processos que estamos investigando, de *lobbies* que existem hoje dentro do Ministério da Saúde tentando comercializar vacinas, do que nós estamos quase comprovando na sua inteireza, crimes como o de advocacia administrativa, tráfico de influência, a própria concussão, porque, comprovada a tentativa de superfaturar vacinas, nós estamos falando de corrupção ativa e passiva, de organização criminosa... Dentro desse processo todo, o que chama a atenção nos dois primeiros casos das vacinas mencionadas foi a facilidade que a sua empresa encontrou dentro do Ministério da Saúde para conversar e para avançar nas tratativas. É quase como se as portas tivessem sido abertas e como se tivesse sido estendido um tapete vermelho, ou melhor, azul, já que o Governo atual não gosta muito da cor vermelha. Não fique triste, não, ouviu, Senador Humberto? Mas, enfim, além dessa questão da facilidade, nós comparamos a facilidade que a sua empresa teve para agilizar essas vacinas com os percalços de vacinas sérias durante quase um ano de tratativas.

Pois bem, eu vou rapidamente aqui tentar entender a ordem cronológica pra poder centralizar em duas ou no máximo três perguntas.

V. Sa. diz... Me interrompa a qualquer momento, fique tranquilo. É pelas atas que eu...

No dia 6 de abril, V. Sa. assinou um termo de confidencialidade com o CanSino e com o Vital Brazil.

No dia 15 de abril, teve uma audiência no Ministério da Saúde, com a presença do ex-Ministro da Saúde, Líder do Governo, Ricardo Barros.

Dia 6, o acordo de confidencialidade; dia 14, audiência com o Ministro Barros.

Dia 19, quatro dias depois...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Dia 15, tá?



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, dia 15. Dia 6, dia 15.

Quando foi no dia 19 de abril, fez um novo acordo, agora entre a Belcher e o Vital.

Bom, nesse meio-tempo, passou-se o mês de abril, passa-se para o mês de maio. Antes disso, no dia 30 de abril, ainda nesse 30 de abril, o advogado Flávio, provavelmente já contratado por V. Sa., vai à Anvisa para começar as tratativas da Convidecia, segundo os registros que nós temos aqui.

No dia 12 de maio, há uma nova audiência com o Ministério da Saúde, segunda audiência em menos de um mês. Ou solicitada audiência? Solicitada.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – É, foi solicitada.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Solicitada. O.k. Logo em seguida tem, no dia 12.

No dia 18, dá entrada na Anvisa com o pedido.

No dia 19, tem audiência com Lauricio Cruz, que é do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis.

Aí vem a primeira em incongruência, Senador Humberto.

Já havia um ofício circular do Secretário-Executivo Elcio Franco de que qualquer tentativa de negociar ou comercializar vacinas ou avançar com vacinas tinha que ser feita diretamente na Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

Isso eu estou colocando de forma contundente não em relação a V. Sa., mas ao Ministério da Saúde, quer dizer, já começa entrando... V. Sa. é levado para a porta errada, porque quem tinha o poder de negociar, conversar sobre vacinas é o Secretário-Executivo, mas começam as tratativas com esse Lauricio, que depois foi demitido. Isso no dia 19.

Em seguida, no dia 20, vai ao Secretário-Executivo, numa audiência virtual, e, no mesmo dia, à noite, a uma audiência presencial, onde aí novamente está o Deputado Federal Ricardo Barros.

Seguindo...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Dessa eu não participei, tá? Dessa audiência com o Ricardo Barros...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim, mas consta aqui, nós temos os registros.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ah, tá.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas a coincidência envolvendo o nome do Deputado Ricardo Barros e a Belcher não para por aí. Há uma série de interligação, de amizade, de parentesco, de pai de sócio que é amigo de Ricardo Barros e que foi sócio do genro do Ricardo Barros. Eu não vou entrar por essa seara. Isso eu deixo por conta da própria CPI.

Avançando, no dia 25 de maio e 6 de junho, há cinco aditamentos no processo da Anvisa. Também participou ali o Dr. Flávio, que era o advogado. Entre esses dias, a Belcher promoveu cinco novos aditamentos ao processo da Anvisa, formulados pelo Dr. Flávio, que se manifestou em nome da Belcher.

Eu já pulei a primeira. Eu já estou na segunda...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Posso esclarecer só os aditamentos?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro. Por favor.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Todos os documentos que a Anvisa requisita pra nós são aditamentos para compor o processo e para informações. São documentos que a Anvisa...



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Eu quero chegar é que aqui...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Diligências, não é?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente. Da mesma forma como o Ministério da Saúde falhou o tempo todo, a Anvisa foi diligente na Covaxin: graças à Anvisa, não foi assinado um termo de um contrato, não foi pago um contrato de um R\$1,6 bilhão e, graças à Anvisa, o Governo Federal não pagou um contrato de 5 bilhões da Convidecia. Graças, repito, à diligência da Anvisa. Só aqui nessa conversa, já foram cinco aditamentos.

Pois bem, aí vem a primeira pergunta, que aqui não ficou clara para mim: entre os dias 25 de maio e 5 de junho, houve uma nova agenda no Ministério da Saúde, às 11h da manhã do dia 26 de maio, para tratar da vacina com o Secretário-Executivo. A minha pergunta sobre essa data é se V. Sa. estava presente e quem mais estava presente nessa reunião.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Certo. Essa reunião de 26 de maio foi para falar com eles sobre o nosso credenciamento, sobre a CanSino.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Sa. estava presente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem mais estava presente?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O Rafael.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rafael...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O Rafael, que é o nosso consultor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Somente os dois?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Só.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem que agendou essa reunião?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós mesmos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por e-mail?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que dia que foi essa solicitação?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não me recordo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, nesse intervalo...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós temos todos os e-mails...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso, no dia 26. No dia 27, foi enviada ao Ministério da Saúde...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Desculpa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... a minuta da carta de intenção para a contratação, e a carta de intenção foi assinada, foi formalizada no dia 4 de junho, seis dias depois.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Posso só dar uma pausa?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro. Por favor.



24/08/2021

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Todos os *e-mails* que nós trocamos com o Ministério da Saúde, todos os *e-mails* foram encaminhados para esta CPI.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tá.

Nesse processo, V. Sa. tem como sócio Daniel Feio Ribeiro, que é sócio ainda de mais 19 empresas, em vários Estados, tem negócios com o Governo do Paraná, segundo informações aqui, e, mais do que isso, o capital social dessas empresas soma algo em torno de R\$1,8 bilhão.

Interessante, Sr. Presidente, verificar, desses contratos que envolvem esse Sr. Daniel Ribeiro, quantos desses contratos seriam na área do Ministério da Saúde.

Pois bem. Indo para a CoronaVac – é aqui que fica a minha maior dúvida –: houve um interesse da Belcher em importar 9 milhões de doses da CoronaVac. É isso?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A minha pergunta é: por que que no dia 22 de março a carta da Belcher é de 8 milhões, e só depois, no dia 29 de março, há uma carta da Belcher ao Ministério da Saúde, propondo a compra – portanto, a entrega – para o SUS, para o Ministério da Saúde de 1 milhão de doses? Por que houve essa diferença?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Porque o nosso objetivo era ter as 10 milhões de doses, conforme já foi falado anteriormente, e, nessas tratativas, eles conseguiram disponibilizar mais 1 milhão de doses para a gente, para fazer as doações.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Belcher trabalhava com a possibilidade de poder negociar essas doses com o mercado privado...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... caso a legislação fosse alterada?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Não. Em nenhum momento foi cogitado isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por que que na carta, então, da Belcher o ora Embaixador da China, informando o interesse do próprio Ministério da Saúde, deixou muito claro que importa ressaltar que, embora vá doar para o SUS no PNI, de acordo com o artigo tal da lei, na hipótese de surgir nova legislação federal sobre o tema, que substitua ou modifique as normas, a Belcher compromete-se ao pleno atendimento? Havia perspectiva de comercialização dessas vacinas?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum momento. Em todo momento, todo ofício, nós colocamos 100% doação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos lá, na ordem cronológica, para ver, Sr. Presidente... Aqui houve só... Gostaria de fazer uma retificação, Senador Randolfe, em relação à questão da comercialização das vacinas: quando a Belcher tenta importar 9 milhões de doses da CoronaVac, aqui vem a pergunta mais importante. Primeiro, por que que eles... Como é que eles não sabiam da exclusividade com o Butantan, da Sinovac com o Butantan, mas, mais do que ele, como é que o Ministério da Saúde aceitou conversar com a Belcher como intermediária e compradora, sabendo o Ministério da Saúde que ela não teria condições de avançar, porque a Sinovac tinha exclusividade com o Instituto Butantan? É essa pergunta que não foi feita aqui e que tem que ser feita ao Ministério da Saúde – não a V. Sa.; fique tranquilo, Sr. Emanuel! Como é por que o Ministério da Saúde entrega no dia...



Eu vou aqui num histórico muito rápido – muito rápido – para fazer um comparativo aqui com os nossos projetos, Senador Humberto.

No dia 19 de fevereiro – a tratativa com a CoronaVac foi feita em março com o Ministério da Saúde –, no dia 19 de fevereiro, tem um projeto desta Casa, ainda parado, autorizando compra de vacinas para a iniciativa privada. Mais do que isso: no dia 23 de fevereiro, um projeto de que V. Exa. foi Relator tinha, no seu texto original, aquisição e comercialização de vacinas por pessoa jurídica de direito privado – 23 de fevereiro. Ela virou lei no dia 10 de março. Quando foi dia 17 de março, a Câmara tentou mudar a lei do Presidente desta Casa, que, antes, no início, permitia a comercialização, e foi tirado por V. Exa. – não há nenhum demérito em tentar legalizar essa questão da comercialização; é o que está por trás dessa comercialização. No dia 17 de março, um Deputado apresenta um projeto alterando a lei, dizendo que as operadoras privadas de plano de saúde poderiam adquirir vacinas, comprar vacinas de terceiros ou direto – portanto comércio de vacinas com empresas privadas –, para disponibilizar aos seus beneficiários. Esse projeto, essa emenda é do dia 6 de abril. Nesse meio tempo todo, o que aconteceu – indo para os meus dois minutos finais? No dia 22 de março – já estava vigorando, portanto, ou projeto ou emenda permitindo aquisição e comercialização de vacinas –, no dia 22 de março, há uma carta da Belcher sobre 8 milhões de doses da CoronaVac; depois, o processo é inserido. Dia 29, mais um milhão; processo é inserido. E, dia 1º de abril, Ministério da Saúde concorda com o processo dos 8 milhões... E depois, em seguida, no dia 19 de abril, Ministério da Saúde concorda com o processo de um milhão de doses. Por que – o Ministério da Saúde –, como e para que se ele sabia que a empresa não poderia comercializar?

Sabe qual a sensação que fica? A sensação que fica é que, ao inverso, havia um intermediário aqui. Sabe quem era o intermediário, Senador Humberto, Senadora Soraya? O Ministério da Saúde. Porque essas empresas, que não podiam comercializar com esses laboratórios, precisavam de uma garantia de que eram certos, idôneos, corretos e tinham, portanto, alguma coisa em mão para falar: "Podem contratar comigo". Foi isso que aconteceu com a Covaxin e é isso que aconteceu com a Belcher.

Essa carta, esse protocolo concordando... O Ministério da Saúde, repito, concordou por duas vezes – disse isso por documento – que a Belcher podia avançar com as tratativas. E isso serviu para que eles fossem à Embaixada da China dizer que tinham interesse em comprar com a Sinovac. Então, o Ministério da Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Simone, se V. Exa. me permite...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... valeu-se, ficou na posição aí de ser avalista, mas um avalista que não poderia sequer ter emitido esse aval, porque não havia possibilidade dessa transação.

E aí é fácil. Até eu, Sr. Presidente, faltando vacina, as pessoas morrendo, até eu pego uma carta com o Ministério da Saúde, vou lá com a CanSino e falo assim: "Eu quero um contrato de R\$5 bilhões" – bilhões, não são milhões de reais!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – E, se a senhora me permite...

Sr. Catori, no sentido do que a Senadora Simone está inquirindo: houve alguma manifestação do Ministério da Saúde junto à CanSino para a aquisição... sobre o interesse do Governo brasileiro na aquisição da vacina?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Não, nenhuma que eu saiba.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhuma manifestação? Porque, veja, só corroborando o que foi dito pela Senadora



24/08/2021

Simone, é um contrato de R\$5 bilhões. Como uma farmacêutica do porte da farmacêutica chinesa estabelece algum contrato de parceria ou um pré-contrato ou um memorando sem qualquer sinalização do Governo brasileiro, do Estado nacional na aquisição dessas vacinas?

Só quero lhe dar como exemplo que, no caso da AstraZeneca, as negociações com a Fiocruz só avançaram depois que o Governo brasileiro disse concretamente que tinha interesse na aquisição da vacina. Houve uma manifestação formal do Governo brasileiro. No caso da Pfizer, ocorreu a mesma coisa; aliás, ocorreu até o contrato direto. No caso da Janssen, idem. No caso da CoronaVac, tinha o Instituto Butantan e, independentemente do Governo brasileiro, tinha o Governo de São Paulo, e, anteriormente, até o próprio Governo brasileiro tinha manifestado...

Então, só esta curiosidade, que é no sentido da inquirição da Senadora Simone: como é que o laboratório chinês avança nas negociações sem nenhuma manifestação do Governo brasileiro?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nós tivemos toda a indicação desse parceiro nosso russo, onde já são parceiros da CanSino. Então, eles deram – entre aspas...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem era o parceiro?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu não gostaria de citar o nome dessa empresa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aí é que está – Senador Randolfe, se me permite –, aí é que está a questão: não avança. Quando o laboratório CanSino diz "Espere aí, nós vamos entregar para quem?" ou mesmo a Sinovac, "Nós vamos entregar para quem?", vem a Belcher, dentro do Ministério da Saúde... E aí é óbvio que tem que ter a participação de servidores públicos. Não tem como um processo desse ser tratado sem conluio – conluio – de servidores públicos. Ele, sim, tem que estar aqui se explicando: por que é que eles avançaram na tratativa e, mais, deram a carta duas vezes para a Belcher – o Ministério da Saúde –, duas vezes, concordando com o processo, um, da aquisição de 8 milhões de doses da CoronaVac, porque só tinha, repito, CoronaVac, que só podia se tratar naquele momento com o Instituto Butantan, que tinha exclusividade? CoronaVac, que é chinesa; CoronaVac, a que o Ministério da Saúde com o Sr. Pazuello e com o Presidente da República se negaram, porque a chamavam de "vachina", que não funcionava, que era a vacina do Doria.

Então, olhem a situação... Esse é um enredo – e eu sei que tem mais Senadores para falar – que nós conseguimos visualizar em todas as tratativas de vacinas. É um enredo que, primeiro, negou a compra de vacinas com um negacionismo que matou... Mais de 570 mil pessoas morreram no Brasil, grande parte delas fruto do negacionismo. E, segundo, depois, quando viram ali a possibilidade de negociata, por ganância, por volúpia, através de conluio, resolveram ganhar dinheiro à custa da dor e da morte de milhares de brasileiros. É esse enredo, e é por isso que, no banco dos réus aqui, tem que estar o Ministério da Saúde. A todo momento, são os mesmos personagens: Elcio Franco, que é Secretário-Executivo; o próprio Roberto Dias, que era da Dlog; esse Laurício, que falou num momento em que não poderia tratar com o Sr. Emanuel... O Laurício tinha um ofício-circular dizendo que ele não tinha mais poder de conversar com o Sr. Emanuel. O Secretário-Executivo tinha chamado para si a responsabilidade.

E eu vou lembrar aqui – se me permite – o que a Controladoria-Geral da União falou no caso da Covaxin, que é a chamada piada pronta, sobre o que eu falei que seria ironia se não fosse trágico. Quando descobriram que faltou justificativa de preço, que é



fundamental para assinatura do contrato, sob pena de o contrato estar nulo, mesmo no caso das vacinas da pandemia, porque a medida provisória dizia isso; quando a garantia que foi dada não era a garantia legal, porque não era garantia bancária, eles não deram a garantia correta; quando a controladoria chegou à conclusão do seguinte: "Espera aí, vocês esconderam documento, esconderam documento... Servidores públicos esconderam na gaveta documentos relacionados a atas de reunião fundamentais para que o jurídico do Ministério da Saúde pudesse dar o parecer correto"; quando ele levanta todas essas condições, inclusive a ata, que passou de US\$10 para US\$15 a vacina, e ele manda para o Secretário-Executivo novo, o que o Secretário-Executivo novo faz? Manda para a Dlog: "Que história é essa? O que está acontecendo que vocês esconderam documento que a CGU está cobrando?". Qual foi a resposta da Dlog? É a piada pronta: "Espera aí, isso não tem nada a ver comigo. Lá no início do ano, vocês, Secretário-Executivo, mandaram *e-mail* para 16 setores do Ministério da Saúde dizendo que vocês não têm autorização para conversar nem para tratar com intermediários ou com empresas sérias, idôneas ou inidôneas a respeito do contrato da vacina".

Então, eu agradeço ao Sr. Emanuel, dizendo que, sinceramente, quem tem que estar aqui dando esses esclarecimentos, quem tem responsabilidade absoluta sobre tudo isso... Isto tem que constar no relatório: o Ministério da Saúde não poderia ter dado essa carta para o Sr. Emanuel. Por quê? Porque CoronaVac era exclusividade do Instituto Butantan no Brasil.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpellar.) – Antes de passar para o Senador Marcos Rogério, também o mesmo ensejo que parte da inquirição da Senadora Simone leva a uma outra pergunta: a empresa de V. Sa. tinha capacidade de importação da vacina? Capacidade financeira, eu digo.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Nós não chegamos nessa parte... Como a gente não chegou na parte contratual, a gente não sabia quantas doses iriam... Correto?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, Sr. Emanuel, o senhor há de convir que isso é um pressuposto. Para nós firmarmos um contrato, nós temos que saber se temos capacidade e condições técnicas de firmar o contrato. *(Pausa.)*

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu vou manter o meu direito de ficar em silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bom, V. Sa. utiliza o direito ao silêncio em relação a essa pergunta.

Senadora Simone, em relação a essa pergunta, Senador Humberto, só para informar que a Farmacêutica Belcher requereu, no dia 5 de outubro do ano passado, à Junta da Delegacia da Receita Federal em Maringá solicitação e permissão para importações. Em 5 de outubro do ano passado, ela requereu solicitação da Receita Federal em Maringá para importações de valores acima de US\$150 mil. Qual era o valor do contrato? Eu pergunto aos colegas: qual era o valor do contrato? Era de R\$5 bilhões. Não era esse o valor do contrato? Era 5 bilhões. Então, em 5 de outubro, foi requerido à Receita Federal em Maringá uma permissão para importações acima de US\$150 mil. Detalhe: a Receita Federal em Maringá não autorizou, não permitiu que esse tipo de importação ocorresse por parte da Farmacêutica Belcher.

Ato contínuo, se V. Sa. quiser confirmar, a farmacêutica ingressa na Justiça para ter o direito de prosseguir nas tratativas para negociação e tem uma decisão favorável da



24/08/2021

Justiça Federal em Maringá. Então, originalmente, eu quero só destacar que, em outubro, há uma requisição, por parte dessa farmacêutica Belcher, para a realização de importações acima de R\$150 mil, e essa autorização não é concedida pela Delegacia da Receita Federal. E, como todos sabem, o contrato é superior a R\$5 bilhões.

Nosso último Senador inscrito para inquirição de hoje, Senador Marcos Rogério, para concluirmos o depoimento desta tarde.

V. Exa. com a palavra, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento o depoente Emanuel Catori e seus patronos que o acompanham e cumprem aqui tarefa assegurada pela Constituição Federal e pela norma de regência também das CPIs.

Eu confesso, Sr. Presidente, que não ia fazer aqui nem o uso da palavra hoje. Seria a primeira vez, durante todas as oitivas que tivemos aqui. E eu falei, hoje confesso que não faria, mas... E por quê? Porque nós estamos aqui há algumas horas discutindo aspectos que, do ponto de vista do processo ou do procedimento da CPI, têm pouca efetividade – pouca efetividade. Nós estamos aqui, a meu juízo, uma vez mais gastando o tempo da CPI com algo que não acrescenta ao processo e perdendo a oportunidade de fazer uso desse momento tão precioso para aprofundar a investigação justamente na busca das evidências, das provas, daquilo que de fato aconteceu no âmbito do Ministério da Saúde, no âmbito dos Estados e Municípios, com relação ao uso dos recursos para o enfrentamento à pandemia da covid-19.

É óbvio que, no meio de um processo como esse, várias empresas tentaram negociar com o Ministério da Saúde. Agora, do que eu ouvi até agora, alguns pontos me chamam a atenção, porque ficaram aqui chamando a atenção para depoimentos que nós já tivemos nesta CPI outrora, como o caso do Sr. Carlos Wizard e, mesmo na ausência dele aqui, de forma reiterada, a CPI procura atacar a sua imagem, atacar a sua honra, atacar inclusive a sua atuação como cidadão brasileiro que, em momentos difíceis da vida nacional, se colocou como voluntário. Foi assim que ele agiu lá no Estado de Roraima e foi assim também que ele se colocou à disposição para colaborar com o Governo brasileiro nesse momento de enfrentamento à pandemia.

Veja que pessoas que procuram se doar um pouco para fazer o bem são tratadas, no âmbito desta CPI, como criminosas. E, em razão de falas pontuais dele em determinados momentos da pandemia, esta CPI, de maneira bastante covarde – e é essa a palavra que eu quero usar –, procura a todo momento atacar a honra desse brasileiro. Eu não vejo muitos aqui que tenham no seu histórico a iniciativa que ele teve. Talvez em razão das suas convicções religiosas, talvez em razão da gratidão que tem por tudo aquilo que alcançou ao longo da vida, tem procurado servir às pessoas em momentos de dificuldade. Então, eu não acho adequado, eu não acho correto que a CPI, que é um instrumento de controle político da administração – e eu sou um defensor dessa prerrogativa... Um dos papéis do Poder Legislativo é fiscalizar os atos do Poder Executivo, e a função de fiscalizar mais nobre, talvez, dos Parlamentos, seja justamente a atuação das CPIs, porque é um controle em sentido alargado, com funções que são próprias do próprio Judiciário. Mas gastar esse tempo, fazer uso desse tempo para difamar pessoas, para desqualificar pessoas que procuram servir ao Brasil e aos brasileiros não acho que é um bom serviço por parte desta CPI.

Então, eu quero fazer aqui, na fala que me cabe, um registro de que não subscrevo esses ataques, essas ofensas a esse brasileiro. E, de igual modo, em relação à questão da pandemia, foi convocado não na condição de um servidor que vai ser assalariado ou que



vai ter ali... – e nenhum demérito, nenhuma ofensa a quem assim procura servir –, mas como um colaborador eventual que se coloca à disposição para ajudar o Brasil. E aí, vejo aqui de novo essa mesma... Eu estou só falando isso aqui para mostrar o nível de maldade que está no coração de algumas pessoas. O nível de maldade, o nível de dureza, porque não pode alguém, naturalmente, o tempo todo, destilar ódio desse jeito.

Veja, houve aí um movimento, uma reunião de empreendedores que, em dado momento, tentaram comprar para doar vacina. Tentaram comprar para doar vacina! Mas aqui, na CPI do circo, são criminalizados, são tratados como criminosos. Olha, o Brasil já viu e conheceu e conhece muitos criminosos que passaram na história recente da República – muitos –, mas será que a sociedade brasileira quer ver numa CPI a criminalização de brasileiros e brasileiras que, impactados com a dor e com o sofrimento das pessoas, tentam ajudar? Eu acho que não! Eu acho que não. E, veja, Carlos Wizard, o velhinho da Havan – o Luciano – e tantos outros são conhecidos, já apareceram, e por isso estão sendo enquadrados, mas quantos brasileiros anônimos nós não temos no País que têm iniciativas semelhantes de tentar ajudar o próximo, socorrer quem sofre, cuidar daqueles que estão sofrendo, às vezes por falta de uma estrutura hospitalar adequada, às vezes por falta de um equipamento, às vezes por falta de um medicamento, e tentam servir?

Então, eu acho que, num momento nobre como este, de uma Casa do Parlamento brasileiro, uma CPI que exerce de forma plena o controle político da administração, não é papel desta Casa ser censuradora do papel voluntário de alguns brasileiros.

Então, eu queria fazer essa fala aqui, essa consideração. E estou fazendo em relação ao empresário Carlos Wizard, que acompanhei, sabia da história e, quando ele veio aqui, tive a oportunidade de cumprimentá-lo por isto: o que ele fez lá em Roraima – não só ele, muitos outros, muitos outros – e depois também junto ao Ministério da Saúde.

Com relação ao que nós estamos hoje aqui a debater, a discutir, a sabatinar, a interrogar, eu não vou fazer perguntas ao depoente. Eu gostaria de fazer perguntas a quem desviou dinheiro público. Eu gostaria de fazer perguntas ao Sr. Carlos Gabas, que desviou recursos do Consórcio Nordeste. Eu gostaria de fazer perguntas ao Sr. Bruno Dauster, ex-Chefe da Casa Civil da Bahia, do Governo do Estado, que esteve à frente desse episódio fatídico da compra dos respiradores do Consórcio Nordeste, que nunca entregou – pagou adiantado, sem nota fiscal. Eu gostaria de estar perguntando a ele. Eu gostaria de estar perguntando sobre o que aconteceu lá em Santa Catarina – a compra milionária –, sobre o que aconteceu no Pará – o escândalo bilionário que a Polícia Federal investiga e o Ministério Público também. Eu queria estar perguntando, porque lá houve dano ao Erário, porque lá houve dano às finanças públicas.

Aqui, o que foi contratado? Quando é que foi assinado o contrato com essa empresa? Quando é que houve a contratação? Porque, pelo que vi, houve uma carta de intenção que não prosperou. Mas, não, gasta-se tempo, argumentos para apurar o quê? O nada. Nenhuma dose contratada, nenhuma vacina entregue, nenhum valor pago a quem quer que seja. Teve alguma coisa diferente disso? Se teve, eu retiro tudo o que eu disse. Houve contrato? Não, não houve. Houve alguma dose de vacina? Não, não. Ainda estão dizendo: "Não, ainda vão comprar uma vacina muito cara". Parece que fugiram da escola de matemática, da aula de matemática, não é?

Aí, está tudo certo: a vacina lá do Butantan, que eu defendi a compra, mas lá está tudo certo. Vende um preço pro Brasil, vende outro pro consórcio Covax Facility. Está tudo certo, a CPI não fala nada. Vende... Agora oferece mais lotes ao Ministério da Saúde, na casa de US\$16. E uma vacina que depende de duas doses. Duas! Mas aí está tudo certo.



Me parece que a ideologia está tirando a racionalidade de muitos, sabe? Não se pode se embriagar por ideologias, por crenças que não têm respaldo nos fatos. Eu não estou fazendo aqui defesa da empresa, não tenho procuração, já está bem acompanhada dos advogados aí, esse é o papel deles. A questão é, o papel da CPI é reduzido a que num momento como esse? A nada, porque nós temos pouco tempo para apurar muita coisa e, pelo que está havendo aqui, pelo que nós estamos aqui a testemunhar, gasta-se tempo para apurar o que não houve, gasta-se tempo para imputar a alguém crime que não existiu, gasta-se tempo com depoimento que não vai levar a nada para não sobrar tempo para investigar a roubalheira que aconteceu nos Estados e Municípios.

Está claro, Brasil, vai vendo, vai vendo, porque se a CPI terminar daqui uma semana, duas semanas, três semanas, quatro semanas, dez e continuar do jeito que está hoje, ao final nós vamos ter um relatório de quê? Um relatório de narrativas. E o que deve sustentar os fundamentos de um relatório minimamente consistente? Os fatos, as evidências, as provas do processo. Nada além disso, porque narrativa não é prova. Qual a prestabilidade de uma prova que não identifica nada?

Então, eu queria fazer aqui essas ponderações para tentar chamar a atenção da CPI para que a gente concentrasse os nossos esforços numa investigação que pudesse nos levar a um resultado. Qual resultado pretendido com esse depoimento de hoje? Será que é constranger o Líder do Governo, o Deputado Ricardo Barros? É esse o objetivo da CPI? Se for, acionem o Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, não é o Senado, não! Acionem o Conselho de Ética da Câmara, se é que têm evidências contra ele, mas não usem a CPI para promover uma perseguição política, não acho que seja adequado.

Imagine, daqui a pouco, indiretamente, uma CPI na Câmara fazendo o mesmo com os Senadores? Porque é isso que vai acontecer.

Não quero fazer defesa de ninguém, porque tem Ministério Público, tem Polícia Federal, tem Conselho de Ética. Agora, o que nós estamos apurando aqui? Qual o elemento de fundo a justificar todo esse esforço por nada? Não teve contrato, não teve uma dose sequer contratada, não houve uma entrega e não houve um pagamento, mas estamos aqui.

Sobre a compra de vacina e o encontro virtual de Carlos Wizard, do Luciano, da Havan, Emanuel e tinha um outro empresário lá participando, queriam comprar vacina para doar. Vai vendo Brasil, queriam comprar vacina para doar, mas aqui criminalizam, aqui criticam.

Eu ouvi Senadores aqui dizendo que se for lá atrás, no começo, porque agora o Senador... Muitos, hoje, querem atacar, condenar aquilo que sempre defenderam. Lá atrás, eles diziam assim: "Não, precisa conversar com todo mundo, precisa buscar vacina a qualquer preço, de qualquer jeito". E aí teve alguém até que bateu na mesa: "Quanto vale uma vida?" Para falar do preço da vacina. Vai vendo Brasil!

Hoje, chegam aqui e fazem o contrário. Hoje chegam aqui e condenam por causa do preço. Hoje chegam aqui e condenam porque dialogou. Só querem narrativas; não querem os fatos, não querem as evidências, não querem as provas. Evitar a apuração que houve nos Estados e Municípios: esse é o movimento que há por parte de alguns nesta CPI.

Então, eu quero concluir a minha fala, fazendo apenas um apelo para que nós possamos avançar com as investigações, buscando o que aconteceu em todos os âmbitos. Votei a favor de todos os requerimentos relacionados a oitivas de autoridades do Ministério da Saúde, a convocações, à solicitação de documentos. O mesmo não tivemos em relação aos Estados e Municípios. Tomara que, nos dias que nos restam de CPI, a gente possa aprovar os requerimentos e ter a oportunidade aqui de ouvir...



(Soa a campanha.)

... gestores dos Estados e dos Municípios, para que o relatório seja um relatório completo, levando-se em consideração o conjunto dos fatos. Senão, vão se repetir apenas narrativas, narrativas e narrativas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Senador Marcos Rogério.

Só, antes de concluir – a inquirição do Senador Marcos Rogério, então, é a última desta oitiva –, só antes de concluirmos, eu queria reiterar a pergunta, Sr. Emanuel Catori, feita anteriormente: a relação com o Sr. Flávio Pansieri só foi neste contrato? Não teve nenhuma outra relação com a Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI (Para depor.) – Somente nesse contrato.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em nenhum outro momento?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Nenhum outro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em nenhuma outra circunstância.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Em nenhum outro momento, reitero e afirmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reitero, o Sr. Flávio Pansieri é sócio do Deputado... Ou melhor, é sócio de familiares do Deputado Ricardo Barros e é advogado do próprio Deputado Ricardo Barros. Além de ser advogado das questões cíveis, a notícia que nós temos é de que ele é advogado eleitoral, é advogado criminal, enfim, é o principal advogado do Sr. Deputado Ricardo Barros, mas a relação... Neste processo, ele não foi indicado por ninguém?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Por ninguém. Pelo Rafael, que é o meu colaborador, que são de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Rafael quem é?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – O nosso colaborador, nosso consultor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Rafael... O sobrenome do Rafael?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Crivellari – Crivellari.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele é o consultor?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Ele é o nosso consultor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Da Belcher?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele que fez a referência e a indicação...

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do Sr. Flávio Pansieri para atuar nesse processo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.



24/08/2021

E o Sr. Flávio Pansieri atuou em algumas reuniões com a Anvisa, certo?

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Emanuel.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu gostaria... Posso?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois não. Pois não.

O SR. EMANUEL RAMALHO CATORI – Eu gostaria de agradecer a todos os Senadores e Senadoras por todo o respeito que tiveram por mim, e sempre estarei à disposição de vocês para qualquer esclarecimento.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Catori.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 46ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Declaramos aprovada.

Eu queria convocar, convidar... Convocar todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores para a inquirição de amanhã, do senhor sócio majoritário do FIB Bank, que será a partir das 9h30, nesta sala da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Declaro encerrada esta reunião.

(Iniciada às 10 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 27 minutos.)



ATA DA 48ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2021, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLÊNÁRIO Nº 2.

Às dez horas e trinta e dois minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Otto Alencar, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad e Leila Barros, e ainda dos Senadores não membros Fabiano Contarato, Simone Tebet, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Izalci Lucas e Soraya Thronicke. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva Roberto Pereira Ramos Júnior.** **Finalidade:** Oitiva Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior. Oitiva do Roberto Pereira Ramos Júnior, em atendimento ao requerimento 1369/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 1463 de 2021** que : "Requer a convocação do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva" **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e zero minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz
Presidente da CPI da Pandemia



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 48ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da covid-19, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A reunião destina-se ao depoimento do Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, em atendimento aos requerimentos do Senador Randolfe e do Senador Tasso Jereissati.

Solicito que o depoente seja conduzido à Mesa. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Roberto, nós recebemos um *habeas corpus* da Ministra Cármen Lúcia, o Habeas Corpus de nº 203.381, nos seguintes termos:

O mesmo dá-se com a pretensão de "não ser obrigado a assinar termo de compromisso como testemunha ou investigado"; esse é dever imposto pelo art. 216 do Código de Processo Penal de que não se pode escusar a testemunha.

Convocado como foi o paciente naquela condição, tem o dever de comparecimento e de observância dos trâmites legais inerentes à convocação, sob pena de frustrar ou dificultar as atividades investigativas da Comissão Parlamentar de Inquérito, que, nos termos do inciso V do §2º do art. 58 da Constituição Federal, pode "solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão".

Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar [...] para assegurar ao paciente, ao ser inquirido pela Comissão Parlamentar de Inquérito "da pandemia", a) o direito de ser assistido por seu advogado e com ele se comunicar pessoal e reservadamente, garantidas as prerrogativas da Lei nº 8.906/94; b) de não ser obrigado a produzir prova contra si mesmo, podendo manter-se em silêncio e não ser obrigado a responder às perguntas que possam lhe incriminar, sendo-lhe, contudo, vedado faltar com a verdade relativamente a todos os demais questionamentos não inseridos nem contidos nesta cláusula.

Considerando que a decisão liminar no *habeas corpus* esclarece que V. Sa. obriga-se a firmar termo de compromisso, V. Sa. promete, quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha, sob palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, prometo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, V. Sa. está sujeito ao compromisso de dizer a verdade quanto aos fatos de que tenha conhecimento na qualidade de testemunha nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – Só duas questões rapidamente.



Eu queria requerer a V. Exa. que, no momento oportuno, colocasse em apreciação, extrapauta, o requerimento de convocação do Sr. Ivanildo Gonçalves da Silva a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E, só complementarmente, um procedimento protocolar e regimental, só para que seja identificada à Presidência a douta e ilustre banca de advogados que acompanha o Sr. Roberto Pereira.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, é só para transmitir aqui um recado da nossa querida Senadora Zenaide e um presente que ela manda aqui para a nossa CPI, umas castanhas do Rio Grande do Norte, para, naquele intervalo ali, a gente poder degustar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agradeço à Senadora Zenaide, assídua participante das nossas reuniões da CPI.

Eu vou passar a palavra ao Sr. Roberto, se assim desejar, por 15 minutos; caso contrário, eu passo diretamente ao Relator. Fique à vontade o senhor. Obrigado.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, eu gostaria de agradecer à Casa; me sinto muito orgulhoso de estar aqui. E que esta Casa, de fato – de fato –, honre essas 576 mil mortes, que faça justiça de alguma maneira, já que também perdi amigos, parentes, e que se faça valer isso.

Mais uma vez, agradeço e quero reafirmar que eu estou à inteira disposição dos senhores, desta Comissão, honrosa Comissão, para esclarecer todo e qualquer fato. Mais uma vez, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros, com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente... Pela ordem, Presidente, só para eu poder compreender.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – O requerimento solicitado pelo Senador Randolfe será posto hoje, extrapauta, ou não, Presidente? O requerimento que o Senador Randolfe acabou de pedir, de convocação, será posto hoje ou não, extrapauta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, ele será colocado hoje. Eu vou colocar agora.

Em votação o requerimento feito pelo Senador Randolfe Rodrigues.

Aqueles que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Vice-presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, hoje, Sr. Presidente, nós completamos 120 dias da instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos aqui trabalhando para contar a história, para que os brasileiros conheçam o que aconteceu nos porões da gestão dessa crise e o que, infelizmente, movia nossos governantes.

Entre atravessadores, pedidos de propinas, empresas corruptas e negacionismo criminoso, perdemos, nesses 120 dias, 180.505 vidas de brasileiros, enquanto desvendávamos fatos graves e tínhamos acesso a documentos que comprovam verdadeiramente que vidas eram, infelizmente, o que menos importava. Em média, foram 1.504 vidas perdidas por dia nesse período, nesses 120 dias.

E nós, Presidente, correndo contra o tempo, para dar as respostas necessárias, já conseguimos, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – e o trabalho de V. Exa. foi



fundamental para isso –, muitos resultados, muitas coisas. Graças à luz colocada pela CPI, o Governo foi obrigado a mudar de conduta: cancelou o contrato fraudulento da Covaxin. Resistiu; depois, pressionado, suspendeu; e, depois que a Bharat Biotech descredenciou a Precisa, teve, afinal, que cancelar o contrato da Covaxin, a mais notória corrupção nesse submundo da aquisição de vacinas a atravessadores. Demitiu servidores que pediam propinas, cancelou negociações com atravessadores, comprou vacinas, parou de alardear sobre a fraude do tratamento precoce, fez influenciadores e *sítes de fake news* apagarem *posts* que agravaram, infelizmente, a pandemia. Fez até, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o filho negacionista do Presidente se vacinar e postar nas redes sociais!

Ainda falta muito! O negacionismo do Presidente e a conduta criminosa do Governo, a quem caberia salvar vidas, deixam marcas difíceis de sanar.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, seguiremos com nosso trabalho. E, no próximo mês de setembro, na segunda quinzena, entregaremos o relatório aos brasileiros, para que o conheçam, conheçam os fatos e também os seus verdadeiros responsáveis.

Eu aproveito também a oportunidade, Sr. Presidente, antes de começar a fazer as perguntas, e peço a atenção da Comissão Parlamentar de Inquérito... Eu estou propondo ao Presidente da Comissão o acréscimo de mais três nomes no rol de investigados desta Comissão Parlamentar de Inquérito: o do Sr. Roberto Ferreira Dias, o do Sr. Emanuel Catori e o do Sr. Francisco Emerson Maximiano. Em função do avanço da investigação, das provas coligidas, dos depoimentos prestados, nós elevamos a condição dessas pessoas à condição de investigados nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Passo às mãos de V. Exa., Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Passo às mãos de V. Exa.

Eu gostaria de começar efetivamente a fazer as perguntas ao Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, Diretor do FIB Bank.

Quando V. Sa. começou a trabalhar, por favor, no FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Em 2017, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 2017. Em qual mês precisamente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em agosto, se eu não me engano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agosto?

Quais cargos V. Sa. ocupou no FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Apenas o de Diretor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Apenas o de Diretor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O de Diretor-Presidente desde então.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nessa oportunidade...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, sim, nessa oportunidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... a partir de agosto de 2017?

Quem contratou V. Sa.?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, o Sr. Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ricardo Benetti.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo Benetti.

Qual é a sua remuneração como Diretor-Presidente do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho uma remuneração variável.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma remuneração variável?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É uma...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a remuneração média, por favor, para que nós possamos ter uma ideia dessa relação contratual com V. Sa.?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Se me permite, Senador, eu não gostaria de expor os meus rendimentos aqui nesta Comissão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, Sr. Relator...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas nós já sabemos, é de R\$4 mil. Não é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor. Não, não!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, nos RIFs, está registrado isso como transferência para o senhor.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, qual é...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... teve acesso a RIF e dispõe de informações. É importante que nós coloquemos isso para V. Sa., para que V. Sa., efetivamente, possa colaborar com a lembrança de que V. Sa. não pode ocultar a verdade, a não ser no caso da concessão de alguns *habeas corpus* – não sei se houve concessão de *habeas corpus* para esse caso especificamente – para não se autoincriminar, mas, quando não for o caso V. Sa. tem, sim...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que colaborar efetivamente no seu depoimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, nós temos o registro de R\$4 mil de transferência para V. Sa. Se V. Sa. recebe mais que isso ou diferente disso do FIB Bank, é importante V. Sa. informar aqui a esta Comissão Parlamentar de Inquérito qual é a outra fonte que o remunera, senão vai ser inevitável nós termos que quebrar o seu sigilo bancário. E nós, assim, não queremos avançar para tanto. Não é uma medida que seja necessária.

Então, o Sr. Relator fez uma pergunta que esta CPI já sabe. Então, reitero somente... Ao mesmo tempo que pergunto, reitero um aconselhamento a V. Sa: se V. Sa. não recebe essa remuneração, qual é a outra fonte que o remunera, sob pena de, se nós não tivermos



essa informação que nós já sabemos – confrontada –, nós vamos ter que inevitavelmente quebrar seu sigilo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador, eu gostaria de que essa informação seja feita via escrita, já que nós estamos em rede nacional. Gostaria de, ao final da sessão, expor tudo isso ao senhor. O senhor me permite?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Então, o senhor... Se a Comissão agora, neste momento, requisitar ao senhor por escrito essa informação...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com toda certeza, mesmo porque o senhor pode quebrar...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o que o...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... meu sigilo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ...depoente está propondo aqui é fornecer os dados à CPI, mas essa é uma informação obviamente que está protegida pelo sigilo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. Não, perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pode ser pode ser declinado formalmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Senador Marcos Rogério, a proposição do depoente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que atende o que o Relator precisa e nós também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... pode ser aceita. Só que, pela necessidade da informação, eu queria requerer, Sr. Presidente, que a CPI requisitasse já agora, preparasse agora o requerimento por escrito ao senhor depoente, e o senhor depoente, por escrito, dê a informação aqui de qual é a outra eventual fonte que o remunera. Até o final do depoimento, nós temos essa informação, inclusive para a própria dinâmica do depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente está comunicando a CPI que vai fornecer essa informação, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – É isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só pra ele confirmar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou perguntar a ele o seguinte...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tudo bem, ele não quer dar o valor agora, publicamente; tem suas razões e a gente vai respeitar, isso é sigiloso, mas ele vai passar essa informação, e daqui a pouco nós vamos requisitar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, pra colaborar apenas, reiterando a pergunta feita pelo Relator: ainda que se deixe de informar agora valores de remuneração, embora seja uma mera pergunta pra qualificação do depoente – é absolutamente rotineiro em depoimentos você saber qual é a renda do depoente –, o Relator pergunta com relação ao seu sistema de remuneração, e aí não vejo justificativa pra que não se responda. Qual é o sistema de remuneração? O senhor referiu: "Minha remuneração é variável". Variável com base em quê? Se o senhor puder esclarecer...



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E, se o senhor depoente nos permite e o Sr. Relator também...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... a informação... O que nós precisamos saber? Nós já temos, a partir da quebra do sigilo do FIB Bank, a remuneração que V. Sa. recebe. O que nós queremos saber aqui, complementarmente: se essa não é a remuneração, quais são as outras fontes que o remuneram? Essa informação para nós é preciosa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É preciosa e não é sigilosa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E tanto mais, quanto a sua remuneração...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque revelar o salário, o que ganha, a remuneração, não tem sigilo nenhum nisso.

Esta é uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E tanto mais quanto sua remuneração são as fontes, quem o remunera além do FIB Bank.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, só pra colaborar, acho que é importante, até pra saber o que é sigiloso ou não e até onde nós podemos exigir do depoente... Acho que a pergunta do Relator é – e corroborada pelo nosso Vice-Presidente: qual é a renda fixa? Porque essa não é sigilo. As demais, se é por comissão, se V. Sa. recebe de outra forma, isso pode ficar nos autos, pode ser acrescido depois, mas qual é a renda fixa com a qual o senhor é remunerado por ser Diretor-Presidente do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Mais uma vez, eu me comprometo, após a reunião, a fornecer todas as informações que V. Exas. assim o requerem.

Agora, com relação à sua pergunta, Senador, essa remuneração variável é baseada em alguns pontos. Primeiro, faturamento da empresa, crescimento, número de mercado, quantos contratos ou clientes foram fechados naquele mês. E mais ainda, Senador Randolfe: se assim a Casa achar melhor, apesar ainda da minha prestação de valores a ser apontada para os senhores...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu amigo, meu amigo... Só um minutinho, Roberto.

Senador Renan Calheiros, vamos tocar o depoimento. Esse aí... Durante o depoimento, nós vamos saber de muita coisa e não necessariamente precisamos saber agora o salário, a remuneração dessa pessoa. Então, nós estamos perdendo meia hora numa discussão dessa? Por favor, Senador. Vamos tocar...

Só um minutinho. Isso aí é o seguinte: aos poucos nós vamos saber de muita coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós podemos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Por exemplo, eu poderia perguntar a ele agora: o senhor pode me dizer qual é a cidade em que o senhor mora?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Campinas.

O senhor mora em casa, apartamento...



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Apartamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É próprio?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto custa o apartamento, mais ou menos, seu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Quatrocentos, quinhentos mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quanto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Quatrocentos, quinhentos mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com R\$4 mil não dá pra comprar um apartamento de R\$400 mil, R\$500 mil.

Então, veja bem: essas coisas nós vamos descobrindo aos poucos. Você pega em cima de outros dados e nós vamos saber o que que ele...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, mas o fundamental é o seguinte: mais importante até do que a remuneração é quem remunera além do próprio FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, e essa informação, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele não é o...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... não é sigilosa. Revelar salário não guarda nenhum sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, espere aí: o Roberto não é funcionário do banco. Ele é Diretor-Presidente do banco. Veja bem: ele é que remunera os funcionários do banco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas ele foi contratado pelo banco.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ele é Diretor-Presidente do banco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi uma das perguntas que eu fiz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é o Diretor-Presidente do banco. Veja bem: ele é que diz quanto é que fulano vai ganhar, ele é que determina quais são as remunerações...

Não é isso, Sr. Roberto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, ele foi contratado... Ele já respondeu aqui que ele foi contratado pelo senhor...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ricardo Benetti.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na época. Agora ele é Diretor-Presidente.

Tem algum cargo acima do senhor?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Diretor-Presidente do quê, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do banco lá, do FIB Bank.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Que banco? Esse banco existe?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Desculpe, não é um banco...



A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos continuar pelo Relator, Sr. Presidente, porque aí depois...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, não é um banco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... nós conseguimos fazer toda a ilação. Vamos ouvir o Relator, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Por favor, por favor, colegas. Por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual é exatamente, por favor, pra dirimir essas dúvidas que começaram... E é bom que todos saibam que nós podemos estar diante aqui de um depoimento bombástico, em função de uma circunstância que o Brasil quer definitivamente conhecer. E esta é a oportunidade que está sendo criada aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito pra que nós possamos acessar a todos esses segredos que embalsamaram negociações, que financiaram, que garantiram negociações as mais escabrosas.

Qual é exatamente, Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, a atividade econômica explorada pelo FIB Bank, que não tem autorização de funcionamento como instituição financeira nem como seguradora?

Por favor, sou só ouvidos.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sr. Senador, não se trata de um banco e, sim, de uma empresa S.A., a qual presta o serviço de garantias fidejussórias, devidamente reguladas pelo Código Civil brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, apesar do nome – é bom que todos fiquem devidamente esclarecidos – FIB Bank, não se trata de um banco. É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor. E mais ainda: FIB Bank Garantias Fidejussórias, faz parte da razão social.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem garantia de funcionamento como instituição financeira?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ela não é uma instituição financeira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nem como seguradora?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Muito menos seguradora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, exatamente, se V. Sa. pudesse repetir, qual é a atividade econômica explorada pelo FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Assim como a razão social assim menciona: garantias fidejussórias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são os serviços, para aclarar, regularmente prestados pelo FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, o FIB Bank Garantias Fidejussórias garante vários tipos de operação, seja desde aluguel, obrigação de fazer, são várias linhas em que a gente atua, sempre dentro da prestação de garantias fidejussórias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá. Quantos funcionários o FIB Bank tem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nessa pandemia, nós demitimos bastantes funcionários e estamos trabalhando com *outsourcing*. Então, são empresas contratadas para que venham prestar o serviço. Lembrando ainda: é um processo muito enxuto.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E quantos funcionários teve?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos teve? Pode dar esse cronograma? Porque isso também é muito importante para a gente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor pudesse, inclusive, informar a história do FIB Bank, quando foi fundado, quem compôs o quadro societário original.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos funcionários tinha, quantos têm hoje... Essas informações são muito importantes.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vamos lá, do início.

O FIB Bank foi fundado ou adquirido pelos atuais sócios em 2016, justamente na composição de seus ativos, na maioria imobiliários e ainda creditórios. Então, em 2016, duas empresas resolveram assim fundar o FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quais foram as empresas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Pico do Juazeiro e MB Guassu.

E, ao longo desse tempo, na prestação de serviço de garantias fidejussórias.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em 2016 ou 2015?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em 2016, a primeira ata.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E começou com o nome FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Era Fiji Island alguma coisa... e logo em seguida mudado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – DTX, Brax Simples?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Por sinal, não conheço.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esses nomes o FIB Bank não teve?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor está no FIB Bank desde o início? Não. O senhor está desde agosto de 2017.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Isso, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Onde é a sede do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em Alphaville, São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor pode dar o endereço, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Rua Araguaia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Rua Araguaia...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O número certinho eu não sei de cabeça, mas falo já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós levantaremos.



25/08/2021

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Tenho aqui.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Desculpe, Relator, mas ele deu uma informação que não bate aqui...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – 2044.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... com os documentos e nem com os registros de cartório, e ela é fundamental porque ali vêm dois personagens e sócios, depois foram considerados laranjas. Então, é importante perguntar de novo: qual é o ano da constituição do FIB Bank, que antes era Brax Simples, foi para FIB Bank Assessoria de Negócios e, só depois, foi para FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso é muito importante, Sr. Presidente, porque eu sei que as perguntas dos colegas todas vão ser, inclusive, direcionadas a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria agradecer a colaboração adicional de V. Sa. e fazer a pergunta diretamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas eu queria só completar a pergunta. É o seguinte: quem compôs o corpo societário de fundação, a partir dessa informação da Senadora Simone?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Vamos lá. Eu vou descrever quem eram os sócios das duas empresas as quais são acionistas do FIB Bank, no momento da compra do FIB Bank: do lado da MB Guassu, o Sr. Sebastião e o Sr. Francisco; do lado da Pico do Juazeiro, o Sr. Ricardo Benetti e uma empresa do Sr. Ricardo Benetti.

Essa empresa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Comprou de quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Desculpe, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Comprou de quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Essa empresa foi adquirida não na minha gestão. Era uma empresa, uma *shelf company*, que foi adquirida de duas pessoas. Eu não sei precisar agora, mas me comprometo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Alexandre e Geraldo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, isso, isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Alexandre e Geraldo. É isso? O senhor confirma?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Esse Alexandre Geraldo é de Alagoas?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Mas você me informou isso, infelizmente, agora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o senhor me permite, Sr. Presidente, o Sr. Geraldo Rodrigues Machado...



25/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Não, Alexandre Geraldo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Alexandre e Geraldo...

Eu vou lhe apresentar o Sr. Geraldo, se o senhor me permite. O Sr. Geraldo Rodrigues Machado é conhecido como Geraldão, é brasileiro e natural – olha aí, Senador Renan – de Pão de Açúcar, Alagoas, sua terra. Ele é solteiro, vendedor, tem ensino médio completo, nascido em 22 de outubro de 1992. No dia 16 de janeiro do ano de 2009, ele compareceu à Delegacia de Polícia de Alagoas para prestar depoimento em que se disse vítima do seguinte: "Tomou conhecimento o oficial, em consulta feita à Receita Federal na agência em Santana do Ipanema, que, na data de hoje, 10 de março de 2016, o noticiante compareceu a esta delegacia de polícia para noticiar que tomou conhecimento do surgimento de outras duas empresas em seu nome no Estado de São Paulo. Contudo, mais uma vez, ressalta o noticiante não ser empresário e tampouco nunca foi ao Estado de São Paulo".

Aliás o Sr. Geraldo, nosso Geraldão, lá de Pão de Açúcar, Senador Renan, tentou requisitar auxílio emergencial e não conseguiu porque constava isso no registro dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele é bilionário. Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele tentou sacar o Fundo de Garantia e também não conseguiu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É porque o próprio depoente usou a expressão que significa o que o Senador Randolfe tentou explicar. O senhor disse que é uma *shelf company*. Explique para as pessoas que estão acompanhando e que não sabem o que é uma empresa de prateleira e para que se usa empresa de prateleira, por favor.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Obrigado pela palavra.

Na realidade, são empresas prontas de prateleira. É muito comum isso no mercado. Dada a burocracia que se tem ou que se tinha – melhorou muito isso – de se constituir uma empresa, essas empresas já estão prontas, vai-se ao mercado e compra-se a empresa.

Agora, uma coisa que eu quero...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, apenas para deixar mais claro: quando você tem uma necessidade de passar a impressão de que a sua empresa está constituída há muito tempo, você vai a um escritório de contabilidade e compra uma empresa dessas, que está lá na gaveta constituída previamente. Esta é uma prática reiterada das empresas Precisa, vinculadas à VTCLog, vinculadas a toda essa rede de contratação: o uso das empresas de gaveta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Só não contava, Senador Alessandro, que estava comprando uma empresa fantasma que não tinha sócios, não tinha capital social, conseqüentemente, ele estava comprando nada.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Ele sabia perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E a gente também não sabe se as outras empresas de que ele está falando não são da mesma origem, Senadora Simone.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Com certeza.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos tocar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só queria fazer uma pergunta ao Sr. Roberto...



25/08/2021

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos tocar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só um minutinho. É uma pergunta aqui: o senhor poderia dizer qual é sua formação acadêmica?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim. Administrador de Empresas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor é formado em Administração...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em Administração de Empresas pela PUC Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Renan, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos tocar, vamos tocar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, por favor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Era importante que a gente pudesse seguir a ordem das inscrições. Todos nós aqui... Só uma questão, Sr. Relator: todos nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós podemos estar diante aqui do mais escabroso depoimento desta Comissão, de uma fraude monumental que está sendo revelada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Todos nós.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E diante da origem fraudulenta do fiador do contrato da Covaxin de 1,614 bilhão.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse depoimento é um depoimento que se reveste de uma importância gravíssima. E eu queria até deixar informado o depoente de que nós poderemos aqui ter muitas revelações para aclarar o que significou de escabroso essa negociação da Covaxin e a própria fiança dada pelo FIB Bank, que, pelo que foi revelado aqui pelo Senador Randolfe Rodrigues e pelo Senador Omar Aziz, teve como criador um agricultor rural do Estado de Alagoas, da cidade de Pão de Açúcar, que entrou na Justiça para sair da sociedade dizendo mais: que nunca fez parte da sociedade. Nós estamos diante de um crime...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O antigo dono do banco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E a Alexandra também teve que entrar na Justiça e teve liminar deferida para dizer que nunca foi sócia da empresa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senadores...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... não conseguiu sacar o FGTS...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou só...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador Renan...



O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos seguir os trâmites aí...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Assim não dá, com todo respeito aos nossos companheiros, mas assim não dá. Todo mundo tem essas informações

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Todo mundo tem. Eu quero fazer questionamento...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vamos deixar o Relator fazer as perguntas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas eu quero que, eu gostaria que todos participassem porque eu realmente não tinha as informações. Essa é que é...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. conclui as que V. Exa. tem e...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não, eu não tinha as informações e não...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E eu fiquei incumbida, fiquei um mês, a pedido da CPI, estudando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não fui informado dessas informações e fiquei aqui impactado quando fui informado. Acabei de ser informado agora, porque é um caso em que nós já devíamos ter tomado as providências do ponto de vista penal, porque nós estamos diante de uma fraude monumental, que, aliás, marca, caracteriza o *modus operandi* deste Governo.

Retomando as perguntas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador, poderia, a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Eu vou pedir a contribuição dos Srs. Senadores para que o Senador Renan possa concluir as suas informações...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas eu não estou reclamando disso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas é uma prática...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo contrário; eu estou satisfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, nós estamos, é porque todos querem fazer questionamentos. Se ficar só no comentário, comentário, nós não estamos investigando, é prejudgando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O meu papel aqui é pedir colaboração dos companheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Onde V. Sa. despacha, trabalha, responde pelo banco?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Gostaria primeiramente de levantar dois pontos. O primeiro que a garantia emitida não foi para a sua totalidade, e, sim, pelo transporte, em 80 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que garantia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A garantia fornecida para a Precisa.



25/08/2021

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós chegaremos lá, nós chegaremos lá!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, é só para pontuar. A segunda...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós estamos, nós estamos ainda tentando ainda conhecer a origem do FIB Bank...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A segunda com relação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos na garantia, sem nenhum aqodamento, sem pressa. Se for necessário...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A segunda com relação à compra da empresa, não participei dessa compra. Então, no período...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o fato de não ter participado não o exime de responsabilidade na sucessão.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É só para deixar claro, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que o senhor saiba disso.

Onde V. Sa. despacha, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Hoje, em *home office*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o faturamento médio anual estimado do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Esse ano, o faturamento está próximo a R\$650 mil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Faturamento, R\$650 mil este ano?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Até agora.

E, no ano passado, qual foi o faturamento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Próximo a 1 milhão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um milhão de reais.

E, quando era maior, tinha mais funcionários, quanto era, como aqui colocado por V. Sa., quanto era o faturamento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Lembrando que trata-se de um... Apesar ainda do ativo muito grande, trata-se de uma empresa pequena e de estruturação dessa garantia no mercado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor falou que essa empresa teria sido afetada pela pandemia. Foi afetada de que forma, em que circunstância?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, Senador...

Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor disse que é uma empresa pequena?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Em estrutura, sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E qual é o capital social dessa empresa pequena?



25/08/2021

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sete ponto cinco bi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, repete aí, por favor.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A estrutura é pequena, mas o capital é de 7,5 bi.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho, V. Exa., que é um *expert* em pequenas, microempresas, que tem lutado muito pelo Brasil nessa situação. (*Risos.*)

Me diga, me explique V. Exa., por favor, se é uma empresa pequena a que tem 7,5 bi de capital. Explica para o Brasil: "Brasil!", por favor. (*Risos.*)

Por favor, Senador Jorginho, explique para o administrador.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só falta ele ter pedido um Pronampe também, será que ele não pediu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Explique aqui, porque eu perguntei qual era a formação dele até para saber qual é a formação. Ele não é nenhum... Ele é administrador de empresa. Dizer que uma empresa que tem capital social de 7,5 bi é uma empresa de pequeno porte, eu não sei mais o que é de médio e grande porte. Por isso, sendo o Senador que mais se empenha em relação a pequenas e médias empresas, o senhor pode dizer o que é uma microempresa no Brasil? Qual é o capital social duma microempresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Nem vamos ofender aqui...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, por favor.

Não, não, por favor, Senador, me ajude.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não vamos ofender...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Microempresa, quanto é o capital social de uma microempresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É 360 mil, é faturamento por ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E de uma média empresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quatro milhões e oitocentos por ano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E de uma grande empresa?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Aí é conforme o faturamento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E uma *big* empresa de 7,5 bilhões de capital?

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, isso vende a cura pra qualquer doença.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, está bom. (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, mas quem tem o capital social de 7,5 bilhões? Eu não entendi.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O FIB Bank tem o capital social de 7,5 bi?

(*Intervenção fora do microfone.*)



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não...

Quanto é, Senadora...?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, a pergunta é se esses imóveis existem. Eu tenho a impressão que o FIB Bank não tem capital social nenhum, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, até então, Senadora Simone, até então, eu não perguntei quais são as garantias de ter 7,5 bi. Eu só perguntei ao Diretor Presidente da empresa qual é o capital social? Ele me disse 7,5 bi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um capital social constituído por imóveis citados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se ele é um capital social...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Senadora Simone Tebet está levantando que sequer a existência desses imóveis para compor esse capital social...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso aí é outra coisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... está provada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aí é *fake news*, essas garantias aí.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só um imóvel tem 48 milhões de metros quadrados.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Dois mil alqueires paulistas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Dois mil alqueires de terra paulista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é uma boa pergunta, Sr. Relator. Quem sabe a gente é homem de pouca fé, quem sabe existe isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que não é do FIB Bank, segundo o cartório, Senadora Eliziane.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Presidente, apenas perguntar para ele, Relator: em relação a esses 7,5 bi, esse capital social é integralizado? A partir de quê?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, é integralizado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A partir de quê? É a pergunta do Senador Marcos Rogério.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Imóveis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A partir de imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Imóveis.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são os imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto. São dois imóveis principais, um na cidade de São Paulo e outro na cidade de Castro, no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quantos imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – São dois imóveis?



O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dois imóveis no valor de 7,5 bilhões?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é 10% da área fundiária de Curitiba.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um imóvel, Sr. Presidente, era no valor de 7,2, e não estava em São Paulo. Começou em Curitiba. Aí mudou-se a matrícula e foi para São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só piora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O imóvel voador, que saiu de Curitiba e foi para São Paulo, no valor de 7,2 bilhões.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dois imóveis por 7 bi?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um por 7,2 e outro por 300 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Marcos, isso é 10% da área urbana de Curitiba.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É importante que esses imóveis sejam, a partir de hoje ou de amanhã, apresentados ao Brasil, para que, como colocou o Senador Marcos Rogério, não haja dúvida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que aí, já que esse imóvel vale tanto, seria importante até identificar que imóvel é esse, que imóvel é esse que vale tanto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator e Senador Marcos Rogério, a mansão mais valiosa do Planeta não vale isso. Só para... Então, a gente tem que localizar esse imóvel.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu só queria fazer uma sugestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, Senador Jorginho.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Vamos ganhar tempo, porque eu acho que esse cidadão aí está ofendendo o Senado Federal. Eu acho que a gente não pode perder muito tempo com ele, e depois tomar as devidas providências. Vamos perguntar o que nós tivermos que perguntar para ele e vamos depois tomar as providências, porque é uma vergonha isso. Eu me sinto envergonhado de estar aqui sapateando em cima de um negócio desse, de uma mentiragem dessa, de uma picaretagem dessa, que queria dar mais um golpe no Governo.

Pelo amor de Deus!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Permita-me divergir do Senador Jorginho. Nós estamos ganhando tempo, e não perdendo, porque embora – e eu concordo com ele – nós tenhamos que tomar providências em relação ao FIB Bank, a pergunta maior que tem que sair daqui com esclarecimento e resposta da CPI é porque o Ministério da Saúde aceitou uma garantia que não era bancária, se a lei, a medida provisória, não permitiu, e fora do prazo permitido.



Não passou pelo corpo jurídico por quê? Queriam esconder o quê? Faziam parte do conluio para poder fraudar e superfaturar a vacina da Covaxin? Essa é a pergunta que tem que ser colocada aqui.

Então, com todo o carinho que tenho pelo Senador Jorginho, eu divirjo nesse aspecto. O Ministério Público é tão responsável ou mais nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Colegas, Senadora Simone, Senador Jorginho, vamos garantir... A gente já interrompeu demais o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, mas pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um compromisso inclusive meu, vamos garantir aqui ao Relator, para ele prosseguir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pelo contrário, eu gostaria da participação de todos. Acho isso fundamental para aquecer o depoimento. É muito importante.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, Presidente, Relator, pergunte a ele se ele é o dono, se ele realmente é quem ele é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu chegarei lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem é o dono? Isso é que é importante!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Quantas foram as garantias emitidas no último ano pelo FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Neste ano, salvo engano, foram 136.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No último ano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – No último, 112.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram 112.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Foram 112 garantias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foram 112, no valor total de quanto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Hoje, nós temos ativos 500 milhões de garantias ativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São 500 milhões de garantias ativas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As garantias somam 500 milhões? É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todas as garantias eram do tipo carta fiança?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fidejussória.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Fidejussória.

Quantas garantias até hoje foram pagas desde a criação do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – As garantias, Senador, elas só são requisitadas quando se decorre *default* do fornecimento ou do serviço. Então, 100% daquelas garantias que tiveram problemas foram pagas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cem por cento das garantias foram pagas.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Quando exigida a garantia, sim, e dentro das normas previstas no próprio corpo da carta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantas garantias, então – para que nós possamos embasar essas respostas –, são objeto de ações judiciais contra o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu posso fornecer essa informação após? Porque eu vou consultar o departamento jurídico, e passo o relatório de cada ação movida, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas é muito importante dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esta CPI...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... o senhor deveria ter vindo informado dessas questões, porque essas questões são básicas para o esclarecimento dos fatos. E a demora retira esses dados da base das perguntas que nós vamos fazer.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, eu vou encaminhar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Compromete-as.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Roberto, esta Presidência e esta CPI vão encaminhar da seguinte forma: eu determino à Secretaria que oficialize agora ao Sr. Roberto, já que ele não tem as informações. Ele deverá ter contato agora com o seu departamento contábil, jurídico e financeiro.

Então, a Secretaria da CPI vai requisitar oficialmente a informação agora se até o final do depoimento o senhor poderia informar por escrito à CPI. Pode ser?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Perfeito. Eu agradeço muito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Então, está encaminhado, deferido e determino à Secretaria que proceda dessa forma.

Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Qual o perfil dos clientes do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu tenho dos mais diversos perfis, desde pequenos alugueis até grandes contratos.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde pequenos alugueis até grandes contratos.

Além do contrato da Covaxin e do transporte referido aqui, quais são os grandes contratos que tiveram a fiança do FIB Bank, a garantia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tem alguns contratos relevantes referentes às garantias judiciais, muitas vezes em processo de dação em pagamento de impostos inscritos na dívida ativa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quantos contratos, portanto, o FIB Bank já firmou com a Precisa Medicamentos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dois contratos. Um agora, fruto dessa pauta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Da Covaxin.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

E um no passado, no valor de... Com uma receita para a gente de R\$20 mil, um contrato...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi o outro contrato referido, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não tenho o objeto, o objeto do que foi garantido, mas, se me permitir consultar o meu departamento comercial, eu lhe falo com toda a exatidão o que garantiu na oportunidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a quarta pergunta em que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Só para ficar claro, porque não deu para entender, Presidente: só R\$20 mil? É isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... V. Sa. vai consultar o departamento jurídico e comercial. Mais uma vez eu queria...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De receita, sim, para o FIB. De receita.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Mas e o valor do contrato?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – O contrato eu vou verificar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Geralmente são quantos por cento em média de receita?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dois, um, dependendo do risco da operação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Algo em torno de R\$2 milhões.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Com a Precisa, com a Precisa.

Agora uma outra pergunta.

O FIB Bank assinou contrato com outras empresas de Francisco Maximiano? Como a SaúdeBank Assessoria Estratégica e Financeira, 6M Participações, Global Gestão em Saúde, Primares Holding Participações, Farmacev e BSF Gestão em Saúde?

Essa resposta é muito importante.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em nenhum momento firmou com nenhuma outra empresa do grupo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Do grupo não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia nos explicar qual é a natureza jurídica da carta fiança emitida pelo FIB Bank em favor da Precisa Medicamentos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ela obedece os regulamentos do Código Civil, Senador.

Ela obedece os regulamentos do Código Civil, em que diz a possibilidade de afiançar através de uma carta fidejussória.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que dia, por favor, a carta fiança foi solicitada pela Precisa Medicamentos? (*Pausa.*)

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A carta foi assinada no dia 17/02/2021. Possivelmente uma semana antes desta data.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ela foi emitida no dia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpe, 17/02/2021.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interperlar.) – O senhor tem certeza disso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E foi solicitada quando?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, só para reiterar a pergunta: O senhor tem certeza disso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, salvo... A menos que tenha um equívoco aqui no meu relatório, mas estou vendo que o senhor tem cópia da carta...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu tenho cópia da carta e aqui está o relatório que o senhor informou à CPI.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É o mesmo que eu tenho aqui.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com datas diferentes, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu só queria só reiterar a pergunta: O senhor tem certeza de que a data é 17 de fevereiro?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Salvo engano, salvo engano, sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Inclusive no documento que o senhor entrega à CPI, Sr. Relator, o documento está encaminhado, está grifado e sublinhado, certo?

O senhor diz aqui: "Assinado eletronicamente no dia 17 de fevereiro." É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dezesete de fevereiro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Temos a carta aqui com a data eletrônica de 17 de março.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Então, possivelmente, erro aqui do meu relatório.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor informou oficialmente a esta Comissão Parlamentar de Inquérito uma data errada?



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Errada, diferente da data que consta oficialmente das informações colhidas pela CPI.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor assinou realmente este relatório?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor assinou esse relatório?

Veja, o senhor manda um documento oficial...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O senhor conhecia esse relatório?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor manda um documento oficial a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mais ainda, o senhor grifa o documento, coloca em negrito e destaca: "Assinado eletronicamente no dia 17 de fevereiro de 2021". E a carta está aqui, com a data eletrônica de 17 de março.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos falando da carta de garantia, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É essa mesmo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas não poderia ser 17 de fevereiro, porque o contrato foi assinado dia 25 de fevereiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, por isso é que ele está levantando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Óbvio! Por óbvio! Por óbvio!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor leu o documento que mandou para a CPI, ou assinou sem ler?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Com certeza eu li.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Com certeza o senhor leu, apesar de informar datas erradas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Então, o senhor, propositadamente, informou a data errada?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor leu e informou errado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em hipótese alguma – em hipótese alguma.

Como o tempo de minuto que foi dado para levantar todos os relatórios foi uma carga muito pesada para levantar toda a documentação, tanto que eu havia pedido a V. Exa., ao Presidente da Mesa, mais um dia, para que pudesse levantar todos os documentos para munir à nobre...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, *data maxima venia*, Sr. Roberto – *data maxima venia* –, mas veja: o senhor manda um documento oficial para esta Comissão Parlamentar de Inquérito, e o senhor ainda grifa, coloca em negrito, ou seja, no documento que o senhor assinou, o senhor tinha certeza do que estava dizendo. Talvez o senhor não imaginasse que nós tivéssemos aqui a carta com a data do dia 17 de março.



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A carta é pública; tínhamos certeza que o senhor tinha isso.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, qual foi a intenção?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Meramente, eu peço...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente, eu acho que essa é a menor das irregularidades. Existe um contrato...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É só mais uma delas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – É, mais uma.

Existe um contrato de 25 de fevereiro e a carta oficial de garantia, que não podia ser dada, foi do dia 17 de março.

Vamos tocar, Sr. Presidente. Eu acho que há muita coisa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

Eu acho que, se o Relator fizer seus questionamentos, vai esclarecendo, e depois o conjunto dos Parlamentares vai complementando.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não quero estreitar a base das minhas perguntas. Eu não tenho...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O problema é porque, senão, a gente vai ficar interrompendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... muitas informações que os outros membros têm. Então, é...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A gente se inscreve para poder falar, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... importante que eles as coloquem.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério, vamos, então, garantir...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Paciência de esperar sua vez.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, exato. Vamos garantir ao Sr. Relator, mas é importante essa verificação, porque, é, de longe, colegas Senadores, o depoimento mais contraditório, mais ausente de embasamento e de informações desta Comissão Parlamentar de Inquérito – é de longe, de longe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A carta fiança, uma garantia fidejussória, pode ser classificada como uma espécie de seguro-garantia ou fiança bancária, modalidades que eram aceitas pelo contrato da Covaxin, além de calção em dinheiro e de títulos da dívida pública?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não pode?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – São diferentes.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode disponibilizar a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a cópia do contrato?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com toda a certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode fazê-lo agora?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Deixa eu ver se eu trouxe aqui. Um momentinho só, por favor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Entre o FIB Bank e a Precisa Medicamentos, sobre a carta de fiança?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não trouxe esse documento, mas peço imediatamente que seja enviado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia mandar esse documento quando?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Agora – agora. Já vou pedir para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora exatamente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Já vou pedir para meus pares enviarem esse documento à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Faltou trazer alguns documentos, não foi, Sr. Roberto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Além das desinformações, faltou trazer alguns documentos.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não foi a mim solicitado, com todo o respeito, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Caso, Sr. Presidente, não seja entregue, eu quero, desde já, requerer que a CPI peça a entrega formal desse documento em deliberação que pode ser tomada, inclusive, agora.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não será necessário. Entregarei o documento em poucos minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto o FIB Bank recebeu da Precisa Medicamentos desde o ano passado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Trezentos e cinquenta mil nesse contrato.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Trezentos e cinquenta mil?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O FIB Bank já havia emitido este tipo de garantia, a carta fiança, para a sua utilização perante entidades públicas em processo licitatório, para satisfazer exatamente o art. 56 da Lei 8.666, de 1993?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que ocasiões, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em algumas ocasiões. Eu posso levantar a carta para o senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu, novamente, peço a V. Exa., Presidente, que, se não for entregue até o término da reunião, nós requeiramos essa informação.



V. Sa. saberia dizer se as garantias fidejussórias são adequadas para tal finalidade, garantir licitação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com todo... Com todo o respeito, a nossa relação é B2B, empresa para empresa. A relação com o beneficiário é do nosso cliente para o beneficiário. É emitido um rascunho, um *draft*, onde o cliente submete isso ao beneficiário, tendo o beneficiário a livre opção de aceitar ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta não foi essa. A pergunta exatamente foi: V. Sa. saberia dizer se as garantias fidejussórias são adequadas para tal finalidade, ou seja, para a finalidade de garantir as licitações?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Senador, isso é uma grande discussão. Tá? A nosso ver, o FIB Bank Garantias Fidejussórias acredita que, sim, é.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação do FIB Bank com o advogado Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Dr. Marcos Tolentino é advogado do Sr. Ricardo Benetti e procurador da empresa sócia do FIB Bank, a Pico do Juazeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repetindo, para que haja um entendimento perfeito do que foi respondido, o Sr. Marcos Tolentino é advogado...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Do Sr. Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do Sr. Ricardo Benetti. E de quem mais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – E procurador da empresa da qual o Sr. Ricardo Benetti é sócio, a Pico do Juazeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E procurador da empresa...

O Sr. Marcos Tolentino é sócio do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é sócio do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é o nível de gerência que ele exerce, que ele realiza sobre o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não exerce influência, gerência...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mandamento nenhum?

V. Sa. tem conhecimento de que o Sr. Marcos Tolentino se apresentava como dono do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem conhecimento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mesmo porque não gozo da relação do Sr. Marcos Tolentino, principalmente nos negócios dele.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não goza da relação com Marcos Tolentino, principalmente nos negócios dele? O senhor conhece os negócios dele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele é um advogado. Sim, ele tem um escritório de advocacia, que é público, e a Rede Brasil de Televisão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas escritório de advocacia não é sinônimo de negócio.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpa, Senador, eu não conheço...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor se referiu aqui...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... o rol de empresas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece ou não conhece o Sr. Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu conheço o Dr. Marcos Tolentino sim.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpellar.) – Tem relação com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, meramente profissional.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Meramente profissional através do FIB Bank, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Através das empresas, eu conheci o Dr. Marcos Tolentino em 2015. Trabalhamos num mesmo projeto de *turnaround*, numa companhia em que ele atuava como tributarista e eu, na gestão. Cataguases de Papel, em 2015.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – E o senhor nunca soube que ele se apresentava como dono do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Sr. Marcos Tolentino, que é amigo do Deputado Ricardo Barros, aparece em diversos contratos e interfaces com a Justiça como representante, procurador ou administrador do FIB Bank e de outras empresas ligadas ao FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou... Eu estou perguntando por quê.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como o senhor desconhece? O senhor é o presidente do FIB Bank!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu desconheço qualquer tipo de documento desse.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta é o seguinte: por que o Sr. Marcos Tolentino, que é amigo do Deputado Ricardo Barros e muito próximo, aparece em diversos contratos e interfaces com a Justiça como representante, procurador ou administrador do FIB Bank e de outras empresas ligadas ao FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O que eu tenho conhecimento é que ele é procurador da Pico do Juazeiro.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então ele aparece porque é procurador da Pico do Juazeiro?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só pra ter uma informação: Marcos Tolentino... São várias as matérias que saíram de que ele seria o verdadeiro dono do FIB Bank, sendo uma espécie de sócio oculto da empresa. Por ser amigo de Ricardo Barros, teria facilitado a emissão da carta fiança em favor da Precisa Medicamentos, para satisfazer os interesses do Deputado na execução do contrato da Covaxin, porque o Deputado, além de falar com o Presidente da República pra falar com o Primeiro-Ministro da Índia, além de fazer a lei no Congresso Nacional, que possibilitou o contrato com a Covaxin, é muito próximo do Marcos Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor me permite, Sr. Relator? Quais são as empresas que integralizam o capital do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pico do Juazeiro e MB Guassu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu quero... Sr. Relator...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Pico do Juazeiro é a dona do terreno de 7 bi?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – MB Guassu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – MB Guassu.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece a MB Guassu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Conheço, faz parte... Faz parte do...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E é dona de um outro terreno de 300 milhões em São Paulo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Pico do Juazeiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Pico do Juazeiro?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paraná?

E o Sr. Marcos Tolentino não tem nenhuma relação com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De meu conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Bom, eu acho que estamos avançando, Sr. Relator, porque já está "do meu conhecimento".

Quero reiterar a pergunta: a MB Guassu o senhor conhece? É a empresa que integraliza o capital do FIB Bank, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Desculpe. Correto.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, se o Sr. Relator me permite...



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O endereço da MB Guassu... O endereço da MB Guassu é o mesmo endereço do Sr. Marcos Tolentino, de São Paulo, do escritório dele: Avenida Ibirapuera, 2120 – Avenida Ibirapuera, 2120. Até o andar, Sr. Relator: andar 23, conjunto 241. O mesmo escritório do Sr. Marcos Tolentino em São Paulo é da MB Guassu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, na verdade, o depoente está fazendo uma confirmação com relação a esses fatos que agora são conhecidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não quer refazer sua resposta?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor acaba de confirmar e mostrar, como os jornais mostraram em várias oportunidades, que o Sr. Marcos Tolentino foi apontado pelo FIB Bank, pelas empresas Pico do Juazeiro e MB Guassu como representante, procurador ou administrador dessas empresas, cujos imóveis que compõem o capital social pertencem às empresas de Marcos Tolentino.

O Deputado Ricardo Barros atuou como aproximador do FIB Bank com a Precisa Medicamentos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não atuou?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não teve nenhuma relação com essa carta de fiança, com esse contrato?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação, portanto, do FIB Bank com o Deputado Ricardo Barros?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nenhuma?

Qual é a relação de V. Sa. com o Sr. Francisco Emerson Maximiano, que hoje foi tornado investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. não conhece o Francisco Maximiano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Somente da mídia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hein?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Somente da mídia.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas me permita: como é que sua instituição dá garantia de um contrato de R\$1 bilhão e o senhor não conhece o acionista...?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não conhece o acionista. Então foi o Marcos Tolentino que fez a intermediação. Ou o Ricardo Barros? O senhor não conhece!



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho um diretor comercial que tratou o assunto diretamente com o Sr. Max.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, o senhor me permita... Me desculpe: eu não quero continuar interrompendo, mas aí é um pouco demais! É um contrato de R\$1,6 bilhão para adquirir vacinas! Acho que é o maior contrato da história da instituição do senhor...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu queria só comunicar respeitosamente aos advogados que os advogados estão ali para assistir, essa assistência é garantida, respeitada por todos, mas não para responder pelo depoente.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não estão respondendo.

Eu gostaria de fazer, mais uma vez, duas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu presenciei os advogados respondendo ou orientando para responder a uma pergunta minha.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com todo o respeito que devo ao senhor e à Casa, eu queria ressaltar dois pontos. O primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só uma preliminar: eu queria pedir, assim... Com total respeito à doughta defesa, mas queria pedir aos senhores advogados que se abstivessem de responder pelo paciente. O paciente... V. Exas. podem assessorá-lo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Podem tudo, menos responder pelo depoente

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se V. Exas. inclusive quiserem pedir um tempo pra conversar com o paciente, não tem problema, esta Presidência concederá. Agora, a resposta nós gostaríamos de ouvir do depoente, o Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior.

Sr. Relator, prossiga.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, o senhor sabia que o telefone do escritório do Marcos Tolentino é o mesmo do FIB Bank?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não sabia, e essa é uma informação importante que V. Exa. traz.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O endereço do apartamento, o endereço do escritório dele...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Repete, Senador Rogério, por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O telefone informado como sendo da FIB Bank Garantia de Fianças Fidejussórias S.A. também seria o do escritório Benetti & Associados – Gestão Tributária e Empresarial, que tem Marcos Tolentino da Silva como membro do conselho do escritório. Telefone (11)5041-3000.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta Comissão Parlamentar de Inquérito, nesse depoimento, Senador Tasso, que eu considero histórico, está desvendando essa rede de fraude, de, de...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, interessante...



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... de descalabro...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... uma empresa tem...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Marcos Tolentino já veio a esta CPI, não veio, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No lugar do Sr. Roberto, não. Ele estava ali atrás. O senhor lembra quando?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Parece que ele esteve presente por ocasião do depoimento do Deputado Ricardo Barros.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pois é. Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Talvez seja melhor mudar o lugar dele nesta CPI. Ele veio como assistente, talvez ele pudesse ficar no lugar do Roberto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E nós lamentamos que V. Sa. esteja participando de uma coisa desse tamanho e que está sendo desvendada à luz do dia, está sendo iluminada pela Comissão Parlamentar de Inquérito. As relações, as revelações, as garantias...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sr. Relator, agora me impressiona que uma empresa tenha 10% do território do Município de Curitiba e a Lava Jato nunca tenha visto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta Comissão Parlamentar de Inquérito...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Rogério, me permita.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... se instalou...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Era de Curitiba, Senador Rogério, mas, quando descobriram, quando o sócio foi lá e questionou, aí eles transferiram essa... Disse: "Não, não é essa matrícula". E transferiram para a capital São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, para burlar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, esse imóvel voou para São Paulo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para burlar, para esconder, para omitir.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Na verdade, é um imóvel todo irregular, cheio de ocupações, de irregularidades e que, na verdade, não corresponde a esse número. Em vez de serem 2 mil, seriam, na verdade, 500.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Nunca é demais lembrarmos, Senadora Simone, Senadora Eliziane, Senador



Rogério Carvalho, que esta Comissão Parlamentar de Inquérito se instalou exatamente porque esses fatos escabrosos não estavam sendo investigados pelo Ministério Público. Foi para suprir essa omissão vergonhosa que o Parlamento criou esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O nosso dever é aclarar tudo isso, é iluminar essas coisas. E, lamentavelmente, coube... No momento em que V. Exa. presta depoimento, isso tudo vem à tona.

Eu não acredito, sinceramente, na culpa voluntária de V. Sa. Eu acho que V. Sa. foi envolvido nisso. Uma empresa que foi criada com um laranja de Pão de Açúcar, em Alagoas, para garantir fiança para os grandes contratos da República, inclusive para licitação, com carta fiança fidejussória. Quer dizer, é uma coisa escabrosa sob qualquer aspecto.

Mas, voltando às perguntas, quer dizer que o senhor não conhece, apesar de Presidente do banco, o Sr. Francisco Maximiano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (*Fora do microfone.*) – Não conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece? Nunca esteve com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – O microfone aqui (*Fora do microfone.*) está com... Ah, agora sim.

Nunca estive. E o departamento comercial, na pessoa do Sr. Wagner Potenza...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só ouviu falar pela mídia. Só ouviu falar... O senhor falou aqui que só ouviu falar dele pela mídia.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Wagner Potenza, o qual era diretor comercial do FIB, que fez todas as tratativas comerciais com...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque isso é gravíssimo. O senhor sequer ouviu falar – sequer ouviu falar – no dono da empresa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Conheci a Precisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dono da empresa...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor conhecia a Precisa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, conhecia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor conhecia a Precisa, mas nunca sequer ouviu falar no dono da Precisa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – O Wagner era Presidente da FIB em 2016, Sr. Roberto.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O senhor assumiu em 2017. Por que o Wagner que transacionou num contrato de 1,6 bilhão em nome do Presidente do FIB, que é a V. Sa.?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senadora, ele é o diretor comercial e responsável por toda negociação da companhia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor conhece Danilo Trento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De onde? Quem é? Qual é a referência que o senhor pode trazer a esta Comissão?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fomos apresentados por amigos em comum. Não vejo o Danilo há mais ou menos quatro anos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação de V. Sa. e do FIB Bank com o Sr. Danilo Trento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nenhuma? Nem o senhor e nem o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já esteve com Danilo Trento pessoalmente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a última vez que o senhor se encontrou com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Cruzei com ele há uns quatro anos no Aeroporto de Viracopos. Eu o encontrei...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Encontrou por acaso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... por acaso no saguão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação do Sr. Danilo com o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não posso precisar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor já o conhecia? O senhor se encontrou com o Danilo Trento quatro anos atrás?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Correto, mais ou menos quatro anos atrás.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E, antes, o senhor o conhecia de onde?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De eventos e amigos em comum.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eventos? Onde?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eventos sociais.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, devem ter sido cinco anos, seis anos atrás esses eventos sociais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre o quê esses eventos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Bares, restaurantes... Amigos em comum que o apresentaram à mesa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O Sr. Danilo Trento já trabalhou com o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não sei precisar, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas como? Se é o proprietário dos imóveis que lastreiam o capital social do banco?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não sei. Peço perdão, eu não sei a resposta. Eu não gozo da...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São coisas inacreditáveis.



25/08/2021

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu não gozo da relação com o Sr. Marcos Tolentino.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – São coisas inacreditáveis e V. Sa. já foi advertido da responsabilidade do seu depoimento aqui. O senhor está obrigado a falar sobre tudo o que não o incrimine. Essa é uma exata e configurada pergunta que não o incrimina.

Danilo Trento já trabalhou para Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não sei dizer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Inclusive como funcionário?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não sei dizer, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação do FIB Bank com a empresa Chocolate Pan?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A FIB Bank ofereceu garantias para a Chocolate Pan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As informações são de que o Marcos Tolentino comprou a massa falida da Chocolate Pan, que teve o pai de Danilo Trento como diretor. É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o senhor não conhece nada disso, apesar de ser o Presidente do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu conheço o Sr. Arlindo Trento e, sim, conheço a Chocolate Pan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece os sócios das empresas sócias do FIB Bank, MB Guassu e Pico do Juazeiro? Mais uma vez, quem são eles?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ricardo Benetti, eu tenho gestão direta com ele; e, da outra parte, o Sr. Chico, Sr. Francisco, que faleceu em meados do fim do ano passado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas duas empresas são as atuais donas do FIB Bank.

Os sócios dessas empresas foram responsáveis pela contratação de V. Sa. como Diretor-Presidente do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já respondeu que foi Ricardo Benetti.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, eu só queria... Desculpe, Senador, eu só queria informar que o contrato requerido pela Comissão já está no *e-mail* da Secretaria.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O contrato já está no *e-mail* da Secretaria, por favor. (*Fora do microfone.*)

Quando V. Sa. esteve com o sócio da MB Guassu pela última vez?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Possivelmente um mês antes do falecimento do Sr. Francisco, o Chico, nosso saudoso Chico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o diretor administrativo do FIB Bank, o Luiz Formiga?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Claro, sem dúvida nenhuma.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele ainda é diretor administrativo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele ainda é diretor administrativo do FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quando ele... Ele não saiu da empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele tinha poderes para assinar e responder pelo FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tinha poderes.

V. Sa. conhece o Sr. Walter Amilcar Potenza?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor. É o nosso diretor comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É o diretor comercial. Desde quando?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Apesar ainda de Presidente, ele tem uma característica de comercial. Então, ainda na gestão passada, ele tinha, tem grande influência comercial e, desde então, assim eu trabalhava.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele é ex-presidente da empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Foi a primeira gestão: Sr. Wagner Amilcar Potenza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A primeira gestão? Porque isso está hospedado no *site* do FIB Bank.

Qual é a relação de V. Sa. com o Sr. Wagner Potenza?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Colega de trabalho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a relação dele com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Diretor comercial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Diretor comercial.

Consta que o capital social do FIB Bank foi integralizado por meio de um terreno em São Paulo – o que já conversamos aqui, e eu queria voltar para tentar esclarecer, Senador Heinze, de alguma forma –, um terreno no Paraná e precatórios, em referência bastante genérica; não tem nada especificamente, são referências genéricas desses precatórios.

Em função disso, eu queria fazer algumas perguntas. V. Sa. já visitou esses imóveis, conhece esses imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Do Paraná, não; São Paulo, já.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É aquilo mesmo que está descrito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a origem desses precatórios? Como eles foram adquiridos pelo FIB Bank?



25/08/2021

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Foi integralização de capital e se trata do precatório Sinter, o qual tem depósito em conta do Banco do Brasil, já em nome do FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia entregar uma lista desses títulos à Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sem dúvida nenhuma. Estamos à disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está aí?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é que poderia ser a entrega?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Da mesma maneira que entregamos o contrato para os senhores, mas peço um tempo maior, tratando-se de um volume grande de documentos, que, por sinal...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu acabei de pedir ao depoente que ele por favor fizesse entregar à Comissão Parlamentar de Inquérito uma lista desses precatórios que foram adquiridos e que são tratados genericamente, com referências bastante genéricas. Se por acaso isso não acontecer, eu peço que V. Exa. requeira em nome desta Comissão.

V. Sa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se me permite, Sr. Presidente, se ele puder entregar também as matrículas com os valores, a avaliação dos valores dos imóveis considerados para efeito de capital social, tanto essa fazenda em São Paulo quanto os imóveis em Castro, no Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. poderia fazer a entrega solicitada pela Senadora Simone Tebet?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhora, Senadora.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que momento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator e Sr. Presidente, vai ser tanto documento para trazer aqui que eu acho que vai precisar de um caminhão ou de um HD, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, já que muita coisa ele não teve como responder.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, Senador, eu queria colocar à apreciação para a gente ter um *drive box* em alguma nuvem, para que os senhores, a Comissão toda tenha acesso a esses documentos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado; ótima sugestão, muitíssimo obrigado!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... se assim me permite.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, se pudesse pedir também o nome do contador, porque não é possível, deve ser um mágico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como é o nome do contador do FIB Bank?



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – O nome do contador responsável por essa empresa, para vermos os valores.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O responsável?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse é bom, esse contador é bom!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não sei nem se é contador; eu estou falando... A figura deveria ser, mas eu quero...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – É um contador? Pergunta...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – É um escritório contábil chamado Contécnica.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Se V. Exa. tiver aí o telefone, eu já faço questão até de ligar lá pra conversar com o meu amigo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um escritório contábil chamado Contécnica. E deve ter muita técnica mesmo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, vê se tem o telefone. Se puder disponibilizar para CPI o telefone...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem o telefone, por favor?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... eu quero fazer uma ligação já nesse intervalo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vou providenciar, não tenho aqui em mãos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Se V. Sa. puder pedir a alguém pra identificar o telefone, para mim é importante, antes do depoimento.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que empresa detém o certificado digital vinculado ao CNPJ do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não entendi a pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a empresa que detém o certificado digital? Quem é que guarda? Quem é... ligado, vinculado ao CNPJ do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O próprio FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O próprio FIB Bank.

V. Sa. aprova os documentos antes da assinatura?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não só eu, como o *compliance* da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não só o senhor, como o *compliance* da empresa.

Quem é o responsável por esse controle? Quem é o responsável pelo *compliance*?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pelo *compliance* rotativo são sempre três pessoas.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Entre eles, eu e o Diretor, Sr. Formiga. E há o terceiro elemento, é sempre rotativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. confirma que o imóvel de 7,5 bilhões compõe o capital social do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sendo responsável por...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só esse terreno é que compõe, ou tem mais algum outro imóvel?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É 75% do patrimônio.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor, tem uma área em Castro, no Estado do Paraná.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o mais grave – o senhor tinha saído rapidamente – é a propriedade, quem é o proprietário desse imóvel.

O senhor poderia repetir agora, na presença do Presidente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Qual deles, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O desse imóvel, desse terreno de 7,5 bilhões.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – MB Guassu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – MB Guassu. É que é a empresa que compõe o banco.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas não é o que consta no cartório, Sr. Presidente. A Matrícula 92.917 está em nome do Sr. Durval Falsarella, que depois teria passado para Azul Real Celeste Participações Ltda., Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É tudo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sete bi e duzentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento sobre o processo de adjudicação compulsória desse terreno no Paraná?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, tenho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem, não é?

Pode explicar, por favor, em que circunstância isso acontece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vou pedir um relatório ao meu departamento jurídico para que possa explanar todos os detalhes referentes a esse processo, se assim me permitir.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que essa adjudicação está sendo requerida?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senador, dentro desses relatórios constarão todas essas perguntas.



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É lamentável que V. Sa., como Presidente, tenha comparecido a um depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito desprovido das mínimas informações que podem colaborar no esclarecimento.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Colaboração sempre vai ser dada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E essa adjudicação está sendo requerida pela MB Guassu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senador, todos os detalhes desse processo eu peço a gentileza, com todo o respeito, de que se possam disponibilizar no *drive box*, o qual sugeri ao nobre Senador Randolfe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O FIB Bank já recebeu, em alguma oportunidade, assessoria jurídica do escritório Benetti & Associados?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já recebeu. Por qual profissional o FIB Bank era atendido pela Benetti & Associados?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, era o corpo jurídico que nos atendia, não especificamente um ou outro advogado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Henrique Felipe Ferreira?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Um dos advogados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Um dos advogados da Benetti & Associados?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Sr. Henrique Fagundes Filho?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Também é advogado do escritório Benetti. É lamentável que o senhor não o conheça.

V. Sa. Conhece a empresa Brasil Space?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo o advogado que tem colaborado com as investigações da Comissão Parlamentar de Inquérito, essa é uma empresa – é uma outra coisa muito grave – de Marcos Tolentino, que recebe pagamento do FIB Bank, e V. Sa. não a conhece, como Presidente.

Qual a relação dessa empresa com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não conheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece. Recebe dinheiro do FIB Bank e o senhor não sabe qual é a relação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está, lamentavelmente, se colocando na condição de Presidente efetivo sem conhecer muita coisa da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor é o único autorizado a fazer pagamento ou tem alguém que pode fazer sem o seu conhecimento?



25/08/2021

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, o Diretor Administrativo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem é o Diretor Administrativo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Formiga.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Sr. Formiga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o Formiga pode pagar quem ele quiser, até mais, e o senhor não toma conhecimento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Existe um processo dentro da empresa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, essa empresa, pelo que o senhor afirmou, não presta serviço ao FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu falei que não conheço essa empresa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, o senhor é Presidente. Se o senhor não conhece a empresa, é óbvio, consequentemente, que ela não presta serviço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não entendo, porque, se o cara é Diretor-Presidente de uma empresa, é lógico que qualquer pagamento que é feito, principalmente, tem que passar por ele. Não que ele autorize... Mas ele deve autorizar ou deve ter uma reunião para dizer: "Olha, hoje nós vamos pagar fulano, ciclano e beltrano". Não é uma coisa...

Quer dizer, esse Formiga tem autonomia para vender a FIB Bank e o senhor não precisa saber, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não? Mas pode pagar quem ele quiser sem o senhor saber.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Existem processos dentro da empresa, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece Masoud Jafari?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De cabeça, não, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De cabeça? O que significa isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Que não me vem à mente esse nome agora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É um nome comum.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É um nome muito comum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um nome muito comum. Como é mesmo o nome, Sr. Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Masoud Jafari.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deve ser um nome muito comum.



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Teve tanta rerratificação em ata que eu não sei nem se ele continua sendo o Presidente dessa empresa. Não teve nenhuma rerratificação, mudando a eleição...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na prática, com certeza não. Na prática, com certeza não, porque ele não sabe de nada.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Segundo o advogado que tem colaborado com a CPI e com a equipe, o Sr. Masoud Jafari é dono do Medalhas Persa, que compra espaço de TV do Sr. Tolentino e é acusado de lavar dinheiro para Ricardo Barros. Qual é a relação do FIB Bank com o Sr. Masoud?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E de V. Sa. com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como eu falei, eu não o conheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não o conhece.

V. Sa. já esteve com o Sr. Masoud de alguma forma ou por contato virtual que seja, por *live*, qualquer coisa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não o conheço, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento de que o Sr. Masoud compra tempo de televisão da RedeTV, que pertence a Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não respondo pela Rede Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. conhece o Sr. Jamal Fares...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que é médico e Vereador em Maringá?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não conhece.

O senhor sabe se o FIB Bank tem relação com o Dr. Jamal?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não tem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem.

Eu queria aproveitar a oportunidade. É lamentável o que nós estamos constatando aqui – e o Brasil também, porque eu não sei se o senhor sabe: as nossas reuniões são acompanhadas por uma parcela significativa da sociedade brasileira. Pelo que nós vimos aqui, Senador Tasso, Senador Omar Aziz, Senador Humberto Costa, quer dizer, o Presidente, cujo depoimento nós estamos tomando, ele se coloca à semelhança do primeiro Presidente, do Sr. Geraldo... do Sr. Geraldo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Do seu conterrâneo. Vamos chamá-lo de Geraldão, como ele, inclusive, se identificou aqui. É Geraldo Rodrigues, não é isso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Geraldo Rodrigues, que é um agricultor de Alagoas que teria criado o FIB Bank e entrou na Justiça para sair da sociedade.



25/08/2021

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, se V. Exa. me permite, a sua assessoria ou o senhor conseguirem um depoimento do Sr. Geraldo, o sócio do FIB Bank... Eu acharia...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para colaborar, só para fazer umas perguntas aqui, porque...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, mas o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... a gente não sabe tudo, não é? A gente aprende com pessoas que sabem.

Sr. Roberto, por exemplo, neste ano quantas operações de avalista o FIB Bank fez?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Centro e trinta e seis operações.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Centro e trinta e seis. Do ano passado o senhor se lembra?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Cento e doze, se não me falha a memória.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dessas 136 ou 112, em quantas o FIB Bank teve que honrar como avalista?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O número correto de *defaults* ou aquelas cartas que por algum motivo não foram...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O senhor já respondeu esses números?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Cuidado para não responder diferentemente também, como ocorreu com outras informações.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tudo bem. É sempre a mesma resposta, porque é verdade.

Então, dentro dessas cartas, 100% das cartas foram, quando exigidas, honradas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Foram honradas? Quantas processos vocês têm na Justiça?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Havia pedido à nobre Comissão que essas informações de todos os processos que correm contra ou a favor do FIB Bank sejam disponibilizadas, assim como solicitado, em *Dropbox*.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em 12 oportunidades, ele não pode revelar os números, tendo que recorrer a departamentos, que seriam os departamentos do FIB Bank.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Um exemplo, por exemplo, vocês iriam ser avalistas da Precisa de R\$80 milhões, correto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso.

Qual seria o percentual que a empresa ganharia nesses R\$80 milhões? Qual é o lucro da empresa quando ela avaliza R\$80 milhões? Qual seria o lucro?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O custo da emissão dessa carta foi de R\$500 mil, sendo R\$350 mil no pagamento à vista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eles pagaram adiantado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, na emissão da carta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eles pagaram os R\$350 mil?



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pagaram, pagaram sim, emitiram nota...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pagaram R\$350 mil por uma empresa que não tem um pau para dar num gato, porque não teriam R\$80 milhões para devolver ao Governo brasileiro caso a operação não se concretizasse e não fosse feito o transporte, o que não iria acontecer. A Precisa não ia botar uma vacina aqui.

Como é que vocês avalizam uma empresa com R\$80 milhões, correto? Porque vocês é que tinham que pagar, como avalistas, esses R\$80 milhões, sem saber como estava sendo o contrato, se a empresa era séria, não era séria.

Como foi que a Precisa chegou dentro da FIB Bank para conseguir ser avalizada pelos senhores e os senhores darem essa... avalizarem por R\$80 milhões.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A empresa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se eu chegar lá amanhã, por exemplo, o senhor nunca me viu mais gordo, não faz levantamento nenhum meu. Não sabia dos problemas que a Precisa já tinha aqui no Distrito Federal, já tinha na compra de testes rápidos e uma série de outras coisas, porque ela já tinha um lastro, já tinha vários problemas de não honrar contratos – correto? –, de não honrar contratos ela já tinha.

Então, vocês pegam qualquer pessoa que chegar lá, adiantou um dinheirinho, vocês vão lá e dão um Chandon: "Olha aqui, está aqui, está avalizado". Porque a responsabilidade dela acaba quando ela chega e entrega para o Governo ou para quem quer que seja que os senhores estão avalizando; caso ela não cumpra, o senhor é que iria pagar, a sua empresa que iria pagar.

Vocês fizeram um levantamento sobre a Precisa para fazer esse acordo? Porque, sinceramente, pagar R\$350 mil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Não conhece nem o Maximiano.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é possível, você não vai avalizar R\$80 milhões sem conhecer.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – E falar que não conhece.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não acredito.

Isso aí, o senhor não está...

Quem é que conhece o Maximiano? Quem conhece o pessoal da Precisa? Quem foi da Precisa que foi lá e negociou esse avalista?

E o senhor deve saber.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Exato.

O senhor falou com quem da Precisa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Quem foi?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – O nosso diretor comercial, Dr. Wagner Potenza, fez o contato com o Sr. Maximiano a respeito disso.

Ressaltando mais uma vez, o FIB Bank garantia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra coisa, ele nunca ouviu falar dele. Ele só ouviu falar dele, Maximiano, na mídia, ou seja, na empresa, no FIB Bank, ele como Presidente, nunca ouviu sequer falar.

Garantiu um contrato de...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Uma negociação de R\$80 milhões, pela razão de segurança, o dono da Precisa não reuniu nenhum momento com o Presidente do FIB Bank, não dá para acreditar.



25/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não dá, não dá pra acreditar que essas empresas ainda existam no Brasil. É tão cioso o Governo em algumas coisas e outras... Esse tipo de empresa deve ter recebido fiança e deve ter dado calote no proprietário do imóvel ou do que ia negociar, só pode ser.

Inclusive tem um advogado que nos procurou aqui, falou sobre esse assunto, e, depois, eu acho que o Senador Humberto irá falar sobre esse assunto aqui, porque é o próximo a falar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não dá. Olha só. E aí eu repetindo, Senador, companheiro, colega aqui: mas, Brasil, está vendo, Brasil, como eram feitas as negociações da vacina, Brasil?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E como era avalizadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha como era avalizada. É esse tipo de gente, é esse tipo de empresa que ia trazer vacina para salvar os brasileiros. Por isso é que nós chegamos aqui a 575 mil vidas perdidas. É por esse tipo de brincadeira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está aí, Brasil!

Então, eu... Não dá nem para você fazer uma análise disso, sinceramente, Sr. Roberto. Não é possível. O senhor ia dizer um negócio aqui: "Não, nós éramos avalistas do transporte". Era isso que o senhor ia dizer?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto.

Quanto era o transporte, o valor do transporte?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, o contrato exigido era de 5% do valor total da vacina, lembrando, inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Cinco por cento do valor de 1,6 bilhão – 5% são 80 milhões, está certo? Quando eu falei 80 milhões, é porque 5% são exigidos. Então, eles estavam avalizando... receberam R\$350 mil adiantados, mas avalizavam R\$80 milhões, caso não fosse feito o transporte ou acontecesse algum problema. Tudo isso – tudo isso – com a anuência de alguns servidores de dentro do Ministério da Saúde. Alguns, não eram, não... Não era esse negócio de que se fez sem saber, até porque aquela senhora que veio aqui, que era responsável, a Ana Regina, ou Célia Regina, que era responsável por fiscalizar...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A fiscal do contrato – a fiscal do contrato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ela chegou a diminuir de 4 para 3 milhões o número de doses, para que desse US\$45 milhões para serem depositados em Singapura, Senador Tasso, e ela era responsável por isso também, porque ela pegava esses documentos, porque tinha que ter no contrato quem estava avalizando, e tinha a obrigação de saber qual era a empresa que estava avalizando isso. E o Governo, a CGU não levanta uma lebre disso – uma lebre. A CGU...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – AGU.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, a CGU.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A AGU antes.



25/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A CGU, que é a responsável também, agora, depois da CPI, é que veio dizer, em termos, que o contrato da Precisa não era bem assim e tal, juntamente com o Queiroga, o Seu Queiroga, o Ministro da Saúde, que deve ter conhecimento disso – ele tem obrigação de saber. Porque todos ali foram coniventes. Não dá para trazer, fazer um contrato com uma empresa sem ter avalista.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, Presidente, uma outra coisa que é gravíssima, Presidente, só para lembrar e lembrar o Brasil: no dia 6 de março, o Ministério da Saúde pediu para comprar, nas mesmas condições, mais 50 milhões de doses adicionalmente – só para lembrar. O Presidente da República já havia pedido ao Primeiro-Ministro para comprar, a Embaixada do Brasil já estava sendo ocupada lá, na Índia, pela Precisa, que levou uma comitiva enorme para negociar em nome do Governo brasileiro, não é? E, no dia 6, eles pediram, Senador Tasso, para comprar, adicionalmente, mais 50 milhões de doses da mesma vacina.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpa, Senador Renan, para complementar a fala do Senador Omar, tem uma preliminar ainda mais grave: o contrato não previa garantia. Foi preciso um alerta, fazer outro termo de referência, parar falar: "Esse contrato não pode ser assinado sem uma garantia". E aí é que alguém falou: "Vamos correr ao FIB Bank".

Então, a pergunta também que fica...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente Omar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... é: como é que o Maximiano procura um banco que não é banco, para dar uma garantia que não era possível pela lei? E, sem constatar... A pergunta principal é: qual é... Isto aqui...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Omar, eu queria fazer uma última pergunta.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – ... eu ouvi muito: quem lastreia as cartas de fiança do FIB Bank, já que ele não tem patrimônio nenhum?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, ele tem patrimônio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Quem lastreia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – As propriedades do FIB Bank.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é o fundo de participações Azurita?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tem certeza disso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Absoluta! Isso é um fundo pré-operacional, e se estava levantando esse fundo. Porém, por problemas junto ao administrador, foi parado isso daí. O administrador, naquele momento, teve...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Índigo Investimentos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Índigo Investimentos teve problema junto à CVM. Então, nós paramos todo e qualquer processo junto a esse fundo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas lastreou até 2019?



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então foi até 2018. Aqui são as informações que nós temos. Inclusive, o FIB Bank, é importante perguntar se ele responde a processo no Tribunal de Justiça de São Paulo. A informação que nós temos é que tem 28 processos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, eu posso falar?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... em relação ao FIB Bank, exatamente em função dessa questão com o fundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu vou fazer a última pergunta, para encerrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, depois que o senhor fizer a pergunta, se V. Exa. me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria, Presidente Omar... Eu queria, Presidente Omar, que V. Exa. pedisse...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fala o Senador Renan Calheiros, depois o Senador Humberto, a Senadora Simone, o Senador Randolfe, o Senador Tasso e o Senador Jorginho.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se o Senador Renan me permite... Após a última pergunta, a assessoria do Senador Renan conseguiu o depoimento do Sr. Geraldo Rodrigues Machado, um dos sócios-fundadores do FIB Bank, ainda quando tinha o nome DTX. É um depoimento rápido, é um minuto. Ele vai se identificar aí. Tem vídeo aí. Após a pergunta do Senador Renan...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria pedir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... acho que o Brasil está curioso em conhecer o Sr. Geraldo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Perfeitamente!

Eu queria muito...

Parabéns, Senador Randolfe!

Eu queria pedir ao Presidente para requerer ao depoente que entregasse a esta Comissão Parlamentar de Inquérito uma cópia da procuração que o Sr. Marcos Tolentino tem do FIB Bank e que ostenta nas oportunidades de negociação.

O senhor pode mandar uma cópia dessa procuração para a Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Senador, eu não tenho. Tem que pedir ao Sr. Ricardo Benetti, já que a relação é diretamente com o acionista da empresa. Eu posso solicitar a ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, mas, então, tem?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro que tem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – É claro que tem!



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É claro que tem!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, é uma procuração pública.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele se apresenta como dono do banco.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É uma procuração...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Isso é admissão de quem é o dono!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, é!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É admissão de quem é o dono.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpa, desculpa! A relação de procuração é com o acionista – com o acionista! – do FIB Bank, o Sr. Ricardo Benetti.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor manda para cá, por favor! O senhor está obrigado a mandar essas informações da procuração, para que nós saibamos exatamente quais são os poderes que o Sr. Marcos Tolentino exerce com relação ao FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Perfeitamente! Vou solicitar ao acionista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, vamos ouvir o fundador do FIB Bank, o Sr. Geraldo Rodrigues Machado, lá de Pão de Açúcar!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois, a palavra será dada para o Senador Humberto, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos lá ouvir o Sr. Geraldo Rodrigues!

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Caso de polícia!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Está vendo, Brasil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Está aí, Brasil! Caso de polícia!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está vendo, Brasil?

Presidente, a procuração deste depoente o defende da hipótese de prisão em função da mentira e do flagrante de impropriedades? Porque esse é o típico caso de se recomendar a prisão, pra que o Brasil inteiro veja o que que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, a decisão da Ministra Cármen Lúcia é muito clara, então, eu não tenho como prendê-lo por perjúrio porque não existe esse crime. E, no Brasil, perjúrio ainda não é caso de prisão.



25/08/2021

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas existe falso testemunho, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, pois é, mas eu estou falando de perjúrio.

Eu vou falar com o Sr. Roberto.

Sr. Roberto, eu já vi aqui pessoas humildes sentarem aqui, à mesa, e deporem. Pessoas sem estudo, pessoas que mal tiveram condições de ter o direito de frequentar uma faculdade. O senhor já é uma pessoa vivida, é formado em administração pública. O senhor não tem conhecimento da empresa em que o senhor está trabalhando, de que forma foi formado esse capital e quem é participante dessa sociedade?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Quem é o criador da empresa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tem um histórico da empresa na qual o senhor trabalha e é responsável também pelas atividades dela, como diretor presidente... O senhor não é uma pessoa que está ali no quinto, sexto escalão; o senhor está aqui em cima, o senhor está no topo da pirâmide dessa empresa. E o senhor aqui ou não tem conhecimento ou não sabia. Fala com convicção que um terreno em Curitiba custa R\$7,5 bilhões, o valor não é?

É lógico que a gente recebe muitas mensagens. Uma mensagem que eu recebi é que o Palácio de Buckingham custa US\$1,5 bilhão – US\$1,5 bilhão –, que, multiplicando por cinco, pode chegar a 7 bilhões. Então, o terreno que o senhor tem dá pra comprar o Palácio de Buckingham, na Inglaterra. E eles fizeram outros comparativos aqui, com outras propriedades como o Taj Mahal, na Índia, e outros, e outras coisas. É normal. Geralmente as pessoas estão assistindo e ficam impressionadas com esses números e vão pesquisar.

Então, o senhor é diretor presidente de uma empresa que tem um capital muito grande. E agora eu vejo um depoimento de um cidadão que está há quatro anos, três anos, tentando na Justiça... E, aí, a gente faz um apelo à Justiça que está tratando desse caso, um cidadão desse está sendo prejudicado, porque todo mundo acha que ele é bilionário e ele não tem... Ele é um trabalhador simples, como tem milhões de trabalhadores simples que são ludibriados, enganados diariamente no Brasil.

Então, o senhor tem que dar uma contribuição pra CPI, do ponto de vista de que aquilo que for prejudicar o senhor o senhor tem o direito de não falar. É isso que diz o *habeas corpus*. E os seus advogados têm que orientá-lo. Não dá pra além disso. A gente pergunta quem é fulano, o senhor diz que não conhece "não vi, não conheço"... Pergunta quem é Tolentino, daqui a pouco aparece uma procuração do Tolentino, aí o senhor diz "não, é fulano", já aparece quem é responsável por essa procuração...

Não dá pra ludibriar um bando de tolos que tem aqui – entendeu? –, toda hora. A gente é ludibriado várias vezes, mas é difícil! Porque aqui não tem bestinha, não! Não tem um bestinha aqui!

Então, eu quero lhe pedir, encarecidamente, pra que eu não fique... os Senadores não fiquem pedindo pra eu tomar uma atitude mais drástica em relação ao senhor, que o senhor colabore com a CPI.

Eu vou passar a palavra ao Senador Humberto.

Senador Humberto, 15 minutos pra fazer as perguntas necessárias ao Sr. Roberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras...

Sr. Roberto Pereira, seja bem-vindo aqui ao Senado.



Eu acho que ele fez algumas afirmações aqui que são muito importantes. A primeira delas: quando foi perguntado sobre essa questão de que estavam dando aval para contratos vultosos, e ele disse "olha, na verdade, a minha relação é com quem pede. A relação de quem é o beneficiário é com quem pede."

Então, vejamos: de certa forma, o que ele está trazendo pra gente aqui é uma coisa muito séria, no sentido de que o grande responsável, na verdade, por tudo isso é quem, no Ministério da Saúde, aceitou essa garantia. Ele não tinha que garantir nada, não. Quem, no Ministério da Saúde, aceitou isso como garantia é que tinha que ter avaliado isso aí.

E é importante, pra V. Exa., Senador Renan Calheiros, agregar à relação dos seus investigados, aquele que, tudo indica, foi o responsável pela elaboração de uma das versões do termo de referência em que, como disse a Senadora Simone Tebet, não se pedia nem garantia contratual, que é o Sr. Laurício...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Farei isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... aquele que recebeu o pastor, aquele que recebeu o Domingueti, aquele que... Esse cidadão e mais outros têm que ser investigados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Farei isso e eu acho que é importante também nós marcarmos um novo depoimento do Elcio, que é a quem cabia...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... em nome do Governo Federal, todas as definições dessas negociações.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Porque, na verdade, não foi...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho... Qual Elcio? Com "h" ou sem "h"?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Elcio sem "h", o Coronel Elcio, o Coronel Elcio.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O "Primeiro-Ministro", Sr. Presidente, que fez uma circular, não é, Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Parabéns, Senador Humberto, pela indagação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Viu, Humberto? É importante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma circular dizendo que concentraria todas as tratativas de vacina com ele. Ninguém poderia falar em nome dele.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele não é obrigado a conhecer a Lei de Licitações; ele não é obrigado a saber o que dizia a medida provisória, porque a medida provisória que definiu essa questão dos recursos pra vacina definia a necessidade de garantias que fossem dentro daquelas três condições – caução em dinheiro, o seguro, e a terceira questão... São três pontos – e que não foram levadas em consideração. Então, isso é uma primeira coisa.



A outra coisa é a seguinte: eu fico pasmo, eu acho que o Dr. Roberto é o Presidente formal dessa empresa. O senhor até poderia fazer duas coisas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Repete o Geraldo. Repete o Geraldo, lá de Alagoas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Sa. poderia fazer duas coisas: uma, era sair logo desse negócio, porque isso vai lhe dar bronca em algum momento....

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que, aliás, eu não sabia. Se eu soubesse que o Geraldo era o criador da empresa, o verdadeiro dono da empresa, eu não teria pedido para, em primeiro lugar, nós ouvirmos o depoente de hoje; nós precisávamos ter ouvido era o Geraldo primeiro – o Geraldo.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A primeira coisa é que eu acho que V. Sa. sair desse emprego seu; pode ser o melhor do mundo, mas vai lhe dar bronca.

Segundo, eu acho que V. Sa. podia fazer um bem ao Brasil, dizer quem é o verdadeiro dono desse banco. Quem é o verdadeiro dono desse banco? V. Sa. está vivendo uma realidade virtual. Quem fez isso? "Foi o meu diretor administrativo." Quem fez isso? "Foi o meu coordenador jurídico." Na verdade, tudo isso aí deve ser feito por duas pessoas: esse Benetti e Tolentino – esses são os donos desse banco aí. E o senhor está respondendo legalmente por uma coisa que, sinceramente, não faz nenhum sentido.

Como é o senhor é Presidente de um banco que tem um terreno, que é o grande patrimônio que o banco tem, que foi incorporado como capital social da empresa, e o senhor nunca foi lá? Nunca foi lá. Não teve a curiosidade de saber que é um terreno do tamanho de 10% da cidade de Curitiba. Como é que pode? O senhor sabe que o cartório onde esse terreno está registrado não existe? Não existe. A informação que nós levantamos é que o 11º Ofício do Registro de Imóveis de Curitiba não existe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Como é que o senhor aceita ser Presidente de uma empresa que não lhe dá essa informação?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Senador Humberto, eu queria só reforçar uma questão que o senhor levantou, porque ele, como Presidente, é responsabilizado por tudo que acontece como pessoa física.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – O engenheiro florestal que avaliou esse terreno da MB Guassu, Sr. Helio Loch, esse cidadão já foi censurado pelo Crea do Paraná, é processado judicialmente, foi preso por falsificação de documentos. Esse engenheiro fez a avaliação das três propriedades da Pico de Juazeiro, que integraliza aqueles 300 milhões. E é esse o desenho. Tudo que é relativo ao FIB Bank parece ser de coisas fraudadas, coisas inidôneas, coisas para as quais não se têm respostas concretas.

O senhor falou que recebeu R\$350 mil pela garantia que foi feita à Covaxin. No caso dos preservativos, de que o seu banco também é o garantidor, quanto recebeu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – O outro contrato firmado foi de R\$20 mil.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Vinte mil reais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.



25/08/2021

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– O senhor sabe que já foram pagos à Precisa mais de R\$100 milhões por esses contratos de preservativos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– E a sua empresa recebeu apenas R\$20 mil, não é?

Outra pergunta que eu queria fazer a V. Sa. foi feita já, mas o Relator não se deteve mais nisso aí. Eu queria entender por que é que entre...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Não, não, não é questão de...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu estou brincando.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Porque, entre 4 de junho de 2020 e 12 de maio de 2021, o FIB Bank fez 19 transferências bancárias num total de R\$1,9 milhão para a empresa – que o Senador Renan lembrou – e que se chama Brasil Space Air Log Conservação Aérea, que pertence à família Tolentino. Por quê? O senhor sabe?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor. Possivelmente contratos que tenhamos entre essas duas empresas.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Veja, como é que pode? O senhor é o Presidente do banco e não sabe que o banco fez 19 transferências bancárias, totalizando R\$1,9 milhão?

Eu insisto: nos diga a verdade, alivie o seu coração e diga quem é o dono desse banco.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Serão apresentados para o senhor, junto com os outros documentos, esses contratos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– É realmente impressionante ao que nós estamos assistindo hoje aqui na CPI, como já foi dito.

Eu queria perguntar outra coisa ao senhor: a quantos processos o FIB Bank responde no Tribunal de Justiça de São Paulo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, todo esse relatório, como havia pedido à Comissão, vai ser apresentado em Dropbox para que todos os Senadores tenham acesso a isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– Mas não é possível que o senhor não saiba disso, porque o senhor deve ser notificado cada vez que se abre um processo desse, ou pelo menos o departamento jurídico é notificado e o avisa...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mais ou menos...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)
– "Olha, vamos ter que responder..."

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador, poderiam os advogados agora apenas abrir o site no Tribunal de Justiça de São Paulo e ali tem o número de processos...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.



A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... colocar o nome do cliente, o nome do réu...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu contei 28, Senador Humberto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É simples, é muito fácil fazer isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – São 28 processos privados, inclusive – foi dito aqui pelo Senador Renan – da empresa Pecus. Os proprietários do prédio alugaram esse prédio, tendo aceitado um seguro fiança do FIB Bank no valor de R\$4,8 milhões, o que equivalia a 48 meses de aluguel. Os locatários ficaram inadimplentes, e os donos resolveram acionar a fiança e pedir o despejo. Segundo as normas escritas na própria carta, o FIB Bank teria 30 dias para pagar, mas o pagamento nunca ocorreu.

O senhor tem conhecimento desse caso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, está sendo judicializado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas o senhor não dava garantia? Por que não foi pago?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não foi requisitado dentro das regras que se continham na carta.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Outra pergunta que eu queria fazer a V. Sa.: a garantia que foi dada à empresa Precisa Medicamentos – essa que foi vista aqui – foi assinada eletronicamente pelo senhor por intermédio do AssinaWeb?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, esse é um cartão de assinatura eletrônico do FIB Bank Garantias.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quem detém esse cartão é a Sra. Alessandra – essa plataforma é vinculada a ela? – Santos Carvalho?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta, Sr. Relator, na verdade, eu entendo que nós estamos diante de uma situação que realmente é a cara do Governo Bolsonaro – é a cara do Governo Bolsonaro. Quer dizer, tudo é feito com ausência de cuidado, sem qualquer preocupação com a coisa pública, feito por pessoas e por empresas que não têm idoneidade.

Veja, por exemplo, o que o FIB Bank fez – acho que o senhor não estava nem lá – quando resolveu montar um *site*. O *site* foi pedido... Aliás, está como documento sigiloso eu não sei nem por quê. Mas esse *site* foi contratado à empresa Site SA Informática e Web Ltda. Veja as coisas que foram encomendadas. Uma delas diz assim: incluir o Bacen, Banco Central, na página. É uma tentativa para que a pessoa que entra naquele *site* acredite que está garantido pelo Banco Central, e não há nenhum vínculo entre FIB Bank e o Banco Central. Depois diz: verificar *sites* de bancos de investimento como do Banco Safra, para copiar as informações que havia neles. Nesse *site* também o FIB Bank apresentava produto, falava de produtos de outros bancos para vender a ideia de que tinha uma credibilidade semelhante. Inserir imagens de moedas e jatinhos, moedas e jatinhos ali no *site*. Horários de vários países. Tudo para criar uma aura de multinacional, de solidez, de uma empresa de largo lastro.



25/08/2021

Agora, o que não tinha no *site* expressamente dito? Documentos contábeis, não; modelos de contratos, não; regulamentos, não; *links* de conselhos regionais de contabilidade, não; ambiente fiscal, trabalhista e previdenciário, não; nada de imagens dos donos ou qualquer menção a conteúdo jurídico.

Agora ouçam esta aqui: pede-se também uma relação de *e-mails* que estariam vinculados ao banco. Entre essa relação de *e-mails*, um aqui chama atenção, é o tolentino@fibbank.com. Eu insisto, eu acho que V. Sa. deveria dizer quem é o dono desse banco, quem é que manda mesmo nesse banco. Para mim, é esse Sr. Tolentino. Para mim, é o dono do banco, quem tem essas relações todas, e infelizmente ele não aparece.

Então, eu quero concluir aqui as minhas perguntas nesse sentido de que, cada vez que a gente mexe, a coisa vai ficando mais complicada e vai ficando demonstrado que não há por parte desse Governo, não há por parte do Ministério da Saúde nenhum tipo de preocupação com a coisa pública. Como V. Exa. disse, imaginem o que ia acontecer se a Precisa, com toda certeza, juntamente com a Covaxin, não honrasse esse contrato, como aconteceu lá no Paraguai. A Bharat Biotech recebeu US\$6 milhões antecipados por 2 milhões de doses, não entregou.

No caso do Brasil, a gente não ia receber. Sabe o que o Governo ia ter que fazer? Virar agente imobiliário pra vender um terreno de 7 bilhões pra poder receber de volta 1,6 bilhão. Realmente é inacreditável – é inacreditável! Ainda bem que falta pouco tempo pra esse Governo terminar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Humberto, esse banco, como o próprio nome já diz, é um banco *fake*, Senador Humberto Costa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Concluiu, Senador? Concluiu? (*Pausa.*)

Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador, eu vou...

Agora, me permite sentar aqui mais próxima, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim, claro. (*Pausa.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada.

Se puder repor meu tempo, eu agradeço. (*Pausa.*)

Quero cumprimentar V. Exa., Sr. Relator.

E me permita, já que estamos todos plagiando colegas, obviamente numa brincadeira saudável, plagiar V. Exa. também e confirmar o que V. Exa. disse: talvez nós estejamos diante de um dos depoimentos mais importantes e demolidores nesse processo da Covaxin. Então, quero começar dizendo que esse depoimento é absolutamente importante, como diz o nosso Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Roberto, são tantas as artimanhas no currículo empresarial desse alegado banco que V. Exa. preside, mas não é o dono, que ele compõe por si só todos os elementos comprobatórios que nós queremos pra chegar à seguinte conclusão: o contrato da Covaxin era fraudulento, ele não existia por uma série de ilegalidades, faltavam partes, valores sendo comercializados para serem pagos no paraíso fiscal por quem não fazia parte



assinatura do contrato. E mais, era um contrato que, num primeiro momento, não exigia garantia e, quando exigiu garantia, teve a garantia de um banco que não é banco.

Como diz a lei, só existem três modalidades de garantia. Nenhuma das três foi oferecida por V. Sa. nem por Maximiano pela Precisa, porque V. Sa. acaba de afirmar, V. Sa. ou o seu o seu banco, que não é banco, é um fundo de investimentos, é um fundo de... Desculpa, é um fundo garantidor de crédito. Consequentemente, nós estamos diante já de um contrato feito no Ministério da Saúde que não poderia sequer ser assinado. E aí eu corroboro as palavras do Senador Humberto: onde estava a assessoria jurídica? Por que Elcio Franco e Roberto Dias, especialmente o Roberto Dias, assina um contrato sem as formalidades legais? O Ministério da Saúde é tão ou mais responsável, é o verdadeiro responsável pela assinatura e tentativa de pagamento de vacinas superfaturadas num paraíso fiscal, com dinheiro público. Eu estou falando de R\$1,6 bilhão.

Mas aí entra V. Sa. E eu quero aqui dizer que, neste momento, toda a responsabilidade, do lado de cá do balcão, do lado de cá da iniciativa privada, recai sobre V. Sa. V. Sa. refilita bastante até o final desta CPI, se não tem que abrir um pouco mais as informações, para saber que, embora o presidente não seja dono, quem é o dono FIB Bank, para que nós possamos rastrear. Porque veja pela lei o FIB Bank não é banco e pela lei não tem rastro, nós procuramos esse rastro para confirmar o capital social. Então, é um banco, a princípio, *fake*. Mas é mais. Eu diria até que são tantas as mudanças dos sócios, e vai mudando tanto, que eu não sei se quando V. Sa. sair daqui, V. Sa. ainda estará respondendo como presidente do banco.

Desde o início da existência desse FIB Bank, nós temos aqui que lembrar que nós temos sócios à *la Viúva Porcina*: foram sem nunca terem sido. Nós estamos falando de Geraldo, que é do Sertão de Alagoas, um homem simples, como vimos, que foi tentar pedir um seguro desemprego e falaram: "Meu amigo, quem tem um capital como o senhor não pode ter seguro desemprego". Teve que recorrer à Justiça, teve uma liminar garantida pela Justiça para poder ter direito a retirar o seu nome, que foi indevidamente colocado na razão social da primeira empresa, Brax, e o que é pior, tentaram por 15 meses citar a empresa para poder o processo andar e não conseguiram. Então, essa é uma constatação que precisa ser feita.

E também a Alessandra. A Alessandra, da mesma forma, conseguiu, com base em liminar, dizer: "Eu não sou sócia". Então, quando o FIB Bank pega uma *shelf company*, uma companhia de prateleira, para iniciar um lastro financeiro que não existia, porque eram duas pessoas que disseram "eu não sou", o capital social inicial dessa empresa é de R\$10 milhões, e começa, nessa transação, com uma empresa que não existiu, que os sócios não eram sócios e que não havia capital social, consequentemente, esse mesmo fundo, FIB Bank, ele não existe.

Mas é mais do que isso. Ele deixa de ser uma companhia limitada para ser uma sociedade anônima. Talvez aí seja a única verdade desse fato. Ela é realmente anônima, a ponto de a gente não conseguir achar sequer quem são os donos, quem são os sócios, quais são os imóveis, onde estão os imóveis registrados na junta comercial e colocados aqui como fazendo parte de um contrato social de R\$7,5 bilhões.

V. Sa. nem sabe... Quando aqui foi perguntando se V. Sa. Conhece o terreno de Curitiba, V. Sa. Disse o que?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Que nunca fui para Castro conhecer esse terreno, mas conheço ele via georreferenciamento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o inicial, de Curitiba? Não é Castro, é Curitiba. Que foi parar lá em São Paulo.



V. Sa. nem sabe que depois, o banco que V. Sa. preside, mudou a matrícula de Curitiba para São Paulo. Esse mesmo imóvel, direitinho – "ah, não era em Curitiba, era em São Paulo".

Então, esse banco, por tudo que nós estamos vendo aqui, realmente a única coisa que tem de verdade é que V. Sa. acertou quando transformou o FIB Bank Ltda. em uma sociedade anônima. Ela é anônima e ela não existe. Só falta uma coisa para terminar. V. Sa. passa... Ou o banco passa de um capital social de R\$10 milhões, que não existia, para R\$10 bilhões, com lastro em patrimônio que ou não existia – matrícula, vai lá, e esse imóvel não existe – ou está em nome de terceiros que não têm nada a ver com o banco.

E aí só falta uma coisa para terminar: nós acrescentamos três zeros, de R\$10 milhões para R\$10 bi. Quem sabe agora nós consigamos colocar o verdadeiro dono desse imóvel, e aí aumentar mais R\$3 bi... Nós vamos passar para quanto, ao invés de R\$7 bi? R\$7 tri? E quem sabe registrar terrenos na Lua, porque só lá para valer alguma coisa em torno disso!

Então, por todos os meios, eu gostaria aqui de rapidamente passar para que nós possamos entender do que estamos falando, e porque isso tem a ver com a Covaxin e porque isso tem a ver com o Ministério da Saúde, o grande responsável por isso tudo.

Se puderem passar, por favor.

Muito rapidamente, algo que foi dito aqui, mas com alguns detalhes.

A empresa de 2015, que era uma sociedade limitada, ela passa em 2016 a uma sociedade anônima, ela era a Brax. Essa Brax tinha Alessandra e Geraldo, que já disseram que eram laranjas, nunca assinaram documento – então, houve falsificação das assinaturas. E ela tinha um capital social de R\$10 milhões – está deste lado aqui. Do lado direito, ela virou uma S.A., ela passa a ser FIB Bank Assessoria. Nessa assessoria de negócios, depois ela vai e modifica também a razão social – não coloquei aqui porque as lâminas não permitem – basicamente para a compra de venda de imóveis próprios e gestão administrativa de propriedade imobiliária. Atualmente esses sócios viram Pico do Juazeiro e MB Guassu. MB Guassu é o que mais importa, porque tem 96% do capital.

Aqui começa a entrar, depois, V. Sa. V. Sa. começa a gerir a partir daqui. Ela simplesmente, em três meses, sai de um patrimônio de R\$10 milhões para um patrimônio de R\$10 bilhões, mais de 1.000%, integralizados R\$7,5 bilhões, e R\$2,5 bilhões a integralizar. É importantíssimo isso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Já foi um milagre do novo Presidente!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da multiplicação, não dos pães, não é? Mas da multiplicação da corrupção.

Passando adiante, já falamos aqui inclusive dos dois... Aqui vem um certo propósito, a princípio doloso, em cima de toda essa transação. Esse capital está no caso da Guassu – da Guassu...

Eu não sei se está na outra... Não. Pode passar mais uma, por favor, que é a última lâmina. A próxima. *(Pausa.)*

Então, volta antes, que eu já falo da matrícula, que é a última.

No caso da Guassu, integralizou R\$7,2 bilhões numa matrícula de um imóvel em Curitiba, e da Pico, R\$300 milhões, com imóvel na Comarca de Castro no Paraná. Então, num primeiro momento – pode voltar –, todos estão registrados no Estado do Paraná.

Pode voltar, por favor.



Tanto os imóveis da Pico quanto da Guassu... Pico, R\$7,2 bilhões, e Guassu... Desculpe: Pico entrando com R\$300 milhões, e a Guassu entrando com R\$7,2 bilhões, todos em imóveis nas matrículas do Paraná.

Aí começa quando V. Sa. entra. V. Sa. entra em 2017. Aí tem que legalizar o malfeito – não estou dizendo que é V. Sa. Por quê? Porque as pessoas mencionadas começam a se incomodar: "Eu não sou sócio, eu não participo, essa matrícula não existe", e vem a corregedoria dos cartórios e diz: "Tem alguma coisa errada. Não existe o 13º Cartório em Curitiba" – para no 9º, eu acho. E o que vocês fazem? Outra questão. Aí o que fazem? Lá em 2018, a Guassu – que tem o patrimônio de R\$7,2 bilhões em Curitiba – diz: "Não, houve um equívoco. Sabe aquele patrimônio enorme de 2 mil hectares (48 mil metros quadrados)? Ele não é em Curitiba. Ele saiu voando para Curitiba. Na realidade é um imóvel voador, na realidade ele é de São Paulo". E aí começa a tentar consertar. Só que, quando a gente chega a esse imóvel de R\$7,2 bilhões em São Paulo, Senadora Soraya, a gente vai ao 11º Cartório de São Paulo e vê que o proprietário não é o FIB Bank e não é a Guassu. O proprietário é um senhor chamado – pode ir na última lâmina, por favor? – Durval Falsarella, que transferiu o imóvel para a Azul Real Celeste Participações Ltda. Em nenhum momento aparece aqui o FIB Bank; ou seja, o principal lastro financeiro, o principal capital social que, de R\$10 milhões vai para R\$7,2 bilhões, ele até existe, mas ele não é de vocês, ele é de uma terceira pessoa: Durval Falsarella, que depois passa para a Azul Real Celeste. O cartório era em Curitiba, foi parar em São Paulo.

E os R\$300 milhões da Juazeiro? Que, parece-me, é algo em torno desses alqueires. Ele estava localizado em Castro. Esse aí não é voador, esse imóvel é fixo, ele é imóvel mesmo, ele não é móvel, ele continua em Castro, mas tem que modificar todas as matrículas porque a corregedoria da vara de registros públicos vai lá e fala assim: "Esses imóveis existem mesmo?" E suspende, a princípio, as matrículas. Aí vem outra rerratificação, em 2019, para tentar corrigir, lá em outubro de 2019, todas essas questões. Diante aqui de uma suposta inexistência do imóvel que estava registrado errado e de lá, de imóvel que não faz parte, ao final, para finalizar: o que V. Sas. fazem?

A última lâmina, por favor.

Não foi colocado?

Não tem problema, eu posso...

Aí vem a cereja do bolo, nós precisamos arrumar tudo. "Ah, não, nós não temos integralizado", Senador Renan, não está integralizado no patrimônio. Não está totalmente, é a ser integralizado em moeda corrente em 5 anos. Aí eles tentam consertar, Senador Humberto.

E aí onde se lê, ele faz uma correção dos valores dos alqueires, para mais, para justificar o valor. Eu conheço um pouco de terra, de questão imobiliária, eu não conheço nenhuns 2 mil alqueires paulistas que possam valer, a não ser que seja exatamente dentro da cidade de São Paulo, que possam valer R\$7,2 bilhões. Aliás, se quiser, no meu Estado, tem muita terra a 2 milhões, as terras comparadas às de São Paulo, 2 mil hectares, que eu te garanto que devem ficar em torno de R\$200 milhões, R\$250 milhões, dependendo da área. Estou falando das áreas mais nobres, terras roxas, considerada uma das melhores terras do Brasil.

E, por fim, aí o que vem, também em relação ao capital, onde se lê R\$10 milhões, aí diz, agora pode dizer que é R\$10 bilhões. Por que, Senador Humberto? Porque ele ainda não tem, porque ele mesmo disse que vai integralizar em moeda corrente e, no ano, em 5 anos.



De tudo isso, de tudo isso, eu quero me dirigir ao depoente para dizer que todas essas... E eu tenho aqui matrículas e coloco à disposição, tem um dado também que me chama a atenção. Essa matrícula transcrita, em outubro de 2019, lá em São Paulo, que são esses R\$7,2 bi, está transcrito numa compra feita também por Antônio Pereira Fraga, Gustavo da Veiga e sua mulher. Vale a pena, depois, investigar para tentar entender essas pessoas, porque depois disso parece-me que essas pessoas, lá atrás, teriam vendido, aí, sim, para aquela empresa que mencionei.

Então, Sr. Presidente, eu vou ficar dentro do meu limite temporal. Não acho esse assunto grave, acho esse assunto gravíssimo.

Isso aqui, nós não precisaríamos, se nós não fossemos uma Comissão Parlamentar de Inquérito, nós poderíamos passar por aqui, do Senado Federal, mas nós somos. Nós temos respeito com o dinheiro público, nós temos respeito com a dor e com a saudade que os familiares dos 575.829 mortos estão sentindo nesse momento, que na hora do almoço vão olhar para a mesa e não vão ver um dos seus entes queridos sentado.

É por isso que este depoimento de hoje, o FIB Bank, não pode parar por aqui. Nós temos que descobrir se a Guassu tinha maior capital e esse Sebastião e o outro nome que eu não me lembro, que são considerados aí dessas propriedades, se eles não são os verdadeiros donos. Quem são os verdadeiros donos? Eles estão dentro dos corredores escuros de Brasília, no Ministério da Saúde, negociando não só essa, mas outras vacinas superfaturadas?

E mais: Sr. Elcio Franco, Sr. Roberto Dias e Ministro Pazuello têm que estar os três sentadinho aí – os três – para dizer por que, se o jurídico disse que não podia, que a garantia não tinha que ser bancária, não podia ser de fundo de crédito, não podia ser fidejussória, por que se aceitou o FIB Bank como garantidor fora do prazo? Por que não ouviram o jurídico? Por que queriam emitir uma *invoice* para pagar em paraíso fiscal para uma empresa que não constava no contrato? O que está por trás disso? Por que negociaram lá, com o Seu Laurício, quando a circular do Elcio dizia que era tudo com ele? Por que depois, e só depois... E aí eu concordo com o Senador – eu já falei mais de uma vez aqui – Eduardo Girão: por que Wagner Rosário, da CGU, foi numa coletiva, ao invés de defender o dinheiro público, ao invés de defender as vítimas dessa mortandade, defendeu Ministro da Saúde, contrariando todos os pareceres dos seus subordinados. Os seus advogados da União, da corregedoria, fizeram o dever de casa e falaram: "Peraí, por que vocês esconderam a nota de reunião que teve com o Maximiano, a primeira, que dizia que o valor da Covaxin era de US\$10, e não de 15, e depois passou para 15, num aumento de 50%? Por que vocês esconderam documentos? Quem são os agentes públicos responsáveis pela omissão?".

Está lá. Não sou eu; é a CGU. Está lá. Por que não deu garantia? Por que não justificou preço, como diz a Lei de Licitações? E, depois de todas as considerações, disse que abriu um processo investigativo. Por que Wagner Rosário vai numa coletiva e diz, e defende o Governo Federal e o Ministério da Saúde, e não o dinheiro público para o qual ele foi constituído corregedor? Afinal, ele também recebe dinheiro do contribuinte brasileiro.

Eu deixo, nas minhas considerações finais, agradecendo ao Sr. Roberto, mas pedindo encarecidamente, repense, porque hoje V. Sa. saiu daqui como grande vilão do processo, hoje, por representar e ser Presidente da FIB Bank, tudo isso recai nas costas de V. Sa.

Muito obrigada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E ganha pouco. E ganha pouco para isso. (*Fora do microfone.*)

Só ganha R\$4 mil por mês.



25/08/2021

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Aí é preciso saber se os acréscimos estão sendo dentro do sistema tributário, se não está tendo sonegação fiscal também, se ganha por fora, né, Sra. Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Bem, Senadora Simone Tebet.

Eu gostaria agora de passar a palavra para o Senador Randolfe Rodrigues e pedir para a Senadora Eliziane Gama, se puder, assumir aqui, por favor. Muito obrigada.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Presidente, qual é a ordem aí?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Presidente, é uma boa pergunta de fato. O depoente não vai comentar nada do que a Simone Tebet levantou?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Só um minutinho. A ordem é Senador Randolfe Rodrigues, Senador Tasso Jereissati, *(Fora do microfone.)*

Senador Jorginho Mello; depois entram os suplentes: Senador Alessandro Vieira, Senadora Eliziane Gama, Senador Rogério Carvalho. Senador Luis Carlos Heinze e Girão antes do Senador Alessandro.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

Com a palavra o depoente.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu tenho dois pontos a serem levantados pela nobre Senadora, à qual eu tenho extrema admiração, ainda mais pela sua conduta aqui, nesta CPI. Eu gostaria que mais mulheres como a senhora estivessem presentes aqui, combativa, técnica. Eu só tenho que dar os parabéns à senhora!

Decorreu um ato de rerratificação, justamente pelo erro de transcrição na ata do FIB em 2019, regularizando isso.

A outra pergunta que a senhora coloca... Eu tenho uma... Eu tenho uma decisão judicial a qual remete a propriedade ao FIB – eu vou disponibilizar também os documentos – no terreno da MB Guassu, que é o mais importante do nosso patrimônio.

Foram esses dois pontos mais relevantes que a nobre Senadora colocou.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há um questionamento sobre essa decisão também, não é, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – É que, se têm esse terreno todo, são R\$39 milhões por ano de IPTU que vocês pagam? Vocês poderiam encaminhar quanto pagam de IPTU por ano por esse terreno, ou de impostos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para expor.) – É claro!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone.)* – É claro que não!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor paga o valor do IPTU anual?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Neste momento, não, porque ainda de fato não decorreu a transcrição.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Mas tem o prazo de cinco anos, que é a integralização.



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Nesse período, paulatinamente, vocês não vêm fazendo esse pagamento?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Vocês não pagaram nada até agora?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Eliziane, poderia deixar a última lâmina para facilitar a intervenção do Senador Randolfe? Porque é exatamente isso que mostra por que eles deixaram de colocar que estava integralizado esse patrimônio. É exatamente a pergunta – parabéns, Senador Rogério! Porque eles não têm pagamentos de impostos! Então, como eles não integralizaram, como eles vão integralizar em moeda corrente só daqui a cinco anos, eles estão isentos de pagamento de impostos, não é, Senador Rogério?

Acho que é isso que o Senador... Mas é importante deixar a lâmina...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para ajudar o Senador Randolfe.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ninguém está isento de pagamento de imposto, não...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O volume que se tem...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... Senadora Simone.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não está isento, não! Eles movimentaram R\$14 milhões!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não ele!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E têm que pagar R\$39 milhões de IPTU.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é ele. Quem tem que pagar é a empresa, os sócios anteriores.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, mas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – São os anteriores. O FIB Bank está isento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Deve estar na conta do Geraldo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exato... Não, do Sebastião!

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o FIB Bank tem um patrimônio que serve como lastro para as negociações, mas que não serve para pagamento de imposto, o que daria, segundo o Senador, algo em torno de R\$35 milhões ao ano.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só perguntando, Sra. Presidente: quem é que tinha que pagar o imposto?



A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – A própria FIB Bank...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não! Quem teria que pagar o imposto?

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... que teria integralizado o terreno no período de cinco anos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Guassu! A Guassu!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A MB Guassu! Então quem tem que pagar imposto são os sócios...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sebastião e Francisco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não vai dar para eles pagarem o imposto porque eles estão mortos.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Exatamente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está aqui a certidão de óbito.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. *Fora do microfone.*) – Ele tem que comentar isso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso é muito grave, Sra. Presidente.

O Senador Tasso está pedindo para o Sr. Roberto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os dois sócios...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... comentar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Sr. Roberto, veja... Só para o senhor ficar tranquilo, de boa, pensar bastante, refletir e responder. Os dois sócios da MB Guassu, o Sr. Sebastião e o Sr. Francisco Valderi Fernandes de Lima, estão mortos. Estes aqui são os atestados de óbito deles.

O senhor pode comentar?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Agora, antes...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O nosso saudoso Chico morreu, como eu havia falado para o senhor, em meados... no final do ano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, o problema não é eles estarem mortos. Faz parte da vida morrer. O problema é que eles fizeram movimentações... Por força dessa relação locatária, foi emitida carta de fiança. Fizeram um movimento da empresa junto ao FIB Bank.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Em qual data, Senador Randolfe? E qual foi o ano de morte deles?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 3 de agosto de 2021, "esclarece que diversos atos societários foram praticados por FIB Bank, desconsiderando-se o falecimento do sócio majoritário da referida empresa" – 3 de agosto de 2021. Foi agora.



A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O falecimento dele foi em qual data?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O falecimento do Sr. Sebastião Fernandes de Lima foi dia 21 de agosto de 2017; o falecimento do Sr. Francisco Valderi Fernandes de Lima foi 10 de agosto de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, movimentou em 2021, em 3 de agosto de 2021.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa ação judicial que corre no cartório... na Junta Comercial de São Paulo – "esclarece que diversos atos societários foram praticados por FIB Bank, desconsiderando-se o falecimento do sócio majoritário" – é de 3 de agosto de 2021.

Mas, Senadora, vamos ouvir o depoente. Eu não sei se o senhor vai conseguir alguma resposta do além pra esse questionamento.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Sr. Roberto?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ouvir. Vamos ouvi-lo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vou usar o meu direito constitucional de me calar.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, neste caso especificamente o senhor pode ter uma autoincriminação. Em outras palavras, o senhor pode ter participação indireta nesse crime.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senadora Eliziane, a incriminação já está... Está aqui o atestado de óbito.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É exatamente por que ele não fala. Ele acabou de dizer que não vai falar porque recorre ao direito da não incriminação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Outra coisa é que no inventário de um desses sócios fundadores da MB Guassu não tinha bens. E estes... E um desses sócios foi fundador da empresa que integralizou capital de uma empresa...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De 7,3...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que deu garantia a um contrato para a compra de vacinas pelo Governo brasileiro de R\$1,6 bilhão.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sra. Presidente... (*Fora do microfone.*)

Só pra fazer uma retificação aqui, só pra deixar claro: esse bem de 7,2 bi, embora seja da Guassu, cujo proprietário – um – já morreu, estava...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os dois morreram.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... estava no nome de Durval, que depois passou para Azul Real Celeste. Então, é preciso saber se Durval... se Durval, Azul Real Celeste continuam pagando imposto, porque, se estão pagando imposto, simplesmente mais uma fraude, falsidade ideológica, falsidade de documentação, declaração falsa de documento ao poder público. Porque eles pegaram um patrimônio que não era deles, de um senhor de nome Durval, e colocaram como se fosse do Guassu, que integra 96% do capital social do FIB Bank.



25/08/2021

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Rodrigo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Garante...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Senador Randolfe...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se puder ter um acréscimo...

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... vou, então, iniciar o seu tempo, na verdade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – ... de 15 minutos, pra que V. Exa. possa fazer as suas intervenções, mas, antes, Senador Randolfe, é bom deixar, de fato, um registro.

Acho que, como já foi repetido aqui por vários colegas, nenhum outro depoimento, até o presente momento, nesta CPI, é tão carregado de tantas irregularidades e, ao mesmo tempo, de tantos fatos impressionantes, porque as fraudes que nós estamos constatando aqui com este depoimento não têm semelhança com nenhum outro depoimento por que nós passamos, até o presente momento, de fato, nesta CPI. É lamentável, porque, em torno de tudo isso, uma negociação com empenho do Governo Federal de R\$1,6 bilhão e pedido de antecipação de R\$45 milhões em cima de uma fraude, de uma *fake*, porque, como o próprio nome já diz, FIB é mentira na tradução para o português, ou seja, nós estamos diante de uma mentira, do ponto de vista de fiança, do ponto de vista da aquisição da vacina, porque ela não viria, e também diante dos contratos que foram realizados até o presente momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E outra coisa, Senadora e Senador Randolfe: o *habeas corpus*, a ordem de *habeas corpus* expedida pela Exma. Sra. Ministra Cármen Lúcia não o exime de prisão, não, diante do falso testemunho. Aliás, nós já interrompemos aqui, outro dia, a pretexto de ouvirmos o Supremo Tribunal Federal, diante de falso testemunho prestado por Deputado, quando da oportunidade do depoimento do Sr. Deputado Ricardo Barros, e não tivemos ainda uma resposta aceitável pra isso. Mas eu estive verificando o *habeas corpus* aqui; não o exime da possibilidade de prisão diante do falso testemunho. Isso é uma providência que esta Comissão pode, sim, pode sim requisitar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, eu estou iniciando... (*Fora do microfone.*)

Eu estou iniciando a inquirição...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ainda.

A melhor parte vem agora, Presidente. O senhor não quer ouvir a melhor parte?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu pensei que V. Exa. já estava concluindo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não. No intervalo da sua ausência, teve muito mais novidades.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu ouvi aqui o Sr. Roberto elogiando a Senadora Simone, mas isso aí... Há pouco eu estava conversando...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu troco o elogio pela verdade, Sr. Presidente.



25/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também. Eu já falei: não me elogia, não; fala a verdade. Eu já falei isso aqui.

Senador Randolfe, eu conversava há pouco, e uma das preocupações nossas foi pra gente não, injustamente, prejudicar uma empresa, o que não é o caso de hoje. Pelos documentos, fatos determinantes...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que o senhor não acompanhou a última notícia. Os sócios...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já faleceram. Eu vi.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Os dois faleceram, da MB Guassu. Já faleceram. Eu estou com o atestado de óbito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E houve operação... Aliás, o FIB Bank deu garantia para a compra das vacinas com os sócios da empresa que integralizou o capital já mortos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

Eu não sei quantas empresas iguais a essa tem no Brasil, Senador Rogério, que são avalistas, que não... Mas deve ter muitas sérias, empresas sérias, com certeza, não é?

Mas seria bom, Senador Randolfe, que, no relatório final do Senador Renan, nós encaminhássemos aos órgãos competentes, pra que a gente faça uma análise, porque isso pode estar acontecendo agora, pode estar acontecendo com outras pessoas, lesando aí pessoas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Inclusive deve ser objeto de um projeto de lei para melhor regulamentar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente regulamentar essa questão aí junto ao Banco Central.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Junto ao Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Junto ao Banco Central.

Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Roberto, me permita aqui... Eu não sei quanto o senhor está recebendo. Daqui a pouco esta Comissão Parlamentar de Inquérito vai ter um intervalo. Eu recomendo, sugiro ao senhor conversar com a sua douda banca de advogados e se aconselhar, ver o melhor aconselhamento para o senhor, porque, a rigor, não é o senhor para estar aí. Nós sabemos que tem outro responsável por esse banco.

O Senador Renan já fez uma interpretação do *habeas corpus* da Ministra Cármen Lúcia. Esta Presidência desta CPI já requereu, em embargo de declaração, esclarecimento sobre esses *habeas corpus* ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux.

Então, eu não sei quanto o senhor está recebendo, mas nada valerá as consequências que terá para o senhor. Eu queria aqui... Eu quero insistir em tentar com o senhor ver se neste momento o senhor contribui com a verdade a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, vamos lá. Voltando para descobrir quem é o verdadeiro dono do FIB Bank.

Está aqui: a MB Guassu – essa, Sr. Relator e Sr. Presidente, dos dois sócios já mortos, que fez operações de crédito – a MB Guassu está no mesmo endereço do escritório Tolentino Sociedade de Advogados. Eu já me referi a isso. Eu reitero a pergunta: o senhor não sabia disso?



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Está no cartão do CNPJ da MB Guassu e da Pico, se não me engano.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim. Essa é a parte que nós sabemos. O senhor não sabia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, sabia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, veja, a MB Guassu tem endereço no mesmo endereço do escritório de advocacia do Sr. Tolentino. E o Sr. Tolentino não tem nenhum tipo de participação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O que decorre é que muitas vezes, quando se contrata um escritório de advocacia ou contabilidade, muitas vezes na emissão dos documentos junto à Receita Federal, há prática e uso de se colocar o endereço no cartão do CNPJ...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não é esse o caso.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Por que não, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Porque, pelas informações... Então, o senhor está dizendo que o escritório de advocacia que representa a MB Guassu, que integraliza o capital do FIB Bank, é o escritório do Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele assessorou, sim, no momento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ele assessorou e está no mesmo endereço?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. É um assessoramento direto, está no mesmo endereço.

Mas vamos prosseguir. Eu reitero a recomendação a V. Sa.: seria bom nós chegarmos até a verdade.

Qual a relação então com o Sr. Marcos Tolentino, do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, ele é s... Ele é... Ele tem a procuração...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quase o senhor fala "sócio". Vamos lá. Vamos lá.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele tem a procuração do sócio Sr. Ricardo Benetti, o qual é um dos acionistas do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um dos acionistas. Então, veja, o Sr. Ricardo Benetti...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pico do Juazeiro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pico do Juazeiro, o qual é acionista do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Que é um dos acionistas. Então, ele tem procuração para representar o Sr. Ricardo Benetti?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A qual está sendo disponibilizada à Comissão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/ MDB - MS) – Que é da Pico?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pico do Juazeiro.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, pelo contrato social, quem dá os poderes é o presidente.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpa. Não entendi a pergunta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pelo contrato social, quem dá os poderes é o presidente para representar.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Poderes para quê?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para representar!

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Desculpa. (*Pausa.*)

A procuração dada ao Dr. Marcos Tolentino é para representar o sócio Ricardo Benetti, e não o FIB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá, procurações diferentes.

Mas eu só queria, Sr. Presidente, esclarecer quem é o Sr. Ricardo Benetti. E eu queria perguntar ao senhor antes de continuarmos a perguntar sobre o Sr. Marcos Tolentino: a relação... O senhor não conheceu o Sr. Francisco Maximiano, dono da Precisa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não conheceu e nem conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas qual a relação sua com o Sr. Ricardo Benetti?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele é meu patrão. Eu respondo... respondo a ele.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeitamente, o senhor responde a ele, mas o senhor, então, não tem conhecimento de que era o Sr. Ricardo Benetti que pagava o aluguel do Sr. Francisco Maximiano de um apartamento em Campo Belo, em São Paulo? Não era do conhecimento seu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas ele sendo seu patrão e lhe pagando, o senhor sendo o responsável pela empresa que ele comanda, o senhor não tinha conhecimento desses negócios dele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor. Eu não tenho ascensão sobre qualquer negócio do acionista.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece o Sr. Wagner Potenza?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor o conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor não sabia que, nesse apartamento, os dois autorizados a entrar eram o Sr. Marcos Tolentino e o Sr. Wagner Potenza?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor não sabia de nada. Então, o senhor não sabia de nada dessa relação do Sr. Francisco Maximiano, da autorização para o Sr. Marcos Tolentino entrar?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Embora o Sr. Ricardo Benetti seja o seu patrão?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Repito, assim: a relação com o Sr. Tolentino, então, é que ele só tem a procuração do Sr. Ricardo Benetti?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E por que a movimentação financeira do FIB Bank para o Sr. Ricardo Tolentino é tão intensa que foi transferido do FIB Bank para o Sr. Ricardo Tolentino mais de um R\$1 milhão entre suas empresas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É Ricardo Tolentino ou Ricardo Benetti? Desculpe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Marcos Tolentino.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Para a conta direta dele?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É uma operação que eu imagino que o senhor domine, não é? Porque é uma operação financeira sua.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, o senhor está fazendo uma pergunta, e eu gostaria de entender mais para melhor resposta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, por que o FIB Bank transferiu mais de R\$1 milhão para as empresas do Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como eu falei, todo e qualquer contrato que decorrer dessa transação vai ser apresentado para o senhor, como eu havia prometido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, a resposta está indevida à pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor. Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reiterando a pergunta: por que o FIB Bank transferiu mais de R\$1 milhão...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Randolfe faz uma pergunta que não o compromete. O senhor tem que responder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, repetindo a pergunta... Deixe-me ser mais claro com a pergunta, porque talvez o senhor não a tenha entendido. Deixe-me ser bem claro e bem didático.

Aqui está a movimentação bancária do FIB Bank. O senhor conhece a movimentação bancária do seu banco, não conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Com toda a certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor sabe que foi transferido mais de R\$1 milhão para as empresas do Sr. Marcos Tolentino?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Que é sócio do Ricardo Barros.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Toda e qualquer transação financeira comercial é lastreada em contratos, que vêm a justificar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa parte nós sabemos, Sr. Roberto. Essa parte nós sabemos. Nós queremos saber o porquê, o



porquê dessa transferência se o Sr. Marcos Tolentino não é o dono da empresa, do FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É justamente isso. Cada contrato vai demonstrar aos senhores do que se tratou a transferência, deixando à luz...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas quantas transferências tem, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ah, são várias: uma, duas, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Qual é o valor total?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O valor é de mais de R\$1 milhão. Mais de R\$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso é uma média? Em que ano isso, Senador?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – São de 2020, 2020... A ampla maioria, a ampla maioria é de 2020 – é de 2020. Tudo de 2020, tudo de 2020.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Pois é, se o seu faturamento, o senhor disse aqui há pouco, foi, em 2020, R\$1 milhão... O senhor disse... Qual foi o faturamento do senhor em 2020? O senhor me respondeu quanto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Próximo a R\$1 milhão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Próximo a R\$1 milhão, Senador Randolfe. Ele disse que o faturamento da empresa foi próximo de R\$1 milhão. Como é que ele transfere R\$1 milhão...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mais de R\$1 milhão!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mais de R\$1 milhão. E como é que é essa mágica?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um milhão e novecentos, para ser exato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um milhão?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E 900, quase 2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dois milhões de reais. Isso é mais de R\$100 mil por mês. Se o senhor tem um faturamento de 1 milhão no ano de 2020 e consegue transferir para o Tolentino, que o senhor nem conhece, tem alguma transferência maior para outra pessoa que não seja para esse Tolentino?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem para as empresas do Sr. Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu só quero saber se tem alguma outra empresa para que eles repassam dinheiro maior do que para o Tolentino.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tem a Itapemirim. Itapemirim Resinas.



25/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Resina? O senhor conhece a Itapemirim Resina?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O que é isso aí?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É uma empresa cliente e parceira do FIB.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Mas voltemos ao Sr. Marcos Tolentino. Qual é a relação da Space Air?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Mais uma vez, temos que olhar contrato a contrato, transferência a transferência, para que possa explicar ao senhor de maneira clara e objetiva.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, me perdoa, o senhor não sabe o contrato que a sua instituição assina? O senhor não conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senador, com todo o respeito. Sei que todos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor pode até faltar um pouquinho com o respeito, desde que contribua com a verdade.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sei de todos os contratos e, para que não decorra nenhum erro, eu faço questão de apresentar contrato a contrato que venha a vincular cada transferência dessa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está. O que é Space Air?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... palavras, mais uma vez, Senador, se perdem e podem acarretar erro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tudo bem. Me diga então somente uma pergunta objetiva: o que é Space Air, o que ela é?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não sei dizer, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Como o senhor não sabe dizer se é uma empresa para a qual o senhor transferiu R\$1,311 milhão? Um milhão e novecentos reais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Em 2020?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não pode, Senador Randolfe!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu também acho que não pode. Não precisa dizer para mim que não pode.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas essa que foi a tônica do lamentável depoimento que nós estamos verificando aqui e o Brasil está acompanhando. Some-se a isso, Presidente e Senador Randolfe, some-se a isso o fato, que ele já reconheceu aqui, de que o Marcos Tolentino tem uma procuração do FIB Bank.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ver que foi ele mesmo que transferiu dinheiro para ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem uma procuração do FIB Bank que ele vai mandar, porque ele não conhece, não tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não entendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então são coisas, Senador Jorginho Mello, são coisas gravíssimas.



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estava precisando tanto do Senador Izalci. Ele é contador, então ele tem que me explicar como é que uma empresa fatura 1 milhão e transfere quase 4 num ano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para a mesma pessoa, pessoa física e jurídica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só uma informação. Para o Sr. Roberto, o FIB Bank transfere R\$4 mil; para o Sr. Marcos Tolentino, em 2020, quase R\$2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hã?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para o Sr. Roberto, o FIB Bank transfere algo em torno, chega a R\$4 mil; para o Sr. Marcos Tolentino, quase R\$2 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Deixa-me perguntar uma coisa, Sr. Roberto: o senhor tem outra empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu tenho uma barbearia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Barbearia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – O senhor é Presidente de uma instituição fiduciária, uma instituição que assegura um contrato de R\$1 bilhão, e o senhor tem uma barbearia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Na realidade, é um negócio à parte que minha esposa toca e outros sócios. É simplesmente um investimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Mas está no seu nome essa empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está no seu nome e de mais duas outras pessoas.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto? Tem alguma transferência do FIB Bank para a barbearia?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não. Não encontramos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor, além do FIB Bank, também é sócio da barbearia, o senhor já confirmou, da Trading Fair Import e da Ox Business Consultoria?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor é dono dessa outra empresa também?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Tem transferência para ela?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não encontramos transferências para essas empresas.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não existe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não existe. Uma dessas empresas tem capital social de 40 milhões. É isso mesmo?



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Qual empresa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Ox.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, a Ox é uma consultoria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No nosso registro, aqui consta isso.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Ox é uma consultoria muito pequena a qual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E a Trading Fair, qual é o capital social?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Trading Fair está baixada já. Foi uma intermediação de negócios que iria ser feita no passado; acabou não dando sequência. Por isso que ela está baixada, e nunca houve nenhuma movimentação nela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu vou sugerir ao senhor: mais adiante – eu repito –, vai ter um intervalo, converse com seus advogados. Essa relação com Marcos Tolentino tem que ser esclarecida, não tem nada de razoável.

Então, o senhor conhece um processo em que o FIB Bank deu garantia para a Azurita Fundo de Investimento em Participações?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, como havia explicado aqui na sessão, estava sendo formatado um fundo de investimento em que... É um fundo de investimento em participação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Sr. Roberto, deixa-me ser mais objetivo na pergunta: o senhor conhece algum processo em que o FIB Bank deu garantia para a Azurita Fundo de Investimento em Participações?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Azurita é justamente o fundo que estava sendo estruturado. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... não foi dada...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É o contrário, não é?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – ... garantia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É um processo relacionado a Pecus Gestora e Azurita, o senhor conhece esse processo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor conhece a Sra. Alessandra Carvalho?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, foi exposto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Qual é a relação...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Foi exposto aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

E qual é a relação com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, o FIB Bank... Os atuais acionistas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É outra Alexandra, é outra Alexandra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É outra Alessandra.



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Alessandra?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu falei da Alexandra Melo.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ah, desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Estamos falando da Alessandra Carvalho; não estamos falando da D. Alexandra...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ah, desculpa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... que foi laranja na constituição da MB.

Eu até o entendo, porque é um conjunto, com o perdão da expressão, de maracutaia, que a gente tem que se localizar. É a Sra. Alessandra Carvalho, o senhor conhece?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu conheço, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É assessora do Sr. Marcos Tolentino.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – E o que ela tem a ver com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Absolutamente nada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Bem, não é o que parece. Veja...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É, o senhor disse que não tem nenhuma relação com o FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas o senhor confirma que ela é secretária do Sr. Marcos Tolentino, é assessora do Sr. Marcos Tolentino.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, é assessora.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito, neste processo que envolve o FIB Bank como instituição garantidora, nesse processo entre a Pécus e a Azurita, a representante procurou a Sra. Alessandra Carvalho.

Sem retorno, os representantes da empresa compareceram ao escritório Bank associados, onde foram atendidos pela Sra. Alessandra Carvalho e informados que os funcionários foram orientados a não receber notificações endereçadas ao FIB Bank e ainda que o Sr. Marcos Tolentino estaria convalescendo de infecção pelo SARS-CoV-2.

Ela falou em nome do FIB Bank neste processo e falou, inclusive, que não podia falar em nome do senhor... Que o Sr. Marcos Tolentino não poderia atender a paciente, naquele momento, porque ele estava doente.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nobre Senador, na realidade eu não sei o que foi pedido à Sra. Alessandra. Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela representou o FIB Bank aqui. Nós tínhamos...

Por favor, por favor. Pautem...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho que entender melhor esses fatos, porque a Alessandra não pode responder ao FIB Bank como FIB Bank. É um ato...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Ela poderia ter a sua senha?



25/08/2021

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, como é que não pode, se ela é secretária e se o Tolentino tem uma procuração do FIB Bank? Quais são os poderes dessa procuração? É isso que o senhor não consegue responder.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esse diálogo aí é com o senhor. Nesse diálogo aí com o senhor, é perguntado se a assinatura nessa carta de fiança do FIB Bank, nesse processo, era sua, porque constava lá o seu nome, na assinatura. O senhor lembra isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim. Por sinal, esse senhor o qual troca essa mensagem ameaçou, enfim, vários problemas dentro da minha casa. Em específico à pergunta do senhor, a assinatura que consta na carta é uma assinatura do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Se é assinatura do FIB Bank, que não é sua... o senhor diz aí que não é sua.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Pessoa física, não. É do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não existe isso. O senhor responde pelo FIB Bank. O senhor está aqui em nome do FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor, são duas coisas distintas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Uma é a assinatura da pessoa física, e outra é a assinatura enquanto presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, o senhor não assinou isso? O senhor não assinou?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Vamos lá. O certificado digital fica dentro da empresa, controladas todas as emissões de carta através do próprio processo de *compliance* dentro da empresa. Sabia-se, sim, que a carta da Covaxin...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito. E a AssinaWeb, pertence a quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A AssinaWeb?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sim, a assinatura digital, pertence a qual empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ao FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A AssinaWeb é da Alessandra.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desculpa, a assinatura digital...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Na verdade a AssinaWeb é do grupo Integral Sistemas, que é o nome fantasia; razão social: Nova Integral Sistemas; e-mail: acarvalho@integral.com, Alessandra Carvalho.

Temos aqui os documentos,

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Possivelmente ela tem sido responsável... E, lembrando, o escritório...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, veja, o senhor já está dizendo novamente que a assinatura digital não é do FIB Bank?



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É do FIB Bank. É do FIB Bank, porque o FIB Bank, se o senhor olhar no texto aí da assinatura, se refere a FIB Bank. Agora, possivelmente, todo o processo...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é a titular da assinatura digital...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Todo o processo de aquisição do certificado digital pode ter sido assessorado pelo escritório do Dr. Marcos Tolentino, ao qual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O nome que consta aqui é o seu.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, e eu como Presidente tenho certificado, eu administro o certificado digital.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem usa a sua assinatura digital?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O *back-office*, sempre com a minha autorização ou do Diretor, o Sr. Formiga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, nesse contrato aí, a assinatura foi sua?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não brinca, não, Roberto. Não brinque, não. Não brinque, não, rapaz. Deixa-me dizer uma coisa para ti aqui: não brinque, não. Como é que a assinatura do FIB Bank é uma assinatura e a do Roberto é outra, se você é o Diretor-Presidente? Você está de brincadeira? A assinatura é sua ou não?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não se confunda a pessoa física com a jurídica.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas como assim? O senhor responde pela empresa!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas como é que é o negócio aqui? Quer dizer, existem duas pessoas no mundo. Quem assina... O senhor teve conhecimento dessa assinatura?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, teve.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tive conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, teve conhecimento. Está o.k. Agora, não brinque com esse negócio...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Quem assina é a pessoa física que representa a pessoa jurídica...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, há o meu certificado digital Roberto Pereira Ramos Júnior, pessoa física, igual eu faço declarações, e-CAC e tudo mais. Depois eu tenho certificado digital do FIB Bank, pelo qual eu sou responsável.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tá.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu quero deixar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nesse processo o senhor não assinou?



25/08/2021

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Esse processo foi assinado pelo nosso *back-office*, com o meu conhecimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Com o seu conhecimento. E só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu só quero saber de uma coisa aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quem é o seu *back-office*?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, espere aí, Jorginho. Só um minutinho.

Eu quero saber de uma coisa, Sr. Roberto...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Formiga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Com a assinatura que tem aí, caso o contrato tivesse algum problema, a pessoa que fosse prejudicada nesse contrato, ela recorreria a quem? Contra quem ela iria recorrer?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, mas o banco tem um responsável. O banco sozinho não faz as irregularidades. Tem alguém que faz e assina isso. O senhor é responsável por isso, não é a pessoa física. O Sr. Roberto Pereira Ramos é o responsável como Diretor-Presidente do banco – e não é banco: o pior é que coloca nome de banco e nem banco é, não é? Já começa *fake news* aí.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só para reiterar a pergunta para o nosso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Repare a que forças...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... depoente: quem é o *back-office* do FIB Bank?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho vários colaboradores lá, inclusive o Sr. Formiga, que é Diretor do FIB Bank.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Então, só me diga uma coisa: neste processo aqui é a assinatura digital?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Assinatura digital do FIB Bank, sob minha responsabilidade, a qual o Sr. Formiga fez.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi autorizado pelo senhor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Está bom. Acho que não foi isso que o senhor falou nesse processo. Só um minuto. *(Pausa.)*

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu tinha entendido que no caso da carta-fiança...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só um minutinho, Senadora Tebet.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está dizendo que não é sua.



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, apesar... Consta a assinatura do FIB Bank, e esse senhor, o qual...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Esqueça o "senhor" e me responda diretamente, por gentileza.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A assinatura é de minha responsabilidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está dizendo neste áudio... Não é a sua voz neste áudio?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O senhor está dizendo que a assinatura não é sua.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fora de contexto. Totalmente fora de contexto.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É do contexto desta conversa aqui.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – O senhor falou que esse cidadão aí, que eu não sei quem é, disse que tinha algum problema, que falou algumas coisas, usou algumas coisas...

Se o senhor não quiser responder, não precisa. Se for alguma coisa pessoal, o senhor não precisa responder.

O senhor teve algum problema com esse cidadão?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Familiar, sim. Tenho constantemente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não precisa, não. Por favor, Sr. Roberto, o senhor não precisa expor ninguém da sua família, neste momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O *print* do WhatsApp está com a assinatura do Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior. Essa assinatura é a sua do contrato?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Essa não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, conferida com o que o senhor falou ainda há pouco: que a assinatura não é sua. E está no nome do FIB Bank lá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Ele há pouco falou que era.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Essa assinatura, não, mas a assinatura do certificado possivelmente seja minha. Eu preciso analisar esse documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Possivelmente? Possivelmente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu não analisei esse documento, por isso é que eu estou falando "possivelmente".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor disse aqui, por mais de uma vez: "Não, essa assinatura não é minha, é do FIB Bank". E o senhor assina... A sua assinatura pessoa física é diferente da assinatura que o senhor usa no FIB Bank? O senhor tem duas assinaturas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu tenho uma assinatura gráfica...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Que é essa?



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Que não é essa.

Agora, essa assinatura digital, seria importante disponibilizar esse documento para que possamos todos verificar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas nesse...

No áudio que está aí, que aparece nas gravações, o senhor diz que a assinatura não é sua.

O senhor...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – De fato, não é.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Deixa-me lhe perguntar, vamos ao que interessa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, rapaz, eu vou dizer uma coisa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos ao que interessa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – É só perguntar de forma direta.

É ou não é a assinatura?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Essa assinatura digital poderia ter tido autoria do senhor...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que documento é esse?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... da Sra. Alessandra?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ele tem que ser claro, é "sim" ou "não".

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É... Vamos lá.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Para interpelar.) – Essa assinatura digital.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – A assinatura digital, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Poderia ser de autoria da Sra. Alessandra.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Da Alessandra, não; e, sim, um processo interno do FIB Bank para assinar ou não aquele outro documento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Então, quem são as pessoas?

A Sra. Alessandra seria uma dessas?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, eu e o Vice-Presidente, ou Diretor, como queiram, o Sr. Formiga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Desculpe, Sr. Presidente, eu não vou...

Vou encerrar por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sr. Roberto, a gente tem a paciência necessária, e eu estou perdendo a paciência, e olha que eu sou um homem paciente – pode parecer que não, mas sou.

Deixa-me lhe dizer uma coisa: o senhor junto com a Precisa e, com certeza, com servidores do Ministério da Saúde criam uma situação de avalista, é reconhecido pelo Ministério da Saúde, para comprar vacinas que iriam salvar vidas.



A sua consciência não dói não? Sabendo que o senhor participa de uma trama dessa? Em que vidas estavam se perdendo?

Naquele momento, nós tínhamos mais de 2 mil vidas por dia se perdendo, Sr. Roberto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – E o Governo não atendia a Pfizer nem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – E o governo não atendia as outras... E aí o senhor participa disso.

Sinceramente, eu estou aqui... Quem sou eu para chamar a atenção das pessoas, mas digo uma coisa: o senhor sabe muito bem que essa empresa, hoje, não será procurada mais por ninguém que está nos assistindo nesse momento. E, se tiver processos e o juiz estiver vendo isso, ele precisa imediatamente fazer uma auditoria dentro dessa empresa para saber quantas pessoas foram lesadas.

O senhor chega aqui e diz que "uma assinatura não é minha, a outra é minha". Eu estou vendo uma assinatura e eu não enxergo bem. Não é possível que o senhor não reconheça a sua assinatura.

O senhor pode ir lá perto, por favor. Vai lá pertinho, vai lá, por favor. Vai lá, levante e vá lá.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – A assinatura gráfica não é minha, só que, se o senhor olhar no lado direito, existe uma assinatura digital...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, é falsificada?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nessa...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Qual é? Qual lado direito, me diz aí?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O lado direito tem uma assinatura digital.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ô, meu amigo, bote mais... Bote maior, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Amplie, amplie.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Amplie, por favor.

Amplia bem, porque não é possível, se botar uma assinatura...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É na margem direita, acho que não dá... Está ilegível, não dá para ver.

Eu gostaria de ter acesso a esse documento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa assinatura é de quem, então?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Essa assinatura é possivelmente do Sr. Formiga. Possivelmente, não; é, de fato, do Sr. Formiga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. *Fora do microfone.*) – Sr. Roberto, o senhor tem acesso a esses documentos, o documento é seu, está assinado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está dando o nome de quem assinou.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Estou vendo só metade desse documento, peço desculpas...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu sei, mas esse documento é seu, é desse contrato que eu falei para o senhor, com substituição por garantia fidejussória.



25/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Aliás, esse cidadão falou para o senhor sobre esse contrato.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Qual contrato?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Este contrato... Este contrato...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não é contrato da Precisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Roberto, me permita, o senhor não...

Veja, eu acabei de perguntar para o senhor se o FIB Bank participou de algum... Se o senhor tem conhecimento de um contrato entre a Pecu Gestora e Azurita. Nesse contrato, o FIB Bank foi a instituição garantidora.

O senhor está sabendo disso, isso daí é documento do FIB Bank.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O.k.

Essa assinatura digital ao lado é minha e a gráfica não é minha.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para concluir, Sr. Presidente, veja, nessa troca de diálogos, que o Sr. Roberto insiste em negar, no final do diálogo, ele, inclusive, agradece o fato de ter sido advertido sobre assinatura e ter desmentido que a assinatura é dele. Veja lá.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Dr. Roberto, eu não vou mais esgotar a paciência dos colegas desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu havia perguntado anteriormente qual empresa detém o certificado digital vinculado ao CNPJ do FIB Bank, e ele disse que era ele que pessoalmente cuidava.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Hein?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O FIB Bank.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar ao próximo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não, Sr. Presidente, só para concluir

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar ao próximo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só para concluir, se V. Exa. me permite.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mais adiante, assim, o restante dos documentos, vamos inclusive...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Bora prosseguir!



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Roberto claramente tem conhecimento deste processo e de todas as informações que lhe dizem respeito.

Sr. Roberto, só para concluir, Sr. Presidente, veja, eu não vou mais esgotar o tempo. Eu quero reiterar o que disse aqui, para o senhor. O verdadeiro, nós já sabemos que o verdadeiro responsável pelo FIB Bank é este senhor desta foto, que o senhor perceberá daqui a pouco. Nós sabemos que esse senhor do centro... Pode ser o da direita também, que é o Sr. Ricardo Barros, mas, em princípio, pelos elementos que temos, esse senhor do centro aí, o Sr. Marcos Tolentino, por tudo o que está colocado aqui, é o verdadeiro sócio-proprietário do FIB Bank. Temos todos os elementos para isso, temos todas as informações para isso, e as suas contradições acabaram confirmando as certezas que nós temos.

Eu repito – daqui a pouco, o Presidente Omar vai suspender esta sessão: consulte a sua...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Luis Carlos Heinze.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Consulte a sua assessoria jurídica, consulte a douda defesa de V. Sa., porque a sua situação... O senhor está defendendo outros aqui, está claro pela transferência bancária, pela impropriedade das assinaturas, pela impropriedade desse processo, pelas procurações, pelos sócios que já morreram, por tudo isso, já sabemos que isso tudo é um rolo danado, como já disse até o próprio Presidente Jair Bolsonaro quando foi confrontado pelo Deputado Luis Miranda. Então, de tudo isso nós já temos conhecimento, só que somente o senhor está sendo responsabilizado por tudo isso. As informações que temos já dão conta do verdadeiro sócio majoritário do FIB Bank, que é o Sr. Marcos Tolentino.

O mais dramático disso, Presidente Omar, é que essa instituição, com esses rolos todos, foi a instituição que assegurou um contrato de R\$1 bilhão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Seiscentos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Um bilhão e seiscentos milhões de reais, que poderia ter tido um adiantamento de US\$45 milhões, se não fosse um servidor público chamado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, se não fosse a CPI também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... chamado Luis Ricardo Miranda e se não fosse esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Contrato esse, Senador Randolfe, que foi pedido pelo Presidente da República ao Primeiro-Ministro da Índia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente vai voltar. Eu vou ouvir o Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Relator, Sr. Presidente, só para concluir de fato, veja, está claro: este foi o contrato que foi firmado. É importante nós dizermos quem são os verdadeiros responsáveis. A Sra. Regina Célia, que depôs nesta CPI, não checkou e verificou todas essas impropriedades... Veja a Controladoria-Geral da União, que tanto advogam por ela, a CGU. O Sr. Wagner Rosário prestou um depoimento público dizendo que não via grandes impropriedades no contrato da Precisa. E é isso que nós estamos vendo aqui, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Ministro da Saúde também.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Ministro da Saúde avalizou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Avalizou.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Quero reiterar, Sr. Presidente: esta Comissão Parlamentar de Inquérito impediu um golpe de R\$1,6 bilhão!

Sr. Presidente, era esse FIB Bank, se as vacinas não fossem entregues – e tudo indica que as vacinas não seriam entregues –, que ia ter que compensar a União! E compensaria a União com um terreno fictício, que, como já disse a Senadora Simone, saiu voando de um lugar para outro. É um terreno fictício, que vale mais, segundo lá declarado...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Paga o IPTU ou não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – ... do que o Palácio de Buckingham! Vale mais do que o Palácio de Buckingham!

Então, Sr. Presidente...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Tem um que não existe, Sr. Presidente, e o outro pertence a terceiros, ou seja, não ia pagar coisa nenhuma!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Era essa a instituição garantidora!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O FIB Bank não tem lastro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar... Eu vou passar...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A pedido do Senador Jorginho... Ele fez uma mudança com o Senador Luis Carlos Heinze.

Eu irei passar a...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele me disse aqui. Ele pediu para trocar.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É só um minutinho. São cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom, eu não sei! Aí vocês se entendam!

Esse pessoal do Sul tem uma relação boa. Santa Catarina com o Rio Grande do Sul tem uma boa relação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado, Jorginho!

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – São cinco minutos!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.! O.k., tchê!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes de ouvi-lo, Senador Luis Carlos Heinze...

Por favor, Senadora Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, é rápido.



É que V. Exa. perguntou ao depoente se ele era dono ou sócio de uma barbearia, e ele disse que sim. Eu fui percorrer rapidamente aqui alguns processos. Parece-me que ele está sendo processado pelos sócios porque vem sacando dinheiro para fins pessoais. Eu gostaria de saber se realmente esse processo existe. Acho que isso é importante, para saber se esse recurso está parando no FIB Bank ou não.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A senhora pode repetir a pergunta?

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – V. Sa. está respondendo a um processo pelos sócios da barbearia de que V. Sa. é dono também, por estar sacando dinheiro? Há um processo contra V. Sa.? Está correndo um processo na Justiça?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Há um processo totalmente amparado e discutido em Justiça. Eu sou o majoritário; 75% da companhia é investidora disso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E a razão de V. Sa. constar como réu é por que, segundo alegado – é óbvio que ainda é um processo –, V. Sa. estaria sacando dinheiro para fins pessoais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é isso que consta no processo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – No processo até consta isso, mas...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, foi isso que perguntei! É o que está sendo alegado.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Isso sim. Desculpa!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso está justificado, Senadora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Seria interessante ver que valores são esses, Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele ganha R\$4 mil por mês...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e ver ser esses valores batem com os depósitos feitos no FIB Bank. Pode ser que esteja financiando o FIB Bank. É apenas uma dúvida que a CPI pode apurar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vi até agora... Vou passar já, já...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele ganha R\$4 mil!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, eu ouvi aqui o depoimento do Sr. Roberto, e a gente retorna à nossa infância, à nossa juventude. Na infância, eu tinha muitos amigos. E tinha um rapaz chamado Clóvis e outro chamado Raimundo na turma. Os dois, todo dia, tinham uma história diferente; um complementava o outro na mentira. Então, isso é conhecido lá na nossa turma.

Essa conversa que o senhor está tendo aqui, Sr. Roberto, é uma conversa de Clóvis para Raimundo. Entendeu? É uma conversa de mentiroso para mentiroso.

E a gente tem que aguentar tudo aqui e não pode fazer nada, Senador Renan!

É muita mentira, é muita omissão por parte do senhor! Infelizmente, eu tenho que lhe dizer isso, porque a gente está vendo que o Sr. Tolentino está envolvido até o último fio de cabelo. A gente vê uma foto aí: ele sorridente ao lado...



O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E não é... Veja bem, tirar foto não criminaliza ninguém. Vamos deixar claro. Todo mundo tira foto. A gente não pode saber com quem está tirando foto. Mas tenho certeza de que não foi o Presidente que levou o Tolentino ao Presidente. Não foi o Presidente! Foi o seu líder, o Ricardo Barros, que deve tê-lo levado para fazer uma média, dizendo: "Olha, este aqui é o Tolentino!".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que deve ter, Presidente, também pedido para o Presidente fazer uma mensagem ao Primeiro-Ministro da Índia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse Marcos Tolentino já está convocado, Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Já o convocamos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ele não queria vacina, não acreditava em vacina. Por que que ele fez isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele tem que vir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu acho que temos que convocá-lo e o Sr. Geraldo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa pra depois.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Acho que o Sr. Geraldo, lá da querida Alagoas, é emblemático aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Sr. Geraldo, coitado – só pra vocês terem uma ideia, quem está nos vendo –, não teve o direito de sacar o auxílio emergencial, de que ele estava precisando.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O FGTS dele.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, e porque ele estava desempregado, Senador Jorginho, porque usaram o nome dele pra criar uma empresa "fanta".

Senador Luis Carlos Heinze,

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Sr. Geraldo não teve direito de sacar o FGTS e D. Alexandra não teve o direito de sacar o Bolsa Família.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Presidente, vamos lá.

Ontem, Sr. Presidente, foi falado aqui nesta CPI a respeito do anúncio da agência americana FDA a respeito do uso de ivermectina. (Risos.)

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ah, meu Deus do céu!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ...no combate ao covid-19.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – De novo a ivermectina?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Se eu não puder falar... Eu respeito e ouço as palavras; às vezes até impropriedade, mas estou ouvindo.



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu querido amigo de Cacequi, V. Exa. tem o direito de falar por 15 minutos e...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na democracia vale isto: as pessoas podem falar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São quinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, o anúncio veiculado através da mídia Twitter, que está aqui, faz referência ao fato de as pessoas não serem animais de grande porte – cavalo e vaca – e, portanto, não deverem fazer o uso de ivermectina. Esse anúncio foi amplamente divulgado aqui no Brasil, principalmente pelos críticos, Senador Girão, dos medicamentos reposicionados para tratamento de covid-19. No entanto, cabe informar que a FDA vem, desde o segundo semestre de 2020, alertando os cidadãos norte-americanos sobre o perigo do uso de medicamentos da indústria veterinária para o uso humano. É isso que foi falado, somente isso.

Tal anúncio não indica nada a respeito da eficácia de ivermectina no combate à covid-19.

Isso que foi falado antes... Aqui está a realidade, Senador Girão, isso é o que vale.

Ainda sobre a ivermectina, mesmo que nesta CPI insistam em negar informações e discussões médicas sobre tal medicamento, cada vez mais surgem na literatura científica relatos de estudos e metanálises a respeito desta droga como alternativa para o tratamento em fase inicial de infecção pelo vírus. Trago aqui a recente publicação que conclui a metanálise – está aqui –, baseada em 18 ensaios clínicos randomizados de tratamento de ivermectina em covid-19, que encontram reduções estatisticamente significativas na mortalidade, tempo para recuperação clínica e tempo para a depuração viral.

Além disso, os resultados de vários ensaios de profilaxia controlados relatam a redução significativa de riscos reduzidos de contrair covid-19 com o uso regular de ivermectina. Finalmente, os diversos exemplos de campanhas de distribuição de ivermectina levaram a uma rápida diminuição da letalidade e mortalidade em populações que fazem uso do medicamento e indicam que a ivermectina é um agente oral, eficaz nas fases iniciais da infecção do covid-19. Esse é o artigo.

Nesse sentido, meu gabinete está monitorando países que estão fazendo uso de medicamentos reposicionados *off-label* para combater o covid-19. Estamos em contato com diversas embaixadas desses países, que citei ontem, repito: Índia, México, Senegal e Nigéria.

Ainda sobre esse assunto, há relato de que a Índia, Senador Girão, país que possui uma população de 1,4 bilhão de habitantes, viveu um verdadeiro drama frente à pandemia e já contabilizou 436 mil mortos.

País que investe em pesquisa, grande, reconhecido produtor de IFAs, a Índia vacinou cerca de 42% da sua população com a primeira dose, bem menos que o Brasil. Deverá atingir a sua totalidade no final deste ano. Entretanto, a letalidade da Índia – pasmem! – é 1,34, e, no Brasil, com mais vacinação, é 2,8 – mesmo com toda a campanha de vacinação.

O que a Índia está fazendo diferente nesse caso? Está utilizando protocolos médicos de atenção primária e utilizam medicamentos reposicionados, entre os quais a ivermectina.



25/08/2021

As recomendações não partiram de charlatões, como a mídia e esta CPI costumam chamar. Partiram de pesquisadores e médicos sérios e responsáveis, tais como o Dr. Dilip Pawar. Aqui está a foto do Dr. Dilip.

O Dr. Dilip é o Médico Chefe do Global Unike, farmacologista, clínico, cientista de pesquisa do câncer e especialista da covid em Mumbai, na Índia.

O Dr. Pawar detém o Guinness Book of World Records em associação com a Grace Cancer Foundation, por rastrear o maior número de casos de autodiagnosticados de câncer de mama.

Nos últimos 12 meses, ele tem trabalhado no combate à covid-19, ajudando no tratamento de pacientes por meio de esforços massivos de arrecadação de fundos, desenvolvendo protocolos de tratamentos e fazendo pesquisas sobre o uso da terapia de inalação a vapor para a prevenção do tratamento da covid-19.

Ele recebeu o Prêmio da Corona Warriors, da Indian Medical Association, e de várias outras organizações pela sua contribuição na luta contra a covid-19.

Esse médico é um dos responsáveis por diversos estudos com medicamentos reposicionados e contribui ativamente para a redução da letalidade da covid na Índia.

Finalizando, informo que, em contato com médicos chilenos, estamos sabedores que o referido país, apesar de ter adquirido – e aqui, colegas Parlamentares, fala-se muito na Pfizer – vacinas da Pfizer, comprou e pagou em dezembro do ano passado, e não recebeu, Senador Jorginho Mello. Não recebeu.

Na mesma época, a empresa fez várias questões, aqui... Oferta pelo Brasil.

Esse país acabou de recorrer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não entendi...

Desculpe a interrupção, Senador Heinze, mas só pra tirar uma dúvida: as informações de que a Pfizer não está cumprindo o contrato de entrega formal de vacina no Chile, é?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Paraguai, é? Por acaso...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No Chile. Chile.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É, por acaso, uma defesa indireta de que deveria ter comprado a Covaxin e a Precisa, e não a Pfizer?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não. O que eu quero, Senador...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O que eu quero é que Senadores que têm contato com a Pfizer perguntem à Pfizer, Senador Girão, se eles realmente receberam dinheiro e não entregaram a vacina. Sim, eles tiveram que comprar outra vacina.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi onde isso?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Foi no Chile.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi no Chile?



25/08/2021

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Chile. Pergunte. V. Exa. tenha contato e pergunte se eles compraram, se eles venderam, receberam e não entregaram, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – No Chile?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – No Chile.

Eu estou buscando as informações e vou passar a V. Exa., mas a informação que eu tenho é esta aqui: eles tiveram que comprar a vacina Sinovac, em sua grande maioria, dado o fato de que não receberam as doses da Pfizer, compradas em tempo hábil. Queriam vacinar no ano passado. Meu gabinete está em contato com as autoridades chilenas e trará informações em breve para eles.

E agora, para concluir, o Governo Bolsonaro, tão criticado aqui, já tinha distribuído ontem 223 milhões de doses de vacina, 182 milhões de doses aplicadas. É o quarto país do mundo em doses aplicadas. Proporcionalmente, nós estamos na frente dos Estados Unidos. O primeiro é a China; o segundo é a Índia; o terceiro, Estados Unidos; e o quarto é o Brasil. E o Brasil proporcionalmente está na frente dos Estados Unidos.

Meu Estado, Rio Grande do Sul, recebeu 12,784 milhões de doses para uma população vacinal de 8,9 milhões de gaúchos e gaúchas. Já tem quase 4 milhões para a segunda dose. Esse é o fato, essa é a realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Teve Covaxin, outras vacinas?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – A palavra é comigo agora. Pare! Pare! Sossega aí.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Luis Carlos Heinze, eu estou lendo uma matéria hoje: "Atrasado nas negociações, o Brasil ainda não fechou compra de vacinas para 2022". O senhor que é assim com os homens, avise-os lá para comprarem a vacina antes que chegue 2022 e a gente não tenha vacinas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente, posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Governo brasileiro do Presidente Bolsonaro, através do Ministro da Ciência e Tecnologia, já tem hoje três vacinas de cientistas brasileiros: da USP de Ribeirão Preto, da Universidade Federal de Minas Gerais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essas vacinas já estão em fase final agora na Anvisa, fazendo os últimos testes dessas vacinas. Esperamos que, em dois, três meses, estejam aprovadas. Aqueles laboratórios de que eu falei aqui, quatro de medicamentos veterinários e doze de medicamentos humanos, estão hoje preparados. Se o Governo quiser, aí tem que ser compra governamental – estamos esperando que as vacinas sejam aprovadas na Anvisa, a parte final que está fazendo –, essas três universidades já têm cientistas brasileiros que poderão produzir vacinas adaptadas ao caso brasileiro. Então, além das vacinas internacionais, além das vacinas que o Butantan está produzindo e entregando, além das vacinas da Fiocruz, nós também temos esses 16 laboratórios que podem fabricar a vacina. Então, essa preocupação é nossa também, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas eu estou só lhe pedindo porque o senhor tem mais relações lá do que nós.



O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não tem problema. Vamos trabalhar, sim, o assunto para 2022. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro, com a palavra, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Era apenas pra confirmar, Sr. Presidente, se o Senador Heinze já fez uso da sua oportunidade de fala na CPI, para ter confirmação de que isso aconteceu na vez do Jorginho. É isso mesmo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Pronto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Jorginho Mello, por último.

O Senador Jorginho vai ser muito breve e depois nós vamos passar 30 minutos e voltamos.

Está bom, Senador Eduardo Girão?

Senador Jorginho, por favor.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, como eu faço sempre, eu quero registrar o nome do advogado Hazenclever Cançado e do Dr. Donelli. Acertei? Quero fazer o registro. Eles estão fazendo o seu papel em nome da Ordem dos Advogados do Brasil. Quero fazer essa saudação. Os senhores pegaram uma empreitada braba aí.

Eu vou contar uma coisa para os senhores: os senhores pegaram uma bucha de canhão aí que eu não sei como é que os senhores vão sair disso. Os senhores se preparem porque os senhores vão ter muito serviço para fazer.

Eu quero perguntar... Não adianta perguntar, mas eu vou fazer, vou tentar fazer. O FIB Bank é cadastrado no Banco Central como instituição financeira, Sr. Roberto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhor, não é, dada a não necessidade.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E como é que o senhor oferece uma carta de fiança, se o senhor não pode fazer isso? Se o senhor não é um banco, não vai poder fazer fiança.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O FIB Bank, sim, pode emitir carta de fianças fidejussórias.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – É uma conversa tão ruim que o senhor está fazendo aqui conosco, sabe? Eu não quero ser, assim, mal-educado com o senhor e tal...

Nós estamos aqui diante de alguém que queria dar um golpe no Governo Federal, porque uma trama tão grande... É uma das maiores farsas que eu estou vendo na questão comercial. O senhor misturou tudo, barbearia, o senhor misturou imóveis que não... Esses valores não existem. A gente fica até meio com vontade de dispensar o senhor – sabe? –, porque é tanta besteira que o senhor está falando aqui que isso vai lhe custar caro, sabia? Essa picaretagem que os senhores tentaram fazer contra o Governo Federal... Ainda bem que o Governo não comprou, ainda bem que o Governo não comprou e não gastou um tostão nisso, mas os senhores vão ter que ser responsabilizados por isso. O Brasil mudou! O senhor não entendeu que as picaretagens ficaram mais difíceis no Brasil agora com o Governo do Presidente Bolsonaro? O senhor devia saber, o senhor devia saber! O senhor



fala numa empresa de que o senhor é Presidente... É uma pobreza de informação que o senhor está nos dando aqui que está nos cansando – está nos cansando.

Eu vou adverti-lo: o senhor converse bem com os seus advogados aí, porque o senhor vai ter problema – o senhor vai ter problema. Eu não sei se o senhor termina bem a CPI aqui, porque é uma vergonha o que o senhor está falando.

Eu tenho me pautado sempre com respeito às pessoas, faço um elogio aos advogados, que estão vendendo o seu trabalho aí, um trabalho difícil, nessa tentativa de mais um golpe.

É por isso – viu, Presidente Omar? – que nós precisamos investigar a fundo outros gastos que foram feitos nos Estados. Nós temos que dar um jeito nisso, porque não é possível que a gente continue se cansando aqui para ouvir um besteiro desse que nós estamos vendo.

Então, eu quero só lamentar. Eu não quero que o senhor responda nada, o senhor não tem o que responder. Quanto mais o senhor responde, mais o senhor se enrola. Eu não estou com pena do senhor, porque o senhor tentou dar golpe, e quem dá golpe é estelionatário, é picareta. Então, o senhor não tem que ter a piedade de nós aqui, mas o senhor fique... Quanto mais quieto o senhor ficar, é melhor. Com todo respeito à sua família, às pessoas que gostam do senhor, mas o senhor está numa furada aqui, e isso vai custar muito caro na sua vida, entendeu?

Então, eu quero finalizar, dizer que eu lamento. Espero que a gente termine o mais rapidamente possível esse tipo de testemunhas e que a gente possa realmente cuidar das coisas que interessam para o Brasil.

O senhor não dá um bom exemplo. O senhor não é um bom brasileiro. Fazer essa trambicagem com o envolvimento de tantas e tantas pessoas! O senhor envergonha o Brasil, o contador, os advogados, enfim, estão numa tarefa muito difícil.

É isso que eu queria falar sobre isso. O senhor pode encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu seguirei a sua orientação, Senador Jorginho.

Infelizmente, Senador Jorginho, tudo que o senhor falou é verdade, inclusive em relação às pessoas do Governo que eram para fiscalizar. Essas pessoas, nenhuma delas foi exonerada, estão todas ainda no Governo. Era bom V. Exa. dar uma olhada. O Elcio Franco continua lá no Palácio do Planalto. Aquela servidora...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A Regina Célia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... que era responsável por ver esse contrato e tinha essa responsabilidade, e outros servidores. Aqui nós não estamos acusando ninguém, mas essas pessoas responsáveis que o Presidente nomeou ou pediu para nomear continuam no lugar em que elas estavam na época em que foi feita toda essa transação, que nos entristece e nos deixa até envergonhados por estar vendo isso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Presidente Omar, eu acho que V. Exa., como Presidente da Comissão – eu não sou menino de recado e não vou dar recado para ninguém...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, longe de mim.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., é o seguinte...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Se estão lá trabalhando, se não estão, não quero saber...



O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, o senhor não é menino de recado, de jeito nenhum. Longe de mim...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sei que o senhor defende aqui posições e até acho que quando V. Exa. coloca bem e defende o Presidente, respeito a sua posição. Então, acho que a contribuição do Presidente e de nós Senadores é que essas pessoas, não só sua, minha também, fazer um alerta: esse pessoal ainda continua no Governo. Esse pessoal que estava negociando a Covaxin com a Precisa, que fez esse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Domingueti...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, esse aí é outro. É importante saber que essas pessoas continuam, infelizmente.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ainda bem que o santo do Presidente é forte, senão a coisa tinha sido muito pior.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não sei. O senhor é que andou de moto com ele. Eu não sei, eu não sei disso não.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, o santo é forte, é forte.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor que estava lá de moto...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Esse cerco aí...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... em Santa Catarina, o seu cabelo esvoaçante...

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Essa tentativa de meter a mão no dinheiro público, eles não sabem que já terminou, eles estão por fora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, encerrado. A gente volta daqui a 30 minutos a sessão.

(Suspensa às 14 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Reiniciando, então, o depoimento do Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, o próximo inscrito é o Senador Eduardo Girão.

V. Exa. tem 15 minutos. O depoente está à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpellar.) – MUITÍSSIMO obrigado, Senador Randolfe Rodrigues, Presidente eventual desta Comissão.

Querida dar as boas-vindas para o Sr. Roberto e também para o Hazenclever, seu advogado, e o Donelli.

Depoimento complicado, muito difícil realmente, assim com dados que a gente precisa checar. Eu acho que fica cada vez mais evidente aqui, pela fala de alguns colegas, entre eles a Senadora Simone Tebet, que a gente não pode mais adiar, Sr. Presidente, a vinda do Ministro Wagner Rosário a esta CPI. É fundamental, porque ele pode esclarecer tanto casos como este que a gente está vendo hoje, aqui, desde manhã, como também o das 53 operações realizadas pela CGU em Estados e Municípios, para rastrear a corrupção. Então, é o útil ao agradável. Nós vamos finalmente – espero que não seja na última sessão –, mas nós vamos poder, aí pela primeira vez, olhar os dois requerimentos que deram



25/08/2021

abertura a esta CPI, porque, até agora, só um requerimento está tendo algum tipo de atividade.

Outra coisa que eu acho que é evidente é que nós vamos precisar, a partir desse depoimento aqui – como falou, acho que foi o colega Rogério Carvalho –, nós vamos precisar de medidas legislativas para regulamentar esse setor. É muito importante, Senador Relator, que a gente tome medidas a partir disso. Já tem várias ideias aí, porque o Banco Central vai precisar atuar exatamente nisso tudo; um caso emblemático. As autoridades financeiras do País...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – CVM, Susep, Banco Central...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso, as autoridades financeiras do País, porque é altamente questionável o que aconteceu aqui. Esse lastro é um lastro muito frágil para uma negociação tão grande. E fica aquela questão: o *compliance* do Governo, como é que o *compliance* do Governo deixa chegar numa situação dessa? Vou fazer pergunta nesse sentido também, porque tudo visa a um legado, um aprimoramento que a gente precisa compreender.

Sr. Roberto, a Precisa, sem dúvida nenhuma, tem algum histórico preocupante na execução de seus contratos, por meio da Global Saúde, contratos suspensos com a Petrobras, o próprio Ministério da Saúde, e envolvida na operação Falso Negativo, todos com desdobramentos judiciais. A pergunta que eu lhe faço é a seguinte: esses problemas foram considerados para a emissão dessa carta fiança para a Precisa? O senhor não acha que a empresa Precisa tem problemas judiciais relevantes que sinalizariam risco na emissão de uma carta fiança de um contrato de R\$1,6 bilhão?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Nessa específica operação, que garantíamos o transporte, era totalmente mitigado qualquer risco.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual a ligação da sua empresa, a empresa da qual o senhor é o Presidente Executivo, FIB Bank, com a Bharat Biotech? Tem alguma ligação com essa parceira indiana da Precisa nas negociações da vacina Covaxin?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Nenhuma?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – E com a Madison Biotech, que é subsidiária da Bharat Biotech, de alguma forma o FIB Bank atua fora do País?

Eu lhe pergunto, emendando: a carta de fiança apresentada para avaliar o contrato no valor de R\$1,6 bilhão tinha alcance internacional ou só nacional? Como é que funciona isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A carta fiança garantia R\$80 milhões e só referente ao transporte, que representava 5% do contrato total.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, tinha alcance internacional?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Só o transporte interno da vacina?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.



O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas essa vacina vinha de fora. Como é que se posicionaria isso? O transporte internacional não teria cobertura?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O beneficiário é o Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor participou de alguma reunião no Ministério da Saúde para tratar da aquisição da vacina Covaxin? Quando e com quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor e o FIB Bank têm alguma ligação, por menor que seja, com o Palácio do Planalto ou membros do Governo Federal?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor sabe dizer se o contrato celebrado entre a Precisa e o Ministério da Saúde apresentava cláusulas de sigilo e confidencialidade? O senhor poderia esclarecer esses pontos de negociação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Roberto, o senhor ocupa o cargo de Diretor-Presidente do FIB Bank, desde 2017. Foi o que o senhor falou aqui no início, e eu anotei. Como foi a evolução da empresa desde então? Só para eu entender o histórico de operações. Quais as primeiras operações realizadas sob o seu comando? Quando começaram essas operações de garantia para empresas envolvidas em contratos de entes públicos, seja na esfera federal, estadual ou municipal? Ou a sua participação é apenas neste Governo atual?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor. Na realidade, a evolução dada a minha entrada como gestor do FIB Bank a princípio era para fornecer garantias para alugueis, bem como garantir execuções fiscais para dação em pagamento de tributos inscritos na dívida ativa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá, mas participou antes de algum outro Governo ou foi apenas neste Governo que começou tratativas com contratos de empresas que supostamente fornecem para o Governo Federal?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Federal, não. Tivemos alguns pontuais em âmbito estadual.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor pode declinar os nomes dos Estados, quais foram os contratos, por favor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dentro da circular informativa que nós mandamos aos senhores, tem o Estado de São Paulo, o Estado de Minas, do Espírito Santo... Lá vai constar... Lá consta dessas informações. Se o senhor quiser, eu posso replicar isso ao senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – De alguma forma o senhor foi procurado ou teve algum tipo de negociação ou tratativa com o Consórcio Nordeste?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pois é, Senador Marcos Rogério, interessante que uma operação dessa, uma



empresa foi procurada para fazer uma empresa com características que precisam ser investigadas... E eu acho que hoje é um dia muito importante para aprofundamento das investigações.

Agora, o Consórcio Nordeste, que comprou aí quase R\$50 milhões de respiradores, que foram pagos antecipados, sem nota fiscal no primeiro momento, não teve absolutamente o cuidado de ter nenhum tipo de fiança nessa transação. Esse é o Consórcio Nordeste, que a gente quer investigar desde o começo aqui, que a gente apela, e está na boca do povo – as pessoas querem saber.

E o interessante, Senador Marcos Rogério, um dado sobre esse consórcio, é que o salário colocado aqui espontaneamente pelo Sr. Roberto, o salário dele para ser presidente desse banco é de R\$4 mil. Não é isso, Sr. Roberto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual foi o valor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu vou apresentar aos senhores toda a relação dos meus recebimentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o fixo é R\$4 mil?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Qual é o valor? O senhor não pode colocar o valor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Assim como havia pleiteado à Comissão, eu vou apresentar esses valores, em próprio punho, no final da sessão, durante o dia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas de onde surgiu o valor de R\$4 mil que no início da sessão o senhor confirmou?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Eu não confirmei.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Transferência bancária, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Transferência bancária, do sigilo quebrado. É isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Exatamente, das informações de dados bancários.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Das informações.

Então, tem esse dado de R\$4 mil mensais. Sabe quanto é do Consórcio Nordeste, Senador Marcos Rogério, o salário do Sr. Gabas? São R\$19,5 mil – está lá no Portal Transparência do próprio Consórcio Nordeste. E tem mais, tem mais. O analista técnico: R\$17,5 mil, pagos pelo povo nordestino não sei para fazer o quê – vamos pedir mais informações –; R\$17,5 mil para outro analista de programa; R\$17,5 mil para um diretor administrativo; gerente administrativo, R\$15,5 mil; e analista técnico, R\$15,5 mil. Só para vocês terem uma ideia, para manter essa folha aqui, que é uma parte dos gastos – uma parte apenas –, o Consórcio Nordeste recebe R\$10 milhões por ano. Só o Estado da Bahia paga quase R\$2 milhões para manter essa estrutura. O Estado do Ceará, o meu, o de Sergipe, do senador Rogério Carvalho e do Senador Alessandro Vieira, o de Pernambuco, do Senador Humberto Costa: R\$792 mil pagos por ano. Para você ter uma ideia, além desses custos de salário que eu coloquei aqui, você tem diárias, mais diárias, no valor de R\$120 mil. Outros serviços, de terceiros, pessoa jurídica, sabe quanto? R\$1,388 milhão.



Serviços de comunicação social – olha o valor aqui de comunicação social: R\$1,3 milhão. Transferências a instituições privadas: R\$2,557 milhões. Senador Marcos Rogério, é esse o custo do Consórcio Nordeste.

Para quem está aqui em Brasília, quem quiser visitar para conhecer, tem uma sala aqui em Brasília. O Consórcio Nordeste tem uma representação aqui em Brasília, que custa – ainda bem que a maioria das pessoas está sentada aqui – R\$2,283 milhões, Senador Marcos Rogério, de aluguel aqui em Brasília durante o contrato de 60 meses, ou seja, é algo estarrecedor o custo de R\$1,4 milhão por ano para se manter esse Consórcio Nordeste, que levou um calote da indústria da maconha de quase R\$50 mil... R\$50 milhões, pagos pelo povo nordestino – aliás, pelo povo brasileiro, porque tem verbas federais envolvidas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas para muitos aqui isso não é escândalo, não é? Está tudo normal.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não! É.

É isso que, infelizmente, a gente precisa rastrear.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas está tudo normal o quê? A questão do FIB Bank?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, absolutamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só para eu me atualizar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Estamos fazendo aqui as perguntas e acho que tem que investigar, sim, mas a investigação não pode ser seletiva; tem que investigar FIB Bank, tem que investigar Governo Federal, mas tem que investigar Estados e Municípios, o que essa CPI ignora de forma solene.

E o Consórcio Nordeste, para mim, é algo que incomoda muito, Senador Renan Calheiros, porque onde eu ando neste País, de norte a sul, as pessoas têm me cobrado um posicionamento com relação a isso.

Essa verdade vai ter que aparecer. Nada que está oculto vai ficar oculto, vai aparecer mais cedo ou mais tarde, porque é legítimo. Se não for nesta CPI, se esta CPI não tiver autoridade moral para trazer quem tem que vir para cá para dar depoimento, nós vamos buscar outros caminhos, mas essa verdade tem que aparecer, porque vidas – a gente fala tanto de vidas –, vidas foram ceifadas de um povo nosso, conterrâneos nossos, por causa de escândalos como esse do Consórcio Nordeste. E estão aqui os dados que a gente conseguiu apurar.

Então, muito obrigado, Senador. Dentro do meu tempo, rigorosamente, eu termino.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Nenhuma pergunta mais?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, já perguntei aqui tudo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Perfeito.

Antes de passar para o Senador Marcos Rogério, que é o próximo inscrito... É que foi dito nesta Comissão Parlamentar de Inquérito – nós não temos procuração de nenhuma farmacêutica, mas esta Comissão Parlamentar de Inquérito também não pode reproduzir



fake news – foi dito que a farmacêutica Pfizer não teria feito a entrega de vacinas ao Governo do Chile.

Acabamos de receber a informação de que, na verdade, foi informação errada prestada por um ministro do Governo chileno. A informação correta saiu, inclusive, na imprensa chilena, dizendo o seguinte: "A afirmação é falsa: até o momento, segundo dados do Ministério da Saúde do Chile, chegaram a este país mais de 2,8 milhões de doses da vacina da Pfizer, das quais já aplicaram mais de 2,3 milhões. Até 31 de dezembro de 2020, o país transandino" – aqui está em espanhol – "havia recebido 21,7 vacinas da Pfizer, porém, nos meses seguintes à entrega dessa vacina se acelerou". Está no Chequeado, que é um *site* que faz checagem de *fake news* no Chile.

Então, só para reproduzir a informação correta aqui, que nos chega também das autoridades chilenas.

Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu indago ao depoente, Sr. Roberto Pereira Ramos Júnior, em quais outros contratos da administração pública ou privada o senhor apresentou a carta fiança fidejussória?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Serão apresentados todos eles para os senhores, conforme havia pedido.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a primeira vez que sua empresa oferece garantia em contratos ligados ao Governo Federal?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Federal, talvez sim; estadual, já emitimos algumas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Sa. informou, agora há pouco, que essa mesma garantia hoje discutida aqui foi apresentada em contrato firmado com o Governo de Minas Gerais. Quando foi apresentada essa garantia?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Mais uma vez, Senador, com todo o respeito, nós vamos salientar, item a item, quais garantias emitimos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, não, não. Eu estou perguntando em que momento foi, em que ano foi.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não lembro, Senador.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O senhor não lembra?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há quanto tempo o senhor está à frente da empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Desde 2017.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dois mil...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Dois mil e dezessete.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dois mil e dezessete.

Bom, essa garantia foi antes ou depois da sua chegada à empresa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Depois da minha chegada à empresa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E. V. Sa. não lembra o ano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.



O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nem o ano?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quem foi o advogado que auxiliou na integralização do capital social da FIB Bank, por meio dos dois imóveis?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Valarelli.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Como?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Valarelli.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vara...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Valarelli.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Valarelli.

O.k.

Bom, o seu depoimento, Sr. Roberto, é algo absolutamente surreal, e a história da sua empresa é algo que remete ao realismo mágico, sem qualquer lastro de verossimilhança, de algo minimamente factível.

Veja, o senhor é Presidente de uma companhia com capital social de R\$7,5 bilhões, decorrente da integralização de dois imóveis. Vamos dar uma dimensão a isso: a Raízen, *joint venture* entre a Shell e a Cosan, precificou sua oferta inicial de ações a R\$7,40 por papel no início de agosto, movimentando um total de R\$6,9 bilhões no maior IPO do ano no Brasil. Para deixar claro, o capital social da FIB Bank é superior ao IPO da Raízen, que atua na produção e comércio de açúcar e etanol, além da cogeração de energia por meio do bagaço de cana-de-açúcar em suas 26 usinas localizadas na região centro-sul do Brasil.

Difícil, não é?

Mas o que é uma narrativa? A Oposição aponta aqui: "O maior escândalo! Grande descoberta! A mais notória corrupção nesse submundo da aquisição de vacinas, usando atravessadores!". Que corrupção? Sem um centavo pago? Sem um centavo de prejuízos?

Veja: o que V. Sa. disse aqui, o que a sua empresa fez deve ser investigado pela Polícia Federal. Não estou em defesa da empresa de V. Sa., não, porque é indefensável! É indefensável!

O contrato de fornecimento da vacina Covaxin não foi finalizado, ou seja, não houve entrega nem pagamento; zero de prejuízo. Acredito que todos aqui saibam, estão cansados de saber que as vacinas da Covaxin previam o pagamento posterior à entrega – posterior à entrega! Vou repetir: o contrato previa, Senador Girão, o pagamento depois da entrega. Portanto, a garantia aqui não era quanto ao efetivo recebimento da vacina, porque, uma vez mais, esta só seria paga na medida em que fossem recebidas as doses.

E aqui fizeram um Carnaval na CPI por causa de um *invoice* que a empresa identificou, no primeiro momento, como equivocado, como errado, e se dispôs a corrigir. "Não! Colocaram lá pagamento antecipado!". Nunca houve qualquer tratativa no sentido de forçar o pagamento antecipado. O contrato previa algo diferente.

A garantia, portanto, aqui tem relação com a fiel execução do contrato, isto é, caso a empresa incorresse em atraso, seria uma forma de garantir a indenização para a União, pela aplicação de sanções ou multas, por violação do contrato não cumprido. "Atrasos injustificados" é o que está no termo de referência. É o que está previsto. Mas não teria outro prejuízo ao Ministério da Saúde, posto que o contrato, repito, previa o pagamento posterior à entrega. Mas as narrativas que ouvimos aqui, durante toda a manhã de hoje, quiseram mostrar aos brasileiros algo diferente. Narrativas!

Agora, para que os brasileiros saibam o que aconteceu nos porões, como alertou inicialmente o Relator, vamos aos fatos!



Aqui, neste contrato, zero de prejuízo para o Governo Federal, e não haveria possibilidade de ter em relação à questão da vacina em si, exceto quanto às multas – exceto quanto às multas! – porque a garantia seria utilizada para essa finalidade. Mas, quanto à vacina, só haveria pagamento mediante a entrega.

Acusam o Ministério da Saúde de algo que não aconteceu, mas, em relação ao que aconteceu e que gerou prejuízo, milhões de reais em prejuízo, prejuízo milionário da roubalheira envolvendo o Consórcio Nordeste, aí, Senador Girão, está tudo certo! Vai vendo. Está tudo certo! Aqui não tem prejuízo, e é a maior roubalheira; no Consórcio Nordeste... Quando o Consórcio Nordeste foi comprar respiradores, fizeram contato com uma empresária que não sabia a diferença entre respirador e inalador de maconha, inalador canábico – porque a empresa, na verdade, Senador Girão, é especializada em maconha, produtos à base de maconha –, mas, ainda assim, compraram, pagaram antecipado, sem nota fiscal e nunca receberam os equipamentos.

Ah, e ninguém pode acionar a garantia, sabe por quê? Porque não existia. Não existia previsão de garantia no contrato. E, para muitos, está tudo certo, ninguém fala nada. Não querem convocar o Sr. Carlos Gabas, não querem convocar o Sr. Bruno Dauster. Parabéns, Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte! Dia 6 está convocado o Sr. Carlos Gabas. Aqui na CPI do Senado, zero possibilidade.

Veja: lá, prejuízos milionários; aqui, nenhum. Então, eu queria...

Aliás, apenas para contextualizar: no caso do Ministério da Saúde, a Lei 14.124, de 2021, sequer exigia essa garantia, uma excepcionalidade em razão das circunstâncias pandêmicas. Ainda assim, entendo que tudo deve ser apurado em relação a eventual negligência, imprudência, imperícia ou associação criminosa. Eu não defendo quem quer que seja! Não tenho compromisso em defender ninguém, apenas a verdade, mas não protejo bandido de estimação. Eu quero a investigação!

E digo aqui: não esperem nem terminar o relatório, Presidente e Relator. Encaminhem pra Polícia Federal, para que apure. E aqui não é nem apenas em relação a esse contrato, porque, talvez, aqui se safem, porque tanto a lei que nós aprovamos quanto o termo de referência... Infelizmente não acho que vá muito longe, mas as descobertas feitas aqui revelam fatos que vão além da questão da pandemia, que vão além da questão desse contrato em si. Têm que ser acionados aqui: órgãos reguladores, Banco Central, Cade e quem quer que seja, para apurar o conjunto das informações que foram levantadas aqui.

Então, eu repito: eu quero que tudo seja apurado. Eu quero que tudo seja apurado.

O Relator falou aqui, no começo: no Governo Federal, tudo feito com ausência de cuidado. Nesse caso, felizmente não houve prejuízo. E nem poderia haver, do ponto de vista da aquisição da vacina, porque o pagamento seria posterior. Mas alguém aqui poderia dizer o mesmo em relação ao Consórcio Nordeste, em relação aos Estados, em relação aos Municípios? Poderia? Em relação ao que aconteceu no Amazonas, no Estado do Pará, um escândalo bilionário apurado pela Polícia Federal? Alguém aqui ousaria dizer que, nesse caso, agiram com cuidado, com diligência? Santa Catarina, Rio de Janeiro, Mato Grosso, capital Cuiabá – mais recente –: operação da Polícia Federal. Será que alguém poderia dizer "não, não, nesses aí houve cuidado"?

Veja: ou por circunstâncias da nossa agência de vigilância, ou em razão da diligência do controle interno da Ministério da Saúde, ou por outras circunstâncias, não avançaram propostas que representassem prejuízos ao Ministério da Saúde. Não avançaram. O mesmo não se pode dizer em relação aos Estados e Municípios. Mas aqui ficam horas e horas em cima de uma situação que deveria estar com a Polícia Federal, e a gente



aprofundando as investigações em relação ao que aconteceu nos Estados, nos Municípios, para além do que já estamos fazendo em relação ao Ministério da Saúde.

Eu concluo a minha fala, Sr. Presidente, na expectativa de que a gente não faça ou não continue fazendo uma investigação parcial seletiva. Que a investigação busque todos os fatos, todas as provas, todas as evidências; estejam elas onde estiverem, mas é importante.

V. Exas. brincam aí com a frase "vai vendo, Brasil"? É isso mesmo: vai vendo, Brasil, o trato diferenciado. Numa situação em que não teve prejuízo, que não poderia ter, porque a vacina seria paga depois da entrega, e diante de situações em que tivemos prejuízos milionários, escolhem deliberadamente – escolha deliberada! – por poupar da investigação corruptos e corruptores espalhados Brasil afora e que deram prejuízo de milhões – de milhões! – aos brasileiros. Para além, Senador Girão, do prejuízo, a falta do equipamento, a falta de proteção. Se chegaram respiradores aos Estados do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, do Sul e do Sudeste, chegaram porque o Governo Federal, o Ministério da Saúde comprou, porque o consórcio...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Foi a Precisa que comprou?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... infelizmente, nada! Nada absolutamente! Nada absolutamente!

Mas eu vou repetir para que... Os brasileiros já estão acostumados e sabem das minhas posições.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, o tempo, por favor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sou a favor de toda investigação. Sou a favor de toda investigação, mas, como dizia Mão Santa: atentai bem, Brasil! Veja se realmente aqui todos querem investigar. É simples observar, é simples olhar, porque é tudo público. Eu votei a favor de todas as convocações em relação ao Governo Federal, pergunte aos demais se eles foram a favor de investigar o que aconteceu – e, aí sim, com provas, com evidências de corrupção – no Brasil real. Comigo não tem proteção de quem quer que seja, do Governo Federal aos Municípios, investigar a todos sem exceção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas aqui não teve corrupção, não?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Não teve corrupção aqui, não?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro Vieira, por 15 minutos.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Roberto Pereira Ramos, o senhor anunciou que é administrador de empresas, correto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Exerce a função de Presidente do FIB Bank, que é o *bank* que não é banco. É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto.



25/08/2021

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor sabe que é preciso ter registro no conselho para exercer essa função. O senhor tem o registro regular?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não. Não tenho aqui.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Então, o banco não é banco, e o senhor é o Presidente administrador que não tem o registro para poder ser administrador?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sou formado em Administração de Empresas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mas tem consciência de que é necessário ter o registro para exercer essa função numa S.A., correto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não há necessidade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Não é o que o conselho informa.

O senhor tem relações pessoais, de proximidade, enfim, de amizade, comerciais que sejam com pessoas que trabalham no Ministério da Saúde?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem esse tipo de relação pessoal, de amizade que facilite seu acesso com pessoas que trabalham no Palácio do Planalto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem esse tipo de relação pessoal que facilite algum tipo de acesso com Parlamentares federais e estaduais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor tem relações pessoais ou comerciais que garantam a facilidade de relacionamento com cartórios, tabelionatos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente Omar Aziz, Sr. Relator Renan Calheiros, o cineasta Zé Padilha, em um daqueles filmes dele ou série, criou uma expressão que é "o mecanismo". Mecanismo é como ele chama esse sistema de corrupção, lavagem de dinheiro, que é transversal e que existe no Brasil há muito tempo, acho que desde Cabral – não o Cabral do Rio, mas o outro Cabral português –, onde você tem um aparato que serve pra ocultar patrimônio, para lavar dinheiro e pra drenar recursos públicos.

Como funciona pra que uma empresa como a FIB Bank possa ter acesso ao Ministério da Saúde, sem ter alguém que abra as portas, sem ter alguém que faça o contato? Porque não é uma empresa que tenha credibilidade mínima aceitável.

O tal patrimônio de R\$7,5 bilhões corresponde a quatro terrenos – não dois, como o colega mencionava; quatro terrenos –: três no Paraná e um no Estado de São Paulo. Os três terrenos do Estado do Paraná, segundo o Ministério Público estadual, não existem, são apenas papéis em cartórios forjados pra dar lastro às garantias. O terreno em São Paulo não tem sequer registro no cartório imobiliário.

Perguntaram já nesta CPI se as garantias do FIB Bank que ou da FIB Bank – eu não sei o nome dessa empresa de prateleira – eram efetivas, e o senhor se comprometeu a trazer o dado informando da efetividade dos contratos. Eu antecipo um pouco pra facilitar



seu trabalho, o senhor parece muito ocupado. Só no Tribunal de Justiça de São Paulo são 28 processos de execução contra o FIB Bank, porque as garantias prestadas não serviram para nada: 28 processos num universo de cento e poucos, que o senhor relatou, de contratos – um quarto dos seus clientes tem que ir à Justiça atrás de conseguir executar a garantia, e ela não serve para nada.

O senhor consegue explicar de que forma o FIB ou a FIB Bank, essa empresa, foi contemplada com esses contratos? E não só com esse contrato que não foi até o final, mas com o contrato de garantia da contratação do Ministério da Saúde de preservativos femininos pela mesma empresa, Precisa, que teve garantias fornecidas pelo mesmo FIB Bank, com o mesmo *modus operandi* de contratação, criação de contrato, duplicação do valor do contrato...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é um dado que nós não tínhamos, não é? Eu não sabia disso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Mesma empresa, mesmo garantidor, mesma porta de entrada política, tudo igual.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Tudo junto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A diferença é que, no contrato da Covaxin, o escândalo impediu o final do negócio, que passava por uma fiscal de contrato que se sentou nessa cadeira, na sua versão da outra Comissão, não fiscalizava coisa nenhuma, disse na CPI que estava tudo o.k. e, depois de sair da CPI, aplicou uma multa 16 milhões no contrato por inexecutabilidade.

Então, vamos ouvir o senhor no sentido de me justificar, Sr. Roberto: qual foi o caminho percorrido para que a FIB ou o FIB tivessem acesso a esses contratos tão interessantes?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Em específico com a Precisa, decorreu um contrato, de fato, com os preservativos femininos e decorreu uma receita de R\$20 mil, conforme enviados os dados à Receita Federal.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O contrato é de R\$31 milhões. A garantia fornecida pelo FIB Bank ou pela FIB Bank... O senhor pode me dizer se é a FIB ou o FIB para facilitar?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tanto faz.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou facilitar. "*Don't tell fib*" é "Não me venha com lorota". *Fib* é lorota, mentira, em inglês, e o banco é uma lorota, é uma mentira, é uma mentira de banco. Essa é que é a tradução.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Contrato de R\$31 milhões, garantia de 785 aproximadamente, e a margem de lucro é de R\$20 mil apenas? O senhor quer garantir para o Brasil e para a Comissão que alguém mobiliza R\$7,5 bilhões para ter uma margem de lucro desse tamanho, numa empresa de garantias fajuta? Como é que o senhor chegou até a Precisa? Essa foi a pergunta.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nós temos um departamento comercial, que faz prospecção no mercado, e, através dessas prospecções, não só essa empresa como outras foram prospectadas, e emitidas as cartas, como o senhor pode constatar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Todas elas tinham ciência de que o Bank não é banco?



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A própria razão social deixa muito claro que são garantias fidejussórias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quando está na carta de fiança um termo que remete a um fundo, e se verifica que esse fundo não existe, o senhor tem como explicar por que isso é feito?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, eu já expliquei isso, mas, reitero, com todo respeito a V. Sa...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Claro.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Era um fundo que estava sendo estruturado, e nós precisamos parar a estruturação desse fundo, dada aí uma inoperância...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É válido fazer uma carta de fiança usando o título de um fundo que estava sendo estruturado? É possível fazer isso, senhor administrador formado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Retificado imediatamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Imediatamente?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Foi feito o dos preservativos antes sem isso, Sr. Roberto? Foi retificado quando fez o de preservativos... O Senador Alessandro falou – e eu não tinha conhecimento – dos preservativos. Como é que vocês fizeram para serem garantidores da compra de preservativos?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Mais uma vez, a nossa empresa tem relação direta com o cliente, e o cliente repassa o rascunho ou *draft*, como queiram, ao beneficiário para decorrer o aceite ou não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito. O senhor tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem garantias.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – É, exatamente.

A lei específica não permite a utilização desse tipo de garantia fidejussória. Mesmo se a empresa fosse legítima, mesmo se os terrenos existissem, não pode fazer isso, não pode contratar. Jamais passaria sem ter um apoio, um empurrão político.

E aí, dessa sua fala toda, dessa enrolação toda, fica muito claro que falta um personagem, que é o personagem que faz essa conexão. Então, eu lhe pergunto: no dia 28 de maio de 2020, de acordo com a revista *Piauí*, acontece uma reunião em São Paulo. Nessa reunião estão Marcos Tolentino; o Deputado Federal Ricardo Barros; o Sr. Wagner Potenza, ex-integrante do FIB Bank; o Sr. Francisco Maximiano, da Precisa; o Sr. Danilo Trento, também conectado à FIB Bank/Precisa; e o Sr. Eduardo Pazuello, recém-empossado Ministro da Saúde. O senhor participou desse jantar ou dessa reunião?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu desconheço.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – O senhor desconhece.

E o senhor não sabe imaginar como é que tudo isso funciona sem ter um personagem político que possa dar um empurrão, porque nada disso funciona sem a política, a má política. Não é a política de verdade não, é a politicagem.

É muito claro o que nós temos aqui: nós temos uma estrutura que faz toda uma maquiagem de recursos, que simula a existência de um patrimônio. O processo, os dois sócios do fundo MB falecidos, o processo desse tal imóvel nababesco de R\$7 bilhões todo



25/08/2021

lastreado em uma documentação com flagrantes características de problema aqui. O imóvel nunca teve registro, Senador Omar Aziz. Só vale R\$7 bilhões, segundo a avaliação de um engenheiro que, se eu não estiver enganado, já esteve preso por fraudes em avaliações. O senhor conhece essa informação?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A aferição de valor atribuída a esse terreno, salvo engano, partiu de um cidadão, engenheiro florestal, que já esteve preso justamente por informações falsas dessa natureza.

Então, é muito claro, Presidente Omar Aziz, que nós encontramos efetivamente um esquema de drenagem de recursos e lavagem de dinheiro que não é criação desse Governo, antecede esse Governo, mas funciona ativamente no Brasil há algum tempo. E, de certa forma, eu me somo à manifestação do Senador Marcos Rogério no sentido de que é importante cobrar das autoridades competentes do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do TCU uma apuração mais aprofundada, porque a CPI não tem alguns mecanismos. A gente não pode oferecer, por exemplo, ao Sr. Roberto Pereira, uma oportunidade de delação premiada, porque ele claramente é só um fantoche na mão de Marcos Tolentino. Não tem acesso, não tem alcance para fazer essa montagem toda. É só uma figura que está aí ocupando um espaço, arriscado a responder a mais um processo por conta do patrão. Essa é a realidade, essa é a realidade.

E, aqui, é difícil chegar ao Senado sem ter o mínimo de capacidade intelectual, é difícil. As pessoas que nos acompanham também estão vendo. É toda uma estrutura intrincada de lavagens que usa da proximidade política com qualquer Governo – e que também fez isso e está fazendo isso neste Governo – e que garante, nesse cruzamento de relações, acesso a picaretagens como esta: uma empresa de vacinas que não tem as vacinas, um contrato que prevê pagamento de uma forma, mas o documento para pagamento é de outra.

E não adianta ficar repetindo aqui, gritando, usando uma voz bonita, impostada, parecendo locutor, para dizer que não tem corrupção se não tiver pagamento. A corrupção se dá no pedido. Não há por que ficar repetindo a mentira como se ela fosse se tornar a verdade caso isso acontecesse. Não é possível. Não dá.

Então, é muito clara essa movimentação. E esse caso das vacinas foi um caso em que ela não chegou até o final, porque, no meio do caminho, se alertou para o mar de falsidades: documentos montados, assinaturas que não batiam, procurações que não existiam, a mesma situação da atuação do FIB Bank, o "banco da lorota", como está chamando o Senador Omar Aziz; a mesma coisa, a mesma coisa!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Tem *royalties*? A sugestão, então, é do Senador Rogério. Vai reconhecer a paternidade do "banco da lorota"? É do Senador Rogério! É muito claro. E nada disso existe sem participação de agentes políticos que possam impulsionar.

O senhor pode falar um pouco mais sobre o fundo Azurita, para que as pessoas compreendam aqui?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O fundo Azurita era um fundo que estava sendo estruturado. Infelizmente, a administradora que estava fazendo essa estruturação foi impedida das suas atividades momentaneamente. Então, é por bem...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Qual foi a causa desse impedimento?



O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Índigo DTVM.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – A CVM proibiu?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, momentaneamente. Então, nós resolvemos parar isso momentaneamente para que ela pudesse internamente se estruturar, para que a gente pudesse, que nós pudéssemos voltar à estruturação desse fundo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – É um fundo...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fundo de investimento em participação, era só um complemento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

É o senhor que atua como representante da empresa nesses 28 processos no tribunal de São Paulo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Existe um motivo para esse cruzamento de advogados que atendem a Marcos Tolentino, a Maximiano, a Danilo Trento, esse cruzamento de pessoas e de bancas de advocacia. Tem alguma justificativa razoável ou é apenas uma coincidência?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – É mais um prestador de serviço do FIB Bank.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Quem?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Os advogados da Benetti que muitas vezes a gente contrata.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Inclusive, o Sr. Marcos Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ele especificamente não, mas o escritório, sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Eu quero só registrar, para encerrar, Presidente Omar Aziz, que o esquema e a corrupção muitas vezes se dão de uma forma oculta ou na maioria das vezes se dão de forma oculta e dissimulada, mas, nesse caso aqui, a gente tem um componente diferente. A gente tem um cidadão que claramente precisa ser profundamente investigado, que tem envolvimento com coisa errada, desde a década de 80 pelo menos, e que teve a desfaçatez de chegar aqui acompanhado por um outro cidadão que precisa ser investigado. Esse primeiro a que eu me referi é o Deputado Ricardo Barros; o segundo, Marcos Tolentino – figuras que estão aí envolvidas em rolos, como diz o Presidente da República, desde a década de 80 pelo menos.

E, aí, a essa parte, Senador Omar Aziz, tem que se atribuir a culpa à Justiça. A Justiça é lenta demais, ela abre espaço para esses picaretas, porque essa turma tinha que estar na cadeia há muito tempo, porque, enquanto não forem para cadeia, eles vão estar aí: muda governo, chega governo, e eles encontram um jeito de encostar o mecanismo deles, que é um mecanismo, é um pacote pronto, onde você garante drenagem de recursos e repasse através dessa miríade de investimentos, empresas de fachada.

E, retornando ao que ele falou, no primeiro momento de fala dele, reconhecendo que essa empresa era nada mais do que uma empresa de prateleira, como se chama, reforçando essa explicação para quem acompanha: a empresa de prateleira é um mecanismo que você tem para enganar os clientes e dar a impressão de que é uma empresa sólida, que tem anos de funcionamento, para que você possa participar, por



exemplo, de uma licitação em que você não poderia entrar com uma empresa que foi fabricada ontem. Aí você vai num escritório de contabilidade e compra uma empresa feita no nome de um laranja, claramente para iludir Receita, polícia, Tribunal de Contas e Governo. É desse conjunto da obra de que o senhor inadvertidamente é Presidente. Parabéns!

Eu espero que o senhor tenha, com isso, pelo menos recursos para pagar uma boa banca de advogados, porque o senhor vai precisar dela.

Obrigado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

Só um minutinho.

O Senador Alessandro, que tem uma experiência investigativa há muito tempo, percebe e consegue dar um norte. Veja bem: aqui, sem proteger absolutamente ninguém, Srs. Senadores, mas isso não advém da coisa. Existiam servidores, dentro do Ministério da Saúde, que compactuaram com isso. E estão lá ainda. Estão lá. Não saíram.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Alguns estão no Palácio do Planalto. Alguns estão no Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

Veja bem, a CGU junto com o Ministro Queiroga demoraram. Desde quando a gente fez a primeira denúncia, nós falamos aqui. Eu falei aqui, disse o seguinte – aqui não, na outra sala: "Vocês vão suspender o contrato, mas, daqui a uns dias, eles vão romper o contrato". Correto? Eu falei isso aqui. Hoje eles estão suspendendo, mas vão romper, porque não se segura esse contrato. Veja bem, quando a Sra. Célia Regina veio aqui, que era a responsável por fiscalizar o contrato, ela teve a ousadia de dizer: "Não, eu saí de férias e deixei tudo pronto, só quando eu voltei é que eu assinei", um negócio que era tão importante.

E aí não vou dizer quem é da base, quem é oposição, quem não é. Todos nós não concordamos com isso, e aqui não dá para que a gente não tenha só... O papel do "lorota bank" é esse, é ludibriar. Mas o papel do Ministério da Saúde é não deixar ser ludibriado e não ludibriar o povo brasileiro, principalmente quanto estavam morrendo milhares de pessoas, 575 mil vidas perdidas. O papel do "lorota bank" é esse, é ludibriar. Mas o papel nosso, principalmente o papel do Tribunal de Contas da União, o papel da Controladoria-Geral da União e o papel do ordenador de despesas do Ministério da Saúde, era não permitir que o "lorota bank" entrasse no Ministério da Saúde, e eles permitiram que entrasse! Foi essa a diferença.

Em relação a Gabas, em relação a Nordeste, meu amigo, nós não estamos aqui para proteger ninguém, absolutamente ninguém, mas não dá para ser corporativo quando tem pessoas que se alvoroçam para dizer que está tudo certo, que está tudo certo, e não está tudo certo. O papel do "lorota bank" é ludibriar, é enganar, e ele fez isso desde a sua fundação, desde a criação.

Agora, o papel do poder público era ter tomado a providência que a CPI vai tomar agora, porque o "lorota bank", se não é a CPI: "Ah, esse contrato não foi feito? Vamos fazer em outro daqui a pouco".

Então, são provas e não é narrativa nossa. São fatos que aconteceram e em que a CPI teve o papel determinante para que US\$45 milhões não fossem depositados, para que a gente descobrisse quem estava avalizando isso, quem eram os avalizadores. E está aí, está provado.



Por isso, eu concordo com a fala do Senador Marcos Rogério. Hoje nós concordamos, e estamos mirando no mesmo sentido. É lógico que tem que investigar, mas nós estamos investigando, fazendo o nosso papel. E parabéns, Senador Marcos Rogério, porque V. Exa. coloca muito bem que não aceita, como o Senador Jorginho colocou hoje, como o próprio Senador Girão. Todos nós, o objetivo é o mesmo. E mesmo aquelas pessoas que torcem pelo Presidente Bolsonaro também não concordam com isso, tenha certeza.

Eles também estão estupefatos com isso. Espere aí! Como é que pode uma coisa dessa entrar dentro do Governo? E aí não dá para a gente chegar aqui e dizer que fulano é culpado, apontar dedos. Longe de nós fazer isso. O que nós temos que fazer é investigar.

E é importante o Sr. Tolentino vir aqui. É importante o Formiga. Como é o nome do outro sócio?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - SE. *Fora do microfone.*) – Formiga e Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Formiga, não é? Foi que ele citou várias vezes.

Isso é para que a gente possa não permitir... Igual a essa "lorota bank" tem outras em outros Estados sobre as quais ninguém se aprofunda. E a gente agora tem o papel, aqui no Senado, de regulamentar essas empresas.

O Senador Alessandro fala bem: existe gente que cria empresa e deixa lá na prateleira; quando precisa, vai lá e paga, e compra a empresa para poder participar de licitações. Nós sabemos disso. Isso aí existe. Quer dizer, nós temos que não permitir isso também. Hoje, para participar de uma concorrência pública, para fazer uma grande obra, você tem que ter vários atestados de engenharia de que já participou, de que já fez, para poder se credenciar a participar. É o caso dessas que não são financiadoras e não são nada, não financiam absolutamente nada. Elas são apenas avalistas e avalistas com bens que não existem, que foram incorporados – e, à pergunta feita pelo Senador Marcos Rogério no início, disse aqui que foram incorporados.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só pela ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP. Pela ordem.) – E só para V. Exa... Nós aprovamos no início do depoimento de hoje, extrapauta, o requerimento de convocação do motoboy Ivanildo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Eu queria acrescentar também a convocação da Sra. Zenaide – que não é a nossa Zenaide, graças a Deus, daqui do Senado – que também faz parte desse périplo aí que envolve a empresa VTCLog.

E, Presidente, eu acho que a gente tem que... Eu queria reivindicar a V. Exa. que declinasse, se possível o quanto antes, a data do depoimento do Sr. Ivanildo, porque eu estou sentindo que essa VTCLog é poderosa, ela censura, ela entra com ação e consegue censurar jornais. Ela é uma empresa... Eu acho que tem interesses muito poderosos em torno dessa VTCLog. Então, eu acho que era importante nós ouvirmos o quanto antes o Sr. Ivanildo aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.



25/08/2021

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Na semana que vem, nós vamos ouvir o Secretário do Distrito Federal, na terça-feira; na quarta-feira, o Sr. Tolentino; e na quinta-feira, o Sr. Ivanildo. O.k.? Está bom?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E em relação à Sra. Zenaide, na próxima sessão a gente vota para votar.

Senadora Eliziane Gama, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, muito obrigada. Os meus cumprimentos, inclusive em relação aos requerimentos que V. Exa. encaminha agora.

Sr. Roberto, para que fique claro, o senhor já está aqui há algumas horas nesta Comissão, mas, para que fique claro, o senhor hoje, na FIB Bank, o senhor é Diretor Presidente. O senhor não é sócio da empresa? Ou o senhor é sócio da empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Apenas Diretor Presidente, um funcionário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor não tem sociedade com a empresa.

Nestas demais empresas...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Ele não tem sociedade?

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, ele não é sócio da empresa: ele é Diretor Presidente da empresa, ou seja, ele é um funcionário da empresa. O.k.?

O senhor também participa – aí agora como sócio – na empresa Ox Business Consultoria. O.k.? Confere? Também numa barbearia, que é a Barber e Co... Acho que deve ser cooperação, sei lá, Barbearia Ltda.

Também o senhor integra e é sócio também na Trading Fair, Importação e Exportação Ltda.

É isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nessas demais empresas, o senhor também tem rendimentos mensais?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A Trading Fair está inativa, baixada. A Ox Business está inativa.

E a barbearia, apesar de funcionamento, eu não tenho retirada alguma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, hoje o senhor recebe apenas o valor de R\$4 mil e mais alguma participação no FIB Bank, é isso?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Assim como eu me comprometi com esta Comissão, eu vou fazer o apontamento de todos os meus recebíveis.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Não, mas só me diga, não precisa dizer o valor, não.

O senhor recebe, além dos R\$4 mil, o senhor tem outra participação também junto ao FIB Bank, é isso?

Ou o senhor não tem nenhuma participação, já que o senhor não é sócio dela?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Remuneração variável.



A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Remuneração variável, que o senhor vai informar a esta Comissão.

Sr. Roberto, veja bem, a gente percebe, então, claramente que o senhor funciona como alguém que assume os problemas da FIB Bank, ou seja, o senhor é ali uma espécie, durante toda a nossa caminhada, eu começo a perceber isso, é como se fosse um testa de ferro ali, o senhor assume a responsabilidade de uma empresa que tem, no seu capital social, um valor bilionário, maior do que uma grande maioria esmagadora das empresas no Brasil.

E que aqui, num depoimento no dia 12 de agosto, o Deputado Ricardo Barros diz o seguinte, quando se referia ao Marcos Tolentino: "Marcos Tolentino é um amigo pessoal, dono da Rede Brasil Televisão. Eu tenho rádio há 40 anos e sempre nos encontramos nos eventos de radiodifusão em todo o Brasil".

O Líder do Governo Ricardo Barros é amigo pessoal do Tolentino, que tem uma relação direta com a FIB Bank.

Eu pergunto ao senhor: o senhor teve encontros ou o senhor tem alguma relação com o Líder do Governo Ricardo Barros?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhuma.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – O senhor nunca falou com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nunca reuniu com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nós não vamos encontrar no seu telefone conversas ligadas a ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Fique à vontade.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Em relação ao Tolentino, como é a sua relação com ele? O senhor tem conversas com ele? Tem encontros com ele?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Tenho conversas com ele, já que o FIB Bank também fornece garantias a processos em que ele é o autor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, a FIB Bank, que tem tudo que nós já levantamos aqui do ponto de vista de sociedade, de participação e aí em cima de uma situação extremamente... Eu diria *fake*, porque os dados não são compatíveis com a realidade, a gente vê muita fragilidade, não é?

De forma muito precária, na verdade, tanto a montagem da empresa quanto o patrimônio da empresa, absolutamente precários. São empresas que não existem, volumes financeiros que não existem, quer dizer, dados que são questionados e aí, claramente, na verdade, fraudados pelos dados e documentações que nós temos até o presente momento e um dos sócios da empresa é exatamente filho de um ex-sócio do Marcos Tolentino.

E aí a gente começa a ver, Sr. Roberto, uma relação, você tem aqui o quê? O FIB Bank que dá uma carta fiança para uma empresa, que é a Precisa, no dia 17 de março, ou seja, ela dá uma garantia para uma empresa dias depois que essa empresa já fez um contrato com o Governo Federal, em tese com uma garantia, que teria sido dada pela sua empresa. Você vê, tudo errado: prazos, documentação, que, aliás, nem que ela fosse dada antes, ela não estava dentro da legislação que o Ministério da Saúde, na verdade oferece. E aí a pergunta, na verdade, que a gente faz: como o Ministério da Saúde admitiu esse tipo de garantia? Como o Ministério da Saúde admitiu empenhar um orçamento de R\$1,6 bilhão



25/08/2021

com uma empresa cuja garantia está totalmente em cima de documentos e de questões precárias, aliás, até fraudadas? Porque você tem uma carta garantia que vem depois da data do contrato.

Eu pergunto ao senhor, nesse intervalo de tempo, não foi questionada, por exemplo, pelo próprio Ministério da Saúde, a empresa de vocês acerca dessas garantias? Em nenhum momento ninguém do Ministério da Saúde procurou a empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nunca tivemos contato com o Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Nenhum documento de vocês nunca foi questionado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Nenhum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o Ministério da Saúde admitiu todos os documentos que vieram de vocês.

E o que você tem diante disso? Uma empresa Precisa, que teve o seu contrato assinado por quem? Por Roberto Dias, que é um apadrinhado do Ricardo Barros, que é exatamente o Líder do Governo. Então, você vai vendo, na verdade, que tem uma coisa relacionada com a outra.

A taxa que a Precisa pagou à FIB Bank para essa garantia foi de fato de R\$350 mil ou foi um outro valor?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Na realidade, R\$500 mil, sendo a entrada R\$350 mil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – A segunda seria 30 dias após.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, vocês receberam o valor de R\$350 mil, foi creditado na empresa de vocês?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Correto. Sim, senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Agora, veja bem, a empresa de vocês tem hoje uma ação na Justiça que é feita pela construtora GCI, em que ela faz um pedido de R\$831 mil. O senhor tem conhecimento, naturalmente, dessa ação, que faz aí um pedido de R\$831 mil em relação à FIB Bank, exatamente por irregularidades.

No processo de execução, olha só como ele se refere ao Tolentino: "O Marcos Tolentino é um articulador tarimbado e profissional de uma série de fraudes e golpes que têm como finalidade lesar terceiros de boa-fé em benefício próprio, que usa suas empresas com desvio de finalidade e confusão patrimonial". De fato, uma verdadeira confusão patrimonial. "Criou uma rede de empresas e negócios especializada sem enganar, principalmente firmas que tenham dívidas em aberto perante o Fisco e que estejam em busca de garantias para serem apresentadas em processos administrativos ou judiciais iniciados pela Fazenda Pública".

Aí vem falando uma série de situações e diz o seguinte: "Marcos Tolentino é titular de um sem número de sociedades empresariais. Nem todas estão formalmente em seu nome; diversas delas encontram-se registradas em nome de pessoas próximas a ele, como seu sogro, sua sogra, sua esposa, seu irmão, ou até outras pessoas próximas que ele representa". Na verdade, a ação na Justiça mostra o verdadeiro emaranhado de empresas, reunindo toda a família dele de sogro, mulher, pai. É uma coisa extremamente complexa. E, no meio de toda essa complexidade, fraude; e, em meio a toda essa complexidade, golpes. E o pior, sabe, Sr. Roberto, é dando garantia para comprar aquilo que era a esperança do povo brasileiro, que era a vacina.



Eu quero dizer para o senhor que o senhor aqui, na verdade, deveria aproveitar essa oportunidade, Sr. Roberto, para falar a verdade, porque, veja bem, aqui nós estamos aprofundando a investigação. E, como eu disse, o senhor me parece um testa de ferro. A empresa não é sua, a movimentação é milionária, buscando inclusive recurso público para isso. E, no final das contas, eu não sei se essas pessoas vão fazer com o senhor o que o senhor está fazendo com elas, porque o senhor as está protegendo claramente. O Sr. Marcos Tolentino que é o dono dessa empresa, que, aliás, está ancorado pelo Ricardo Barros. É por isso que veio tudo de qualquer jeito! Sabe? Foi colocado tudo aí com números exorbitantes! É aquela coisa: "Eu tenho costas quentes. Vai me ajudar, vai me ancorar. E não vai acontecer nada comigo". É exatamente isso que está acontecendo. Mas, ao final de tudo isso, com o aprofundamento da investigação, eu tenho plena convicção de que eles não farão o mesmo com o senhor. Quem ganha R\$4 mil, quem não tem participação societária, mas está na linha de frente de tudo isso... Eu não tenho dúvida nenhuma: o senhor se permite ser usado, o senhor se permite ser instrumentalizado. E o senhor não é mais uma criança. Como o senhor não é mais uma criança, o senhor também será responsabilizado por tudo isso.

Quero finalizar, dizendo que o nome dessa empresa é um escárnio com a população brasileira. Quando uma empresa cria, no seu próprio nome, um nome que, na gíria americana, é "mentira", ou seja, é uma empresa *fake*, com uma garantia *fake*, com uma vacina *fake* que não viria com a Precisa, diante de um Governo que também é *fake*, porque, infelizmente, o que esse Governo deveria fazer para a população brasileira não fez e, infelizmente, não está fazendo, que é exatamente buscar vacina para a população brasileira.

O tempo desta CPI está finalizando, porque os nossos prazos, de fato, estão acabando, mas a gente já conseguiu, eu diria, hoje, cumprir um grande papel para a população brasileira, porque a gente conseguiu obstruir exatamente esse derramamento de dinheiro público para buscar o que não viria para o Brasil, que era a vacina. Foi assim com a Covaxin, porque fecharam um volume financeiro e não a entregariam. Foi assim com o caso da Davati, que se responsabilizou, que estava buscando 400 milhões de doses, vendendo, negociando US\$1 por cada vacina, e não a entregaria. Foi o caso que a gente acompanhou agora, recentemente, no CanSino, com uma vacina 70% mais cara do que as outras de mercado, diante de um cenário em que, provavelmente, também não a entregaria, porque também vinha sendo investigado na Falso Negativo. Ou seja, as empresas frágeis, precárias, com documentação totalmente irregular, eram a prioridade deste Governo. As outras, que tinham prioridade absoluta, que tinham reconhecimento internacional, como foi o caso da Pfizer, foram colocadas em segundo plano; não foi dada a elas prioridade. Essa é a situação, infelizmente, do nosso cenário nacional e a situação, infelizmente, desse Governo em relação ao enfrentamento da pandemia, diante de 575.827 mortos no Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)

– Sra. Presidente, pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, pela ordem!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor deseja responder?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Quero só dar uma informação aqui.



25/08/2021

Ele pode até já falar.

Acaba de sair aqui no...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Poder360.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... Poder360 que o Ministério da Saúde mandou a Precisa substituir a garantia fornecida pelo FIB Bank para o contrato dos preservativos. É mais uma vitória desta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É uma vitória desta CPI e da investigação. É importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas, para alguns, Senador Humberto, esta CPI é do circo. Para alguns, esta CPI não trouxe nada de novo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o Ministério da Saúde questionou o FIB Bank sobre...

(Tumulto no recinto.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu vou apresentar uma coisa aqui que, pelo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou inscrito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Com a palavra Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Eu fico muito grato, Presidente, com a sua generosidade.

O que a gente está vendo aqui é que, como eu já tinha batizado antes, o "lorota banco" é uma instituição que é tudo menos banco. E ele está por trás de garantias de várias iniciativas que representaram tentativas de golpes. O FIB Bank ou o "lorota banco" conseguiu, segundo o Sistema Integrado de Administração Financeira – sistema de gestão de contratos do Governo Federal, viu, Senador Randolfe Rodrigues –, está aqui: registro; carta fiança; contrato 29, de 2021, aquisição de vacinas – covid-19; coronavírus; SARS-CoV-2; injetável; Covaxin; Processo 250; vigência: 17/03/2022; FIB Bank; Valor: 80,7 milhões. Ou seja, isso está no Siafi. O Governo Federal aceitou a fiança do FIB Bank ou do "banco lorota" ou "lorota banco", certo? Isso é muito importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí eles vêm suspender, pedir a substituição agora, neste instante.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pois é, mas está aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Só agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Do outro contrato, mas eles já admitiram isso daqui num contrato de R\$1,614 bilhão como garantia dessa instituição chamada "lorota banco". O Governo disse que não se...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Senador Rogério, eu vou lhe devolver o teu tempo: em qual contrato essa substituição? Que contrato que existe vigente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora? Das...



25/08/2021

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O dos preservativos?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Dos preservativos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Esse contrato está vigente? Já entregou uma parte?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Já adimpliu que parte?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente Soraya e Senador Rogério, para aqueles que dizem que não tem corrupção, que não foi pago um centavo, vamos lembrar... Como é que se diz mesmo, Senador Rogério? Vai vendo, Brasil! Não é isso?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai vendo, Brasil!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, Brasil!

Esse contrato dos preservativos é de agora; foi pago, foi executado. A substituição do FIB Bank está acontecendo neste instante, foi pedido neste instante, no momento do depoimento do Sr. Roberto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É só nesse contrato ou em todos os contratos? Quais contratos? Só pra gente ter uma ideia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, não. Veja: esse contrato não se materializou porque o contrato da Covaxin foi cancelado. Portanto, essa garantia de...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Era por isso a minha dúvida, porque não tinha contrato...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso, mas eles aceitaram o FIB Bank ou "lorota banco" como fiador, o.k.? Assim como aceitaram em outros contratos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – No contrato rescindido?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Do preservativo.

Mas eu queria depois mostrar coisas mais graves, porque tem aqui outras garantias que o "lorota banco" fez para o Governo brasileiro, certo? Precisamos saber se o Governo vai desfazer ou buscar outras garantias que são dadas pelo "lorota banco" aqui, que eu vou mostrar pra vocês.

Esta CPI impediu que fosse pra frente tanto o contrato da Covaxin e agora está impedindo que vá pra frente o "lorota banco" como garantidor de contratos entre o Governo e empresas.

É importante o senhor, enquanto presidente desta instituição... Aqui está parecendo mais um laranja – desculpe a minha sinceridade – do Sr. Marcos Tolentino, porque o senhor não sabe responder às questões e às relações que a empresa tem com seus diversos



25/08/2021

parceiros comerciais e o tempo todo V. Sa. tenta mostrar a esta CPI fatos que a gente já desmascarou.

O senhor diz que não participou de nada do que aconteceu e não sabia do que estava acontecendo, a não ser de alguns processos específicos, para os quais o senhor se preparou pra vir aqui. E preferiu aqui vir com uma conversa não muito consistente, uma conversa mole, de que não conhecia o Tolentino, o Max, e que não sabe de nada. O senhor disse aqui que não conhecia, que não tinha relação.

O Tolentino, como já foi dito aqui, é tão amigo do Ricardo Barros, que acompanhou o Deputado aqui, no depoimento dele na CPI, e facilitou e muito a vida do Barros com esse FIB Bank, ou melhor, "lorota banco", para agilizar e executar o balcão de negócios instalado no Ministério da Saúde. Como disse aqui o Senador Alessandro, a revista *Piauí* mostra muito bem a intimidade, no jantar, do Sr. Pazuello, do Tolentino, do Max, e o senhor faz, como presidente, um contrato com uma empresa cuja advogada do Tolentino, do escritório, diz que tem uma *holding*, uma *holding*... Bota aí pra gente ver qual é a *holding*. Só pra gente ter uma noção da *holding*, que compõe tudo isso.

(Procede-se à projeção de imagem.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Olha lá: a *holding*... "Sou muito grata por trabalhar com pessoas que me acolheram de uma forma tão especial, que é a *holding*..."

Cadê a outra, a outra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Tá.

Cadê a outra, cadê a outra, a outra, a outra foto, Marcos Rogério? *(Pausa.)*

Rede Brasil... Eu não estou conseguindo... Cadê?

Rede Brasil, Dnet e FIB Bank. Pronto.

Todas essas empresas fazem parte de uma *holding*, que é o escritório Tolentino que comanda esta *holding*.

Então, fica claro que o Sr. Roberto Pereira – não é isso? – aqui preside uma empresa, cujo dono real é o Tolentino; ou seja, todo esse trabalho que vem sendo feito e que foi feito no entorno da compra de vacinas é sempre permeado por algum tipo de piratagem institucional, sempre tem uma picaretagem envolvida. É assim nos contratos da Covaxin, é assim na empresa que dá garantias, garantias que são impossíveis a uma empresa ter R\$7,5 bilhões de ativos, ativos – pode tirar, por favor – que só o IPTU...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vamos convocar a *holding*?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vamos deixar. Deixa a *holding*.

Aí é só pra gente entender que o FIB Bank e esse conjunto de empresas participam de um mesmo esquema e que tem um dono, o verdadeiro dono, o Marcos Tolentino, e que todas essas empresas envolvidas na compra de vacinas, tanto quem dá garantia quanto



25/08/2021

quem compra, tudo é uma enrolação, tudo tem um descompasso, uma picaretagem embutida.

Vamos aqui mostrar alguns fatos. O senhor disse que foi ser Presidente do FIB Bank através do Ricardo Benetti. Quem apresentou o senhor ao Benetti?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como eu já havia falado aqui nesta Comissão, eu conheci o Dr. Marcos Tolentino no mesmo projeto, na Indústria Cataguases de Papel. E conheci o Sr. Ricardo Benetti através do Dr. Marcos Tolentino.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, os dois são responsáveis por torná-lo Presidente da empresa? Então, o senhor conhece o Tolentino?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Ricardo Benetti.

Conheço o Tolentino, eu deixei bem claro nesta Comissão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Agora, esse imóvel com um valor galáctico – desculpe aqui, porque hoje é uma situação que a gente não pode levar muito a sério, apesar da gravidade –, é um imóvel, Senadora Simone Tebet, com um valor galáctico, um valor das galáxias, porque está registrado em Curitiba ou, como disse a senhora mesma, virou um imóvel voador, que sai de Curitiba pra São Paulo e vice-versa, sem falar que o senhor sequer sabe o valor do IPTU ou quem vai pagar o imposto desse terreno. Veja, um terreno de 7 bilhões, quase 7,2 bilhões pra perfazer aí um fundo de 10 bilhões tem um posto grande territorial, de algum tipo. E, se for urbano, porque pra ter este preço tem que ser urbano, porque senão seria metade ou uma parte do Estado, de qualquer Estado deste País, se for urbano, se for em São Paulo, como a empresa movimentou 14 milhões, só de IPTU, teria que pagar 39 milhões.

Veja quantas inconsistências! O senhor disse também...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E não estava no nome deles, estava no nome de Durval.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Durval, exatamente!

O senhor disse também que não sabe a relação entre o Benetti e o Tolentino, mas o senhor agora acaba de dizer que os dois estavam na empresa onde o Ricardo Benetti o contratou, mas o telefone de contato da FIB Bank, como eu mostrei aqui, é o mesmo da Benetti Associados, que tem Marcos Tolentino da Silva como membro do conselho do escritório. Como o senhor explica isso? Como é que pode ter o mesmo telefone do banco "lorota banco" e do escritório do Sr. Ricardo Benetti, que tem o Marcos Tolentino como Presidente do Conselho?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como eu já havia falado aqui nesta honrosa Comissão, o Dr. Marcos Tolentino é procurador do Dr. Ricardo Benetti e também presta serviço de assessoria jurídica à nossa companhia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – No cartão...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas isso não justifica, o senhor me perdoe...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E o endereço?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O endereço é o mesmo.



25/08/2021

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – No cartão social, muitas vezes, acaba-se colocando o endereço e telefone para comunicação com o escritório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Me perdoe, me perdoe V. Sa., mas uma empresa – eu vou até me mudar aqui na cadeia... Uma empresa... Preste atenção: uma empresa, Sr. Relator... Preste atenção, Sr. Relator!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Estou prestando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Uma empresa com 10 bilhões de fundo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não tem endereço próprio, Senador Rogério?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não tem endereço próprio, usa o telefone do advogado... Isso é uma empresa... É uma empresa... Eu não vou chamar de empresa tabajara...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Fantasma?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... mas é uma empresa fantasma.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ela não existe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Ela não existe.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Os sócios não existem...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Os sócios já morreram, o dono do terreno é uma terceira pessoa, o criador da empresa é uma pessoa do interior de Alagoas, que tenta sair do quadro societário... É uma empresa fantasma, empresa fantasma que o Ministério da Saúde aceita como garantidora de um contrato de 1,614 bilhão; empresa de uma pessoa que tem relação direta com o Deputado Ricardo Barros; que intermediou o contrato da Belcher; que tentou intermediar o contrato da CoronaVac, mesmo a CoronaVac tendo contrato de exclusividade com o Butantan; que intermediou, segundo informações do Deputado Luis Miranda, o contrato da Covaxin; e ainda viabilizou a empresa fantasma – só mais um tempinho para eu concluir – para viabilizar o contrato entre a Covaxin e o Ministério da Saúde.

Mas sabe o que mais me espanta, Sr. Relator, e que nós precisamos... Essas empresas fidejussórias precisam responder ao Banco Central ou à Susep ou à CVM. Não é possível empresas que dão garantias serem empresas fantasmas.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – CVM.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – CVM.

Eu vou aqui mostrar que essa mesma empresa – prestem atenção, olhem os beneficiários –, essa empresa já prestou, com todas essas características que a gente aqui levantou – viu, Vice-Presidente: a Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 6ª Vara Cível de São Bernardo, Zona Eleitoral Fazenda Nacional, vara trabalhista de São Paulo, Advocacia-Geral da União, Ministério da Fazenda!, Vara trabalhista de Cachoeiro do Itapemirim, Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, 6ª Vara Cível de São Bernardo do Campo, União Federal, PGFN, PAN Produtos Alimentícios S.A., Secretaria da Fazenda



do Estado de São Paulo, Prefeitura de São Caetano do Sul, Prefeitura de Santa Bárbara, deve ser Santa Bárbara do Oeste...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Todas essas instituições?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Todas essas instituições já foram de alguma forma garantidas pelo "lorota banco". Veja o nível...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – A AGU está aí?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A AGU está aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas não é a AGU do Ministro Wagner Rosário?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A Advocacia-Geral da União, Ministério da Fazenda!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O FIB Bank é garantidor...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O "lorota banco" deu garantias para o Ministério da Fazenda em contratos com o Ministério da Fazenda!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Eu não acredito!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Para o Ministério da Fazenda?

Não, não é possível, Senador Rogério. Tem certeza?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou passando aqui fianças emitidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – De que ano?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu não tenho o ano, mas é fácil de levantar essas informações. Está aqui: FIB Bank Garantias S.A. Estão no *site* do próprio "lorota banco", como nós batizamos aqui de forma jocosa.

Eu queria, para finalizar, já que a gente colocou isso aqui: essa carta de fiança, que é essa aqui, é a carta de fiança que foi aceita pelo Governo para 1,614 bilhão, de 80 milhões e de 700 milhões, assim como todos esses órgãos federais também aceitaram cartas de fiança do "lorota banco", certo? Portanto...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Senador Rogério, esta CPI, em um dia descobriu isso. O Governo Federal não sabe disso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não sabe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – O Governo Federal não sabe disso aí?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não sabe disso.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah, sabia sim. Ele só quis...



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Mas eu não posso acreditar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sabia e fazia parte do conluio, Senador Randolfe, porque a lei, a medida provisória que nós aprovamos, a lei de licitações e contratos não permite garantia que não seja bancária ou caução em dinheiro. Eles sabiam, tanto é que hoje, V. Exa. acabou de denunciar e o Senador Rogério, eles, à véspera do depoimento do Dr. Roberto, cancelaram o contrato do Ministério da Saúde de preventivos femininos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Veja só, veja só!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, Brasil, vai vendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Rogério, seria o caso, me permita, Senadora Simone, Presidente Omar, seria o caso de indagar do depoente o que ele achou do cancelamento da fiança do contrato dos preservativos para a mulher que o Ministério da Saúde acaba de anunciar, ele enquanto Presidente do FIB Bank.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas antes, para ele responder, veja só: atenção, Brasil! É assim?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, Brasil! Vai vendo, Brasil!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai vendo, Brasil!

O Ricardo Benetti Consultoria e o FIB Bank, as duas têm Tolentino como cabeça, ainda que legalmente ele não apareça como sócio. Com isso já mostramos que o cabeça é o Tolentino, amigo do Barros, o facilitador oficial das intermediações trambiqueiras na compra de vacinas do Bolsonaro.

Quero mostrar que o Ministério da Saúde do Pazuello, do Queiroga, do Elcio Franco, do Roberto Dias e companhia deixou de ver problemas de 28 – olhe, preste atenção, viu? – de uma empresa... Para concluir, para concluir, Sr. Presidente. Uma empresa que é uma empresa que dá garantias, porque infelizmente a nossa legislação precisa mudar, e a gente identifica nesta CPI a necessidade de mudança da legislação, ou seja, não é possível uma empresa que dê garantias e que não seja supervisionado o seu patrimônio, as suas condições objetivas de dar garantias, porque aqui nós temos uma fantasia, uma empresa-fantasma que diz que tem um patrimônio, que tem um fundo, mas ela tem, na verdade, é 28 processos na Justiça por não cumprir a sua tarefa de dar garantias.

Portanto, nós... Vejam só, essa empresa foi trazida por alguém para poder dar garantias a um contrato de 1,614 bilhão na compra de vacinas e também foi a mesma empresa que deu garantias ao contrato, ao outro contrato da Precisa, que daria, com certeza, garantias, se não tivéssemos interrompido, ao contrato da Belcher, da Belcher com a CanSino, que daria garantias para o outro contrato – para concluir –, o outro contrato que eles queriam fazer com a CoronaVac. Não sei se você lembra que o ministro...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – O Ministro Pazuello anunciou, depois de dizer que não tinha negociado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso.



Sabe por quê? Porque, Sr. Relator, porque essa empresa é do Tolentino, o grande amigo, o grande responsável por organizar parte dos negócios do Deputado Ricardo Barros, que foi denunciado a esta CPI. Portanto, essa CPI tem cumprido um papel extraordinário de impedir que o dinheiro público vá pelo ralo, como fizemos no caso de todas essas compras de vacinas que aconteceram. Enquanto isso estava acontecendo, aconteceram quase 200 mil mortes, enquanto eles negociavam nos bastidores contratos fraudulentos. Sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só aqui...

Você vai ler isso aí?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso, Senador Omar, querido Presidente, Senador Rogério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O próximo é o Senador Izalci.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Senador Izalci, é um segundinho só. Senadora Simone, Senadora Soraya, que são dedicadas no levantamento dos aspectos jurídicos dos temas discutidos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, eu recebo de um internauta, Presidente, a informação, Senador Izalci, de que a Câmara dos Deputados deve votar, esta semana ainda – não sei se já votou –, em regime de urgência, uma medida provisória, Medida Provisória 1.047, com regime de urgência para contratos do Ministério da Saúde, o que vai validar, inclusive – levanta o internauta –, muitos dos aspectos que foram contestados e discutidos aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É muito importante, e eu peço a mobilização, sobretudo, da Senadora Simone e da Senadora Soraya, para que nós aqui no Senado não permitamos que isso aconteça, porque isso vai permitir a revisão de muitos malfeitos que foram cometidos no Ministério da Saúde em função de uma medida provisória que, no seu art. 15º, prevê essa possibilidade.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho uma...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, quem... É só o Senador Izalci? Quem vai? Se o senhor puder questioná-lo, porque eu não terei tempo... Quem vai amargar agora este prejuízo de R\$350 mil? Não é? A empresa vai ficar calada? Vai devolver para a empresa que fez a garantia? Enfim, com quem vai ficar esse prejuízo? Porque com o povo brasileiro não pode ficar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha só... Depois de meses, três meses a gente falando sobre esse assunto, ontem, através do Poder360, diz: "O Ministério da Saúde enviou nesta terça-feira, dia 24 de agosto, um ofício à Precisa Medicamentos". Eu acho que você já leu isso aqui. Veja bem: três meses depois que a gente denunciou aqui. O Queiroga já era Ministro, está certo? Ele teve tempo suficiente para fazer isso em 24 horas, mas não: protelaram, protelaram, para ver se podiam salvar a negociação da Covaxin.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí, somente hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Aí, somente hoje.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria, sobre esse assunto, de pedir à Comissão para aprovar imediatamente um requerimento, até em regime de urgência, encaminhado à Casa Civil e aos ministérios, pedindo a suspensão imediata de todas as cartas de fiança do FIB Bank, porque o FIB Bank



não é banco, e a Lei de Licitações e Contratos não permite garantia que não seja caução, dinheiro ou título bancário. Acredito que é uma forma de salvar, na linha do Senador Rogério... Segundo ele, há cartas de fiança do FIB Bank no Ministério da Economia...

Quem mais, Senador Rogério?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Advocacia-Geral da União.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Advocacia-Geral da União...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – AGU.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que sabe como ninguém que não existe garantia fidejussória para efeito de garantia de contrato.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o Ministério da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A AGU também?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – A AGU e o Ministério da Fazenda, Sr. Presidente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vai vendo, Brasil!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Vai vendo, Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por último, inscrito o Senador Izalci, que será o último a falar.

A Senadora Leila... Passarei para a Senadora Leila. Primeiro, o Senador Izalci; e a última, a Senadora Leila, porque nós vamos ter que votar agora no Plenário alguns nomes, o que vai demorar um pouco.

Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, em primeiro lugar, o depoente disse logo no início que a empresa era pequena, falou-se em microempresa, que não tinha estrutura. Isso foi a fala inicial. Aí, depois, a gente percebe que tem na prática uma estrutura: presidente, diretor comercial, diretor financeiro, cada um com as suas atribuições, como se fosse uma grande empresa, lembrando que o faturamento em 2021 é em média R\$54 mil; em 2020, R\$83 mil foi o faturamento da empresa.

Então, duas coisas o depoente ficou de apresentar aqui, Presidente; primeiro a remuneração e a participação. Se a gente ficar sabendo depois, talvez tenha que chamá-lo novamente para questioná-lo. Então, podia fazer logo aqui para a gente saber...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – Principalmente a procuração que o Marcos Tolentino exibe em nome do FIB Bank.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E outra coisa, Presidente, eu participei de algumas CPIs...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone.*) – É muito importante, viu, Randolfe?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... e grande parte delas foi solucionada por depoimento de contador. Contador tem um compromisso ético, Presidente, de apresentar, de fazer as coisas corretas e com transparência. Nesse caso, o depoente ficou também de apresentar o nome da empresa e o telefone do contador – porque acho até que poderíamos convocá-lo. Porque o contador,



para fazer o que foi feito aqui, tem que ser... Não é contador; para isso aqui tem que ser um mágico.

Primeiro, sócio laranja. Vimos o depoimento aí do Geraldo Rodrigues na criação da empresa Brax Simples Participações Ltda. O coitado está querendo receber o seguro-desemprego e não consegue; há quatro anos está na Justiça para dizer que não é ele, que ele não participou disso, que é o sócio laranja. Olha só, vem uma alteração... Isso foi no dia 16/11/2015, a criação. Dia 08/12, tem uma alteração contratual mudando o nome de Brax para FIB Bank Assessoria de Negócios Ltda. Depois, transforma de limitada para sociedade anônima, no dia 18/02/2016, um ano depois. Depois, a razão social mudou, e entraram, então, estas duas empresas: Pico do Juazeiro, com 4%, e MB Guassu, com 96%, já como Diretor Presidente o Wagner Amilcar e o Renan Ferreira Anísio, com R\$10 milhões integralizados. Quando faz a outra alteração – não é? –, em que já entram, então, os imóveis, que são esses registrados em Curitiba, R\$7,2 bilhões, de repente faz uma alteração dizendo que não, que é em São Paulo. Mas tudo isso com dois anos depois. Por exemplo, teve uma eleição da nova diretoria, já em maio de 2017, onde, então, foi substituído e entrou aqui V. Sa. – na ata, na eleição de 31 de maio de 2017. Aí, no dia 18/02/2016, que foi rerratificado em 27/02/2018, vem essa ratificação já fazendo a matrícula de Curitiba para São Paulo. Quando você vai em São Paulo, não existe o terreno. Então... Que essa matrícula que foi apresentada não tem. No dia 21/10/2019, outra rerratificação.

Então, eu não sei como esse contador estava fazendo isso. Existe balanço? Isso está publicado em algum lugar – esses balanços dessa empresa –, pelo menos no *site* ou em algum lugar?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Sim, existe balanço, e eu vou disponibilizar aos senhores, junto com o mesmo material.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não tem um *site* para a gente entrar já, para dar uma olhada?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O balanço não é disponibilizado em *site*.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não é disponibilizado?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O nosso não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Então, é importante isso aí, Presidente.

Depois vem novamente, no dia 22/10/2019, redução do capital social, que aí vem para R\$7,5 bilhões, totalmente subscrito e integralizado. Depois, vem uma rerratificação do contrato de constituição em 11/11/2019, fazendo alterações de 2015 e 2016. Depois, vem confirmar... Aqueles R\$10 milhões, que eram integralizados, já estavam no balanço, aí vem aqui dizendo que não, que vai ser – provavelmente alguém viu que não tinha sido integralizado, não tinha depósito, não tinha nada –, dizendo que em 60 meses iria integralizar. Depois, no dia 12/11/2019, uma nova alteração social. E aqui, Presidente, em 03/06/2020 – olhe bem, já são cinco anos aí em que esse contador deve ter sofrido muito para fazer esses balanços – entra, então, como administrador Roberto Pereira Ramos Júnior. E aí vêm tentativas para regularizar os imóveis, que na prática não existem. Tem aqui toda a transcrição dos registros. E aí novamente... Aí vêm matrículas inexistentes: foram ao cartório, e essas matrículas que foram citadas na ata são inexistentes.

Então, eu não sei como é que esse contador fez.

Aí, novamente, várias... Em 21/10/2019, foi retificada de novo a alteração contratual. E, aí, vêm aqui coisas estarrecedoras.



25/08/2021

Quanto eu mais entro... E olha que eu não sou nem titular e nem suplente da Comissão, mas, quanto mais eu vou estudar isso aqui, eu fico estarelecido.

A Precisa. A Precisa já tinha uma empresa chamada Evocati Administração e Gestão, que participou de todos esses fundos de pensão. A Precisa, que a gente fez... Eu participei, na época, da CPI dos fundos de pensão, participei das outras. Quase 6 bilhões. Estou vendo aí os servidores, funcionários da Caixa, Banco do Brasil, Correios, pagando um valor a mais para cobrir esse rombo que foi feito, e está lá a Precisa também envolvida nessa questão aqui do fundo de pensão.

Inclusive em Brasília, por incrível que pareça, Presidente, tem aqui, não sei nem quem é, vou procurar saber, Mauricio Camisotti – conhece ou não?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Conhecido por manter contrato no plano de saúde tal.

Camisotti emprestou para o Francisco, da Precisa, para que ele pudesse viabilizar a compra de testes, pois havia vencido a licitação no GDF. Então, a Precisa correu atrás para ter realmente o recurso para comprar os testes, o que também está sendo apurado.

Então, a Precisa realmente está envolvida há muitos anos. Eu não entendo como uma empresa que está envolvida, já há anos e anos... Ela continua, inclusive aqui, a Global, estava nos fundos de pensão da mesma forma, nas fraudes que ocorreram.

Então, Presidente, inclusive na Operação Greenfield também.

O responsável pelo escritório de contabilidade, não tem nem o nome? Já tem o nome aí ou não?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Havia já falado: Contécnica. Todo contato e telefones possivelmente já estejam no *e-mail* da Secretaria. Assim eu solicitei.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, eu acho que o contador dessa empresa pode contribuir muito sobre essas falcaturas todas que foram feitas, porque a gente percebe claramente coisas... cinco anos depois sendo rratificadas.

Então, eu sugeriria que chamassem também o contador dessa empresa.

Como a Senadora Leila está inscrita aqui para falar e vai começar o processo de votação, eu vou me limitar a essa fala, mas eu tenho certeza de que esse escritório de contabilidade, chamando aqui o representante, pode contribuir muito com relação a esse banco, que não existe na prática.

É isso, Presidente, obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade. Vou ser muito rápida.

Sr. Roberto Júnior, o roteiro aqui é lamentável, sem pé e sem cabeça. E, depois de tantas evidências acerca da fragilidade ética da empresa que o senhor preside, sabendo que as chances dos problemas que o senhor terá serão enormes, eu queria só fazer algumas perguntas que não ficaram muito claras aqui para nós.

Quando... Eu queria saber há quanto tempo o senhor é Presidente da FIB Bank e como o senhor chegou até esse cargo? E quem o procurou ou o indicou?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Desde 2017.

Quem me colocou nesse cargo foi o Sr. Ricardo Benetti.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – As informações...

O senhor tinha experiência como Diretor Executivo ou CEO de alguma empresa antes de trabalhar na FIB Bank?



25/08/2021

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Qual?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – WKS Technology.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – As informações prestadas pelo senhor nesse depoimento demonstram o seu desconhecimento absoluto de algumas atividades da empresa de que o senhor supostamente é Presidente. Eu lhe pergunto, afinal, se o senhor realmente é presidente, responsável pelas decisões, que é o mais importante, e pela condução da empresa – se o senhor é o responsável.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Inclusive pelos eventuais delitos praticados pela empresa?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Sim.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – O senhor disse aqui, na CPI, que não conhecia o Sr. Francisco Maximiano, dono da Precisa Medicamentos. Afinal, como o FIB Bank participa da negociação envolvendo a venda das vacinas Covaxin pela Precisa Medicamentos? Como é que... Se o senhor não conhece o dono da empresa que está negociando a Covaxin e a que o senhor vai dar essas garantias na compra, o senhor não... Como é que o senhor explica isso, o senhor não conhecer...?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Como já falado aqui, nesta Comissão, quem fez toda a transação com a Precisa foi o Sr. Wagner Potenza, o qual é responsável pelo departamento comercial da companhia.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Sabemos que, antes de a CPI descobrir as irregularidades dessa operação, o Governo anunciou a intenção de ampliar o contrato da Covaxin junto à Precisa Medicamentos, em 50 milhões de doses.

Eu pergunto: o FIB Bank seria avalista dessa nova operação? A empresa foi procurada?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Era o que eu tinha a perguntar, Sr. Presidente.

Obrigada.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu só gostaria de que ele confirmasse uma coisa. Ele disse que falsificaram a assinatura dele. É verdade? Porque eu tive de sair, e eu li isso. Falsificaram sua assinatura, Sr. Roberto?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Não, senhora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que está na mídia que o senhor afirmou que falsificaram sua assinatura dentro da empresa.

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Não, senhora. Mal-entendido. A senhora gostaria que eu explicasse o mal-entendido?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não sei se... Não, só depende do Presidente. Eu não vou poder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não... Se ele quiser, sim.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Falsificação. V. Sa. falando que não foi...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É, que foi falsificada uma assinatura sua.



O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – ... que falsificaram, que assinaram os documentos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que tem alguma assinatura aí que o senhor não reconheceu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era num áudio. Ele conversando com uma outra pessoa, no início da CPI. Esse áudio foi mostrado pelo Senador...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pelo Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Randolfe. E ele disse para essa pessoa que a assinatura não era dele.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele está como investigado ou como testemunha aqui? O senhor pode...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Testemunha.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O senhor podia sair preso hoje daqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não permiti... Não é que eu não permiti; ele disse que tinha questões pessoais, aí eu não quis que ele expusesse as questões pessoais aqui.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Ninguém tem dúvida de que é um perfeito laranjal isto aqui. Desculpa falar, mas essa é a conclusão de todos aqui. Como o senhor falou, até o mais ingênuo já entendeu que isto aqui é... Nós estamos num caso de laranjal total.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que... Eu acho que agora, Senadora Soraya...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Vamos ser diretos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Nós representamos as unidades da Federação, mas de forma... Nós, ao mesmo tempo, representamos 210, 214 já, porque não temos censo...

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agora, sabe...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – São milhões de brasileiros. É o suor de cada brasileiro pagando esse prejuízo.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agora, o que mais me choca...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Acho que não só o Governo Federal, mas todas as instituições brasileiras que tenham alguma empresa, seja essa ou qualquer outra, têm obrigação, a partir deste momento em que está sendo exposto isso ao Brasil... Que levante quem são essas empresas que estão sendo fiadoras; fazer um levantamento. Não é só a FIB Bank; tem outras iguais, parecidas ou com o mesmo...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Deve ter outras.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... *modus operandi*. Veja bem, então, é uma obrigação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O Sr. Roberto está concordando comigo. O senhor está concordando aqui comigo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É uma obrigação...



A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O corpo fala.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É, os olhos falam.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – O Sr. Roberto está concordando comigo.

O senhor está... Eu posso perguntar, assim, em que é que o senhor está concordando comigo?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR (Para depor.) – Eu estou concordando que a CVM ou qualquer órgão tem que regular isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é regulação, não! Regular nós vamos.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Agora, o que mais choca...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Eu quero saber é se V. Sa. assinou.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Regular? É regulável!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É, é!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – V. Sa. assinou ou não? Porque está aqui no AssinaWeb, na plataforma. E o senhor disse que não assinou. Eu quero saber se o senhor assinou ou não esse documento da fiança?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Inclusive...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – Esse documento apresentado pelo nobre Senador Randolfe tinha duas assinaturas: uma assinatura gráfica, assinatura manual; e depois uma assinatura digital, que estava na margem direita da folha. A assinatura gráfica, assinada à mão, não é minha; a assinatura digital, sim, é do FIB Bank.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A outra assinatura...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E aí?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – E de quem é a assinatura? O senhor sabe quem assinou?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A outra assinatura...

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Formiga.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Hein?

O SR. ROBERTO PEREIRA RAMOS JÚNIOR – O Sr. Formiga.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Pelo que temos aqui, a assinatura digital não é sua.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o Formiga tem legitimidade?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Vou lhe encaminhar o documento.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É ele que, no contrato social, tem que assinar isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São duas assinaturas, ele disse.



A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Formiga é o quê? É nome, sobrenome ou apelido?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Formiga é o Diretor Financeiro, não é?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É sobrenome.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Que era o Diretor.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – É sobrenome?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é... Não é aquela...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É Feio, é Formiga...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é aquela famosa jogadora de futebol feminino que todos nós adoramos...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não, não!

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Por favor! Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... e por quem temos respeito, a Formiga. Por favor, não confundir a Formiga com o Formiga.

A SRA. LEILA BARROS (PDT/CIDADANIA/REDE/CIDADANIA - DF) – Fica uma pergunta aqui. É difícil acreditar! Acho que todos vão concordar. Inclusive, a gente está falando com as assessorias aqui. É sobre as garantias. É difícil acreditar que o departamento de *compliance* do ministério não tenha, enfim, se manifestado a respeito das garantias nesse contrato. É inacreditável!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou encerrar a sessão, agradecendo a participação de todos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Presidente, só para ficar claro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes, em votação a proposta do Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – Sr. Presidente, só para informação do Sr. Roberto, está aqui o documento. A assinatura manual não é dele. E a assinatura digital aqui é do Dr. Henrique de Campos Bruschini.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Esse é o mesmo documento que nós...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PDT/CIDADANIA/REDE/REDE - AP) – É o advogado que acostou a assinatura nos autos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Em votação a proposta do Relator, para que sejam considerados investigados Roberto Ferreira Dias, Emanuel Catori e Francisco Emerson Maximiano.

Os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Havendo número regimental, coloco em votação a Ata da 47ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.



Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião, convocando os Srs. Senadores para amanhã, às 10h da manhã.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas.)